



PDI

PLANO DE
DESENVOLVIMENTO
INSTITUCIONAL
2019 / 2023

Com você, planejando o futuro.



INSTITUTO FEDERAL
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
São Paulo

REITORIA DO INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO

Eduardo Antonio Modena
Reitor do IFSP

Reginaldo Vitor Pereira
Pró-Reitor de Ensino

Elaine Inácio Bueno
Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-graduação

Wilson de Andrade Matos
Pró-Reitor de Extensão

Silmário Batista dos Santos
Pró-Reitor de Administração

Aldemir Versani de Souza Callou
Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional

Marcel Pereira Santos
Diretor Geral do Câmpus Araraquara

Sebastião Francelino da Cruz
Diretor Geral do Câmpus Avaré

Juliana de Carvalho Pimenta
Diretora Geral do Câmpus Barretos

Edmar César Gomes da Silva
Diretor Geral do Câmpus Birigui

Bruno Nogueira Luz
Diretor Geral do Câmpus Boituva

João Roberto Moro
Diretor Geral do Câmpus Bragança Paulista

Eberval Oliveira Castro
Diretor Geral do Câmpus Campinas

Walter Luiz Andrade de Oliveira
Diretor Geral do Câmpus Campos do Jordão

Waldo Luis de Lucca
Diretor Geral do Câmpus Capivari

Tânia Cristina Lemes Soares Pontes
Diretora Geral do Câmpus Caraguatatuba

Oswaldo Severino Junior

Diretor Geral do Câmpus Catanduva

Robson Nunes da Silva
Diretor Geral do Câmpus Cubatão

Ricardo Agostinho de Rezende Junior
Diretor Geral do Câmpus Guarulhos

Edgar Noda
Diretor Geral do Câmpus Hortolândia

Wilson José da Silva
Diretor Geral do Câmpus Avançado Ilha Solteira

Ragnar Orlando Hammarstrom
Diretor Geral do Câmpus Itapetininga

Denilson Mauri
Diretor Geral do Câmpus Itaquaquecetuba

Wagner Ferraz Castro
Diretor Geral do Câmpus Jacareí

Lucivaldo Paz de Lira
Diretor Geral do Câmpus Avançado Jundiaí

Christiann Davis Tosta
Diretor Geral do Câmpus Matão

Aguinaldo Luiz de Barros Lorandi
Diretor Geral do Câmpus Piracicaba

Cynthia Regina Fischer
Diretora Geral do Câmpus Pirituba

Márcia Jani Cícero do Nascimento
Diretora Geral do Câmpus Presidente Epitácio

Walter Augusto Varella
Diretor Geral do Câmpus Registro

Karina Aparecida de Freitas Dias de Souza
Diretora Geral do Câmpus Salto

Rivelli da Silva Pinto
Diretor Geral do Câmpus São Carlos

Eduardo Marmo Moreira
Diretor Geral do Câmpus São João da Boa vista

Valdeci Donizete Gonçalves

Diretor Geral do Câmpus São José dos Campos

Luís Fernando de Freitas Camargo
Diretor Geral do Câmpus Avançado São Miguel Paulista

Luiz Cláudio Matos de Lima Júnior
Diretor Geral do Câmpus São Paulo

Ricardo dos Santos Coelho
Diretor Geral do Câmpus São Roque

Eduardo André Mossin
Diretor Geral do Câmpus Sertãozinho

Denilson de Camargo Mirim
Diretor Geral do Câmpus Sorocaba

Breno Teixeira Santos
Diretor Geral do Câmpus Suzano

Marcos Roberto Leite da Silva
Diretor Geral do Câmpus Avançado Tupã

Marcos Amorielle Furini
Diretor Geral do Câmpus Votuporanga

COMISSÃO CENTRAL DO PDI

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional – Presidente:
Aldemir Versani de Souza Callou (agosto/2018 – atual)
Whisner Fraga Mamede (julho/2017 a agosto/2018)

Secretário Executivo
Jean Carlos Rodrigues da Silva

Pró-Reitor de Ensino
Reginaldo Vitor Pereira

Pró-Reitor de Administração
Silmário Batista dos Santos

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós -Graduação
Elaine Inácio Bueno

Pró-Reitor de Extensão
Wilson de Andrade Matos

Representante Diretores Gerais
Rivelli da Silva Pinto

Representante Docentes
Alberto Akio Shiga

Representante Técnico-Administrativos
André Luis da Silva

Representantes Discentes
João Pedro Barbosa dos Santos Martins
Naira Vitória Aparecida Soares

Representante Sociedade Civil
Fausto Augusto Júnior

Representante Setor Produtivo/Órgão de Fomento
Horácio Aragonés Forjaz

COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO DO PDI

Jean Carlos Rodrigues da Silva - Presidente
Cristiane Souza de Lacerda
Rafaela Cunha Arutim Santos
Nemésio Freitas Duarte Filho

APOIO

Escritório de Processos
Assessoria de Comunicação

AGRADECIMENTOS

Ana Cláudia Daróz
Fábio Ferrite Lisauskas
Nilson Roberto Inocente Junior

COMISSÕES TEMÁTICAS DO PDI

Comissão Temática 1: PROJETO POLÍTICO INSTITUCIONAL

Adalton Masalu Ozaki
Adelino Francisco de Oliveira
Alexandre Aldo Neves
Aline Gonzaga Ramos
Cláudia Fonseca Roses
Cynthia Regina Fischer
Daniel Bristot
Elizabeth Alves Pereira
Fernanda Sorrentino Soares
Haryanna Pereira Sgrilli
Jair Garcia dos Santos
Jussara Pimenta Matos
Luciana Harumi dos Santos Sakano
Marta Senghi Soares
Martha Aparecida Todeschini de Assunção
Patrícia Zenaro Mattos
Paulo José Evaristo da Silva
Priscila Braga Caliope
Priscila de Aquino Matos
Vagner Luís da Silva

Comissão Temática 2: PLANO DE OFERTA DE CURSOS E VAGAS

Composta pelos membros da Comissão de Sistematiza e Comissão Central

Comissão Temática 3: ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS

Isabel Cristina Corrêa Cruz
José Márcio Vieira
Elaine Cristina dos Santos
Luciano André Carvalho Reis
Maria Angélica Almeida da Luz
Mirella Souza
Paulo José Evaristo da Silva

Comissão Temática 4: PLANO DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

Adalberto Aparecido Alvares Pintan
Alan Moraes Feijó
Cristiane Lacerda
Daniel Henrique Soliman
Danielle Yura
Eduardo Petillo
Lidiane Maria da Silva Trajano
Murilo de Castro Pires
Tiago Oliveira Valentim
Vaner Lima Silva

Comissão Temática 5: INFRAESTRUTURA, EXPANSÃO, ASPECTOS FINANCEIROS, ORÇAMENTÁRIOS E SUSTENTABILIDADE

Angela Halen Claro Franco
Carlos Roberto Cavalcante
Luiz Henrique Meschiatti
Jose Roberto da Silva
Silmário Batista dos Santos

Comissão Temática 6: GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS, COMPLIANCE, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Adalton Masalu Ozaki
André Luiz da Silva
Antonio Airton Palladino
Cláudia Fonseca Roses
Cristiane Souza de Lacerda
Fabio Ferrite Lisauskas
José Aparecido da Silva
Jose Roberto da Silva
Luciana Harumi dos Santos Sakano
Osmário Pereira dos Santos
Priscila Braga Caliope
Ricardo José Corrêa
Simone Azevedo Santos

COMISSÕES LOCAIS DO PDI

Câmpus Araraquara

Representante Docente Titular:
André de Souza Tarallo

Representante Técnico-Administrativo Titular:
Rita de Cássia Cunha Ferreira

Representante Discente Titular:
Gabriela Gobbo Bressan

Representante da Gestão – Área Acadêmica:
Jurandyr Carneiro Nobre de Lacerda Neto

Representante da Gestão – Área Administrativa:
Ângela Sayuri Morikawa de Freitas

Câmpus Avaré

Representante Docente Titular:
Raquel Marrafon Nicolosi
Suplente: Rafael Cedric Moller Meneghini

Representante Técnico-Administrativo Titular:
Renato Guerra Santos

Representante Discente Titular:
Davi Gomes Angstmam
Suplente: Luis Otávio Costa

Representante da Gestão – Área Acadêmica:
Gabriela de Godoy Cravo Arduino

Representante da Gestão – Área Administrativa:
Gustavo Guerra Damiano

Câmpus Barretos

Representante Docente Titular:
Ailson Vasconcelos da Cunha
Suplente: Marcos Augusto Paladini dos Santos
Suplente: Claudinéia Aparecida Soares

Representante Técnico-Administrativo Titular:
Audrey Andrade Bertolini

Representante Discente Titular:
Amanda Ramos Bosque

Representante da Gestão – Área Acadêmica:
Gilberto José de Amorim

Representante da Gestão – Área Administrativa:
Ana Paula Faustino Tieti Mendes

Câmpus Birigui

Representante Docente Titular:
Aline Graciele Mendonça

Representante Técnico-Administrativo Titular:
Ana Carolina Garcia Broiz

Representante Discente Titular:
Mateus Nogara Stabile

Representante da Gestão – Área Acadêmica:
Elisangela Aparecida Bula Ikeshoji

Representante da Gestão – Área Administrativa:
Leandro Aparecido de Souza

Câmpus Boituva

Representante Docente Titular:
Paulo Roberto Isler
Suplente: Jair Manoel Casquel Junior

Representante Técnico-Administrativo Titular:
Beatriz Ferraz Diniz
Suplente: Felipe Gobo Bruno

Representante Discente Titular:
Andrea Fernanda Idalgo

Representante da Gestão – Área Acadêmica:
Luiz Egídio Costa Cunha
Suplente: Daniel Cintra Cugler

Representante da Gestão – Área Administrativa:
Fernando Mescollotto
Suplente: Vinicius Augusto de Almeida Mantovani

Câmpus Bragança Paulista

Representante Docente Titular:
Rosalvo Soares Cavalcante Filho

Representante Técnico-Administrativo Titular:

Murilo José de Carvalho

Representante Discente Titular:
Eduardo José Nogueira

Representante da Gestão – Área Acadêmica:
Pedro Luís Calheiros da Silva

Representante da Gestão – Área Administrativa:
Inês Alves Moreira Dorigo

Câmpus Campinas

Representante Docente Titular:
Marcelo Garcia Bonfim

Representante Técnico-Administrativo Titular:
Andréa Cristina Zoca

Representante Discente Titular:
Adilson Soares

Representante da Gestão – Área Acadêmica:
Andreiwid Sheffer Corrêa

Representante da Gestão – Área Administrativa:
Crigionaldo Bredariol

Câmpus Campos do Jordão

Representante Docente Titular:
Bruna de Castro Mendes

Representante Técnico-Administrativo Titular:
Paula Cristina de Almeida Pereira

Representante Discente Titular:
Michele Helena Justino dos Reis Simão

Representante da Gestão – Área Acadêmica:
Maria Madalena de Souza Santos

Representante da Gestão – Área Administrativa:
Poliana Ferreira dos Santos

Câmpus Capivari

Representante Docente Titular:
Valdir Antonio Vitorino Filho
Suplente: Maria Elisa de Castro Almeida

Representante Técnico-Administrativo Titular:
Rodrigo Scontre

Representante Discente Titular:
Helen Glaucia Stefanelli

Representante da Gestão – Área Acadêmica:
Letícia Pedroso Ramos

Representante da Gestão – Área Administrativa:
Gilberto Bulgraen Junior

Câmpus Caraguatatuba

Representante Docente Titular:
Dionysio Borges de Freitas Junior

Representante Técnico-Administrativo Titular:
Maíra Ferreira Martins

Representante Discente Titular:
Juliete Micol Gouveia Seles

Representante da Gestão – Área Acadêmica:
Natália Nassif Braga

Representante da Gestão – Área Administrativa:
Mariana Ricatieri

Câmpus Catanduva

Representante Docente Titular:
Ricardo Rodrigues Jimenez
Suplente: Cristiano Donizete Ferrari

Representante Técnico-Administrativo Titular:
Rita de Cássia Brum Della Líbera Murari
Suplente: Milena Aparecida Brito

Representante Discente Titular:
Felipe Boragina da Silva
Suplente: Paulo Gabriel de Lima

Representante da Gestão – Área Acadêmica:
Joanita Nakamura Granato
Suplente: Gabriel Terra Pereira

Representante da Gestão – Área Administrativa:
Rafaela Gandolfi Franzini
Suplente: Dejair José de Matos

Câmpus Cubatão

Representantes Docentes Titulares:

Antônio Cesar Lins Rodrigues

Manuel Filgueira Barral

Suplente: Marciel Silva Santos

Suplente: Elaine Cristina de Araújo

Representantes Técnico-Administrativos Titulares:

Sérgio Roberto Holloway Escobar

Francisca Adeíza Nascimento Monteiro Oliveira

Suplente: Marcilene Maria Enes Appugliese

Suplente: Miriam Regina Chinen Maisatto

Representantes Discentes Titulares:

Wesley Sabino dos Santos

Roberto Fabio Canway Baccarat

Suplente: Eduarda Neves da Silva

Suplente: Matheus Alves Guimarães de Lima

Representantes da Gestão – Área Acadêmica:

Ana Paula Fonseca dos Santos Nedochetko

Artaxerxes Tiago Tácito Modesto

Representantes da Gestão – Área Administrativa:

Ana Cláudia Oliveira de Almeida Nascimento

Augusto Francisco de Sousa Filho

Câmpus Guarulhos

Representante Docente Titular:

Robson Ferreira Lopes

Representante Técnico-Administrativo Titular:

Gustavo Romao Gonzales

Representante Discente Titular:

Douglas Alves Marcelino

Representante da Gestão – Área Acadêmica:

Isaque da Silva Almeida

Representante da Gestão – Área Administrativa:

Rafael Guidoni

Câmpus Hortolândia

Representante Docente Titular:
Flavio Margarito Martins de Barros
Suplente: Guilherme Arduine

Representante Técnico-Administrativo Titular:
Hélio da Silva Ordonio

Representante Discente Titular:
Divana Aparecida Josaphat do Espírito Santo

Representante da Gestão – Área Acadêmica:
Davina Marques

Representante da Gestão – Área Administrativa:
Davis Wilian Graciano de Toledo

Câmpus Avançado Ilha Solteira

Representante Docente Titular:
Carlos Henrique Rossi

Representante Técnico-Administrativo Titular:
Jaqueline dos Santos Calixto

Representante Discente Titular:
Joel Soares

Representante da Gestão – Área Acadêmica:
Antonio Frank dos Santos

Representante da Gestão – Área Administrativa:
Rogério Borazzo

Câmpus Itapetininga

Representante Docente Titular:
Paulo Henrique Correia Araújo da Cruz

Representante Técnico-Administrativo Titular:
Carolina Mandarin Dias

Representante Discente:
Maycon Lindor Pinheiro Tardin

Representante da Gestão – Área Acadêmica:
Everton Farcioli Kamikawachi

Representante da Gestão – Área Administrativa:
Ragnar Orlando Hammarstrom

Câmpus Itaquaquetuba

Representante Docente Titular:

Juliana Lúcia do Amaral Molnr Garrido do Nascimento

Representante Técnico-Administrativo Titular:

David de Castro

Representante Discente Titular:

Vitória Gonçalves Souza

Representante da Gestão – Área Acadêmica:

Fábio Camargo Rosa

Representante da Gestão – Área Administrativa:

Douglas Wenzler da Silva

Câmpus Jacareí

Representante Docente Titular:

Rogério Oliveira de Paula

Representante Técnico-Administrativo Titular:

Cidinei Magalhães Sargaço

Representante Discente Titular:

Gabriela Barbosa Leite

Representante da Gestão – Área Acadêmica:

Luciano Nunes Sanchez Cores

Representante da Gestão – Área Administrativa:

Ágata Nelza Gomes de Souza

Câmpus Avançado Jundiaí

Representante Docente Titular:

Antonio Anderson Teixeira Cotrim

Representante Técnico-Administrativo Titular:

André Eli Gonçalves

Representante Discente Titular:

Julio Cesar Gandra Silva

Representante da Gestão – Área Acadêmica:

Salatir Rodrigues Junior

Representante da Gestão – Área Administrativa:

Thais Mariano Cunha

Câmpus Matão

Representante Docente Titular:
Fernanda Carvalho Humann

Representante Técnico-Administrativo Titular:
Denivaldo Aparecido Garavello

Representante Discente Titular:
Nivaldo Rodrigues dos Santos

Representante da Gestão – Área Acadêmica:
Sharon Rigazzo Flores

Representante da Gestão – Área Administrativa:
Claudemir Mariotti Junior

Câmpus Piracicaba

Representante Docente Titular:
Ernesto Kenji Luna
Suplente: Fancisco Ignácio Giocondo Cesar

Representante Técnico-Administrativo Titular:
Ariane Cristina Cordeiro Gazzi Lopes
Suplente: Rossana Cristiane Lopes Triano
Suplente: Rosangela Galdino

Representante Discente Titular:
André Luiz Miranda

Representante da Gestão – Área Acadêmica:
Pablo Rodrigo de Souza

Representante da Gestão – Área Administrativa:
Carla Patrícia Mania de Oliveira

Câmpus Pirituba

Representante Docente Titular:
Lincon Lopes
Suplente: Ivan Miletovic Mozol

Representante Técnico-Administrativo Titular:
Bárbara Cavichioli
Suplente: José dos Santos Filho

Representante Discente Titular:
Alexsandro Almeida de Jesus
Suplente: Eduardo Martins de Azevedo Vilalon

Representante da Gestão – Área Acadêmica:
Patrícia Cristiane Santana da Silva
Suplente: Hânia Cecília Pilan

Representante da Gestão – Área Administrativa:
Nuemis Francisco
Suplente: Francisco Manoel Filho

Câmpus Presidente Epitácio

Representante Docente Titular:
Alexandre Ataíde Carniato

Representante Técnico-Administrativo Titular:
Thalita Alves dos Santos

Representante Discente Titular:
Vinicius Cherobin Cabral

Representante da Gestão – Área Acadêmica:
José Guilherme Magalini Santos Decanini

Representante da Gestão – Área Administrativa:
Paulo Roberto Guelfi

Câmpus Registro

Representante Docente Titular:
Silvio Luiz Castelhana Firmino

Representante Técnico-Administrativo Titular:
Fernando José dos Santos Silva

Representante Discente Titular:
Wilson Juliano Lemes Sumida de Oliveira

Representante da Gestão – Área Acadêmica:
Heleni Sousa dos Santos Ferreira

Representante da Gestão – Área Administrativa:
Fábio de Azevedo Pereira

Câmpus Salto

Representante Docente Titular:
Ricardo Zani
Suplente: Ériko Pessoa Felix
Suplente: Luiz Antonio Ferrari

Representante Técnico-Administrativo Titular:

Cristiane Delegá da Silva
Suplente: Marli Zavala de Bogoná Incau

Representante Discente Titular:
João Victor Bareá e Silva
Suplente: Anderson Jean Delconte
Suplente: Paulo Henrique de Paula
Suplente: Guilherme de Freitas Nunes

Representante da Gestão – Área Acadêmica:
Nilson Roberto Inocente Junior

Representante da Gestão – Área Administrativa:
Williana Angelo da Silva

Câmpus São Carlos

Representante Docente Titular:
Carlos Eduardo Guimarães

Representante Técnico-Administrativo Titular:
Marcio Rogério Tomazzi Estevo

Representante Discente Titular:
Thiago Pereira da Silva

Representante da Gestão – Área Acadêmica:
Daniela Terenzi

Representante da Gestão – Área Administrativa:
Thiago Bordignon

Câmpus São João da Boa Vista

Representante Docente Titular:
Emerson dos Reis
Suplente: Gaio Belitardo de Oliveira
Suplente: Lucas Labigalini Fuini
Suplente: Renata Maria Tamaso

Representante Técnico-Administrativo Titular:
Sandra Mônica Chaves de Souza
Suplente: Carlos Roberto Theodoro

Representante Discente Titular:
Vitória Pinheiro Vanzela
Suplente: Natan Batissoco

Representante da Gestão – Área Acadêmica:
Menoti Borri
Suplente: Giseli de Souza Luca

Representante da Gestão – Área Administrativa:
Ana Carolina Guimarães Amâncio Brasil
Suplente: Robinson Mapelli Boaro

Câmpus São José dos Campos

Representante Docente Titular:
Aurélio Moreira da Silva Neto

Representante Técnico-Administrativo Titular:
Marilyn Menecucci Ibañez

Representante Discente Titular:
Jailson Ferreira Leite

Representante da Gestão – Área Acadêmica:
Fabiano Rodrigo Borges

Representante da Gestão – Área Administrativa:
Andreia Alice Rodrigues da Costa

Câmpus Avançado São Miguel Paulista

Representantes Docentes Titulares:
Luís Fernando de Freitas Camargo
Altair Aparecido de Oliviera Filho
Caio Hamamura
Milca Vasni Ceccon

Câmpus São Paulo

Representantes Docentes Titulares:
Tarcísio Fernandes Leão
José Carlos Jacintho
Carlos Corrêa Filho
Suplente: Dariane Raifur Rossi
Suplente: Carla Arantes de Souza
Suplente: Osmar Antunes Junior

Representantes Técnico-Administrativos Titulares:
Larissa Vicente Tonácio
André Wagner Rodrigues de Sousa
Alba Fernanda Oliveira Brito

Representantes Discentes Titulares:
Gustavo Bucci Carrascosa
Pedro Fernando Poveda
Lucas Haiek Kenchian

Representantes da Gestão – Área Acadêmica:

Rebeca Vilas Boas Cardoso de Oliveira
Thomas Edson Filgueiras Filho
Daniel Silva dos Santos

Representantes da Gestão – Área Administrativa:

Claus Martin
Angela Martins da Silva
Fernanda Luciana Peruzi

Câmpus São Roque

Representante Docente Titular:

Frank Viana Carvalho
Suplente: Duzolina Alfredo Felipe de Oliveira
Suplente: Renan Felício dos Reis
Suplente: Rogério Tadeu da Silva
Suplente: Alan Bergamo Ruiz

Representante Técnico-Administrativo Titular:

Jean Louis Rabelo de Moraes
Suplente: Luiz Roberto Botelho Tedesco

Representante Discente Titular:

Leonardo Duarte dos Santos
Suplente: Lenildo de Almeida
Suplente: Guilherme Garcia de Franca

Câmpus Sertãozinho

Representantes Docentes Titulares:

Luisa Helena Bartocci Liboni Negri
Geraldo Magela de Souza
Suplente: Maria José dos Santos
Suplente: Marcos Eduardo Paron

Representantes Técnico-Administrativos Titulares:

Fernando Luis Kock
Leonardo Freitas Sacramento

Representantes Discentes Titulares:

Lucas Oliveira dos Santos
Matheus Guimarães Silva
Suplente: João Pedro Alves Leitão Pardal

Representantes da Gestão – Área Acadêmica:

Amanda Ribeiro Vieira
Rodrigo Palucci Pantoni

Representantes da Gestão – Área Administrativa:

Marina Milena da Silva
Camilo Oliveira Prado

Câmpus Sorocaba

Representante Docente Titular:
Benedito Germano Freitas Costa
Suplente: Valdinei Trombini

Representante Técnico-Administrativo Titular:
Celso Mariano da Silva Neto

Representante Discente Titular:
Bruno Almeida Alcalde

Representante da Gestão – Área Acadêmica:
Juliana Schlatter de Lima Ferraz

Representante da Gestão – Área Administrativa:
Cezar Luiz de Souza

Câmpus Suzano

Representante Docente Titular:
Eugenio de Felice Zampini
Suplente: Rodrigo de Oliveira Marcon

Representante Técnico-Administrativo Titular:
Valmir Alves Ventura
Suplente: Maria Aparecida Bueno Ferreira

Representante Discente Titular:
Denise Teixeira Nagaishi
Suplente: Leonardo Primante dos Santos

Representante da Gestão – Área Acadêmica:
Efraim Caetano dos Santos

Representante da Gestão – Área Administrativa:
Priscylla Salles Alves Pereira

Câmpus Avançado Tupã

Representante Docente Titular:
Ary Franco Junior

Representante Técnico-Administrativo Titular:
Eduardo de Souza Palma Junior

Representante Discente Titular:
Lívia Maria Santos da Silva

Representante da Gestão – Área Acadêmica:
Danilo Basseto do Valle

Representante da Gestão – Área Administrativa:
Guery Tã Baute e Silva

Câmpus Votuporanga

Representante Docente Titular:
Guilherme Rosati Mecelis

Representante Técnico-Administrativo Titular:
Leiny Cristina Flores Parreira

Representante Discente Titular:
Leonan Augusto Massete Pera

Representante da Gestão – Área Acadêmica:
Rodrigo Cleber da Silva

Representante da Gestão – Área Administrativa:
Ricardo Teixeira Domingues

SUMÁRIO

ÍNDICE DE TABELAS.....	27
1 PERFIL INSTITUCIONAL.....	28
1.1 INTRODUÇÃO.....	28
1.1. HISTÓRICO.....	29
1.1.1 Escola de Aprendizes Artífices.....	30
1.1.2 Liceu Industrial de São Paulo.....	36
1.1.3 A Reforma Capanema.....	36
1.1.4 Escola Técnica de São Paulo.....	38
1.1.5 Escola Técnica Federal de São Paulo.....	41
1.1.6 Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo (CEFET-SP).....	49
1.1.7 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo.....	52
1.1.8 Histórico dos câmpus.....	62
1.2 Metodologia de elaboração do PDI 2019-2023.....	142
1.4 Missão, Visão e Valores.....	144
1.4 PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL.....	145
1.4.1. Terminologia.....	146
1.4.2. Desafios Institucionais.....	147
1.4.3 Painel de medição.....	153
1.4.4 Plano de Ação Institucional.....	153
1.5 Implementação, Acompanhamento e Avaliação.....	160
1.5.1 Governança, integridade, gestão de riscos e controles internos.....	160
1.5.2 Compliance.....	161
1.5.3 Monitoramento do Ciclo PDCA no IFSP.....	163
1.5.4 Desdobramento do PDI: Plano de Desenvolvimento da Unidade (PDU).....	166
1.5.5 Avaliação do Desenvolvimento Institucional.....	167
2 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL.....	174
2.1 PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E PEDAGÓGICOS.....	174
2.2 POLÍTICAS DE ENSINO.....	178
Educação Básica.....	182
2.2.1.2 Ensino Superior.....	191
2.2.2 Práticas pedagógicas e currículos inovadores.....	194
2.3 POLÍTICAS DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO.....	196
2.4. POLÍTICAS DE EXTENSÃO.....	204
I-Programa Cultura Extensionista.....	206
II-Programa de Curricularização da Extensão.....	209
III-Programa Mundo do Trabalho.....	210
IV-Programa de Formação Profissional.....	212
V-Programa Mulheres do IFSP.....	215
VI-Programa Extensão na Educação Básica.....	217
VII-Programa de Arte, Cultura, Esporte e Lazer.....	218
2.5 POLÍTICA DE INOVAÇÃO.....	220
2.6 POLÍTICA DE INTERNACIONALIZAÇÃO.....	222
2.7 POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EaD).....	224
2.7.1 Trajetória da Educação a Distância no IFSP.....	224
2.7.2 Concepção de EaD sob o olhar institucional.....	226
2.7.3 Premissas da EaD no IFSP.....	228
2.7.4 Premissas nos papéis dos sujeitos.....	231
2.7.5 Premissas de acesso, uso e integração de tecnologias e serviços on-line.....	232
2.7.6 Premissas de curadoria e produção de recursos e materiais didáticos.....	233
2.7.7 Premissas de educação inclusiva.....	235
2.7.8 Objetivos para a EaD no IFSP.....	235
2.7.9 Desafios para a EaD no IFSP.....	238
2.8 POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS.....	239
2.8.1 Trajetória das Ações Afirmativas no IFSP.....	239
2.8.2 Princípios Fundamentais da Política de Ações Afirmativas.....	239

2.8.3	Objetivos.....	240
2.8.4	Atuação dos Núcleos do IFSP	243
2.8.5	Fundamentação Legal	244
2.8	POLÍTICA DE ATENDIMENTO AO DISCENTE	248
2.8.1	Política de Acesso	248
2.8.2	Apoio à permanência e êxito.....	259
2.8.3	Organização estudantil	265
2.8.4	Estágio.....	266
2.8.5	Programa de Acompanhamento de Egressos do IFSP	266
3	PLANO DE OFERTAS DE CURSOS E VAGAS	270
3.1	OFERTA TOTAL DO IFSP	272
3.5	OFERTA DOS CÂMPUS	276
	CÂMPUS ARARAQUARA	276
	CÂMPUS AVARÉ	277
	CÂMPUS BARRETOS.....	278
	CÂMPUS BIRIGUI.....	280
	CÂMPUS BOITUVA.....	281
	CÂMPUS BRAGANÇA PAULISTA	282
	CÂMPUS CAMPINAS.....	283
	CÂMPUS CAMPOS DO JORDÃO	284
	CÂMPUS CAPIVARI.....	285
	CÂMPUS CARAGUATATUBA.....	286
	CÂMPUS CATANDUVA	287
	CÂMPUS CUBATÃO	289
	CÂMPUS GUARULHOS.....	290
	CÂMPUS HORTOLÂNDIA.....	292
	CÂMPUS AVANÇADO ILHA SOLTEIRA	293
	CÂMPUS ITAPETININGA.....	294
	CÂMPUS ITAQUAQUECETUBA	295
	CÂMPUS JACAREÍ	296
	CÂMPUS AVANÇADO JUNDIAÍ.....	297
	CÂMPUS MATÃO.....	298
	CÂMPUS PIRACICABA.....	299
	CÂMPUS PIRITUBA.....	300
	CÂMPUS PRESIDENTE EPITÁCIO	301
	CÂMPUS REGISTRO.....	302
	CÂMPUS SALTO.....	303
	CÂMPUS SÃO CARLOS	304
	CÂMPUS SÃO JOÃO DA BOA VISTA.....	306
	CÂMPUS SÃO JOSÉ DOS CAMPOS.....	308
	CÂMPUS SÃO JOSE DO RIO PRETO	309
	CÂMPUS AVANÇADO DE SÃO MIGUEL PAULISTA.....	310
	CÂMPUS SÃO PAULO.....	311
	CÂMPUS SÃO ROQUE.....	314
	CÂMPUS SERTÃOZINHO.....	315
	CÂMPUS SOROCABA	316
	CÂMPUS SUZANO	317
	CÂMPUS AVANÇADO TUPÃ.....	318
	CÂMPUS VOTUPORANGA.....	319
4.	POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL.....	320
4.1	Princípios	320
4.2	Públicos do Instituto Federal de São Paulo.....	321
4.3	Comunicação Institucional	322
4.4	POLÍTICA DE REVISÃO TEXTUAL	333
4.5	RELAÇÕES PÚBLICAS	334
4.5	AUDIOVISUAL.....	339

4.6	PROGRAMAÇÃO VISUAL.....	341
4.7	AÇÕES FUTURAS	344
4.8	ORIENTAÇÕES GERAIS AOS COMUNICADORES DOS CÂMPUS.....	348
5.	ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS.....	350
5.1	Critérios de Seleção e Contratação	351
5.1.1	– Contratação de Professores:.....	351
5.1.2	– Contratação de Técnicos Administrativos:	352
5.2.	Vagas destinadas a candidatos com deficiência.....	353
5.3	Vagas destinadas aos candidatos autodeclarados negros	353
5.4	PERFIL DOS DOCENTES.....	354
5.4.1	COMPOSIÇÃO.....	354
5.4.2	PLANO DE CARREIRA.....	355
5.4.3	PROCEDIMENTOS PARA SUBSTITUIÇÃO DOS PROFESSORES DO QUADRO.....	359
5.4.4	PLANO DE EXPANSÃO.....	359
5.5	PERFIL DOS SERVIDORES TÉCNICO- ADMINISTRATIVOS.....	360
5.5.1	COMPOSIÇÃO.....	360
5.5.2	PLANO DE CARREIRA.....	361
5.5.3	Plano de Expansão.....	363
5.5.4.	CISTA (Comissão Interna de Supervisão do PCCTAE)	363
5.6	Dimensionamento das Necessidade Institucionais de Pessoal.....	366
6	ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA INSTITUIÇÃO	368
6.1	Política de Gestão	368
	ADMINISTRAÇÃO DO IFSP	368
	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL COM AS INSTÂNCIAS DE DECISÃO	369
6.2	Ações de participação, transparência e divulgação das informações	370
6.2.1	Canais de acesso do cidadão	371
7	BIBLIOTECAS INSTITUCIONAIS.....	374
8	INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS	380
8.1.	Situação Atual	381
8.2	Diretrizes para Ampliação e Adequação da Infraestrutura Física	382
8.2.1.	Quadras Poliesportivas	384
8.2.2	Diretrizes para organização de ambientes dos câmpus	386
8.3	Regularização documental das edificações.....	391
8.4	Acessibilidade	392
8.5	Sustentabilidade.....	392
9	DEMONSTRATIVO DE CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRAS.....	394
9.1	A MATRIZ CONIF	395
9.2	A DIVISÃO DO ORÇAMENTO NO IFSP	396
9.3	EVOLUÇÃO DA MATRIZ CONIF - IFSP	398
9.4	PROJEÇÕES DA MATRIZ CONIF	400
9.5	CAPACIDADE FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA.....	402
9.6	SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA.....	407
9.7	DIRECIONAMENTO ESTRATÉGICO	408
9.8	ORÇAMENTO PARTICIPATIVO	409
	REFERÊNCIAS	411
	ANEXOS.....	414

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Linha do tempo do IFSP.....	30
Figura 2: Sede provisória em 1910 (Avenida Tiradentes).....	31
Figura 3: Primeira sede em 1920 (Santa Cecília).....	32
Figura 4: Primeira sede em 1920 (Santa Cecília). Figura 5: Documento de doação do prédio da Avenida São João. 33	
Figura 6: Primeira estrutura administrativa e de ensino da Escola de Aprendizes Artífices.....	34
Figura 7: Nova estrutura pedagógica-administrativa para a Escola de Aprendizes Artífices.....	35
Figura 8: Organograma da Escola Técnica Federal de São Paulo	42
Figura 9: Organograma do CEFET.	51
Figura 10: Municípios da Nova Alta Paulista.....	133
Figura 11: Estrutura de Comissões da metodologia do FDI/CONIF.	143
Figura 12: Processo de concepção do plano de desafios institucionais.....	148
Figura 13: Diagrama Referencial Institucional 2019-2023.	149
Figura 14: Ciclo PDCA no IFSP 2019-2023.....	163
Figura 15: Cursos de Extensão ofertados no 1º Semestre/2018	214
Figura 16: Organização da EaD no IFSP	229
Figura 17: Oferta sistêmica e em rede da EaD no IFSP.....	230
Figura 18: Fluxo de produção de recursos educacionais para EaD.....	234
Figura 19: evolução dos balizadores globais do IFSP em relação à oferta de cursos.	273
Figura 20: evolução da distribuição da oferta por tipo de curso no IFSP.	274
Figura 21: evolução dos balizadores do câmpus Araraquara.....	277
Figura 22: evolução dos balizadores do câmpus Avaré.....	277
Figura 23: evolução dos balizadores do câmpus Barretos	279
Figura 24 : evolução dos balizadores do câmpus Birigui	280
Figura 25: evolução dos balizadores do câmpus Boituva.....	281
Figura 26: evolução dos balizadores do câmpus Bragança Paulista.....	282
Figura 27: evolução dos balizadores do câmpus Campinas.	283
Figura 28: evolução dos balizadores do câmpus Capivari	286
Figura 29- Evolução dos balizadores do câmpus Caraguatatuba.....	287
Figura 30: evolução dos balizadores o câmpus Catanduva.....	288
Figura 31: evolução dos balizadores do câmpus Cubatão.....	289
Figura 32: evolução dos balizadores do câmpus Guarulhos.....	291
Figura 33: Evolução dos balizadores do câmpus Hortolândia.	293
Figura 34: evolução dos balizadores do câmpus avançado Ilha Solteira	293
Figura 35: plano de oferta de vagas de ingresso do câmpus Itapetininga.....	294
Figura 36: evolução dos balizadores do câmpus Itaquaquetuba.....	295
Figura 37: plano de oferta de vagas de ingresso do câmpus Jacareí.	296
Figura 38: evolução dos balizadores do câmpus Jacareí.	296
Figura 39: evolução dos balizadores do câmpus avançado Jundiaí	297
Figura 40: evolução dos balizadores do câmpus Matão	298
Figura 41: evolução dos balizadores do câmpus Piracicaba	299
Figura 42: evolução dos balizadores do câmpus Pirituba.	300
Figura 43: evolução dos balizadores do câmpus Presidente Epitácio	301
Figura 44: evolução dos balizadores do câmpus Registro.....	302
Figura 45: evolução dos balizadores do câmpus Salto.	303
Figura 46: evolução dos balizadores do câmpus São Carlos.	305
Figura 47: evolução dos balizadores do câmpus São João da Boa Vista.	307
Figura 48: Evolução dos balizadores do câmpus São José dos Campos	308
Figura 49: Evolução dos balizadores do câmpus avançado São Miguel Paulista.....	310
Figura 50- Evolução dos balizadores do câmpus São Paulo.	313
Figura 51: evolução dos balizadores do câmpus São Roque	314
Figura 52: evolução dos balizadores do câmpus Sertãozinho.	315
Figura 53- Evolução dos balizadores do câmpus Sorocaba.....	316

Figura 54:evolução dos balizadores do câmpus Suzano.....	317
Figura 55:evolução dos balizadores do câmpus Avançado Tupã.	318
Figura 56:evolução dos balizadores do câmpus Votuporanga.....	319
Figura 57: titulação dos servidores docentes do IFSP.....	355
Figura 58: titulação dos servidores técnico-administrativos do IFSP.	361
Figura 59 - Parâmetro sala de aula (m ² /aluno x Câmpus)	388
Figura 60 - Parâmetro sala de biblioteca (m ² /aluno x Câmpus).....	390
Figura 61 – histórico Matriz Conif - IFSP.....	398
Figura 62 – Projeção Matriz Conif do IFSP.....	400
Figura 63 – Orçamento: Pessoal.....	403
Figura 64 – Orçamento: Custeio.....	403
Figura 65 – Orçamento: Investimentos	404

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Unidade de Ensino implantadas até 2008.....	50
Quadro 2: câmpus implantados no período de 2009 a 2013.	55
Quadro 3: Instituições não-privadas de Educação Profissional na Área de Abrangência Direta.	139
Quadro 4: Cursos de Nível Técnico oferecidos por Instituições não-privadas da Área de Abrangência Direta... ..	141
Quadro 5: Defesa da Educação.	150
Quadro 6: Permanência e Êxito.	150
Quadro 7: Fortalecer a Imagem do IFSP.....	151
Quadro 8: Indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão.	151
Quadro 9: Sistemas informatizados e Governança.	152
Quadro 10: Quadro Gestão de Pessoas.....	152
Quadro 11: Gestão de Recursos.	153
Quadro 12: Plano de Apoio a Defesa da Educação.	154
Quadro 13: Plano Permanência e Êxito.	155
Quadro 14: Plano Fortalecer a Imagem do IFSP.....	156
Quadro 15: Plano Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.	157
Quadro 16: Plano Sistemas Informatizados e Governança	157
Quadro 17: Plano Gestão de Pessoas.....	158
Quadro 18: Plano Recursos.....	159
Quadro 19 - Indicadores Regulatórios do PDI-IFSP 2019-2023.	165
Quadro 20:Oferta de cursos de Pós-graduação por câmpus.....	197
Quadro 21:Acesso ao ensino profissional público federal no Brasil	254
Quadro 22:: plano de oferta de vagas de ingresso do câmpus Araraquara.....	276
Quadro 23- plano de oferta de vagas de ingresso do câmpus Avaré.....	277
Quadro 24:plano de oferta de vagas de ingresso do câmpus Barretos.....	279
Quadro 25:plano de oferta de vagas de ingresso do câmpus Birigui.....	280
Quadro 26 :plano de oferta de vagas de ingresso do câmpus Boituva	281
Quadro 27:plano de oferta de vagas de ingresso do câmpus Bragança Paulista	282
Quadro 28:plano de oferta de vagas de ingresso do câmpus Campinas.....	283
Quadro 29:plano de oferta de vagas de ingresso do câmpus Campos do Jordão	284
Quadro 30- Plano de oferta de vagas de ingresso do câmpus Capivari	285
Quadro 31- Plano de oferta de vagas de ingresso do câmpus Caraguatatuba	286
Quadro 32- Plano de oferta de vagas de ingresso do câmpus Catanduva.....	287
Quadro 33- Plano de oferta de vagas de ingresso do câmpus Cubatão.....	289
Quadro 34- Plano de oferta de vagas de ingresso do câmpus Guarulhos.....	290
Quadro 35- Plano de oferta de vagas de ingresso do câmpus Hortolândia.	292
Quadro 36: plano de oferta de vagas de ingresso do câmpus avançado Ilha Solteira.....	293
Quadro 37:plano de oferta de vagas de ingresso do câmpus Itapetininga.....	294
Quadro 38:plano de oferta de vagas de ingresso do câmpus Itaquaquecetuba	295
Quadro 39:evolução dos balizadores do câmpus avançado Jundiá.	297
Quadro 40-Plano de oferta de vagas de ingresso do câmpus Matão.	298
Quadro 41:Plano de oferta de vagas de ingresso do câmpus Piracicaba.....	299
Quadro 42:Plano de oferta de vagas de ingresso do câmpus Pirituba.....	300
Quadro 43:Plano de oferta de vagas de ingresso do câmpus Presidente Epitácio.....	301

Quadro 44: Plano de oferta de vagas de ingresso do câmpus Registro	302
Quadro 45: Plano de oferta de vagas de ingresso do câmpus Salto	303
Quadro 46- Plano de oferta de vagas de ingresso do câmpus São Carlos.....	304
Quadro 47-Plano de oferta de vagas de ingresso do câmpus São João da Boa Vista	306
Quadro 48-Plano de oferta de vagas de ingresso do câmpus São José dos Campos.	308
Quadro 49-Plano de oferta de vagas de ingresso do câmpus avançado São Miguel Paulista	310
Quadro 50-Plano de oferta de vagas de ingresso do câmpus São Paulo.	311
Quadro 51-Plano de oferta de vagas de ingresso do câmpus São Roque.	314
Quadro 52-Plano de oferta de vagas de ingresso do câmpus Sertãozinho.	315
Quadro 53-Plano de oferta de vagas de ingresso do câmpus Sorocaba.	316
Quadro 54- Plano de oferta de vagas de ingresso do câmpus Suzano.....	317
Quadro 55:plano de oferta de vagas de ingresso do câmpus avançado Tupã	318
Quadro 56:plano de oferta de vagas de ingresso do câmpus Votuporanga	319
Quadro 57: regime de trabalho dos docentes do IFSP.....	355
Quadro 58: classes e níveis da carreira do magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.....	356
Quadro 59: distribuição dos servidores técnicos-administrativos quanto ao nível.	360
Quadro 60: Acervo das bibliotecas do IFSP.	375
Quadro 61: Bases de dados disponíveis no Portal de Periódicos da CAPES para o IFSP.....	376
Quadro 62: Espaço físico, horário de funcionamento e pessoal técnico-administrativo das bibliotecas do IFSP.	378

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1- Dados demográficos de Votuporanga/SP.....	136
Tabela 2-Instituições de Nível Médio, Nível Técnico e Nível Superior da Região de Votuporanga.....	136
Tabela 3- Quantitativo matrículas nas redes públicas e privadas do Ensino Fundamental e Médio.	138
Tabela 4 - Número de cursos técnicos de nível médio por eixo em agosto de 2018	180
Tabela 5 - Número de cursos superiores de tecnologia por eixo em agosto de 2018	180
Tabela 6 - Número de cursos bacharelados em agosto de 2018.....	181
Tabela 7-Número de cursos de licenciaturas em agosto de 2018	181
Tabela 8-cursos técnicos de nível médio na forma integrada –em agosto de 2018.....	184
Tabela 9- Oferta por curso técnico na forma concomitante/subsequente dos anos 2012 a 2017.....	185
Tabela 10-PROEJA por câmpus.....	189
Tabela 11- Ingressantes acumulados de 2018 a 2023.....	272
Tabela 12-ingressantes acumulados equivalentes (IAE) e percentual por tipo de oferta do IFSP.....	273
Tabela 13 - Levantamento dos espaços físicos dos câmpus IFSP	382
Tabela 14 - Restaurante, Cantina/ Refeitório e Espaço de Convivência	389
Tabela 15 - Evolução da matriz Conif – IFSP.....	399
Tabela 16 – Projeções da Matriz Conif do IFSP.....	401
Tabela 17 – Evolução do orçamento do IFSP.....	405

1 PERFIL INSTITUCIONAL

1.1 INTRODUÇÃO

Para favorecer a avaliação das Instituições de Ensino Superior (IES), o Ministério da Educação-MEC criou o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES - Lei nº 10.861/2004). No entanto, o MEC constatou a necessidade de utilizar um instrumento de avaliação que evidenciasse o Planejamento Estratégico das IES. Por conseguinte, o Decreto nº 9.235/2017 traz a obrigatoriedade do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), contendo os itens mínimos que o Planejamento de uma IES deve ter.

Dentre os itens mínimos do Decreto supracitado, destaca-se aqui o que diz respeito ao Planejamento Institucional, em que a IES deve apresentar os preceitos que irá seguir para o alcance efetivo de seu desenvolvimento, indicando assim seus objetivos e metas.

Sendo assim, o Instituto Federal de São Paulo-IFSP elaborou uma proposta de sete desafios que foram amplamente discutidos por toda a comunidade, para tanto, foi feita uma análise dos seguintes documentos: PDI 2014-2018; Plano de Gestão (já que trata-se de uma plataforma democraticamente eleita pela comunidade acadêmica); Referenciais regulatórios inerentes às Instituições de Ensino e os Métodos de elaboração de PDI utilizados por outros Instituto Federais, conforme consta na Resolução nº 53/2017 do IFSP.

A coleta de dados foi feita através de trinta e seis Comissões Locais de elaboração do PDI 2019-2023 que organizaram enquetes, grupos e Fóruns de Desenvolvimento Institucional. Ao todo 3.853 pessoas foram consultadas entre outubro e dezembro de 2017. As contribuições recebidas foram analisadas e sistematizadas da seguinte forma:

1. Agrupamento das contribuições por categorias: indicadores, metas e iniciativas;
2. Estudo das exigências legais quanto a indicadores e metas;
3. Proposição de um painel (Matriz-Base) com desafios, indicadores e iniciativas;

O IFSP elaborou 7 Desafios com 22 Indicadores de Desempenho Institucionais que apresentam 36 Ações Institucionais a serem realizadas entre 2019 e 2023.

Assim, este documento apresenta o Perfil Institucional do IFSP, com seu Histórico, Missão, Visão, Valores e o Planejamento Institucional: desafios, indicadores e portfólio de ações.

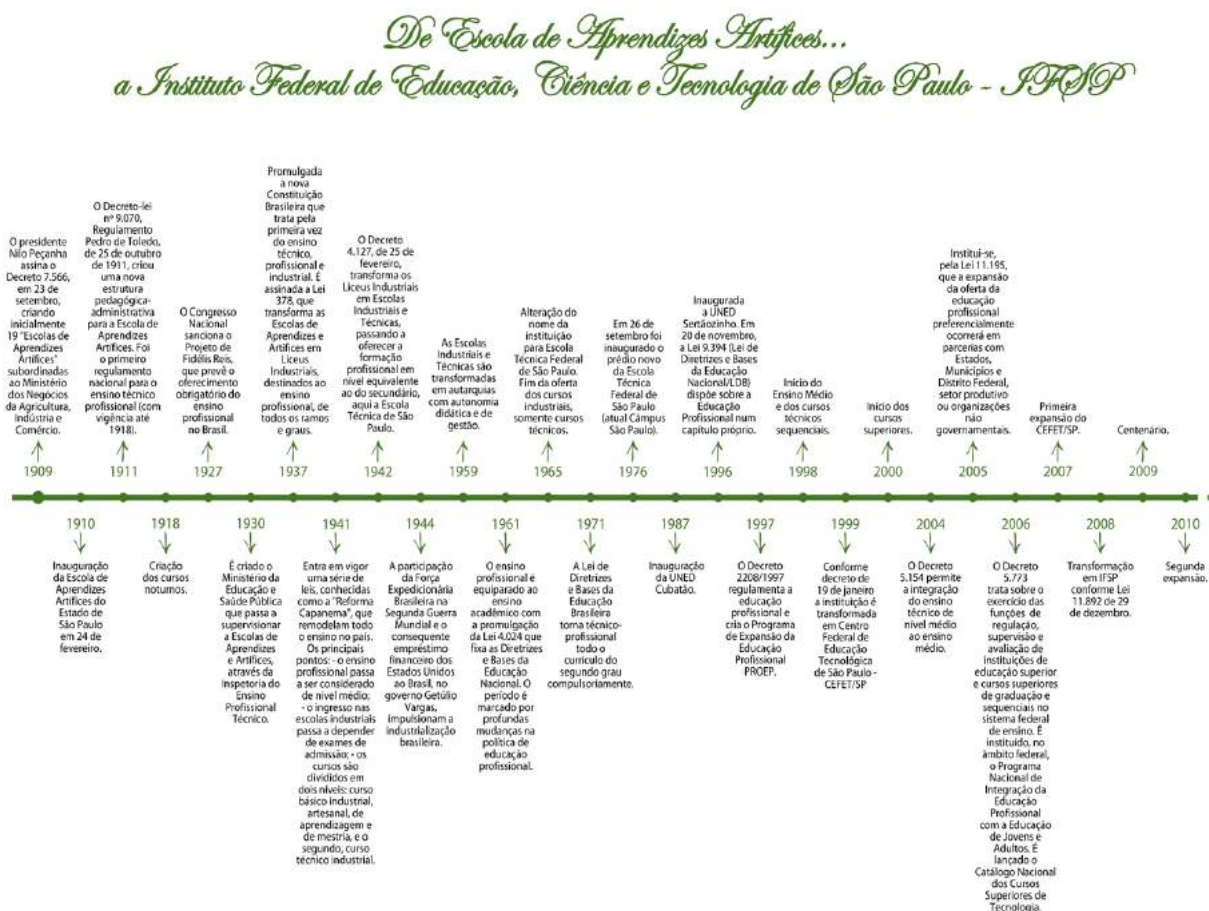
1.1. HISTÓRICO

O IFSP- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, constituído pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, possui como escopo os serviços educacionais destinados à educação profissional e tecnológica, a distância e educação de Jovens e Adultos (PROEJA), em diferentes níveis de ensino (básico, técnico e superior), formas de articulação (integrado, concomitante e subsequente) e modalidades.

O IFSP se origina historicamente com a Escola de Aprendizes Artífices de São Paulo, posteriormente Liceu Industrial de São Paulo, Escola Industrial de São Paulo, Escola Técnica de São Paulo, Escola Técnica Federal de São Paulo e Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo.

Com você, planejando o futuro.

Figura 1: Linha do tempo do IFSP.



Fonte: Anuário IFSP nº 1, 2016.

1.1.1 Escola de Aprendizes Artífices

As **Escolas de Aprendizes Artífices (EAA)** foram criadas por Nilo Peçanha, pelo Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, nas capitais dos estados existentes, com o objetivo de formar operários e contramestres por meio do ensino prático e conhecimentos técnicos. No início, a formação era estritamente profissional, depois os estudos regulares foram agregados.



Nilo Procópio Peçanha
(1867 – 1924)

Foi advogado e iniciou a carreira política como deputado na Assembleia Nacional Constituinte (1890-1891). Foi vice-presidente da República (1906-1909). Assumiu a presidência do Brasil após o falecimento do presidente Afonso Pena, governando o país de 14/06/1909 a 15/11/1910.

Impulsionou o ensino técnico-profissional (Escola de Aprendizes Artífices), reorganizou o Ministério da Agricultura e criou o Serviço de Proteção ao Índio. Foi várias vezes deputado (1890 a 1902), senador (1903 a 1904, 1912 a 1914 e 1921 a 1924), presidente da província do Rio de Janeiro (1903 a 1906 e 1914 a 1917). Foi defensor do voto feminino na Câmara e Senado. Criou lei permitindo o trabalho feminino nas repartições públicas.

- Inaugurada em 1910, a Escola de Aprendizes Artífices de São Paulo tinha sua oferta organizada da seguinte forma: **Cursos:** Tornearia, Mecânica Eletricidade, Carpintaria e Artes Decorativas.
- **Regime:** Externato.
- **Público-Alvo:** menores de famílias de baixa renda, a partir de 12 anos de idade.

Em 19 de fevereiro de 1910, a Escola foi instalada provisoriamente no Bairro da Luz, em prédio da Avenida Tiradentes.

Figura 2: Sede provisória em 1910 (Avenida Tiradentes).



Fonte: Anuário IFSP nº 1, 2016.

Em 1920, recebeu doação de terreno, onde foi construído o prédio no Bairro Santa Cecília. Essa rua, atualmente Rua Coronel Júlio Marcondes Salgado, na época, era um trecho da Avenida São João.

Figura 3: Primeira sede em 1920 (Santa Cecília).



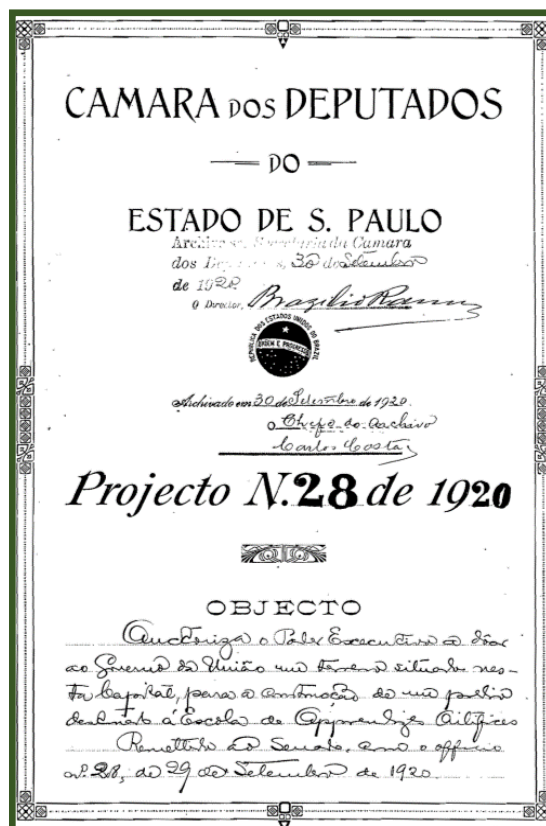
Fonte: Anuário IFSP nº 1, 2016.

Figura 4: Primeira sede em 1920 (Santa Cecília).



Fonte: Anuário IFSP nº 1, 2016.

Figura 5: Documento de doação do prédio da Avenida São João.



Fonte: Anuário IFSP nº 1, 2016.

Conforme Decreto-lei nº 7.566, de 23 de setembro de 1909

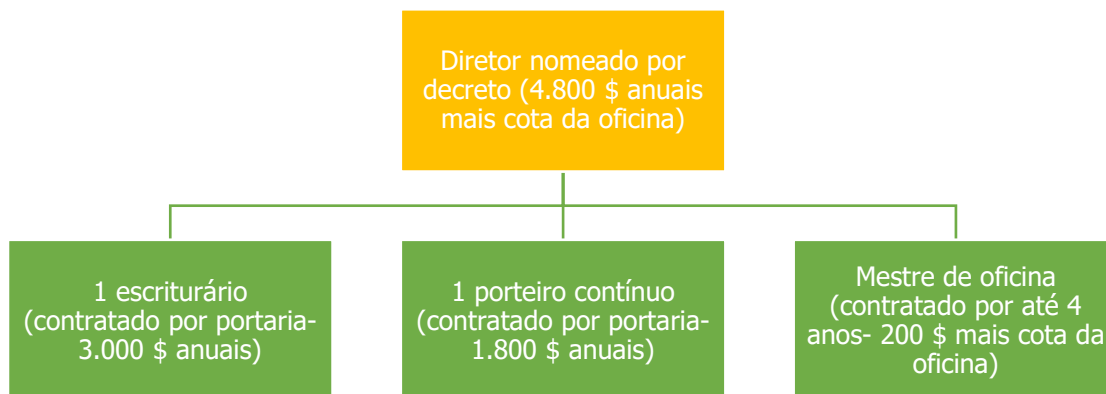
O objetivo das Escolas de Aprendizes Artífices era de formar operários e contramestres com ensino prático e conhecimento técnico para a aprendizagem de um ofício.

Perfil dos educandos: idade entre 10 e 13 anos e não sofrer doenças infectocontagiosas.

Os valores provenientes da comercialização dos artefatos produzidos nas oficinas eram distribuídos entre o diretor, os mestres e os aprendizes, proporcionalmente, nos termos da lei.

A figura 6 representa a estrutura organizacional da Escola de Aprendizes Artífices:

Figura 6: Primeira estrutura administrativa e de ensino da Escola de Aprendizes Artífices.



Fonte: Anuário IFSP nº 1, 2016.

O Decreto-lei nº 9.070, de 25 de outubro de 1911, criou uma nova estrutura pedagógica-administrativa para a Escola de Aprendizes Artífices. Esse é o primeiro regulamento nacional para o ensino técnico-profissional (com vigência até 1918), conhecido como Regulamento Pedro de Toledo, com as seguintes regras:

- Ano escolar: dez meses;
- Duração do curso: 4 anos;
- Regime: externato;
- Aprendizado de um único ofício por aluno;
- Introduz no horário diurno os cursos: primário e desenho, que passam a ser obrigatórios;
- Idade de matrícula foi alterada para 12 a 16 anos e incluída a proibição do ingresso de pessoas com deficiência física.

Decreto-lei nº 9.070, de 25 de outubro de 1911: Nova estrutura pedagógica-administrativa

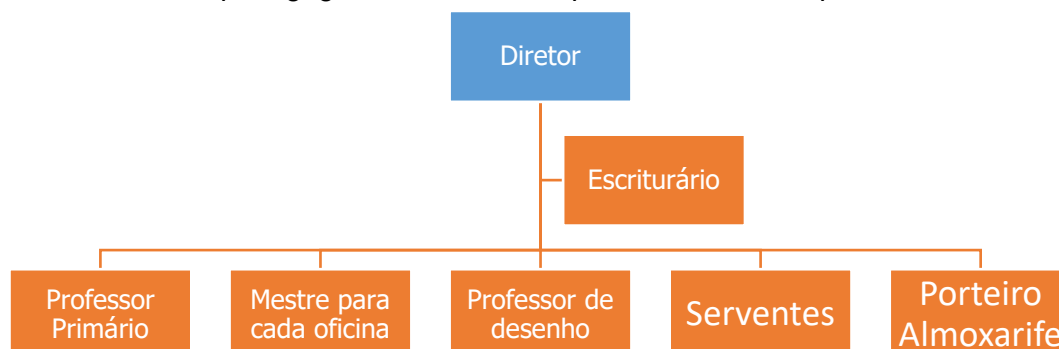
Foram incluídos os professores para o ensino primário, além de dois serventes;

Autorizada a contratação de professores adjuntos quando o número de alunos por oficina ultrapassar a marca de 50 alunos;

Garantida a autonomia: “Os programas para os cursos e oficinas serão formulados pelos professores e mestres de oficinas, adotados provisoriamente pelo director [diretor] e submetidos a aprovação do Ministro” (GOVERNO FEDERAL, 1915, p. 345).

A figura 7 representa a nova estrutura pedagógica-administrativa para a Escola de Aprendizes e Artífices:

Figura 7: Nova estrutura pedagógica-administrativa para a Escola de Aprendizes Artífices.



Fonte: Anuário IFSP nº 1, 2016.



João Evangelista Silveira da Mota
(fev/1910 a fev/1932)

Projeção nacional pelos trabalhos desenvolvidos pelos alunos e professores. Como o Planejamento e a construção de uma locomotiva.

Após a gestão de João Evangelista Silveira da Mota por 22 anos, assumiram a Escola no período de fevereiro de 1932 a janeiro de 1937:

- Sebastião de Queiroz Couto (fev./1932 a nov./1933);
- Francisco da Costa Guimarães (nov./1933 a jun./1934);
- Glicério Rodrigues Filho (jun./1934 a jan./1937).

1.1.2 Liceu Industrial de São Paulo

O Departamento Nacional da Educação, originário da nova organização do Ministério de Educação e Saúde, promulgada pela Lei nº 378/1937, estruturou o ensino em oito divisões: primário, industrial, comercial, doméstico, secundário, superior, extraescolar e educação física.

As principais modificações foram:

- Implantação da Divisão do Ensino Industrial.
- Transformação das Escolas de Aprendizes Artífices em Liceus destinados ao ensino profissional de todos os ramos e graus. Os liceus funcionavam como manufaturas, isto é, na fabricação e comércio da produção.
- A Lei nº 378 de 13 de janeiro de 1937 também determinou a propagação do ensino profissional no país com novos Liceus (rede pública e privada). Dessa lei também resultou a criação do SENAI e SENAC nos anos quarenta.

Glicério Rodrigues Filho permaneceu na gestão da Escola até setembro de 1939, quando retornou Francisco da Costa Guimarães até agosto de 1942, período de transformação para Escola Técnica de São Paulo.

1.1.3 A Reforma Capanema

Gustavo Capanema Filho nasceu em 1890, em Pitangui (Minas Gerais), formou-se em Direito e, em 1927, foi eleito vereador na sua cidade natal.

Em 1929, tornou-se oficial de gabinete do governo mineiro de Olegário Maciel e, em novembro desse mesmo ano, assumiu a secretaria do interior, sucedendo Francisco Campos. Com a morte de Olegário Maciel, em 5 de novembro de 1933, Gustavo Capanema assumiu o governo de Minas.

Em 1934, foi nomeado, por Getúlio Vargas, Ministro da Educação e Saúde Pública, permanecendo no cargo por 11 anos, até o final do Estado Novo (1945). Por sua iniciativa, começaram a ser reformados alguns ramos do ensino. Essas reformas,

nem todas realizadas sob o Estado Novo, tomaram o nome de Leis Orgânicas do Ensino, conhecidas como Reforma Capanema.

Para uma melhor compreensão das mudanças educacionais, com início em 10 de novembro de 1937 até 29 de outubro de 1945, dividimos este período em duas fases:

1ª Fase: 1930-1937: Governo provisório, lutas ideológicas sobre o regime, mobilização do setor econômico para recuperação financeira. Na educação: Reforma Francisco Campos e Manifesto dos Pioneiros (XAVIER, 1990; ROMANELLI, 2002; BORGES NETTO; SANTOS, 2008);

2ª Fase: Estado Novo (1937-1946): Regime totalitário, implantação da indústria pesada e Estado desenvolvimentista. Na educação: Decretação das leis Orgânicas de Ensino e criação do SENAI e SENAC (XAVIER, 1990; ROMANELLI, 2002; BORGES NETTO; SANTOS, 2008).

Para o Ensino Primário, os estados, territórios e distrito federal deveriam organizar seus respectivos sistemas.

A lei orgânica do Ensino Secundário, Decreto-lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942, se ocupou do ensino médio, que antes de sua reforma era visto apenas como uma preparação para o ensino superior, alcançado basicamente pela elite.

A reforma Capanema tinha como objetivo mudar a visão do Ensino Secundário, conservando a divisão em dois ciclos: ginasial (4 anos de duração) e colegial (3 anos de duração). O colegial passou a ser dividido em duas modalidades, para os estudantes que iriam para o ensino superior Clássico e Científico. Para aqueles que tinham urgência no ingresso ao mercado de trabalho, havia o Ensino Normal e o Técnico, este último dividido em: industrial, comercial e agrícola.

Todo o processo de reformulação educacional baseou-se no cenário de crescimento do capitalismo industrial brasileiro. As necessidades deste contexto também foram destacadas nas orientações curriculares por meio de uma maior importância dos conhecimentos científicos (BORGES NETTO; SANTOS, 2008).

Tal reforma garantiu uma formação profissionalizante para o povo, porém, sem deixar de conduzir a elite à formação superior. As mudanças que aconteceram entre os anos de 1930 e 1960, advindas do desenvolvimento do capitalismo industrial considerava alguns fatores: evolução da produção; o potencial do desenvolvimento

tecnológico; a urgência do aumento do consumismo; e a necessidade da mão de obra capacitada (XAVIER, 1990; ROMANELLI, 2002).

Independente dos possíveis avanços que se possa verificar na legislação, a Reforma Capanema criou um sistema dual de ensino, mesmo que estabelecendo um projeto de educação especificado: uma educação para pensar e outra para produzir (BORGES NETTO; SANTOS, 2008).

1.1.4 Escola Técnica de São Paulo

O Decreto-Lei nº 4127, de 25 de fevereiro de 1942, estabeleceu as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial, mudando a denominação dos liceus para Escolas Técnicas (adicionando o nome da cidade de localização).

Foi por conta deste decreto que se deu a criação da Escola Técnica de São Paulo, embora ainda não autorizada a funcionar, visando à oferta de “cursos técnicos e os cursos pedagógicos, e os cursos industriais e os cursos de mestría, desde que compatíveis com as suas instalações” (DECRETO-LEI nº 4.127, 1942). Instituiu também essa legislação, que o início do funcionamento da Escola Técnica de São Paulo estaria na dependência de que fossem construídas e montadas novas e próprias instalações, mantendo-a enquanto não se concretizassem essas condições na situação de Escola Industrial de São Paulo.

Prosseguindo as providências de regulamentação para a organização do novo espaço do ensino técnico, coube ao Decreto nº 11.447, de 23 de janeiro de 1943, fixar os limites da ação didática nas escolas técnicas e nas industriais.

Retornando à questão das diversas denominações do CEFET SP, segundo material documental apurado pela Comissão de elaboração do PDI 2014-2018 do IFSP, foi encontrado em prontuários de seus ex-diretores, a existência de menção ao nome de Escola Industrial de São Paulo em raros documentos.

As imagens e descrições abaixo remetem às informações dos ex-diretores da Escola Técnica Federal:

Isac Elias de Moura

(ago/1942 a jul/1952)



A Comissão Brasileiro-Americana de Educação Profissional, em 1947, o indicou para acompanhar a administração de estabelecimento de ensino industrial.

Em 1948, participou de curso de Especialização no *State College* na Pennsylvania, juntamente com outros diretores de escolas federais.

Luiz Domingues de S. Marques

(out/1952 a dez/1953)



Aluno egresso do Instituto Parobé (1917), tendo sido nomeado Mestre da Escola Industrial Elementar de Caxias em 1919. Atuou como Professor de Artes do Edifício no Instituto Parobé (1921 a 1923), tendo participado dos trabalhos da Comissão de Remodelação do Ensino Profissional Técnico junto ao grupo de João Luderitz (1925). Diplomado em Artes Decorativas, foi transferido por interesse da Administração da EAA de Santa Catarina para EAA de São Paulo no cargo de Professor de Desenho Ornamental, sendo designado como Professor-Chefe em 31 de março de 1945 e, posteriormente, Diretor (Anuário IFSP nº 1, 2016).



Djalma da Fonseca Neiva

(mar/1954 a dez/1962)

Nomeado para o funcionalismo público em abril de 1933 (atuou em Natal e Salvador). Em abril de 1945, foi transferido para São Paulo como Professor de Construção em Montagem de Máquinas, passando no ano seguinte a Chefe do Curso de Mecânica de Máquinas. Durante seu mandato, passou a vigorar a Lei nº 3552/59, a qual criou o Conselho de Representantes. Por força da mesma Lei, a escola passou a contar também com um Conselho dos Professores incumbido dos assuntos didático-pedagógicos (Anuário IFSP nº 1, 2016).



René François Joseph Charli

(dez/1962 a out/1963)

Belga, naturalizado brasileiro, formado como Cirurgião Dentista e Licenciado em Matemática. Nomeado como Professor de Matemática, em 16 de abril de 1956, após aprovação em concurso.

Após sua trajetória na Escola Técnica de São Paulo, foi Professor Titular de Cálculo Diferencial e Integral do Instituto de Matemática e Estatística da USP (Anuário IFSP nº 1, 2016).



Luiz Gonzaga Ferreira

(out/1963 a mar/1964)

Foi interventor na Escola Técnica de São Paulo. Depois de interventor, foi presidente do Conselho de Representantes. Durante a Ditadura Militar, foram afastados e aposentados oito docentes da instituição (Anuário IFSP nº 1, 2016).

1.1.5 Escola Técnica Federal de São Paulo

A denominação de Escola Técnica Federal surgiu no segundo ano do governo militar, por ato do Presidente Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco (15.04.1964 a 15.03.1967), incluindo pela primeira vez a expressão federal em seu nome e, dessa maneira, tornando clara sua vinculação direta à União.

Essa alteração foi disciplinada pela aprovação da Lei nº. 4.759, de 20 de agosto de 1965, que abrangeu todas as escolas técnicas e instituições de nível superior do sistema federal.

Foi, portanto, na condição de Escola Técnica Federal de São Paulo (ETFSP) que ocorreu, no dia 23 de setembro de 1976, a mudança para as novas instalações no Bairro do Canindé, na Rua Pedro Vicente, 625. A nova sede ocupava uma área de 60.000 m², dos quais 15.000 m² construídos e 25.000 m² projetados para construção; segundo o sr. Vicente Graciano (1986), “na mudança a escola ampliou-se bastante, possuindo 22 turmas”.

À medida que a escola ganhava novas condições, outras ocupações surgiram no mundo do trabalho e outros cursos foram implantados. Dessa forma, surgiram os cursos técnicos de Eletrotécnica (1965), os de Eletrônica e Telecomunicações (1977) e o de Processamento de Dados (1978), que se somaram aos de Edificações e Mecânica que já eram oferecidos (IFSP, 2009).

No ano de 1971, foi celebrado o Acordo Internacional entre a União e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), cuja proposta era a criação de Centros de Engenharia de Operação, um deles junto à escola paulista. Embora não autorizado o funcionamento do referido Centro, a Escola Técnica Federal de São Paulo acabou recebendo máquinas e outros equipamentos por conta do acordo.

O destaque e o reconhecimento da ETFSP iniciaram-se com a Lei nº. 5.692/71, possibilitando a formação de técnicos com os cursos integrados (médio e técnico), cuja carga horária, para os quatro anos, era em média de 4.500 horas/aula (IFSP, 2009).

Também foram características marcantes dessa época as alterações da legislação abordando o funcionamento da escola, com implicações na nomeação de seu diretor. Uma delas foi propiciada pelo Decreto nº 75.079, de 12 de dezembro de

Com você, planejando o futuro.

1974, assinado pelo Presidente Ernesto Geisel (15.03.1974 a 15.03.1979), que dispunha sobre a organização das escolas federais e criava a figura de novas instâncias: uma consultiva, denominada de Conselho Superior, em substituição ao Conselho de Representantes, e as de Direção Superior, responsáveis pela administração da escola. Mencionava ainda o decreto que “cada escola será dirigida por um Diretor, que será seu representante legal, e os Departamentos por chefes, cujos cargos serão providos na forma da legislação específica” (DECRETO nº 75.079, 1974).

A figura 8, representa a organização administrativa da Escola Técnica Federal de São Paulo:

Figura 8: Organograma da Escola Técnica Federal de São Paulo



Fonte: Anuário IFSP nº 1, 2016.

Nova alteração ocorreria no ano de 1981, agora por força do Decreto nº 85.843, de 25 de março daquele ano. Significaram esses dois Decretos a permanência no poder do Professor Theofilo Carnier, que havia sido nomeado como Diretor Executivo da escola em 24 de janeiro de 1974, inicialmente para um mandato de três

anos, até o ano de 1986; dez anos, portanto, além do previsto pela norma anterior.

Finalmente, foi no ano de 1986 que, pela primeira vez, professores, servidores administrativos e alunos participaram diretamente da escolha do diretor, mediante a realização de eleições. Após a realização do processo eleitoral, os três candidatos mais votados, de um total de seis que concorreram, compuseram a lista tríplice encaminhada ao Ministério da Educação para a definição daquele que seria nomeado.

A realização da primeira eleição para a escolha do diretor da escola constituiu-se em divisor importante na história da Escola. Conforme comprovado pelas informações obtidas na Revista Homem & Técnica, publicação interna da escola, o processo eleitoral dava mostra de novos tempos para a instituição (IFSP, 2009).

O avanço na democratização da escola com a escolha do diretor mediante eleições diretas, realizadas em 1986, era uma aspiração antiga da comunidade escolar, transformada em realidade pela iniciativa da Associação dos Servidores da Escola Técnica Federal de São Paulo – ASSETEFESP. Eleito por 130 votos, o professor Antônio Soares Cervila teve aprovada sua plataforma eleitoral, que propunha uma luta constante para tentar melhorar a qualidade do ensino, estimular a participação de servidores e estudantes na gestão escolar e mudar estruturas obsoletas, com transparência e democracia, sobretudo sem ilusões (IFSP, 2009).

Foi na primeira gestão de Cervila que houve o início da expansão das unidades descentralizadas da escola, com a criação, em 1987, da primeira do país, no município de Cubatão. A segunda Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) do estado de São Paulo principiou seu funcionamento no ano de 1996, na cidade de Sertãozinho, já na gestão de Francisco Gayego Filho, com a oferta de cursos preparatórios e posteriormente, ainda no mesmo ano, com as primeiras turmas do Curso Técnico de Mecânica, desenvolvido de forma integrada ao ensino médio.

Dessa maneira, em face da transição, Theofilo Carnier foi o primeiro diretor da Escola Técnica Federal de São Paulo, seguido por dois mandatos de Antonio Soares Cervila, tendo sido eleito em ambos. Coube a Francisco Gayego Filho, também eleito pela comunidade escolar, fechar esse ciclo e realizar a transição para a condição de Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo.

As imagens e descrições abaixo remetem às informações dos ex-diretores da Escola Técnica Federal de São Paulo:



Antonio André Mendonça de Queirós Telles
(ag/1964 a dez/1965)

Professor de Geografia e História, Bacharel em Direito: ingressou como docente de Geografia e História, em abril de 1956. Sua designação para função de Diretor ocorreu por ocasião da Ditadura Militar, como intervenção. Em sua gestão, ocorreram dois fatos importantes sob o ponto de vista institucional: coube a ele encerrar o período de intervenção na instituição e a transição para Escola Técnica Federal de São Paulo (Anuário IFSP nº 1, 2016).



Moacir Benvenuto
(dez/1965 a dez/1969)

Iniciou sua carreira na Rede Federal em 1945, em Florianópolis, como docente da disciplina de Desenho Ornamental. Desempenhou o cargo de Diretor Executivo entre agosto de 1961 a abril de 1963, quando foi exonerado a pedido. Em setembro de 1963, por ato do Ministro da Educação, foi designado como interventor da Escola Industrial Coriolano de Medeiros, atual IFPB, onde foi diretor.

Foi removido para a Escola Técnica de São Paulo, *ex officio*, no interesse da administração, em março de 1965. Aproximadamente nove meses após sua chegada em São Paulo, por decisão do Conselho de Representantes, foi designado para o cargo de Diretor Executivo, no período compreendido entre dezembro de 1965 a dezembro de 1968. A partir de 1969, desenvolveu diversas outras funções na escola, tais como: a coordenação das disciplinas de cultura geral; aulas da disciplina de Organização Social e Política Brasileira, participações como membro ou presidente em comissões diversas; e a de Chefe do Departamento Pessoal, de junho de 1975 a novembro de 1977, data de sua aposentadoria (Anuário IFSP nº 1, 2016).



Miguel Bianco
(jan/1969 a fev/1970)

Formado pela Politécnica de São Paulo, ingressou na escola como Professor de Desenho de Máquinas e Eletricidade. Seu primeiro cargo de gestão ocorreu em junho de 1956 na condição de Professor Chefe Desenho de Máquinas e de Eletrotécnica. Foi nomeado Diretor Executivo, por Portaria do Conselho de Representantes, em janeiro de 1969, permanecendo na função até fevereiro de 1970, quando se afastou, a pedido, antes de completar os três anos para os quais havia sido designado. Na mesma data de seu afastamento como Diretor, foi designado, também pelo referido Conselho, para a função de Diretor Assistente. Durante o período de março de 1971 a março de 1973, permaneceu licenciado da escola por interesse particular, recebendo seu título de inatividade em abril de 1979. Continuou trabalhando na escola e, no período de fevereiro a outubro de 1981, foi designado para o cargo de Direção e Assessoramento Superior e Chefe do Departamento Pessoal. Em maio de 1974, recebeu ofício de agradecimento pelos serviços prestados durante o período de fevereiro de 1970 a outubro de 1973, na condição de Diretor Executivo, assinada por Álvaro Augusto da Fonseca, Presidente do Conselho de Representantes (Anuário IFSP nº 1, 2016).



Theóphilo Carnier
(abr/1974 a ago/1986)

Formação: Bacharelado em Teologia, Licenciatura em Filosofia, Registro de Professor de Inglês para 1º e 2º ciclos, Especialização em Filosofia da Educação, Mestre em Teologia pela Union Theological Seminary (EUA).

Ingressou em fevereiro de 1973 como docente da área de Ciências Sociais. Foi Diretor Administrativo de maio de 1973 até assumir a Diretoria Executiva em 30 de abril de 1974. Seu mandato foi alterado conforme Decreto nº 77.336, de 25 de março de 1976, que estabeleceu a nomeação de diretores de autarquias por ato do

Presidente da República. Permaneceu como Diretor da Escola Técnica de São Paulo por mais de doze anos.

Um fato importante de sua gestão foi a mudança para o prédio da Rua Pedro Vicente, no dia 23 de setembro de 1976 (Figuras 10 e 11). Vale destacar o início de novos cursos técnicos e a forte procura pela escola proporcionada pela excelência da qualidade.



Antonio Soares Cervila
(ago/1986 a ago/1994)

Formação: Técnico em Contabilidade; Técnico em Máquinas e Motores; Bacharel em Ciências Econômicas; Licenciado em Pedagogia com habilitações em Administração e Supervisão Escolar; Graduação em Formação Especial do Currículo do Ensino do 2º grau com habilitação em Processamento de Dados; Mestre em Ciências pela Oklahoma *State University*.

Inaugurou a expansão da REDE no país: primeira Unidade Descentralizada na cidade de Cubatão em 1987. Iniciou sua carreira docente na Escola Técnica Federal, em setembro de 1970, como professor da disciplina de Máquinas e Motores, da área de Mecânica.

Na Administração Escolar, atuou como Chefe do Almoxarifado; Assistente do Departamento de Administração entre 1976 e 1980; e Chefe do Departamento de Administração entre 1981 e 1986.

Nomeado Diretor, ao vencer as primeiras eleições diretas com a participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica, foi reeleito.

Atuou no processo de solidificação da instituição, no âmbito político (processo eleitoral) e educacional com o destaque obtido pelos cursos técnicos integrados e na expansão da Escola (UNED Cubatão).

Após sua passagem pela direção, foi cedido, em 1995, para a Prefeitura Municipal de Franca, para assumir a Chefia do Departamento do Curso de Administração da Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis de Franca. Lecionou na UNED de Sertãozinho até a aposentadoria, em julho de 2003 (Anuário IFSP nº 1, 2016).



Francisco Gayego Filho
(ago/1994 a jan/1999)

Formação: Técnico Industrial de Mecânica de Máquinas; Técnico de Construção de Máquinas e Motores; Engenheiro Metalurgista; Mestre em Ciências pela Oklahoma *State University*.

Atuou na gestão da instituição como Coordenador de Ensino (1979), posteriormente como Assessor da Diretoria, Assistente do Departamento de Administração, Coordenador de Planejamento, Vice-Diretor e nomeado Diretor em 1994.

Principais ações:

- **Implantação da UNED Sertãozinho em 1996**, a segunda do Estado de São Paulo, no prédio provisório e também a oficina mecânica, os laboratórios de Hidráulica, Pneumática, Metrologia e Caldeiraria;
- Criação da Associação de Pais e Mestres;
- Projeto e instalação do Anfiteatro Prof. Aldo de Vicenzo, com a instalação de ar-condicionado central;
- **Entrada no processo para transformação de Escola Técnica Federal para CEFET-SP** e implantação dos cursos superiores de Automação (Tecnologia em Automação Industrial);
- Aquisição do 1º laboratório de Automação Industrial (célula manufatura), único nos CEFETs da época;
- Na UNED Cubatão: esforços para doação do terreno, viabilização de recursos para a construção do prédio novo e implantação de eleição para Direção da UNED;
- Acréscimo de dois anos de mandato, na condição de Pro Tempore, em virtude da transformação da ETFSP em CEFET. Em junho de 2006, foi designado como Diretor da Unidade Descentralizada de Bragança Paulista, onde se aposentou (Anuário IFSP nº 1, 2016).

1.1.6 Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo (CEFET-SP)

Foi por força de um decreto sem número, de 18 de janeiro de 1999, editado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso (segundo mandato, de 01.01.1999 a 01.01.2003), que se oficializou a mudança de denominação para Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo (CEFET-SP), ampliando as possibilidades de atuação e objetivos.

Ainda no primeiro governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, foi adotada uma estratégia para o financiamento da ampliação e reforma de prédios escolares, da aquisição de equipamentos da capacitação de servidores; esse financiamento, no caso das instituições federais, passou a ser realizado com recursos do Programa de Expansão da Educação Profissional- PROEP (IFSP, 2009).

No entanto, a escola sofria a influência do Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997, do presidente Fernando Henrique Cardoso, pelo qual todos os sistemas de ensino (federal, estadual e privado) foram obrigados, por decreto federal, a restringir-se ao oferecimento do ensino técnico modular, excluindo-se desses módulos as disciplinas de formação geral. A partir de 2004, com a publicação do Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, que revogou o Decreto nº 2.220, por decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, cada sistema de ensino (federal, estadual ou privado) pôde voltar a oferecer o ensino técnico integrado ao ensino médio ou continuar oferecendo apenas ensino técnico modular (IFSP, 2014).

A obtenção do status de CEFET também agilizou a entrada da escola no oferecimento de cursos superiores, em especial na Unidade de São Paulo, na qual, no período compreendido entre 2000 a 2008, foram implantados diversos desses cursos, voltados à formação de tecnólogos na área da Indústria e de Serviços, Licenciaturas e Engenharias.

Desta maneira, as peculiaridades da escola criada há quase um século, cuja memória estrutura sua cultura organizacional, foi alterada na última década em decorrência da criação de novas unidades e, conseqüentemente, com a abertura de novas oportunidades de atuação educacional e de discussão dos objetivos de sua função social.

A obrigatoriedade do foco na busca da perfeita sintonia entre os valores e possibilidades da instituição e as demandas da sociedade de cada nova localidade na qual se implanta uma Unidade de Ensino passaram, então, a influir na necessidade de flexibilização da gestão escolar e construção de novos mecanismos de atuação.

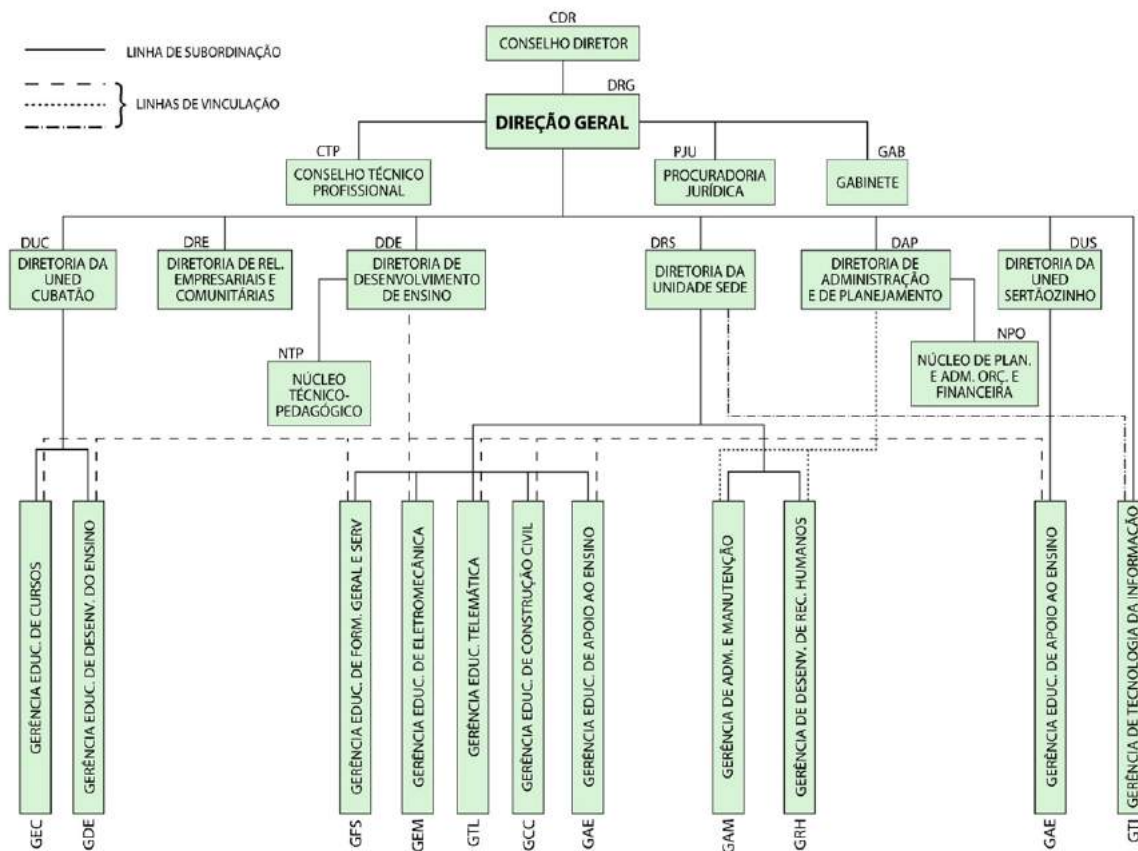
Nesse período, a instituição passou a ser constituída por dez Unidades de Ensino Descentralizadas, conforme indicado abaixo.

Quadro 1: Unidade de Ensino implantadas até 2008.

UNIDADE	AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO
São Paulo	Decreto nº 7.566, de 23/9/1909
Cubatão	Portaria Ministerial nº 158, de 12/03/1987
Sertãozinho	Portaria Ministerial nº 403, de 29/04/1996
Guarulhos	Portaria Ministerial nº 2.113, de 06/06/2006
Bragança Paulista	Portaria Ministerial nº 1.712, de 20/10/2006
Salto	Portaria Ministerial nº 1.713, de 20/10/2006
Caraguatatuba	Portaria Ministerial nº 1.714, de 20/10/2006
São João da Boa Vista	Portaria Ministerial nº 1.715, de 20/10/2006
São Carlos	Portaria Ministerial nº 1.008, de 29/10/2007
São Roque	Portaria Ministerial nº 710, de 09/06/2008

Fonte: pesquisa de dados nos arquivos do CEFET SP e Diário Oficial da União (IFSP, 2014).

Figura 9: Organograma do CEFET.



Fonte: Anuário IFSP nº 1, 2016.

A figura e descrição abaixo apresentam o Diretor Geral do CEFET-SP de 2001 a 2009:

1.1.7 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Garabed Kenchian

Mandato: jan/2001 a jan/2009



Formação: Egresso da Escola Técnica Federal de São Paulo como Técnico em Mecânica (1982), graduação em 1986 no Curso de Professores na Parte de Formação do Currículo de Ensino de 2º Grau Mecânica (UFSCAR-ETFSP), Bacharel em Física pela USP (1994), Especialista em Gestão Educacional: Perspectiva da Práxis – PUC Campinas (2000), Mestre em Física pela USP (1990) e Doutor em Ciências pela USP (1994).

O Professor Garabed ingressou como docente efetivo na Área de Mecânica em 1989. Atuou como Coordenador de Pesquisa e Produção, Coordenador de Reforço, Assistente de Departamento de Ensino e Gerente de Tecnologia da Informação.

Principais atos de sua gestão como Diretor Geral:

- Ampliação da oferta de Cursos Superiores de Tecnologia;
- Implantação de Licenciaturas;
- Especialização em PROEJA;
- Autorização para oferta de Mestrado em Automação Industrial;
- Consolidação da UNED Sertãozinho;
- Ampliação da Unidade São Paulo (biblioteca);
- Instalação de laboratórios de informática;
- Implantação das UNEDs: Guarulhos, São João da Boa Vista, Caraguatatuba, Bragança Paulista, Salto, São Carlos e São Roque;

Durante sua gestão foi **iniciado o processo de transformação de CEFET-SP para IFSP** (Anuário IFSP nº 1, 2016).

O Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP foi criado de acordo com a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, Lei que levou à instituição da Rede Federal de Educação Profissional e Científica, constituída, naquela ocasião, por 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia no país.

Além do oferecimento de cursos técnicos, integrados e modulares e do ensino superior (graduação e pós-graduação), os institutos foram formados para ter forte inserção na área de pesquisa e extensão, visando a estimular o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas e estender seus benefícios à comunidade.

Esse novo modelo resgatou o compromisso de socialização do conhecimento científico e tecnológico, disponibilizando todo seu aparato cultural e tecnológico à sociedade. O IFSP foi concebido para atuar no desenvolvimento da cultura, do empreendedorismo e do cooperativismo; e para apoiar fortemente o desenvolvimento regional, contribuindo assim com o próprio desenvolvimento nacional, com forte atenção às novas tendências do mundo produtivo e aos arranjos locais e nacionais, desenvolvendo pesquisa em novos processos e produtos e na formação de novos educadores, envolvendo sua comunidade interna e atraindo a comunidade externa para somar forças nessa grande tarefa de promover o desenvolvimento humano na sua plenitude.

A lei de criação estabeleceu que metade das vagas fosse destinada à oferta de cursos técnicos de nível médio, em especial cursos de currículo integrado. O IFSP ampliou a sua oferta de educação superior, com destaque para os cursos superiores de tecnologia, de engenharias e de licenciaturas em ciências (física, química, matemática e biologia), bem como para a pós-graduação e para a pesquisa tecnológica.

Também por determinação legal, o IFSP, assim como toda a rede, passou a atuar na formação de jovens e adultos trabalhadores na perspectiva de uma educação inclusiva, que tenta resgatar o direito ao conhecimento e à formação profissional de cidadãos, principalmente daqueles historicamente marginalizados, a quem sempre foi negado o direito de participação e intervenção consciente nos grandes temas que norteiam a vida de uma sociedade, temas estes comprometidos com o desenvolvimento sustentável, amparado nos princípios da ética e da cidadania.

O IFSP passou a ter autonomia, nos limites de sua área de atuação territorial, para criar e extinguir cursos, bem como para registrar diplomas dos cursos por ele

oferecidos, mediante autorização do seu Conselho Superior. Passou ainda a exercer papel de instituição acreditadora e certificadora de competências profissionais, sendo organizado em estrutura com vários câmpus, com proposta orçamentária anual identificada para cada câmpus e para a reitoria, equiparando-se com as universidades federais.

Em 2009 houve também uma grande mudança estrutural da Instituição por força da Lei n.º 11.892, que também estabeleceu a estrutura organizacional dos Institutos. O Instituto passou a ter dois colegiados como órgãos superiores da administração, o Colégio de Dirigentes e o Conselho Superior. Houve também a posse de um reitor, não mais um diretor-geral. As antigas Unidades de Ensino Descentralizadas tornaram-se câmpus, e seus dirigentes, diretores-gerais. O reitor e os diretores-gerais de câmpus, sendo a reitoria e os câmpus órgãos executivos, passaram a ser nomeados pelo presidente da república após consulta à comunidade, cujos segmentos passam a participar na escolha com peso de 1/3 (um terço) para a manifestação do corpo docente, 1/3 (um terço) para a manifestação dos servidores técnico-administrativos e de 1/3 (um terço) para a manifestação do corpo discente. Pelas disposições transitórias, o Diretor-Geral da instituição, o prof. Arnaldo Augusto Ciquielo Borges, foi nomeado para o cargo de Reitor do Instituto, em caráter pro tempore. A primeira consulta à comunidade para escolha de reitor foi realizada ao final de 2012, sendo o primeiro reitor eleito do IFSP o professor Eduardo Antonio Modena (IFSP, 2014).

As primeiras eleições para diretor-geral ocorreram nos câmpus: Bragança Paulista, Caraguatatuba, Cubatão, Salto, São João da Boa Vista, São Paulo e Sertãozinho, no ano de 2012.

Também em 2012, o IFSP, em colaboração com a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, iniciou um programa de oferecimento de cursos técnicos para alunos matriculados na rede estadual.

Com a sanção, pelo Ministério da Educação, da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, iniciou-se a garantia da reserva de 50% das matrículas, por curso e turno nas universidades federais e nos institutos federais de educação, ciência e tecnologia, a alunos oriundos integralmente do ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos. No primeiro aniversário da política de cotas, em agosto de 2013, o MEC informava que 83% dos institutos federais de educação, ciência e

tecnologia já haviam atingido a meta de reserva de vagas mínima de 50% para alunos oriundos de escolas públicas, prevista para ser cumprida em 2016 (IFSP, 2014).

No período de 2009 a 2013 foram inaugurados mais 19 câmpus, conforme o quadro abaixo:

Quadro 2: câmpus implantados no período de 2009 a 2013.

Câmpus	Autorização de Funcionamento	Início das Atividades
Campos do Jordão	Portaria Ministerial nº. 116, de 29/01/2010	02/2009
Birigui	Portaria Ministerial nº. 116, de 29/01/2010	2º semestre de 2010
Piracicaba	Portaria Ministerial nº. 104, de 29/01/2010	2º semestre de 2010
Itapetininga	Portaria Ministerial nº. 127, de 29/01/2010	2º semestre de 2010
Catanduva	Portaria Ministerial nº. 120, de 29/01/2010	2º semestre de 2010
Araraquara	Portaria Ministerial nº 1.170, de 21/09/2010	2º semestre de 2010
Suzano	Portaria Ministerial nº 1.170, de 21/09/2010	2º semestre de 2010
Barretos	Portaria Ministerial nº 1.170, de 21/09/2010	2º semestre de 2010
Boituva	Resolução nº 28, de 23/12/2009	2º semestre de 2010
Capivari	Resolução nº 30, de 23/12/2009	2º semestre de 2010
Matão	Resolução nº 29, de 23/12/2009	2º semestre de 2010
Avaré	Portaria Ministerial nº 1.170, de 21/09/2010	1º semestre de 2011
Hortolândia	Portaria Ministerial nº 1.170, de 21/09/2010	1º semestre de 2011
Votuporanga	Portaria Ministerial nº 1.170, de 21/09/2010	1º semestre de 2011
Presidente Epitácio	Portaria Ministerial nº 1.170, de 21/09/2010	1º semestre de 2011
Registro	Portaria Ministerial nº 1.170, de 21/09/2010	1º semestre de 2012
Campinas	Portaria Ministerial nº 1.170, de 21/09/2010	1º semestre de 2012
São José dos Campos	Portaria Ministerial nº N°330 de 23/04/2013.	1º semestre de 2012
Assis (Núcleo Avançado)	Resolução nº 680, de 06/06/2012	1º semestre de 2013

Fonte: IFSP, 2014.

Em decorrência da escolha do novo reitor e de seus compromissos com a democratização da Instituição, em junho de 2013 foi realizada uma consulta à comunidade para diretor-geral dos câmpus de Araraquara, Avaré, Barretos, Birigui, Boituva, Capivari, Catanduva, Hortolândia, Itapetininga, Matão, Piracicaba, Presidente Epitácio, Suzano e Votuporanga.

Seguem abaixo os históricos dos Reitores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo:



Arnaldo Augusto Ciquielo Borges

Mandato: jan/2009 a abril/2013

Formação: Egresso da Escola Técnica Federal de São Paulo como Técnico em Mecânica (1974); Mestre em Engenharia Mecânica.

Em 29 de dezembro de 2008, conforme Lei nº 11.892, o CEFET-SP foi transformado em IFSP.

O professor Arnaldo ingressou em 1977, como professor efetivo da área de Mecânica. Foi Coordenador de Disciplinas Técnicas e Coordenador de Estágio. Foi Diretor de Relações Empresariais e Comunitárias do CEFET-SP no período de 01/02/2001 a 07/01/2009. Entre as principais realizações como Reitor, destacamos:

- Primeiro Estatuto do IFSP com participação da comunidade acadêmica;
- Parceria com a Secretaria do Estado de São Paulo para oferecer cursos técnicos integrados;
- Criação do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNE);
- Padronização da documentação educacional e a introdução do registro de diplomas dos cursos superiores e mestrado;
- Encaminhamento dos 13 primeiros alunos do IFSP para o exterior no Programa Ciência sem Fronteiras em 2012;
- Realização de acordo de cooperação entre Universidade Politécnica da Catalunha, na Espanha (em 2009), e Projeto de Cooperação Bilateral Franco-Brasileira no Lyceé Saint-Exupéry Toulouse, França (em 2012);
- Criação do Comitê de Ética e Pesquisa (credenciado em 2012 no CONEP) e Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT);
- Início da oferta de Educação a Distância (EAD) pela Rede E-TEC Brasil;

- Elaboração do primeiro Plano Diretor de TI (PDTI) em 2010;
- Criação do Congresso de Iniciação Científica do IFSP, com abrangência nacional;
- Realização de acordos internacionais do IFSP, como Convênios de Cooperação e Protocolo de Intenções com Instituições de Portugal e Canadá;
- Continuidade do processo de expansão;
- Início dos processos eleitorais de Diretores-Gerais (Câmpus São Paulo e Sertãozinho);
- Ampliação do quadro de servidores, bem como da regulamentação da redução da jornada de trabalho para quem estuda (Anuário IFSP nº 01, 2016).



Eduardo Antônio Modena

Mandato: abril/2013, em curso.

Formação: Foi aluno da Escola Técnica Federal de São Paulo, onde se formou em 1979 - Técnico em Edificações. Graduado em Engenharia Civil pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) em 1985. Mestrado em Recursos Hídricos, Doutorando em Engenharia Civil na Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

Eduardo Antônio Modena é professor efetivo da área de Construção Civil desde 1986. Foi coordenador de área entre 1993/1994. No período de 2007 a 2008, auxiliou a implantação do Câmpus Caraguatatuba e assumiu a gerência educacional do câmpus.

Foi diretor do Sindicato Nacional dos Servidores Federais de Educação Básica, Profissional e Tecnológica-SINASEFE na gestão de 2011 até 2012, e, até ser empossado reitor, foi representante dos docentes no Conselho Técnico-Profissional. Entre as principais realizações como Reitor, destacamos:

- Todos os câmpus com mais de dois anos puderam escolher seus diretores-gerais;
- Criação do Conselho de Câmpus (CONCAM);
- Flexibilização de carga horária para os servidores administrativos;
- Reformulação de carga horária para os professores;
- Implantação do Trabalho em local de Livre Escolha (TLLE);
- Sistematização e transparência no processo de remoção;

- Ampliação na concessão de capacitações, tanto para docentes, quanto técnicos administrativos;
- Transmissão, ao vivo, das reuniões do Conselho Superior (CONSUP) e Colégio de Dirigentes (COLDIR);
- Avanços na área de TI com a implantação do Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP);
- Início do processo de descentralização da Gestão de Pessoas;
- Desenvolvimentos nos sistemas SUAP, AURORA (sistema de consulta para os estudantes), WEBDIÁRIO (diário eletrônico) e a implantação do Pergamum (sistema de automatização das bibliotecas);
- Padronização de projetos de engenharia civil;
- Implantação da Gestão Documental;
- Políticas voltadas ao Serviço Sociopedagógico, com a criação do Núcleo Sociopedagógico, consolidação do NAPNE e Assistência Estudantil;
- Implementação da alimentação escolar e utilização da verba do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);
- Melhoria na articulação entre os segmentos Ensino, Pesquisa, Inovação e Extensão com ênfase nas questões sociais e produção acadêmica crescente de expressão nacional;
- Criação do NEABI: eventos de discussão da diversidade e dos direitos Humanos;
- Criação do COPAE (Comissão Central e Permanente de Assistência Estudantil);
- Formação Continuada de Docentes;

- Início das diretrizes de Identidade Curricular dos Cursos;
- Regulação sobre as diretrizes de implantação, reformulação, atualização e extinção de cursos;
- Criação de Diretrizes voltadas ao PROEJA;
- Consolidação de documentos-base referentes ao ensino, pesquisa e extensão;
- Criação do Conselho de Extensão (CONEX);
- Criação do Conselho de Ensino (CONEN);
- Criação do Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação (CONPIP);
- Criação da Agência de Inovação – INOVA IFSP – e do Conselho de Inovação;
- Plano de reestruturação dos campi e investimento em ginásios poliesportivos e refeitórios;
- Criação da Assessoria de Relações Internacionais (ARINTER) e Centro de Línguas do IFSP;
- Institucionalização dos Congressos de Ensino, de Extensão, de Pesquisa e Inovação;
- Institucionalização das Jornadas Bienais de Ensino, Extensão, Pesquisa e Inovação.

1.1.8 Histórico dos câmpus

IFSP CÂMPUS ARARAQUARA

O IFSP câmpus Araraquara, localizado Na Rua Doutor Aldo Benedito Pierri, 250, Jd. dos Manacás, CEP 14801-600, é resultado dos esforços conjuntos de prefeituras da região, da Associação Comercial e Industrial de Araraquara (ACIA), do IFSP e do MEC, conhecedores das necessidades locais, cujas atividades econômicas são baseadas no setor industrial como o sucroalcooleiro, na produção de suco cítrico, na unidade de produção da Embraer, na unidade de manutenção de aeronaves da TAM, no gás natural proveniente da Bolívia e na diversificação dos arranjos produtivos do município, que tem se dado por meio da implantação do Polo de Tecnologia da Informação.

Assim, com a ajuda desses setores, atendeu-se à Chamada Pública SETEC/MEC nº 001/2007, relativa à Fase II do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica, e foram dados os primeiros passos para a construção do câmpus Araraquara do IFSP.

O câmpus iniciou suas atividades em 16 de agosto de 2010, com a conclusão da primeira fase de seu prédio. Foram abertos, na ocasião, os cursos técnicos de Informática e Mecânica, com um total de 160 vagas. Em 2011, o câmpus Araraquara ampliou o número de matrículas em cerca de 130%. Foi aberto o curso Técnico em Mecatrônica e o primeiro curso superior de Licenciatura em Matemática, ambos com grande demanda. Em 2012 foram abertos dois cursos superiores em tecnologia: Análise e Desenvolvimento de Sistemas e Mecatrônica Industrial.

O ano de 2016 foi marcado pela entrega da segunda fase de ampliação do câmpus, com a construção de 9 salas de aula, um amplo auditório, bloco de laboratórios para área de indústria, portaria e adequação dos espaços físicos já existentes. Isso permitiu que os cursos Técnicos Integrados em Informática e Mecânica iniciassem suas atividades. No mesmo período foram reformulados os PPCs do curso Técnico em Informática concomitante, Técnico em Mecatrônica e da Licenciatura em Matemática. Foram encerradas as ofertas de vagas dos cursos Técnicos em Mecânica e Tecnólogo em Mecatrônica Industrial para em 2017 serem ofertadas vagas para o Curso Superior em Engenharia Mecânica em período integral.

O quadro de pessoal, inicialmente com 13 servidores, hoje conta com 73 professores efetivos, 10 professores temporários e 44 técnicos-administrativos, para um total de 770 alunos. Em 8 anos de existência, o IFSP câmpus Araraquara já preparou para o mundo do trabalho 487 profissionais de nível técnico e 94 profissionais de nível superior. Além dos cursos regulares, o câmpus desenvolveu mais de 50 cursos e 30 projetos de extensão envolvendo a comunidade e foram realizados mais de 70 projetos de pesquisa entre bolsistas

de Iniciação Científica, PIBID, PIBIFSP, monitoria e bolsas obtidas para o programa Ciência Sem Fronteiras, do Governo Federal.

O IFSP câmpus Araraquara vem se tornando conhecido no município e na região pela qualidade de seu ensino e pelas parcerias e ações conjuntas realizadas.

IFSP CÂMPUS AVARÉ

O funcionamento do IFSP Câmpus Avaré foi autorizado pela Portaria Ministerial nº 1.170, de 21 de setembro de 2010, porém as atividades se iniciaram em 7 de fevereiro de 2011, ofertando os cursos técnicos em Agronegócio e em Eventos. A abertura do Câmpus resultou da convergência de esforços da Prefeitura de Avaré, do IFSP e dos Ministérios da Educação (MEC), o qual realizava na época o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica - Fase II. Tendo realizado suas primeiras aulas em prédio público cedido provisoriamente, a escola funciona atualmente numa área superior a 29 mil m², doada pela Prefeitura do Município. A estrutura física do Câmpus inclui salas de aulas, laboratórios, biblioteca, sala de professores, coordenações, áreas de apoio pedagógico, área de alimentação, espaços do setor administrativo, secretaria escolar, entre outros. Em 2015 iniciou-se a ampliação da área construída, com instalação de novas salas de aulas, laboratórios e ginásio poliesportivo; porém a mesma não foi concluída por problemas da empresa que venceu a licitação, foi efetuada nova licitação no início de 2017 e as obras estão em andamento.

Ao final de 2017 o Câmpus praticamente completou o seu quadro de servidores. Desde a sua inauguração em 2011, possibilitada pelo trabalho de apenas doze servidores, o Câmpus Avaré vem crescendo. Em 2014 recebeu inúmeros docentes, principalmente responsáveis pelo ensino da Base Nacional Comum, já em 2015 ingressaram os docentes necessários para a abertura dos novos cursos planejados no PDI, e em 2016 ocorreu concurso para os técnicos de laboratório com a nomeação dos mesmos. Hoje o Câmpus conta com o 6º corpo docente composto por 70 docentes efetivos, sendo quatro substitutos, e 45 técnicos-administrativos, totalizando a equipe de 135 servidores trabalhando em prol do Ensino, da Pesquisa e da Extensão.

Até o segundo semestre de 2013, além dos cursos Técnicos em Agronegócio e em Eventos, o Câmpus Avaré tem ofertado vagas também nos cursos Técnicos em Agroindústria e Mecatrônica, em sua modalidade concomitante ou subsequente, iniciando a oferta do curso Técnico em Mecânica (concomitante/subsequente) em 2016. O curso Técnico em Mecatrônica (concomitante/subsequente) foi descontinuado em 2016, e não

foram ofertadas vagas para o Técnico em Agroindústria em 2017 para esta modalidade. No início de 2012, o Câmpus Avaré do aderiu à parceria com o Governo Estadual (SEE) para a oferta de cursos Técnicos em Agroindústria, Eventos e Mecatrônica Integrados ao Ensino Médio. Esta parceria foi extinta no final de 2013, quando os servidores do IFSP - Câmpus Avaré passam a ministrar também os componentes curriculares da Base Nacional Comum para os cursos Técnicos em Agroindústria e em Mecatrônica integrados ao Ensino Médio.

Em 2014 inicia-se também a oferta do curso Técnico em Lazer integrado ao Ensino Médio. As turmas da parceria iniciada em 2012 que tiveram entrada de alunos em 2012 e 2013 terminam o seu ciclo de matrículas ao final de 2014, motivo pelo qual o IFSP - Câmpus Avaré não apresenta avaliação do seu Ensino Médio em 2016. As primeiras turmas formadas exclusivamente pelo IFSP terminaram o seu ciclo em dezembro de 2016, tendo a sua avaliação pelo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) publicada em 2017. Os resultados alcançados no ENEM foram muito positivos atingindo a sexta posição entre as 15 instituições do município avaliadas pelo instrumento.

Em 2016 iniciou-se também a oferta do curso Técnico em Hospedagem integrado ao Ensino Fundamental II em parceria com a Prefeitura Municipal de Avaré na modalidade Projeja-FIC. Os primeiros cursos superiores no Câmpus Avaré do IFSP iniciaram-se em 2014, sendo ofertadas 40 vagas para o curso de Tecnologia em Agronegócio, e 40 vagas para o curso de Licenciatura em Ciências Biológicas. Iniciou-se a oferta para os cursos de Licenciatura em Letras (com habilitação em Língua Portuguesa e Língua Espanhola) e de Engenharia de Biosistemas em 2017, também ofertando 40 vagas cada, e a abertura do curso de Tecnologia em Gastronomia em 2018. Apesar de ser um Câmpus novo, Avaré vem aderindo e se engajando nos Programas e propostas que são oferecidos. Embora tenha iniciado suas atividades ainda no início de 2011, o Câmpus Avaré do IFSP, em 2012, já ofertou 42 turmas do Programa Nacional Mulheres Mil e Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC.

Tanto o Pronatec como o Mulheres Mil foram Programas exitosos no Câmpus e apresentaram crescimento em sua oferta com o passar dos anos. Em 2014, o Mulheres Mil foi incorporado pelo Pronatec e foram ofertadas duas turmas que contemplaram 40 mulheres em situação de vulnerabilidade social. Os Programas Sociais 7 auxiliam muito o Câmpus em sua aproximação com a comunidade e a traz para dentro do ambiente escolar, com a oferta dos mesmos foram observados inúmeros casos de alunos que se matricularam nos cursos técnicos oferecidos no Câmpus, bem como de seus familiares e conhecidos. Esses programas constituem-se de ferramentas imprescindíveis de inclusão e aproximação do IFSP à comunidade atendida, construindo conjuntamente uma base sólida para a

permanência do IFSP na Região e atendimento às suas necessidades. Em 2015 houve um aumento expressivo na oferta de turmas dos cursos de Formação Inicial e Continuada - FIC, ou Cursos de Extensão, foram 8 turmas de 7 cursos diferentes. Já em 2016 foram 18 turmas de 17 cursos, com 1.045 inscritos para as 455 vagas ofertadas, em 2017 foram ofertadas 25 turmas de Cursos de Extensão com 598 matrículas.

É importante ressaltar que o Câmpus Avaré do IFSP foi contemplado nos últimos quatro anos (2015, 2016, 2017 e 2018) com a oferta do Cursinho Popular do IFSP, e em 2016 e 2018 com o Projeto Mulheres de Avaré do Programa Institucional de Formação Profissional de Mulheres do IFSP. Desta forma cumprindo com o seu papel social e com a aproximação da comunidade acadêmica com a do entorno do Câmpus. Em conformidade com a ARINTER – Assessoria de Relações Internacionais – o Câmpus está se preparando para a instalação do CeLin – Centro de Línguas do IFSP e, assim, participar ativamente do processo de internacionalização da instituição. Foram efetuadas ainda outras ações inclusivas de Auxílio ao Estudante que, nos últimos anos, foram expandidas, assim como a atuação do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas - NAPNE. O Câmpus Avaré também possui participação ativa, com servidores compondo as comissões, no Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas - Neabi, no Conselho de Extensão - Conex e na Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos de Técnicos-Administrativos em Educação - Cista.

Além dos cursos oferecidos, o Câmpus orgulha-se de já ter sido palco para realização de eventos acadêmicos e culturais tais como encontros, exposições, competições esportivas, apresentações musicais e de dança, desfiles de moda, festas tradicionais e palestras com temáticas diversas, entre outros. Nossos alunos já participaram de visitas técnicas dentro e fora do Município em locais como hotéis, empresas, indústrias, usinas, propriedades rurais, escolas, parques, exposições, feiras e festivais. Há dois anos (2016 e 2017) os alunos do Câmpus se destacam nos Jogos Nacionais dos Institutos Federais (JIFs), trazendo premiações nas primeiras posições, proporcionando uma formação integral. Grande parte dessas e outras ações e atividades têm sido realizadas por meio de parcerias estabelecidas com empresas privadas e órgãos públicos do município e da região.

IFSP CÂMPUS BARRETOS

O Câmpus Barretos, edificado em atendimento à Chamada Pública do MEC/SETEC nº 001/2007 - Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica – FASE II,

está localizado no município de Barretos, no extremo norte do estado de São Paulo, com autorização de funcionamento pela portaria ministerial nº 1.170 de 21 de setembro de 2010 e início de suas atividades educacionais no 2º semestre de 2010. Atualmente, o IFSP Câmpus Barretos é composto por duas unidades: a Unidade Sede, localizada na área urbana do município de Barretos, e a Unidade Agrícola, localizada na área rural da mesma cidade.

A unidade sede localiza-se, em prédio próprio, na Avenida C- 1, n. 250, Bairro Ide Daher, em um terreno de 20 mil m² cedido pela Prefeitura Municipal. O terreno é composto por um conjunto edificado de padrão escolar com 4 blocos interligados, divididos em bloco administrativo, bloco de salas de aula e bloco de laboratórios, anfiteatros, passarela e portaria, distribuídas em 2 pavimentos. Em 2014 foram inaugurados 3 grandes laboratórios totalmente equipados para atender cursos da área de Ciências da Natureza. Em 2015 foi concluído o ginásio poliesportivo que permite atender alunos e comunidade em geral. Com mais de 9.000 m² de área construída, esta unidade contém:

- 13 salas de aula;
- 8 Laboratórios de Informática;
- 5 Laboratórios multidisciplinares;
- 1 Auditório com capacidade de 260 lugares;
- 1 Anfiteatro Redondo com capacidade de 70 lugares;
- 1 Biblioteca;
- 1 Ginásio poliesportivo coberto;
- 1 Cantina;
- 1 Sala de Direção Geral (DGR);
- 1 Sala de Direção Adjunto Educacional (DAE);
- 8 Salas de professores;
- 1 Sala de Coordenadores de curso;
- 3 Salas de Coordenação do Sociopedagógico (CSP);
- 1 Sala de Coordenação de Pesquisa e Inovação (CPI) e Extensão (CEX);
- 1 Sala de Coordenação de Tecnologia da Informação (CTI);
- 1 Sala de videoconferência;
- 1 Sala de Coordenação de Registros Acadêmicos (CRA);
- 1 restaurante estudantil localizado a cerca de 1 km da Unidade Sede em um prédio cedido para o IFSP pela Prefeitura Municipal utilizado para a oferta do almoço aos estudantes.

A unidade agrícola localiza-se na Estrada Vicinal Nadir Kenan no município de Barretos. A Unidade Agrícola possui uma área de 58 hectares sendo mais de 8.000 m² de área construída e contém:

- 14 salas de aula;
- 2 Laboratórios de Informática;
- 14 Laboratórios multidisciplinares;
- 1 Restaurante;
- 1 Cantina;
- 1 Sala de professores e coordenadores;
- 4 Salas administrativas (CAE, CSP);
- 1 Galpão das máquinas;
- 2 casas para técnicos;
- Área experimental de produção vegetal;
- Área de reserva biológica.

No início, o Câmpus Barretos ofereceu os cursos técnicos em Agronegócio, Eventos e Manutenção e Suporte em Informática, nos períodos vespertino e noturno, atendendo cerca de 160 alunos. Nesta época, o Câmpus Barretos contava com 11 professores e 5 servidores técnico-administrativos. Sua aula inaugural foi ministrada, em 23 de setembro de 2010, pelo então Prefeito do Município de Barretos, Emanuel Mariano de Carvalho. No dia 28 de outubro, o Instituto Federal – Câmpus Barretos foi oficialmente inaugurado pelo Ministro da Educação, na época, Fernando Haddad. Seu primeiro Diretor-geral foi o Professor Vítor José Brum, no período de agosto de 2010 a maio de 2013. Em maio de 2013, o professor Sérgio Vicente de Azevedo torna-se o segundo diretor Geral do Câmpus Barretos, sendo reeleito em 2015 para um mandato de um ano a fim de regularizar a eleição de diretor com a reitoria. Em 2016, a servidora técnica-administrativa, Dra. Juliana de Carvalho Pimenta, assistente social do câmpus, foi eleita pela comunidade acadêmica para um mandato de quatro anos e permanece na liderança do Câmpus até o presente momento.

Com o ingresso de novos docentes e administrativos, a instituição conta atualmente com 76 professores e 60 técnicos administrativos. Com relação à formação do corpo docente, podemos assinalar que a ampla maioria possui formação em nível de pós-graduação *Stricto Sensu*.

Atualmente o IFSP/Câmpus Barretos oferece aos seus estudantes os seguintes cursos:

- Técnicos;
 - Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio;
 - Técnico em Alimentos Integrado ao Ensino Médio;

- Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio;
- Técnicos em Eventos (concomitante/subsequente);
- Técnicos em Agronegócio (concomitante/subsequente);
- Cursos Superiores:
 - Bacharelado em Agronomia;
 - Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas;
 - Tecnologia em Gestão de Turismo;
 - Licenciatura em Ciências Biológicas;
 - Licenciatura em Química.

Assim, apesar de sua recente criação, mas com um amplo leque de profissionais qualificados, o IFSP- Câmpus Barretos já é peça fundamental na melhoria da qualidade de vida da comunidade barretense. Inserido no contexto local e regional, o Câmpus trabalha com um público diversificado, que vai desde a qualificação de trabalhadores, passando pela formação básica, técnica, superior e de jovens e adultos. Dessa forma, além da mudança na vida cotidiana do cidadão, a presença do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) em Barretos permite a ampliação das opções de qualificação profissional e de formação técnica e tecnológica para as indústrias, serviços e agropecuária da região.

IFSP CÂMPUS BIRIGUI

O Câmpus Birigui, edificado em atendimento à Chamada Pública do MEC/SETEC nº 001/2007 - Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica – FASE II, está localizado no município de Birigui, na região noroeste do estado de São Paulo. Teve sua autorização de funcionamento através da Portaria Ministerial nº 116, de 29 de janeiro de 2010, e iniciou suas atividades educacionais no 2º semestre de 2010.

Ocupando um terreno de 69.887,55 m², com uma área total construída de 6.062,53 m² é composto por um conjunto edificado de padrão escolar com sete blocos de edifícios, sendo: um bloco administrativo; quatro blocos de salas de aula, biblioteca e laboratórios; um refeitório; um bloco de convívio; e uma cantina. O Câmpus Birigui iniciou suas atividades ofertando os seguintes Cursos Técnicos de Nível Médio na modalidade concomitante/subsequente: Técnico em Administração - 40 vagas semestrais, no período noturno, com duração de um ano e meio; Técnico em Manutenção e Suporte em Informática - 40 vagas semestrais, no período vespertino, com duração de dois anos; e Técnico em Automação Industrial - 80 vagas semestrais, sendo 40 para o período vespertino e 40 para o noturno, com duração de dois anos.

No ano seguinte, 2011, o câmpus iniciou a oferta dos seguintes cursos: Licenciatura em Matemática - 40 vagas semestrais, no período noturno, com duração de quatro anos; cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), nas áreas de administração, informática e indústria - oferecidos a alunos matriculados na Educação de Jovens e Adultos (EJA) do primeiro ciclo do Ensino Fundamental, em parceria com as prefeituras dos municípios de Birigui, Araçatuba e Penápolis; e Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes para as Disciplinas do Currículo da Educação Profissional, com 50 vagas.

Em 2012, interrompeu-se a oferta dos cursos técnicos concomitantes/ subsequentes do período vespertino e iniciou-se a oferta em período integral de Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, em parceria com a Secretaria de Estado da Educação de São Paulo (SEE), nas seguintes habilitações: Técnico em Administração; Técnico em Informática; e Técnico em Automação Industrial. Todos com oferta de 40 vagas anuais em período integral, com duração de três anos.

Em 2013, dando continuidade à ampliação das vagas, o Câmpus Birigui iniciou a oferta de três novos cursos superiores: Licenciatura em Física - 40 vagas anuais, no período noturno, com duração de quatro anos; Tecnologia em Mecatrônica Industrial - 40 vagas anuais, no período noturno, com duração de três anos; e Tecnologia em Sistemas para Internet - 40 vagas semestrais, no período noturno, com duração de três anos. Houve também a redução na oferta de vagas do curso de Licenciatura em Matemática, que passou a ser de 40 vagas anuais.

Ainda em 2013, o Câmpus Birigui teve a inauguração de seu Núcleo Avançado na cidade de Assis, por meio de Acordo de Cooperação entre o IFSP e a prefeitura de Assis, iniciando a oferta de cursos técnicos de nível médio concomitante/subsequente de Administração e Manutenção e Suporte em Informática, sendo ofertadas 40 vagas anuais para cada curso, no período vespertino. Neste mesmo ano, o Câmpus Birigui sediou dois eventos promovidos pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação, o 5º *Workshop* de Negócios e Inovação, e o 4º Congresso de Iniciação Científica e Tecnológica do IFSP. Em 2013 encerraram as atividades dos cursos EJA-FIC em parceria com os municípios de Araçatuba, Birigui e Penápolis.

Em 2014, foram oferecidos diversos cursos FIC para servidores, discentes e comunidade, entre eles: curso de Libras oferecido pelo IFSP em parceria com o Instituto SELI; curso CANVAS para projetos cooperativos no IFSP Câmpus Birigui; capacitação interna para servidores administrativos e docentes; Curso de Qualificação Profissional em Pneumática e Hidráulica; Curso de Qualificação Profissional para Docentes da Rede

Estadual de Ensino; Introdução à Astronomia, Astrofísica e Cosmologia; curso de música, teoria, canto, violão e flauta doce; Auxiliar de Almoxarifado; Curso de Pneumática e Eletropneumática; Curso Arduino e Informática Básica.

Nesse mesmo ano também foram disponibilizados cursos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), oferecidos nos municípios de Reginópolis, Promissão e Tupã. Ainda em 2014, o Câmpus Birigui encerrou a oferta de novas vagas para os Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, da parceria com a SEE, em virtude de estar planejando a implantação de cursos técnicos integrados próprios e também a oferta de novas vagas no Núcleo Avançado de Assis. Data deste mesmo período o reconhecimento pelo MEC do curso de Licenciatura em Matemática, sendo atribuído conceito quatro. Além disso, neste mesmo ano, o Câmpus Birigui foi sede do Encontro Paulista de Educação Matemática (EPEM), fortalecendo os cursos de licenciaturas oferecidos pelo câmpus. A área de Física inaugurou os Laboratórios: Didático de Física; Multidisciplinar de Física e Astronomia; Interdisciplinar de Formação de Educadores em Nanociência e Nanotecnologia – LIFENano; Síntese, Caracterização e Modelagem de Materiais; Preparação de Amostras; Simulação e Modelagem de Nanomateriais e de Microscopia.

Em 2015 os cursos de Tecnologia em Mecatrônica Industrial e de Tecnologia em Sistemas para Internet também foram avaliados pelo MEC, sendo-lhes atribuído conceito final quatro. Neste mesmo ano a área de informática iniciou a realização de maratonas internas de programação, bem como atividades extracurriculares e também a participação em competições oficiais realizadas tanto pela Sociedade Brasileira de Computação (SBC), quanto pela Olimpíada Brasileira de Robótica (OBR). A área de matemática inaugurou a instalação do Laboratório de Educação Matemática. Data deste mesmo ano o encerramento das atividades do Núcleo Avançado de Assis e da parceria com a SEE.

Em 2016 iniciou-se a oferta de Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio em Administração e em Informática, em período integral, com duração de três anos, ambos com 40 vagas anuais. Ainda em 2016 iniciou-se a realização da Semana da Física e da Matemática (SEFISMAT), um evento científico promovido pelos Centros Acadêmicos.

Em 2017 começou a oferta do curso de Bacharelado em Engenharia da Computação, em período integral, com duração de cinco anos. Neste ano também foi inaugurado o restaurante estudantil, com capacidade de atendimento de 300 pessoas. Também nesse ano ocorreu a I Conferência Internacional de Educação Matemática do Câmpus Birigui, evento desenvolvido pelo Grupo Colaborativo De Educação Matemática.

Data deste mesmo período o reconhecimento pelo MEC do curso de Licenciatura em Física, sendo atribuído conceito quatro.

Em 2016 e 2017 tanto os alunos dos cursos técnicos quanto os dos superiores participaram do Torneio de Robótica do Instituto Federal (TRIF). Ainda no ano de 2017 foram firmados acordos de cooperação técnica com as prefeituras dos municípios de Birigui e Araçatuba para oferta de cursos FIC.

O câmpus Birigui tem a preocupação de ser uma instituição acolhedora e parceira da comunidade externa, principalmente da população dos bairros que cercam a instituição, desta forma realiza eventos para a comunidade escolar externa, tais como: a Semana das Áreas, que ocorre no primeiro semestre de cada ano, em que todas as áreas realizam apresentações e exposições para troca de conhecimentos e divulgação dos trabalhos; a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, realizada no segundo semestre de cada ano, com temas nacionais sobre Ciência e Tecnologia, com o objetivo de mobilizar a população para esta temática, valorizando a atitude científica e a inovação; a Festa Junina; Ciclos de Debates; Seminários do Mundo do Trabalho; e Maratonas Internas de Programação.

O Câmpus Birigui oferece, ao decorrer do ano, cursos FIC voltados à comunidade, visando qualificar profissionais e contribuindo com o crescimento econômico da região. A presença do IFSP em Birigui permite a ampliação das opções de qualificação profissional, formação técnica e tecnológica para atender as demandas das empresas, tanto do setor industrial quanto do de serviços, por meio de educação gratuita e de qualidade.

Contribuindo para o aprimoramento dos estudos os alunos têm a oportunidade de participar dos seguintes programas: 1) Bolsas de Iniciação Científica, nas modalidades: Institucional, Programa de Iniciação Científica no Ensino Médio (PIBIC-EM), Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI); e Iniciação Científica Voluntária; 2) Bolsa Ensino; e 3) Bolsa Extensão. Além disso, os alunos participam anualmente das Olimpíadas Brasileiras de Matemática e também da de Robótica, assim como de visitas técnicas.

A presença do IFSP em Birigui permite a ampliação das opções de qualificação profissional, formação técnica e tecnológica para as indústrias e setor de serviços da região, por meio de educação pública, gratuita e de qualidade.

IFSP CÂMPUS BOITUVA

O Câmpus Avançado Boituva é resultado dos esforços da Prefeitura de Boituva, da

Associação “Vereador Jandir Schincariol”, do IFSP e do MEC, que, conhecedores das necessidades da região, cuja principal atividade econômica é a indústria e serviços, implementaram a escola, oferecendo os cursos nas áreas de Informática e Automação Industrial. O CETEB – CENTRO EDUCACIONAL E TECNOLÓGICO DE BOITUVA foi inaugurado em 17 de dezembro de 2002 e pertence à Associação Profissionalizante “Vereador Jandir Schincariol”, que é uma instituição de Educação Profissional que envolve o Governo Federal através do MEC/PROEP, responsáveis pela construção do prédio e aquisição dos equipamentos para funcionamento dos cursos, e o governo municipal através, principalmente, das Secretarias de Administração e da Educação e instituições sociais e profissionais da região.

O prédio do CETEB contém 3.662,19 m² de área construída assim distribuídos: 7 salas de aula, 16 laboratórios e 15 ambientes administrativos. No primeiro semestre de 2009, começaram as primeiras tratativas para a realização do acordo de cooperação entre a Prefeitura Municipal de Boituva, a Associação Profissionalizante “Vereador Jandir Schincariol” e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. Acordo este, estabelecendo como meta, oferecer gradativamente à comunidade de Boituva e região, a partir de agosto de 2009, programas de educação profissional e tecnológica em seus diferentes níveis e licenciaturas.

Também tem como objetivo promover a ocupação gradativa das instalações do Centro Educacional e Tecnológico de Boituva – CETEB, visando à transformação futura deste em um câmpus do IFSP. A partir deste acordo, em agosto de 2009, foram ofertadas 40 vagas do Curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática no período vespertino com duração de 18 meses. Nessa fase, o Câmpus funcionava em total parceria com a Prefeitura e a Associação, tendo 1 servidor efetivo do IFSP, funcionários do CETEB e professores substitutos. Em 23 de dezembro de 2009, a Resolução do Conselho Superior n.º 28, autorizou o funcionamento do então Núcleo Avançado Boituva, que iniciou as atividades em 17 agosto de 2009, na Avenida Zélia de Lima Rosa, 100, Portal dos Pássaros, em Boituva, a 115 km da Capital. Em fevereiro de 2010, a oferta ocorreu no período noturno, ainda com o curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática com duração de 18 meses.

Nesse mesmo semestre, o Câmpus abriu o 1º concurso público para provimento de vagas de professores e técnicos administrativos, sendo no total: 3 professores da área de arquitetura de redes de computadores; 3 professores da área de programação e banco de dados; 3 assistentes em administração; 2 técnicos em assuntos educacionais; 1 assistente

de alunos. Com o extrato do compromisso – convênio nº 125/1999/PROEP, publicado no diário oficial, dia 25 de janeiro de 2010, e em 01 de fevereiro de 2010, em cerimônia realizada em Brasília para inauguração simultânea de 78 escolas federais de educação profissional do país, sendo nove dessas do Instituto Federal de São Paulo, que se consolida o compromisso com funcionamento dos Câmpus Avançado de Boituva e Capivari, ambos com base no Câmpus de Salto.

Mas é através da portaria ministerial N.º 1.366, de 06 de Dezembro de 2010, que passa a ser Câmpus Avançado Boituva, marcando-se como o primeiro Câmpus Avançado do Instituto Federal de São Paulo. No período de agosto a novembro de 2010, o Câmpus começou a receber os servidores aprovados no Concurso se tornando cada vez mais independente do acordo de cooperação com a APVJS e Prefeitura. Ainda no 2º semestre de 2010, o Câmpus atendeu mais uma demanda da cidade e região, ofertando 40 vagas para o Curso Técnico em Automação Industrial.

Em 2011, iniciaram as primeiras discussões acerca de novas ofertas de cursos e foi composta uma comissão de professores que realizou estudos na cidade e região apontando o Curso Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas como sendo o 1º Curso Superior a ser oferecido pelo Câmpus Avançado Boituva. Durante o ano de 2012, sob comando da PRE, um grupo, envolvendo servidores de todos os Institutos Federais de São Paulo, trabalhou na construção de um plano de curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas unificado para todos os câmpus do estado, resultando, no início de 2013, no processo de finalização do PPC de Boituva. Foi também no ano de 2012, que o Câmpus investiu em equipamentos e acervo, totalizando uma aquisição de, aproximadamente, R\$ 65.000,00 em acervo bibliográfico e 75 novos computadores para atender à demanda desse novo curso previsto para iniciar em agosto de 2013.

Em agosto de 2012, o Câmpus Avançado Boituva ofertou o maior número de vagas já registrado em um único processo seletivo para o mesmo curso do IFSP, totalizando 900 vagas para o curso Técnico em Secretaria Escolar, ofertado em 14 cidades do Estado de São Paulo na modalidade a distância. Este curso faz parte do Programa PROFUNCIÓNÁRIO do Governo Federal, que visa à capacitação e qualificação dos servidores públicos municipais, estaduais e federais da educação.

Em 2015, teve início o primeiro curso Técnico Integrado ao Nível Médio do Câmpus, ofertado totalmente nas dependências do Câmpus Boituva e com força de trabalho própria. A partir de então o Câmpus recebe um número maior de servidores para atender à essa nova demanda e nasce uma nova fase na nossa educação profissional e tecnológica.

Nesse mesmo ano inicia-se o curso Técnico em Logística ofertado, inicialmente, no período noturno e em 2016 foi ampliada a oferta também para o período vespertino.

A projeção é ampliada em 2016 com a oferta do segundo curso técnico integrado ao médio, atendendo a 80 novos alunos, sendo 40 em cada um deles: Redes de Computadores e Automação Industrial. Nesses cursos, com o apoio da Prefeitura Municipal, o aluno permanece 3 anos em período integral com direito à alimentação, perfazendo em torno de 8 horas no Câmpus, tornando-se técnico de nível médio pelo IFSP.

Em 2017, o leque de ofertas se amplia novamente e passamos então a ofertar: Licenciatura em Pedagogia, Tecnologia em Gestão da Produção Industrial e Pós-Graduação em Gestão da Tecnologia da Informação, além dos demais cursos técnicos e superior já ofertados.

Com a doação do terreno anexo, feito pelo Poder Público Municipal, e com a ampliação dos espaços educacionais, com a construção de dois novos prédios, o Câmpus passa a ter 9 salas em 2018, além de um novo espaço para o acolhimento dos atuais (dezembro/2017) 61 professores efetivos.

O ano de 2017 foi marcado por desafios e superações para o IFSP Câmpus Boituva. Em uma perspectiva de manter e tentar ampliar à oferta de vagas, o Câmpus precisava garantir uma significativa ampliação de espaços acadêmicos para que os cursos em funcionamento e para uma possível expansão.

Em um cenário desafiador e com a diminuição de investimentos do Governo Federal, o Câmpus partiu para soluções mais simples e rápidas, como as construções modulares. O modelo adotado no projeto que foi realizado baseava-se em salas com blocos cimentícios de madeira mineralizada, cuja obra foi estimada para ser concluída em um prazo de até 90 dias.

E assim foi. Um projeto elaborado e licitado previu a construção de uma sala para os professores, uma nova copa/cozinha para os servidores do Câmpus e um novo bloco com duas salas de aula.

A obra teve início em outubro e a conclusão ocorreu no final de novembro de 2017, com duração média de 60 dias, o que proporcionou ao Câmpus, após uma ampliação média de uns 300 metros quadrados, um total de 9 salas.

Ressaltamos que essa obra realizada em curto prazo, com instalação de aparelhos de ar condicionado, pintura e elétrica ficaram com valores semelhantes às licitações de obras tradicionais de alvenaria recentemente licitadas pelo IFSP.

Com esse aumento, o IFSP Câmpus Boituva recebeu em dezembro de 2017 a reunião do Colégio de Dirigentes (reunião dos diretores gerais e reitoria do IFSP), momento no qual foram inauguradas as novas salas e realizada a apresentação desse projeto para os demais câmpus do IFSP.

Para 2018, o objetivo é que possamos investir novamente nesse modelo de ampliação, porém, devido à redução orçamentária, de modo mais tímido e com previsão de apenas duas salas de aula/laboratórios, com aproximadamente 60 m² cada.

Em 2018, iniciam-se também a execução do projeto de Eficiência Energética e P&D do grupo de Conservação de Energia – CICE do Câmpus. Esse grupo teve o projeto aprovado no edital da ANEEL/CPFL, o que possibilitou o investimento de pouco mais de R\$ 2 milhões para suas ações, entre elas a instalação de uma usina fotovoltaica, de uma torre eólica para pesquisa e laboratório de energia solar.

Ainda em 2018, o IFSP recebe o seu credenciamento no edital da CAPES/UAB e pode então iniciar as ofertas e proposituras de cursos superiores e de pós-graduação no âmbito da Universidade Aberta do Brasil. Inicialmente, participando de um Consórcio que envolve 13 estados brasileiros representados cada um por seu Instituto Federal, o IFSP - Câmpus Boituva recebe o convite da reitoria para ser o gestor do curso de Licenciatura em Pedagogia, que já constava no PDI vigente, inicialmente para oferta na modalidade a distância, porém teve que ser adequado à modalidade presencial devido ao não credenciamento do IFSP na época dessa oferta.

Encerrado esse processo de credenciamento, uma comissão de EAD do IFSP, representada também pela direção geral do Câmpus Boituva, participa das tratativas de oferta de vagas para o curso de licenciatura em pedagogia a distância no âmbito da UAB.

Destacamos que este curso, uma vez aprovado pela CAPES, será ofertado sem nenhum impacto na força de trabalho do Câmpus, uma vez que, todos os docentes envolvidos, tutores presenciais ou a distância, bem como coordenadores de curso e de tutores são selecionados por editais externos e recebem bolsas para desenvolver suas funções. E ainda assim, os números e o impactos dessa oferta não irão concorrer com as ofertas atuais do Câmpus, pois serão realizadas em unidades exclusivas da UAB, considerando que as mais próximas do Câmpus Boituva estão situadas na cidade de Itapetininga e em regiões próximas à cidade de São Paulo, lugares em que também são ofertados cursos de pedagogia a distância por diversas outras instituições de ensino superior.

O Câmpus Boituva, novamente, faz história no IFSP como precursor na oferta de cursos e programas distintos que colaboram para a matriz orçamentária, aumento dos percentuais de formação de professores e oferta de licenciaturas, entre outros benefícios.

IFSP CÂMPUS BRAGANÇA PAULISTA

A Portaria Ministerial nº 1.712, de 20 de outubro de 2006, autorizou o funcionamento da Unidade Descentralizada de Bragança Paulista (Uned – BRA) do CEFET (Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo), hoje Câmpus Bragança Paulista, que iniciou as atividades em agosto de 2007, na Avenida Francisco Samuel Lucchesi Filho, 770 – Penha, Bragança Paulista/SP, a 89 km da Capital.

O município de Bragança Paulista tem como principais atividades, as indústrias de transformação, produção e distribuição de eletricidade, gás e água. Em Bragança Paulista são realizados diversos eventos, promovidos por várias entidades, entre elas a Associação Comercial e Empresarial, SEBRAESP. O principal destaque nesse tipo de eventos é para a Festa Agropecuária de Bragança Paulista, uma das maiores feiras agropecuárias do interior de São Paulo.

Na região bragantina, a área industrial conta com cerca de 500 indústrias que abrangem um diversificado segmento, a saber: alimentício, farmacêutico, metalúrgico, cerâmico, químico, têxtil e eletroeletrônico, entre outros. A cidade vem investindo no setor industrial, entre elas as indústrias de produtos alimentícios e laticínios, estas vêm crescendo lado a lado com as indústrias de móveis, calçados, pré-moldados, autopeças e equipamentos eletrônicos, numa tendência de aumento do leque de indústrias e produtos manufaturados em número de unidades e volume de faturamento.

Esse desenvolvimento da região tem desdobrado impactos de crescimento nas áreas de cultura, educação, tecnologia, turismo, meio-ambiente e lazer (sítios eletrônicos: fonte: IBGE; SEBRAE; Prefeitura Municipal de Bragança Paulista). Localizada no coração da região mais desenvolvida do país, Bragança Paulista rapidamente firmou-se como um centro industrial dos mais promissores. Em 29 de novembro de 1984, Bragança Paulista foi reconhecida como Sede de Região do Governo do Estado de São Paulo, composta por 13 cidades vizinhas que formam hoje a Região Bragantina. 4 O IFSP, no município de Bragança Paulista, veio para atender a necessidade de educar os jovens Bragantinos e da região, a fim de habilitá-los para o ingresso nos setores de indú 5 com o curso Técnico em Automação Industrial, que foi descontinuado, dando espaço à oferta do curso Técnico em Mecatrônica.

Em 2011, o câmpus passou a oferecer duas novas modalidades de ensino: a Licenciatura e o Técnico Integrado ao Ensino Médio. Nesse ano, foram oferecidas 80 vagas por semestre no curso de Licenciatura em Matemática e 120 vagas nos cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, divididas entre os cursos Técnico em Eletroeletrônica e Técnico em Mecânica. No segundo semestre de 2012, o curso Superior de Tecnologia em Eletrônica Industrial foi descontinuado para dar espaço à oferta de um novo curso superior: o curso Superior de Tecnologia em Mecatrônica Industrial. Em 2012, em parceria com a Secretaria Estadual de Educação de São Paulo, houve a expansão do número de vagas dos cursos técnicos integrados ao ensino médio. Foram ofertadas mais 80 vagas, divididas igualmente entre os cursos Técnico em Informática e Técnico em Mecânica.

Com o início da oferta do curso de Engenharia em Controle e Automação, a partir do 1º semestre de 2017, não houve previsão de abertura de novas turmas para o curso de Tecnologia em Mecatrônica Industrial. O Curso de Bacharelado em Engenharia de Controle e Automação teve sua implantação aprovada pela resolução nº 103/2016 de 04 de outubro de 2016, a carga horária mínima do curso é de 3763,4 horas e duração de 12 semestres.

O Curso de Pós Graduação Lato Sensu Especialização em Gestão Estratégica de Tecnologia da Informação do Câmpus Bragança Paulista, teve sua implantação aprovada pela resolução 125/2016 de 01 de novembro de 2016, com carga horária de 420 horas. O IFSP Câmpus Bragança Paulista conta ainda com diversos cursos de extensão nas áreas de educação, matemática, história, artes, línguas, tecnologia, entre outros. O IFSP - Bragança Paulista oferece, atualmente, cursos superiores na área de informática e indústria, além do curso de Licenciatura em Matemática.

No ensino técnico profissionalizante, oferece o curso técnico concomitante em Mecatrônica e os cursos integrados ao ensino médio de Informática, Mecânica e Eletroeletrônica. Também é oferecido o curso de pós-graduação na área de gestão em tecnologia da informação.

O Câmpus Bragança Paulista possui 43 técnicos administrativos e 72 professores efetivos lotados no Câmpus, além de 12 professores substitutos, totalizando 127 servidores. O espaço físico do antigo prédio do IFSP-Bragança Paulista, localizado no Bairro Penha, conta com área construída de 3660 m², ocupando um terreno de 2.488,05 m², cuja utilização está sendo definida pela Direção Geral. Em dezembro de 2013, foram iniciadas as obras da construção do novo prédio do IFSP-Bragança Paulista, no Bairro Jardim São Miguel em uma área total aproximada de 22.000 m², com conclusão em 2017.

A área externa é composta por estacionamento e acessos pavimentados, totalizando

5.582,07 m². Há uma área verde com aproximadamente 10.000,00 m², e área interna construída aproximada em 7.000,00 m². A infraestrutura do prédio conta com: 01 biblioteca, 09 laboratórios de informática, 01 oficina de mecânica e soldagem, 01 laboratório de metal e tratamento térmico, 01 laboratório de química/biologia, 01 laboratório de física, 01 laboratório artes/línguas, 01 laboratório de matemática, 03 laboratórios de eletrônica, 01 laboratório de controladores lógico programáveis e robótica, 01 laboratório de eletrotécnica, 01 laboratório de microcontroladores e Comando Numérico Computadorizado, 01 laboratório de hidráulica e pneumática, 01 laboratório de ensaio mecânico, 01 laboratório de ensaio mecânico não destrutivo, 08 salas de aula, 01 Cantina, 01 copa para os alunos, 01 Sala de Eventos. Em janeiro de 2018 foram transferidas as atividades administrativas para o novo prédio. No dia 19 de fevereiro de 2018 iniciaram-se as aulas do primeiro semestre.

IFSP CÂMPUS CARAGUATATUBA

O câmpus Caraguatatuba é uma unidade educacional ligada ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, autorizada pela Portaria nº. 1714 de 20 de outubro de 2006. É uma instituição capaz de sistematizar e produzir conhecimentos que respondam às exigências de seu entorno, desafiadas pela função antecipada de preparar recursos humanos qualificados e competentes para intervirem no desenvolvimento social e econômico e no mercado de trabalho de nossa região. Constitui-se num centro regional de estudos, agregando as cidades do litoral norte: Caraguatatuba, Ubatuba, São Sebastião e Ilhabela. Está localizado na Avenida Rio Grande do Norte, nº 450, no bairro Indaiá, na cidade de Caraguatatuba, litoral Norte do Estado de São Paulo

A unidade descentralizada do CEFET-SP ocupou as instalações do CEPROLIN - Centro Profissionalizante do Litoral Norte, financiada pelo PROEP - Programa de Expansão da Educação Profissional, cuja administração era realizada pela FUNDACC - Fundação Educacional e Cultural de Caraguatatuba. Com atividades desde o ano de 2007, a unidade (UNED) fez parte do primeiro plano de expansão da Rede Federal. Inicialmente foram oferecidos os seguintes cursos: Técnico em Programação e Desenvolvimento de Sistemas e Técnico em Gestão Empresarial. Em fevereiro de 2008, iniciou-se o Curso Técnico de Construção Civil com habilitação em Planejamento e Projetos.

Por intermédio da Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, instituiu-se a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica da qual fazem parte os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

No ano de 2009, já como IFSP – câmpus Caraguatatuba, além dos cursos já citados,

o Curso Técnico em Administração passou a ser oferecido na modalidade EaD por intermédio da Rede e-Tec Brasil em cinco Polos nos municípios de Araraquara, Barretos, Jaboticabal, Franca e Itapeví. Em 2010, o câmpus ofereceu os cursos Técnico em Edificações (área de Construção Civil), Técnico em Administração e Técnico em Comércio (área de Gestão Empresarial), além dos cursos Técnico em Informática e Técnico em Informática para Internet (área de Informática). No ano de 2011 foram ofertados os primeiros cursos superiores do Câmpus, a saber, Licenciatura em Matemática, Tecnologia em Processos Gerenciais e Tecnologia em Análise de Desenvolvimento de Sistemas e foram mantidos os mesmos cursos técnicos do ano anterior.

No ano de 2012, por força de um termo de cooperação entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - IFSP e a Secretaria de Estado de Educação – SEE-SP para o desenvolvimento de cursos técnicos integrados, o Câmpus recebeu duas turmas de alunos matriculados no primeiro ano do ensino médio na EE Thomaz Ribeiro de Lima para ingresso nos cursos Técnicos em Comércio e Informática para Internet. No ano de 2013, apenas os cursos Técnico integrado em Informática para internet e Técnico em Administração não ofereceram novas vagas. Houve continuidade na oferta dos demais cursos.

Após aprovação do Conselho Superior, no ano de 2017, iniciaram-se os seguintes cursos: Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, Licenciatura em Física, Bacharelado em Engenharia Civil e Pós-Graduação Lato Sensu em Finanças.

Atualmente estão em andamento os seguintes cursos técnicos: Administração, Edificações, Informática para Internet, Aquicultura, na modalidade ensino à distância - EaD, Meio Ambiente e Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio; além dos cursos superiores de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Física Tecnologia em Processos Gerenciais e Bacharelado em Engenharia Civil. O curso Técnico em Administração integrado ao Ensino Médio na modalidade de educação de Jovens e Adultos (PROEJA) está aprovado para início no primeiro semestre de 2019.

O câmpus Caraguatatuba atualmente está instalado numa área de 5.197,11m², sendo 3.515m² de área construída. Possui 12 laboratórios, sendo sete de Informática, um laboratório de Construção Civil, um laboratório de Gestão, um laboratório de Sistemas Digitais Programáveis, um laboratório de Ciências Naturais e um laboratório de ensino de Matemática. Possui, também, sete salas de aulas teóricas e uma sala de desenho, além dos espaços da administração, coordenadoria de registros acadêmicos, biblioteca,

atendimento ao aluno, setor sócio pedagógico, auditório e pátio. O corpo de servidores é composto por 70 professores concursados e 43 técnicos administrativos.

IFSP CÂMPUS CAMPINAS

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP-Câmpus Campinas foi autorizado pela Portaria nº 1.170, de 21 de setembro de 2010, do Ministério da Educação, iniciando sua operação no segundo semestre de 2013.

As atividades do IFSP se iniciaram no CTI Renato Archer, unidade de pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), graças a um convênio de cooperação técnico-educacional firmado entre as instituições em abril de 2013. O CTI Renato Archer disponibilizou a estrutura necessária para a realização das atividades educacionais e técnicas, visando promover uma inédita articulação entre Unidades de Pesquisa e Instituições de Ensino. Estas atividades iniciais conjuntas de compartilhamento de espaço visam estabelecer uma cultura de integração das duas instituições, lançando as bases para um posterior crescimento orgânico do IFSP que ocorrerá mediante a construção pelo IFSP de mais salas de aula, laboratórios, biblioteca, auditório e outros espaços para os estudantes.

O IFSP Câmpus Campinas está atualmente dentro do CTI Renato Archer, cuja transferência das atividades para prédio próprio estão previstas para 2019. Os cursos que estão executados na unidade atualmente são: Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, do curso Superior de Tecnologia em Eletrônica Industrial, do Técnico em Eletroeletrônica integrado ao ensino médio e concomitante/subsequente, Técnico em Eletrônica Integrado ao ensino médio, do Técnico em Desenvolvimento de Sistemas concomitante/subsequente, Técnico em Informática integrado ao ensino médio e concomitante/subsequente; assim como a Pós Graduação Lato Sensu em Formação Docente: Educação para Inserção Social, e a Pós-Graduação Lato Sensu em Formação Docente: Tecnologias da Informação e Comunicação aplicadas ao ensino de ciências.

O Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer é uma unidade de pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) que atua há mais de 30 anos em pesquisa e desenvolvimento na cidade de Campinas, atendendo a demandas de todo Brasil. Recentemente a instituição expandiu sua atuação física para o nordeste, estabelecendo em 2006 um escritório na cidade de Fortaleza.

Uma singularidade do Câmpus Campinas é a estreita relação com CTI que propiciou

integrar o CTE (Complexo Tecnológico Educacional). O objetivo do CTE é fomentar e impulsionar processos de inovação e formar cidadãos comprometidos com o desenvolvimento social e econômico. O conceito de CTE é praticado em todo o mundo por instituições como: Instituto Fraunhofer (Alemanha), Instituto Carnot (França) e no Brasil pelo Centro Técnico Aeroespacial e Instituto Tecnológico de Aeronáutica. O CTE nasce da integração das atividades de um centro de pesquisa e desenvolvimento (CTI), de uma instituição de ensino superior e escola técnica (IFSP), de um parque tecnológico (CTI-Tec) e de uma escola modelo de aplicação (Escola Criativa, Tecnológica e Social), todos articulados em torno de uma Fundação de Apoio à Capacitação em TI (FACTI) que potencializa a articulação e a relação com o setor produtivo e a sociedade em geral. A base do CTE: CTI Renato Archer e IFSP já operam juntos desde 2013 na região dos Amarais.

O arranjo proposto atende ao Incentivo à propriedade Intelectual, Incentivo à pesquisa aplicada, desenvolvimento tecnológico e inovação (PD&I), Participação nos clusters de inovação e a Previsão de criação do Polo de Inovação.

A proposta inovadora dos cursos do Câmpus Campinas em articulação com o CTI Renato Archer uniu a experiência centenária do IFSP em ensino com a experiência de décadas do CTI Renato Archer em inovação para a cadeia produtiva brasileira. Desta forma, as instituições confirmarão seu compromisso histórico com a indústria.

No âmbito da pesquisa e extensão a unidade destaca-se no desenvolvimento de projetos nas mais diversas áreas do conhecimento. Estes projetos captam recursos de fomento interno e de agências externas, como o CNPq, para viabilizar a pesquisa e extensão em articulação com o ensino desenvolvido na unidade. Atualmente, os projetos desenvolvidos possuem bolsistas de nível médio, técnico e profissionais graduados formados.

No Campo Grande está em fase de finalização das obras, cujo atividades iniciais estão previstas para início em 2019. Nesta unidade, há previsão de oferta de cursos técnicos em nível médio tanto na modalidade integrada quanto subsequente e concomitante, licenciatura, cursos de Formação Inicial e Continuada de Professores, entre outros.

O Câmpus será instalado em área de 22 mil m² no bairro Campo Grande. As obras serão divididas em três fases abrangendo a construção de salas de aula, laboratórios, salas administrativas, refeitório, portaria, adequação do terreno e entorno na primeira fase que permitirá a abertura dos primeiros cursos. Atualmente estão finalizando as obras das fases I e II.

IFSP CÂMPUS CAMPOS DO JORDÃO

O município de Campos do Jordão está localizado no interior do Estado, na Serra da Mantiqueira, faz parte da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte. É o município mais alto do Brasil. Está classificada de acordo com a Secretaria de Turismo do Estado como Estância Climática pelos seus atrativos naturais, clima ameno, montanhas, cachoeiras e muita área verde, além de inúmeros esportes de aventura (DADE, 2015).

As condições de vida segundo o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) não exibem bons níveis em relação aos indicadores sociais, embora com elevado nível de riqueza. A taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais é de 4,42%, a idade da população concentra-se na faixa etária de 15 a 25 anos. A proporção de pessoas ocupadas em relação a população total é de 29,7%. O rendimento médio dos empregos formais do município fica bem abaixo da média do Estado e da Região de Governo (SEADE, 2016). Almeida (1999), Silva (2004), Pivott (2006) e Santos (2016) descrevem o contraste que existe no Município: áreas que retratam a precariedade da infraestrutura e simplicidade das moradias, localizada à margem do turismo de elite onde vive a maior parte da população jordanense.

As atividades do câmpus iniciaram-se no dia 02 de fevereiro de 2008, ainda com obras em andamento, as quais foram totalmente finalizadas em junho de 2009. O início das atividades escolares se deu com a abertura dos cursos Técnico em Edificações e Técnico em Informática, sendo ambos os cursos oferecidos nas modalidades subsequente e concomitante. A escolha pela oferta desses cursos ocorreu em virtude da necessidade de profissionais voltados para a área de construção civil, bem como para a de informática que pudessem atuar, sobretudo, na região, contribuindo para o seu desenvolvimento.

Em 2012 foi assinado com a Prefeitura Municipal acordo de cessão o Centro de Treinamento Gastronômico de Campos do Jordão “Dr. Alkmin Bueno Maia” com o objetivo de que fossem oferecidos nesse espaço cursos ligados ao eixo tecnológico hospitalidade e lazer, incluindo a subárea gastronomia. Atualmente o Câmpus Campos do Jordão oferece os cursos: Técnico em edificações (concomitante e subsequente – 2009), Técnico em Informática (concomitante e subsequente – 2009), Superior em Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (2012), Licenciatura em Matemática (2012), Técnico em Hospedagem (2016), Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio (2016), Técnico em edificações Integrado ao Ensino Médio (2017) que ministrados no prédio I, sito à Rua Monsenhor José Vita, 280 em vila Abernéssia e os cursos: Técnico em Eventos (Concomitante e subsequente - 2015), Licenciatura em Pedagogia (2017) e Tecnologia em Gestão de Turismo (2018) ministrados no prédio II situado na Av. Dr. Januário Miraglia,

3000 em Vila Jaguaribe. A infraestrutura de ambos os prédios encontra - se em situação precária, necessitando de reformas, reparos e ampliações para o atendimento de suas demandas. No IFSP câmpus Campos do Jordão funcionam também programas de Ensino, Extensão e Pesquisa, com alunos bolsistas e voluntários.

IFSP CÂMPUS CAPIVARI

O Câmpus Capivari do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), foi criado em 01/02/2010 como Câmpus Avançado vinculado ao Câmpus Salto, através de ato oficial realizado em Brasília, conduzido pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Em 2013, o IFSP Câmpus Capivari teve sua condição promovida a Câmpus pleno.

A criação do Câmpus Avançado Capivari foi precedida pela assinatura de um termo de compromisso envolvendo o MEC/SETEC (Ministério da Educação / Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica), o IFSP, o Município de Capivari, a CNEC (Campanha Nacional de Escolas da Comunidade) e o FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação). O objetivo do termo de compromisso foi a colaboração entre as partes no sentido de criação do Câmpus por meio da incorporação do Centro de Aprendizagem e Desenvolvimento Educacional de Capivari, objeto de convênio entre o Ministério da Educação e o CNEC, por meio do PROEP (Programa de Expansão da Educação Profissional).

As primeiras atividades se deram em 26/07/2010 com a oferta dos cursos técnicos concomitantes e subsequentes em Química e Manutenção e Suporte de Informática, tendo as primeiras turmas formadas em 2012.

Em 2011, foi firmada a parceria entre o IFSP e a Secretaria Estadual de Educação do Estado de São Paulo (IFSP, 2012). Assim, em 2012 foram iniciadas as primeiras turmas dos cursos técnicos integrados ao ensino médio nas áreas de Informática e Química.

O primeiro curso superior de tecnologia do Câmpus foi o curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, iniciado em 2013. A partir de fevereiro de 2014 também passou a ser ofertado o Curso Superior de Tecnologia em Processos Químicos.

Foram ofertados também cursos técnicos de nível médio à distância no polo IFSP Câmpus Capivari. Os cursos ofertados foram Técnicos de Administração e Técnico em Secretaria Escolar, sendo o curso de Administração ofertado pelo Câmpus Caraguatatuba, e o de Secretaria Escolar pelo Câmpus Boituva.

Em 2014 o Câmpus Capivari passou a ofertar o primeiro curso de Licenciatura em Química na modalidade presencial. Já no ano de 2017 o IFSP Câmpus Capivari passou a

ofertar o primeiro curso na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, o curso Técnico em Administração integrado ao Ensino Médio, na modalidade ProEJA.

O Câmpus também oferece cursos de curta duração na forma de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) em diferentes áreas. Realiza também eventos como a Jornada Técnico-Científica, Semana de Ciência e Tecnologia, além de atividades culturais e trotes solidários com arrecadações e doações de produtos de consumo para entidades de caridade. Tais ações possibilitam a aproximação entre o IFSP e a comunidade local.

IFSP CÂMPUS CATANDUVA

O IFSP Câmpus Catanduva é resultado dos esforços conjuntos de prefeituras da região, da Associação Comercial e Industrial de Catanduva, do IFSP e do MEC, conhecedores das necessidades da região, cujas atividades econômicas são baseadas no setor sucroalcooleiro, na produção de suco cítrico, na produção de ventiladores, na indústria de beneficiamento de café, na indústria de laticínios e na diversificação dos arranjos produtivos do município. Assim, com a ajuda desses setores, atendeu-se à Chamada Pública SETEC/MEC nº 001/2007, relativa à Fase II do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica, e foram dados os primeiros passos para a construção do Câmpus Catanduva do IFSP.

O Câmpus iniciou suas atividades no segundo semestre de 2010, com a conclusão da primeira fase de seu prédio. Foram abertos, na ocasião, os cursos técnicos de Manutenção e Suporte em Informática e Mecatrônica, com um total de 160 alunos. Em dezembro de 2011, foi realizada reunião entre o Diretor do IFSP, Prof. Dr. Márcio Andrey Teixeira, e o Prefeito da cidade de Catanduva, Eng. Afonso Macchione Neto, onde este último manifestou grande interesse na abertura do curso de Tecnologia em Mecatrônica Industrial pelo IFSP, salientando a alta demanda por profissionais com essa formação na cidade e região.

A definição pelas áreas de Fabricação Mecânica, Mecatrônica e Informática no Câmpus Catanduva foi tomada ainda antes da criação do câmpus, em audiência pública com a reitoria do IFSP realizada na cidade com representantes do comércio, da indústria e de instituições de ensino, organizada pela Prefeitura no ano de 2010. Em 2011, foi aberto o curso Técnico em Fabricação Mecânica, com oferta semestral de 40 vagas; para o primeiro semestre de 2012, foram abertos os cursos Técnicos Integrado em Química e Técnico Integrado em Mecatrônica (ambos em parceria com a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo) e os cursos superiores de Licenciatura em Química, Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (ADS), e, no primeiro semestre de 2013, o de

Tecnologia em Mecatrônica Industrial, todos com oferta anual de 40 vagas.

Ainda no início de 2013, foi também ofertado o curso técnico integrado em Redes de Computadores, também em parceria com a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Assim sendo, em 2013 foi ofertado um total de 320 vagas. A partir de 2016, tendo em vista a finalização da parceria existente com a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo para oferta de cursos técnicos integrados ao ensino médio, os cursos técnicos integrados ao ensino médio em Mecatrônica, Redes de Computadores e Química passaram a ser ofertados integralmente no IFSP Câmpus Catanduva.

Em 2017, de acordo com o PDI 2014-2018 curso de Tecnologia em Mecatrônica Industrial foi substituído pelo curso de Engenharia de Controle e Automação. Neste período, também foram aprovados em parceria com a Secretaria de Educação da Prefeitura 6 Municipal de Catanduva os cursos de Formação Inicial e Continuada em Auxiliar de Laboratório Químico, em Auxiliar em Torneiro Mecânico e em Auxiliar de Informática Integrados ao Ensino Fundamental II (modalidade EJA-FIC). No primeiro semestre de 2018, de acordo com o PDI 2014-2018 teve início a primeira turma na Especialização Lato Sensu em Saberes e Práticas para a Docência no Ensino Fundamental I e no segundo semestre de 2018, terá início a primeira turma na Especialização Lato Sensu em Ensino de Ciências da Natureza e Matemática. O quadro de servidores, atualmente, é formado por 68 docentes e 45 técnico administrativos.

O câmpus possui, atualmente, 784 alunos regularmente matriculados, quatro laboratórios de Química, sete laboratórios de Informática, um laboratório de Redes de Computadores e nove laboratórios da área da Indústria, além de treze salas de aula e demais infraestruturas básicas. No ano de 2016, foi finalizada a obra do refeitório estudantil do câmpus, que passou a funcionar efetivamente no ano de 2018. A terceira fase de expansão, que inclui uma quadra poliesportiva e um anfiteatro, continua em processo de solicitação.

IFSP CÂMPUS CUBATÃO

A Unidade de Ensino Descentralizada de Cubatão da Escola Técnica Federal de São Paulo (ETFSP) foi instalada em 1987, inicialmente, na Rua Tamoio, Bairro Vila Paulista, no centro de Cubatão, em um prédio cedido pela Prefeitura Municipal, com o objetivo principal de atender a comunidade de Cubatão e cidades vizinhas. Esta é a primeira UNED do país.

Para dar os primeiros passos, a Uned Cubatão contava com apenas 17 professores e o servidor técnico-administrativo Rui Araújo da Silva, responsável pela chefia da Coordenadoria de Registros Escolares.

O primeiro vestibular contou com mais de cinco mil inscritos e foram oferecidas vagas para os cursos técnicos integrados em Eletrônica, Informática Industrial e Processamento de Dados. Já desde o início, o câmpus funcionava nos três períodos, atendendo mais de 640 alunos.

A aula inaugural aconteceu em 31 de março de 1987, no auditório da Prefeitura Municipal de Cubatão, e foi ministrada pelo então Ministro da Educação, Jorge Bornhausen. Em abril do mesmo ano, a Prefeitura Municipal deslocou quatro funcionários para trabalharem na Uned Cubatão.

No segundo ano de vida desta UNED, mais precisamente em 1988, com o aumento do número de alunos e a falta de contratação de professores e técnico-administrativos o ano letivo ficou comprometido, encerrando-se somente em junho de 1989.

A partir daí, não foi mais possível dar prosseguimento aos cursos. Assim, o clima de insegurança gerado pela falta de concurso público produziu inúmeras manifestações de estudantes e servidores, que tomaram conta de Cubatão e chegaram até o Congresso Nacional. Vereadores locais e das cidades vizinhas, deputados estaduais e federais e senadores receberam uma comissão formada por servidores e alunos e, diante dessa manifestação promovida pela comunidade escolar da UNED Cubatão, foi aprovada em Brasília a criação de cargos públicos e, conseqüentemente, abertura de concurso público, que ocorreu em novembro de 1989.

Com o ingresso de docentes e administrativos concursados, os alunos retornaram às aulas em 1990.

Em 2001, a Uned Cubatão do, agora, CEFET-SP deixa a Rua Tamoio e instala-se em seu prédio próprio, ocupando um terreno de 25.700m² com 7.000m² de área construída localizado no Jardim Casqueiro.

Em dezembro de 2008, com a transformação do CEFET-SP em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), a Uned Cubatão passou a ser denominada Câmpus Cubatão.

Atualmente oferece aos estudantes das nove cidades da região os seguintes cursos: Técnico em Automação Industrial, Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, Técnico em Eventos integrado ao Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos: Informática Básica e Cursos Superiores de Tecnologia em Automação Industrial, em Gestão de Turismo, Engenharia de Controle e Automação e Licenciatura em Matemática.

Foram Diretores em Cubatão:

Prof. JOSÉ EDUARDO NOGUEIRA VILLELA de abril/1987 a agosto/1993

Prof. GERSONEY TONINI PINTO de agosto/1993 a março/1994

Prof.^a MARIA INÊS BASKERVILLE DE MELO de abril/1994 a novembro/1994

Serv.^a REGINA STELLA BARCO INÁCIO novembro/1994 a janeiro/2001

Prof. NELSON DE CAMPOS VILLELA janeiro/2001 a janeiro/2005

Empossada em 2005, a prof.^a MÁRCIA HELENA MARQUES RABELO cumpriu seu primeiro mandato de Diretora da Uned Cubatão/CEFET-SP até fevereiro de 2009. Reeleita, tornou-se a primeira servidora a ser reconduzida a esta função, sendo então designada Diretora Geral do Câmpus Cubatão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo.

No período de transição até a posse da nova gestão eleita em 2012, o professor Humberto Hickel de Carvalho assumiu a direção geral, ficando no período de janeiro a abril de 2013.

No dia 17 de abril de 2013, o professor Robson Nunes da Silva foi nomeado por portaria para iniciar sua primeira gestão, que segue até abril de 2017. Reeleito, continuará seu mandato até abril de 2021.

IFSP CÂMPUS GUARULHOS

A Unidade Descentralizada de Guarulhos foi idealizada no âmbito do PROTEC, lançado no Governo do Presidente José Sarney. No ano de 1991, foi celebrado um Convênio de Cooperação Técnica entre o Ministério da Educação, a Escola Técnica Federal de São Paulo e a Prefeitura do Município de Guarulhos, que tratou do repasse de recursos para a construção da Escola.

Têm-se informações de que o processo de construção foi paralisado por conta da existência de um litígio envolvendo a Prefeitura Municipal e a construtora. Essa situação levou à não conclusão do projeto concebido inicialmente e à necessidade de constantes adaptações no espaço físico existente, bem como à convivência com uma infraestrutura deficiente.

Em face aos problemas na execução do convênio, conforme citado anteriormente, ocorreu a assinatura de um novo convênio, agora junto ao PROEP– MEC e à AGENDE, para a adaptação do prédio escolar e a aquisição de equipamentos. Essa condição de financiamento indicava o ingresso da escola no segmento comunitário da expansão das Escolas de Educação Profissional.

Embora o novo convênio estivesse direcionado para o início do funcionamento de alguns cursos, o repasse financeiro não contemplou a finalização de todos os prédios escolares previstos no projeto original.

Nesse quadro, durante o período de 2002 a 2006, coube à AGENDE a administração do espaço físico, dos prédios e dos equipamentos para o funcionamento do Centro Profissionalizante de Guarulhos.

Entre os anos de 2004 e 2005, a Prefeitura do Município de Guarulhos inicia as discussões junto ao CEFET-SP buscando a re-federalização da escola. Fruto dessa articulação foi o encaminhamento dessa demanda junto ao Governo Federal, por intermédio do Ministério da Educação, que culminou com a assinatura, pelo Ministro da Educação Tarso Genro, da Portaria Ministerial nº. 2.113, de 16/06/2005, autorizando o CEFET-SP a implantar o funcionamento da UNED Guarulhos.

Embora com a autorização de funcionamento já definida, a Unidade Guarulhos ainda não dispunha de condições ideais de funcionamento, no que diz respeito à existência de pessoal concursado e recursos financeiros necessários às despesas de custeio.

Dessa forma, novamente, foi fundamental o apoio do governo municipal, consubstanciado na assinatura de um convênio de cooperação técnica que previa o repasse de recursos financeiros da ordem de aproximadamente R\$ 300.000,00 no período compreendido entre 2006 e 2007. Esses recursos, administrados pela AGENDE, seriam destinados à contratação de pessoal e manutenção da escola, sem que, no entanto, houvesse a possibilidade de aplicação em investimentos em equipamentos.

Considerando a crescente carência de mão de obra especializada nas diversas áreas do saber, o Governo Federal autorizou o funcionamento desta Unidade com o objetivo de desenvolver a região e promover a educação profissional e tecnológica de qualidade nos seus diversos níveis. Por intermédio da Unidade de Guarulhos, o CEFET-SP busca a verticalização de sua atuação, tendo como objetivo uma ação educadora consistente e adequada à realidade do mundo do trabalho em consonância aos interesses e necessidades da sociedade.

Após essas definições, o início efetivo de funcionamento da escola ocorreu em janeiro de 2006, com a oferta das primeiras oitenta vagas do Curso Técnico de Programação e Desenvolvimento de Sistemas, distribuídas nos períodos vespertino e noturno (oferta que vem se mantendo estável, semestralmente, a partir de então).

No início do ano de 2007, a Unidade Guarulhos iniciou a oferta de seu segundo Curso Técnico de nível médio na área de Automação, também com a oferta de oitenta vagas semestrais.

Ainda no primeiro semestre de 2007, a Unidade iniciou seu trabalho oferecendo o

curso de Qualificação Básica, oferecido de maneira exclusiva aos alunos da rede pública de ensino, na tentativa de atender a população mais carente de instrumentos voltados à sua inclusão social.

No 2º semestre de 2008, a Unidade Descentralizada de Guarulhos deu início a dois cursos superiores: Licenciatura em matemática (40 vagas matutino) e Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (40 vagas no período noturno).

Em 29 de dezembro de 2008, foi sancionada a Lei nº 11.892, que cria o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de São Paulo, transformando a unidade de ensino em Câmpus Guarulhos.

IFSP CÂMPUS HORTOLÂNDIA

O Câmpus Hortolândia foi construído mediante atendimento à Chamada Pública do MEC/SETEC nº 001/2007 – Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica – FASE II.

Sua autorização de funcionamento se deu através da Portaria nº 1.170, de 21 de setembro de 2010. O câmpus iniciou suas atividades educacionais em fevereiro de 2011, oferecendo o Curso Técnico em Informática em dois turnos, tarde e noite.

O Câmpus Hortolândia atendeu cerca de 80 estudantes no primeiro ano: as duas turmas de Técnico Concomitante em Informática anteriormente citadas. Nesse momento, funcionava em salas cedidas pela Prefeitura da cidade, no prédio do Centro de Formação de Professores Paulo Freire.

Em 2012 novamente foram abertas duas turmas do Curso Técnico Concomitante em Informática, uma à tarde e outra no período noturno. Também foram ofertadas vagas, no início do semestre, em parceria com a Secretaria do Estado, para duas turmas de Técnico Integrado ao Ensino Médio (Fabricação Mecânica e Informática), atendidas na própria escola estadual, a E. E. Liomar Camera Freitas. Essa parceria fundamentou-se em um conjunto de instrumentos legais, entre eles, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Decreto Estadual nº 57.121/2011, a Resolução SEE nº 47/201 e um Termo de Acordo de Cooperação Técnica envolvendo as duas instituições.

Nessa época, o IFSP-Hortolândia possuía aproximadamente 10 professores e 5 servidores técnicos administrativos. Essa estrutura perdurou até agosto de 2012, quando ocorreu a mudança para as suas instalações próprias.

Em setembro desse mesmo ano, chegaram mais servidores e, portanto, já em outubro foram abertas inscrições, via vestibular, para o Curso Técnico Concomitante em

Fabricação Mecânica e Técnico Concomitante em Informática, para início em 2013. Ademais, por meio do SISU, foram ofertadas as vagas para o Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistema, 40 vagas no período noturno.

No início de 2013, o Câmpus recebeu mais servidores, organizou mais laboratórios e pôde oferecer, no segundo semestre, o Curso Técnico Concomitante em Eletroeletrônica, além de dar seguimento aos cursos de Técnico em Informática e de Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

O término da construção de um segundo bloco de salas de aula, posteriormente denominado Bloco A, ocorrido em agosto de 2015, aumentou a infraestrutura voltada à prática do ensino no Câmpus Hortolândia em 5 salas de aula e 5 salas disponíveis para a instalação de laboratórios. Também foi entregue nesse período o Auditório do Câmpus, um espaço importante, constantemente utilizado para reuniões acadêmicas, ações culturais e eventos comemorativos.

Ainda no segundo semestre de 2015, novos servidores docentes e técnico-administrativos foram nomeados com o objetivo de viabilizar a abertura de três turmas de Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio. Esses cursos tiveram início em 2016. Com oferta em três eixos – Automação Industrial, Informática e Mecânica – foram abertas 120 vagas para estudantes nessa modalidade. Esses cursos entraram em regime em 2018.

Em 2017, o Câmpus Hortolândia começou ainda o Curso Superior de Licenciatura em Matemática e o Curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática, ambos com 40 vagas.

Atualmente o Câmpus Hortolândia chegou ao seu limite em termos de força de trabalho docente e, com a homologação do último concurso, deve chegar ao número máximo de servidores técnico-administrativos. Os Cursos Técnicos em Eletroeletrônica, em Fabricação Mecânica e em Manutenção e Suporte em Informática; os Cursos Técnicos em Automação Industrial, em Informática e em Mecânica na Forma Integrada ao Ensino Médio; e os Cursos Superiores de Licenciatura em Matemática e de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (ADS) compõem atualmente o que a cidade costuma chamar de “a Federal”. O Câmpus Hortolândia prevê ainda, com a aprovação no nosso Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), a abertura de mais um curso superior, o Curso de Engenharia de Controle e Automação, que teve o seu início postergado em razão da necessidade de adequação da estrutura para sua oferta.

O Câmpus Hortolândia tem se tornado cada vez mais conhecido junto à comunidade local. Um importante avanço obtido se deu através de uma parceria entre a Pró-Reitoria de Extensão, Coordenadoria de Extensão e Coordenação de Curso Técnico

em Fabricação Mecânica do câmpus, que possibilitou o cadastro do Curso Técnico em Fabricação Mecânica subsequente no Programa Jovem Aprendiz, voltado à inserção de profissionais no mercado de trabalho. Alguns alunos do câmpus já participam do programa, atuando em empresas da região.

Por meio da Coordenadoria de Extensão do câmpus, são oferecidos diversos cursos para a comunidade, dentre os quais destacamos o Curso de Informática para a Terceira Idade, o Curso de Matemática para Concursos Públicos, o Curso de Resolução de Problemas Matemáticos e os Cursos de Língua Estrangeira (Espanhol e Francês).

O Projeto Miniempresa, oferecido em parceria com a Associação Junior Achievement Brasil e a Empresa Dell Computadores do Brasil LTDA também teve um importante impacto na comunidade acadêmica.

Alguns eventos também já se tornaram referência no Câmpus Hortolândia, como o Olha Ela!, a Semana da Consciência Negra e dos Direitos Humanos, a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia & Mostra de Arte e Cultura do Câmpus Hortolândia, o Workshop de Mecânica e o Workshop da Eletroeletrônica, em que se apresentam os trabalhos desenvolvidos sob a orientação dos docentes, de maneira a ressaltar o caráter prático dos cursos ofertados, a interdisciplinaridade e também o espírito de cooperação que permeia todas as ações do câmpus.

Destacam-se também as ações que visam promover o protagonismo estudantil, como os projetos de extensão Novas Ondas no Rádio, Comunic@Jovem e IFORMAÇÃO - um jornal com a nossa cara.

Na Coordenadoria de Pesquisa e Inovação temos projetos aprovados na área de Ciências Humanas, Literatura, Eletroeletrônica, Matemática, Física, Biologia e Educação.

Os projetos aprovados no câmpus têm estimulado a atividade de bolsistas tanto do ensino básico quanto do superior.

IFSP CÂMPUS AVANÇADO ILHA SOLTEIRA

O Câmpus Avançado Ilha Solteira está localizado no município de Ilha Solteira, ao extremo noroeste do estado de São Paulo, instalado em um imóvel com área construída de 3.636,30 m², e terreno de 7.189,30 m², doado ao IFSP pela Prefeitura Municipal. Em 27 de maio de 2014 com a Lei Complementar nº 315, a Prefeitura Municipal de Ilha Solteira deu o primeiro passo para a efetiva implantação do IFSP na cidade, pois desafetou um de seus imóveis e extinguiu a Fundação Municipal de Educação e Desenvolvimento Social de Ilha Solteira (FUNEDISA), possibilitando que o IFSP pudesse se instalar naquele espaço.

Em outubro de 2014, o Câmpus Avançado Ilha Solteira iniciou suas atividades ofertando 60 vagas para o curso de extensão “Desenho Auxiliado por Computador: AutoCAD Básico”, modalidade de Formação Inicial e Continuada (FIC). Estas primeiras vagas foram distribuídas em duas turmas e as aulas ministradas nas dependências da Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita” – Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira (UNESP/FEIS), visto que naquele momento o local onde seria implantado o Câmpus, ainda não se encontrava disponível.

Foram ofertados em 2015 os cursos de Corte e Costura sob medida, Desenho Auxiliado por Computador: AutoCAD básico, Informática Básica: introdução ao Libre Office, Técnicas de Bordar, Técnicas de Patchwork e Planilhas de cálculo com a utilização do BrOffice disponibilizando 310 vagas distribuídas em seis cursos e dezessete turmas. Ainda durante o ano de 2015 foram realizadas as três etapas de audiências públicas, nas quais foram definidos para o IFSP Câmpus Avançado Ilha Solteira, o eixo tecnológico de Infraestrutura/Construção Civil e o curso Técnico em Edificações como o primeiro curso técnico a ser implantado no município.

Em 17 de dezembro de 2015, foi oficializada a doação definitiva do imóvel localizado na Alameda Tucuruí, nº 164 – Zona Norte; assim, o IFSP adquiriu espaço próprio em Ilha Solteira.

Iniciando o ano de 2016, foi firmado um convênio com a Prefeitura Municipal, através da Lei nº 2234, sendo possível estruturar ações de extensão e ofertar os seguintes cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC: Corte e Costura sob Medida, Técnicas de Bordar, e Técnicas de Patchwork, além dos cursos ofertados pelo IFSP: Informática Básica: Introdução ao Libre Office, Edição de Imagens com Paint.Net, Internet e Redes Sociais, Desenho Auxiliado por Computador: AutoCAD Básico, Desenhos Vetoriais com Inkscape e Power Draw, Planilhas de cálculo com utilização do BrOfficeCalc, Matemática para o Enem e Mãos à obra: Aulas de Física I e II.

Em 07 de junho de 2016, através da Resolução 39/2016, o Conselho Superior (CONSUP) aprovou o PPC - Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Edificações para o Câmpus Avançado Ilha Solteira, permitindo a realização do seu primeiro processo seletivo. Vale ressaltar que, para as 40 vagas oferecidas, se inscreveram 227 candidatos, com a relação candidato/vaga de 5,7.

O Câmpus Avançado Ilha Solteira, finalizou o ano de 2016 com saldo bastante positivo: ofertou 480 vagas em 24 turmas de cursos FIC e 40 vagas no 1º semestre do curso Técnico em Edificações.

Em 2017 os cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC: Corte e Costura sob Medida, Técnicas de Bordar e Técnicas de Patchwork, foram ofertados novamente em parceria com a Prefeitura Municipal. No 2º semestre foi ofertado o módulo avançado referente aos cursos mencionados, disponibilizando 48 vagas no total. O câmpus também ofertou no decorrer do ano os seguintes cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC: Desenho Auxiliado por Computador: AutoCAD Básico, Informática Básica: Introdução ao Libre Office, Planilhas de cálculo com utilização do BrOfficeCalc, Desenho Auxiliado por Computador: Révit Básico, Desenho Auxiliado por Computador: Sketchup Básico, Química e Meio Ambiente, Ciência e Senso Comum: A Sociologia e a desnaturalização do olhar sobre a realidade social, Meio Ambiente, Segurança e Saúde no trabalho, Acessibilidade a edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos, Direitos Fundamentais do Cidadão: Conscientizando para melhor viver em sociedade e Xadrez Nível Básico executado através por Projeto de Extensão.

Foram disponibilizadas duas turmas, uma em cada semestre, no Curso Técnico em Edificações na modalidade Concomitante/Subsequente, totalizando 80 vagas. Para as vagas oferecidas, inscreveram-se 163 candidatos, com a relação candidato/vaga de 2,0.

No ano de 2018 o Câmpus Avançado Ilha Solteira ofertou pela primeira vez duas turmas de Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio; sendo uma turma em Edificações e outra em Desenho de Construção Civil, totalizando 80 vagas. No primeiro semestre de 2018 foram ofertados dezesseis cursos na modalidade de Formação Inicial e Continuada – FIC, proporcionando à comunidade externa, cursos nas diversas áreas.

IFSP CÂMPUS ITAQUAQUECETUBA

O Câmpus Itaquaquecetuba, constituído pela Portaria nº 378 de 09 de maio de 2016, é um dos últimos que foram criados, ele resulta do processo de expansão da rede de unidades do Instituto Federal de São Paulo nos últimos anos, sendo uma das unidades do Instituto na região metropolitana de São Paulo e na microrregião de Mogi das Cruzes.

A escolha do eixo tecnológico do câmpus foi feita em três audiências públicas, a primeira, realizada em 13 de maio de 2016, que tratou da instalação do Câmpus, realizada no auditório da Secretaria Municipal de Educação da cidade de Itaquaquecetuba. Participaram da mesa de abertura o reitor do IFSP, Eduardo Antonio Modena, o presidente da câmara dos vereadores de Itaquaquecetuba, Wilson dos Santos, a secretária municipal da educação do município, Verônica Cosmo Barbosa, a supervisora de ensino

(representando a diretoria de ensino da região de Itaquaquetuba), Gislene Almeida Paiva, o Presidente da frente empresarial pró-Itaquaquetuba Augusto César dos Santos e a comunidade local. Após a abertura, foi composta a mesa de trabalho pelo Diretor-geral do câmpus Itaquaquetuba, Denilson Mauri e pelo Diretor Administrativo, Aumir Antunes, ao qual fizeram uma apresentação sobre o IFSP e os presentes puderam esclarecer dúvidas sobre a instalação do câmpus.

A segunda audiência pública aconteceu no dia 03 de junho de 2016, no auditório da Secretaria Municipal de Educação da cidade. O secretário municipal de Desenvolvimento Econômico de Itaquaquetuba, Jorge Asato, abriu a audiência. Estavam presentes, além de Jorge Asato, Denilson Mauri, Verônica Cosmo Barbosa, a secretária municipal de governo, Sônia Masiero, representando o prefeito Mamoru Nakashima, o presidente da Frente Empresarial Pró-Itaquaquetuba (Fempi), Augusto César dos Santos e a comunidade. Após a abertura, Denilson apresentou um breve histórico do IFSP, uma análise técnica da região de Itaquaquetuba e os eixos tecnológicos que mais atendem às necessidades do município, ele também lembrou aos presentes que a definição do eixo tecnológico passa pela combinação de três fatores: participação da comunidade, análise técnica e aspectos estratégicos e políticos.

A terceira audiência, por fim, ocorreu em 25 de junho de 2016 também na Secretaria Municipal de Educação de Itaquaquetuba, com o objetivo de consolidar o eixo tecnológico e os cursos selecionados para o Município. Na ocasião, o diretor Denilson Mauri apresentou dados de pesquisas sobre o potencial econômico de Itaquaquetuba e definiu o eixo tecnológico de Controle e Processos Industriais – Técnico em Mecânica. Houve participação do público em temas como perfil dos estudantes, início das atividades e incremento da segurança pública no entorno do câmpus.

O câmpus Itaquaquetuba do IFSP começou suas atividades antes mesmo da conclusão das obras, em 2016 foi firmado a parceria com a prefeitura municipal e foram oferecidos Cursos de Formação Continuada à população ministrados nas escolas municipais e estaduais, e salas foram cedidas pela Secretaria de Governo do município para servirem de base para essas atividades e prestar informações, realizar inscrições e fazer reuniões para o desenvolvimento da instituição até a conclusão das obras. Ao longo do ano de 2016 foram realizadas visitas a indústrias da região, a fim de conhecer suas necessidades e estabelecer contatos e parcerias futuras para estágio dos estudantes; articuladas ações com a Prefeitura Municipal e a rede de ensino local; criadas comissões e

grupos de trabalho que atuam no planejamento e estruturação do câmpus; participação em feiras organizadas pela Frente Empresarial; prospecção de material didático inovador; criação de materiais específicos para cursos de curta duração que tenham demanda na região; planejamento de uma grade específica para o Curso Técnico Integrado de Mecânica que considere as necessidades socioeconômicas da cidade de Itaquaquecetuba; pesquisa e adaptação de equipamentos e maquinário para o ensino técnico de Mecânica; dentre outras atividades que visam a excelência do câmpus, o atendimento às demandas da população e o fomento das potencialidades da cidade de Itaquaquecetuba.

Pelas Resoluções nº86 de 05 de outubro de 2016 e nº68 de 01 de agosto de 2017 do Conselho Superior do IFSP teve aprovado respectivamente os cursos de Técnico em Mecânica Integrado ao ensino médio e o curso Técnico em Mecânica nas formas concomitante e subsequente aprovados pelo Conselho Superior do IFSP. E em 31 de outubro de 2017 foi aprovado pela Resolução nº120 do Conselho Superior do IFSP o curso superior de Licenciatura em Matemática.

Por fim, durante o ano de 2017, tivemos a primeira turma do curso Integrado em Mecânica, que iniciou suas atividades com 80 alunos, na metade desse ano os alunos puderam assistir às aulas no câmpus e no transcorrer de 2018, foram iniciados os cursos de Técnico em Mecânica concomitante e subsequente e a Licenciatura em Matemática, expandindo para 280 alunos nos cursos regulares, sem contar os cursos FICs que demandam uma grande procura.

IFSP CÂMPUS ITAPETININGA

O câmpus Itapetininga foi construído em atendimento à Chamada Pública SETEC/MEC n.º 001/2007 - Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica – FASE II e está situado no município de Itapetininga, a 170 km da Capital, na região sudoeste paulista.

Seu funcionamento foi autorizado por meio da Portaria n.º 127, publicada no Diário Oficial da União em 29 de janeiro de 2010, havendo início de suas atividades educacionais no dia 16 de agosto daquele ano. A área voltada ao funcionamento da unidade foi doada pela Prefeitura de Itapetininga e se localiza na Avenida João Olímpio de Oliveira, 1561 – Vila Asem. A unidade é resultado dos esforços do Município, do IFSP e do Ministério da Educação (MEC) que, conhecedores das necessidades da região, a implementaram.

O câmpus ocupa aproximadamente 80.000 m², sendo cerca de 5.184 m² de área construída dividida em 5 edificações interligadas. O primeiro bloco conta com 13 salas, sendo: setor Sociopedagógica, almoxarifado de bens de consumo, almoxarifado de materiais permanentes, 2 refeitórios, sala para equipe de vigilância, dormitório, sala para equipe de limpeza, depósito de materiais de limpeza, 2 banheiros exclusivos aos funcionários terceirizados e coordenadoria de manutenção predial. Conta ainda com biblioteca, cantina e 6 banheiros, sendo 3 com acessibilidade à pessoa com deficiência física.

O segundo bloco apresenta 12 salas, onde se dispõem os seguintes setores: Coordenadoria de Tecnologia da Informação, Coordenadoria de Apoio ao Ensino, Coordenadoria de Extensão, Coordenadoria de Pesquisa e Inovação, Diretoria Administrativa, Financeiro e Contabilidade, Orçamento, Compras e Licitação, Patrimônio, Recursos Humanos, Comunicação Social, Supervisão de Estágios, Diretoria de Ensino, Coordenadoria de Registros Acadêmicos, Coordenadoria de Apoio ao Ensino, Sala dos Professores (Licenciatura em física) e 3 banheiros, sendo com acessibilidade à pessoa com deficiência física. Além disso, possui uma sala de reuniões, a secretaria da direção e a sala da direção geral do câmpus.

O terceiro bloco possui 6 salas de aula, 6 laboratórios de informática, laboratório multiuso para pesquisa/redes, laboratório de hardware, auditório com capacidade para 80 pessoas, sala de manutenção em tecnologia da informação, sala do projeto FISBRINK – aprenda física brincando –, sala do PIBID – Programa institucional de Bolsa de Iniciação à Docência e Laboratório de Ensino de Matemática.

O quarto bloco possui auditório, sala de hidráulica e pneumática, laboratório de materiais, laboratório de eletrônica, laboratório de metrologia, sala de automação e controle, sala de ensaios de materiais, sala dos professores, oficina, almoxarifado, depósito de materiais de limpeza e 3 banheiros, sendo 1 com acessibilidade à pessoa com deficiência física.

No último bloco, encontramos 3 salas de aulas teóricas, pranchetário, laboratório de topografia, laboratório multidisciplinar de física, oficina, sala de apoio, 2 salas de atendimento, sala dos professores, depósito de materiais de limpeza e três banheiros, sendo 1 com acessibilidade à pessoa com deficiência física.

Todos os blocos foram construídos de forma a promover a acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Em consonância com as oportunidades de emprego e geração de renda propiciadas pelo município, a presença do câmpus na cidade de Itapetininga permite a ampliação das opções de qualificação profissional e formação técnica e tecnológica para as indústrias e serviços da região, por meio de educação gratuita e de qualidade.

São os cursos oferecidos no câmpus (com 40 vagas cada):

- Ensino Médio Integrado ao Técnico em Eletromecânica - turma no período matutino;
- Ensino Médio Integrado ao Técnico em Informática – turma no período matutino;
- Técnico em Edificações – turmas no período vespertino e noturno;
- Técnico em Mecânica – turmas nos períodos vespertino e noturno;
- Técnico em Manutenção e Suporte em Informática – turmas nos períodos vespertino e noturno;
- Licenciatura em Física – turmas no período matutino e noturno;
- Licenciatura em Matemática – turma no período noturno;
- Engenharia Mecânica – turma no período noturno;
- Formação Pedagógica – turma no período diurno;
- Especialização *Latu Sensu* em Informática Aplicada à Educação – turma no período noturno.

Além dos cursos de Ensino Médio Integrado ao Técnico, Técnicos Concomitantes e Subsequentes, Licenciaturas e Engenharia, estão sendo oferecidos em 2018, nove cursos livres de extensão sendo eles:

- A Matemática e a Interdisciplinaridade: Possibilidades nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
- Aplicação da BNCC em Atividades de Ensino sobre Pensamento Computacional;
- Base Nacional Comum Curricular: Desafios de Implementação nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
- Ciências Biológicas para O Enem e Vestibulares;
- Desenvolvimento de Aplicativos para Dispositivos Móveis;
- Curso de Desenvolvimento para Android utilizando o Ambiente AppInventor;

- Uso de Tecnologia em Sala de Aula: Planejamento e Trabalho Docente;
- Inclusão Digital para a Terceira Idade e
- Química para o ENEM.

Estão ainda em andamento 03 projetos de extensão a saber:

- Astronomia no Modelo Bilíngue: Vídeos para Surdos;
- Projeto FISBRINK: Aprenda Física Brincando e
- Show de Física na Divulgação da Ciência

Na área da pesquisa, atualmente, o câmpus conta com os seguintes grupos, liderados por docentes: Grupo de Tecnologias e Aplicações da Computação (GTAC), Grupo de Pesquisa de Ensino em Astronomia (GPEA), Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Ensino, Ciência, Cultura e Ambiente (NUTECCA), Grupo de Pesquisa de Construção Civil (GPECC), Grupo de Pesquisa em Educação Ambiental e Filosofia da Educação (EAFE) e Grupo de Pesquisa em Nanomateriais e Meio-Ambiente (NanoMA). Estes grupos de docentes e técnicos-administrativos do Câmpus têm tido aumento significativo em sua produção científica a cada ano, sendo produzidos artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais indexados, livros e capítulos de livros. O Câmpus coordena e mantém 2 periódicos para divulgação da pesquisa e do conhecimento: Revista Brasileira de Iniciação Científica (RBIC) e Revista Internacional de Formação de Professores (RIFP).

Além disso, o câmpus Itapetininga foi sede, em 2015, do 6º CINTEC – Congresso de Iniciação Científica e Tecnológica do IFSP e realiza, anualmente, o Congresso de Iniciação Científica do IFSP Itapetininga e o Workshop de Tecnologia do IFSP Itapetininga que compreende as Semanas de Matemática, Física e Engenharia Mecânica.

IFSP CÂMPUS JACAREÍ

O Câmpus Jacareí (JCR), faz parte do Plano de Expansão (2011/2012) da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Está localizado no município de Jacareí, região Metropolitana do Vale do Paraíba do estado de São Paulo. Foi instalado em um terreno de aproximadamente 31 mil metros quadrados doado pela Prefeitura Municipal através do Projeto de Lei nº 03 de 09/03/2010.

A audiência pública que definiu os eixos tecnológicos do câmpus foi realizada em vinte e quatro de maio de 2010. O IFSP Jacareí iniciou suas atividades administrativas no dia 01 de novembro de 2013. As atividades letivas, por sua vez, iniciaram-se no 2º semestre

de 2014. Foram ofertadas 40 vagas para o curso Técnico em Administração e 40 vagas para o curso Técnico em Logística.

Vale ressaltar que, para as 80 primeiras vagas oferecidas, se inscreveram aproximadamente 600 candidatos. Atualmente, o câmpus conta com quatorze turmas em andamento dos cursos técnicos sendo: quatro turmas do Técnico em Administração, duas turmas do Técnico em Logística, três turmas do Técnico em Design de Interiores, três turmas do Técnico em Administração integrado ao Ensino Médio e duas turmas do Técnico em Informática integrado ao Ensino Médio.

Além destes, em atendimento ao inciso VI, alínea c, do art. 7º da Lei 11.892/08, bem como do art. 1º, inciso 2º, da Organização Didática, o Câmpus Jacareí passou a oferecer no primeiro semestre de 2015, o curso superior de Bacharelado em Administração e, conta atualmente com quatro turmas em andamento. Além dos cursos citados anteriormente, começamos o ano de 2018 com mais 3 (três) turmas novas: Licenciatura em Pedagogia, Tecnólogo em Design de Interiores e Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

É importante destacar que os cursos de Administração, Pedagogia e Design de Interiores, são os únicos cursos (na modalidade presencial) gratuitos da Região Metropolitana do Vale do Paraíba, composta por cerca 2,4 milhões de habitantes, conforme projeção estatística apresentada pela Fundação SEADE (2016). Todos estes cursos possuem turmas com 40 alunos e representam uma conquista para o câmpus e para toda a cidade de Jacareí e região. São iniciativas que validam a verticalização do ensino no câmpus, efetivando assim a sua política de atuação pela oferta em diferentes níveis e modalidades da educação profissional e tecnológica.

Além disso, demonstra a busca do câmpus em ser protagonista em inovação na educação. Importante destacar que ao longo dos anos, o câmpus vem gradativamente estruturando suas ações de pesquisa e de extensão. Por meio da Coordenadoria de Extensão, órgão diretamente subordinado à Diretoria Geral do Câmpus Jacareí, vem sendo oferecidos diversos cursos na modalidade de Formação Inicial e Continuada, entre os cursos ofertados atualmente são: Práticas Laboratoriais, Introdução à História do Cinema, Elementos de Gestão Ambiental para Organizações e Empresas, Inglês Pré-Intermediário, Português e Matemática para Alunos do 9º ano do Ensino Fundamental II, Introdução ao Desenho Artístico, Perspectiva Avançada, Libras Básico, Inglês Intermediário, Inglês

Básico, Conversação avançada em Inglês, entre outros. A oferta desses cursos tem possibilitado maior proximidade e interlocução da instituição com a comunidade.

IFSP CÂMPUS AVANÇADO JUNDIAÍ

O Câmpus Avançado Jundiaí foi criado a partir de Acordo de Cooperação celebrado entre a Prefeitura Municipal e o Instituto Federal de São Paulo (IFSP). O Acordo foi firmado em março de 2014 e prevê a participação de ambos no processo de implantação do Câmpus na cidade.

Em abril do mesmo ano, iniciaram-se efetivamente as atividades com duas turmas do Curso de Formação Inicial em Assistente de Vendas, oferecido através do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). As turmas foram finalizadas com êxito ainda no primeiro semestre, com uma quantidade expressiva de formandos.

Nesse mesmo período, sucederam-se tratativas entre a Direção-Geral do Câmpus e a Pró-Reitoria de Ensino do IFSP, a fim de garantir a oferta de, ao menos, uma turma de curso técnico regular a partir do segundo semestre de 2014. O eixo tecnológico de “Gestão e Negócios” foi escolhido através de audiência pública, assim como o primeiro curso a ser ofertado pelo Câmpus, o Técnico em Comércio.

Como fruto do empenho de todos os agentes envolvidos nesse processo, a primeira turma de curso técnico regular do Câmpus teve início em agosto de 2014.

Ao longo do segundo semestre de 2014, o Câmpus Avançado Jundiaí desenvolveu diferentes atividades de extensão. Destacam-se, em primeiro lugar, os Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) de Atendimento ao Cliente Economia para Jornalistas, que foram oferecidos com força de trabalho do próprio Câmpus e tiveram ampla procura e aceitação pela comunidade da cidade e região.

Além disso, o Câmpus desenvolveu o Projeto de Extensão de Promoção e Difusão da Cultura, Ciência e Tecnologia, com a mobilização de todo o corpo docente e técnico-administrativo e a participação de quatro bolsistas discentes. O objetivo primordial do projeto era criar e fortalecer o canal de comunicação entre a escola e a comunidade.

Ainda no segundo semestre desse mesmo ano, houve a participação em diferentes eventos, tais como feiras de profissões promovidas na cidade, além da organização de um evento alusivo à Semana Nacional de Ciência e Tecnologia. Atividades frequentes como palestras e atividades culturais também foram promovidas com o objetivo de destacar o engajamento da Instituição com o ideal de formação integral dos estudantes.

Em outubro de 2014, foram lançadas novas vagas para o Curso Técnico em

Comércio no Processo Seletivo do IFSP. Essa nova turma iniciou suas atividades em fevereiro de 2015.

Em janeiro de 2015, foram ofertados outros dois Cursos FIC, dessa vez de Captação de Recursos para o Terceiro Setor e Rotinas Administrativas. Tratavam-se de Cursos de Verão, e foram desenvolvidos de maneira intensiva ao longo daquele mês. Repetiu-se, mais uma vez, a ampla aceitação e procura.

No segundo semestre de 2015, foram ofertados outros três Cursos FIC: Atendimento ao cliente, Rotinas Administrativas e Redação, que tiveram ampla aceitação e procura.

Ao longo de todo o ano de 2015, manteve-se a participação em diferentes eventos, tais como feiras de profissões e feiras culturais promovidas na cidade, além da organização do segundo evento alusivo à Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, mesma oportunidade em que se inaugurou a biblioteca do Câmpus. Destaca-se, novamente, que atividades frequentes como palestras e atividades culturais, foram promovidas com o objetivo de destacar o engajamento da Instituição com o ideal de formação integral dos estudantes.

Em 18 de dezembro de 2015 foi oficializada, entre a Prefeitura Municipal de Jundiá e o IFSP, a doação de um terreno de 24 mil m² para construção do Câmpus.

A Portaria de autorização de funcionamento do Câmpus foi publicada no Diário Oficial da União de 10 de maio de 2016, Portaria nº 378, de 09 de maio de 2016. Também em 2016, houve a ampliação do quadro de servidores do Câmpus, o que possibilitou o planejamento de novos cursos para o ano de 2017.

No primeiro semestre de 2017, teve início o Curso Técnico em Logística Integrado ao Ensino Médio, com ingresso de 40 alunos regulares. Também foram iniciadas as atividades do projeto de extensão “Cultura Di Quinta”, cuja proposta é divulgar a arte e a cultura em um ambiente de compartilhamento de saberes. O projeto acontece às quintas-feiras e é aberto à toda a comunidade.

Em 2018, passaram a ser ofertadas 80 vagas no curso Técnico em Logística Integrado ao Ensino Médio. Além disso, foi iniciado o Curso Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio (PROEJA), com 40 vagas.

Em contrapartida ao Acordo de Cooperação com a Prefeitura, foram ofertados dois cursos FIC importantes em 2017 e 2018, voltados aos Agentes de Alimentação Escolar e aos Agentes de Desenvolvimento Infantil. Os dois cursos formaram mais de 500 servidores municipais.

IFSP CÂMPUS MATÃO

A Resolução nº 29, de 23/12/2009, do Conselho Superior do Instituto Federal de

Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, aprovou o funcionamento do Câmpus Matão, que iniciou as atividades em 12 de agosto de 2010, provisoriamente em um prédio cedido pela Prefeitura de Matão, situado na Rua José Bonifácio, 1176 – Centro, em Matão, a 309 km da Capital.

Em fevereiro de 2014, as instalações foram transferidas para a Avenida Stéfano D'Avassi, n. 625, no bairro Nova Cidade, em área de 44 mil metros quadrados que foi doada pela Prefeitura de Matão ao IFSP para possibilitar a construção da estrutura física do câmpus. Tal estrutura conta com 17 salas de aula, um laboratório de informática, um laboratório didático, 6 laboratórios de pesquisa e uma biblioteca, além de bloco de apoio e área de convívio.

O câmpus Matão é resultado dos esforços da Prefeitura de Matão, do IFSP, do Ministério da Educação (MEC) e da Rede Brasileira de Tecnologia de Biodiesel do Ministério de Ciência e Tecnologia (RBTB-MCT) que, conhecedores das necessidades da região, cujas principais atividades econômicas são a indústria sucroalcooleira, de alimentos e implementos agrícolas, programaram a instituição de ensino, oferecendo inicialmente cursos tecnológicos nas áreas de Biocombustíveis e Alimentos.

O curso de Tecnologia em Biocombustíveis iniciou em 2010 apenas no período matutino, sendo aprovado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior por meio da Resolução nº 141 de 10/08/2010. No ano seguinte, foi aprovado o curso de Tecnologia em Biocombustíveis no período noturno, pela Resolução Nº 196 de 19/11/2010. O curso de Tecnologia em Alimentos iniciou em 2012, sendo aprovado por meio da resolução Nº 481, em 06/12/2011.

Em 2015 a Reitoria e a Pró-Reitoria de Ensino determinaram a revisão e adequação dos documentos de toda a instituição para o cumprimento dos balizadores legais sustentados pelo Ministério da Educação (MEC) e pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), estabelecendo a oferta de 50% das vagas em ensino de nível técnico (sendo 10% dessas vagas na modalidade de educação de jovens e adultos - PROEJA) e 20% das vagas em ensino de Licenciatura. Com o intuito de cumprir essa determinação, foram abertos o curso de Licenciatura em Química (noturno) em 2015, autorizado por meio da Resolução Nº 146 de 04/11/2014 e, em 2016, os cursos Técnico em Alimentos e Técnico em Açúcar e Alcool Integrados ao Ensino Médio, ambos aprovados em 01/09/2015 por meio das Resoluções 67/2015 e 66/2015, respectivamente. No ano de 2017 foi oferecida a primeira turma do curso de Licenciatura em Química (matutino) e em 2018 será ofertada a primeira turma de Técnico em Química Integrado ao Ensino Médio e

de Técnico em Segurança do Trabalho (PROEJA), também integrados ao Ensino Médio, alcançando assim os balizadores indicados. Como estes novos cursos as ofertas para o curso Técnico em alimentos foram reduzidas de 80 para 40 vagas.

Também em 2018 suspende-se a oferta das vagas dos cursos de Tecnologia em Alimentos e Tecnologia em Biocombustíveis e passa-se a oferecer os cursos de Engenharia de Alimentos e Engenharia de Energias Renováveis, ambas no período noturno.

Além desses cursos, é oferecido no câmpus Matão o curso de Pós-Graduação em Açúcar e Álcool, iniciado em 2012, aprovado pela Resolução 462 de 07/10/2011 e mais de 30 cursos de extensão, que são abertos de acordo com a demanda regional, tais como, Editor de Projeto Visual Gráfico, Manipuladores de Alimentos, Auxiliar Administrativo, Assistente de Vendas, História e Cultura Africana e Afro-brasileira, Informática Básica, Horticultura Orgânica, Preparatório para o Enem e exames vestibulares, LIBRAS, dentre outros.

IFSP CÂMPUS PIRACICABA

O Câmpus Piracicaba, edificado em atendimento à Chamada Pública do MEC/SETEC nº 001/2007 – Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica – FASE II, está localizado no município de Piracicaba, região noroeste do estado de São Paulo, na Rua Diácono Jair de Oliveira, 1005 – Santa Rosa CEP 13414-155 – Piracicaba – SP. A autorização de funcionamento do câmpus ocorreu através da Portaria nº 104, de 29 de janeiro de 2010, tendo em 16 de agosto de 2010 o início das atividades educacionais.

Os primeiros cursos ofertados no câmpus foram os cursos técnicos de nível médio na modalidade concomitante/subsequente na área de Indústria – com o curso técnico em Automação Industrial – e na área de Informática, com o curso técnico em Manutenção e Suporte em Informática, ambos no período vespertino e noturno.

Atualmente, estão em funcionamento os cursos técnicos (Integrado) em Automação Industrial e em Mecânica, no período vespertino, os cursos técnicos (concomitante/subsequente) em Automação Industrial e em Mecânica, no período noturno, o curso de tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, no período Matutino, o curso de tecnologia em Automação Industrial e o curso superior de Licenciatura em Física, ambos no período Noturno. Vale ressaltar que os cursos técnicos integrados supracitados são um convênio entre o IFSP e o Secretaria da Educação do de Estado de São Paulo.

IFSP CÂMPUS PIRITUBA

O câmpus São Paulo Pirituba do IFSP é fruto da Fase III do Plano de Expansão da

Rede Federal e Educação Profissional e Tecnológica, lançado em setembro de 2011, como política do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Está localizado na região noroeste do município de São Paulo, o maior do país, com mais de 11,5 milhões de habitantes, desconsiderando-se a região metropolitana. É a cidade mais rica do Brasil, a quarta maior no mundo, onde setores de indústria, serviços e comércio propiciam um vasto campo de atuação e empregabilidade. O câmpus está instalado em um terreno de aproximadamente 67.297 m², mediante concessão administrativa de uso por 90 anos, a título gratuito, pela Prefeitura do Município de São Paulo, Lei Municipal nº 15.686 de 26 de março de 2013, editada no processo administrativo nº 2012-0.272.628-0.

O noroeste paulistano constitui-se na área de influência principal do câmpus, que abrange os bairros de Pirituba, Jaraguá, São Domingos, Freguesia do Ó, Brasilândia, Anhanguera e Perus, englobando cerca de 1 milhão de habitantes, com a maior parte de sua população vivendo em área urbana a uma taxa de urbanização média de 98%, de acordo com a fundação SEADE. Porém, o alcance do câmpus também se estende para outros bairros adjacentes, como Lapa, Vila Leopoldina e Jaguara, bem como municípios conurbados à porção noroeste de São Paulo, como Osasco, Caieiras, Cajamar e Barueri. Considerando-se os indicadores demográficos desse imenso território, o montante populacional total potencialmente atingido pelas atividades formativas do câmpus ultrapassa os 2 milhões de habitantes

Esse expressivo índice populacional por si já justifica a presença do governo federal na oferta de um serviço público capaz de viabilizar oportunidades educacionais em diversas áreas, com aberta perspectiva de desenvolvimento social e cultural, bem como de crescimento econômico em todas as direções. É nesse amplo ambiente urbano que o câmpus está inserido. Suas atividades letivas tiveram início no 2º semestre de 2016, por meio de diversos cursos de extensão oferecidos à comunidade, nas modalidades de Curso Livre e de Formação Inicial e Continuada. Os cursos regulares de nível técnico integrado em Logística e Redes de Computadores e o curso técnico concomitante em Administração iniciaram-se no 1º semestre de 2017, totalizando 120 vagas em cursos regulares, naquele ano.

A oferta de vagas para os cursos superiores do câmpus se iniciou no 2º semestre de 2017. Foram abertas 40 vagas para cada um dos cursos: Tecnologia em Gestão Pública e Licenciatura em Letras. No 1º semestre de 2018, o curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas iniciou seu funcionamento, e o curso recém aprovado de pós-graduação em Humanidades, inicia suas atividades no 2º semestre de 2018. Conforme

expõe o relatório 2018 da Plataforma Nilo Peçanha (tendo como ano base 2017), o câmpus São Paulo Pirituba apresentou um total de 1.877 alunos matriculados nos 24 cursos, regulares ou de extensão. Desta forma, o câmpus se posiciona como referência em ensino de nível superior e médio na macrorregião noroeste, além de consolidar a verticalização do ensino, praticada pela rede federal, garantindo qualificação profissional gratuita à população além de atender aos balizadores estabelecidos na lei de criação.

É importante ressaltar, no entanto, que o envolvimento com a população não se restringe ao pilar de ensino. O planejamento e abertura de cursos, além de facilitar o contato do câmpus com o setor produtivo, certamente posicionará a instituição como um ponto estratégico na região, fomentando a transferência de tecnologia para a sociedade, movimentando a tríplice simbiótica de ensino, pesquisa e extensão.

IFSP CÂMPUS PRESIDENTE EPITÁCIO

Segundo o Atlas do Instituto Federal de São Paulo (2012), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município é de 0,76, e a média salarial do município é de R\$ 1001,01. Tais fatos evidenciam a baixa situação econômica da região e vêm ao encontro da proposta sociopedagógica do IFSP, a qual visa incluir socialmente e oferecer um ensino público de qualidade às pessoas com menores condições socioeconômicas, o que influencia diretamente no desenvolvimento de mais políticas públicas que garantam não somente o ingresso dessas pessoas na escola, mas principalmente sua permanência.

Diante do exposto, o Câmpus Presidente Epitácio, edificado em atendimento à Chamada Pública do MEC/SETEC nº 001/2007 – Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica – FASE II, foi planejado e construído no município de Presidente Epitácio, a 650km da capital São Paulo. A Portaria Ministerial nº 1.170, de 21/09/2010, autorizou o funcionamento do Câmpus Presidente Epitácio, que iniciou suas atividades em 8 de fevereiro de 2011, sendo que as primeiras aulas ocorreram na escola Professor Waldyr Romeu da Silveira, até que fosse concluída a construção do atual prédio; em 31 de março de 2011, ocorreu a inauguração do prédio do IFSP, localizado na Rua José Ramos Júnior, 27-50, Jardim Tropical. A criação do Câmpus Presidente Epitácio foi, principalmente, resultado dos esforços da Prefeitura de Presidente Epitácio, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia São Paulo (IFSP) e do Ministério da Educação (MEC), que, conhecedores das necessidades da região, cuja principal atividade econômica é a agroindústria, instalaram a escola, oferecendo cursos nas áreas de Automação Industrial e Edificações.

A área construída para a instalação do IFSP foi doada pela Prefeitura de Presidente

Epitácio. O prédio recebeu um investimento de R\$ 4,7 milhões, dotado de salas de aula, laboratórios, biblioteca, complexo administrativo, espaço para convívio e pátio coberto, totalizando 5.316,06 metros quadrados de área construída.

Em 2015 foi concluída a construção da nova edificação denominada Bloco II, com 1.152 m² e composto por 10 salas de aula e 03 salas administrativas além de um Ginásio Poliesportivo coberto com toda infraestrutura de salas de apoio e vestiários e arquibancadas para aproximadamente 300 pessoas, totalizando uma área construída de 1.720 m². Para esse novo conjunto, foram investidos R\$4,5 milhões de reais. Ao término dessa segunda etapa, o Câmpus conta com uma área construída total de 8.023 m².

Os primeiros cursos ofertados, já no primeiro semestre de 2011, foram Técnico em Edificações e Técnico em Automação Industrial, ambos na modalidade concomitante/subsequente ao Ensino Médio, com aulas nos períodos vespertino e noturno e oferta semestral de 40 vagas para cada turma e turno, totalizando 160 vagas.

No primeiro semestre de 2012, iniciou-se o curso superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, com 40 vagas anuais. Também no primeiro semestre de 2012, tiveram início as aulas dos cursos Técnico em Eletrotécnica e Técnico em Informática, ambos na modalidade integrada ao Ensino Médio, cada qual com 40 vagas anuais, ofertados na parceria com a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, através da EE 18 de Junho.

A partir de 2012, o *câmpus* começou a ofertar cursos do Pronatec e começou a atuar como polo de apoio presencial para alunos do curso Técnico em Secretaria Escolar do Programa PROFUNCIÓNÁRIO.

No ano de 2013, foi ofertado, em parceria com a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, o Curso Técnico em Administração, na modalidade integrada ao Ensino Médio, com 40 vagas anuais. Também nesse primeiro semestre, iniciou-se o curso Técnico em Administração, na modalidade concomitante e/ou subsequente, ofertando 40 vagas semestrais no período noturno. No ano em questão, o curso Técnico Integrado em Eletrotécnica deixou de ser ofertado.

No ano de 2015, iniciaram-se os cursos Técnico em Informática e Técnico em Mecatrônica, na modalidade integrada ao Ensino Médio, com 40 vagas anuais para cada curso. Também nesse ano, iniciou-se o curso Técnico em Eletrotécnica, na modalidade concomitante e/ou subsequente, ofertando 40 vagas semestrais no período noturno, e deixou-se de ofertar o curso Técnico em Automação Industrial.

Em 2017, iniciou-se a oferta de 40 vagas anuais para o curso superior de Bacharelado em Engenharia Elétrica e de 40 vagas anuais para o curso superior de

Licenciatura em Pedagogia, respectivamente em período integral e noturno.

Por fim, no ano de 2018 iniciou-se a oferta de 40 vagas anuais, em período integral, para o curso superior de Bacharelado em Ciência da Computação, e deixou-se de ofertar o curso superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

Atualmente, o câmpus atende cerca de 940 alunos e já formaram 953 alunos nos cursos Técnicos em Edificações, Automação Industrial, Informática, Mecatrônica, Eletrotécnica e Administração, e no curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas. São ofertadas anualmente cerca de 440 vagas. O quadro de funcionários do Câmpus Presidente Epitácio atual é composto por 62 professores efetivos, 19 professores substitutos e 44 servidores técnico-administrativos.

IFSP CÂMPUS REGISTRO

O Câmpus Registro, edificado em atendimento à Chamada Pública do MEC/SETEC nº 001/2007, de 24 de abril de 2007 – Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica – FASE II, está localizado no município de Registro, na região do Vale do Ribeira. Teve sua autorização de funcionamento pela Portaria nº 1.170, de 21 de setembro de 2010, e iniciou suas atividades educacionais em julho de 2012, em prédio próprio, especialmente construído para atender as especificidades dos cursos técnicos e tecnológicos. Com uma área construída composta por um conjunto edificado de padrão escolar com sete blocos de edifícios interligados, a presença do IFSP em Registro permite a ampliação das opções de qualificação profissional e formação técnica e tecnológica para comunidade, por meio de educação gratuita e de qualidade. O câmpus atende a aproximadamente 15 municípios, totalizando uma área de 13.292,80 Km², ou 5,36% da área do estado de São Paulo.

Com prédio instalado na Avenida Clara Gianotti de Souza, nº 5180, o câmpus iniciou suas atividades administrativas no primeiro semestre de 2012. Já no segundo semestre, iniciaram-se as atividades acadêmicas com a oferta do curso técnico integrado em Logística, no período da tarde e da noite, totalizando 120 vagas ofertadas. Em 2013, ampliou-se a oferta de cursos, passando-se a se ofertar os cursos de Edificações e Mecatrônica na modalidade concomitante/Subsequente e o curso Técnico Integrado em Mecatrônica em parceria com a Secretaria Estadual de Educação. Além disso, houve oferta de onze cursos do Pronatec – Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego. Em 2014, o câmpus suspendeu a oferta de vagas dos cursos técnicos concomitantes/subsequentes no período vespertino, mantendo a oferta desses cursos

apenas no período noturno. Nesse ano houve também a oferta de mais quarenta vagas para o curso Técnico Integrado em Mecatrônica em parceria com a Secretaria Estadual de Educação.

Em 2015, não houve alteração da oferta de vagas, apenas a elaboração do Projetos Políticos Pedagógicos para a oferta de mais cursos no câmpus, os quais entraram em funcionamento em 2016 com a oferta de quarenta vagas para o curso Técnico Integrado em Mecatrônica sem parceria com a SEESP, ou seja, realizado integralmente no IFSP Câmpus Registro e a oferta de quarenta vagas para o curso de Licenciatura em Física. Em 2017, ampliou-se a oferta com a inclusão de quarenta vagas para o curso de Engenharia de Produção e quarenta vagas para o curso técnico de Logística na Forma Integrada ao Ensino Médio e para o curso técnico de Edificações na Forma Integrada ao Ensino Médio. Em 2018, em função da necessidade de infraestrutura e da adequação da carga horária ao número máximo de docentes a que o câmpus poderá chegar, houve a suspensão da oferta semestral dos cursos técnicos concomitantes / subsequentes do período noturno. Além disso, houve a instauração de todas as CEICs dos cursos integrados para reelaboração dos PPCs em atendimento à nova legislação.

Além disso, no período de 2013 a 2018, houve a ampliação do quadro de servidores cujo número atual é de 61 docentes e 39 técnicos administrativos. Também houve ampliação da infraestrutura com a construção de um refeitório e de um campo de futebol no câmpus Registro. Ademais, há a perspectiva de crescimento e oferta de novos cursos, de forma a consolidar o IFSP – Câmpus Registro como um dos pilares fundamentais no desenvolvimento da educação profissional e tecnológica no Vale do Ribeira.

IFSP CÂMPUS SALTO

No ano de 2001, na cidade de Salto, foi aprovada, pelo Ministério de Educação, através da Secretaria da Educação Média e Tecnológica, a implantação do CEREP – Centro Regional de Educação Profissional. Esse Centro fazia parte do PROEP – Programa de Expansão da Educação Profissional. O Centro a ser implantado na cidade ofereceria cursos nos níveis básico e técnico. Em setembro de 2004, porém, as obras foram paralisadas. Em 2006, como parte do plano de expansão da Rede Federal de Ensino de São Paulo, o Governo Federal assumiu o prédio do CEREP, transformando-o em CEFET-SP, com o apoio da prefeitura da cidade. O CEFET-SP, no município de Salto, veio para atender a necessidade de educar os jovens saltenses e da região, a fim de habilitá-los para o ingresso nos setores de indústria e informática, os quais demandam trabalhadores

capacitados para o progresso no desenvolvimento econômico e para o fortalecimento dos polos industrial e agroindustrial da região.

O Câmpus Salto está localizado à Rua Rio Branco, 1780, Vila Teixeira, em frente à rodoviária da cidade, constituindo-se na primeira escola técnica pública inaugurada no município. A cidade está localizada a 104 km da capital do estado, na região sudoeste do Estado de São Paulo, pertencendo à região administrativa de Sorocaba. O Câmpus Salto teve seu funcionamento autorizado pela Portaria n.º 1713 do Ministro da Educação, publicada no DOU de 20/10/2006. Iniciou seu funcionamento em agosto de 2007, dentro dos pressupostos do Plano de Expansão I da Educação Tecnológica, proposto pelo Presidente Luis Inácio Lula da Silva. O prédio do Câmpus Salto foi inicialmente destinado a uma unidade de Educação Profissional pertencente ao Segmento Comunitário do PROEP, sendo os recursos financeiros recebidos pela FUNSEC (Fundação Saltense de Educação e Cultura). Em meados de 2006, o IFSP recebeu o prédio inacabado e concluiu as obras em agosto de 2007, iniciando suas atividades em 2 de agosto daquele ano.

O primeiro curso oferecido foi o de Técnico em Informática com Habilitação em Programação e Desenvolvimento de Sistemas, cujo nome foi alterado para Curso Técnico em Informática. Em 19 de outubro de 2007, o Câmpus Salto foi inaugurado oficialmente. Em 2008, entrou em funcionamento o Curso Técnico em Automação Industrial (Processos Industriais) e Curso Técnico em Informática (Programação e Desenvolvimento de Sistemas). No início de 2009, o Câmpus Salto passou a oferecer também os Cursos Superiores de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas e em Gestão da Produção Industrial. E, desde o início de 2011, oferece o Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em duas modalidades, Informática e Automação. Ainda em 2009, começou a funcionar o Núcleo Avançado de Boituva, vinculado ao Câmpus Salto. Em 2010, os Câmpus de Boituva e Capivari foram incluídos oficialmente ao IFSP como Núcleos Avançados do Câmpus Salto. Ambos os câmpus se desvincularam do Câmpus Salto em 2014.

Em 2017, ficou decidido por meio de audiência pública e consultas às comunidades interna e externa que a partir de 2019 os Cursos Superiores de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas e em Gestão da Produção Industrial iriam dar lugar à Bacharelado em Ciência da Computação e Engenharia de Controle e Automação. Em 2018, iniciou-se o curso de pós-graduação em Temas Transversais.

O IFSP – Câmpus Salto tem sua estrutura administrativa definida pela resolução nº 183/07, de 08/05/2007, do Conselho Diretor do CEFET-SP, autorizada pela Portaria nº.

1.713 do Ministro da Educação, publicada no DOU de 20/10/2006.

A unidade possui uma área total de 4.796,66m² (área construída: 3.305,04m², área externa: 3.695,22m²). Em termos de infraestrutura, a Unidade conta com: 8 salas de aulas teóricas, 5 laboratórios de Informática, 2 laboratórios de Eletrônica, 1 laboratório de Eletricidade, 1 laboratório de Automação Industrial, 1 laboratório de Hidráulica / Pneumática, 1 laboratório de Processos Industriais, 1 Biblioteca, 1 Auditório e 1 Cantina.

Para a expansão de cursos ofertados, o prédio atual mostrou ser ineficiente para atender a demanda. Foi feito um acordo de cooperação técnica com a Prefeitura Municipal para a cessão de uma escola para ser utilizada como segunda unidade do Câmpus Salto como medida temporária até a construção do novo prédio. A Prefeitura Municipal está tramitando a doação de um terreno com cerca de 30.000 m² com área útil em torno de 25.000 m², para a construção do novo prédio pleiteia-se verba por meio de emenda parlamentar. A construção tem previsão de ser iniciada até o fim do segundo semestre de 2018, com estimativa de entrega para o 2º semestre de 2020.

IFSP CÂMPUS SÃO CARLOS

A Unidade de Ensino Descentralizada de São Carlos do CEFET-SP foi criada por meio da Portaria nº1008, de 29 de outubro de 2007. As atividades administrativas tiveram início no final de junho de 2008 e as atividades pedagógicas no início de agosto do mesmo ano, com duas turmas de 40 alunos cada uma, do curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

Em dezembro de 2008 com a transformação do CEFET-SP em IFSP a unidade passou a ser um câmpus. Seu funcionamento tem se dado por meio de uma parceria para utilização racional de recursos materiais da Universidade Federal de São Carlos, Prefeitura de São Carlos e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo.

Até a construção do prédio definitivo, em terreno cedido pela UFSCar, o câmpus funcionava, didática e administrativamente, em espaço físico da UFSCar, porém a partir de dezembro de 2016 ocupa sua sede própria.

Em fevereiro de 2011 teve início o curso Técnico em Comércio com uma turma de 40 alunos. Em fevereiro de 2012 iniciou-se a efetiva oferta do Curso Superior de Tecnologia em Manutenção de Aeronaves, com 40 vagas semestrais e processo seletivo pelo SISU – Sistema de Seleção Unificada.

A partir de março de 2013, com a eleição da nova direção do câmpus, foi instituído

o terceiro eixo tecnológico: Gestão. A criação, em maio de 2013, do Curso Superior Tecnológico em Processos Gerenciais foi a primeira ação de concretização de tal eixo, que abarcou também o curso Técnico em Comércio, cuja oferta foi interrompida a partir do primeiro semestre de 2013, abrindo espaço para a criação de outros cursos com maior aderência aos perfis econômico e de trabalho locais. Dentre esses cursos, teve início no segundo semestre de 2015 o Curso Técnico em Qualidade com a oferta de 40 vagas semestrais e ingresso por meio processo seletivo próprio.

No começo do ano letivo de 2017 teve início a primeira turma do Técnico em Informática para Internet Integrado ao Ensino Médio, ampliando o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI do câmpus em direção ao ensino profissionalizante técnico de nível médio e ensino médio, compreendendo disciplinas da base comum e da parte diversificada, visando à formação para o exercício da cidadania e a preparação para o mundo do trabalho. Em fevereiro de 2018 mais um curso foi iniciado, o Técnico em Manutenção de Aeronaves em Aviônicos Integrado ao Ensino Médio. Em agosto de 2018 terá início o curso de especialização em Educação: Ciência, Tecnologia e Sociedade passando o câmpus a ofertar vagas na formação de professores.

IFSP CÂMPUS SÃO JOÃO DA BOA VISTA

Em São João da Boa Vista, a área doada à Municipalidade pelos empresários Paulo Roberto Merlin e Flávio Augusto do Canto possibilitou a construção da escola de educação profissional pelo Ministério da Educação, através do Programa de Expansão da Educação Profissional e Tecnológica – PROEP. O projeto resultou na edificação da unidade de ensino do Centro de Educação Profissional de São João da Boa Vista – CEPRO. A inauguração do CEPRO foi em 11 de dezembro de 2004.

A partir da expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, a unidade de ensino do CEPRO foi federalizada, reconhecida por reunir todas as condições necessárias para inclusão no projeto nacional dos Centros Federais de Educação Tecnológica, os CEFETs. Assim, no dia 13 de abril de 2006, em cerimônia realizada na cidade de Salto – SP, o prefeito Nelson Nicolau, juntamente com prefeitos de outros municípios, assinou com o então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, os Termos de Compromisso para transferência de convênios entre as instituições de segmento comunitário e o CEFET.

Com aprovação da Lei Municipal nº 1.934, de 16 de novembro de 2006, e da Portaria Ministerial nº. 1.715, de 20 de outubro de 2006, o CEPRO cedeu lugar para o Centro

Federal de Educação Tecnológica de São Paulo/CEFET-SP, cuja missão era o de “ser agente no processo de formação de cidadãos capacitados e competentes para atuarem em diversas profissões, pesquisas, difusão de conhecimentos e processos que contribuam para o desenvolvimento tecnológico, econômico e social da nação”.

Na Unidade de Ensino Descentralizada de São João da Boa Vista, o CEFET-SP iniciou suas atividades no Município a partir de janeiro de 2007 com o objetivo de se tornar um centro de referência de educação técnica e tecnológica profissional pública gratuita na região leste do Estado de São Paulo. A partir da Lei Federal nº. 11.892, de 29/12/2008, foram criados os Institutos Federais equiparados às universidades federais, resultando assim, na transformação dos CEFETs em câmpus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo.

O Câmpus São João da Boa Vista está instalado numa área de 71.940,05 m², com 8.059,50 m² de área total construída, contando com 1.168 alunos matriculados no ano letivo de 2018, segundo dados da Coordenadoria de Registros Acadêmicos do câmpus em 15/05/2018. Atualmente, o câmpus oferece os cursos superiores de Engenharia de Controle de Automação (início no 1º semestre de 2013), Tecnologia em Sistemas para Internet (início no 2º semestre de 2010), Licenciatura em Ciências Naturais: Física (início no 1º semestre de 2017), Licenciatura em Ciências Naturais: Química (início no 1º semestre de 2017) e Tecnologia em Processos Gerenciais (início no 1º semestre de 2017). Além desses, oferece cursos técnicos de nível concomitante e subsequente de Manutenção e Suporte em Informática (início no 1º semestre de 2007), Automação Industrial (início no 2º semestre de 2007), Química (início no 1º semestre de 2012), Administração (início no 2º semestre de 2014) e, ainda, cursos integrados de Informática e de Eletrônica, com início no ano letivo de 2009. Desde 2009, por meio do Programa Escola Aberta do Brasil (e-Tec Brasil/MEC), o câmpus São João da Boa Vista tem ofertado cursos técnicos a distância.

A modalidade de ensino a distância vem sendo estruturada com o objetivo de ampliar os horizontes institucionais, possibilitando a diversificação da oferta de cursos e a formação continuada de seus servidores por meio dessa promissora modalidade de ensino, priorizando a inclusão social pelo diálogo transformador e renovador com a sociedade. Nessa modalidade, o câmpus São João oferece o curso Técnico em Informática para Internet subsequente ao Ensino Médio (início no 2º semestre de 2009). Os alunos são oriundos dos polos Araraquara, Araras, Avaré, Diadema, Franca, Guarulhos, Itapevi, Itapetininga, Jacareí, Jundiaí, Registro, São João da Boa Vista, São José do Rio Preto, São José dos Campos e Tarumã. Na modalidade de ensino a distância, com o projeto Pro

Funcionário, o câmpus São João da Boa Vista oferece o curso Técnico em Multimeios Didáticos (início no 2º semestre de 2012). O programa visa à formação dos funcionários de escola, em efetivo exercício, em habilitação compatível com a atividade que exerce na escola. Os alunos são oriundos dos polos Jembeiro, Parque Veredas, São Mateus, São Miguel Paulista, Sapopemba e Vila Curuçá. Também oferece o Curso de Capacitação em Instalações Elétricas Residenciais e Redes de Distribuição de Energia Elétrica, em parceria com a Elektro. A primeira turma, que iniciou em 2016, teve 18 alunos concluintes no ano de 2017. O corpo docente é composto por 72 professores, em suas respectivas áreas de atuação acadêmica, enquanto o corpo técnico administrativo possui 47 servidores, responsáveis pelas ações que possibilitam e mantêm o funcionamento do câmpus.

IFSP CÂMPUS SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

O câmpus São José dos Campos foi criado por meio do resultado de uma parceria entre o Instituto Federal de São Paulo e a Petrobras. O termo de parceria (comodato) foi assinado em 19 de agosto de 2011. O câmpus São José dos Campos foi implantado em prédio edificado, na área da Refinaria Henrique Lage – Revap, Unidade da Petrobras, localizado no Vale do Paraíba, com uma área de cerca de 35.000 m², composto por um conjunto de cinco prédios divididos em ambientes administrativo e educacional, com salas de aula, biblioteca, laboratórios de informática, área de convívio, cantina e laboratórios específicos. O início das atividades educacionais do câmpus São José dos Campos ocorreu no 2.º semestre de 2012 e a sua estrutura organizacional foi aprovada pela Resolução n.º 670, de 23 de maio de 2012 - (provisória), e por fim, autorizado o seu funcionamento pela Portaria n.º 330/MEC, de 23 de abril de 2013 e pela Resolução n.º 962, de 3 de setembro de 2013, do Conselho Superior do IFSP.

O curso técnico em Administração EaD começou a ser oferecido no primeiro semestre de 2014, e uma turma concluiu o curso. O curso técnico em Informática para Internet EaD começou a ser oferecido no segundo semestre de 2013, duas turmas concluindo o curso. Por fim, o curso técnico em Secretaria Escolar EaD começou a ser oferecido no primeiro semestre de 2014, e uma turma concluiu o curso.

Os cursos técnicos concomitantes/subsequentes em Automação Industrial e em Mecânica começaram a ser oferecidos no segundo semestre de 2012. No primeiro semestre de 2015, teve início o curso técnico concomitante/subsequente em Eletrotécnica.

As licenciaturas em Química e em Matemática começaram a ser oferecidas no primeiro semestre do ano de 2016.

O curso de Engenharia de Controle e Automação começou a ser oferecido no primeiro semestre de 2017.

Os cursos de Engenharia Mecânica e de pós-graduação *lato sensu* em Docência na Educação Básica começaram a ser oferecidos no primeiro semestre de 2018.

Atualmente o câmpus São José dos Campos oferece os seguintes cursos:

- Engenharia de Controle e Automação
- Engenharia Mecânica
- Pós-graduação *lato sensu* em Docência na Educação Básica
- Licenciatura em Matemática
- Licenciatura em Química
- Técnico em Automação Industrial concomitante/subsequente
- Técnico em Eletrotécnica concomitante/subsequente
- Técnico em Mecânica concomitante/subsequente
- Técnico em Automação Industrial integrado ao Ensino Médio
- Técnico em Mecânica integrado ao Ensino Médio

A unidade possui atualmente cerca de 1.150 estudantes, matriculados no ano letivo de 2018, e desenvolve várias atividades de iniciação científica, pesquisa e extensão. De acordo com PDI do IFSP, no que se refere às Políticas de Pesquisa, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia são verdadeiros fomentadores do diálogo dentro de seu território. Portanto, cabe a estes provocar a atitude de curiosidade frente ao mundo e interagir com este mundo em uma atitude própria de pesquisa.

Assim, o ato de pesquisar, nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, devem vir ancorados a dois princípios: o princípio científico, que se consolida na construção da ciência; e o princípio educativo, que diz respeito à atitude de questionamento diante da realidade.

No mês de julho de 2017, o reitor, professor Eduardo Antônio Modena, e o diretor geral, professor Valdeci Donizete Gonçalves, estiveram em reunião com o prefeito do município de São José dos Campos, Felício Ramuth, onde ofertou-se um terreno de 50 mil m², no Parque Tecnológico, para a futura construção de sede própria do câmpus São José dos Campos.

Em 2018, iniciou-se o curso de Engenharia Mecânica, em que a sua aula magna foi ministrada pelo deputado federal, engenheiro mecânico Eduardo Pedrosa Cury, com o tema *Internet das coisas - mudanças que ocorrerão no mundo*. Neste ano, também recebemos recursos financeiros, por emenda parlamentar do deputado Cury, o valor de R\$ 250.000,00, que foram destinados a equipamentos para laboratório e acervo bibliográfico.

Para 2019, surgem acordos com o Parque Tecnológico, com a Prefeitura de Taubaté e com diversas empresas e *startups* regionais, para o desenvolvimento de vínculos de articulação, interação, cooperação, treinamento e aprendizagem, por meio de estudos, pesquisas, acompanhamento de tendências e trabalhos, aos nossos alunos, possibilitando a geração de empregos, novos negócios na região, desenvolvimento e realização de atividades de educação e capacitação empresarial.

O câmpus São José dos Campos deverá possuir aproximadamente 1.400 alunos, no ano de 2019.

IFSP CÂMPUS AVANÇADO SÃO MIGUEL PAULISTA

Desde de 2013, os movimentos sociais organizados na região de São Miguel Paulista buscaram a ampliação de vagas e a melhoria da qualidade de ensino na zona leste da cidade de São Paulo, ressaltando a importância do acesso à educação profissional. O Instituto Federal de São Paulo, valorizando seu compromisso de aprimorar a qualidade do ensino e a formação do trabalhador, aceitou a tarefa de implementar um câmpus avançado em São Miguel Paulista. Contudo, as dificuldades encontradas levaram à busca de outras alternativas por parte do IFSP criando em parceria com a Prefeitura do Município de São Paulo o Centro de Referência de São Miguel Paulista, em julho de 2016.

É importante ressaltar que essa conquista foi fruto das lutas empreendidas pela comunidade local que sensibilizaram os poderes Municipal e Federal na ampliação de acesso à formação integral do trabalhador, empoderando a população da zona leste para continuidade das suas lutas sociais. A realização do referido Centro se deu a partir de uma parceria com a Prefeitura do Município de São Paulo - PMSP, através da Secretaria Municipal de Educação, pelo ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 017/2016 datado de 11 de julho de 2016.

Nesse acordo, a PMSP se obriga a possibilitar a utilização do prédio da Rua Tenente Miguel Délia, 105 pelo IFSP que tem como obrigação a oferta de cursos presenciais e a distância. Dessa forma, no dia 17 de agosto de 2016 iniciou-se as atividades acadêmicas, a partir da oferta de 19 cursos FIC em 30 turmas. Após processo seletivo, efetuado através de sorteio, foi possível matricular 643 estudantes. A par desse processo de rotina escolar,

procuramos o envolvimento com a comunidade local com o intuito de oferecermos as instalações do prédio para atividades culturais, esportivas e científicas.

Esse processo demandou a estruturação de um Conselho do Centro de Referência na perspectiva de normatizar os processos de utilização das dependências da Escola, bem como instigar a comunidade a participar do cotidiano da vida escolar. Considerando que a luta da comunidade por uma escola regular do IFSP na região de São Miguel Paulista não se estancou com o referido acordo, foram várias as tratativas encaminhadas na busca de assegurar a dominalidade do prédio, ou seja, tornar a escola como unidade própria do IFSP.

Assim no dia 16 de dezembro de 2016 foi assinado, pelo então prefeito Fernando Haddad e o reitor do IFSP Prof. Eduardo Antônio Modena a Estrutura de Concessão Administrativa de Uso por 99 anos. Vale ressaltar que tal condição altera significativamente os rumos do Centro de Referência. O Centro de Referência de São Miguel Paulista é uma iniciativa da Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - IFSP frente a portaria MEC nº 1291 de 30 de dezembro de 2013 que estabelece as diretrizes para a organização dos Institutos Federais bem como os parâmetros e normas para a sua expansão.

Seu papel vinculado à educação está diretamente relacionado com a formação do trabalhador, tendo como pressupostos os compromissos históricos consolidados nas várias etapas que marcaram o IFSP. Uma escola voltada para o aprimoramento da qualificação profissional deve estar em consonância com a formação do cidadão na busca de um contexto que valoriza um processo de educação integrada. Esse objetivo foi importante para a estruturação das atividades desempenhadas pelo Centro de Referência de São Miguel Paulista (CRSMP), posto que os cursos oferecidos foram desenhados segundo essa concepção.

Na verdade, o perfil da comunidade local foi determinante para a realização dos projetos pedagógicos tendo como referência os compromissos firmados pelo Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI da Instituição. Os cursos FIC, portanto, apresentam uma dimensão multidisciplinar valorizada em quatro segmentos: aperfeiçoamento de professores, gestão e negócios, informação e comunicação, matemática e suas tecnologias. Além desses, foi possível encaminhar um curso preparatório para o ENEM / vestibular. Em todos esses cursos o que prevaleceu foi a dinâmica social presente nas reivindicações que foram apresentadas nas várias reuniões que participamos junto a sociedade civil organizada.

De modo geral, os resultados demonstram eficiência, visto que propiciaram avanços

na escolarização regular e na qualificação para o mercado de trabalho. Procurando estabelecer um percurso educacional para o CRSMP e marcar uma vocação que se identifique diretamente com as aspirações da comunidade da região, foram realizadas 2 reuniões (17 de janeiro e 07 de fevereiro) com representantes da sociedade civil organizada (incluindo o Prefeito Regional de São Miguel Paulista) visando estabelecer um eixo que venha ao encontro das expectativas explicitadas. Concretamente, essa iniciativa teve como objetivo consultar a comunidade sobre a viabilidade de um eixo presente no Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos que considerasse o atual cenário da região frente ao mundo do trabalho. Os presentes foram contatados a partir de sua inserção em diversos campos de atuação, principalmente aqueles vinculados à cultura e a informática, posto que se trata de pretensões previamente identificadas. Nas duas reuniões os presentes (em torno de 70 pessoas na primeira e 60 pessoas na segunda) ressaltaram pontos que valorizam a dimensão cultural e os aspectos que valorizam a informática e suas variantes como vertentes mais significativas para a consolidação de cursos técnicos integrados ao ensino médio. Por outro lado, em decorrência da Resolução nº 57 de 04 de julho de 2017 foi aprovada a proposta de construção do Centro de Memória do IFSP nas instalações do Câmpus São Miguel.

Nesse sentido, foi iniciada as tratativas para a organização desse acervo que deve contar não só com a seleção de documentos, mas a coleta e tratamento de objetos e livros raros presentes nos vários câmpus da Instituição. Para tanto foi elaborado um projeto básico visando destacar a importância do acervo e elencar as providências cabíveis. No ano de 2017 ocorreu o primeiro processo de seleção das turmas regulares do câmpus, concomitante, se deu a chegada dos servidores locados em São Miguel Paulista. Com isso, em 2018 iniciou-se os cursos: i) técnico em informática para internet integrado ao ensino médio e, ii) técnico em produção de áudio e vídeo integrado ao ensino médio. Ambos os cursos tiveram alto índice de procura pela comunidade e encontram-se em funcionamento.

Como tem-se acompanhado nas mídias, entendemos que a conjuntura política e econômica atual tem sido refratária à possibilidade de investimentos no campo educacional. De qualquer forma, entendemos também, que a reitoria articulada com a população, pode apresentar nas instâncias do Ministério da Educação, uma proposta que enfrente a dificuldade orçamentaria, por meio do apoio das entidades organizadas e parlamentares eleitos / representantes da Zona Leste da Cidade de São Paulo.

IFSP CÂMPUS SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

As tratativas sobre a abertura de cursos em São José do Rio Preto começaram em meados de março de 2018, a partir de reunião de representantes da Prefeitura de São José do Rio Preto e da Reitoria do IFSP. A partir de então, foi realizado um conjunto de quatro audiências públicas, da qual participaram representantes do poder público local, sociedade organizada, municípios e servidores do IFSP.

A primeira audiência se deu no dia 3 de abril de 2018, totalizando aproximadamente 180 participantes. Houve abertura solene, com a presença de representantes da Prefeitura Municipal e da Reitoria do IFSP. Logo depois, foi feita uma apresentação inicial, tendo como objetivo contextualizar o público sobre o IFSP, seus cursos e eixos temáticos. As principais áreas demandadas ao IFSP pelos participantes foram: Artes Cênicas, Licenciaturas, Saúde, Engenharia (Mecatrônica, Robótica, Mecânica), Serviços (Comércio, Joalheira e Eventos/Turismo), Agroecologia, Agronegócio, Alimentos, Arquitetura, Design e Informática. Foram tratadas outras questões, tais como, transferência, novas vagas, concursos para as áreas técnico-administrativa e acadêmica.

A segunda audiência ocorreu no dia 10 de maio de 2018, da qual participaram aproximadamente 100 pessoas. Houve uma apresentação inicial, com levantamento estatístico e estudo socioeconômico de São José do Rio Preto e região: os estudos preliminares apontaram a vocação da cidade, em primeiro, para a área de serviços e comércio, em segundo, para a área da indústria, em terceiro, para a construção civil, e, por último, para a área da agricultura. Os eixos tecnológicos considerados adequados ao perfil da cidade, na ocasião, foram Gestão e Negócios; Ambiente e Saúde; Desenvolvimento Educacional e Social; Turismo, Hospitalidade e Lazer; Produção Cultural e Design; Segurança; Informação e Comunicação. Os principais temas abordados pelo público participante foram agricultura familiar e agroecologia, matriz curricular, infraestrutura da unidade de São José do Rio Preto, questões orçamentárias e docência.

Na ocasião, foi apresentado questionário eletrônico, que ficaria disponível para acesso no portal da Prefeitura Municipal e do IFSP, permitindo que a comunidade dê sua opinião sobre a escolha dos eixos temáticos. Também foi distribuído questionário diretivo impresso, para que os participantes da audiência pudessem responder de imediato.

A terceira audiência aconteceu na data do dia 14 de junho de 2018, com aproximadamente 100 participantes. A apresentação inicial continha a análise dos dados obtidos através da pesquisa de opinião e levantamento da oferta de vagas pública de cursos e vagas, nos diferentes níveis e modalidades, na cidade de São José do Rio Preto. Os eixos

tecnológicos definidos pelo IFSP foram Ambiente e Saúde, Desenvolvimento Educacional e Social, Produção Cultural e Design. Os temas abordados pelo público participante foram: a importância do eixo de Produção Cultural; a relevância da Formação de Professores, em especial, as Licenciaturas em Ciências Humanas; a possibilidade de inclusão de cursos nas áreas da Indústria e Agroecologia.

Na oportunidade, foi apresentado questionário eletrônico, que ficaria disponível para acesso no portal da Prefeitura Municipal e do IFSP, permitindo que a comunidade dê sua opinião acerca dos cursos a serem ofertados. Também foi distribuído questionário diretivo impresso, para que os participantes da audiência pudessem responder de imediato.

A quarta audiência foi realizada no dia 23 de agosto de 2018 e reuniu em torno de 100 participantes. Foi feita uma abertura solene com a presença de representantes da Prefeitura Municipal e da Reitoria do IFSP. Logo após a abertura, deu-se início aos trabalhos com uma apresentação, recapitulando-se todo o processo de consulta pública e apresentando-se os resultados da pesquisa de opinião realizada. Tendo como base os dados obtidos através da pesquisa de opinião e considerando a análise da empregabilidade, da oferta de cursos na cidade e região, assim como os pesos dos eixos e cursos na Matriz Conif, deliberou-se acerca dos primeiros cursos a serem ofertados pelo Câmpus São José do Rio Preto.

Durante todo o processo, houve participação efetiva do Poder Público Local, através da Prefeitura Municipal, da Câmara de Vereadores, da Secretaria Municipal de Governo, da Secretaria Municipal de Educação, da Secretaria Municipal de Trabalho e Emprego, da Secretaria Municipal de Políticas de Mulheres, Raça, Deficientes e Etnia, e da Secretaria Municipal de Comunicação. A comunidade esteve presente através dos munícipes, representantes da sociedade civil organizada, servidores municipais e estaduais, servidores docentes e técnico-administrativos do IFSP, da Universidade Estadual Paulista, da Universidade Federal de Uberlândia e da Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo. As participações nas audiências públicas, no total, somaram em torno de 380 pessoas; as contribuições nos questionários on-line, por sua vez, somaram 6.500 pessoas, aproximadamente.

O eixo escolhido foi “Produção Cultural e Design”, e os primeiros cursos, Técnico em Artes Visuais, concomitante/subsequente, noturno, 40 vagas semestrais, e Técnico em Produção de Áudio e Vídeo, integrado, diurno, 40 vagas anuais. Franqueou-se a palavra para que os presentes que desejassem pudessem se manifestar. Alguns participantes fizeram uso da palavra e os questionamentos se pautaram em sanar dúvidas referentes a

verticalização dos cursos. Houve, também, dúvidas formuladas por escrito. Na oportunidade, enfatizou-se que a estrutura proposta para o Câmpus São José do Rio Preto poderia atender a oferta de até três eixos tecnológicos. Ressaltou-se que o objetivo das audiências públicas realizadas para a implantação do referido câmpus, consiste em apontar o primeiro eixo e curso que será ofertado, sendo que os outros eixos serão discutidos em novas audiências, a partir da implantação do Câmpus São José do Rio Preto. A autorização de funcionamento do câmpus foi publicada através da Portaria MEC nº 1.244, de 28 de setembro de 2017.

IFSP CÂMPUS SÃO PAULO

O Câmpus São Paulo como parte integrante do IFSP, remonta à Escola de Aprendizes Artífices (EAA) de São Paulo, fundada em 1909, instalada provisoriamente em um galpão na Av. Tiradentes. Em fevereiro de 1910, sua sede é transferida para o bairro de Santa Cecília, na rua Gal. Júlio Marcondes Salgado. Após várias transformações, com diferentes nomenclaturas, transfere-se no ano de 1976 para o novo prédio no bairro do Canindé. Tal mudança de endereço pode ser considerada como um marco que reestruturou a ETFSP em todos os sentidos, visto que o novo espaço foi suficiente para abrigar toda a infraestrutura administrativa, de ensino e das possibilidades de implantação de novos cursos.

Consolidada como Escola Técnica Federal de São Paulo (ETFSP) durante quase quarenta anos (1959-1998), destacou-se dentre as escolas públicas e privadas da capital paulista ao oferecer cursos técnicos de nível de 2º grau, nas modalidades de ensino regulares e complementares (subsequente), para atender ao mercado industrial brasileiro. Transformou-se em Centro Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (CEFETSP) por um período aproximado de dez anos (1998-2008), cuja sede na capital de São Paulo, localizada no tradicional bairro do Canindé, possuía oito unidades descentralizadas (UNEDs) pelo interior e litoral paulista, tornando-se um centro de referência para a educação profissional, para a disseminação da ciência, do conhecimento e das tecnologias no âmbito nacional e internacional. A partir de 29 de dezembro de 2008, por meio da Lei Federal 11.892, o CEFETSP foi transformado em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) e cada uma de suas unidades descentralizadas passaram a se denominar Câmpus. Nesse momento, na antiga sede do CEFETSP, nasce o primeiro câmpus do IFSP. O Câmpus São Paulo.

Como o maior câmpus do IFSP há mais de dez anos de existência, vem ofertando vários cursos nas diversas modalidades e níveis de ensino: Proeja (educação de jovens e adultos), curso técnico integrado ao ensino médio, curso técnico concomitante ou subsequente, curso superior (licenciaturas bacharelados e tecnologias) e cursos de pós-graduação (lato e strictu sensu). O Câmpus São Paulo, desde 2008, tem desenvolvido atividades com a participação direta de docentes, discentes e técnicos-administrativos, que são materializadas em ações educativas e eventos abertos ao público interno e externo, distribuídos ao longo do ano letivo, além das atividades de ensino já praticadas nos currículos dos cursos ofertados pelo câmpus. Entre as ações de pesquisa, podemos destacar: acordos e convênios (universidades e empresas para fins de pesquisa), Projetos de Pesquisa com bolsas (PIBIFSP, PIBIC/PIBITI, PIBIC-EM, PIVICT), criação e desenvolvimento de Laboratórios de Pesquisa (LABORE, BIOENG, LCA, LAV), além da criação da Empresa Júnior e do Hotel de Projetos. Entre as ações de extensão têm destaque a: Feira de Profissões (IFPRO), Semana de Tecnologia (Sedcitec), Semana de Tecnologia Jr (Sedcitec Jr). Além destas, câmpus São Paulo do IFSP valoriza ações que compreendem todas as ações formativas, culturais, artísticas, desportivas, científicas e tecnológicas que promovam a relação dialógica entre a comunidade interna e externa, como: atividades culturais e esportivas (festival de música, teatro, dança, jogos), atividades de história e memória (encontros de egressos, exposições museológicas e bibliográficas), entre outras. Sendo assim, o Câmpus São Paulo tem se constituído ao longo desse período como um lugar social, cuja perspectiva multidisciplinar contribui de forma significativa para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia nas diversas modalidades e níveis de ensino na capital paulista.

IFSP CÂMPUS SÃO ROQUE

A implantação da Unidade Descentralizada (UNED) São Roque foi autorizada pela Portaria Ministerial nº. 710, de 09/06/2008. As atividades foram oficialmente iniciadas no dia 11/08/2008. Ela fica localizada na Rodovia Prefeito Quintino de Lima, 2100 – Paisagem Colonial – CEP: 18145-090, em São Roque/SP.

A UNED São Roque foi idealizada no Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica – Fase I. O CEFET-SP, para implementação da UNED em São Roque, recebeu um prédio inacabado. A edificação em questão foi inicialmente projetada para abrigar uma unidade educacional do segmento comunitário. Em meados de 2006, o terreno com o prédio inacabado foi transferido para o CEFET-SP, que assumiu, dessa forma, a responsabilidade para a sua conclusão, assim como para a reestruturação

do projeto educacional e a aquisição de mobiliário e equipamentos. Uma equipe constituída de representantes do PROEP e do CEFET-SP vistoriou, para os devidos procedimentos, as obras paralisadas e abandonadas há mais de quatro anos. As ações junto ao PROEP foram concluídas no primeiro semestre de 2008, permitindo que as atividades da UNED São Roque fossem iniciadas no semestre subsequente. A Aula Inaugural ocorreu em 11/08/2008, com a abertura do Curso Técnico em Agronegócio. Foram disponibilizadas às comunidades sãooroquense e adjacentes, nos períodos vespertino e noturno, turmas com capacidade para 40 alunos cada. Dessa forma, a UNED São Roque foi pioneira na implantação de curso técnico na área das Ciências Agrárias no CEFET-SP, vindo ao encontro da tradição e da importância do ensino agrícola na Rede Federal do Brasil como um todo.

Por conta da Lei 11.892, de 29/12/ 2008, a UNED São Roque passou a ser Câmpus São Roque, acompanhando a mudança de CEFET-SP para IFSP.

No primeiro semestre de 2009, passou a funcionar também o Curso Técnico em Agroindústria, sendo oferecidas 40 vagas no período vespertino e 40 vagas no período noturno.

Rapidamente o Câmpus se empenhou em atender as demandas da microrregião na qual está inserido, que abrange oito municípios. O rápido crescimento do Câmpus pode ser percebido na oferta dos cursos, no número de alunos, de docentes e de servidores técnico-administrativos. No Ensino Médio, após a oferta inicial dos cursos técnicos concomitantes e subsequentes, o Câmpus começou a oferecer cursos técnicos integrados. No Ensino Superior, todos os cursos já chegaram à formação dos primeiros egressos e foram reconhecidos pelo sistema MEC/Inep com excelentes notas (4 e 5). Os cursos ofertados ao longo da história do câmpus e atuais: Técnico em Agronegócio – Concomitante ao Ensino Médio: 2008 – 2012; Técnico em Agroindústria – Concomitante ao Ensino Médio: 2009 – 2012; Licenciatura em Ciências Biológicas: 2010 →; Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio (Parceria SEE): 2012 – 2016; Técnico em Alimentos Integrado ao Ensino Médio (Parceria SEE): 2012 – 2016; Tecnologia em Gestão Ambiental: 2012 →; Tecnologia em Viticultura e Enologia: 2013 →; Técnico em Serviços Públicos (Parceria Rede e-Tec Brasil): 2013 – 2017; Bacharelado em Administração: 2014 →; Técnico em Alimentos Integrado ao Ensino Médio: 2015 →; Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio: 2015 →; Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio: 2017 →; Pós-Graduação Latu Sensu em Metodologia do Ensino das Ciências da Natureza (Aprovado): 2019 →.

IFSP CÂMPUS SERTÃOZINHO

A história do Câmpus Sertãozinho do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), começou em 1996, por meio do convênio de Cooperação Técnica envolvendo a Prefeitura Municipal de Sertãozinho, a Secretaria de Educação Média e Tecnológica do Ministério da Educação (MEC) e a Escola Técnica Federal de São Paulo (ETFSP). Por meio deste convênio foi criada a Unidade Descentralizada (UNED) de Sertãozinho da ETFSP (Portaria Ministerial N.º 403, de 29 de abril de 1996).

O estudo de demanda profissional no município de Sertãozinho e região iniciou-se no processo de implantação da Escola, no ano de 1996, por meio de uma pesquisa realizada pela Prefeitura Municipal envolvendo o empresariado local. Dados da referida pesquisa mostraram a necessidade de desenvolvimento de cursos nas áreas de Mecânica e Eletrônica, sendo prioritária, na época, a formação de profissionais para atuarem como técnicos em Mecânica.

Assim, no 2º semestre de 1996, a Escola ofereceu o Curso Técnico em Mecânica (aprovado pela Portaria N° 14, de 30 de janeiro de 1997). Desenvolvido no modelo integrado, esse curso garantia o diploma de técnico e a conclusão do Ensino Médio (antigo Segundo Grau). Também foram oferecidos cursos de qualificação profissional, alguns deles realizados em parcerias com entidades não governamentais, como é o caso da Associação para Proteção dos Adolescentes Trabalhadores (ADOT).

Em 1999, a Escola Técnica Federal de São Paulo foi transformada no Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo (CEFET/SP) por meio do Decreto Presidencial de 18 de janeiro de 1999. No 1º semestre de 2000, a UNED de Sertãozinho passou a oferecer um Curso Técnico Industrial - Automação, na modalidade concomitante/subsequente (aprovado pela Portaria GAB N° 123/00, de 28.02.2000 e Resolução N° 10, de 19.12.2000) não sendo mais ofertado o Curso Técnico Integrado em Mecânica.

No período de 1996 a 2002, não houve, por parte do MEC, uma definição clara acerca da forma de gestão de uma entidade que não apresentava uma conformação institucional definida. Essa situação impediu a estruturação da Escola do ponto de vista de recursos materiais e humanos, e levou até mesmo à perspectiva de fechamento da Unidade. Entretanto, por força da sinergia entre servidores federais e lideranças políticas locais, a escola manteve uma oferta de ensino profissionalizante.

Em 2002, a alternativa apontada pelo MEC para a manutenção da Escola foi a apresentação de um Projeto PROEP (Programa de Expansão da Educação Profissional), via segmento comunitário. Nesse contexto, foi criada a Fundação para o Desenvolvimento Educacional e Cultural da Alta Mogiana (FUNDAM), cuja finalidade principal era manter o

"Centro de Educação Tecnológica Professor Carlos Alberto Sarti". Ainda nesse ano, além do Curso Técnico Industrial - Automação e outros cursos de qualificação profissional, foi implantado o Curso Técnico em Gestão Empresarial na modalidade concomitante/subsequente (aprovado pela Resolução Nº 28/02, de 04 de setembro de 2002), que ocorreu até 2003.

Em 2003, o Governo Federal cancelou o Projeto aprovado para a construção do "Centro de Educação Tecnológica Professor Carlos Alberto Sarti", por reconhecer a não necessidade de transformação da UNED de Sertãozinho, entendendo tratar-se, de fato, de uma Escola pertencente à Rede Federal de Ensino.

Nos anos 2003 e 2004, houve a oferta do Programa Especial de Formação Pedagógica (aprovado pela Resolução Nº 44/03, de 01 de julho de 2003), ministrado em convênio com a Associação de Pais e Mestres de Apoio Institucional ao CEFET/SP (APM-CEFET/SP). Esse programa destinava-se à formação de docentes para atuação no magistério da Educação Profissional, atendendo a demanda de profissionais da rede federal e estadual de educação profissionalizante.

Em 2004, a Escola passou a contar com professores do quadro do CEFET/SP, num total de 15 docentes. Em 2005, é aprovada as alterações na nomenclatura e na estrutura curricular do Curso Técnico Industrial – Automação, que passa a ser denominado Curso Técnico em Automação Industrial (aprovado pela Resolução nº 87/05, de 05 de julho de 2005). Este curso teve alunos ingressantes até o ano de 2007. No segundo semestre de 2005, teve início o Curso Técnico em Mecânica na modalidade Concomitante/Subsequente (aprovado pela Resolução Nº 88/05, de 05 de julho de 2005). Este curso também teve alunos ingressantes até 2007.

Em setembro de 2005, foram aprovados os Cursos Técnicos Integrados na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) em Automação Industrial (aprovado pela Resolução Nº 091/05, de 08 de setembro de 2005) e em Mecânica (aprovado pela Resolução Nº 092/05, de 08 de setembro de 2005), cujas aulas tiveram início em 2006. O Curso Técnico Integrado na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) em Automação Industrial teve apenas duas turmas de alunos ingressantes e deixou de ser ofertado pela UNED.

Em 2007, foi aprovada a implantação do Curso Técnico Integrado na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) em Gestão Empresarial (Resolução Nº 244/07, de 04 de setembro de 2007), que em 2009, teve seu nome alterado para Curso Técnico em Administração para se adequar ao Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, instituído pela Portaria MEC nº 870, de 16 de julho de 2008. Esse curso teve quatro turmas de alunos

interessantes e deixou de ser ofertado pela instituição. Também em 2007, foram aprovadas as implantações dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio em Automação Industrial (aprovado pela Resolução Nº 245/07, de 04 de setembro de 2007) e em Química (aprovado pela Resolução Nº 246/07, de 04 de setembro de 2007).

Com a mudança e ampliação da sede da Instituição, no início de 2008, passaram a ser oferecidos os Cursos Superiores de Tecnologia em Automação Industrial (aprovado pela Resolução Nº 247/07, de 04 de setembro de 2007) e em Fabricação Mecânica (aprovado pela Resolução Nº 248/07, de 04 de setembro de 2007). No 2º semestre de 2008, iniciaram-se as aulas do curso de Licenciatura em Química (aprovado pela Resolução Nº 346/08, de 03 de junho de 2008).

A partir da lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, a UNED Sertãozinho passa a ser entendida como Câmpus do IFSP. Em 2010, foi realizado o 1º pleito democrático para escolha de Diretor do câmpus, que elegeu o Prof. Lacyr João Sverzut como Diretor Geral.

No primeiro semestre de 2011, foi implantado o Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos (aprovado pela Resolução Nº 194/10, de 19 de novembro de 2010). No 2º semestre de 2011, foi retomado o Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes da Educação Profissional em Nível Médio (aprovado pela Resolução Nº 356/11, de 29 de julho de 2011).

Em 2012, é aprovada a primeira reformulação do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) do curso de Licenciatura em Química (aprovado pela Resolução Nº 689/12, de 10 de julho de 2012). Em 2013, foi implantado o curso de Engenharia Mecânica (aprovado pela Resolução Nº 751/12, de 13 de novembro de 2012) em substituição ao Curso Superior de Tecnologia em Fabricação Mecânica.

Em 30 de março de 2016, ocorreu a cerimônia de inauguração da expansão do Câmpus Sertãozinho – Prédio 2. Com essa expansão, novos cursos passaram a ser ofertados pela instituição. Em agosto de 2016, iniciam-se as aulas dos Cursos Técnicos na modalidade concomitante/subsequente em Administração (aprovado pela Resolução Nº 44/16, de 05 de julho de 2016) e em Eletrônica (aprovado pela Resolução Nº 45/16, de 05 de julho de 2016).

Em setembro de 2016, são aprovadas as implantações no Câmpus Sertãozinho do curso de Engenharia Elétrica (aprovado pela Resolução Nº 66/16, de 06 de setembro de 2016), em substituição ao Curso Superior de Tecnologia em Automação Industrial, e do curso de Licenciatura em Letras (aprovado pela Resolução Nº 69/16, de 06 de setembro de 2016). Em outubro de 2016, é aprovada a oferta do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT (Resolução Nº 110/16, de 14 de outubro de 2016),

programa em rede que acontece em trinta e seis Institutos Federais de todo o Brasil. O Câmpus Sertãozinho é o representante do IFSP neste programa. Ainda em novembro, é aprovada a segunda reformulação do PPC do Curso de Licenciatura em Química (aprovado pela Resolução Nº 139/16, de 23 de novembro de 2016).

As aulas dos cursos de Engenharia Elétrica e de Licenciatura em Letras começaram em março de 2017. Já as aulas do Mestrado ProfEPT tiveram início em agosto de 2017. O quadro a seguir mostra os cursos técnicos, de graduação e pós-graduação em vigência no Câmpus Sertãozinho em maio de 2018.

IFSP CÂMPUS SOROCABA

O IFSP/Câmpus Sorocaba iniciou suas atividades em 22 de abril de 2014 através da implantação de cursos do Programa Nacional de acesso ao ensino Técnico – PRONATEC. Foram pactuados inicialmente cinco cursos: Agente de informações turísticas, Auxiliar de administração, Auxiliar de recursos humanos, Auxiliar de pessoal e Auxiliar financeiro.

A primeira etapa de funcionamento do Câmpus aconteceu no pavimento superior do ETC - Núcleo de Tecnologia e Cultura da Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR. Inicialmente a área abrigava 4 salas de aulas, 1 laboratório de informática, sala da administração, coordenadoria de registros acadêmicos, banheiro feminino, banheiro masculino, banheiro para cadeirantes e copa.

A chegada do IFSP em Sorocaba vem atender uma necessidade de qualificação profissional da região, além de colaborar no desenvolvimento crescente da cidade de toda a região metropolitana.

Na etapa inicial do processo de implantação do Câmpus Sorocaba, foi definido que o Câmpus ofereceria apenas cursos técnicos, ofertando em um primeiro momento o Curso Técnico Concomitante/Subsequente em Administração.

No dia 10 de maio de 2016 o IFSP Sorocaba deixou a condição de Câmpus Avançado, tornando-se Câmpus Pleno. Como parte da ampliação das suas atividades foi implantado o Curso Técnico Concomitante/Subsequente em Eletroeletrônica no segundo semestre de 2016. No 1º semestre de 2018 foi iniciada a primeira turma do Curso Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio. Em 2018, no primeiro semestre, também foi implantado o Curso superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos e a partir do 2º semestre de 2018, foram ofertadas vagas para o início do curso Técnico Concomitante/Subsequente em Mecatrônica no período vespertino.

Sorocaba é a cidade sede da Região Metropolitana de Sorocaba (RMS), que foi institucionalizada em 8 de maio de 2014 pela Lei Complementar Estadual nº 1.241 e é composta por 27 municípios.

Seus mais de 2,1 milhões de habitantes representam 4,65% da população estadual, segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para 2018. Em 2015, a região gerou aproximadamente 4% do Produto Interno Bruto (PIB) paulista.

A RMS está situada estrategicamente entre duas importantes regiões metropolitanas do País – São Paulo e Curitiba –, além de manter limite territorial e processo de conurbação com a Região Metropolitana de Campinas. Destaca-se, em âmbito nacional, por intensa e diversificada atividade econômica, caracterizada por produção industrial altamente desenvolvida, com predominância dos setores metal-mecânico, eletroeletrônico, têxtil e agronegócio (cana-de-açúcar).

Doze de seus municípios estão localizados no eixo das Rodovias Castello Branco e/ou Raposo Tavares, com economias baseadas em atividades industriais. Destes, cinco apresentam especial relevância na economia paulista: Sorocaba, Itu, Votorantim, Salto e Itapetininga. É a maior produtora agrícola entre as regiões metropolitanas do Estado de São Paulo, com elevada diversidade. Tem papel relevante na produção estadual de minérios, como cimento, calcário, rocha ornamental, pedra brita e argila, entre outros.

Em 2013, a soma do Produto Interno Bruto dos municípios que compõem a RMS foi de R\$ 67,24 bilhões, o equivalente a 3,46 % do PIB geral do no Estado. Ocupa o 15º lugar na economia.

Sorocaba tem a Densidade demográfica (hab./km²): 1.306,55; Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M): 0,798; IDH-M Renda: 0,792; IDH-M Longevidade: 0,843; IDH-M Educação: 0,762. Atualmente, o município é a quarta maior cidade do interior do Estado de São Paulo. A cidade é um importante polo industrial desse Estado, sendo a quarta maior cidade em desenvolvimento econômico do Estado de São Paulo, atingindo um Produto Interno Bruto - PIB - de R\$ 27 bilhões.

A cidade, pelo seu dinamismo econômico, participa de forma bastante ativa do comércio exterior, com uma corrente de comércio de U\$ 3.447.478.386, e com presença entre movimento de exportação e importação em cerca de 120 países.

As principais bases de sua economia são os setores de indústria, comércio e serviços, com mais 30.937 mil empresas instaladas, sendo mais de dois mil delas indústrias. Sorocaba registra, hoje, considerável diversificação econômica, sendo a quarta

cidade em desenvolvimento econômico do estado, com PIB per capita de R\$53.000 mil, segundo dados da Fundação SEADE de 2014.

Sorocaba faz parte do Complexo Metropolitano Estendido da cidade de São Paulo, que é formado pelas regiões metropolitanas de São Paulo, Campinas, Baixada Santista e pelas cidades de São José dos Campos e Jundiaí, com população somada ultrapassa os 31.000.000 de habitantes. Segundo pesquisa da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados Sorocaba e Campinas respondem 33,5% do PIB industrial paulista e 11,2% do PIB Nacional.

Sorocaba é sede e polo da região e seu município mais populoso e complexo economicamente, respondendo, no total pó 27% do PIB, 20,8% do total de estabelecimentos e 26,2% do total de empregos. O município possui uma agricultura articulada com a indústria, uma infraestrutura privilegiada, que lhe dá acesso fácil à metrópole paulista e à região de Campinas, e um aeroporto que é um dos maiores polos de manutenção de aeronaves de pequeno e médio porte das Américas. Sorocaba também se destaca na área de energias renováveis, contando com empresas nas áreas de geração solar e eólica. Ao longo dos anos, sua indústria evoluiu da produção de bens não-duráveis, para a de bens intermediários e, finalmente, para a de bens duráveis e de capital, desenvolvendo um setor de serviços para o atendimento de empresas e famílias.

IFSP CÂMPUS SUZANO

A presença do IFSP em Suzano permite a ampliação das opções de qualificação profissional e formação técnica e tecnológica para as indústrias e serviços da região, bem como fomento para a formação de professores na modalidade inicial e continuada trazendo maior qualificação para juventude local, por meio de educação gratuita e de qualidade.

O Câmpus Suzano foi edificado em atendimento à Chamada Pública do MEC/SETEC nº 001/2007 – Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica – FASE II, está localizado no município de Suzano, tendo iniciado as suas atividades educacionais no 2º semestre de 2010.

O Câmpus é composto por um conjunto edificado de padrão escolar com 11 blocos de edifícios, com área total construída de 27.682.19m² (área construída coberta de 8.939.09m² e área descoberta de 18.743,10m²), tendo três blocos administrativos, um bloco operacional, dois blocos de salas de aula, três blocos de laboratórios, um para a biblioteca, um bloco de convivência, um bloco para o restaurante e instalações de apoio como cabine de força e portaria. A presença do IFSP em Suzano permite a ampliação das opções de

qualificação profissional e formação técnica e tecnológica para as indústrias e serviços da região e maior qualificação para a juventude local, por meio de educação gratuita e de qualidade.

O Câmpus Suzano proporciona à comunidade os cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio de Química, Automação Industrial e Administração, sendo que estes dois últimos também são ofertados na modalidade subsequente ou concomitante ao Ensino Médio. Também oferta os cursos superiores em Processos Químicos Industriais, Licenciatura em Química, Mecatrônica e Logística. Na pós-graduação oferta a Especialização em Logística e Operações.

O Câmpus Suzano desenvolve pesquisas por meio dos alunos bolsistas de iniciação científica e por meio dos grupos de pesquisas dos professores com publicações relevantes, atualmente, conta com os seguintes grupos de pesquisa: Gestão Estratégica de Negócios, Grupo de Pesquisa em Estudos Curriculares e Ensino, Grupo de Pesquisa em Educação Ambiental e Química Verde, Grupo de Pesquisa em Operações Comportamentais, Grupo de Pesquisa em Reconhecimento de Padrões em Imagens, Laboratório James Clerk Maxwell de Micro-ondas e Eletromagnetismo e Núcleo Avançado de Produção, Operações, Logística e Estratégia.

Em programas de extensão, além de oferecer bolsa para estudantes em programas específicos, o Câmpus Suzano oferta à comunidade diversas opções de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC).

O município de Suzano é um dos 39 municípios que compõem a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), situado na sub-região leste da RMSP e distante 42 km da capital paulista. A sub-região em que o município está inserido é denominada Alto do Tietê, composta pelas cidades de Arujá, Biritiba Mirim, Ferraz de Vasconcelos, Guararema, Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes, Poá, Salesópolis e Santa Isabel.

A localização geográfica do Município de Suzano limita-se ao norte com Itaquaquecetuba, ao sul com Santo André e Rio Grande da Serra, ao leste com Mogi das Cruzes e a oeste com Poá, Ferraz de Vasconcelos e Ribeirão Pires.

O município apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) igual a 0,765 e um PIB *per capita* de R\$ 36.203,61, ficando em 31º no estado de São Paulo e em 85º lugar no Brasil, segundo os dados do IBGE de 2015. Suzano é um dos principais polos industriais do Alto Tietê. Ao todo são 327 indústrias que geram 17.681 empregos. Doze destas empresas são de grande porte e geram quase 10 mil empregos diretos e 3.327 indiretos. Atualmente a cidade ocupa a 19ª posição no Estado em arrecadação de ICMS, além de ter o maior PIB do Alto Tietê e o 71º do Brasil.

A cidade abriga um dos maiores conglomerados industriais do país na área de papel e celulose e ainda produz uma gama diversificada de produtos que a colocam como um dos municípios mais promissores do país.

Além da produção de celulose e papel, destacam-se as produções de medicamentos, máquinas e rolamentos, produtos que abastecem os mercados interno e externo.

O desenvolvimento do município está associado às formas de circulação de pessoas e mercadorias, sendo as principais vias de acesso as rodovias Ayrton Senna da Silva, Índio Tibiriçá (SP 31) e Henrique Eroles (SP 66). Existem também duas ferrovias, uma delas de passageiros e outra de transporte de carga.

As formas de urbanização no município de Suzano se caracterizam pela ocupação esparsa de seu território. A população do município, segundo estimativa do IBGE de 2017, é de 290.769 habitantes distribuídos nos 206.369 km² que constituem a base territorial do município.

A população rural está em torno de 75.000 habitantes, entre produtores rurais, familiares e trabalhadores. Segundo fonte do IBGE, em 2006, havia 411 unidades de estabelecimentos agropecuários cadastrados.

Na área de extensão o IFSP Câmpus Suzano busca realizar diversos eventos de integração com a comunidade local bem como de seus alunos, cabendo destaque para a Semana Nacional de Ciências e Tecnologia, que engloba eventos como a Mostra Científica e Cultural do Câmpus, o Congresso Internacional de Logística, e o Encontro de Sustentabilidade do Alto Tietê, as visitas técnicas em empresas e eventos, a realização de um grande evento junto à prefeitura de Suzano denominado Feira do Estudante de Orientação Profissional (FEOP), e os projetos de extensão, articulados com as atividades de ensino e pesquisa, com fomento da Pró-Reitoria de Extensão, como os projetos de 2017: “O rio que passa no meu bairro – educação ambiental em escolas públicas, e “Ampliação das hortas do IFSP-Suzano e implementação em uma escola da região”, e os projetos de 2018: “Elaboração e aplicação de materiais didáticos para o ensino de ciências naturais a partir de áreas verdes, parques e reservas ambientais do Alto Tietê”, e “Videotrilhas: produção de materiais audiovisuais nas áreas verdes, parques e reservas ambientais do Alto Tietê e sua aplicação na educação ambiental em escolas da região”.

O Câmpus por meio do seu Núcleo Sociopedagógico desenvolveu e desenvolve trabalhos visando melhorar o desempenho dos alunos e sua permanência no curso, ao mesmo tempo municinando os professores e/ou outros setores com essas informações de rendimento escolar.

No que diz respeito às ações de Tecnologia da Informação, foi ampliado o acesso da rede sem fio aos estudantes e a toda comunidade e também foram instalados computadores em uma nova sala de pesquisa destinada aos projetos de extensão do Câmpus. O Câmpus Suzano, ainda, sediou o FliSoL e o Debian Day, dois eventos de *software* livre que se realizaram pela primeira vez na cidade de Suzano.

Além destas atividades, ofertou vários cursos de Formação Inicial e Continuada, incluindo as modalidades Pronatec e Mulheres Mil.

Apesar do seu pouco tempo de funcionamento, o Câmpus Suzano vem desenvolvendo suas atividades de forma integrada aos objetivos da reitoria e anseios da comunidade, buscando prestar um serviço diferenciado na região, caracterizado pela sustentação no tripé ensino, pesquisa e extensão.

IFSP CÂMPUS AVANÇADO TUPÃ

Em 2014, iniciaram-se as tratativas entre IFSP e a Prefeitura de Tupã para a instalação do Instituto na cidade. Em outubro, o Ministério da Educação, através do coordenador de Planejamento e Gestão da Rede Federal, Nilton Cometti, aprovou o projeto de instalação de um câmpus avançado.

Em 25 de junho de 2014, representantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) estiveram no Auditório do Centro de Educação Integrada (CEI) para audiência de apresentação do Instituto e sua organização, para os preparativos da pré-audiência e da audiência pública, e para conhecerem as instalações da escola.

Em 16 de dezembro de 2014, na Câmara Municipal de Tupã foi formalizada a doação do prédio do Centro de Educação Integrada (CEI) com a assinatura do termo pelo prefeito Manoel Gaspar e o diretor de Infraestrutura e Expansão, Silmário Santos e com a lavratura da escritura de doação.

Com uma área total edificada de 9.165,62 m², o câmpus é composto por um conjunto edificado de padrão escolar com 7 blocos de edifícios: 50 salas, 1 biblioteca, refeitório com cozinha, 13 sanitários adaptados, 1 ginásio poliesportivo, 1 complexo aquático com 2 piscinas aquecidas.

No início de fevereiro de 2015 foi nomeado o Diretor-geral do Câmpus Avançado Tupã, professor Caio Flausino. Atualmente, além do diretor, o câmpus conta com 6 servidores removidos de outros câmpus.

As atividades didáticas se iniciaram com a oferta do curso de extensão Inclusão Digital: Informática Básica e Internet (160h), em abril de 2015, com 25 alunos concluintes.

Em junho de 2015, foi iniciado mais um curso de extensão Atendimento ao Cliente (40h), com 30 alunos concluintes. Em outubro de 2015, foi ofertada mais uma edição do curso Inclusão Digital: Informática Básica e Internet, com 26 alunos concluintes.

Para definir o primeiro eixo tecnológico norteador do Câmpus Tupã, em 24 de fevereiro foi realizada a primeira audiência. Essa audiência teve como objetivo a apresentação dos eixos e os cursos do catálogo nacional de cursos técnicos, e do Instituto Federal e sua estrutura e funcionamento. O público teve oportunidade de participar com questionamentos e sugestões.

Uma segunda audiência pública ocorreu em 6 de outubro de 2015. Dados demográficos e socioeconômicos, reuniões com empresários, pesquisas online, foram usados como base para levantamento de potenciais eixos para Tupã e região.

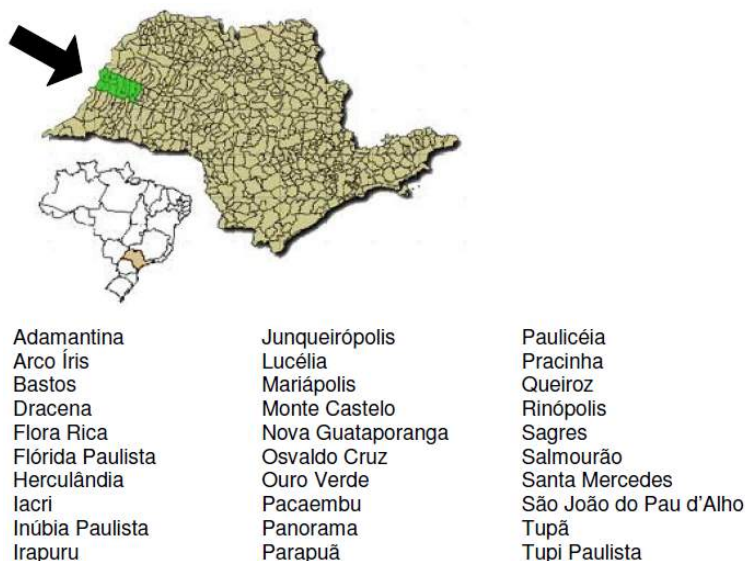
No dia 28 de outubro de 2015, o resultado final foi apresentado com a definição do primeiro eixo: Controle e Processos Industriais. O curso escolhido foi o de Técnico em Eletrônica, e como segunda opção Técnico em Eletrotécnica. O curso de Técnico em Eletrônica, na forma articulada concomitante e na forma subsequente será, ofertado como período noturno e na modalidade presencial.

Caracterização da região

A cidade de Tupã, oficialmente Estância Turística de Tupã em 2002, está situada no interior do estado de São Paulo, a oeste-noroeste da capital do estado, a uma distância de 532 km por via rodoviária e às margens da rodovia SP-294, a 70 km de Marília.

Faz parte da Nova Alta Paulista, região situada entre os rios Aguapeí e do Peixe, por onde passava o traçado do Tronco Oeste da antiga Companhia Paulista de Estradas de Ferro. A Nova Alta Paulista é uma região formada por trinta municípios que se juntaram para criar a Associação dos Municípios da Nova Alta Paulista - AMNAP, em 20 de julho de 1977.

Figura 10: Municípios da Nova Alta Paulista.



A Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento, divide o estado de São Paulo em 40 regiões, denominadas de Escritório de Desenvolvimento Regional (EDR). O EDR de Tupã, localizado na região oeste do estado de São Paulo, é formado por 14 municípios: Arco-Íris, Bastos, Herculândia, Iacri, Inúbia Paulista, Lucélia, Osvaldo Cruz, Parapuã, Pracinha, Queiroz, Rinópolis, Sagres, Salmourão e Tupã.

Segundo dados do IBGE, o município ocupa uma área de 628,126 km. Sua população estimada em 2014 é de 65.596 habitantes, dos quais 96% residem em área urbana. É o segundo mais populoso de sua microrregião e possui IDHM¹ de 0,771, de acordo com o ranking da ONU² (o Brasil possui o índice 0,727). O município é conhecido informalmente como a "Capital Nacional da Fotografia", por possuir diversas empresas e indústria no ramo da fotografia e possui o título de polo estadual da fotografia, pela Lei Estadual nº 12.044, de 21 de setembro de 2005.

Tupã faz parte da Região Administrativa (RA) de Marília, localizada na porção centro-oeste do Estado de São Paulo, área pertencente à Microrregião da Alta Paulista e à 7ª Região Administrativa, segundo a definição adotada pelo IBGE³. A RA de Marília ao todo é composta por 51 municípios distribuídos em quatro Regiões de Governo (RG): Assis, Marília, Ourinhos e Tupã.

O Produto Interno Bruto - PIB de Tupã está em 133º lugar no ranking estadual, e

¹ O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano.

² Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2013)

³ O Estado de São Paulo é dividido em 15 mesorregiões ou Regiões Administrativas, subdivididas em microrregiões ou as chamadas Regiões de Governo. Essa divisão foi criada pelo IBGE para fins estatísticos.

408º no nacional, destacando-se na área de serviços (63,7%), seguido pelo setor industrial (21,3%). Em 2012, o município possuía R\$ 1.337.760,00 de Produto Interno Bruto e o PIB *per capita* de R\$ 21.067,00 (DATASUS, 2012).

A faixa etária da população é composta por 17,40% de habitantes com menos de 14 anos, 69,10% com idade entre 15 e 59 anos e 13,5% com 60 anos ou mais (IBGE,2013).

A atividade econômica predominante no município é de serviços e comércio com 10.622 postos de trabalho. Seguido do setor industrial, com 380 estabelecimentos, a indústria tupãense empregou, em 2013, 2.422 pessoas. Destaque para indústria de transformação de alimentos (carne, leite, amendoim, soja, milho, ração), indústria de calçado infantil, de malas de viagem, implementos agrícolas, de móveis e produtos químicos. Na indústria de transformação regional prepondera a agroindústria, sendo que Tupã representava em 2008, 5,19% do total regional de produtos alimentícios, e 17,88% do setor de fabricação de móveis (RAIS/ESTADO, 2008).

A prestação de serviços para indústria gerou apenas 121 postos de trabalho, mas foi o setor que melhor remunerou, apresentando média salarial de R\$ 3.000,00 (RAIS/MTE, 2013). Tupã possui 3 polos industriais e um quarto polo em desenvolvimento.

O município possui mais de mil propriedades, em sua maioria culturas de amendoim, milho, mandioca, seringueira, eucalipto, café. Houve um grande avanço da cultura de cana-de-açúcar, por conta da instalação de usinas de açúcar e etanol em municípios da região. Possui um silo horizontal com capacidade estática de 20 mil toneladas e um graneleiro para mais de 40 mil toneladas⁴.

Inserido em uma das áreas menos dinâmicas do Estado, Tupã foi classificado no Grupo 4⁵, do IPRS (Índice Paulista de Responsabilidade Social): com baixos níveis de desenvolvimento econômico (riqueza) e em transição social (longevidade e educação). O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de Tupã, em 2013, foi de 6⁶, sendo que o índice nacional ficou em 5,2 e o estadual em 5,7.

IFSP CÂMPUS VOTUPORANGA

O câmpus Votuporanga do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, foi autorizado pela Portaria nº 1.170, de 21 de setembro de 2010. Trata-se de uma das cidades que participou da chamada pública nº 01/2007, de 24 de abril de 2007.

⁴ Informação retirada do sítio eletrônico da Câmara Municipal de Tupã:
<http://www.camaratupa.sp.gov.br/Municipio/Page.aspx?tipo=dados>

⁵ IPRS - Informação disponível no sítio da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo: <http://indices-ilp.al.sp.gov.br/view/index.php>

⁶ IDEB – Informação disponível em: <http://www.qedu.org.br/cidade/2383-tupa/ideb>

O câmpus Votuporanga iniciou suas atividades no 1º semestre de 2011, oferecendo os Cursos Técnicos em Edificações e Manutenção e Suporte em Informática. No ano de 2012 tiveram início os Cursos Técnicos em Eletrotécnica e Mecânica, além da modalidade integrado para os cursos Técnicos em Edificações e Manutenção e Suporte em Informática.

O câmpus Votuporanga é resultado de esforços da Prefeitura do município, do IFSP e do Ministério da Educação (MEC), que, conhecedores das necessidades da região e em atendimento à Chamada Pública do MEC/SETEC nº 001/2007 - Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica - FASE II, implementaram o câmpus, oferecendo cursos nas áreas de Construção Civil e Informática. Em 2012, o câmpus Votuporanga iniciou a oferta de mais 160 vagas em cada semestre divididas entre os cursos técnicos de Edificações, Eletrotécnica, Manutenção e Suporte em Informática e Mecânica, todas no período noturno.

O câmpus Votuporanga, rapidamente, integrou-se às atividades educativas da região na qual está inserido. Em pouco mais de quatro anos de existência, o câmpus já consolidou parcerias significativas. Dentre elas, pode-se destacar a parceria com a Prefeitura de Votuporanga e com o Arranjo do Desenvolvimento da Educação do Noroeste do Estado de São Paulo (ADE Noroeste Paulista), o câmpus investiu na organização e realização do Congresso Internacional de Educação do Noroeste Paulista. Sua primeira edição, realizada em 2012, teve como tema “Formação de professores: ética e práticas da educação”. E em 2013, a segunda edição do evento foi realizada sob o tema “Alfabetizar e educar para avançar: o desafio da aquisição do conhecimento no momento certo”. Ambas as edições contaram com um público aproximado de 1300 (um mil e trezentas) pessoas. A partir desta segunda edição decidiu-se tornar o evento bienal.

Outra parceria bem sucedida foi realizada com a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (SEE/SP), por intermédio da atuação em conjunto com a Escola Estadual Uzenir Coelho Zeitune, no oferecimento dos cursos de Ensino Médio Integrado ao Ensino técnico nas áreas de Edificações e Manutenção, Suporte em informática e Mecatrônica.

Outras parcerias de menor impacto, porém não de menor sucesso, já foram realizadas de forma que o câmpus tem buscado cada vez mais cumprir o seu papel de ser fomentador do desenvolvimento educacional, científico e tecnológico da região. Tal fato pode ser constatado pela atividade de pesquisa e extensão desenvolvida no câmpus, sendo que nossos alunos estão frequentemente participando de eventos acadêmicos realizados pelo IFSP e por outras instituições. Dentre estes eventos podemos destacar a participação de nossos alunos nas duas últimas edições da Semana Nacional de Tecnologia realizada na capital federal.

Além do ensino, a comunidade do câmpus tem atuado, efetivamente, em pesquisa e extensão, produzindo oportunidades e resultados, desde o início de suas atividades. O câmpus Votuporanga localiza-se na região noroeste do estado de São Paulo.

A presença do *Câmpus* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo na cidade de Votuporanga, além de proporcionar uma formação humana/profissional à demanda local, passa a ser mais um ponto de referência às populações de cidades da região, consolidando uma área de abrangência direta de 16.036,988 km² (Tabela 1). Como visto anteriormente, devido a sua localização privilegiada, próximo às fronteiras territoriais com os estados de Minas Gerais e Mato Grosso do Sul, o IFSP, *Câmpus* Votuporanga, passa a ter, tecnicamente, também uma área de abrangência indireta nestes estados, totalizando uma área de alcance aproximada de 24.346,097 Km² e atingindo uma população total estimada em 649.505 habitantes.

Tabela 1- Dados demográficos de Votuporanga/SP.

Dados	Município	Área de Abrangência Direta	Estado
Área (km ²)	424,115	16.036,988	248.196,96
População (mil hab.)	84.692	555.459	41.262.199
<i>Número de domicílios</i>	<i>32.129</i>	<i>-</i>	<i>14.884.808</i>

Fonte: Dados obtidos do Relatório Final da Comissão Local do PDI de Votuporanga, 2018

Em relação às estatísticas referentes à Educação Regional, especificamente, na área de abrangência direta do IFSP, *Câmpus* Votuporanga, nota-se a carência de Instituições de formação profissional, em especial as que formam Tecnólogos, Licenciaturas em Física e Matemática e ainda em todas as áreas de Engenharias, como demonstrado acima e pelas Tabelas 2 que segue abaixo.

Tabela 2-Instituições de Nível Médio, Nível Técnico e Nível Superior da Região de Votuporanga.

MUNICÍPIO	Nível Médio		Nível Técnico		Nível Superior	
	Particular	Pública	Particular	Pública	Particular	Pública
Álvares Florence	-	01	-	-	-	-
Américo de Campos	-	01	-	-	-	-
Aparecida D'Oeste	-	01	-	-	-	-
Aspásia	-	01	-	-	-	-
Auriflamma	02	02	-	-	-	-
Cardoso	02	01	-	-	-	-
Cosmorama	-	01	-	-	-	-
Dirce Reis	-	01	-	-	-	-
Dolcinópolis	-	01	-	-	-	-
Estrela D'Oeste	01	01	-	-	-	-
Fernandópolis	04	10	01	01	02	-
Floreal	-	01	-	-	-	-
Gastão Vidigal	-	01	-	-	-	-
General Salgado	01	01	-	-	-	-
Guarani D'Oeste	-	01	-	-	-	-

MUNICÍPIO	Nível Médio		Nível Técnico		Nível Superior	
	Particular	Pública	Particular	Pública	Particular	Pública
Indiaporã	-	01	-	-	-	-
Jales	03	06	01	01	01	01
Lourdes	-	01	-	-	-	-
Macaubal	-	01	-	-	-	-
Macedônia	-	01	-	-	-	-
Magda	-	01	-	-	-	-
Marinópolis	-	01	-	-	-	-
Meridiano	-	01	-	-	-	-
Mesópolis	-	01	-	-	-	-
Mira Estrela	-	01	-	-	-	-
Monções	-	01	-	-	-	-
Monte Aprazível	01	01	01	-	01	-
Nhandeara	01	01	-	-	-	-
Nova Canaã Paulista	-	01	-	-	-	-
Nova Castilho	-	01	-	-	-	-
Nova Luzitânia	-	01	-	-	-	-
Ouroeste	01	01	01	-	-	-
Palestina	-	01	-	-	-	-
Palmeira D'Oeste	02	02	-	-	-	-
Paranapuã	-	01	-	-	-	-
Parisi	-	01	-	-	-	-
Paulo de Faria	-	01	-	-	-	-
Pedranópolis	-	01	-	-	-	-
Poloni	-	01	-	-	-	-
Pontalinda	-	01	-	-	-	-
Pontes Gestal	-	01	-	-	-	-
Populina	-	01	-	-	-	-
Riolândia	01	01	-	-	-	-
Rubinéia	-	01	-	-	-	-
Santa Albertina	-	01	-	-	-	-
Santa Clara D'oeste	-	01	01	-	-	-
Santa Fé do Sul	03	03	-	-	01	-
Santa Rita D'Oeste	-	01	-	-	-	-
Santa Salete	-	01	-	-	-	-
Santana P. Pensa	-	01	-	-	-	-
São Francisco	-	01	-	-	-	-
São J. Duas Pontes	-	01	-	-	-	-
São João de Iracema	-	01	-	-	-	-
Sebastianópolis Sul	-	01	-	-	-	-
Tanabi	01	01	-	-	-	-
Três Fronteiras	-	01	-	-	-	-
Turiúba	-	01	-	-	-	-
Turmalina	-	01	-	-	-	-
Urânia	-	01	-	-	-	-
Valentim Gentil	-	01	-	-	-	-
Vitória Brasil	-	01	-	-	-	-
Votuporanga	06	09	05	02	03	-
Total por setor	29	88	08	04	08	01

Fonte: Internet, <http://escola.edunet.sp.gov.br/consulta.asp>, acessado em 11/10/2011; <http://www.etesp.com.br/>, acessado em 11/10/2011; <http://www.mundovestibular.com.br/categories/Universidades/S%C3%A3o-Paulo/>, acessado em 11/10/2011.

Tabela 3- Quantitativo matrículas nas redes públicas e privadas do Ensino Fundamental e Médio.

	Votuporanga	Área de abrangência direta
Ensino Fundamental (total do 5º, 6º, 7º, 8º, e 9º anos)	5.727	37.559
Ensino Médio (total do 1º, 2º e 3º anos)	3.734	24.496

Fonte: *Tabela 03 feita por inferência considerando que 98% da população em respectiva idade esteja frequentando o ensino regular. Para fins de referente cálculo foi utilizada a pirâmide de faixa etária do Censo 2010.

Em relação à Educação Profissional, a região de Votuporanga conta com poucas instituições voltadas à área da construção civil, mesmo havendo um panorama favorável indicando a crescente expansão do setor (ver Tabelas 04 e 05). Dessa forma a implantação do Câmpus Votuporanga atende a uma demanda regional por formação de mão de obra qualificada.

Quadro 3: Instituições não-privadas de Educação Profissional na Área de Abrangência Direta.

INSTITUIÇÃO	MODALIDADE – CURSOS	LOCALIDADE	CONTATO
1. Serviço Social da Indústria – Sesi.	Ensino Fundamental.	Av. São Paulo, 1820 - Patrimônio Novo. Votuporanga-SP. CEP: 15501-065	Tel.: (17) 3422-6553 E-mail: ce435@sesisp.org.br
2. Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI.	Ensino de Nível Técnico. Desenhos de Projetos, Design de Móveis e Técnico em Móveis.	Rua Ponta Porã, 3735 - Santa Luzia. Votuporanga-SP. CEP: 15500-055	Tel.: (17) 3422-4551 E-mail: secretaria850@sp.senai.br Site: www.sp.senai.br/votuporanga
3. Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC.	Ensino Profissional Básico / Ensino de Nível Técnico. Administração e Negócios, Aplicativos Avançados, Arquitetura e Urbanismo, Arte e Cultura, Beleza, Computação Gráfica, Comunicação Social, Comércio Exterior, Desenvolvimento Social, Desenvolvimento de Sistemas, Design, Enfermagem, Eventos, Finanças e Contabilidade, Gastronomia, Gestão de Pessoas, Hotelaria, Idiomas e Linguagem, Iniciação em Informática, Internet, Lazer, Logística, Marketing e Vendas, Meio Ambiente, Moda, Nutrição, Paisagismo e Jardinagem, Redes e Infraestrutura, Responsabilidade Social, Rádio e Áudio, Saúde e Bem-estar, Segurança e Saúde no Trabalho e Turismo.	Rua Guaporé, 3221 - Nova Boa Vista. Votuporanga-SP. CEP: 15500-086	Tel.: (17) 3426-6700 Fax: (17) 3426-6707 E-mail: votuporanga@sp.senac.br Site: www.sp.senac.br
4. Escola Técnica Estadual – ETEC.	Ensino Médio Integrado ao Técnico / Ensino Técnico Concomitante ou Subsequente. Administração, Agricultura Agrimensura, Agropecuária, Contabilidade, Informática Marketing, Meio Ambiente e Informática para Internet.	Prédio 1 – Rodovia Péricles Beline, km 121, SP 461. Votuporanga-SP. CEP 15500-000 Prédio 2 – Rua Ceará, 4.360 – Jardim São Paulo. Votuporanga-SP. CEP 15505-167	Tel.: (17) 3421-3715 / (17) 3421-8285 / (17) 3421-3112 E-mail: dir.votuporanga@centropaulasouza.sp.gov.br Site: www.etecvotuporanga.com

INSTITUIÇÃO	MODALIDADE – CURSOS	LOCALIDADE	CONTATO
5. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP.	Ensino de nível Técnico Integrado ao Médio / Ensino de Nível Técnico Concomitante ou Subsequente / PROEJA <u>Cursos Oferecidos Nível Técnico Integrado:</u> Edificações, Manutenção e Suporte de Informática e Mecatrônica. <u>Concomitante ou Subsequente:</u> Eletrotécnica e Mecânica. <u>SUPERIOR:</u> Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Licenciatura em Física	Av. Jerônimo Figueira da Costa, 3014. Votuporanga-SP. CEP 15503-110.	Tel.: (11) 2763-7500 / (17) 3426-6990 / (17) 9166-4259
6. Serviço Social da Indústria – SESI.	Ensino Fundamental e Médio	Av. Américo M. dos Santos, 157 – Centro. Fernandópolis-SP. CEP 15600-000	Tel.: (17) 3442-1986. E-mail: ce405@sesisp.org.br
7. Escola Técnica Estadual – ETEC.	Ensino Médio Integrado ao Técnico / Ensino Técnico Concomitante ou Subseqüente Açúcar e Alcool, Administração, Informática, Informática para Internet, Marketing e Secretariado.	Av. Geraldo Roquete, 135 - Jd. Paulista. Fernandópolis. CEP 15600-000	Tel.: (17) 3442-7505 / (17) 3462-3311 / (17) 3462-3030. E-mail: etefernandopolis@uol.com.br
8. Escola Técnica Estadual – ETEC.	Ensino Médio Integrado ao Técnico / Ensino Técnico Concomitante ou Subseqüente. Agricultura, Agroindústria, Agronegócio, Agropecuária, Alimentos, Comércio, Informática, Informática para Internet, Marketing, Produção Agropecuária e Produção de Cana de Açúcar.	Chácara Municipal - Córrego Tambory. Jales-SP. CEP 15700-000.	Tel.: (17) 3622-9007 / (17) 3622-9004. E-mail: etejales@etejales.com.br Site: www.etejales.com.br
9. Faculdade de Tecnologia – FATEC.	Ensino Superior. Agronegócio e Sistemas para Internet.	Rua Vicente Leporace, 2630 - Jd. Trianon. Jales-SP. CEP 15703-116	Tel.: (17) 3621.6911 / (17) 3632.2239. E-mail: fatecjales@fatecjales.com.br

Fonte: Dados obtidos do Relatório Final da Comissão Local do PDI de Votuporanga, 2018

Quadro 4: Cursos de Nível Técnico oferecidos por Instituições não-privadas da Área de Abrangência Direta..

CURSO	INSTITUIÇÃO	CIDADE	CARGA HORÁRIA	VAGAS
Administração - Integrado	ETEC	Votuporanga	4800	35
Administração	ETEC	Votuporanga	1200	35
Agricultura	ETEC	Votuporanga	1200	35
Agrimensura	ETEC	Votuporanga	1200	25
Agropecuária Integrado	ETEC	Votuporanga	4800	70
Contabilidade	ETEC	Votuporanga	1200	40
Informática	ETEC	Votuporanga	1200	40
Informática para Internet	ETEC	Votuporanga	1200	40
Meio Ambiente	ETEC	Votuporanga	1200	70
Produção de Cana de Açúcar	ETEC	Votuporanga	1200	35
Marketing	ETEC	Votuporanga	1200	40
Design de Móveis	SENAI	Votuporanga	900	32
Desenhos de Projetos	SENAI	Votuporanga	1200	32
Móveis	SENAI	Votuporanga	1200	32
Administração	SENAC	Votuporanga	800	35
Design de Interiores	SENAC	Votuporanga	800	35
Arte Dramática	SENAC	Votuporanga	800	35
Publicidade	SENAC	Votuporanga	800	35
Enfermagem	SENAC	Votuporanga	1800	35
Podologia	SENAC	Votuporanga	1200	35
Informática	SENAC	Votuporanga	1000	35
Informática para Internet	SENAC	Votuporanga	1000	35
Segurança no Trabalho	SENAC	Votuporanga	1200	35
Radialista – Setor Locução	SENAC	Votuporanga	268	35
Radialista – Setor Sonoplastia	SENAC	Votuporanga	232	35
Massoterapia	SENAC	Votuporanga	1200	35
Farmácia	SENAC	Votuporanga	1200	35
Estética	SENAC	Votuporanga	1200	35
Edificações – Integrado	IFSP	Votuporanga	4893	40
Mecatrônica – Integrado	IFSP	Votuporanga	4660	40
Manutenção e Suporte em Informática – Integrado	IFSP	Votuporanga	4827	40
Eletrotécnica	IFSP	Votuporanga	1203	40
Mecânica	IFSP	Votuporanga	1203	40
Açúcar e Alcool	ETEC	Fernandópolis	2000	80
Administração	ETEC	Fernandópolis	1500	40
Administração – Integrado	ETEC	Fernandópolis	4800	80
Contabilidade	ETEC	Fernandópolis	1500	40

Especialização Java	ETEC	Fernandópolis	1500	40
Informática	ETEC	Fernandópolis	1500	40
Informática p/ Internet	ETEC	Fernandópolis	1500	40
Marketing	ETEC	Fernandópolis	1500	40
Secretariado	ETEC	Fernandópolis	1500	40
Técnico Jurídico	ETEC	Fernandópolis	1500	40
Agroindústria	ETEC	Jales	1500	40
Agronegócio	ETEC	Jales	1500	40
Agropecuária	ETEC	Jales	2000	40
Agropecuária – Integrado	ETEC	Jales	4800	40
Alimentos	ETEC	Jales	1500	40
Comércio	ETEC	Jales	1500	40
Informática	ETEC	Jales	1500	40
Informática para Internet	ETEC	Jales	1500	40
Marketing	ETEC	Jales	1500	40
Produção de Cana-de-Açúcar	ETEC	Jales	1500	40
TOTAL DE VAGAS OFECIDAS NA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DIRETA				2131

Fonte: Dados obtidos do Relatório Final da Comissão Local do PDI de Votuporanga, 2018

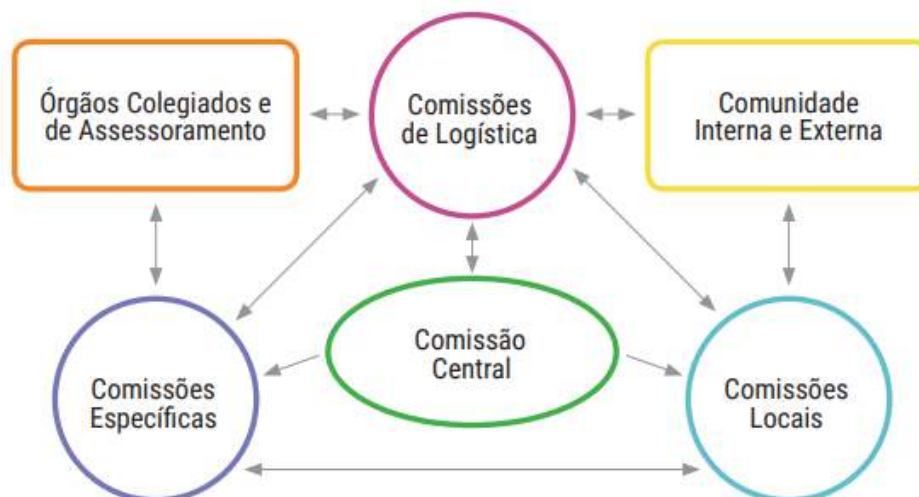
Em seu pequeno histórico, o IFSP, câmpus Votuporanga, tem demonstrado o empenho de toda comunidade escolar em consolidar a missão da instituição. Atualmente o câmpus Votuporanga está ofertando os cursos técnicos em Edificações, Informática e Mecatrônica (integrado ao ensino médio), Mecânica (Concomitante/Subsequente), Análise e Desenvolvimento de Sistemas (Tecnólogo), Física (Licenciatura) e Engenharia Elétrica e Civil (Bacharelado).

1.2 Metodologia de elaboração do PDI 2019-2023

A elaboração do PDI 2019-2023 do IFSP seguiu a proposta do Fórum de Desenvolvimento Institucional - FDI, pertencente ao Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - CONIF, que tem como princípio o planejamento participativo. Para tanto, a elaboração do PDI é responsabilidade de basicamente quatro tipos de comissões: Central, Local, Logística ou Sistêmica/Sistematização e Temáticas, respeitando sempre as variáveis pertinentes ao contexto em que está inserido a instituição e sua cultura organizacional.

A estrutura de relacionamento das comissões segundo a metodologia FDI/CONIF se compõe da seguinte forma:

Figura 11: Estrutura de Comissões da metodologia do FDI/CONIF.



Fonte: FDI, 2013.

Segundo a metodologia do FDI a elaboração do PDI deve passar pelas seguintes fases: Organização da Estratégia, Estruturação, Execução e Apresentação do PDI.

I- Organização da Estratégia:

a) Organização das atividades, leitura do PDI vigente e dos documentos-base, estudo das etapas de elaboração, a construção da página no site do IFSP, e-mail, e modelos de relatórios assim como o documento base;

b) Elaboração das Competências da Comissão Central, Local e Temáticas;

II- Estruturação:

a) Constituição das Comissões:

Central; Sistematização; Temáticas e Locais.

b) Seminário de Formação, divulgação da página do PDI com disponibilização de todo o material elaborado pela Comissão de Sistematização.

III- Execução:

- a) Apresentação e aprovação da metodologia proposta;
- b) Composição das Comissões;
- c) Formação e/ou capacitações;
- d) Encontros das Comissões;
- e) Apresentação de Relatórios às Comissões Temáticas;
- f) Apresentação de Relatórios Finais à Comissão Central;
- g) Sistematização do Novo PDI.

IV- Apresentação do PDI:

- a) Divulgação do PDI construído de forma participativa para recebimento e tratamento de proposições;
- b) Revisão final do documento e envio ao CONSUP;
- c) Divulgação do PDI.

1.4 Missão, Visão e Valores

Na primeira etapa de elaboração do PDI 2019-2023, uma das reflexões que mais marcaram os diálogos com a comunidade foi a respeito do que é o IFSP e qual é a sua identidade. Dessa maneira, o regaste do histórico da instituição bem como a observação da Lei nº 11.892/2008, que criou os Institutos Federais, e todas as demandas que o Instituto recebe da sociedade, conduziram à proposição de uma tríade que servirá de guia no exercício das responsabilidades e busca de superação dos desafios institucionais, esta tríade é composta pela Missão, Visão e Valores do IFSP.

MISSÃO

Ofertar educação profissional, científica e tecnológica orientada por uma práxis educativa que efetive a formação integral e contribua para a inclusão social, o desenvolvimento regional, a produção e a socialização do conhecimento.

VISÃO

Ser referência em educação profissional, científica e tecnológica, na formação de professores e na produção e socialização do conhecimento.

VALORES

1. *Democracia*, pautada na ampla participação, igualdade e representatividade, na criação e desenvolvimento coletivo;
2. *Direitos Humanos*, pautado na dignidade a todas as pessoas, na liberdade de opinião e de expressão e no respeito mútuo;
3. *Ética*, pautada pela responsabilidade com o bem público e pela cooperação e justiça social;
4. *Excelência*, pautada na governança pública, no aperfeiçoamento das relações sociais e no desenvolvimento humano;
5. *Gestão participativa e democrática*, pautada pelos princípios de democracia, corresponsabilidade, coletividade e respeito à liberdade de expressão;
6. *Identidade institucional*, pautada nas finalidades e características institucionais, distintivas e duradouras (resistentes ao tempo);
7. *Inclusão Social*, pautada na igualdade, respeito, solidariedade, na participação igualitária de todos na escola e na sociedade;
8. *Inovação*, pautada no desenvolvimento do arranjo produtivo e para a qualidade de vida das pessoas;
9. *Respeito à diversidade*, pautado pelos princípios da igualdade nas relações sociais, étnicos-raciais e de gênero e o reconhecimento e respeito às diferenças;
10. *Soberania Nacional*, pautada na democracia, na igualdade dos Estados na comunidade internacional, associado a independência nacional;
11. *Sustentabilidade*, pautada pela responsabilidade ambiental e social;
12. *Transparência*, relacionado ao Estado Democrático e de Direito, pautado na publicidade e no acesso à informação.

1.4 PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL

As organizações públicas são guiadas por uma diversidade de normas legais, sendo colocadas diante de uma necessidade urgente de adaptação a novos instrumentos de gestão pública, que apresentem resultados de grande visibilidade e dimensão, que possam favorecer um serviço público de qualidade, eficiente, transparente e compatível com as demandas sociais.

Nesse sentido, o planejamento bem como a mensuração da qualidade que gerem melhoria dos serviços, mostra-se essencial para o desenvolvimento das instituições (LIMA, 2015).

Diante deste contexto, é importante ressaltar que o PDI não deve ser apenas para cumprimento de uma exigência legal, pois este planejamento deverá produzir resultados que serão analisados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), através das avaliações institucionais e de reconhecimento de cursos, também serão auditados pela Controladoria Geral da União (CGU) e cobrados pelo Tribunal de Contas da União (TCU) no Relatório de Gestão. Tudo isso porque a relevância dos resultados de um Desenvolvimento Institucional eficiente é esperada e avaliada pelo cidadão e por toda uma comunidade que anseia por serviços educacionais gratuitos e de qualidade.

Ademais, a Gestão Educacional num ambiente de democracia e participação e, ao mesmo tempo, com enormes desigualdades sociais, requer capacidades e habilidades extremamente complexas e difíceis de contornar, e sem a utilização das ferramentas de Planejamento isso será ainda mais difícil (DAGNINO, 2009).

O IFSP elaborou, de forma democrática e participativa, norteadores institucionais que devem conduzi-lo a um estado de desenvolvimento esperado por todos aqueles que contribuíram com esta construção coletiva.

1.4.1. Terminologia

Mesmo na esfera pública muitas ferramentas e terminologias do meio empresarial são utilizadas, porém, desde a aprovação da metodologia de elaboração do PDI 2019-2023 no Conselho Superior do IFSP foi indicado a utilização de uma linguagem mais institucionalizada, ou seja, com os termos mais utilizados pelas Instituições Federais adequando o vocabulário no que for possível. Sendo assim, seguem abaixo algumas definições:

- a) Desafio Institucional - DI: é um propósito a ser realizado pela instituição, para tanto, indicadores, metas e iniciativas devem ser

vinculados a eles para o acompanhamento, contribuição e superação do desafio;

b) Indicador de Desempenho - ID: são instrumentos de medição que fornecem informações sobre os resultados institucionais. Estes estão relacionados à superação dos DIs;

c) Meta Institucional: trata-se da medida a ser alcançada dentro de um tempo determinado. A meta institucional será vinculada ao ID;

d) Ação Institucional - AI: trata-se uma iniciativa de âmbito institucional a ser realizada para o alcance das metas institucionais, nesse sentido, uma meta poderá ter uma ou mais iniciativas;

e) Tipo da Ação: As ações podem ser classificadas em Políticas, Programas e Projetos;

f) Objetivo específico: é o esforço a ser realizado por um setor/unidade para o alcance de uma determinada meta institucional;

g) Indicador Operacional - IO: trata-se do desdobramento do ID no grau setorial, ou seja, é a medição que fornece informações sobre os resultados setoriais;

h) Área responsável: Setor/unidade responsável pela Ação Institucional;

i) Articulação: identificação de quais setores/unidades têm corresponsabilidade na execução de uma Ação Institucional.

1.4.2. Desafios Institucionais

No atual cenário e arena política no Brasil e no mundo, os desafios a serem superados pelas organizações, principalmente as de educação pública, são seriamente complexos. Sendo assim é necessário priorizar, ter foco nas ações que devem ser colaborativas e bem alinhadas com todos os públicos de interesse da instituição.

Nesse sentido, como supracitado, através de uma elaboração participativa os desafios apresentados foram constituídos e incorporaram mais elementos que

são importantes para o acompanhamento e avaliação dos resultados obtidos, como por exemplo: indicadores e planos de ações.

No entanto, é importante ressaltar que metas devem ser elaboradas de forma específica, mensurável, alcançável, significativa e temporal, por isso, vale destacar que as metas que irão compor o planejamento do IFSP ainda não foram estabelecidas considerando três conjunturas:

1º A iminência de mudanças significativas no cenário político até o final da elaboração do PDI 2019-2023, por conseguinte, nos programas e orçamentos da educação federal, o que pode provocar uma nova configuração nas metas institucionais, que mais que ideais devem ser realizáveis;

2º Como as metas devem ser vinculadas aos indicadores de desempenho, que por sua vez são novos indicadores institucionais, e, portanto, nunca foram acompanhados, o IFSP ainda não possui um banco de dados para o cálculo efetivo dos referidos índices;

3º O estabelecimento das metas poderia ser feito com base em uma análise superficial por meio de análise documental, no entanto, optou-se por observar o comportamento organizacional frente ao acompanhamento dos Indicadores de Desempenho durante o ano de 2019 para que em posse de análises quantitativas, ou menos subjetivas possíveis, se estabeleça metas mais realistas e necessárias ao IFSP para o período vigente deste PDI.

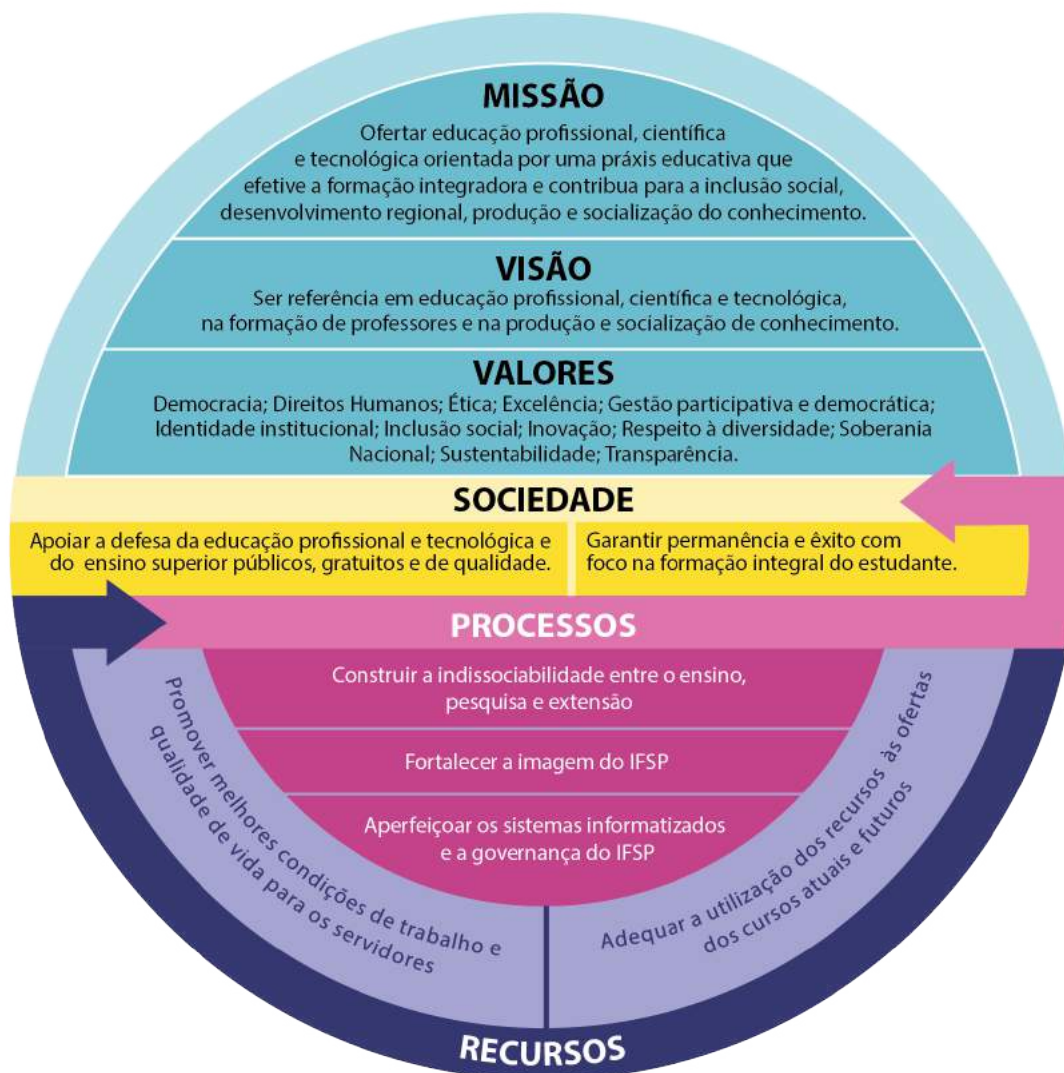
Figura 12: Processo de concepção do plano de desafios institucionais



Fonte: IFSP, 2019

Dessa forma, apresenta-se a seguir o referencial institucional do IFSP, proposto para o PDI 2019-2023, como mostra a figura.

Figura 13: Diagrama Referencial Institucional 2019-2023.



Fonte: IFSP 2019.

Uma representação gráfica dos desafios faz-se interessante por comunicar em um diagrama todos os desafios que o IFSP almeja superar, contudo, uma melhor compreensão e detalhamento também se faz necessário para o total entendimento do que está sendo apresentado. Os quadros a seguir trazem a descrição de cada desafio acompanhado de seus respectivos indicadores de desempenho.

Quadro 5: Defesa da Educação.

Desafio institucional	Descrição do desafio	Indicador de Desempenho
1. Defesa da educação profissional e tecnológica e do ensino superior públicos, gratuitos e de qualidade.	Realizar ações que busquem a garantia de ensino de qualidade, laico, público e gratuito e realizar parcerias com atores sociais, aliados na defesa do IFSP.	1.1. Índice de alunos envolvidos em instâncias de participação e representação estudantil no IFSP;
		1.2. Evolução da quantidade de parcerias com o Arranjo Produtivo e Social;
		1.3. Índice de transparência, gestão democrática e participativa.

Fonte: IFSP 2019.

Quadro 6: Permanência e Êxito.

Desafio institucional	Descrição do desafio	Indicador de Desempenho
2. Garantir Permanência e Êxito com foco na formação integral do estudante.	Desenvolver uma formação inclusiva, baseada na educação integral do cidadão, visando ampliar a participação dos alunos no mundo do trabalho e contribuir para o desenvolvimento econômico e social das regiões.	2.1. Índice de permanência;
		2.2. Índice de êxito;
		2.3. Índice de participação dos alunos no mundo do trabalho;
		2.4. Índice de participação dos egressos no mundo do trabalho.

Fonte: IFSP 2019.

Quadro 7: Fortalecer a Imagem do IFSP.

Desafio institucional	Descrição do desafio	Indicador de Desempenho
3. Fortalecer a imagem do IFSP.	Consolidar a imagem do IFSP como Instituição de qualidade, bem como sua abrangência, história, identidade e valores.	3.1. Satisfação dos públicos de interesse em relação a comunicação institucional;
		3.2. Evolução da quantidade de parcerias com o Setor Produtivo e Arranjos Sociais;
		3.3. Índice de internacionalização do IFSP.

Fonte: IFSP 2019

Quadro 8: Indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão.

Desafio institucional	Descrição do desafio	Indicador de Desempenho
4. Construir a indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão.	Desenvolver a indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão; flexibilização curricular e implementar ações de cultura empreendedora, inovação e transferência tecnológica; economia solidária; e desenvolvimento local com sustentabilidade ambiental.	4.1. Evolução da quantidade de PPCs com curricularização da Pesquisa e da Extensão;

Fonte: IFSP 2019

Quadro 9: Sistemas informatizados e Governança.

Desafio institucional	Descrição do desafio	Indicador de Desempenho
5. Aperfeiçoar os sistemas informatizados e a governança do IFSP.	Consolidar soluções de tecnologia da informação e aprimorar a governança.	5.1. Percentual de processos atendidos por sistema integrado;
		5.2. Índice geral de governança.

Fonte: IFSP 2019.

Quadro 10: Quadro Gestão de Pessoas.

Desafio institucional	Descrição do desafio	Indicador de Desempenho
6. Promover melhores condições de trabalho e qualidade de vida para os servidores.	Estabelecimento de ações voltadas para o desenvolvimento pessoal e profissional dos servidores visando a melhoria do clima organizacional na reitoria e nos câmpus do IFSP.	6.1. Índice de qualidade de vida dos servidores;
		6.2. Índice de satisfação dos servidores no trabalho;
		6.3. Índice de desenvolvimento de pessoal.
		6.4. Número de eventos de integração de servidores.

Fonte: IFSP 2019

Quadro 11: Gestão de Recursos.

Desafio institucional	Descrição do desafio	Indicador de Desempenho
<p>7. Adequar a utilização dos recursos às ofertas dos cursos atuais e futuros.</p>	<p>Adequação do orçamento, da infraestrutura física (acessibilidade, bibliotecas, etc), tecnológica, do uso dos recursos de forma sustentável e da força de trabalho às ofertas dos cursos atuais e futuros.</p>	<p>7.1. Percentual de Implantação do Plano Diretor de Infraestrutura;</p>
		<p>7.2. Percentual da execução orçamentária destinada às ofertas educacionais;</p>
		<p>7.3. Percentual de parceria em prol do acesso aos câmpus;</p>
		<p>7.4. Quantidade de câmpus com infraestrutura adequada às normas de acessibilidade;</p>
		<p>7.5. Relação Aluno Professor;</p>
		<p>7.6. Relação Aluno Técnico Administrativo.</p>

Fonte: IFSP 2019

1.4.3 Painel de medição

Considerando que dos vinte e dois indicadores propostos apenas dois são acompanhados atualmente. Considerando ainda os princípios da confiabilidade e viabilidade dos dados, como já explicitado anteriormente, até o 10º mês de 2019 os indicadores propostos serão acompanhados, pela Diretoria de Desenvolvimento Institucional, e diante dos resultados apresentados, tomando-os como referencial base serão estabelecidas as “metas quantificadas” deste plano.

Vale ressaltar que fica previsto a elaboração de um painel de medição, com o estabelecimento das metas institucionais para o período de 2020-2023.

1.4.4 Plano de Ação Institucional

O planejamento institucional é importante para se ter um direcionamento a seguir, no entanto, sem ação (operacionalização e implementação) o desenvolvimento institucional poderá ser comprometido. Nesse sentido, as ações institucionais vinculadas aos desafios propostos no PDI 2019-2023 serão

essenciais para o alcance de resultados efetivos.

O IFSP tem uma estrutura organizacional preparada para o desenvolvimento das atividades fins e das atividades meio, tanto na reitoria quanto nos câmpus, sendo assim, o alinhamento dessa estrutura pode conduzir à realização de muitas ações que gerem impactos positivos na prestação de serviços institucionais. Em virtude deste alinhamento os objetivos específicos, vinculados aos desafios, trazem um conjunto de ações caracterizadas como programas ou projetos institucionais, como apresentam os quadros a seguir.

Quadro 12: Plano de Apoio a Defesa da Educação.

Desafio institucional	Objetivo específico	Ação institucional	Área Responsável	Articulação
1. Apoiar a defesa da educação profissional e tecnológica e do ensino superior públicos, gratuitos e de qualidade.	Formação cidadã do estudante e papel social do IFSP	Programa: Protagonismo Estudantil: Fortalecimento das instâncias de participação e representação dos estudantes;	PRE	PRX E PRP
	Proximidade com o Arranjo Produtivo Local – APL	Programa Cultura Extensionista	PRX	Reitoria e Câmpus
		Programa Mundo do Trabalho	PRX	Reitoria e Câmpus
		Programa Formação Profissional	PRX	Reitoria e Câmpus
		Programa Mulheres do IFSP	PRX	Reitoria e Câmpus
		Programa Extensão na Educação Básica	PRX	Reitoria e Câmpus
		Programa de Arte, Cultura, Esporte e Lazer	PRX	Reitoria e Câmpus
		Programa: IFSP para os Arranjos Produtivos e Sociais;	PRX, PRE PRP, INOVA	GABINETE e DRGs
		Programa: Articulação com os 3 poderes;	PROCIM GABINETE	DRGs e PRX
	Gestão democrática e participativa	Projeto: Ferramentas informatizadas para transparência das ações administrativas e participação.	PRD	Reitoria e Câmpus

Fonte: IFSP 2019.

Quadro 13: Plano Permanência e Êxito.

Desafio institucional	Objetivo específico	Ação institucional	Área Responsável	Articulação
2. Garantir Permanência e Êxito com foco na formação integral do estudante.	Manter e ampliar os programas de permanência e êxito dos estudantes	Programa: Assistência Estudantil - PAE;	PRE	Reitoria e Câmpus
		Programa Cultura Extensionista (Programa de Apoio a Ações de Extensão)	PRX	Reitoria e Câmpus
		Programa de Arte, Cultura, Esporte e Lazer	PRX	Reitoria e Câmpus
		Programa: Permanência e Êxito;	PRE	PRA-DIE; PRX E PRP
	Implementar políticas institucionais destinadas a oferecer igualdade de oportunidades no acesso e permanência a todos e todas no IFSP, voltadas para grupos sociais marginalizados na sociedade, com recorte histórico e atual	Programa: Qualidade de vida dos discentes;	PRE	Reitoria e Câmpus
			PRX	Reitoria e Câmpus
	Promover junto aos educadores a atualização didática e metodologia de ensino e adaptação às necessidades e peculiaridades do aluno do instituto federal	Programa: FormAção Colabore;	PRE	CÂMPUS, PRA, PRE, PRP, PRX
	Aumentar o n° de alunos envolvidos em projetos cooperativos com APL e em Estágios	Programa: Mundo do Trabalho;	PRX	Reitoria e Câmpus
Aprimorar o acompanhamento dos egressos	Programa de acompanhamento dos egressos.	PRX	Reitoria e Câmpus	

Fonte: IFSP 2019

Quadro 14: Plano Fortalecer a Imagem do IFSP.

Desafio institucional	Objetivo específico	Ação institucional	Área Responsável	Articulação
3.Fortalecer a imagem do IFSP	Elevar a satisfação dos públicos de interesse em relação a comunicação institucional	Pesquisa de satisfação (0 a 10) dos públicos de interesse;	COMUNICAÇÃO SOCIAL	Reitoria e Câmpus
		Plano Estratégico de Comunicação;	COMUNICAÇÃO SOCIAL	Reitoria e Câmpus
		Periódico IFSP;	COMUNICAÇÃO SOCIAL	Reitoria e Câmpus
	Ampliar a aproximação do IFSP com as comunidades do entorno dos câmpus	Programa: Cultura Extensionista;	PRX, PRP	INOVA IFSP, GABINETE e DRGs
		Projeto de Proteção Intelectual e transferência tecnológica;	INOVA IFSP	INOVA IFSP, GABINETE e DRGs
		Programa de Empreendedorismo do IFSP;	INOVA IFSP	PRX, PRP, PRE
		Programa Mundo do trabalho (Programa Educação Empreendedora)	PRX	Reitoria e Câmpus
	Aprimorar a Internacionalização	Programa de Internacionalização do IFSP.	Assessoria de Relações Internacionais	Reitoria e Câmpus

Fonte: IFSP 2019.

Quadro 15: Plano Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Desafio institucional	Objetivo específico	Ação institucional	Área Responsável	Articulação
4. Construir a indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão	Construir uma política de indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e a extensão	Projeto: Elaboração da Política de indissociabilidade;	PRE; PRX E PRP	Reitoria e Câmpus
		Projeto: Curricularização da Pesquisa e da Extensão;	PRX, PRP	PRE e PRD
		Programa: Fortalecimento da Pesquisa, Extensão e Inovação;	PRX, PRP	PRA, PRD, GABINETE
		Programa Cultura Extensionista	PRX	Reitoria e Câmpus
		Projeto Matriz Curricular de Referência.	PRE	DRGs, DEB, DED E CÂMPUS
		Programa: IFSP para os Arranjos Produtivos Locais e Sociais;	PRX, PRE PRP, INOVA	GABINETE e DRGs

Fonte: IFSP 2019

Quadro 16: Plano Sistemas Informatizados e Governança

Desafio institucional	Objetivo específico	Ação institucional	Área Responsável	Articulação
5. Aperfeiçoar os sistemas informatizados e a Governança do IFSP	Aperfeiçoar os sistemas informatizados de gestão integrada e transparente	Programa: Consolidação da ferramenta informatizada integrada de gestão nas áreas de ensino, pesquisa, extensão e administração;	PRD	TI, PRE, PRP, PRX
		Projeto: IFSP Digital;	PRD	EP, PRA, PRE, PRX, PRP
	Aprimorar a governança institucional	Projeto: Elaboração/Implantação da Política de Gestão de Riscos.	Comissão de Gestão de Riscos	Comitê de Gestão de Riscos

Fonte: IFSP 2019

Quadro 17: Plano Gestão de Pessoas.

Desafio institucional	Objetivo específico	Ação institucional	Área Responsável	Articulação
6.Promover melhores condições de trabalho e qualidade de vida para os servidores	Promover a qualidade de vida no trabalho dos servidores	Programa de Qualidade de Vida;	PRD	CSS-PRD/DADP-PRD, CÂMPUS
		Programa de Promoção à Saúde;	PRD	CSS-PRD/DADP-PRD, CÂMPUS
		Programa de combate ao assédio moral e sexual	PRD	Reitoria e Câmpus
		Programa e de respeito às questões de Gênero e das Relações Étnico-Raciais	PRD	Reitoria e Câmpus
	Propiciar a satisfação no trabalho	Programa de melhoria do Clima Organizacional;	PRD	Reitoria e Câmpus
	Fomentar o desenvolvimento de pessoal do IFSP	Projeto: Centro de Referência em formação de Servidores;	PRD	Reitoria e Câmpus
	Favorecer a integração entre servidores intra e intercâmpus	Projeto: Integração dos servidores intra e inter unidades.	PRD	Reitoria e Câmpus
	Aprimorar as rotinas de Gestão de Pessoas proporcionando celeridade nos serviços prestados aos servidores;	Projeto: Manuais para Padronização. (Manual do Cidadão e Manuais para a execução de serviços)	PRD	Reitoria e Câmpus

Fonte: IFSP 2019.

Quadro 18: Plano Recursos.

Desafio institucional	Objetivo específico	Ação institucional	Área Responsável	Articulação
7. Adequar a utilização dos recursos às ofertas dos cursos atuais e futuros	Adequar a infraestrutura física às ofertas educacionais	Projeto: Plano Diretor de Infraestrutura - Consolidação e Implementação;	PRA	DIE
		Política: Manutenção de infraestrutura - Elaboração e Implementação;	PRA	DIE
	Adequar o orçamento às ofertas educacionais	Projeto: Orçamento Participativo;	PRA	Reitoria e Câmpus
	Firmar parceria com agentes locais e/ou fornecedores para viabilizar a otimização de espaços/ acessos e orçamento	Projeto: Acesso aos câmpus;	PRA	DIE
	Adequar a infraestrutura física para o atendimento a pessoas com necessidades específicas	Projeto: Acessibilidade nos câmpus;	PRA	DIE
	Adequar a força trabalho às demandas educacionais	Projeto: Adequação da Força de trabalho do IFSP.	PRD	CPPD, CISTA
	Promover a gestão sustentável dos recursos, com adequação e uso equilibrado da água, energia e insumos, bem como a destinação adequada dos resíduos sólidos e líquidos.	Projeto: Sustentabilidade no IFSP	PRA/PR E	PRA/PRE

Fonte: IFSP 2019.

1.5 Implementação, Acompanhamento e Avaliação

Em um dos desafios do Instituto Federal de São Paulo-IFSP está expresso a pretensão do Instituto em aperfeiçoar a Governança no IFSP, sendo assim, apresenta-se a seguir as Diretrizes da Governança, Integridade, Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance* do IFSP, bem como os procedimentos de Monitoramento e Avaliação do Desenvolvimento Institucional bem como as ações de participação, transparência e divulgação das informações institucionais.

1.5.1 Governança, integridade, gestão de riscos e controles internos

Governança é a capacidade que uma organização tem de entregar os seus resultados para a sociedade, combinando processos e estruturas implantadas pela alta administração, para informar, dirigir, administrar e monitorar as atividades da organização, com o intuito de alcançar os seus objetivos (BRASIL, 2016).

A boa governança de organizações públicas atende à demanda da sociedade por racionalização dos gastos públicos, equilíbrio fiscal, estabilidade monetária e investimentos em infraestrutura, saúde, educação, mobilidade urbana, habitação e segurança (TCU, 2014)

A integridade tem como base a honestidade e objetividade, o que impacta diretamente no desempenho e probidade na gestão dos recursos públicos (adaptado de BRASIL, 2016). Também é a propriedade que garante a não violação das informações com intuito de protege-las contra alteração, gravação ou exclusão indevida, acidental ou proposital (adaptado de BRASIL, 2014b). Exigindo a condução dos trabalhos com uma atitude objetiva, baseada em fatos, não partidária, e não ideológica em relação às auditorias e aos usuários de seus relatórios (adaptado de BRASIL, 2010a).

Os comportamentos e ações consistentes com um conjunto de princípios e padrões éticos ou morais adotados por indivíduos e instituições, cria uma barreira para a corrupção (INTEGRITY, TI, tradução livre). Trazendo a Integridade para a Administração Pública, permitindo que esta possa entregar

os resultados esperados pela população de forma adequada, imparcial e eficiente (adaptado de BRASIL, 2015c).

Na execução do PDI 2019-2023, o IFSP deverá ajustar seus regimentos internos, normativos, manuais operacionais e códigos de conduta aos conceitos e procedimentos relacionados à Governança, Integridade, Gestão de Riscos e Controles a serem adotadas por todas as instâncias da instituição.

Dessa forma, deverão ser adotadas as seguintes ações visando a sistematização de práticas que levem o IFSP a esse objetivo:

- Criar estruturas institucionais com composição representativa de toda a comunidade do IFSP, definir claramente sua natureza, competências, finalidade e como será o seu funcionamento;
- Observar as sistematizações necessárias para registros de informações, controles e acompanhamento dos processos e documentos relacionados ao exercício das competências definidas;
- Definir os instrumentos e recursos necessários que permitam a execução dos trabalhos e efetivo encaminhamento das proposições, sua apreciação e deliberações;
- Estruturar os processos para a gestão relacionada ao conhecimento, análise, aprovação, organização e implementação de todas as iniciativas relacionadas à governança, integridade, gestão de riscos e controles internos no âmbito das instâncias do IFSP de maneira institucional.

1.5.2 Compliance

Uma breve introdução ao relevante tema.

O que significa compliance? O termo compliance tem origem da língua inglesa to comply, que significa agir de acordo com uma regra, uma instrução interna, um comando ou um pedido, ou seja, estar em “compliance” é estar em conformidade com leis e regulamentos externos e internos. Assim, manter uma estrutura organizacional em conformidade significa atender aos normativos, principalmente dos órgãos reguladores, de acordo com as atividades desenvolvidas, bem como dos regulamentos internos, principalmente aqueles inerentes ao seu controle interno.

Para tanto é fundamental que que toda estrutura organizacional esteja comprometida, principalmente aqueles que possuem grande responsabilidade jurídica, normativa em seus atos administrativos, para garantir a conformidade desejada pelo Instituto e exigida pela sociedade.

É impossível definir normas e procedimentos internos para garantir a tão sonhada conformidade sem que haja um profundo conhecimento dos gestores, principalmente aqueles de alto poder de decisão, sem dúvida nenhuma essa prática deve se estender a todos os servidores, porém tudo deve acontecer ao seu tempo.

Temos em nossa legislação um horizonte a seguir:

- **Portaria N° 784/2016 – CGU - Instituir o Programa de Fomento à Integridade Pública - PROFIP, com o objetivo de orientar e capacitar os órgãos, autarquias e fundações do Poder Executivo Federal a implementar Programas de Integridade**
- **DECRETO N° 9.203, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017 - Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.**
- **Portaria N° 1089/2018 – CGU - dispõe sobre as fases e os procedimentos para a estruturação, a execução e o monitoramento dos programas de integridade dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.**

Sendo esse último o principal que regulamenta o Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017.

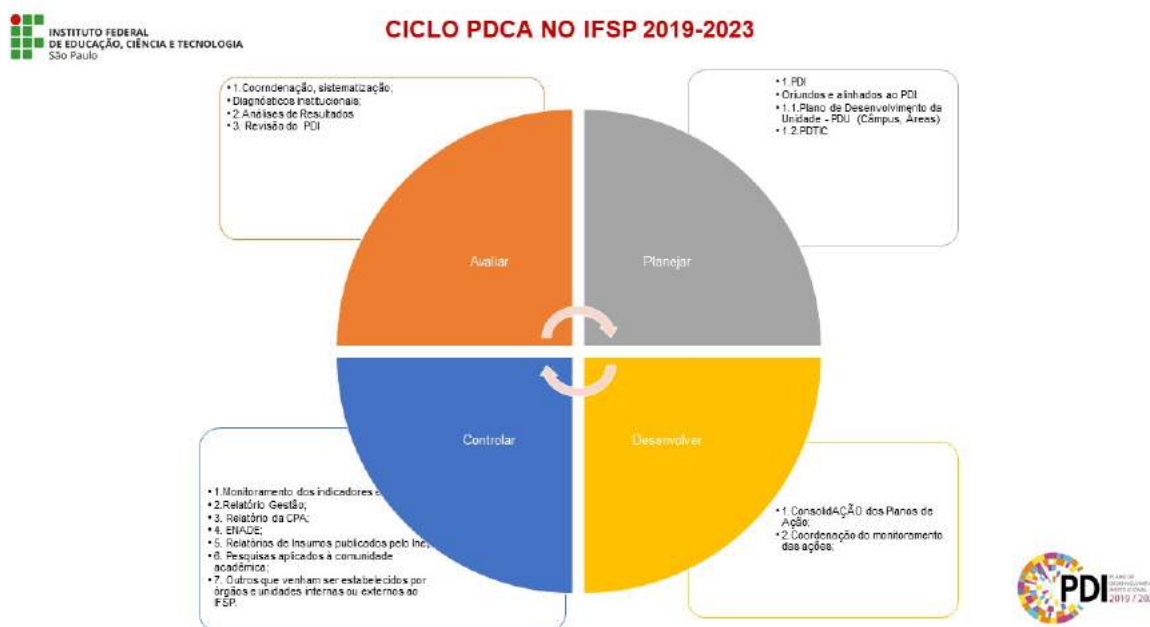
Diante disso, é necessário que seja implementada nos próximos anos política voltada ao desenvolvimento da ideia de Compliance, para tanto, cabe destacar alguns pontos fundamentais à implantação:

- Criação de uma equipe de apoio devidamente qualificada para dar o assessoramento aos gestores;
- Promover a difusão de informações das práticas e planos de integridade;
- Definir áreas de maior vulnerabilidade para uma atuação prioritária;
- Qualificar/instruir gestores e demais servidores e
- Fazer com que a ideia de conformidade se torne parte intrínseca do IFSP.

1.5.3 Monitoramento do Ciclo PDCA no IFSP

O ciclo PDCA (sigla do inglês: Plan – Do- Check- Act ou Adjust) é um método que se tornou popular por Edwards Deming em 1986, utilizado dentro da Gestão da Qualidade para a melhoria dos processos de desenvolvimento de produtos e organizações, o método é uma sequência de etapas que devem ser utilizadas para a efetividade da melhoria nos processos, a figura XX exemplifica essas etapas dentro do IFSP.

Figura 14: Ciclo PDCA no IFSP 2019-2023



Fonte: IFSP, 2019

- a. O Desenvolver, será a etapa de implementação dos planos de cada um dos desafios propostos que estão elucidados nos planos compostos por programas e/ou projetos;
- b. O Controlar, diversos instrumentos e métodos combinados serão aplicados, de acordo com especificidades e demandas necessárias, perspectivas e estudo exigidos pela própria dinâmica e performance do IFSP;

- c. Avaliação, seguirá os princípios filosóficos e pedagógicos do IFSP, viabilizando a aferição das opiniões dos atores envolvidos em todo o processo educativo do Instituto, de forma dialogada, global e anual. As técnicas utilizadas poderão ser reuniões técnicas, questionários, bem como, métodos que possibilitem a transparência e cooperação de toda a comunidade acadêmica.

Sendo assim, o Monitoramento e Avaliação do IFSP deverá ser um processo institucionalizado, propiciando o controle e o desenvolvimento do IFSP através dos instrumentos:

1. Monitoramento dos indicadores e metas;
2. Relatório Gestão;
3. Relatório da CPA;
4. ENADE;
5. Relatórios de Insumos publicados pelo Inep;
6. Pesquisas aplicadas à comunidade acadêmica;
7. Outros que venham ser estabelecidos por órgãos e unidades internas ou externos ao IFSP.

A fase de Controle do PDI 2019-2023 se dará no conjunto de atividades de Monitoramento Institucional do IFSP que engloba a coleta, o processamento e a apresentação de dados e indicadores da reitoria e seus câmpus. O objetivo dessas atividades é aumentar o grau de transparência pública e subsidiar o planejamento e a avaliação do desenvolvimento institucional.

O PDI 2019/2023 prevê o acompanhamento de dois perfis de indicadores:

- a. Indicadores Regulatórios: são os indicadores elencados no “Manual para cálculo dos indicadores de gestão das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – 2.0” (MEC, 2016), estabelecidos por legislação e outras normativas, conforme indicados pelo Quadro 22;

Quadro 19 - Indicadores Regulatórios do PDI-IFSP 2019-2023.

Normativa	Indicador(es)
Estratégias 11.11 e 12.3 do anexo à Lei Nº 13.005/2014	1. Relação de Alunos por Professor
Art. 8º da Lei Nº 11.892/2008	2. Percentual de Vagas Equivalentes em Cursos Técnicos 3. Percentual de Vagas Equivalentes em Cursos de Formação de Professores, inclusive Licenciatura
Acórdão nº 2.267/2005 – TCU/Plenário	4. Relação de Candidatos por Vaga (RCV) 5. Relação de Ingressos por Matrícula Atendida (RIM) 6. Relação de Concluintes por Matrícula Atendida (RCM) 7. Eficiência Acadêmica de Concluintes (EAC) 8. Índice de Retenção do Fluxo Escolar (RFE) 9. Relação de Alunos por Docentes em Tempo Integral (RAD) 10. Titulação do Corpo Docente (TCD) 11. Gasto Corrente por Aluno (GCA) 12. Gastos com Pessoal (GCP) 13. Gastos com Outros Custeios (Excluído Benefícios e Pasep) (GOC) 14. Gastos com Investimentos (CGI) 15. Matriculados Classificados de Acordo com a Renda Familiar per Capita (MRF)
Permanência e Êxito - Ofícios-Circulares Nº 60/2015 e Nº 77/2015 e Nota Informativa Nº 138/2015	16. Taxa de Retenção 17. Taxa de Conclusão 18. Taxa de Evasão 19. Taxa de Reprovação 20. Taxa de Matrícula Continuada Regular 21. Taxa de Matrícula Continuada Retida 22. Taxa de Efetividade Acadêmica 23. Taxa de Saída com Êxito 24. Taxa de Permanência e Êxito
Termo de Acordo de Metas e Compromissos	25. Índice de Eficiência da Instituição 26. Índice de Eficiência da Instituição 27. Índice de Eficácia da Instituição (Modelo 2) 28. Alunos matriculados em relação à força de trabalho 29. Matrículas nos cursos técnicos 30. Matrículas nos cursos para a formação de professores e Licenciaturas 31. Vagas e matrículas PROEJA
Decreto Nº 5.840 - PROEJA	32. Percentual de Vagas Equivalentes em Cursos de Proeja

Fonte: Manual para cálculo dos indicadores de gestão das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – 2.0” (MEC, 2016).

b. Indicadores PDI: são os indicadores estabelecidos no capítulo do Perfil Institucional, ligados aos sete desafios definidos para o quinquênio 2019-2023.

O monitoramento do IFSP possibilitará o acompanhamento aberto dos indicadores e metas do Instituto, para tanto, um conjunto de painéis de

monitoramento institucional já vem sendo desenvolvido pela Diretoria de Desenvolvimento Institucional (DDI), ligada à Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional-PRD, a partir dos Indicadores Regulatórios e outros dados da instituição e suas unidades. Os painéis desenvolvidos ficam disponíveis ao público em geral na plataforma online Tableau Public, com endereço publicado na página da DDI-PRD. Sendo definidos durante o processo de elaboração do PDI 2019-2023, os Indicadores PDI poderão ser apresentados nessa mesma Plataforma para fins de transparência, planejamento e avaliação institucional.

1.5.4 Desdobramento do PDI: Plano de Desenvolvimento da Unidade (PDU)

Os Institutos Federais são regidos pelo princípio constitucional de indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão. Conseqüentemente, os diversos instrumentos apresentados anteriormente contemplam aspectos relacionados às dimensões formativas.

De forma complementar a esses mecanismos, faz-se necessária a definição de diretrizes que corroborem com a consolidação de uma cultura institucional pautada no planejamento, no acompanhamento e na avaliação de forma sistêmica. Tendo como premissas o envolvimento dos stakeholders, a democratização de processos decisórios, a melhoria contínua e a abordagem de projetos e processos, as Unidades (Pró-reitorias, Câmpus, Diretorias Sistêmicas e Órgãos de Assessoramento) apresentarão seus Planos de Desenvolvimento da Unidade-PDU (ANEXO I) que dialogam com os desafios institucionais, bem como ampliam as discussões relacionadas a cada dimensão formativa.

O PDU apresenta as ações, os objetivos e as metas de cada Unidade de forma sucinta e objetiva garantir a todos e a todas o desdobramento das propostas apresentadas neste PDI, além de facilitar seu acompanhamento. Cada ação deverá prever mecanismos de acompanhamento e avaliação próprios.

Nas ações, além do PDCA, poderão ser utilizadas outras metodologias de gestão de qualidade, considerando a diversidade de programas e projetos apresentados. A escolha das ferramentas deve considerar, em especial, sua

compatibilidade com a ação a ser desenvolvida e a afinidade/domínio da equipe gestora da ação. Ademais, recomenda-se que sejam utilizadas práticas consolidadas presentes no Project Management Body of Knowledge (PMBOK) sempre que possível.

Destaca-se que, durante a vigência deste PDI, os gestores das ações ora apresentadas devem se debruçar na construção ou na consolidação de indicadores, sistemas de indicadores ou indicadores sintéticos que permitam a melhor apreensão do desenvolvimento da instituição e corroborem com a garantia do contínuo aprimoramento da gestão.

1.5.5 Avaliação do Desenvolvimento Institucional

I-Avaliação do Relatório de Gestão

O Relatório de Gestão é uma exigência legal e prevê a Prestação de Contas dos gestores por meio da divulgação das ações executadas e avaliação dos resultados obtidos ao longo do exercício, é também a principal peça da prestação de contas anual da Instituição junto aos órgãos de controle (TCU e CGU). Sua elaboração visa facilitar a auditoria dos órgãos de fiscalização do Governo Federal, bem como permitir ao público de uma forma geral conhecer os resultados, através da publicidade e transparência dos atos. O Relatório de Gestão pode sofrer alterações anuais, tanto na forma como no conteúdo, uma vez que são regulamentadas por Decisões Normativas, específicas para cada exercício, que emanam do TCU; por Portaria, também anual, da Controladoria Geral da União; e por Instruções Normativas da Secretaria do Tesouro Nacional.

A boa gestão de recursos públicos pressupõe não apenas a conformidade dos procedimentos adotados com a lei, mas, também a eficácia, eficiência e efetividade das ações, cabendo, por conseguinte, à prestação de contas evidenciar sob tais aspectos a gestão realizada. Dessa forma, considerando os aspectos acima citados e a relevância do Relatório de Gestão como mecanismo de transparência e controle das ações realizadas durante o ano, em 2013, foi criada a Coordenadoria de Comunicação, para entre outros

assuntos pertinentes ao desenvolvimento institucional, ficar responsável pela coleta dos dados, elaboração e acompanhamento do Relatório de Gestão junto ao TCU. Esta coordenadoria está ligada à Diretoria de Desenvolvimento Institucional.

Para garantir o desenvolvimento institucional, é fundamental assegurar instrumentos e ferramentas de gestão que atuem como meios para alcançar o cumprimento da missão e dos desafios do IFSP. Esses dois instrumentos de gestão – Planejamento e Relatório de Gestão – constituem duas ações de suma importância para, respectivamente, planejar as ações estratégicas da instituição, com vistas ao cumprimento das suas finalidades e tornar públicas as ações institucionais. Principalmente, com o objetivo de propiciar uma avaliação detalhada da Instituição, tanto para cumprir obrigações legais junto aos órgãos de controle, quanto para gerar transparência e controle social para a comunidade interna e externa.

II. Comissão Própria de Avaliação

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) tem como objetivo coordenar os processos de avaliação internos da instituição (autoavaliação), de acordo com as diretrizes, critérios e estratégias estabelecidas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei nº10.861, de 14 de abril de 2004, e em consonância com os princípios, diretrizes e critérios institucionais definidos e aprovados pela Resolução nº 199, de 13 de dezembro de 2010.

A autoavaliação caracteriza-se por um processo mediante o qual a instituição, com a participação de todos os seus segmentos, analisa-se internamente na perspectiva de relacionar o que efetivamente é com o que deseja ser, de refletir sobre suas realizações, sobre o modo como se organiza, governa-se e atua. Segundo as diretrizes do SINAES, tal processo deve engendrar a análise situacional de, ao menos, dez dimensões institucionais: missão e PDI; políticas para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação e a extensão; responsabilidade social; comunicação com a sociedade; políticas de pessoal e de carreira; organização e gestão; infraestrutura física; planejamento e autoavaliação; políticas de atendimento aos estudantes; sustentabilidade

financeira.

Compete à CPA a condução, sistematização e divulgação das etapas e resultados dos processos de autoavaliação institucional; a prestação de informações ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) e o acompanhamento dos processos externos de avaliação e regulação da instituição e de seus cursos (recredenciamento institucional e reconhecimento dos cursos); a execução de um processo colaborativo de revisão e aperfeiçoamento de práticas, tendo por referências os objetivos definidos neste documento. Como desdobramentos dessas competências, têm-se: a proposição e coordenação de estudos e projetos visando à melhoria do processo avaliativo, a vivência de uma cultura de avaliação e reflexão e a sedimentação de um sistema de informação por meio de um trabalho contínuo e cumulativo de documentação; o acompanhamento de visitas in loco, realizadas por comissões externas de avaliação; o acompanhamento dos resultados do ENADE e dos dados referentes à evasão; o estímulo à proposição de ações em resposta aos dados e o levantamento dessas ações; a divulgação, às comunidades interna e externa à instituição, de todas as atividades desenvolvidas pela CPA.

A fim de realizar sua missão, a CPA deve, portanto, constituir-se como órgão de representação acadêmica e social, devendo, na sua composição e no desenvolvimento de suas funções, assegurar a participação dos sujeitos envolvidos no processo. São considerados sujeitos da avaliação todos os membros da comunidade do IFSP, bem como os membros da comunidade externa designados para tal fim.

Norteando-se pelos princípios da transparência, exequibilidade, fidedignidade e ética, a CPA deve atuar com autonomia em relação aos órgãos dirigentes e deliberativos existentes na instituição, estruturando-se internamente de acordo com suas necessidades e com os termos de seu regulamento e da legislação em vigor.

Cada um dos câmpus do IFSP que ofereça cursos de graduação deve constituir uma Comissão de Avaliação Institucional – CPA composta por: até dois representantes do corpo docente, até dois representantes do corpo técnico administrativo e até dois alunos de cada um dos cursos de graduação ofertados, todos eleitos por seus pares, em processo organizado pela Direção Geral do

Câmpus a quem caberá, em caso de ausência de candidatos, indicar os representantes desses segmentos.

Caberá, ainda, à Direção Geral do Câmpus realizar processo de consulta à comunidade interna e externa para indicação de até dois representantes da sociedade civil organizada, preferencialmente oriundos de segmentos que possuam relações de proximidade com o Câmpus.

Os membros das CPAs dos Câmpus elegerão, na primeira reunião, convocada pela Direção Geral do Câmpus, seus presidentes, os quais comporão a Comissão Própria de Avaliação Central a qual contará, ainda, com um membro de cada uma das Pró-Reitorias e do Gabinete da Reitoria.

Caberá à Direção Geral de cada um dos Câmpus publicar portaria de constituição da CPA local assim como garantir as condições para execução das suas atividades.

Caberá ao reitor e pró-reitores o processo de escolha dos representantes da CPA da Reitoria os quais juntamente com os presidentes das comissões locais, por meio de processo conduzido pela Reitoria, farão a indicação do Presidente da CPA Central.

Caberá à Reitoria publicar portaria de constituição da CPA Central, em que deverão constar os nomes do Presidente e dos representantes da Reitoria sendo complementada pelas portarias locais, às quais deverá fazer menção.

Caberá à Reitoria o apoio à CPA Central garantindo pleno acesso aos dados institucionais; suporte técnico e logístico; infraestrutura e recursos humanos.

III- Avaliação Externa

As funções de supervisão e monitoramento de instituições de educação superior - IES no sistema federal de ensino, são estabelecidas pelo Ministério da Educação e são realizadas por meio de ações preventivas ou corretivas, cujo objetivo é zelar pela regularidade e pela qualidade da oferta dos cursos de graduação e de pós-graduação lato sensu, nas modalidades presencial e a distância, e das instituições de educação superior que os ofertam, e buscarão

resguardar o interesse público (PN Nº 22, 2017). A regularidade citada se refere ao cumprimento das normas que regem a oferta da educação superior e a qualidade está diretamente relacionada aos resultados obtidos nos indicadores e conceitos atribuídos nas avaliações realizadas nas instituições e nos cursos.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, instituído pela Lei Nº 10.861 de 14 de abril de 2004, estabelece os padrões de qualidade esperados e as normativas que complementam a Lei orientam as especificidades que devem ser obedecidas. A observância aos atos autorizativos para o funcionamento da IES e para a oferta de cursos superiores de graduação e de pós-graduação lato-sensu remete a parâmetros de qualidade que, por sua vez, estão estabelecidos nos instrumentos de avaliação do SINAES.

A Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior – SERES, UNIDADE DO Ministério da Educação responsável pela regulação e supervisão das Instituições de educação Superior, públicas e privadas, pertencentes ao Sistema Federal de Educação Superior e pelos cursos superiores de graduação do tipo bacharelado, licenciatura e tecnológico, e de pós-graduação lato sensu, todos na modalidade presencial ou a distância, zela para que a legislação educacional seja cumprida e para as quais o IFSP se submete. Com a premissa de induzir a elevação da qualidade do ensino, e o faz por meio da publicação de diretrizes que visam a expansão de cursos e instituições, utiliza o sistema e-MEC para tramitar os processos de avaliação.

No ano de 2017, o MEC, juntamente com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, revisou e publicou as normas pertinentes à avaliação suscitando as IES às análises e adequações relativas aos indicadores de qualidade para os cursos superiores de graduação. No que tange ao credenciamento institucional, as dez dimensões previstas no SINAES estão agora contempladas em cinco eixos, quais sejam, planejamento e avaliação institucional, desenvolvimento institucional, políticas acadêmicas, políticas de gestão e infraestrutura. O IFSP obteve o seu credenciamento no ano de 2016, com Conceito Institucional - CI 4 (quatro), válido por oito anos, momento em que será novamente submetido à avaliação, corroborando com o processo de verificação institucional para garantia da qualidade da Educação no Brasil.

A partir da entrada das instituições de ensino superior (IES) no Sistema Federal de Ensino, os cursos de graduação devem ter autorização para iniciar suas atividades, para depois receberem o reconhecimento do curso, que possibilitará à IES emitir diplomas aos graduados. Posteriormente, de acordo com a legislação pertinente, as instituições se submetem a processo avaliativo periódico para obter a renovação do reconhecimento, necessário para a continuidade da oferta. No âmbito dos cursos superiores de graduação, o IFSP possui autonomia para autorização de seus cursos, realizado pelo Conselho Superior – CONSUP e as avaliações acontecem para os atos regulatórios de reconhecimento e renovação de reconhecimento. As avaliações ocorrem nos cursos por meio do instrumento de avaliação de três dimensões, organização didático-pedagógica, corpo docente e tutorial e infraestrutura.

Com o objetivo de aperfeiçoar os procedimentos de regulação, supervisão e avaliação da educação superior, o Ministério da Educação publicou ao longo do ano de 2017, toda uma série de legislações, por meio de Decretos, Portarias e Instruções Normativas, fruto da análise das normas existentes e reorganizou as ações do INEP para a atuação junto às Instituições. O grande objetivo foi o de reduzir o tempo de análise, desburocratizar os fluxos e, ao mesmo tempo, conseguir maior qualidade na atuação regulatória do MEC. O Decreto 5.773 e a Portaria 40, após 11 anos de vigência, recebeu estudos substanciais e foram revogados pelo Decreto 9.235 e Portaria Normativa 23.

Tais mudanças proporcionaram a oportunidade de revisão nos processos externos e, conseqüentemente, exigirão do IFSP o trabalho profícuo de reflexão de seus procedimentos internos para a adequação aos novos referenciais que refletem a evolução das relações sociais, econômicas, os currículos dos cursos e a normativa interna que subsidia os câmpus na trajetória institucional de excelência acadêmica. As atualizações abrangeram significativamente a educação a distância, momento em que o IFSP inicia de forma mais abrangente e tecnologicamente eficiente a oferta de cursos nessa modalidade.

Para imprimir sequencialidade aos pressupostos regulatórios, o IFSP se propõe para o novo quinquênio as seguintes diretrizes no que tange às avaliações externas:

Orientar, acompanhar e subsidiar continuamente os atos regulatórios de recredenciamento do IFSP, reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos do IFSP; Promover formação à comunidade do IFSP acerca da legislação vigente e suas respectivas alterações e novas normas; Contribuir para a contínua adaptação do IFSP às normas externas de qualidade na Educação; Acompanhar as metas do Plano Nacional de Educação nas especificidades inerentes à atuação do IFSP; Acompanhar a geração de evidências consubstanciadas dos indicadores de qualidade do IFSP que deverão subsidiar as avaliações externas.

IV - REVISÃO DO PDI

Alterações de regulamentações, políticas, legislação, cenário socioeconômico, juntamente aos processos de monitoramento e avaliação do PDI podem gerar demandas de ajustes no referido plano, tanto nas questões de indicadores de desempenho como na oferta de cursos e vagas, por exemplo. Nesse sentido, ajustes poderão ser necessários. Orienta-se, portanto, que o monitoramento aconteça durante 10 meses de implantação do plano, a avaliação entre o 11º e 12º mês e as adequações necessárias entre o 13º e 18º mês. Ou seja, em 2020.1 este PDI poderá passar por alterações naquilo que for necessário ao atendimento dos desafios e balizadores institucionais.

Com o objetivo de consolidar as estratégias institucionais, recomenda-se ainda que o PDI passe por duas revisões, a primeira em 2020.1, com um ano de implantação, a segunda 2022.1.

2 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

2.1 PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E PEDAGÓGICOS

Como instituição educativa, o IFSP tem a autonomia para estabelecer o seu Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e para executá-lo e avaliá-lo. A autonomia e a gestão democrática fazem parte da própria natureza do ato pedagógico e devem transparecer em seu projeto político-pedagógico. Assim a importância e a necessidade de se construir relações democráticas que criem um ambiente institucional propício ao diálogo e à participação. De tal modo, o PPI deve resultar de amplas discussões da comunidade educativa, que é toda aquela que participa e atua nas questões relativas ao processo educativo e de gestão nesta instituição pública.

Neste sentido, reconhecendo a importância do Projeto Pedagógico Institucional, este documento tem sido revisitado por comissões locais constituídas por docentes, discentes e técnicos-administrativos dos diversos campi do IFSP. O constante processo de revisão deste documento tem possibilitado discutir e reafirmar, de forma conjunta, os princípios norteadores da instituição, assim como o compromisso com a oferta de uma educação pública, gratuita e de qualidade.

Entendemos que a sociedade contemporânea é marcada por profundas contradições nos aspectos econômico, social, político e cultural, muitas vezes fundados no individualismo e na competitividade. O mundo atual caracteriza-se pela fragmentação e dispersão da produção econômica, pela hegemonia do capital financeiro, pela rotatividade de mão de obra, pela obsolescência vertiginosa das qualificações para o trabalho, em decorrência do surgimento incessante de novas tecnologias, e pelo desemprego estrutural, causando exclusão social, econômica e política.

Esse entendimento de mundo globalizado respalda a discussão sobre a identidade do IFSP como canal de construção de diálogos e compromisso com a educação pública, gratuita, e de qualidade, compreendida como recurso necessário para a transformação dessa realidade. Nesse sentido, Paulo Freire (1989) afirma que:

Uma Escola Pública popular não é apenas a que garante acesso a todos, mas também aquela de cuja construção todos podem participar, aquela que realmente corresponde aos interesses populares, que são os interesses da maioria; é, portanto, uma escola com uma nova qualidade, baseada no empenho, numa postura de solidariedade, formando a consciência social e democrática. (SÃO PAULO, 1989, p.10).

A partir dessas considerações, sustentamos também que:

Como agentes políticos comprometidos com um projeto democrático e popular, precisamos ampliar a abrangência de nossas ações educativas. A educação necessita estar vinculada aos objetivos estratégicos de um projeto que busque não apenas a inclusão nessa sociedade desigual, mas também a construção de uma nova sociedade fundada na igualdade política, econômica e social. Essa sociedade em construção exige uma escola ligada ao mundo do trabalho, numa perspectiva radicalmente democrática e de justiça social (PACHECO, 2011, p. 8)

Assim, partimos de alguns pressupostos e concepções. Compreendemos o ser humano como ser sócio-histórico, ou seja, resultado de um conjunto de relações sociais historicamente determinadas, em constante construção e transformação. Nesse sentido, “somos produtos da interação com o meio e todo conhecimento é resultado da construção da relação com o outro” (VYGOSTSKY, 1998). Assim sendo, o desenvolvimento de capacidades, potencialidades, habilidades, competências, valores e atitudes especificamente humanas depende da ação educativa informal e formal existente no meio em que vivemos.

Sendo assim a educação assume papel cada vez mais imprescindível no processo de desenvolvimento social e também econômico. Uma vez que a educação resulta das experiências vivenciadas em todos os espaços da sociedade pela ação do conjunto das organizações em geral. Nesse processo, o poder público e a sociedade, de forma articulada, exercem sua função educadora na busca da construção de uma cultura fundada na solidariedade entre indivíduos, povos e nações (...) (PACHECO, 2011, p. 8)

Compreendemos a educação como instrumento de transformação e de enriquecimento do conhecimento, capaz de modificar a vida social e atribuir maior sentido e alcance ao conjunto da experiência humana.

O processo educativo, dialógico, no contexto da formação humana, deve integrar todas as dimensões da vida: o trabalho, a ciência e a cultura.

O trabalho compreendido como realização humana inerente ao ser

(sentido ontológico) e como prática econômica (sentido histórico associado ao modo de produção); a ciência, compreendida como os conhecimentos produzidos pela humanidade que possibilitam o contraditório avanço das forças produtivas; e a cultura, que corresponde aos valores éticos e estéticos que orientam as normas de conduta de uma sociedade (PACHECO, 2012, p. 59).

A integração dessas dimensões implica tratar a educação como uma totalidade social, pelas múltiplas mediações históricas que concretizam os processos educativos. Dessas dimensões, o trabalho é a primeira mediação entre o ser humano e a realidade material e social, na medida em que proporciona a compreensão do processo histórico de produção científica e tecnológica. É por meio do trabalho que os conhecimentos desenvolvidos e apropriados socialmente transformam as condições naturais da vida e possibilitam a ampliação das capacidades, das potencialidades e dos sentidos humanos.

O trabalho é entendido como um processo que permeia todas as esferas da vida humana. Dá-se, assim, a centralidade do trabalho como práxis que possibilita criar e recriar, não apenas no plano econômico, mas no âmbito da arte e da cultura, linguagem e símbolos, o mundo humano como resposta às suas múltiplas e históricas necessidades. Nessa perspectiva, aproximamo-nos da compreensão do trabalho como princípio educativo (RAMOS, 2004 e FRIGOTTO, 2004), na medida em que coloca exigências específicas para o processo educativo, visando à participação direta dos membros da sociedade no trabalho produtivo. Com isso, a educação deve explicitar o modo como o saber se relaciona com o processo de trabalho, ao propiciar também a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos e sócio-históricos da atividade produtiva, para promover o desenvolvimento intelectual e a apreensão de elementos culturais que configurem a vida cidadã e economicamente ativa.

Assim, insere-se no contexto a educação profissional, em que o conhecimento científico adquire o sentido de força produtiva, focando-se o trabalho como primeiro fundamento da educação como prática social. Ao aprender, compreender e apropriar-se dos conceitos científicos e tecnológicos básicos, transpondo-os na apropriação de técnicas e procedimentos, amplia-se a possibilidade de atuar de maneira autônoma e consciente na dinâmica

econômica da sociedade. Portanto, acreditamos que

A referência fundamental para a educação profissional e tecnológica é o ser humano e, por isso, o trabalho, como categoria estruturante do ser social é seu elemento constituinte. (...) A educação para o trabalho, nessa perspectiva, se entende como potencializadora do ser humano, enquanto integralidade, no desenvolvimento de sua capacidade de gerar conhecimentos a partir de uma prática interativa com a realidade, na perspectiva de sua emancipação – trata-se de uma educação voltada para a construção de uma sociedade mais democrática, inclusiva e equilibrada social e ambientalmente. (PACHECO, 2011, p. 29)

Portanto, a formação humana, cidadã, precede à qualificação para a laboralidade e pauta-se no compromisso de assegurar aos profissionais formados a capacidade de manter-se em desenvolvimento.

O processo educativo desenvolvido no IFSP tem como base a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, com a especificidade de enfatizar as interações entre a instituição educacional e os arranjos produtivos, bem como o desenvolvimento e a difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos a partir da compreensão da relação indissociável entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura, a organização e desenvolvimento curricular, em seus objetivos, conteúdos e métodos.

Assim, reafirma-se o compromisso com uma formação humana e cidadã, integrando ciência, tecnologia e cultura, ao mesmo tempo em que desenvolve a capacidade de investigação científica para a construção da autonomia intelectual.

Se pela formação geral as pessoas adquirem conhecimentos que permitem compreender a realidade, na formação profissional o conhecimento científico adquire, para o trabalhador, o sentido de força produtiva, traduzindo-se em técnicas e procedimentos, a partir da compreensão dos conceitos científicos e tecnológicos básicos que o possibilitarão atuar de maneira autônoma e consciente na dinâmica econômica da sociedade (PACHECO, 2012, p. 69).

Para atender a essa demanda o IFSP oferta educação profissional e tecnológica, atuando em cursos técnicos (que devem totalizar 50% das vagas), preferencialmente na forma integrada com o ensino médio; licenciaturas (tendo como objetivo a oferta de 20% das vagas) e outras graduações, além de especializações, mestrados profissionais e acadêmicos, com a possibilidade de oferta futura de doutorado(s), principalmente voltados para a pesquisa aplicada

de inovação tecnológica. Trabalhamos, então, com: – educação básica, em cursos de ensino médio integrado à educação profissional técnica de nível médio, inclusive na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA);

- ensino técnico concomitante / subsequente;
- cursos de formação profissional continuada;
- graduações tecnológicas, licenciaturas e bacharelados;
- programas de pós-graduação lato e stricto sensu.

Vê-se que a organização pedagógica verticalizada, da educação básica à superior, permite que os discentes compartilhem diferentes espaços de aprendizagem, possibilitando a realização de percursos formativos da educação básica à pós-graduação.

O IFSP ao privilegiar, na oferta de seus cursos, a formação integral do ser humano, o trabalho como princípio educativo, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, e a verticalização curricular, sintoniza-se com a diversidade e com uma visão progressista de mundo, independentemente do nível de ensino em questão.

2.2 POLÍTICAS DE ENSINO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFSP) atua na educação básica e na educação superior, especializado na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, atendendo a diversos eixos tecnológicos e áreas de conhecimento. Tem como característica peculiar uma organização verticalizada, com oferta de cursos da Educação Básica à Educação Superior.

A Educação Profissional e Tecnológica dos Institutos Federais passa, necessariamente, pela defesa de que os processos de formação para o trabalho estejam profundamente ligados à elevação da escolaridade, partindo da Educação Básica. O IFSP reafirma, portanto, o compromisso com a integração e a articulação entre ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos e do desenvolvimento da capacidade de investigação científica. Tais dimensões

se coadunam com a formação humana e cidadã que precede à qualificação para o exercício da laboralidade e pauta-se no compromisso de assegurar aos profissionais formados a capacidade de manter-se permanentemente em desenvolvimento (MEC, 2008).

A essência da Educação Profissional e Tecnológica permanece ativa no IFSP enquanto diretriz elementar, contribuindo para o progresso socioeconômico, pelas ações que dialogam efetivamente com as políticas sociais e econômicas, dentre outras, com destaque para aquelas com enfoques locais e regionais. O IFSP, outrossim, permanece com a verticalização do ensino, uma vez que orienta as políticas de atuação pela oferta de diferentes níveis e modalidades da educação profissional e tecnológica, pactuando com a diversificação da escolarização como forma de efetivar o seu compromisso com a sociedade.

Atualmente os cursos do IFSP estão assim distribuídos no que se refere a níveis e eixos tecnológicos:

Níveis:

Educação Básica:

PROEJA-FIC fundamental: cursos de qualificação profissional articulada ao ensino fundamental na modalidade de educação de jovens e adultos (em parceria com a rede pública de ensino);

PROEJA-FIC médio: cursos de qualificação profissional articulado ao ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos;

PROEJA médio: cursos técnicos integrados ao ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos;

Cursos técnicos na forma integrada ao Ensino Médio;

Cursos técnicos na forma subsequente ao Ensino Médio e,

Cursos técnicos na forma concomitante ao Ensino Médio

Ensino Superior - Graduação:

Tecnologia: São cursos que promovem a formação de profissionais especialistas em nível superior, direcionada a atender os segmentos atuais e

emergentes, em atividades industriais e na prestação de serviços.

Bacharelado: São cursos que promovem a formação de bacharéis na área de ciências experimentais e tecnológicas, possibilitando a atuação do egresso tanto no setor produtivo, quanto no setor de pesquisa e desenvolvimento. Trata-se de uma formação mais generalista dentro da área de conhecimento.

Licenciatura: Formação Inicial e Continuada em nível superior de profissionais do magistério para educação básica em suas etapas - educação infantil, ensino fundamental, ensino médio - e modalidades - educação de jovens e adultos, educação especial, educação profissional e técnica de nível médio, educação escolar indígena, educação do campo, educação escolar quilombola e educação a distância.

Eixos tecnológicos dos cursos técnicos:

Tabela 4 - Número de cursos técnicos de nível médio por eixo em agosto de 2018

Eixo tecnológico	Número de cursos EMI	Número de cursos Concomitantes ou Subsequentes
Ambiente e Saúde	1	1
Controle e Processos industriais	30	27
Desenvolvimento Educacional e Social	--	2
Gestão e negócios	12	16
Informação e Comunicação	24	12
Infraestrutura	5	7
Produção alimentícia	4	-
Produção cultural e design	1	1
Produção industrial	6	4
Recursos Naturais	1	2
Segurança	1	-
Turismo, Hospitalidade e Lazer	2	4
Total	87	76

Fonte: IFSP, 2019

Eixos tecnológicos dos cursos tecnológicos:

Tabela 5 - Número de cursos superiores de tecnologia por eixo em agosto de 2018

Eixo tecnológico	Número de cursos
Ambiente e Saúde	1
Controle e Processos industriais	13
Gestão e negócios	4

Informação e Comunicação	18
Produção alimentícia	3
Produção industrial	4
Turismo, Hospitalidade e Lazer	3
Total	46

Fonte: IFSP, 2019.

Cursos de graduação na modalidade bacharelado:

Tabela 6 - Número de cursos bacharelados em agosto de 2018

Curso	Número de cursos
Administração	2
Agronomia	1
Arquitetura e Urbanismo	1
Ciência da Computação	1
Engenharia de Alimentos	1
Engenharia de Biosistemas	1
Engenharia da Computação	2
Engenharia Civil	3
Engenharia de Controle e Automação	7
Engenharia Elétrica	3
Engenharia de Recursos Renováveis	1
Engenharia Eletrônica	1
Engenharia Mecânica	5
Engenharia de Produção	2
Total	31

Fonte: IFSP, 2019

Cursos de licenciatura:

Tabela 7-Número de cursos de licenciaturas em agosto de 2018

Curso	Número de cursos
Ciências Biológicas/Biologia	5
Física	8
Geografia	1
Letras	5
Matemática	12
Pedagogia	4
Química	9

Formação Pedagógica para não-licenciados	3
Total	47

Fonte: IFSP 2019.

2.2.1 Organização Didática:

O documento que congrega as normas e os procedimentos didático-pedagógico-administrativos de todos os câmpus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) é a Organização Didática. A Pró-Reitoria de Ensino coordenou a revisão do documento, resultando na aprovação pelo Conselho Superior de uma organização didática para cada nível de ensino, a saber: Organização Didática do Ensino Superior, aprovada pela Resolução N° 147/2016, de 06 de dezembro de 2016 e Organização Didática da Educação Básica, aprovada pela Resolução N.º 62/2018, de 07 de agosto de 2018. A revisão da Organização Didática se justificou pela necessidade da atualização de seu conteúdo em relação a demandas não contempladas pela organização didática anterior, de minimizar fatores que contribuem para a retenção dos estudantes nos cursos e de incorporar práticas da estruturação da atual política de ensino do IFSP.

Além disso, houve necessidade de buscar uma ferramenta informatizada mais adequada às demandas do crescimento do IFSP nos últimos anos, com implantação de novos câmpus e novos cursos. Dessa forma, a escolha pelo Sistema Unificado de Administração Pública - SUAP implicou ainda na necessidade de alterações na organização didática.

Educação Básica

I-Cursos técnicos na forma integrada ao Ensino Médio

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFSP) deve garantir, conforme determina a Lei N° 11.892/2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia o mínimo de 50% de suas vagas para ministrar educação profissional técnica de nível médio, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos; e 20% de

suas vagas em cursos de licenciaturas e programas especiais de formação pedagógica, com o objetivo de formar professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional.

O artigo 7º assim define como objetivos dos Institutos Federais:

I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

VI - ministrar em nível de educação superior:

a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

A referida Lei prevê, portanto, prioridade da forma integrada em relação às demais, subsequente ao Ensino Médio ou concomitante a essa etapa da Educação Básica, o que evidencia a estratégia da Lei de criação dos Institutos Federais (IFs) no que diz respeito à vinculação entre desenvolvimento econômico e a elevação da escolarização dos jovens da classe trabalhadora, por meio da ampliação do acesso a uma educação que busca superar a dualidade que separa trabalho formal e trabalho intelectual.

Para Araújo e Frigotto (2005), o ensino médio integrado, não é meramente uma forma de oferta da educação profissional de nível médio, todavia, é uma proposição pedagógica que:

se compromete com a utopia de uma formação inteira, que não se satisfaz com a socialização de fragmentos da cultura sistematizada e que compreende como direito de todos ao acesso a um processo formativo, inclusive escolar, que promova o desenvolvimento de suas amplas faculdades físicas e intelectuais. (ARAÚJO e FRIGOTTO, 2005, p. 62)

Nessa perspectiva, o Ensino Médio Integrado materializa-se como uma possibilidade de formação educacional de qualidade que “expressa uma concepção de formação humana, com base na integração de todas as dimensões da vida no processo educativo, visando à formação omnilateral dos sujeitos”. (BRASIL, 2007).

A concepção de Ensino Médio Integrado pressupõe a superação da dicotomia entre trabalho intelectual e trabalho manual, em outros termos, a divisão social do trabalho. Nesse sentido, compreendemos que a educação integrada expressa a ideia de uma formação humana na sua totalidade na qual o trabalho, em seu sentido ontológico, é um princípio educativo. Para Ciavatta (2012), trata-se:

[...] de superar a redução da preparação para o trabalho ao seu aspecto operacional, simplificado, escoimado dos conhecimentos que estão na gênese científico-tecnológica e na sua apropriação histórico social. Como formação humana o que se busca é a garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para leitura do mundo e para atuação como cidadão. (CIAVATTA, 2012, p.85)

O Plano de Desenvolvimento Institucional relativo aos anos 2014-2018, aponta que é preciso priorizar e consolidar os cursos de Ensino Médio Integrado ao Técnico em todos os campi (p 163).

De fato, a evolução da oferta nos últimos anos evidencia a implementação de cursos de Ensino Médio Integrado em todos os câmpus do IFSP, conforme o quadro abaixo demonstra:

Tabela 8-cursos técnicos de nível médio na forma integrada –em agosto de 2018

Ano	Número total de câmpus (incluindo avançados)	Número de Câmpus com oferta de EMI	Percentual de câmpus com oferta de EMI
2012	25	5	20%
2013	25	5	20%
2014	25	7	28%
2015	28	12	43%
2016	30	23	77%
2017	35	32	91%
2018	36	36	100%

Fonte: IFSP 2019

Deste modo, neste PDI reforçamos, em conformidade com o Plano Nacional de Educação, a estratégia de fomentar a expansão das matrículas gratuitas de ensino médio integrado à educação profissional.

II-Cursos técnicos na forma Subsequente ao Ensino Médio

Os cursos técnicos de nível médio subsequentes são destinados à quem já tenha concluído o Ensino Médio;

III-Cursos técnicos na forma Concomitante ao Ensino Médio

Os cursos técnicos de nível médio concomitantes são destinados a quem esteja cursando esse nível de ensino, efetuando-se matrículas distintas para cada curso;

A tabela abaixo apresenta os cursos técnicos na forma concomitante e subsequentes ofertados pelo IFSP desde 2012 até 2017.

Tabela 9- Oferta por curso técnico na forma concomitante/subsequente dos anos 2012 a 2017

Número de Técnicos Concomitantes/Subsequentes						
Administração	1	2	5	7	8	9
Agroindústria	2	1	0	1	1	1
Agronegócio	3	2	1	1	1	1
Alimentos	1	1	0	0	0	0
Aquicultura	1	1	1	1	1	1
Automação Industrial	10	9	9	8	8	8
Comércio	3	2	2	1	1	1
Design de Interiores	0	0	0	1	1	1
Desenvolvimento de sistemas	0	0	0	0	0	1
Edificações	6	7	7	7	8	8
Eletroeletrônica	1	1	1	2	3	3
Eletrônica	0	0	0	0	2	3
Eletrotécnica	2	2	2	4	4	4
Eventos	2	2	2	3	3	3
Fabricação Mecânica	1	2	2	2	2	2
Hospedagem	0	1	0	0	1	1
Informática	6	6	4	4	1	2
Informática para Internet	1	1	2	2	2	2
Logística	1	1	2	3	3	4
Manutenção de Aeronaves em Célula	0	0	0	1	1	1
Manutenção e Suporte em Informática	7	6	3	3	3	4
Mecânica	5	5	5	4	5	5
Mecatrônica	3	4	2	3	3	3
Meio Ambiente	0	0	0	1	1	0
Qualidade	0	0	0	1	1	1
Química	2	2	2	2	2	1
Telecomunicações	1	1	1	1	1	1

Fonte: IFSP, 2019

No IFSP os Projetos Pedagógicos de Curso têm sido elaborados considerando como público, estudantes que ainda não concluíram o ensino médio - para os quais se destinam os cursos na forma concomitante - e estudantes que já concluíram o Ensino Médio - para os quais se destinam os cursos na forma subsequente. A caracterização institucional inscrita na lei possibilita aos Institutos Federais de Educação uma atuação bastante diversificada em termos de ofertas educativas.

Embora, como já assinalamos no texto, o Ensino Médio Integrado tem precedência em relação a outras formas de oferta da educação básica, as finalidades, características e objetivos dispostas na lei de criação indicam que a instituição deve atender também a outras demandas. São elas demandas sociais de formação e qualificação dos cidadãos e do mundo do trabalho com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional; estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional.

Nesse sentido, otimizando os recursos de infraestrutura física e humana presentes nos câmpus, a oferta formativa deve estar orientada em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural.

Podemos identificar basicamente dois perfis de estudantes para os cursos dos itens acima:

- 1) De trabalhadores que, tendo concluído anteriormente o Ensino Médio, se interessem por cursos técnicos de nível médio, seja para acesso ou reinserção no processo produtivo, para formação continuada, qualificação profissional, ou por interesse pessoal;
- 2) De alunos matriculados no Ensino Médio em escolas regulares que queiram cursar ao mesmo tempo cursos técnicos de nível médio, seja para ampliar as possibilidades de empregabilidade, seja por interesse em conhecer o eixo tecnológico ao qual tal curso está vinculado, dentre outras possibilidades.

Entretanto, no atendimento às expectativas da comunidade por

qualificação em mundos do trabalho em constante transformação em termos tecnológicos, gerenciais e organizacionais é preciso reconhecer que a qualificação para o exercício profissional sem a formação humana e cidadã não promove transformações significativas para o trabalhador e para o desenvolvimento social. Por essa razão, o conhecimento deve ser tratado em sua completude, nas diferentes dimensões da vida humana, integrando ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos na perspectiva de ultrapassar o rígido limite traçado pelas disciplinas convencionais.

IV- Educação de Jovens e Adultos

A Educação de Jovens e Adultos de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 9394/96 consiste em uma modalidade de ensino que deve ser assegurada pelos sistemas de ensino gratuitamente àqueles que não puderam efetuar os estudos na idade regular. A estes deverão ser oferecidas oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. A mesma lei define que a educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional.

Por sua vez o Decreto Nº 5.840, de 13 de julho de 2006 instituiu, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA e determinou que as instituições federais de educação profissional disponibilizassem ao PROEJA, no mínimo, dez por cento do total das vagas de ingresso da instituição, tomando como referência o quantitativo de matrículas do ano anterior, ampliando essa oferta a partir do ano de 2007.

Para a educação de jovens e adultos, o Plano Nacional de Educação estabelece como meta para o período 2014 a 2024 oferecer, no mínimo, vinte e cinco por cento das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

No Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFSP dos vinte e cinco câmpus em funcionamento no ano de 2012, três deles ofereciam cursos nessa modalidade.

Com o intuito de ampliar a oferta a Diretoria de Educação Básica da Pró-Reitoria de Ensino retomou estudos sobre o PROEJA e também preparou uma minuta de Resolução a fim de organizar tais cursos no IFSP. No mês de abril de 2015 realizou um Seminário denominado “Percurso e perspectivas do Proeja no IFSP” com participantes de todos os câmpus. Em 02 de junho de 2015 a Resolução foi aprovada pelo Conselho Superior estabelecendo Diretrizes para os Cursos do PROEJA no IFSP.

Além disso, a revisão do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) para o período de 2014 a 2018 representou outro marco para a ampliação da oferta em curso no IFSP haja vista que se constituiu em um momento de esclarecimento e discussão junto à comunidade quanto ao papel da Rede Federal de Ensino na garantia do direito à educação dos jovens e adultos.

Nos anos de 2017 e 2018 a Diretoria de Educação Básica (PRE-IFSP) intensificou o acompanhamento e orientação às Comissões de Elaboração e Implementação de Cursos (CEICs), inclusive com visitas aos trinta e seis câmpus em atividade.

Como resultado o IFSP oferta atualmente com dez cursos na modalidade Educação de Jovens e Adultos. Destes, seis PROEJA-médio, um PROEJA-FIC médio oferecido integralmente pelo câmpus e três PROEJA-FIC fundamental em parceria com as redes municipais de ensino.

O quadro abaixo demonstra a evolução de oferta nos câmpus desde 2012 até 2018.

Tabela 10-PROEJA por câmpus

Ano	Número total de câmpus (incluindo avançados)	Número de Câmpus com oferta de PROEJA	Percentual de câmpus com oferta de PROEJA
2012	25	3	12%
2013	25	3	12%
2014	25	3	12%
2015	28	4	16%
2016	30	5	17%
2017	35	5	15%
2018	36	10	28%

Fonte: IFSP, 2019

Cumpra ao IFSP prospectar o disposto na meta 10 do Plano Nacional de Educação, no que diz respeito à organização da oferta da Educação de Jovens e Adultos articulada à educação profissional, inclusive no que se refere à reconhecimento de saberes e atendimento a pessoas privadas de liberdade.

Para o PDI 2019-2023, em continuidade à política de ensino em vigor, em consonância com a Lei N° 11.892/2008, o Plano Nacional de Educação, e considerando que a Educação Profissional é uma importante estratégia para o efetivo acesso às conquistas científicas e tecnológicas da sociedade; impõe a superação do enfoque tradicional da formação profissional baseado apenas na preparação para execução de um determinado conjunto de tarefas. Requer, além do domínio operacional de um determinado fazer, a compreensão global do processo produtivo, com a apreensão do saber tecnológico, a valorização da cultura do trabalho e a mobilização dos valores necessários à tomada de decisões no mundo do trabalho e deve estar centrada no compromisso de oferta de uma Educação ampla e politécnica, cumpra-nos:

- Ampliar a oferta de vagas e/ou cursos técnicos na forma integrada ao Ensino Médio, tornando-a prioridade em todos os câmpus do IFSP;

- Consolidar o Ensino Médio Integrado pela discussão dos princípios norteadores que sustentam sua concepção político-pedagógica;
- Ampliar a oferta dos cursos na modalidade Educação de Jovens e Adultos;
- Rever a resolução que trata dos cursos de Educação de Jovens e Adultos quanto à organização curricular e à distribuição de carga horária e o disposto na meta 10.6 do PNE: estimular a diversificação curricular da educação de jovens e adultos, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo inter-relações entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógicos adequados às características desses alunos e alunas;
- Discutir a política de oferta dos cursos técnicos nas formas concomitante e subsequente, em especial a partir dos arranjos produtivos locais, da demanda e das taxas de conclusão;
- Elaborar participativamente currículos de referência para todos os cursos do IFSP, contribuindo com a consolidação da identidade destes cursos;
- Estruturar programas de formação continuada e repositório das práticas que se constituirão a partir das diretrizes para o Ensino Médio Integrado do IFSP, considerando como base de organização curricular a politecnia, o trabalho como princípio educativo; a pesquisa como princípio pedagógico e o currículo integrado.
- Elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos técnicos de nível médio;
- Estabelecer parâmetros de avaliação da educação básica no IFSP;
- Promover ações articuladas ao Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) e ao Núcleo de Estudos sobre Gênero e Diversidade Sexual (NUGS) a fim de promover o respeito à diversidade, a promoção da acessibilidade, bem como a eliminação das barreiras educacionais e atitudinais, viabilizando a consolidação da política de ações afirmativas da instituição;

2.2.1.2 Ensino Superior

As ações da Pró-Reitoria de Ensino, no âmbito dos cursos de graduação, estão interligadas com as demais ações institucionais. A democratização do acesso ao ensino superior, concretizada em ações de permanência e êxito na trajetória de formação profissional, se coaduna com o ensino de qualidade social e com a busca por novas formas de aprendizagem, metodologias inovadoras e o esforço contínuo para atender as necessidades da comunidade acadêmica. O desenvolvimento profissional e social está pautado na premissa elementar dos Institutos Federais, pelo empenho na construção de ambientes que proporcionam discussões de cunhos técnicos, éticos, políticos e profissionais de relevância para a formação dos estudantes.

Como balizadores constantes da atuação do IFSP, o PNE - Plano Nacional de Educação 2014-2024, traz orientações para auxiliar a atuação no âmbito do Ensino de Graduação. Com base em informações extraídas do relatório de Gestão 2017, as ações para o próximo quinquênio levam em conta a Meta 12 do PNE, que trata do acesso à educação superior, tem como parâmetro elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para cinquenta por cento e a taxa líquida para trinta e três por cento da população de dezoito a vinte e quatro anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, quarenta por cento das novas matrículas, no segmento público, o IFSP depende da infraestrutura de ampliação do Governo Federal e segue o quantitativo de docentes por câmpus conforme regra específica.

A estratégia 12.7 do PNE assegura, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social.

A meta 13 do PNE exige um salto na qualidade da educação superior / titulação do corpo docente (Mínimo de 35% de doutores). O IFSP cresceu 4,5% no número de mestres e 16,7% em doutores quando comparados os anos de 2016 e 2017. O Relatório de Gestão 2017 do IFSP identifica a tendência de crescimento destes percentuais pelo incentivo federal à capacitação dos servidores. Atualmente o IFSP possui aproximadamente 2.480 professores, sendo que 860 são doutores, portanto, atingindo a meta do PNE.

Para a Meta 15 do PNE, que trata da Formação dos Profissionais da educação/professores da educação básica com formação específica de nível superior, o IFSP contribui com a oferta dos cursos de licenciatura na área de conhecimento em que deverão atuar. O IFSP possui 47 cursos de licenciatura, sendo 3 para formação pedagógica para não licenciados. Ainda em 2018, o IFSP ofertou o Curso de Formação de Docentes na modalidade EaD com 500 vagas em parceria com a Universidade Aberta do Brasil - UAB, o que deverá propiciar o aumento da expectativa de atingimento da Meta em questão.

Com relação à Meta 16 do PNE, que determina o aumento da oferta de pós-graduação para atender aos professores da educação básica, o IFSP tem-se engajado em garantir o aumento de vagas para esse nível formativo. No âmbito da formação continuada de professores, segundo parâmetros do Decreto nº 8752/2016, o IFSP oferece atualmente três cursos de pós-graduação Stricto Sensu e dezessete cursos de pós-graduação Lato Sensu, todos destinados à qualificação dos profissionais da educação básica.

Nesse sentido, o ensino de graduação do IFSP deve primar para que as seguintes diretrizes sejam reafirmadas e, pelas orientações emanadas da legislação vigente, desenvolver ações no âmbito de cada curso e câmpus:

- Na consolidação da formação inicial de profissionais do magistério para educação básica considerando os princípios das Diretrizes Curriculares Nacionais para formação inicial em nível superior e para a formação continuada descritas na Resolução nº 2/2015, direcionada para melhoria da qualidade social da educação;
- Na complexidade exigida para a formação discente: Formação docente para o domínio de conteúdos e técnicas, potencialização o uso de metodologias de aprendizagem compatíveis com a realidade do mundo do trabalho;
- Na expansão da oferta dos “Programas Especiais de Formação Pedagógica” que propiciam ao bacharel uma formação didático-pedagógica: condução assegurada da formação para atuação deste bacharel como docente no ensino profissional e tecnológico;
- Na busca por novos conhecimentos: integração entre a comunidade acadêmica para ações conjuntas de apropriação de tecnologias, pesquisa

no âmbito do ensino e projetos que contribuam para o desenvolvimento sustentável em nível nacional, regional e local;

- Na interdisciplinaridade curricular: apropriação de conhecimentos científicos, didáticos e técnicos, por meio da articulação entre teoria e prática, assim como, apoio aos programas de bolsa PIBID e Residência Pedagógica da CAPES nas Licenciaturas;
- Na articulação de projetos transdisciplinares: entre as ações desenvolvidas pela equipe dos Assuntos Estudantis e o ensino de Graduação para o estímulo aos cursos por um currículo inovador e mais atrativo aos discentes;
- Na elaboração coletiva do Currículo de Referência para os cursos do IFSP: a construção de itinerário formativo com sequencialidade efetiva entre a Educação Básica e a Graduação, vinculado à pós-graduação;
- Na articulação com os sistemas públicos de educação básica e superior: definição das ofertas educacionais no âmbito dos câmpus em atendimento às necessidades específicas de cada região e interação sistemática por meio do desenvolvimento de projetos compartilhados;
- No desenvolvimento de uma rede colaborativa de material didático e objetos de aprendizagem: auxílio efetivo aos docentes na elaboração das aulas e na criação da identidade dos cursos;
- No desenvolvimento de condições técnicas e tecnológicas específicas para a introdução de 20% de educação a distância nos cursos de graduação: proporcionando flexibilidade no currículo e democratização do acesso;
- Na inserção de temáticas relativas ao empreendedorismo, desenvolvimento sustentável, propriedade intelectual, ciência, tecnologia e inovação tecnológica nos cursos: reforço do viés de pesquisa aplicada desenvolvida no IFSP;
- Na inter-relação da ciência e da tecnologia para a teoria e a prática: estímulo aos projetos do ensino com parceria na pesquisa, pela participação da Pro-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação e Agência de Inovação;

- Na inter-relação com o mundo do trabalho: estímulo aos projetos do ensino com parceria na extensão, participando da curricularização da extensão;
- Na atualização das unidades curriculares: em consonância com as necessidades percebidas do arranjo produtivo local nas regiões em que o IFSP possui seus câmpus, por meio de processo sistemático de avaliação mercadológica, em busca de práticas exitosas e inovadoras de aprendizagem e empregabilidade;
- Na manutenção da sintonia entre as ações de ensino, pesquisa aplicada e extensão tecnológica para o desenvolvimento socioeconômico local e regional;
- Na manutenção do programa de acompanhamento do estudante por equipes multiprofissionais (Serviço Sociopedagógico): fortalecimento do vínculo destas equipes com os coordenadores de curso, no combate à evasão e à retenção, incentivando a permanência dos estudantes no curso para a conclusão com êxito;
- Na articulação dos programas de assistência estudantil com as atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- No desenvolvimento da avaliação institucional e na avaliação de cursos: envolvimento e apoio a toda a comunidade acadêmica, docentes, discentes e administrativos;
- Na melhoria da qualidade dos cursos de graduação: estabelecimento de parâmetros de análise a partir dos resultados das avaliações e criação de indicadores de desempenho para a gestão dos cursos.

2.2.2 Práticas pedagógicas e currículos inovadores

A Pró-Reitoria de Ensino (PRE), desde 2017 disponibiliza à comunidade acadêmica, a oportunidade de submeter projetos de ensino com o objetivo de contribuir significativamente para o desenvolvimento de práticas pedagógicas e currículos inovadores nos câmpus do IFSP.

Tais propostas recebem apoio técnico-pedagógico e, inicialmente, as propostas estiveram consolidadas a partir da – mas não exclusivamente pela – experiência educacional finlandesa, baseada em reconhecidos e inovadores modelos pedagógicos integrados ao ensino profissional e tecnológico, bem como

na estreita aproximação com a comunidade local.

Foi criado um Comitê para Fomento e Acompanhamento de Inovações Pedagógicas e Curriculares nos câmpus do IFSP, indicado pela PRE e nomeado por Portaria do IFSP. Tal Comitê tem como atribuições fomentar, orientar e acompanhar ações desenvolvidas com propósitos de inovação pedagógica e/ou curricular, bem como propor normas e ações complementares necessárias ao êxito dos projetos de inovações pedagógicas e curriculares, quando em desenvolvimento nos câmpus.

As ações empreendidas são divulgadas em eventos, prioritariamente no Congresso de Educação Profissional e Tecnológica do IFSP – CONEPT, com o objetivo de tornar públicos os resultados dos projetos implementados. Todas as propostas, portanto, quando apresentadas aos editais de seleção, devem ter como objeto fundamental a implantação de práticas pedagógicas ou currículos inovadores no âmbito dos cursos ofertados pelo IFSP e estar relacionada, por exemplo, a uma das dimensões que se seguem:

- a) Elaboração e aperfeiçoamento de currículos
- b) Aprendizagem baseada em problemas ou em projetos
- c) Ensino híbrido e ferramentas educacionais baseadas em internet
- d) Estratégias de engajamento da comunidade local (sociedade civil e setor produtivo)
- e) Empreendedorismo e Inovação
- f) Laboratórios integrados (Open Labs)
- g) Necessidades educacionais específicas
- h) Ambientes de aprendizagem (foco nos arranjos físicos e espaciais).

2.3 POLÍTICAS DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO

2.3.1 Pós-graduação

Os cursos e programas de pós-graduação do IFSP tem por propósito garantir meios adicionais de formação continuada e aprimoramento técnico nas comunidades nas quais estão inseridos. A oferta de cursos dessa natureza sintoniza-se com as concepções contemporâneas de qualificação permanente e distribuição equitativa do saber, premissas incondicionais de uma instituição educacional pública e inclusiva que orientam os mais diversos ramos de atuação profissional e acadêmica.

A pós-graduação tem-se apresentado como consequência natural da formação universitária, em virtude, sobretudo, do extraordinário progresso do conhecimento em todos os setores da atividade humana. Progresso que não se limita à mera razão instrumental, amparada pelo desenvolvimento técnico, mas também implica a apreciação da ciência como um recurso para a emancipação dos indivíduos e crescimento da sociedade. A necessidade do aprendizado contínuo, moeda corrente para a superação dos desafios pessoais e profissionais, encontra nos cursos de pós-graduação um meio eficiente de ampliação das competências. O aprimoramento da técnica, a habilidade para enfrentar problemas práticos e epistêmicos, o conhecimento dos novos métodos de pesquisa pura e aplicada, a produção tecnológica para o mundo do trabalho e a atualização do debate acadêmico são algumas das finalidades da pós-graduação do IFSP. Redundam em capacitação pessoal e profissional de excelência, promovendo um desenvolvimento científico conjugado com as demandas do indivíduo e da sociedade — demandas econômicas, sociais ou culturais.

Em virtude dessas premissas, o IFSP procura oferecer pós-graduação nas diversas áreas do conhecimento, de modo a garantir que os mais variados setores do mundo do trabalho possam partilhar das vantagens desse nível formativo. Assim, proporciona à comunidade cursos de pós-graduação que se voltam tanto para a formação continuada de professores da educação básica, quanto para o aperfeiçoamento de bacharéis que atuam diretamente no

ambiente fabril.

Atualmente o IFSP abriga 26 cursos de pós-graduação Lato Sensu (especializações) e quatro programas de pós-graduação Stricto Sensu (um mestrado acadêmico e três mestrados profissionais). A grande variedade de cursos abrange áreas interdisciplinares e o campo da inovação tecnológica. Como evidencia o quadro a seguir, o número de cursos desse nível formativo criados na vigência do PDI 2014-2018 é bastante expressivo. Nesse período, foram aprovadas pelo Consup vinte especializações e o IFSP passou a oferecer três mestrados com aprovação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) — sendo dois em rede nacional, nos quais a instituição aderiu como associada.

Quadro 20: Oferta de cursos de Pós-graduação por câmpus

MESTRADOS		
Câmpus	Curso	Ano de início
São Paulo	Mestrado Acadêmico em Engenharia Mecânica	2013
	Mestrado Profissional em Ensino de Ciências e Matemática	2014
	Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional	2015
Sertãozinho	Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional	2017
ESPECIALIZAÇÕES		
Câmpus	Curso	Nº de Resolução e data
Boituva	Gestão de Tecnologia da Informação	Res. 141, de 23/11/2016
Bragança Paulista	Gestão Estratégica de Tecnologia da Informação	Res. 125, de 1/11/2016
Campinas	Formação Docente: Educação para Inserção Social	Res. 58, de 4/07/2017
	Tecnologias da Informação e Comunicação Aplicadas ao Ensino de Ciências	Res. 9, de 6/03/2018
Caraguatatuba	Gestão Financeira	Res. 25, de 3/05/2016

Catanduva	Ensino de Ciências da Natureza e Matemática	Res. 108, de 31/10/2017
	Saberes e Práticas para a Docência no Ensino Fundamental I	Res. 153, de 28/11/2017
Guarulhos	Gestão de Sistemas de Informação	Res. 428, de 9/09/2011
Itapetininga	Informática Aplicada à Educação	Res. 81, de 1/09/2015
Matão	Álcool e Açúcar	Res. 105, de 2/09/2014
Piracicaba	Educação em Direitos Humanos	Res. 82, de 5/09/2017
	Educação Matemática	Res. 107, de 31/10/2017
Pirituba	Humanidades – Educação, Política e Sociedade	Res. 154, de 28/11/2017
Salto	Temas Transversais	Res. 132, de 31/10/2017
São Carlos	Desenvolvimento de Sistemas para Dispositivos Móveis	Res. 43, de 6/05/2014
	Educação – Ciência, Tecnologia e Sociedade	Res. 8, de 6/03/2018
S. João da Boa Vista	Desenvolvimento de Aplicações para Dispositivos Móveis	Res. 1094, de 3/12/2013
	Informática na Educação	Res. 38, de 2/06/2015
	Humanidades – Ciência, Cultura e Sociedade	Res. 51, de 6/06/2017
S. José dos Campos	Docência na Educação Básica	Res. 52, de 6/06/2017
São Paulo	Aeroportos – Projeto e Construção	Res. 387, de 3/11/2008
	Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade EJA	Res. 275, de 11/10/2007
	Formação de Professores com Ênfase no Ensino Superior	Res. 280, de 6/11/2007
	Gestão da Tecnologia da Informação	Res. 63, de 20/05/2014
São Roque	Metodologia em Ensino de Ciências da Natureza	Res. 63, de 06/11/2018

Suzano	Logística e Operações	Res. 126, de 7/10/2014
--------	-----------------------	---------------------------

Fonte: IFSP, 2019

Juntamente com o aumento expressivo do número de cursos de pós-graduação, o IFSP organizou um conjunto normativo bastante amplo para orientar a elaboração de novas propostas e padronizar a atuação dos diversos câmpus. Os regulamentos e instruções normativas criadas no período de 2014 a 2018 definiram regramento para inúmeros temas, mas sempre em correlação direta com a atual legislação federal, as novas portarias do Ministério da Educação ou as instruções do Conselho Nacional de Educação (CNE). Os regulamentos aprovados contaram com participação da comunidade, seja por meio de consultas públicas ou pelo debate nas instâncias deliberativas do IFSP. Enfatizamos que a clareza dos processos de implantação, atualização ou reformulação dos cursos, expedientes ordenados pelos regramentos dos últimos anos, viabilizaram a expansão e consolidação da pós-graduação no IFSP.

Dentre as normativas criadas no período, destacamos: a Resolução nº 158, de 2/12/2014, Regulamento da Pós-graduação *Stricto Sensu*; a Resolução nº 159, de 2/12/2014, Regulamento do Exame de Qualificação da Pós-graduação *Stricto Sensu*; a Resolução nº 41, de 6/06/2017, definindo a Política de Ações Afirmativas para a Pós-graduação *Lato e Stricto Sensu*; a Resolução nº 64, de 1/08/2017, Regulamento da Pós-graduação *Lato Sensu*; a Instrução Normativa PRP nº 1, de 30/08/2017, definindo os trâmites para implantação de cursos de pós-graduação no IFSP; a Instrução Normativa PRP nº 1, de 9/02/2018, para orientar as propostas de cursos que envolvem total ou parcialmente a Educação a Distância. Ainda, por meio da Resolução nº 38, de 8/05/2018, criou-se o estágio de pós-doutoramento nos programas de pós-graduação *Stricto Sensu*, cujo intuito mais expressivo é auxiliar na condução de estudos de alto nível.

Considerando a alta qualificação de seu corpo docente, abre-se ao IFSP a possibilidade de expansão da pós-graduação em diversas áreas para os próximos anos. Expansão que deverá se ancorar não somente nas conveniências dos arranjos produtivos locais, mas também nos imperativos de qualificação docente previstos nas Metas 14 e 16 do Plano Nacional de

Educação (PNE), instituído pela Lei nº 13005/2014, e nos ordenamentos de formação continuada expressos na Resolução CNE nº 2/2015 e no Decreto nº 8752/2016.

O PNE tem como prazo final de referência o ano de 2024 e suas metas são bastante ambiciosas. A Meta 14 do PNE do plano propõe elevar as matrículas na pós-graduação “de modo a atingir a titulação anual de 60.000 mestres e 25.000 doutores”. A Meta 16 do PNE, por seu turno, propõe formar em qualquer nível de pós-graduação nada menos que 50% dos professores da educação básica durante a vigência do PNE. Os esforços de formação nesses níveis deverão ser cumpridos, sobretudo, pelas instituições públicas. Trata-se de dispor aprimoramento técnico para profissionais de diversos segmentos e formação continuada para professores de todos os níveis. Portanto, considerando o período desse novo PDI do IFSP (2019-2023), a vocação para atuação em múltiplos níveis formativos, a qualificação de seus profissionais e a legislação vigente, temos perspectivas de ampliação e consolidação da pós-graduação bastante concretas.

2.3.2. Pesquisa

A articulação das atividades de pesquisa com àquelas do ensino e da extensão sustenta as principais metas do IFSP. Para além da obrigatoriedade constitucional que garante a indissociabilidade entre cada uma dessas dimensões educativas (Art. 207 da Constituição Federal), a pesquisa responde pela produção de vanguarda da instituição. Seja corroborando iniciativas que visam atender as demandas do arranjo produtivo local/regional, seja pautando-se pela investigação científica básica e aplicada. Para tanto, o IFSP tem fomentado projetos de imediato interesse público, ligados ao universo produtivo, bem como projetos voltados para a especulação científica mais geral ou para a ciência pura.

A principal política de pesquisa no IFSP ampara os Programas Institucionais de Iniciação Científica e Tecnológica por meio: da Portaria do IFSP nº 3.904 de 04 de dezembro de 2018 que trata do Regulamento do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIFSP) e da Portaria do IFSP

nº 3.903, de 04 de dezembro de 2018 do Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica (PIVICT). Tal política objetiva incentivar e fomentar a pesquisa contribuindo para a formação de recursos humanos, qualificando-os não só para os programas de pós-graduação como também para a disponibilização e aplicação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas do arranjo produtivo local-regional em benefício da sociedade.

No intuito de estimular o Programa de Iniciação Científica por meio de fomento externo, a Diretoria de Pesquisa renovou a cota bienal junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em 2018, sendo que a cota de bolsas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) foi igual a 12, a de bolsas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Tecnológica e Inovação (PIBITI) foi de 33 e a de bolsas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica no Ensino Médio (PIBIC-EM) foi de 7 bolsas.

O IFSP não recebeu do CNPq a cota do PIBIC-AF (Ações Afirmativas) para o biênio 2018 a 2020, contudo, com aporte orçamentário da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, iniciou-se em 2018 a oferta de bolsas para alunos que foram beneficiados com programas de ações afirmativas para o ingresso no IFSP.

Visando o fortalecimento dessa política e com vistas ao desenvolvimento de pesquisas concernentes à missão e à corroboração dos eixos tecnológicos institucionais, a política de consolidação dos grupos de pesquisa torna-se imprescindível para integração de pesquisadores produtivos em torno de temáticas de interesse comum na difusão do conhecimento produzido tanto no âmbito do IFSP quanto na sua disseminação para a sociedade. Esta política está regulamentada pela Portaria do IFSP nº 3.815, de 27 de novembro de 2018, e estabelece as condições e diretrizes para a criação, certificação, manutenção e acompanhamento das atividades dos grupos de pesquisa no âmbito do IFSP. Tal fortalecimento é incentivado por meio de editais de fomento que viabilizam: a participação dos pesquisadores em eventos científicos e tecnológicos na divulgação da pesquisa desenvolvida no IFSP e sua publicação em periódicos ou anais de eventos; a interação e a colaboração com pesquisadores de outras instituições em temáticas comuns; e a disseminação e aplicação dos produtos

da pesquisa interdisciplinar e transdisciplinar desenvolvida.

Em 2016 foi realizado o primeiro edital de fomento à pesquisa em que contemplava, entre outros itens financiáveis, a concessão de bolsa e auxílio ao pesquisador. O edital contemplou 08 (oito) projetos de pesquisa, dentre as 72 propostas recebidas, sendo que cada projeto aprovado concedia até 02 (duas) bolsas a servidores docentes indicados na proposta aprovada, respeitando os termos da Portaria SETEC/MEC nº 58, de 21 de novembro de 2014. Diante dos recursos disponíveis para o pagamento da bolsa, o mesmo foi executado conforme previsto no cronograma do edital, findando em junho de 2017.

Anualmente, a Diretoria de Pesquisa publica o edital do Programa Institucional de Incentivo à Participação em Eventos Científicos e Tecnológicos para Servidores do IFSP (PIPECT/IFSP), que fomenta a participação docente em eventos científicos. Em 2018 foram previstos 04 (quatro) períodos de solicitação, com valor total estimado em R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Para exequibilidade das políticas de pesquisa, o IFSP conta ainda com uma diversidade de formas de apoio, por meio de parcerias, tanto para apoio financeiro quanto para o desenvolvimento de trabalhos que contribuam na busca de conhecimento básico e/ou aplicado. Essas parcerias se dão por meio de agências de fomento que, efetivamente, viabilizam: a captação de recursos para a pesquisa no IFSP; o aprimoramento pessoal e profissional de discentes e servidores; e a ascensão da pesquisa para o desenvolvimento científico, tecnológico e social.

Tais parcerias são regulamentadas internamente pela Resolução do IFSP nº 81, de 02 de outubro de 2018, que aprova as diretrizes para as atividades de pesquisa e o regulamento para os projetos com financiamento interno ou externo do IFSP. A referida resolução teve seus fluxos e instâncias revisados, em razão da criação da Agência de Inovação e Transferência de Tecnologia do Instituto Federal de São Paulo (Inova-IFSP), implantada por meio da Resolução do IFSP nº 159, de 29 de novembro de 2017, órgão executivo vinculado à Reitoria. A Agência passou a gerir a política de Inovação do IFSP. Como desdobramento dessa revisão, todos os projetos que envolvam repasses de recursos financeiros por meio de Fundação de Apoio serão geridos pelo INOVA-IFSP ao passo que projetos aprovados que não envolvam gestão financeira

atribuída à Fundação de Apoio serão geridos pela Diretoria de Pesquisa.

Anualmente, as agências oficiais de fomento publicam várias oportunidades que são amplamente divulgadas por meio do fórum de e-mails da PRP e da comunicação social, para incentivar a busca por fomento externo ao IFSP. Em 2018, a Diretoria de Pesquisa, por meio das Chamadas Públicas MCTIC/FINEP/CT-INFRA N.02/2018 – Campi Universitários Regionais e Novas Universidades; e MCTIC/FINEP/CT-INFRA N.04/2018 – Apoio à Infraestrutura de Pesquisa em Áreas Temáticas submeteu propostas institucionais com vistas à implantação de infraestrutura laboratorial para o desenvolvimento de pesquisa científica e tecnológica.

Como ação futura relacionada aos programas de iniciação científica, bem como aos projetos de pesquisa, a Diretoria de Pesquisa empreenderá esforços para a implementação do Escritório de Apoio ao Pesquisador que tem como objetivo orientar os pesquisadores na elaboração de projetos institucionais junto às agências de fomento para solicitação de recursos para implementação e/ou modernização de infraestrutura científica para desenvolvimento de pesquisa básica e aplicada.

A política de pesquisa e inovação atuará de maneira articulada aos Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) e ao Núcleo de Estudos sobre Gênero e Diversidade Sexual (NUGS) a fim de promover a construção de conhecimentos socialmente relevantes que contribuam com os ideais de promoção e valorização da diversidade e consolidação das ações afirmativas propostas pela a instituição.

2.4. POLÍTICAS DE EXTENSÃO

A Lei nº 11.892, ao equiparar os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia às Universidades, estabelece que a Extensão é atividade finalística, configurando-a como atividade pautada pelo princípio da indissociabilidade do Ensino, Extensão e Pesquisa, conforme preconizado no artigo 207 da Constituição Federal de 1988. Assim, por tratar-se de uma obrigação legal, torna-se imprescindível compreender a concepção e o desenvolvimento da Extensão.

A concepção de extensão apresenta diferentes características, dependendo das predominâncias ideológicas de cada contexto histórico, podendo ser classificada como Assistencialista, que estabelece uma relação unívoca com a sociedade com o objetivo de atender as demandas apresentadas sociedade sob o argumento do “compromisso social” da Instituição, Acadêmica, que pressupõe uma relação dialógica entre a instituição e a sociedade, e Mercantilista, concepção em que a extensão se apresenta como um balcão de serviços que visam a obtenção de recursos para a instituição (JEZINE, 2004).

Ao analisar essas concepções, o Fórum de Pró-reitores da Rede Federal de Educação, Profissional, Científica e Tecnológica (FORPROEXT) pauta-se pela compreensão que a Extensão é uma dimensão educativa, baseada na dialogicidade entre os agentes internos da instituição (professores, técnicos administrativos e estudantes) e os agentes externos da sociedade. Para o FORPROEXT a troca de saberes é basilar na concepção de Extensão a ser desenvolvida pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT), compreendendo a extensão numa concepção acadêmica, conforme o pressuposto adotado pela Rede:

“A extensão tem como pressuposto a interação dialógica e transformadora com a sociedade, em articulação com o ensino e a pesquisa, contribuindo para o processo formativo do educando. Envolve necessariamente a comunidade externa” (FORPROEXT, 2015)

A elaboração conceitual desenvolvida pelo FORPROEX está em consonância com as finalidades e objetivos determinados na lei de criação da Rede EPCT, compreendendo sua importância como indutora do desenvolvimento, consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais

e culturais locais. Por meio da Extensão, os Institutos devem garantir a articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, contribuindo para a formação profissional, contribuem, também, para a “geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional” (Lei 11.892/2008, art. 7º, inciso V).

Salienta-se que esta concepção de extensão foi elaborada nas Universidades e encontrou respaldo no FORPROEXT, que propôs a Política Nacional de Extensão, documento que apresenta a concepção e as diretrizes de extensão que influenciaram o conceito de extensão adotada pela Rede Federal de EPCT. Neste documento a Extensão Universitária é definida como:

“A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade”

Vale ressaltar que a Política Nacional de Extensão estabelece como diretrizes a interação dialógica, a interdisciplinaridade e a interprofissionalidade, a indissociabilidade Ensino-Extensão-Pesquisa, o impacto na formação do estudante e o impacto e a transformação sociais.

Assim, a Extensão propicia um espaço privilegiado de vivências e de trocas de experiências e saberes, promovendo a reflexão crítica dos envolvidos e impulsionando o desenvolvimento socioeconômico, equitativo e sustentável.

As áreas temáticas da Extensão refletem seu caráter interdisciplinar, contemplando Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção e Trabalho. Assim, perpassam por diversas discussões que emergem na contemporaneidade como, por exemplo, a diversidade cultural, contribuindo para a democratização de debates e da produção de conhecimentos amplos e plurais no âmbito da educação profissional, pública e estatal.

A Extensão se materializa por meio de atividades que dialogam com o mundo do trabalho, como o estágio e o acompanhamento de egressos, bem como pela realização de ações de extensão que podem ser classificadas como programas, projetos, cursos de extensão, eventos e prestações de serviço, que

incorporam as diretrizes dessa dimensão educativa, destacando o envolvimento da comunidade externa e a participação protagonista de estudantes.

I-Programa Cultura Extensionista

O arranjo institucional inovador dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia abrange e aprofunda a verticalização da educação, iniciada com o modelo dos Centros Federais de Educação Tecnológica (FERNANDES, 2013). Além de compreender a educação básica, profissional e superior (BRASIL, 2008), sua estrutura organizacional semelhante à universitária e a incorporação da extensão como atividade fim (BRASIL, 2008) propiciaram também a verticalização do princípio constitucional de indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão até então circunscrito às universidades (BRASIL, 1988).

Ressalta-se que, dentre as dimensões formativas indissociáveis, a Extensão foi a última a ser incorporada como atividade fim nas instituições federais de educação profissional. No Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), as experiências extensionistas institucionais somam menos de oito anos de existência. Com isso, emergem discussões e afloram objetos de investigação a respeito da construção e da consolidação da Extensão na instituição.

Nesse sentido, em 2017, foi realizada pesquisa diagnóstica da extensão no IFSP que analisou a evolução de dois indicadores postos pela PRX no PDI 2014-2018: ampliação e descentralização da cultura extensionista. Os resultados obtidos na pesquisa mostram avanços significativos na percepção da extensão como dimensão formativa nos documentos e diretrizes institucionais que passaram a abarcar, em especial, o protagonismo discente e a relação dialógica com a comunidade externa, distanciando a perspectiva de extensão como invasão cultural e buscando conferir aos envolvidos o papel de agentes transformadores (FREIRE, 2006). Ademais, verifica-se, por um lado, o aumento expressivo de ações de extensão desenvolvidas nos câmpus e, por outro, a necessidade de assimilação dos conceitos extensionistas para que o aprimoramento qualitativo acompanhe a expansão quantitativa, efetivando o papel do IFSP no desenvolvimento socioeconômico e cultural dos territórios nos

quais os câmpus se inserem.

Diagnóstico

A extensão teve sua fase embrionária em 2012, quando foi regulamentado o Programa de Bolsas destinadas a discentes (IFSP, 2012) e a PRX lançou chamada de projetos de ações de extensão. Nesse momento, a participação discente e da comunidade externa não eram quesitos eliminatórios ou classificatórios no processo de avaliação das ações. No ano seguinte, houve um momento de inflexão nas diretrizes extensionistas do IFSP. De acordo com o Relatório de Gestão de 2013 (IFSP, 2014), a extensão era, até então, vinculada à expansão da Rede Federal e suas decorrentes obras. Assim, a fim fundar uma nova concepção extensionista mais articulada com as políticas nacionais e dedicada a ações legitimamente de extensão, o organograma da PRX foi reestruturado, retirando os setores de expansão e de Educação a Distância.

Também foi regulamentado o Programa de Bolsas de Extensão para Alunos do IFSP (IFSP, 2013) que descentralizou a seleção de projetos de extensão e o recurso a ser destinado às ações. O documento trouxe avanços como a inclusão dos critérios “impacto social esperado” e “análise dos impactos esperados na relevância social e na formação profissional do discente”. Tais avanços foram reforçados na chamada de projetos do mesmo ano, que estabeleceu: (1) a obrigatoriedade de envolvimento discente, evidenciando o caráter pedagógico e formativo da extensão, (2) a incorporação das áreas temáticas consolidadas pela Política Nacional de Extensão Universitária em 2012, (3) inclusão do impacto na comunidade externa como quesito classificatório e (4) bonificação de 10% sobre a pontuação de ações com a comunidade externa como público alvo. Ainda em 2013, a PRX intensificou a realização de Encontros de Coordenadores de Extensão a fim de estreitar relações com os gestores locais por meio de encontros presenciais periódicos, propiciando a criação de espaços para troca de experiências e discussões acerca das diretrizes da extensão no IFSP. Outrossim, a Pró-reitoria promoveu o curso de Elaboração de Projetos com a finalidade de subsidiar os coordenadores de extensão para o desempenho de suas atribuições no câmpus, sobretudo a de orientar a comunidade para a submissão de projetos.

Em 2014, além de implementar o SIGProj e compor um banco de

consultores Ad hoc de extensão, foi inaugurado o Programa Institucional de Apoio a Projetos de Extensão, que abarca todas as áreas temáticas da extensão, além de contemplar linhas de fomento específicas para: (1) propostas de cultura, (2) propostas com o envolvimento da rede pública de ensino e (3) cursinhos populares. Dentre os documentos do período, destaca-se a Portaria nº 2.968/15 que regulamenta as ações de extensão e se alinha, definitivamente, com as políticas nacionais de extensão. Outra iniciativa exitosa desse ano, foi a realização simultânea das primeiras edições do Congresso de Extensão e da Mostra de Arte e Cultura. Desde então, os eventos acontecem anualmente com o objetivo apresentar e socializar ações de extensão realizadas nos diversos câmpus do IFSP. Para divulgação da extensão, foram lançados o site da PRX e a página de registro de ações de extensão. Além disso, foi criada a página de facebook da PRX e os eventos da Pró-reitoria passaram a ser disponibilizados no canal do IFSP no Youtube, propiciando a divulgação e democratização dos conteúdos extensionistas.

Corroborando com a perspectiva de socializar e impulsionar as ações de Extensão, foi lançada, em 2017, a primeira edição da Revista de Extensão, Compartilhar. A publicação anual de matérias, artigos e relatos de experiências de extensão tem tanto sua versão impressa, quanto sua digital indexada.

Entre 2017 e 2018, a PRX publicou o Manual de Programa e Projetos a fim de orientar os extensionistas sobre os conceitos basilares da Extensão, em especial, o protagonismo discente, além de abordar as principais características dessas ações e a elaboração de propostas com base no Sistema de Informação e Gestão de Projetos (SIGProj). Concomitantemente, o banco de Consultores Ad hoc foi renovado e qualificado. Para isso, foi lançado o Edital nº 940/17 que contou com uma formação a distância sobre programas, projetos e cursos de extensão a fim de subsidiar a atuação dos futuros consultores.

Atualmente, a PRX realiza a gestão de quatro programas institucionais de fomento: (1) Apoio a Ações de Extensão do IFSP, que além de fomentar projetos, também destina recursos para as linhas de cultura e Escola Pública, bem como para criação e manutenção de programas de extensão descentralizados; (2) Cursinhos Populares do IFSP; (3) Formação Profissional de Mulheres do IFSP e (4) Economia Solidária. Ademais, por meio do Programa

Institucional de Bolsa de Extensão, as Coordenadorias de Extensão (CEX) gerenciam o fomento de projetos de extensão dos câmpus.

Com objetivo de consolidar as diretrizes e os conceitos extensionistas pactuados na Rede Federal de EPCT e impulsionar o desenvolvimento da extensão, será desenvolvido o Programa Cultura Extensionista que articula fomento a ações de extensão, revisão de documentos institucionais e formação da comunidade acadêmica, bem como estrutura e fortalece ações já desenvolvidas pela PRX que, em linhas gerais, têm o objetivo de socializar e divulgar experiências extensionistas. Desse modo, o Programa Cultura Extensionista articula o Programa Institucional de Apoio a Ações de Extensão e os seguintes projetos institucionais: Vivência e Socialização Extensionista, Divulgação da Extensão e Consolidação da Extensão.

II-Programa de Curricularização da Extensão

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, princípio constitucional mencionado na Política Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2012), está relacionada à concepção de flexibilização curricular, que de acordo com documento publicado pelo FORPROEX (2006), pretende-se romper com o velho desenho de organização curricular, centrado em componentes curriculares a serem desenvolvidos apenas no âmbito da sala de aula, sendo que a Extensão possui um papel de grande relevância neste processo, pois:

A Extensão também defende o argumento de que a formação do estudante não deve se limitar aos ensinamentos de sala de aula, abrindo caminhos para ampliar o entendimento de Currículo e, dessa forma, efetivar o real sentido de sua existência e importância na construção/geração de conhecimentos que venham ao encontro das reais necessidades da população. (p. 81-82)

Nesta perspectiva, a Flexibilização Curricular se efetiva na ação educativa quando o currículo rompe com a hegemonia de disciplinas, e passa a adotar a “transdisciplinaridade” como eixo de referência. (FORPROEX, 2006).

Em consonância com esta concepção, a Lei Federal nº 13.005/2014 que

aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, estabelece como uma de suas estratégias: "12.7) assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social" (BRASIL, 2014).

Quanto à Educação Básica, a Resolução CNE/CEB nº 6/2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, estabelece que a organização curricular dos cursos deve explicitar a "prática profissional intrínseca ao currículo, desenvolvida nos ambientes de aprendizagem", deste modo, o Projeto Integrador, constitui-se um componente curricular que tem como princípio a integração entre componentes curriculares de formação geral e profissional, por meio da articulação entre ensino, pesquisa e extensão, visando à formação integral dos estudantes.

Para o IFSP, a compreensão do currículo como instrumento central norteador da aprendizagem integral e da transformação do indivíduo para a sociedade, garante a inserção da extensão numa proposta integradora contida na indissociabilidade já preconizada. Nesse sentido, conceitua-se a curricularização da extensão como prática essencial do processo educativo, cultural, científico e tecnológico enquanto dispositivo institucional que se insere no ensino de forma a promover a transformação social. Entende-se, assim, que a curricularização da extensão acontece pelo envolvimento efetivo da comunidade acadêmica e pela articulação com o setor produtivo, destacando-se aquelas organizações comprometidas com tecnologia social e com economia solidária que possam efetivamente contribuir com o processo.

Ante ao exposto, surge a necessidade da realização de um amplo debate institucional, envolvendo os diversos atores do processo como: gestores, docentes, técnico-administrativos, discentes e comunidade local, com o intuito de formar cidadãos comprometidos com a realidade social, na perspectiva da interação transformadora com a sociedade.

III-Programa Mundo do Trabalho

Sabemos que a formação profissional dos sujeitos está diretamente

atrelada ao contexto socioeconômico em que eles estão inseridos. Nesse sentido, é preciso que os aspectos que cerceiam o mundo do trabalho sejam problematizados, discutidos e fomentados, a fim de que os estudantes compreendam criticamente os processos e as possibilidades que os envolvem ou os envolverão durante suas trajetórias profissionais.

Diante dessa premissa, torna-se essencial destacar a atuação do IFSP junto aos territórios, uma vez que essa instituição de ensino busca a formação de cidadãos para atuarem nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional. De acordo com Santos e Oliveira (2000), a relação que se estabelece entre a educação e o território é biunívoca, ou seja, o território é responsável por criar demandas educacionais, pois na medida em que novos arranjos ou ciclos econômicos surgem em determinadas regiões, novas demandas educacionais são colocadas com a finalidade de melhorar técnicas e aperfeiçoar processos.

Visando a oferta de uma educação profissional e tecnológica que trabalhe com os alunos as competências técnicas, gerenciais e empreendedoras necessárias para o ingresso e atuação no mundo do trabalho, além de intensificar o relacionamento do IFSP com o território, contribuindo, assim, com o desenvolvimento socioeconômico, o Programa Mundo do Trabalho será composto por um conjunto de programas e projetos, a saber: (1) Projeto Estágios; (2) Projeto Jovem Aprendiz; (3) Projeto Prestação de Serviços; (4) Seminários Mundo do Trabalho; (5) Programa Educação Empreendedora, composto pelo Projeto Empresa Júnior e pelo Programa Institucional de Economia Solidária do IFSP.

O Projeto Estágios consta nas Políticas de Atendimento ao Discente e será desenvolvido em parceria com a PRE. Seu objetivo é o atendimento às diretrizes nacionais que regulamentam a educação básica e superior no que se refere ao desenvolvimento de atividades profissionais supervisionadas, a serem desenvolvidas ao longo do curso, que possibilitem a vivência das práticas educativas em campo.

O Projeto Jovem Aprendiz visa proporcionar as condições para que os estudantes do IFSP atuem como aprendizes, por meio do desenvolvimento de programas de aprendizagem profissional orientados pela instituição em parceria

com as empresas contratantes.

O Projeto Prestação de Serviços, em consonância com as diretrizes sobre Extensão Tecnológica, tem por objetivo a prestação de serviços a empreendimentos solidários e econômicos, em especial às micro e pequenas empresas, para a elaboração de diagnóstico, a utilização de metodologias já reconhecidas e validadas pela comunidade acadêmica e a proposição de soluções simples e de baixo custo (ISAAC, 2012).

O Programa Educação Empreendedora é composto pelo (1) Projeto Empresa Júnior e pelo (2) Programa Institucional de Economia Solidária do IFSP. É importante ressaltar que, no contexto de uma instituição de ensino voltada à formação profissional, tecnológica e à qualificação profissional dos sujeitos, o conceito de empreendedorismo transcende a esfera empresarial, possibilitando o acesso a outras perspectivas de inserção no mundo do trabalho. Nesse sentido, o Programa Educação Empreendedora, por meio de suas propostas, objetiva promover e fomentar, junto aos estudantes, ações que possibilitem ao desenvolvimento de atitudes empreendedoras (DOLABELA, 2012) com relação aos aspectos pessoal e profissional.

IV-Programa de Formação Profissional

Partimos de uma concepção de formação profissional concebida na “formação inicial” do sujeito, objetivando uma qualificação profissional, prioritariamente em sintonia com o arranjo produtivo local, como também o desenvolvimento da “formação continuada”, que viabilize o desenvolvimento profissional do indivíduo, mediante a atualização, especialização e o seu aperfeiçoamento. Este processo formativo deve permear além da dimensão da formação técnica, uma dimensão de formação geral, que possibilite ao indivíduo o seu desenvolvimento integral e conseqüentemente maiores oportunidades de inserção profissional.

Neste passo, corroboramos com a perspectiva de Frigotto (1999) e Machado (1998) que diante das rápidas mudanças existentes no mundo do trabalho e ainda da atual crise do emprego, a alternativa seria investir na qualificação profissional do indivíduo, com o foco na “empregabilidade”, indo

além de uma concepção técnica de formação para uma determinada ocupação, mas também abrangendo as habilidades básicas necessárias à integração do sujeito à realidade do mercado de trabalho.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, estabeleceu no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) referente ao período de 2014-2018, alguns objetivos e metas que dialogam com a formação profissional por meio da oferta de Cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC, como por exemplo a previsão da regulamentação dos cursos de extensão, a qual foi efetivada por meio da aprovação da Portaria nº 2.968, de 24 de agosto de 2015, que regulamenta as ações de extensão do IFSP.

Um outro objetivo tratava da consolidação dos cursos de extensão, por meio da articulação ensino-extensão, com foco na promoção da verticalização. Dentre as metas previstas para o cumprimento desse objetivo, estava a diversificação das modalidades de oferta dos cursos (presencial e a distância). Observa-se ao longo dos anos, nos editais publicados semestralmente pela PRX para submissão de projetos pedagógicos de cursos de extensão, um crescimento vertiginoso do número de propostas submetidas por servidores dos câmpus do IFSP na modalidade a distância, destacando-se os cursos de idiomas realizados no âmbito do Programa e-Tec – Idiomas sem Fronteiras, presente em 11 câmpus.

Ainda referente ao objetivo da articulação ensino-extensão, com foco na promoção da verticalização, outra meta tratava de mapear cursos de extensão em que a área temática dialogasse com o eixo tecnológico/área de expertise dos câmpus; para o cumprimento desta meta, houve um diálogo permanente com os câmpus com foco na promoção de cursos de extensão que dialogassem com o eixo tecnológico dos demais níveis de ensino (técnico, superior, etc.), possibilitando ao estudante a criação de um “percurso formativo” na instituição, em que ele possa percorrer níveis superiores de escolaridade, além de possibilitar a otimização de recursos humanos e materiais.

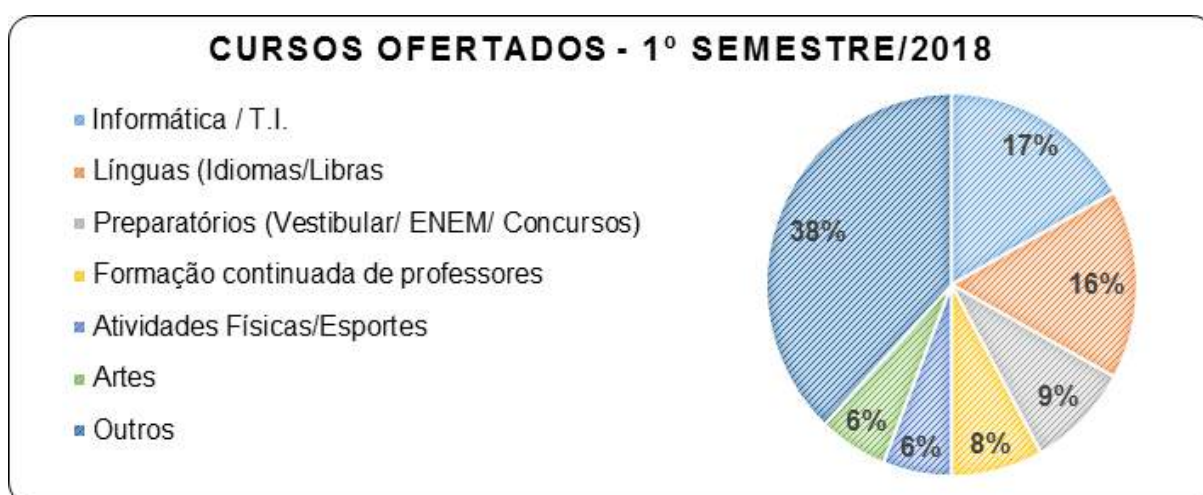
Destaca-se que em 2017, além dos editais semestrais para aprovação de Projetos Pedagógicos de Cursos de Extensão, a PRX lançou o Edital de Fluxo Contínuo de Cursos de Extensão a fim de atender à demanda de aprovação de cursos previstos em acordos de cooperação ou parcerias firmadas entre o IFSP

e os setores socioprodutivos da região dos câmpus.

Salienta-se ainda que a partir do final de 2017, a SETEC/MEC criou a Plataforma Nilo Peçanha – PNP, que permitiu a disseminação de estatísticas oficiais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Cabe destacar que do total de cursos ofertados pelo IFSP em 2017, aproximadamente 40% são de Qualificação Profissional (FIC), sobressaindo-se o referido nível de ensino em relação aos demais.

Evidencia-se que no 1º Semestre de 2018, foram ofertados 252 cursos de extensão, sendo que determinadas áreas se destacam, conforme apresentado no gráfico abaixo:

Figura 15: Cursos de Extensão ofertados no 1º Semestre/2018



Fonte: SISTEC.

A fim de garantir a execução do Programa de Formação Profissional do IFSP, serão desenvolvidos as seguintes ações: (1) Projeto Formação em Extensão tem como objetivo consolidar as Comissões de Cursos de Extensão dos câmpus do IFSP; (2) Projeto Currículos de Referência em Extensão tem como objetivo aperfeiçoar a estrutura curricular dos Cursos de Extensão (Livres e FIC - Formação Inicial e Continuada) ofertados pelos câmpus; (3) Projeto Gestão e Normatização da Qualificação Profissional tem por objetivo estabelecer procedimentos para gestão da oferta dos Cursos de Extensão, bem como propor a regulamentação de procedimentos.

V-Programa Mulheres do IFSP

A lei de criação dos institutos federais define como um dos objetivos de nossa instituição a promoção de atividades extensionistas que apoiem e estimulem processos educativos voltados à emancipação dos cidadãos numa perspectiva de desenvolvimento socioeconômico local e regional (BRASIL, 2008). Nesse contexto, torna-se imprescindível que a construção do conhecimento junto aos diferentes segmentos sociais ocorra de modo dialógico e em articulação com o mundo do trabalho.

Considerando essas diretrizes, a Pró-reitoria de Extensão assumiu no Plano de Desenvolvimento Institucional (2014-2018) o compromisso de valorização da Extensão enquanto dimensão formativa e que se estabelece como via de mão dupla entre a instituição e a comunidade (INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO, 2016). Assim, diante deste processo de redefinição das ações de extensão institucionais, entre outras temáticas e ações, foram priorizadas atividades com vistas à construção de uma política de promoção da diversidade de gênero e dos direitos humanos (SILVA et al., 2016, p. 107), destacando-se a oferta projetos que preveem a participação exclusiva de mulheres em situação de vulnerabilidade social.

Cumpramos ressaltar que o foco na qualificação de mulheres busca atender ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nº 5, que integra a Agenda 2030 pactuada pelos estados-membros da Organização das Nações Unidas (ONU), a saber: “Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”; bem como os demais documentos legais que preconizam a eliminação de todas as formas de discriminação e violência contra as mulheres, a redução das desigualdades socioeconômicas e a formação cidadã e profissional para o empoderamento feminino.

Diagnóstico

Para dar início às ações voltadas à qualificação de mulheres em situação de vulnerabilidade social, entre o período de 2011 e 2014, o IFSP foi executor do “Programa Nacional Mulheres Mil – Educação, cidadania e desenvolvimento sustentável” instituído pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC). Nesse período, foram atendidas 1280

mulheres, em um processo que envolveu nove câmpus e câmpus avançados do IFSP.

Em 2015, foi considerada a necessidade de institucionalizar uma ação com os mesmos objetivos e a metodologia do Programa Mulheres Mil, com vistas a garantir a continuidade do atendimento educacional do público-alvo em questão, mas assegurando que as especificidades e demandas locais fossem respeitadas.

Como continuidade de tais atividades, a partir deste momento fomentadas pela instituição, o Programa Institucional de Formação Profissional de Mulheres – Programa Mulheres do IFSP foi instituído em 2016 com o objetivo de promover a qualificação profissional, o resgate da autoestima e a inclusão socioproductiva de mulheres, cis e transgênero, submetidas a algum processo de exclusão social. Desse modo, desde 2016, a PRX tem publicado editais anuais para a seleção de câmpus que tenham interesse em receber fomento para implementar ou dar continuidade a projetos vinculados ao Programa Mulheres do IFSP.

Os projetos vinculados ao Programa Mulheres do IFSP buscam a formação cidadã e à qualificação profissional de mulheres em situação de vulnerabilidade social, que apresentem pouca ou nenhuma escolaridade, preferencialmente pertencentes a grupos sociais específicos, que habitam o entorno no qual os câmpus estão inseridos.

Desde a sua implementação, o Programa Mulheres do IFSP contribuiu com a formação de cerca de 260 mulheres de regiões rurais e urbanas do Estado de São Paulo, em um processo que já envolveu sete câmpus: Araraquara, Avaré, Boituva, Matão, Presidente Epitácio, São João da Boa Vista e Votuporanga.

Nos próximos anos, o Programa Mulheres do IFSP terá como objetivo ampliar o acesso à educação profissional e à qualificação de mulheres cis e transgênero em situação de vulnerabilidade social que residem no Estado de São Paulo, promover e orientar sua organização produtiva e, concomitantemente, realizar a formação de docentes, técnicos-administrativos e discentes para atuarem com a metodologia do Programa Mulheres do IFSP.

VI-Programa Extensão na Educação Básica

A importância das dimensões Ensino, Pesquisa e Extensão é amplamente discutida a partir do Ensino Superior. Todavia, a participação de docentes e discentes da Educação Básica em ações de extensão é, por via de regra, limitada a público-alvo.

Conforme discutido no Programa Institucional de Cultura Extensionista, a criação dos Institutos Federais, que contempla a verticalização da educação e do princípio constitucional de indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, proporciona aos estudantes do ensino médio da instituição o papel protagonista em programas e projetos de extensão por meio da participação no planejamento e na execução das ações como bolsistas.

O protagonismo discente somado à relação dialógica com a comunidade externa, outra característica intrínseca da extensão, impulsionam a participação ativa de escolas parceiras no desenvolvimento de ações de extensão, corroborando com a ressignificação da Educação Básica por oportunizar aos envolvidos uma formação emancipadora a medida que favorece a criação de espaços de vivências e aprendizado para além da sala de aula.

Assim, a PRX apresenta o Programa Institucional de Extensão na Educação Básica que dialoga tanto com as experiências que emergem do arranjo inovador que permite o protagonismo de discentes dos cursos integrados e técnicos da instituição na Extensão, quanto com o papel dos Institutos Federais como “elementos de articulação do arranjo educativo regional” e de conexão entre níveis e modalidades educacionais por meio, em especial, do apoio às escolas públicas, em consonância com o PNE.

O Programa Institucional de Extensão na Educação Básica abarca a continuidade do Programa de Cursinhos Populares; a linha de fomento para projetos desenvolvidos em escolas públicas, que somada a outras ações, passam a constituir o Projeto de Extensão na Educação Básica; e incorpora o Projeto Extensão desde o Básico.

O Programa de Cursinhos Populares tem como objetivo a oferta anual de, no mínimo, 400 vagas totalmente gratuitas aos jovens e adultos do entorno dos câmpus do IFSP, oriundos da rede pública de ensino ou em situação de

vulnerabilidade social, referenciada nos princípios da Educação Popular como perspectiva político-pedagógica, nos valores democráticos e na educação para autonomia dos sujeitos. Ademais, o Projeto de Extensão na Educação Básica visa fomentar o diálogo com o arranjo educacional nos locais onde os câmpus se situam por meio do desenvolvimento de projetos de Extensão em parceria com escolas públicas ou no âmbito das secretarias de educação (estadual e municipais).

Considerando uma característica exclusiva dos Institutos Federais, a verticalização da indissociabilidade, o Projeto Extensão desde o Básico tem como objetivo ampliar a participação de discentes da Educação Básica do IFSP em programas e projetos de Extensão, dialogando com a curricularização, além de criar um espaço institucional para reflexão e produção acerca dessa especificidade institucional.

VII-Programa de Arte, Cultura, Esporte e Lazer

Em consonância com o Plano Nacional de Cultura (PNC), o IFSP entende Cultura como parte constitutiva da ação humana e como vetor de desenvolvimento. Assim, inclui, mas não se limita às expressões simbólicas, abarcando também o direito à cidadania emancipatória.

No decorrer da história, processos colonialistas, imperialistas e expansionistas geraram concentrações de poder econômico e político, produzindo variadas dinâmicas de subordinação e exclusão cultural. Na atualidade, como reação a esse processo de homogeneização cultural induzida em âmbito local e mundial, surgem iniciativas voltadas para a proteção e afirmação da diversidade cultural da humanidade. Tal perspectiva pressupõe maior responsabilidade do Estado na valorização do patrimônio material e imaterial de cada nação. Por essa ótica, a fruição e a produção de diferentes linguagens artísticas consolidadas e de múltiplas identidades e expressões culturais, que nunca foram objeto de ação pública no Brasil, afirmam-se como direitos de cidadania.

Com essa perspectiva, o Programa Institucional de Arte, Cultura, Esporte e Lazer contribui com a renovação do compromisso de tornar nossa

instituição um lugar de produção e promoção cultural e educacional pautadas na cultura de respeito e na valorização da Diversidade e dos Direitos Humanos. Ademais, busca-se a aproximação de equipamentos públicos relacionados, principalmente os voltados aos interesses culturais, intelectuais, esportivos e artísticos, de forma a não permitir que esses se constituam como espaços restritos, contribuindo com o processo de preservação e valorização do patrimônio cultural entendido de forma mais ampla a fim de trazer à tona a riqueza e diversidade cultural que, devido ao colonialismo e etnocentrismo, foram negligenciadas (Marcellino, 2009).

Para isso, no âmbito do Programa de Arte, Cultura, Esporte e Lazer, serão desenvolvidas de forma articulada e transversal as seguintes ações: (1) Programa de Arte e Cultura, (2) Programa de Esporte e Lazer e (3) Programa Direitos Humanos e Diversidade.

O Programa de Arte e Cultura tem como objetivo institucionalizar a criação de Núcleo (s) de Arte e Cultura do IFSP com amplo diálogo e participação de arte educadores e realizadores culturais da instituição.

O Programa de Esporte e Lazer, a ser desenvolvido em parceria com os docentes de Educação Física e com servidores que já atuam na área, busca incorporar os aspectos educacionais, participativos e de rendimento, somados ao lazer. Com objetivo de criar espaços em, no mínimo, 06 câmpus para democratização da prática esportiva e do lazer.

O Programa Direitos Humanos e Diversidade tem como objetivo criar espaços de formação e de discussão acerca da temática nos câmpus do IFSP em parceria com o NEABI e o NUGS. Com isso, espera-se formar, no mínimo, 400 servidores, 200 professores de escolas públicas e 100 membros da comunidade externa por meio da realização de ações de extensão que dialoguem e perpassem pelos demais programas que compõem o Plano de Extensão do IFSP.

2.5 POLÍTICA DE INOVAÇÃO

O chamado Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), Lei nº 13.243 de 11 de janeiro de 2016, alterou nove outras leis visando melhorar o arcabouço legal que dá sustentação às atividades de ciência, tecnologia e inovação no país.

Uma das obrigações trazidas por este marco é a necessidade das instituições de ciência e tecnologia (ICTs) instituírem sua política de inovação, conforme disposto no artigo 15-A da Lei nº 10.973/2004.

“Art. 15-A. A ICT de direito público deverá instituir sua política de inovação, dispondo sobre a organização e a gestão dos processos que orientam a transferência de tecnologia e a geração de inovação no ambiente produtivo, em consonância com as prioridades da política nacional de ciência, tecnologia e inovação e com a política industrial e tecnológica nacional”.

Inovação é definida, conforme o inciso IV do artigo 2º da lei 10.973/2004, da seguinte forma:

“IV - Inovação: introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo e social que resulte em novos produtos, serviços ou processos ou que compreenda a agregação de novas funcionalidades ou características a produto, serviço ou processo já existente que possa resultar em melhorias e em efetivo ganho de qualidade ou desempenho; ”.

O Manual de Oslo, publicado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e referência para pesquisas na área de inovação, traz a seguinte definição: “Uma inovação é a implementação de um produto (bem ou serviço) novo ou significativamente melhorado, ou um processo, ou um novo método de marketing, ou um novo método organizacional nas práticas de negócios, na organização do local de trabalho ou nas relações externas”.

Em ambas as definições, é importante destacar que a inovação pode ser tanto tecnológica quanto social, não precisando ser uma novidade total. Neste sentido a introdução da inovação pode envolver a aplicação, no ambiente produtivo ou social, de técnicas, formas organizacionais ou processos que já sejam aplicados em outros locais, mas que para uma determinada organização ou grupo específico possa resultar em melhorias. Neste sentido, o IFSP deve,

em consonância com sua lei de criação, contribuir para o desenvolvimento dos arranjos produtivos locais por meio de ações cooperativas visando o desenvolvimento e/ou introdução de inovações, o que irá contribuir para geração de empregos qualificados e distribuição de renda.

A política de inovação deve nortear estas ações, sendo que a Lei 10.973/2004 alterada pelo Marco de CT&I estabelece no parágrafo único do artigo 15-A elementos importantes a serem considerados nesta política:

“Parágrafo único. A política a que se refere o caput deverá estabelecer diretrizes e objetivos:

I - estratégicos de atuação institucional no ambiente produtivo local, regional ou nacional;

II - de empreendedorismo, de gestão de incubadoras e de participação no capital social de empresas;

III - para extensão tecnológica e prestação de serviços técnicos;

IV - para compartilhamento e permissão de uso por terceiros de seus laboratórios, equipamentos, recursos humanos e capital intelectual;

V - de gestão da propriedade intelectual e de transferência de tecnologia;

VI - para institucionalização e gestão do Núcleo de Inovação Tecnológica;

VII - para orientação das ações institucionais de capacitação de recursos humanos em empreendedorismo, gestão da inovação, transferência de tecnologia e propriedade intelectual;

VIII - para estabelecimento de parcerias para desenvolvimento de tecnologias com inventores independentes, empresas e outras entidades.”

Alguns destes elementos constitutivos da política de inovação já foram regulamentados recentemente, mas há outros ainda por regulamentar.

Neste sentido, foi constituída por meio da portaria 1.493 de 14 de maio de 2018 uma comissão para elaboração da política de inovação do IFSP. Esta comissão está em fase de entendimento sobre os requisitos legais necessários para a política de inovação, identificando os elementos que já foram regulamentados pelo IFSP.

Ao longo de 2019, esta comissão atuará para elaborar a proposta da política de inovação, colocando-a em consulta pública antes de enviá-la para aprovação pelo Conselho Superior.

2.6 POLÍTICA DE INTERNACIONALIZAÇÃO

A internacionalização das Instituições de Ensino Superior (IES) e, em especial, dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia é um tema que passa a ser central no Brasil, principalmente com a acentuação dos processos de globalização e integração regional e mundial em diversos âmbitos.

A internacionalização é considerada por IES do mundo inteiro como um processo necessário para elevar os índices de excelência em educação e pesquisa e proporcionar uma formação ampla para os alunos transitarem num mundo cada vez mais globalizado. É através dela que as IES se tornam “Universidades de Classe Mundial”, termo cunhado pelo Banco Mundial, baseado em Salmi (2009) que explora os desafios para se construir essas IES de excelência. São universidades que apresentam resultados superiores às demais, como alta demanda por seus alunos, liderança em pesquisa e transferência de tecnologia.

As Relações Internacionais na Educação representam condições fundamentais para o desenvolvimento institucional e dos cidadãos, pois torna-se essencial conhecer experiências de outros países, buscando o diálogo entre culturas, permitindo a compreensão das diferenças, a troca de conhecimentos e o estímulo à solidariedade e à cultura da paz. Destacamos que são importantes os benefícios gerados pelas trocas de experiências e intercâmbio de alunos, professores e técnicos administrativos com instituições parceiras de outros países, na medida em que o desenvolvimento de projetos de cooperação internacional permitem a inovação, a construção de conhecimento mútuo através de pesquisas, o desenvolvimento de tecnologias, que se associa a uma educação de qualidade.

É nesse contexto que se torna premente a Internacionalização do IFSP, pois uma IES não se torna de classe mundial por desejo próprio. Esse status tem origem externa e vem por reconhecimento internacional. E para que esse reconhecimento ocorra é necessário que o IFSP, entre vários critérios, tenha grande presença internacional. E isso é algo que deve ser promovido internamente.

Para a edificação de um IFSP internacionalizado, faz-se necessário

desenvolver ações em seis dimensões ou pilares, de acordo com o índice criado pelo Conselho Americano de Educação (ACE7 - American Council on Education) 8: a saber: Visão Estratégica; Currículo e Aprendizado; Estrutura Organizacional; Apoio ao Docente; Mobilidade; e, Colaboração e Parceria envolvendo estudantes, docentes e técnicos-administrativos.

Para isso, desenvolveremos um planejamento estratégico para a internacionalização do IFSP no período deste PDI, bem como a construção conjunta de uma política de internacionalização, uma política linguística e uma estruturação financeira-orçamentária para que essas dimensões possam se efetivar.

2.7 POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EaD)

2.7.1 Trajetória da Educação a Distância no IFSP

A trajetória da educação a distância (EaD) no IFSP precisa ser resgatada para explicitar o quanto essa modalidade vem sendo discutida e desenvolvida criticamente pela comunidade nos últimos anos, promovendo um amadurecimento institucional sobre a mesma. As primeiras ações experimentais no sentido de implementar a EaD no IFSP se deram com a participação da instituição no Edital 01/2007/Seed/Setec/MEC, apresentando projetos de cursos para o Programa Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec Brasil), que foram elaborados pela equipe da então Unidade de Sertãozinho do CEFET-SP.

Com a transição, em 2009, da antiga estrutura de CEFET para Instituto Federal, pela Lei nº 11.892/2008, a Diretoria de Educação a Distância (DED), criada em 2008, passou a ser uma gerência integrante da Pró-Reitoria de Extensão, assumindo o planejamento e gerenciamento do Programa e-Tec Brasil no IFSP para implementação dos primeiros cursos técnicos a distância aprovados pela comissão de análise e seleção do e-Tec Brasil/MEC. O Câmpus São João da Boa Vista assumiu a gestão do curso técnico em Informática para Internet e o Câmpus Caraguatatuba ficou responsável pela gestão do curso técnico em Administração. As primeiras turmas foram ofertadas pelo Edital do IFSP nº 82, de 13 de julho de 2009, em cinco municípios. Nas discussões sobre o PDI, consolidado em 2009, a comunidade optou por conceber a EaD como uma modalidade que deveria ser desenvolvida somente no âmbito das atividades de extensão. Entretanto, como a implementação dos cursos técnicos via e-Tec Brasil já estava sendo executada, esse programa possibilitou, ainda que em caráter experimental, o desenvolvimento das bases de conhecimento e das principais estruturas de tecnologia e de polo, bem como a formação de equipes especializadas em EaD no IFSP para manter esses cursos que eram, basicamente, mantidos com o fomento do FNDE.

A partir da Rede e-Tec, o IFSP ampliou, progressivamente, o número de cursos e de municípios atendidos, conforme foram surgindo demandas em outras regiões ainda não contempladas, chegando a ter 27 polos no ano de 2015,

explorando um modelo de polos abertos em municípios e em câmpus do próprio IFSP. Com o início do programa Profucionário, em 2012, outros dois cursos foram ofertados: o técnico em Multimeios Didáticos e o técnico em Secretaria Escolar, gestados pelo Câmpus São João da Boa Vista e Câmpus Boituva, respectivamente. Nesse mesmo ano, com o apoio da Diretoria de EaD, que ainda estava na Pró-Reitoria de Extensão, o Câmpus São Paulo implementou o primeiro curso superior do IFSP na modalidade a distância: o curso superior em Formação Pedagógica de Docentes para a Educação Profissional de Nível Médio; e atuou como polo na oferta do curso técnico em Secretaria Escolar. Em 2013, o IFSP passou a ofertar também, pela Rede e-Tec, o curso técnico em Serviços Públicos, tendo o Câmpus São Roque como ofertante. No mesmo ano, com a aprovação, pela Resolução nº 871, de 4 de junho de 2013, do Conselho Superior do IFSP, do novo Regimento Geral do IFSP, a Diretoria de Educação a Distância (DED) passa a integrar a Pró-Reitoria de Ensino, consolidando a EaD como modalidade regular de ensino na instituição.

Paralelamente, a Diretoria de Educação a Distância tem desenvolvido, ao longo do tempo, projetos de formação voltados a servidores docentes e técnico-administrativos da instituição, realizando capacitações para o uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle, oficinas presenciais sobre tecnologias na aprendizagem, webinars, produção de vídeos e demais recursos educacionais, e de educação inclusiva como, por exemplo, o Projeto IFSP para Tod@s, curso idealizado pela Diretoria de Educação a Distância e pela Diretoria de Projetos Especiais da Pró-reitoria de Ensino (PRE), em 2016.

Em 2016, iniciou-se a oferta do e-Tec Idiomas sem Fronteiras, curso de extensão híbrido com atividades presenciais e on-line, voltado ao ensino de idiomas para a comunidade interna e externa do IFSP.

A DED também tem apoiado e incentivado a criação e desenvolvimento de MOOCs (cursos abertos on-line e massivos) para a comunidade interna e externa, assim como oficinas de formação continuada via ação FormAção Colabore, desde 2017, quando a Formação Continuada veio compor as ações dessa diretoria. Os MOOCs também têm sido utilizados em ações de formação interna voltadas a servidores técnico-administrativos da instituição, como o curso sobre a Lei nº 8.112/90.

Em 2017, o Câmpus Sertãozinho do IFSP passou a ser uma das instituições ofertantes do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), curso de mestrado profissional, ofertado em Rede por 18 Institutos Federais, na modalidade semipresencial, isto é, as disciplinas obrigatórias que compõem o currículo do mestrado são ofertadas na modalidade presencial, com carga horária de até 30% a distância.

Também é importante ressaltar a relevância da criação de comissões/núcleos de EaD nos câmpus, fortalecendo a discussão sobre a implementação dessa modalidade de ensino junto às comunidades de cada câmpus. Nesse sentido, a DED vem promovendo, em um processo contínuo, reuniões orientativas e formações nos câmpus, esclarecendo dúvidas e mostrando as diversas possibilidades de oferta de EaD, seja por meio de cursos de curta duração via MOOCs, cursos de formação inicial e continuada pela extensão, oferta de 20% da carga horária a distância em cursos presenciais, cursos a distância institucionais ou por meio de programas como UAB e Profucionário, etc.

No ano de 2018, iniciamos a oferta do curso de Pedagogia por meio do Programa de Formação Docente em Rede do CONIF, em parceria com outros Institutos Federais.

Após esse percurso de desenvolvimento gradativo e crítico sobre as concepções de EaD consolidadas pelas experiências e práticas desenvolvidas no IFSP nos últimos anos, a DED passou a gerir o Centro de Referência em Educação a Distância que continuará fomentando essas ações em parceria com os câmpus.

2.7.2 Concepção de EaD sob o olhar institucional

Conforme o Art. 1º do Decreto nº 9.057/2017, que regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional:

[...]considera-se educação a distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de

acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos. (BRASIL, 2017)

Assim, a modalidade de educação a distância não se diferencia da modalidade de ensino presencial em seus elementos fundamentais e, sim, no seu modo de mediação didático-pedagógica. Há, no cenário atual, uma ampla discussão sobre o conceito de EaD, inclusive no sentido de criticar a escolha lexical para definir a modalidade nos documentos legais, que dão ênfase na oposição entre presença e distância. Pesquisadores como Leffa e Freire (2013), que estudam os fenômenos da linguagem em uso, destacam que essa modalidade deveria ter sua nomenclatura revista, pois os processos de aprendizagem mediados pelas tecnologias digitais, hoje, podem compor um continuum de relações humanas que articulam e convergem situações de tempo e espaço diferentes, mas que, em essência, promovem o encontro e a relação de aprendizagem entre pessoas por meio da tecnologia digital.

Considerando as especificidades da EaD, cuja principal característica constitui-se no fato de o professor não estar presente no mesmo espaço geográfico que seus alunos, mas que se faz presente por meio das relações estabelecidas pela mediação tecnológica e discursiva, a atual concepção de EaD do IFSP tem se construído a partir das várias articulações entre espaços de relações humanas de aprendizagem, linguagens e currículos, inclusive na perspectiva da convergência gradativa entre atividades presenciais e on-line nos diferentes níveis de ensino. A partir dessa concepção, torna-se emergente uma organização curricular e pedagógica que requer a constituição de equipes multidisciplinares engajadas, capazes de desenvolver estratégias, ambientes e recursos educacionais que proporcionem uma aprendizagem alinhada com os princípios e valores do IFSP.

A concepção pedagógica de EaD adotada pela instituição prevê uma abordagem crítica, com adoção de diferentes modelos e desenhos didáticos colaborativos, abertos, complexos, contextualizados, que propiciem as relações humanas entre os sujeitos da ação educativa e a reflexão crítica, visando à construção cultural, social e científica de conhecimentos, instrumentos e saberes técnicos alinhados aos princípios de inovação social e tecnológica. Assim, a

mediação pedagógica é baseada nas relações humanas permeadas pelas linguagens, mídias e tecnologias, permitindo a emergência de uma cultura digital própria da comunidade do IFSP e que respeita as diferentes concepções teóricas de aprendizagem compromissadas com uma visão ética de formação humana.

Nessa perspectiva, os professores e educandos assumem juntos um papel fundamental de mediação na construção do conhecimento, colaborando conjuntamente nas estratégias de aprendizagem para que possam desenvolver suas percepções, reflexões e convicções acerca dos processos culturais, sociais e de trabalho, constituindo-se como cidadãos e profissionais com responsabilidade ética, técnica e política.

Atualmente, a legislação brasileira, no âmbito da oferta de cursos de graduação, diferencia duas modalidades de cursos para fins de registro nos sistemas do MEC: cursos presenciais e cursos a distância. Assim, vale esclarecer que um curso que preveja um modelo de desenho educacional que contemple uma carga on-line maior que os 20% da legislação atual será, para fins legais, considerado um curso a distância, ainda que possa ter uma grande carga presencial no currículo. No caso de cursos presenciais que possuam algum percentual de carga horária on-line até, no máximo, 20% será considerado um curso presencial para fins legais. Independentemente da composição curricular, no que diz respeito à carga horária on-line de um curso de graduação, esses cursos terão os indicadores relacionados a EaD requisitados no processo de avaliação e reconhecimento. Entretanto, a partir da concepção de EaD postulada para o contexto do IFSP, é imprescindível considerar a utilização de carga horária on-line na perspectiva de convergência de presencial e on-line na promoção de espaços e tempos diversos de relações de aprendizagem.

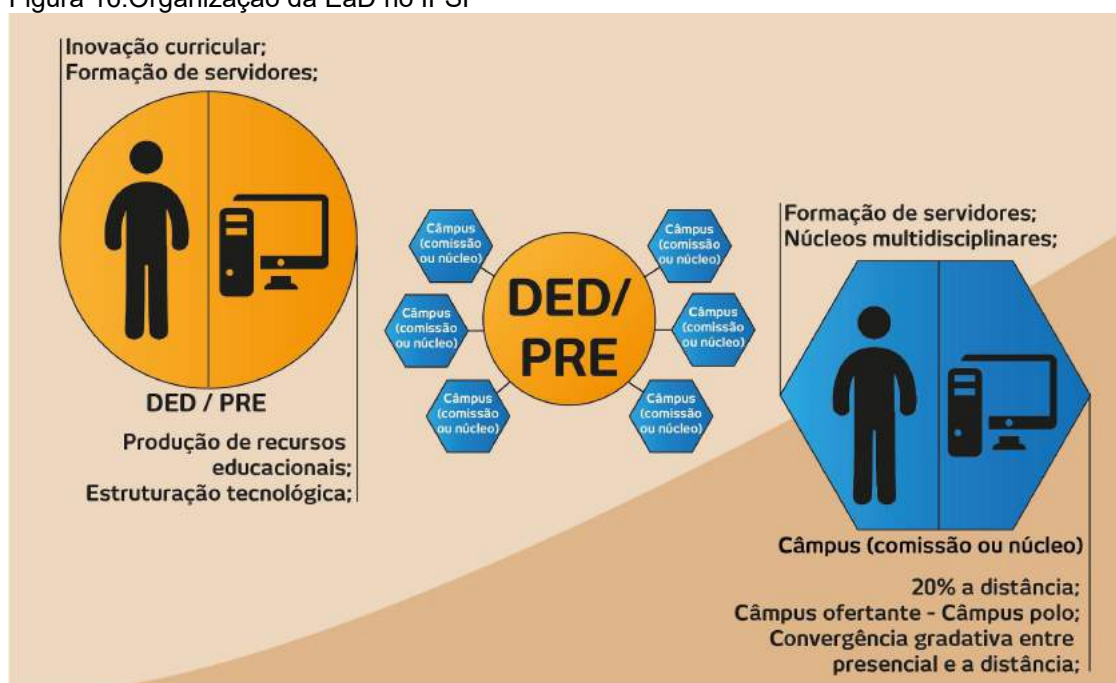
2.7.3 Premissas da EaD no IFSP

A gestão estratégica da EaD compreende os diversos aspectos de planejamento, desenvolvimento e implementação das propostas pedagógicas da instituição, envolvendo a elaboração de políticas de EaD, gestão de recursos financeiros, coordenação de equipes de trabalho e organização e oferta de cursos. Nos últimos anos, a DED vem trabalhando na regulamentação dos principais processos organizacionais de EaD no IFSP, como a regulamentação da seleção, definição de papéis e pagamento de bolsistas, pela Resolução

CONSUP/IFSP nº 02/2017, e implementação e gestão de polos presenciais, pela Resolução CONSUP/IFSP nº 42/2016.

A premissa de organização da EaD no IFSP envolve um núcleo gestor da EaD, atualmente como Diretoria de Educação a Distância (DED), estabelecida na Pró-Reitoria de Ensino, que atua de maneira sistêmica e em rede com comissões ou núcleos de EaD nos câmpus, visando à institucionalização e atuação junto às demandas de inovação curricular, formação de servidores, produção de recursos educacionais e de estruturação tecnológica.

Figura 16: Organização da EaD no IFSP



Fonte: Elaborado pela DED/IFSP.

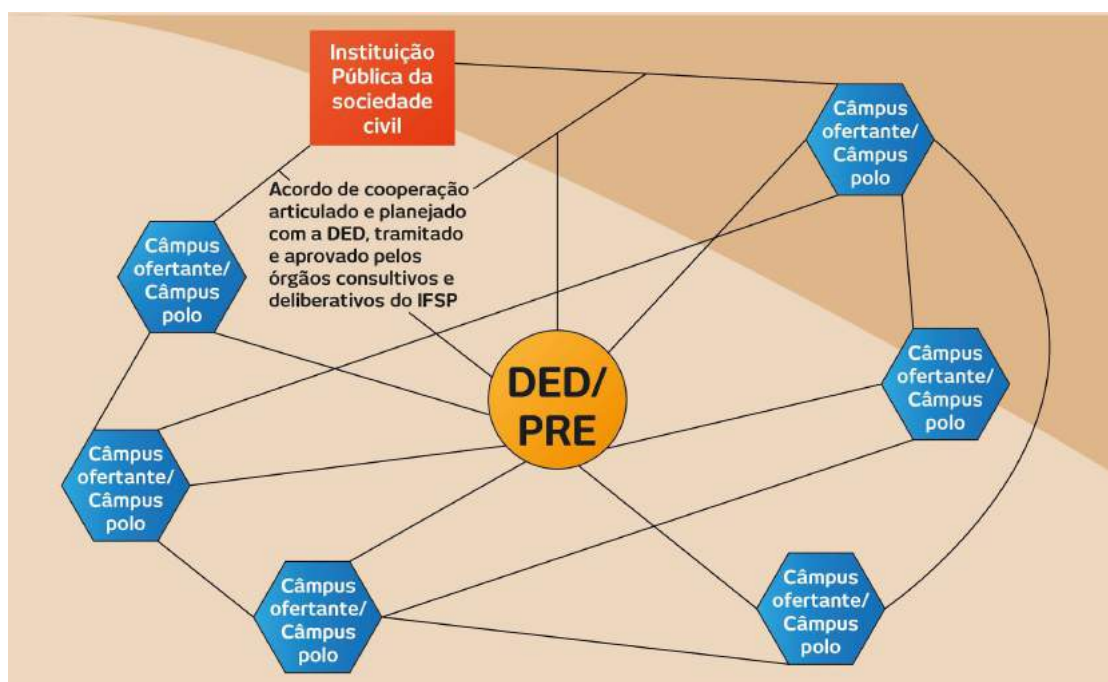
Nessa organização, a DED possui servidores técnicos especialistas em educação a distância que compõem a equipe multidisciplinar institucional, formada por produtores audiovisuais, programadores visuais, pedagogos e técnicos em assuntos educacionais atuando como designers educacionais e revisores, técnicos em tecnologia da informação, coordenador de EaD e gestores de EaD.

Cada câmpus do IFSP tem autonomia para a oferta de cursos nessa modalidade, desde que garanta a formação de servidores, constituindo equipes

multidisciplinares que se articulem com a DED, com base em um planejamento adequado que preveja a oferta, inclusive no PDI, seja a partir da convergência gradativa entre presencial e on-line, ou da inserção de carga horária a distância.

Também é garantida a oferta de cursos de maneira sistêmica e em rede, seja entre câmpus do IFSP na relação câmpus ofertante-câmpus polo e/ou câmpus ofertante-câmpus parceiro administrativo e/ou entre câmpus, Institutos Federais, universidades e demais instituições públicas da sociedade civil, por meio de acordo de cooperação, desde que devidamente planejado, articulado com a DED, tramitado e aprovado pelos órgãos consultivos e deliberativos do IFSP.

Figura 17: Oferta sistêmica e em rede da EaD no IFSP.



Fonte: Elaborado pela DED/IFSP.

A criação de polos de apoio presencial, seja em câmpus do IFSP ou em outra instituição, também deve seguir a regulamentação interna⁷ e externa, bem como garantir a devida justificativa de demanda.

Quando a oferta de cursos for sistêmica entre diferentes câmpus do IFSP, além do Projeto Pedagógico do Curso, será necessária a criação de um

⁷ Resolução CONSUP/IFSP nº 42/2016

plano de trabalho, contemplando um memorial técnico-descritivo, assinado pelos respectivos diretores dos câmpus envolvidos, descrevendo a divisão de responsabilidades, infraestrutura, recursos financeiros, equipes docentes e técnico-administrativas compartilhadas, a ser, primeiro, submetido para análise da DED, que auxiliará nos encaminhamentos e tramitação da proposta junto aos demais órgãos do IFSP.

Quando a oferta de cursos for com outras instituições, além do Projeto Pedagógico do Curso, será necessária a tramitação de acordo de cooperação, seguindo a regulamentação interna vigente no IFSP. Nesse caso, a DED poderá auxiliar, inclusive, nas etapas de elaboração pedagógica do projeto e, posteriormente, nos encaminhamentos e tramitação da proposta junto aos demais órgãos do IFSP.

2.7.4 Premissas nos papéis dos sujeitos

A consolidação das propostas pedagógicas em EaD requer, essencialmente, além da dimensão do ensino propriamente dita, a constituição de uma equipe multidisciplinar composta por docentes e técnico-administrativos que possam atuar com as atividades de tecnologia, audiovisual, design educacional, revisão, diagramação, editoração, validação e demais atividades que envolvem o desenvolvimento de cursos a distância no IFSP, principalmente no desenvolvimento de recursos e materiais educacionais e gestão de ambientes virtuais de aprendizagem. Compreende-se os sujeitos que atuam na EaD como profissionais especialistas ou engajados na articulação entre a cultura digital, seus artefatos, linguagens e mídias e a cultura acadêmica do IFSP.

Na dimensão do ensino, as atividades docentes e atividades de tutoria, como trata o instrumento de avaliação vigente, no IFSP, são concebidas a partir da não fragmentação da docência, ou seja, a mediação pedagógica dos cursos de EaD, quando ofertados em modelo institucional, sem fomento da UAB ou qualquer outra proposta da mesma natureza, segue a orientação estabelecida pelo Grupo de Trabalho de Institucionalização da EaD do CONIF, que permite ao próprio professor, como mediador pedagógico, realizar, além das atividades de tutoria, as atividades formativas, a elaboração de materiais, a regência-mediação no ambiente virtual e ou nos espaços presenciais, quando for o caso.

No contexto de cursos ofertados via fomento externo, como e-Tec ou UAB, a seleção de bolsistas bem como a definição dos papéis de docência, como as atividades de tutoria, é reguladas pela Resolução CONSUP/IFSP nº 02/2017, além das legislação específica de cada programa.

Também é importante destacar que o estudante, nessa concepção de EaD, é compreendido como um sujeito que precisa estar engajado com o próprio processo de aprendizagem, contribuindo e colaborando com os docentes nesse processo, desenvolvendo um perfil crítico, colaborador, pesquisador, autônomo, fluente na cultura digital e comprometido com seu aprendizado.

2.7.5 Premissas de acesso, uso e integração de tecnologias e serviços on-line.

Para as ações que envolvam a EaD no IFSP, as premissas para o uso das tecnologias e mídias digitais devem ser pautadas pelos princípios da acessibilidade, da ergonomia, da aceitação cultural, da gratuidade, da interoperabilidade, da reutilização e, principalmente, da capacidade de customização e personalização para o contexto ou curso a ser ofertado, desde que alinhados com os objetivos educacionais propostos.

Nesse sentido, como ambiente virtual de aprendizagem oficial da instituição que atende às premissas estabelecidas, o IFSP escolheu o Moodle, que poderá ser implementado e gerido por cada câmpus, desde que os requisitos mínimos de acessibilidade e de interoperabilidade sejam garantidos. A DED é responsável por apoiar a pesquisa e a formação de servidores para o uso do Moodle.

Outras tecnologias e mídias poderão ser integradas e articuladas aos processos de ensino-aprendizagem, desde que respeitadas as premissas estabelecidas, inclusive se integradas ao ambiente Moodle utilizado. A DED incentiva o uso de ferramentas de conferência web para aulas síncronas e a produção de vídeos e sons educacionais, visando ampliar a multimodalidade das linguagens e mídias nos processos de ensino-aprendizagem.

Nos últimos quatro anos, a DED tem articulado esforços junto à Diretoria de Informação do IFSP para integrar e aprimorar os sistemas utilizados nas demandas de EaD, como o ambiente Moodle, no sistema integrado de gestão

acadêmica SUAP, facilitando o acesso dos estudantes dos cursos EaD a todos os serviços on-line disponibilizados por esse sistema.

É também uma premissa relevante para a EaD no IFSP a disponibilidade e a garantia de acesso, consulta e uso do acervo das bibliotecas físicas e digitais, pelos serviços Pergamum e Biblioteca Virtual, além do acesso amplo às bases eletrônicas de periódicos científicos da Capes pelo sistema integrado de gestão acadêmica SUAP.

A DED também fomenta o uso de tecnologias e mídias para a disseminação e compartilhamento de pesquisas, estudos e conhecimentos desenvolvidos no âmbito da EaD no IFSP a partir dos canais de Youtube, Web TV, podcasts e rádios institucionais, visando ampliar o desenvolvimento dessas estratégias de comunicação e interação com a comunidade interna e externa.

2.7.6 Premissas de curadoria e produção de recursos e materiais didáticos

As principais premissas de curadoria e produção de materiais didáticos e recursos educacionais digitais no IFSP são:

- Ênfase na curadoria e produção de materiais didáticos e recursos educacionais digitais que estejam alinhados à filosofia e cultura educacional das diferentes modalidades e níveis de ensino do IFSP;
- Curadoria de materiais e recursos educacionais digitais que garantam os requisitos mínimos de acessibilidade, usabilidade, reusabilidade, granularidade, interoperabilidade, bem como os requisitos estabelecidos nos modelos mais tradicionais de curadoria, seja na dimensão quantitativa, como o modelo LORI - Instrumento de Revisão de Objetos de Aprendizagem ou *Learning Object Review Instrument* (LORI) baseado nos estudos de Nesbit, Belfer & Leacock (2002)⁸ -,
- seja na dimensão qualitativa, como proposto pelo guia CASCOIME (*Cost, Accessibility, Social Political, Cultural Friendliness, Open-Flexibility, Interactivity, Motival Value, Effectiveness*).⁹

⁸ Fonte: https://www.academia.edu/7927907/Learning_Object_Review_Instrument_LORI_

⁹

- A implementação de um fluxo institucional de produção de materiais didáticos e recursos educacionais digitais que garanta o desenvolvimento de um design educacional alinhado ao projeto pedagógico e à filosofia institucional, a validação ou revisão técnica dos conteúdos, a revisão de linguagem, avaliação de plágio, a editoração e diagramação dos materiais e recursos, com a possibilidade de publicação em diferentes formatos e mídias, inclusive pela editora do IFSP, a EDIFSP, em diferentes licenças, como Domínio Público ou Creative Commons, com a garantia do registros dos créditos de produção e de autoria dos sujeitos envolvidos na produção.
- A elaboração e atualização contínua dos guias e manuais de curadoria e produção de materiais e recursos educacionais digitais publicados pela DED.

Figura 18: Fluxo de produção de recursos educacionais para EaD



Fonte: Elaborado pela DED/IFSP.

2.7.7 Premissas de educação inclusiva

A EaD do IFSP tem como premissas, no âmbito da educação inclusiva possibilitar o atendimento às necessidades específicas dos diferentes estudantes, professores e técnicos, garantindo os principais requisitos de acessibilidade digital, linguística, sensorial e atitudinal, tanto no detalhamento de estratégias inclusivas nos PPCs, como nos ambientes virtuais de aprendizagem, nos recursos educacionais digitais e nas ações de formação de servidores. Possui como premissa, na acessibilidade digital, promover estratégias para viabilizar que os recursos digitais, sejam ambientes ou materiais, estejam adequados para garantir que pessoas com cegueira, baixa visão ou qualquer outra condição, possam interagir com professores e estudantes e acessar os conteúdos e informações.

Na premissa de acessibilidade linguística, busca-se promover estratégias para que os recursos digitais, sejam ambientes ou materiais, possam ter uma natureza linguística inclusiva que considere as variações discursivas e culturais nos processos de comunicação, principalmente em Libras, e que permita melhores condições de acesso aos conteúdos e informações.

Em relação à premissa de acessibilidade sensorial, incentivar a multimodalidade de recursos e mídias, de diferentes matrizes de linguagem, como sonora, verbal, visual e multimodal, que permitam melhores condições de acesso aos conteúdos e informações para quaisquer perfis de estudantes, principalmente os que possuem necessidades específicas.

E, na premissa da acessibilidade atitudinal, incentivar e promover uma cultura inclusiva a partir de ações de formação de servidores sobre a articulação entre tecnologia e educação inclusiva, princípios éticos das relações humanas em contextos digitais.

2.7.8 Objetivos para a EaD no IFSP

O objetivo estratégico estabelecido para a EaD do IFSP para os próximos anos é promover a cultura digital, seus artefatos, linguagens e tecnologias, articuladamente ao ensino, à pesquisa, à extensão, à formação de servidores e à gestão acadêmica e de tecnologia da informação, ampliando a oferta de ações e cursos mediados pelas tecnologias, inclusive pela

convergência entre atividades on-line e presenciais.

Para alcançar esse objetivo estratégico, é necessário, principalmente, atingir os seguintes objetivos específicos:

- Propor políticas e diretrizes para o uso das tecnologias, mídias e linguagens nos currículos, alinhando as mudanças legais à filosofia e objetivos educacionais do IFSP.
- Fomentar a convergência entre a cultura digital e a cultura educacional do IFSP por meio dos diferentes modelos de design educacional e propostas pedagógicas.
- Desenvolver e ofertar formação aos servidores, comunidade e demais profissionais da educação para o uso cultural das linguagens, mídias e tecnologias como artefatos educacionais, por meio do ensino, pesquisa e extensão.
- Promover a convergência das modalidades de ensino por meio de ações que integrem os aspectos pedagógicos e tecnológicos nos cursos.
- Desenvolver e fomentar a pesquisa sobre a modalidade EaD em suas dimensões legais, pedagógicas e culturais no âmbito do IFSP.
- Promover novas articulações curriculares e metodologias nos cursos dos diferentes níveis e modalidades do IFSP voltadas para o atual cenário cultural e social.
- Promover a integração e a ampliação da oferta de cursos de Educação Profissional Científica e Tecnológica na modalidade a distância, visando interiorizar e democratizar o acesso à EPCT.
- Integrar a EaD nos diversos níveis e modalidades educacionais, ampliando as ofertas de cursos técnicos, cursos FIC e cursos de formação de professores para a EPCT, assim como fomentar a oferta de cursos de graduação e pós-graduação, por meio da convergência entre atividades presenciais e on-line.
- Fomentar e ampliar a formação continuada de servidores para a produção e uso de tecnologias educacionais em suas práticas cotidianas.
- Fortalecer a representação da EaD nas instâncias consultivas e deliberativas, ampliando as discussões sobre as políticas e a institucionalização da EaD.

- Propor e implementar políticas e metodologias de EaD no IFSP.
- Apoiar os câmpus no planejamento e execução dos cursos a distância, na implementação da carga horária a distância em cursos presenciais e no uso de tecnologias na educação.
- Selecionar e capacitar profissionais para atuar com EaD no IFSP em ações e projetos ou programas especiais.
- Criar e manter uma plataforma de formação continuada de servidores e publicação de materiais e recursos educacionais digitais.
- Implementar fluxo institucional de produção de materiais e recursos educacionais digitais.
- Publicar políticas de uso de ambientes virtuais de aprendizagem.
- Incentivar o uso das tecnologias e mídias digitais na promoção da educação inclusiva nos diferentes cursos do IFSP.
- Incentivar o uso e produção de tecnologias assistivas para a promoção da cultura de educação inclusiva nos cursos do IFSP.
- Produzir e atualizar continuamente guias e manuais de curadoria e produção de materiais e recursos educacionais digitais.
- Fomentar o uso, a pesquisa e a melhoria do ambiente virtual Moodle pelos câmpus.
- Apoiar os câmpus no uso de TICs (conferência web, transmissão on-line, etc.).
- Apoiar os setores de registro acadêmico, CAE, pedagógico, TI e outros setores dos câmpus quanto a procedimentos específicos de EaD.
- Fomentar a pesquisa e extensão sobre os contextos e cenários de EaD, tecnologias, mídias e linguagens.
- Apoiar a implementação de novos cursos a distância por esforço próprio.
- Planejar e implementar o NUTRE (Núcleo de Tecnologia e Recursos Educacionais), tendo como célula central a DED para atuar de maneira sistêmica e em rede com os demais câmpus por meio de comissões.
- Ampliar as ações de integração dos estudantes da educação a distância.

2.7.9 Desafios para a EaD no IFSP

Os desafios para a EaD no IFSP para os próximos anos se configuram em diferentes dimensões institucionais, como a dimensão cultural, legal, tecnológica, administrativa e pedagógica.

Na dimensão cultural, o principal desafio é estabelecer propostas e possibilidades que permitam à comunidade interna do IFSP compreender a modalidade EaD para além dos preconceitos historicamente estabelecidos, ressignificando-a como uma modalidade que se beneficia da convergência entre tecnologias, mídias e linguagens. Nesse sentido, torna-se necessário criar espaços de experiências culturais para estudantes, docentes e técnicos explorarem e vivenciarem cotidianos de formação e aprendizagem por meio dessa modalidade a partir de projetos coerentes e engajados com a transformação social dos sujeitos.

Na dimensão legal, torna-se necessário avaliar e estabelecer princípios que se articulem às mudanças dinâmicas da legislação nessa modalidade, engajando a comunidade na participação das discussões sobre a institucionalização na Rede Federal e o uso das tecnologias para a promoção de diferentes espaços-tempos de ensino e aprendizagem.

No que diz respeito à dimensão tecnológica, o principal desafio é a interoperabilidade dos sistemas, melhorando cada vez mais a experiência de usabilidade de ambientes virtuais, ambientes acadêmicos, bibliotecas digitais, dentre outros.

Quanto aos desafios na dimensão administrativa, a interoperabilidade dos sistemas relacionados às atividades educacionais e demais informações para os estudantes e docentes, bem como para os registros acadêmicos dos câmpus é o principal desafio a ser superado.

E, por último, na dimensão pedagógica, os principais desafios são desenvolver uma cultura de aprendizagem cooperativa entre estudantes e docentes a partir do uso das tecnologias e mídias, bem como superar preconceitos sobre aprendizagem presencial e a distância, e responsabilidades dos sujeitos nos processos de aprendizagem nesses contextos de convergência entre presencial e digital.

2.8 POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS

2.8.1 Trajetória das Ações Afirmativas no IFSP

Pensar a estruturação de uma política voltada à inclusão e ao respeito às diferenças, passa necessariamente, por uma prática reflexiva sobre as extremas e históricas desigualdades de oportunidades educacionais que caracterizam o país.

Diante desse aspecto histórico-social, o Instituto Federal de São Paulo, alinhado com o cumprimento de sua função social, vem empreendendo um conjunto de ações, das quais pode-se destacar a criação da Comissão de Organização da Política de Ações Afirmativas foi instituída pela portaria nº 1.989 de 29 de maio de 2017, cujo papel foi de levantar, compilar e analisar os documentos, legislações e procedimentos relacionados às ações afirmativas já estabelecidas no instituto e as demandas ainda não regulamentadas.

Para dar continuidade ao trabalho, em especial à continuação da elaboração da minuta das Ações Afirmativas, foi instituída a comissão por meio da Portaria do IFSP nº 554 de 22 de fevereiro de 2018.

2.8.2 Princípios Fundamentais da Política de Ações Afirmativas

As ações afirmativas são compreendidas como ações de caráter temporário, cujo objetivo é compensar e corrigir distorções históricas ou atuais que geram cenários de segregação e de discriminação institucionalizadas de determinados grupos, seja por critérios de etnia, gênero, sexualidade, deficiência entre outros.

Neste sentido, a Política de Ações Afirmativas do IFSP caracteriza-se por ações de inclusão nas atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, visando a promoção do respeito à diversidade socioeconômica, cultural, étnico-racial, sexual e de gênero, do público-alvo da educação especial e para a defesa e promoção dos direitos humanos.

A Política de Ações Afirmativas propõe medidas especiais para o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes, em todos os cursos oferecidos pelo IFSP, prioritariamente para pretos, pardos, indígenas, quilombolas, público-

alvo da educação especial, imigrantes, mulheres, transexuais, travestis, transgêneros e oriundos de escolas públicas.

Os princípios norteadores da Política de Ações Afirmativas do IFSP definem-se pelo direito à educação pública, laica, gratuita e de qualidade; pelo equilíbrio nas condições ao acesso, permanência e êxito no percurso formativo; pela articulação entre as práticas educacionais, sociais e o trabalho; pela liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte, as ciências e o saber; pelo pluralismo de ideias e de práticas pedagógicas; pelo respeito à liberdade; pela universalização da educação inclusiva; pela garantia dos valores éticos e humanísticos; pelo convívio e respeito às diversidades étnica, cultural, social, sexual, de gênero, de crença, de necessidades específicas ou outras características individuais, coletivas e sociais; pela promoção da autonomia, participação política e emancipação das adolescências e juventudes e pela educação para os Direitos Humanos.

2.8.3 Objetivos

O objetivo geral da Política de Ações Afirmativas do IFSP consiste em promover ações afirmativas, mediante programas e ações específicas, com vistas à construção de uma instituição inclusiva, permeada por valores democráticos e pelo respeito à diferença e à diversidade, educando para os direitos humanos.

Do objetivo geral da Política, podemos dividir em 4 grandes eixos de atuação:

Eixo 1 – Construção de uma cultura acadêmica para a diversidade e inclusão;

Eixo 2 - Acesso à educação por meio de reserva de vagas;

Eixo 3 – Acompanhamento à permanência do estudante em seu percurso formativo;

Eixo 4 – Êxito e inserção profissional dos estudantes egressos.

A promoção da cultura acadêmica para a diversidade e a inclusão é um desafio permanente para a Instituição e tem sido construída pela revisão de suas práticas, por ações e atividades desenvolvidas pelas Pró-Reitorias, pelos Câmpus e pelo engajamento dos Núcleos garantindo espaço para promoção de discussões, seminários, palestras, formações, fóruns, debates, publicações que

sensibilizam a comunidade interna e externa para práticas educativas inclusivas e para um ambiente acadêmico que valorize e respeite as diferenças.

Ações afirmativas voltadas ao acesso buscam promover e apoiar a oferta de pré-vestibulares comunitários nos Câmpus do IFSP, priorizando o acesso dos estudantes que tenham cursado integralmente o ensino fundamental e médio em instituições públicas de ensino; o acesso aos diferentes níveis e modalidades de ensino, oferecidos pelo IFSP, será realizado mediante processo de ingresso. O ingresso de estudantes no ensino técnico de nível médio e na graduação será regido pela Lei nº 12.711/2012, pelo Decreto 7.824/12 e pela Portaria Normativa nº 18/2012. Os cursos e programas de pós-graduação Lato Sensu e Stricto Sensu seguirão a Resolução do IFSP nº 41/2017, no que diz respeito às políticas de reserva de vagas. Serão reservadas, no mínimo, 5% (cinco por cento) das vagas nos processos seletivos para estudantes do IFSP para pessoas com deficiência. O IFSP assegura ao candidato transgênero, travesti ou transexual o direito de ser tratado pelo gênero e pelo nome social durante todo o processo seletivo.

Como ações afirmativas de acompanhamento e permanência aos estudantes ingressantes no IFSP destacam-se o apoio acadêmico por meio de desenvolvimento de programas e projetos de ensino, pesquisa e extensão, envolvendo estudantes, docentes e técnicos administrativos do IFSP; o apoio pedagógico realizado pela Coordenadoria Sociopedagógica (CSP) do Câmpus, de modo articulado ao NAPNE, NEABI ou NUGS; o apoio em face das demandas de situação de baixa renda e vulnerabilidade, mediante a inserção do estudante em programas de assistência estudantil, considerando a Política de Assistência Estudantil do IFSP; as adaptações de materiais didático-pedagógicos e de instrumentos de avaliação, levando em consideração as especificidades e peculiaridades dos estudantes; a ampliação e melhoria de infraestrutura no Câmpus e de condições necessárias para o atendimento prestado pelo NAPNE, NEABI e NUGS; as ações de formação e capacitação de servidores e estudantes do IFSP desenvolvidas de forma articulada ao NAPNE, NEABI ou NUGS, conforme temática a ser trabalhada; a acessibilidade física para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida; a realização da semana da diversidade, em todos os câmpus, anualmente, a promoção de debates sobre diversidade nos

currículos; a acessibilidade virtual/comunicacional de sites, portais, sistemas e ambientes virtuais de ensino-aprendizagem; a disponibilização de produtos e serviços de Tecnologia Assistiva para o apoio ao público-alvo da educação especial; a disponibilização de intérprete de Libras para estudantes surdos ou com deficiência auditiva, conforme a demanda e necessidade de atendimento, durante todo o percurso educacional; a disponibilização de guia-intérprete para estudante surdocego, durante todo o percurso educacional; a implantação de salas de recursos multifuncionais nos Câmpus do IFSP, conforme a demanda e necessidade de atendimento e a oferta de atendimento educacional especializado (AEE) aos estudantes público-alvo da educação especial que demandarem esse atendimento. Considera-se também como ações afirmativas de acompanhamento e permanência a utilização do nome social, já estabelecida por meio de portaria, desde 2014. Além dela, a utilização dos banheiros e espaços segregados por gênero, para que travestis, transexuais e transgêneros utilizem esses ambientes de acordo com a sua identidade de gênero.

Dialogando com o Programa de Acompanhamento de Egressos, a Política de Ações Afirmativas do IFSP visa também acompanhar a trajetória acadêmico-profissional do estudante egresso. Nesse sentido, todos os formulários e materiais de orientação deverão abarcar as especificidades indicadas pelo Comitê de Acompanhamento e Avaliação a Política de Ações Afirmativas do IFSP, que será criado com objetivo de implementar a Política de Ações Afirmativas e terá caráter avaliativo e propositivo.

Caberá ao Comitê de Acompanhamento e Avaliação da Política de Ações Afirmativas do IFSP propor ações de acompanhamento dos estudantes ingressantes por esta política, tendo eles concluído o curso com sucesso ou não, a fim de fornecer subsídios para melhorar as ações institucionais; incentivar e apoiar o desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e extensão, envolvendo os estudantes e suas comunidades; realizar avaliações anuais sobre o andamento da Política de Ações Afirmativas; propor novos mecanismos para a permanência dos estudantes e/ou fontes de financiamento; acompanhar e avaliar a oferta de capacitação dos servidores para atuarem nos processos educacionais voltados às ações afirmativas.

A Política de Ações Afirmativas do IFSP deverá ser avaliada,

anualmente, através de relatório produzido pelo Comitê de Acompanhamento e Avaliação da Política de Ações Afirmativas a ser enviado à CPA do IFSP para compor o relatório de avaliação institucional. A avaliação deve pautar-se pela materialização dos objetivos estabelecidos na Política de Ações Afirmativas do IFSP, os quais serão efetivados pelas ações de Ensino, Pesquisa e Extensão.

2.8.4 Atuação dos Núcleos do IFSP

I-Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas – NEABI

O NEABI foi constituído com o objetivo de garantir a promoção da diversidade étnico-racial na instituição visando uma educação antirracista. Para tanto, o mesmo realiza trabalho de acompanhamento e proposição de ações que visam a igualdade e a proteção dos direitos de pessoas e grupos étnicos atingidos por atos discriminatórios, a exemplo do racismo, através de estudos, pesquisas e ações diversas realizadas em parceria com as pró-reitorias de ensino, pesquisa e extensão, no sentido da plena implementação do que preconiza a Lei nº. 11.645/08. A ação do NEABI depende do engajamento e da articulação de toda a instituição e da representatividade de seus membros no âmbito dos câmpus que compõem o IFSP.

II- Núcleo de Estudos Sobre Gênero e Sexualidade – NUGS

O NUGS tem a finalidade de fomentar uma educação inclusiva e não sexista que busque a equidade e a igualdade entre os gêneros, o combate à violência e à discriminação LGBT e a valorização da diversidade. É um espaço de ação permanente, composto por discentes, docentes e técnicos administrativos.

Os principais objetivos do NUGS são: promover ações que garantam uma educação inclusiva; estimular a produção científica relativa à temática do núcleo, bem como a participação das mulheres e LGBTs no campo da ciência e na carreira acadêmica; acompanhar e propor ações para o cumprimento das legislações referentes às garantias de direito à vivência de identidades de gênero e sexualidade diversa.

Com propostas de práticas formativas e informativas, o NUGS tem como objetivo sensibilizar a comunidade do IFSP para a temática, bem como criar uma cultura de respeito à diversidade e um espaço educacional inclusivo e plural.

III-Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – NAPNE

O NAPNE desenvolve atividades com a finalidade de promover o acesso, a participação, a permanência e o êxito do estudante com deficiência na instituição. Conforme Instrução Normativa PRE/IFSP nº 1 de 2017, estabelece orientação para identificação e acompanhamento, pelo NAPNE, do estudante com necessidades educacionais específicas. Além do acompanhamento individual do estudante, o NAPNE também atua numa perspectiva propositiva, fomentando inúmeras ações coletivas voltadas para a sensibilização à diversidade e à inclusão, indicando a necessidade do uso de tecnologias assistivas, sugerindo adaptações curriculares e adequações organizativas.

A composição do NAPNE é multidisciplinar com Assistente Social, Pedagogo, Psicólogo e Técnicos em Assuntos Educacionais, Tradutor – Interprete de LIBRAS. Deverão ainda integrar a equipe do NAPNE: docentes, técnicos administrativos em educação, discentes, familiares e comunidade em geral com o intuito de criar na instituição a construção da cultura do respeito à diversidade e à inclusão.

2.8.5 Fundamentação Legal

I-Relações étnico-raciais;

Considerar o disposto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, na Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, com as alterações introduzidas pela Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016, no Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 9.034, de 20 de abril de 2017, na Portaria Normativa nº 18, de 11 de outubro de 2012, e na Portaria Normativa nº 21, de 5 de novembro de 2012, com as alterações introduzidas pela Portaria Normativa nº 09, de 05 de maio de 2017, 50% das vagas de cada curso são reservadas apenas a candidatos que estudaram, integralmente, em

instituições públicas de ensino, identificados mediante as informações descritas no formulário de inscrição.

II-Inclusão e Acessibilidade

A Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988) – no art. 205 garante a educação como um direito de todos e dever do Estado.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 9394 (BRASIL, 1996) – dispõe sobre a lei de diretrizes e bases da Educação Nacional e dedica o capítulo V à Educação Especial enquanto modalidade de ensino.

A Lei Nº 4.169, (BRASIL, 1962) – Oficializa as convenções Braille para uso na escrita e leitura dos cegos e o Código de Contrações e Abreviaturas Braille.

O Decreto 3.298 (BRASIL, 1999) – Regulamenta a Lei Nº 7.853, de 24/10/1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.

A Lei Nº 10.048 (BRASIL, 2000) – Dá prioridade de atendimento às pessoas portadoras de deficiência, os idosos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, as gestantes, as lactantes e as pessoas acompanhadas por crianças de colo.

A Lei Nº 10.226 (BRASIL, 2001) - Acrescenta parágrafos ao art. 135 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que institui o Código Eleitoral, determinando a expedição de instruções sobre a escolha dos locais de votação de mais fácil acesso para o eleitor deficiente físico.

O Decreto Nº 3.956 (BRASIL, 2001) - Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.

A Lei Nº 10.436 (BRASIL, 2002) – reconhece a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como meio de comunicação da comunidade surda.

A Portaria Nº 2.678 (BRASIL, 2002) do Ministério da Educação, recomendou para todo o território nacional as normas para o uso, o ensino, a

produção e a difusão do Sistema Braille em todas as modalidades de ensino, compreendendo o projeto da Grafia Braille para a Língua Portuguesa.

O Decreto Nº 7037 (BRASIL, 2009) - Dispõe sobre o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH, instituído pelo Decreto no 1.904, de 13 de maio de 1996, e dá outras providências.

O Decreto Nº 5626 (BRASIL, 2005) – regulamenta a Lei 10.436/2002 – dispõe sobre o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Institui a obrigatoriedade do ensino de Libras em todos os cursos de formação inicial de professores e fonoaudiologia.

A Lei Nº 11.126 (BRASIL, 2005) – Dispõe sobre o direito do portador de deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão-guia.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) - Educação Especial constitui-se em modalidade transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, responsável pela organização e oferta dos recursos e serviços que promovam a acessibilidade, eliminando, assim, as barreiras que possam dificultar ou obstar o acesso, a participação e a aprendizagem.

O Decreto Nº 6949 (BRASIL, 2009) – ratifica como emenda constitucional a Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência (ONU, 2006) – assegura o acesso um sistema educacional em todos os níveis de ensino.

A Lei Nº 10.098 (BRASIL, 2000) - Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

O Decreto Nº 5296 (BRASIL, 2004) - Regulamenta as Leis Nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade.

O Decreto Nº 7611 (BRASIL, 2011) – dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado.

O Decreto Nº 7612 (BRASIL, 2011) – Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limite.

A Lei Nº 13.005 (BRASIL, 2014) que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – O Plano Nacional de Educação (PNE 2014- 2024) é o documento que servirá como diretriz para todas as políticas educacionais do País para a próxima década, é composto por 12 artigos e um anexo com 20 metas para a Educação, e tem como foco a valorização do magistério e a qualidade da Educação. A meta 4 do PNE, que trata da educação de pessoas público-alvo da Educação Especial.

A Lei Nº 12.764 (BRASIL, 2012) – Institui a política nacional de proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista; e altera o § 3º do art. 98 da lei Nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

A Lei Nº 12769 (BRASIL, 2013) – Altera a Nº Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências.

A Lei Nº 13.146 (BRASIL, 2015) – Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

A Lei Nº 13.234 (BRASIL, 2015) – Altera a Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a identificação, o cadastramento e o atendimento, na educação básica e na educação superior, de alunos com altas habilidades ou superdotação.

A Lei Nº 13.409 de 28 de dezembro de 2016 sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior.

O Decreto que dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. (Decreto Nº 7611 de 17 de novembro de 2011).

III-Gênero e Diversidade

Justifica-se o caráter legal, bem como a necessidade da constituição de um núcleo de estudos sobre gênero e sexualidade no IFSP, considerando:

I - O artigo 3º e o artigo 12, incisos IX e X, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996);

II - O Capítulo 2º do Plano Nacional de Educação (Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014);

III - O Artigo 16. das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (Resolução Nº 2, de 30 de janeiro de 2012);

IV - O Artigo 6º das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (Resolução Nº 6, de 20 de setembro de 2012);

V - O Artigo 3º das Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada.

Portaria IFSP Nº 2.102, de 13 maio de 2014.

2.8 POLÍTICA DE ATENDIMENTO AO DISCENTE

2.8.1 Política de Acesso

I-O ingresso no IFSP

Estamos inseridos numa sociedade multifacetada, sobretudo, no que diz respeito às identidades de gênero, etnia, cor, religião e de oportunidades de acesso aos bens públicos e à educação. Nesse sentido, pensar sobre a democratização do acesso ao ensino público, necessariamente, passa pela discussão da implementação das políticas públicas de ações afirmativas, as quais visam, dirimir as distorções históricas que fomentam os cenários de segregação e de discriminação institucionalizada.

O direito à educação escolar, enquanto princípio constitucional, apresenta-se como um dos deveres do Estado, que na sua condição de instituição, apesar dos esforços empreendidos em prol da ampliação da oferta de vagas voltadas à formação técnica profissional, ocorrida sobremaneira com a reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica a partir de 2006, o acesso ainda não é um direito universalizado, necessitando com isso, de processos de seleção com critérios específicos e de

ações afirmativas voltadas ao equilíbrio nas condições de acesso, na permanência e no êxito do percurso formativo desses estudantes.

Nesse sentido, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), pensar a seleção de estudantes para o ingresso à educação escolar pública que todos têm o mesmo direito acarreta inúmeras questões.

Como não há vagas para todos, é fundamental que se fomentem critérios e meios de seleção que levem em consideração a relação entre justiça e igualdade entre estudantes de escolas diferentes, bem como os objetivos da educação escolar, que deve disponibilizar conhecimentos não facilmente acessíveis na sociedade em geral e que a educação escolar, é o espaço onde todos podem aprender, independente de sabedoria prévia.

Conseqüentemente, esse princípio constitucional ainda não universalizado se depara com o impasse de tentar conciliar em seus processos de seleção: mérito individual e justiça distributiva.

A seguir, as transformações ocorridas nas formas de seleção de estudantes para o ingresso em nossa instituição e os elementos verificadores/validadores elencados diante dos diversos contextos históricos-sociais apresentados.

O INGRESSO E SUA TRAJETÓRIA HISTÓRICA: Da Escola de Aprendizizes Artífices ao IFSP

Em 1909, com o Decreto Nº. 7.566, de 23 de setembro, foi estipulada a criação, nas capitais dos estados da República, de Escolas de Aprendizizes Artífices, para oferecer Ensino Profissional primário, gratuito e não obrigatório. Subordinadas ao Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, dezenove escolas foram instaladas inicialmente, com o objetivo de “formar operários e contra-mestres”, por meio do ensino prático de conhecimentos técnicos necessários à aprendizagem de um ofício, para um público composto de crianças e adolescentes entre 10 e 13 anos. O acesso, cujos requisitos não envolviam verificação de escolaridade anterior, apenas critérios físicos e de saúde, era permitido a tantas pessoas quantas o prédio comportasse,

preferencialmente aquelas destituídas de recurso (artigo 5º, §§ 1º e 2º).

Os desfavorecidos da fortuna - na visão do Decreto, os proletários - eram o alvo da política pública. Num contexto de recente abolição da escravidão e instauração de um suposto trabalho livre, o governo da República assumiu o dever de formar cidadãos úteis à nação, ou seja, por meio da criminalização do ócio, implantar os hábitos do trabalho difundidos como ajuda para os trabalhadores vencerem suas dificuldades sempre crescentes na luta pela existência.

Em 1911, uma nova estrutura didático-administrativa foi criada para as Escolas de Aprendizes Artífices, com o Decreto Nº 9.070, de 25 de outubro, o primeiro regulamento nacional para o Ensino Técnico Profissional. O acesso foi alterado para adolescentes entre 12 e 16 anos, mantidos os pré-requisitos e a ênfase nos desfavorecidos da fortuna, isto é, os trabalhadores (artigos 6º e 7º).

Em 1937, com a Lei Nº 378, de 13 de janeiro, que deu nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública, as Escolas de Aprendizes Artífices foram transformadas em Liceus industriais, destinados ao ensino profissional. Sem citar a questão do acesso, surgiu a ação supletiva da União, que manteria ou dirigiria indiretamente serviços de educação, por meio de auxílios e subvenções concedidos aos Estados ou instituições particulares (art. 89).

A Constituição brasileira de 1937, além de manter os menos favorecidos como destinatários do ensino profissional, visto como o primeiro dever do Estado em matéria de educação, envolveu a fundação de institutos de ensino profissional, bem como especificou um pouco mais a questão dos subsídios para Estados, Municípios e indivíduos ou associações particulares e profissionais, como as indústrias, que receberiam auxílios e facilidades do Poder Público para cumprir o dever de criar escolas de aprendizes para os filhos de seus operários ou associados (art. 129).

A partir de 1941, com uma série de leis que ficaram conhecidas como a “reforma Capanema”, o ensino profissional, denominado industrial, passou a ser considerado de nível médio, de acordo com a lei orgânica do ensino industrial, Decreto No. 4.073, de 30 de janeiro de 1942. Segundo o Capítulo VIII, “da admissão à vida escolar”, o ingresso nas escolas industriais passou a depender

de comprovação de escolaridade anterior, assim como de exame de admissão e de vacinação, mantida a obrigação de não ser portador de doenças contagiosas:

Art. 29. O candidato à matrícula na primeira série de qualquer dos cursos industriais, de mestría, ou técnicos, ou na única série dos cursos pedagógicos, deverá desde logo apresentar prova de não ser portador de doença contagiosa e de estar vacinado.

Art. 30. Deverá o candidato satisfazer, além das condições gerais referidas no artigo anterior, as seguintes condições especiais de admissão:

1. Para os cursos industriais:
 - a) ter doze anos feitos e ser menor de dezessete anos;
 - b) ter recebido educação primária completa;
 - c) possuir capacidade física e aptidão mental para os trabalhos escolares que devam ser realizados;
 - d) **ser aprovado em exames vestibulares.**
2. Para os cursos de mestría:
 - a) ter concluído curso industrial correspondente ao curso de mestría que pretenda fazer;
 - b) ser aprovado em exames vestibulares.
3. Para os cursos técnicos:
 - a) ter concluído o primeiro ciclo do ensino secundário, ou curso industrial relacionado com o curso técnico que pretenda fazer;
 - b) possuir capacidade física e aptidão mental para os trabalhos escolares que devam ser realizados;
 - c) ser aprovado em exames vestibulares.

Em 1959, a Lei No. 3.552, de 16 de fevereiro, versou sobre a nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura. Transformadas em autarquias, com autonomia didática, administrativa, técnica e financeira, as escolas industriais poderiam manter cursos de aprendizagem, curso básico e cursos técnicos, cujo ingresso, além de outras condições, semelhante à legislação anterior, dependeria de escolaridade prévia, assim como concurso, quando o número de candidatos fosse maior que o de vagas disponíveis:

Art. 9º A matrícula na primeira série em qualquer dos cursos de ensino industrial, além de outras condições a serem fixadas em regulamento, dependerá:

- a) no curso básico, da aprovação do último ano do curso primário ou no exame de verificação de conhecimentos a que se refere o § 1º deste artigo;
- b) nos cursos técnicos, da conclusão do curso básico ou do primeiro ciclo de qualquer dos ramos de ensino médio.

§ 1º Aos candidatos ao curso básico, que não tiverem escolaridade regular, será proporcionado exame de conhecimentos equivalentes aos do último ano do ensino primário.

§ 2º Haverá concurso, sempre que o número de candidatos for superior ao número de vagas existentes no estabelecimento.

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, No. 4.024, de 20 de dezembro de 1961, o ensino médio envolveu dois ciclos - o ginásial e o colegial –, abrangidos, entre outros, os cursos secundários, técnicos e de formação de professores para o ensino primário e pré-primário. Os cursos técnicos de grau médio eram três: industrial, agrícola e comercial. O ingresso continuou com a dependência de exame de admissão, que demonstrasse satisfatória educação primária, de estudantes com onze anos completos ou a completar no curso do ano letivo (art. 36).

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em vigor, No. 9.394, de 20 de dezembro, tratou da educação profissional em um capítulo próprio. Como esta legislação já recebeu inúmeras alterações, é suficiente enfatizar um dos princípios base do ensino ministrado: a dupla igualdade, para o acesso e permanência na escola, prevista no seu artigo 3º.

Ainda que o tema tenha sido tratado no Capítulo V, “da educação superior”, e tendo em vista a ausência de critérios para a admissão de estudantes nas escolas técnicas de nível médio, cabe destacar que as normas de admissão de estudantes dependem da deliberação das instituições de educação superior credenciadas como universidades, que devem considerar possíveis efeitos sobre a orientação do ensino médio:

Art. 51. As instituições de educação superior credenciadas como universidades, ao deliberar sobre critérios e normas de seleção e admissão de estudantes, levarão em conta os efeitos desses critérios sobre a orientação do ensino médio, articulando-se com os órgãos normativos dos sistemas de ensino.

Dentre as alterações sofridas pela LDB, algumas foram feitas pelo Decreto No. 5.154, de 23 de julho de 2004, que permitiu a integração do Ensino Técnico de Nível Médio ao Ensino Médio. Não foi definido exame de admissão para o ingresso nos Cursos Técnicos Integrados, Concomitantes ou Subsequentes ao Ensino Médio, apenas, respectivamente: a conclusão do Ensino Fundamental; a conclusão do Ensino Fundamental e matrícula em curso

no Ensino Médio; e a conclusão do Ensino Médio:

Art. 4o A educação profissional técnica de nível médio, nos termos dispostos no § 2o do art. 36, art. 40 e parágrafo único do art. 41 da Lei no 9.394, de 1996, será desenvolvida de forma articulada com o ensino médio, observados:

I - os objetivos contidos nas diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação;

II - as normas complementares dos respectivos sistemas de ensino;

e
III - as exigências de cada instituição de ensino, nos termos de seu projeto pedagógico.

§ 1o A articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio dar-se-á de forma:

I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno;

II- concomitante, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso, podendo ocorrer:

a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;

b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; ou

c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando o planejamento e o desenvolvimento de projetos pedagógicos unificados;

III - subsequente, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio.

Em 2008, com a Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro, foi instituída a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, assim como criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que possuem natureza jurídica de autarquia, detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

Por fim, com a Lei No. 12.711, de 29 de agosto de 2012, 50% das vagas ofertadas pelos Institutos Federais passaram a ser reservadas para estudantes oriundos de escolas públicas, com percentuais específicos para estudantes de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salários-mínimos; autodeclarados pretos, pardos ou indígenas; e para pessoas com deficiência:

Art. 4o As instituições federais de ensino técnico de nível médio reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso em cada curso, por turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que cursaram integralmente o ensino fundamental em escolas públicas.

Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita.

Art. 5o Em cada instituição federal de ensino técnico de nível médio, as vagas de que trata o art. 4o desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do IBGE

Parágrafo único. No caso de não preenchimento das vagas segundo os critérios estabelecidos no caput deste artigo, aquelas remanescentes deverão ser preenchidas por estudantes que tenham cursado integralmente o ensino fundamental em escola pública.

Como observado, ao longo de sua história, o ensino profissional público federal, no Brasil, tem buscado objetivos diferentes, desde a formação profissional dos desfavorecidos da fortuna até a formação superior em nível de pós-graduação, cujos pré-requisitos variaram entre a não consideração de escolaridade anterior; provas de saúde e aptidão física; até a aprovação em exames de admissão. Nos Institutos Federais, atualmente, a igualdade de condições para o acesso à escola deve ser cumprida, assim como a comprovação, pelos ingressantes, de determinadas escolaridades, de acordo com a modalidade do curso pretendido: Integrados, Concomitantes ou Subsequentes ao Ensino Médio, garantidas as vagas reservadas para estudantes de escolas públicas.

Enfim, verifica-se a inexistência de qualquer obrigação legal de se optar por um método de seleção específico. As prescrições legais que envolvem a seleção de estudantes para as escolas públicas federais onde não existem vagas para todos podem ser resumidas em três: o direito de todos à educação escolar (art. 205 da Constituição Federal de 1988), a igualdade de condições para o acesso à escola (inciso I do artigo 206 da Constituição Federal de 1988) e a reserva de vagas para estudantes oriundos de escolas públicas (art. 4º da Lei Nº.12.711/2012).

Abaixo, acompanhe a síntese do acesso ao ensino profissional público federal no Brasil, no período de 1909 até o momento presente:

Quadro 21: Acesso ao ensino profissional público federal no Brasil

Escolas de Aprendizes Artífices (Decreto 7.566, de 23 de setembro de 1909)
Objetivo: Formação profissional para os desfavorecidos da fortuna.
Pré-requisitos: -Tantos educandos quanto o prédio comportasse; - 10 a 13 anos; - Não sofrer de moléstia infectocontagiosa; - Não ter defeitos que impossibilitasse a aprendizagem do ofício.
Escolas de Aprendizes Artífices (Decreto 9.070, de 25 de outubro de 1911)
Objetivo: Formação profissional para os desfavorecidos da fortuna.
Pré-requisitos: - Tantos educandos quanto as aulas comportassem; - 12 a 16 anos; - Não sofrer de moléstia infectocontagiosa; - Não ter defeitos físicos que inabilitasse a aprendizagem do ofício.
Lyceus (Constituição Federal, de 10 de novembro de 1937)
Objetivo: Ensino pré-vocacional profissional para as classes menos favorecidas.
Lyceus (Decreto 4.073, de 30 de janeiro de 1941)
Objetivo: Preparação profissional dos trabalhadores da indústria, das atividades artesanais, dos transportes, das comunicações e da pesca.
Pré-requisitos: - Prova de não ser portador de doença contagiosa e de estar vacinado. 1. Para os cursos industriais: a) ter doze anos feitos e ser menor de dezessete anos; b) ter recebido educação primária completa; c) possuir capacidade física e aptidão mental para os trabalhos escolares que devam ser realizados; d) ser aprovado em exames vestibulares. 2. Para os cursos de mestria: a) ter concluído curso industrial correspondente ao curso de mestria que pretenda fazer; b) ser aprovado em exames vestibulares. 3. Para os cursos técnicos: a) ter concluído o primeiro ciclo do ensino secundário, ou curso industrial relacionado com o curso técnico que pretenda fazer; b) possuir capacidade física e aptidão mental para os trabalhos escolares que devam ser realizados; c) ser aprovado em exames vestibulares.
Escola Técnica (Lei 3552, de 16 de fevereiro de 1959)
Objetivos: - Proporcionar base de cultura geral e iniciação técnica que permitam ao educando integrar-se na comunidade e participar do trabalho produtivo ou prosseguir seus estudos; - Preparar o jovem para o exercício de atividade especializada, de nível médio. Art 5º Os cursos técnicos, de quatro ou mais séries, têm por objetivo assegurar a formação de técnicos para o desempenho de funções de imediata assistência a engenheiros ou a administradores, ou para o exercício de profissões em que as aplicações tecnológicas exijam um profissional dessa graduação técnica. Parágrafo único. Esses cursos devem adaptar-se às necessidades da vida econômica, das diversas profissões e do progresso da técnica, articulando-se com a indústria e atendendo às exigências do mercado de trabalho da região a que serve a escola.
Pré-requisitos: - Conclusão do curso básico ou do primeiro ciclo de qualquer dos ramos de ensino médio.

§ 2º Haverá concurso , sempre que o número de candidatos for superior ao número de vagas existentes no estabelecimento.
Escola Técnica (Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961)
Pré-requisito: Aprovação em exame de admissão , em que fique demonstrada satisfatória educação primária, desde que o educando tenha onze anos completos ou venha a alcançar essa idade no correr do ano letivo.
Escola Técnica Federal (Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971)
Objetivo: Preparação para o trabalho, como elemento de formação integral do aluno, obrigatória no ensino de 1º e 2º graus.
Pré-requisito: Para ingresso no ensino de 2º grau, exigir-se-á a conclusão do ensino de 1º grau ou de estudos equivalentes.
Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET (Lei 6.545, de 30 de junho de 1978)
Objetivos: I - ministrar em grau superior cursos: a) de graduação e pós-graduação lato sensu e stricto sensu, visando à formação de profissionais e especialistas na área tecnológica b) de licenciatura com vistas à formação de professores especializados para as disciplinas específicas do ensino técnico e tecnológico; II - ministrar cursos técnicos, em nível de 2º grau, visando à formação de técnicos, instrutores e auxiliares de nível médio; III - ministrar cursos de educação continuada visando à atualização e ao aperfeiçoamento de profissionais na área tecnológica; IV - realizar pesquisas aplicadas na área tecnológica, estimulando atividades criadoras e estendendo seus benefícios à comunidade mediante cursos e serviços.
Pré-requisito: autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didática e disciplinar
Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET (Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996)
Objetivo: pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.
Pré-requisito: igualdade de condições para o acesso e permanência na escola
Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET (Decreto 5.154, de 23 de julho de 2004)
Objetivos contidos nas Diretrizes Curriculares Nacionais
Pré-requisitos: - Integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental. - concomitante, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio. - subsequente, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio.
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008)
Objetivos: I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional; II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais; III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infra-estrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

VI - ministrar em nível de educação superior:

a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e

e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

Pré-requisito:

- Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

- Autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

- Art. 4º As instituições federais de ensino técnico de nível médio reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso em cada curso, por turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que cursaram integralmente o ensino fundamental em escolas públicas.

Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita.

Art. 5º Em cada instituição federal de ensino técnico de nível médio, as vagas de que trata o art. 4º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do IBGE

Parágrafo único. No caso de não preenchimento das vagas segundo os critérios estabelecidos no caput deste artigo, aquelas remanescentes deverão ser preenchidas por estudantes que tenham cursado integralmente o ensino fundamental em escola pública.

Fonte: IFSP, 2019.

II- Ações Futuras

Até o ano de 2016, os processos de seleção de estudantes do IFSP, pautados na aplicação de provas objetivas como elementos verificação/validação, eram organizados e executados por empresas terceirizadas, contratadas mediante processos licitatórios para esse fim específico. Com a descontinuidade dessas contratações, o planejamento, a execução e finalização de todas as etapas que envolvem os processos de seleção de estudantes para os Cursos Técnicos Integrados ou Concomitantes/Subsequentes ao Ensino Médio, passou a ser de inteira responsabilidade do IFSP, a partir de sua força de trabalho.

Essa significativa mudança estrutural, culminou também, na

necessidade de se eleger outros elementos verificadores/validadores para as seleções futuras, que garantissem a mesma objetividade, condições de igualdade de acesso, amparadas pela continuidade das ações afirmativas vigentes e pela lisura dos processos; e que fossem exequíveis de serem realizados nesse primeiro momento.

Decerto, não há consenso sobre qual critério, qual o elemento verificar/validador é o mais indicado e justo, uma vez que, a seleção em si, mesmo que amparada por ações afirmativas e por políticas públicas, sempre será uma forma mútua de inclusão e exclusão. Não há também, como vimos anteriormente, a obrigatoriedade, por parte das instituições de ensino, de fazerem uso da aplicação de provas objetivas em seus processos de seleção. Sendo assim, por si só, o tema em questão se apresenta como algo em contínua discussão e reavaliação.

Afim de se constituir a estrutura necessária para a logística de todo o processo, a Pró-reitoria de Ensino, por meio de Instrução Normativa No. 01 de 18 de abril de 2016, constituiu a Comissão Permanente do Processo Seletivo (CPPS), nomeada por meio da Portaria No. 1.242, de 18 de abril de 2016, despachada pelo Reitor do IFSP, a qual tem por objetivo planejar, desenvolver, acompanhar e fiscalizar as atividades ligadas aos processos de seleção de estudantes.

Ainda no âmbito da CPPS, visando ampliar a atuação local dos membros efetivos da comissão, a Instrução Normativa foi reformulada (IN. No. 05, de 27 de agosto de 2018) e a designação de novos membros (Portaria No. 2.736, de 27 de agosto de 2018), conferindo aos representantes de cada Câmpus, o papel de “Coordenador Local”, de acordo com as atribuições descritas na Resolução vigente que trata da Gratificação por Encargo de Curso e Concurso (GECC).

O objetivo dessa ação é consolidar melhor as ações de planejamento, divulgação e execução dos processos seletivos, a partir da realidade vivenciada em cada uma de nossas unidades, além de fortalecer a estrutura em “rede” da comissão.

Certamente, as questões relativas ao ingresso de estudantes no IFSP, não se restringem a adoção de um critério ou de um elemento de

verificação/validação, mas vão muito além, trazendo para o centro dos debates as teorias e ideologias sobre a justiça distributiva, a meritocracia, a democratização do acesso e a manutenção das ações afirmativas vigentes, a inclusão da Pessoa com Deficiência (PCD, garantida recentemente pela Lei No. 13.409, de 28 de dezembro de 2016) e de pessoas em situação de refúgio ou de imigrantes em situação de vulnerabilidade (ação desenvolvida em parceria com a Comissão de Estudos para Viabilizar a Ingresso de Refugiados e Imigrantes nos Cursos do IFSP – CEIM a ser aprovada pelo Conselho Superior).

Sendo assim, o tema das políticas de acesso se coloca com um grande desafio para o próximo período, haja vista a interessante mudança histórica vivenciada pela instituição, a qual deixa de ser destinada exclusivamente aos “desfavorecidos da fortuna”, sem necessidade de comprovação de escolaridade anterior, para um centro de referência em educação pública de qualidade, que precisa conciliar a alta procura com justiça social e práxis educativa inclusiva.

2.8.2 Apoio à permanência e êxito

Programa de assistência estudantil

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, por meio da Resolução nº 41/2015 - Política de Assistência Estudantil do IFSP (PAE) e da Resolução nº 42/2015 - Normatização dos Auxílios da Política de Assistência Estudantil do IFSP (PAE), regulamenta o Programa de Assistência Estudantil (PAE) que será orientado pelos princípios gerais do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) do Ministério da Educação, devendo atender a todos os níveis e modalidades de cursos presentes na Educação Profissional Científica e Tecnológica, compreendendo:

- 1. prioridade do atendimento às necessidades socioeconômicas e pedagógicas, visando à formação integral do estudante;
- 2. respeito à dignidade do sujeito, a sua autonomia, ao direito a benefícios e serviços de qualidade e a permanência e convivência escolar e comunitária;

- 3. igualdade de direitos no acesso ao atendimento, ampla divulgação dos recursos, benefícios, serviços, programas e projetos de assistência estudantil;
- 4. incentivo à participação da comunidade discente nos assuntos relativos à assistência estudantil.

O PAE no IFSP, em consonância com o PNAES, tem os seguintes objetivos: democratizar as condições de permanência dos estudantes regularmente matriculados no IFSP, minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão, em todos os níveis de escolaridade, pelos estudantes, reduzir as taxas de evasão e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

As ações do PAE possuem dois eixos norteadores, sendo definidos como ações de caráter geral, que visam atender, preferencialmente, a toda a comunidade discente, e ações de caráter específico, que visam ao atendimento ao aluno em situação de vulnerabilidade social. As áreas de atuação do PAE serão identificadas e desenvolvidas pelo câmpus, sempre em consonância com o estabelecido pelo Decreto n.º 7.234, de 19 de julho de 2010.

Os auxílios financeiros serão destinados aos alunos regularmente matriculados no Instituto, e distribuídos, conforme regulamento aprovado pelo Conselho Superior por meio dos editais de cada câmpus.

:: Legislação vigente ::

Decreto Nº 7.234/2010 - Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES

:: Documentos institucionais::

Resoluções Internas Vigentes

Resolução Nº 41/2015 - Política de Assistência Estudantil do IFSP (PAE)

Resolução Nº 42/2015 - Normatização dos Auxílios da Política de Assistência Estudantil do IFSP (PAE)

Resoluções Internas - Histórico

Resolução Nº 135/2014 - Política de Assistência Estudantil do IFSP

(PAE) - Revogada pela Resolução nº 41/2015

Resolução Nº 136/2014 - Normatização dos Auxílios da Política de Assistência Estudantil do IFSP (PAE) - Revogada pela Resolução Nº 42/2015

Resolução Nº 351/2011 - Regulamento do Programa de Assistência Estudantil do IFSP - Revogada pelas Resoluções Nº 135 e 136/2014

Instruções Normativas

Instrução Normativa Nº 001/2016 PRE/IFSP - Estabelece orientações em relação aos pagamentos de auxílios da Política de Assistência Estudantil, em casos de evasão e/ou recebimentos indevidos.

Relatórios Institucionais

Relatório da Política de Assistência Estudantil - 2013/2015 - Relatório contendo os dados de execução da Política de Assistência Estudantil do IFSP referentes ao triênio 2013-2015, com o resultado da Avaliação realizada junto aos estudantes no ano de 2015. Os documentos podem ser acessados no endereço eletrônico: <<https://www.ifsp.edu.br/institucional/42-assuntos/ensino/155-assistenci-estudantil?showall=1&start=0>>

Alimentação Escolar

A alimentação adequada é um direito positivado internacionalmente pelos diplomas legais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966), os quais consideram a alimentação adequada como um direito fundamental do ser humano e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal do Brasil (1988), devendo o poder público adotar as políticas e ações necessárias para promovê-la.

No Brasil, no tocante à alimentação escolar, há um cabedal de institutos garantidores e regulamentadores, tais como:

- 1. A Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, inciso VIII, art. 4º, que postula que o dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de

programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

2. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), por meio da Lei Nº 8069 de 13 de julho de 1990, Art. 4, que estabelece que é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária;

3. A Portaria Interministerial Nº 1.010, de 8 de maio de 2006, que institui as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional; e

4. A Lei Nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos estudantes da educação básica.

A alimentação escolar é compreendida como “todo alimento oferecido no ambiente escolar, independentemente de sua origem, durante o período letivo” (BRASIL, 2009) e tem por objetivo contribuir para o crescimento, desenvolvimento biopsicossocial, aprendizagem e, sobretudo, para a permanência e êxito dos estudantes da educação básica. A alimentação escolar constitui-se, ainda, como instrumento de apoio e incentivo às práticas alimentares saudáveis, tanto no âmbito individual quanto no coletivo, a qual deve ocorrer de forma contínua e permanente (BRASIL, 2009).

Isso posto, entende-se que o direito ao acesso à educação perpassa por outros direitos fundamentais, dentre eles a alimentação. Nesse sentido, visando à elaboração coletiva de uma Política de Alimentação Escolar, o IFSP constituiu, por meio da Portaria Nº 1.918, de 22/05/2017, o Comitê de Alimentação Escolar, um órgão propositivo vinculado à Pró-Reitoria de Ensino, o qual, além de construir, também irá auxiliar na implementação dessa Política.

Embora as discussões sobre a referida Política ainda sejam incipientes, é necessário buscar meios para garantir a oferta de alimentação

escolar adequada e saudável, seguindo os critérios e diretrizes já estabelecidos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), buscando garantir:

- Universalidade do atendimento a todos os estudantes matriculados na educação básica, inclusive a Educação de Jovens e Adultos;
- Oferta de, no mínimo, 20% (vinte por cento) das necessidades nutricionais diárias quando ofertada uma refeição, para os alunos matriculados na educação básica, em período parcial;
- Oferta de, no mínimo, 70% (setenta por cento) das necessidades nutricionais, distribuídas em, no mínimo, três refeições, para os alunos matriculados em tempo integral, que se refere à permanência mínima de 7h00 (sete horas) na escola ou em atividades escolares, de acordo com o Censo Escolar do INEP/MEC e;
- Inclusão da Educação Alimentar e Nutricional (EAN) no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida na perspectiva da segurança alimentar e nutricional.

Contudo, é importante ressaltar que, para o cumprimento dos critérios supracitados, é imprescindível a construção de restaurantes estudantis, a ampliação do número de nutricionistas no quadro permanente de pessoal, além do aumento da disponibilidade orçamentária para as ações vinculadas à alimentação escolar dentro do IFSP.

Bolsa Discente – Modalidade Ensino

Com base na Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo criou, por meio da Resolução nº 568¹⁰, de 5 de abril de 2012, o Programa de Bolsas destinado aos discentes regularmente matriculados em cursos ou programas na instituição, mantido com recursos orçamentários próprios. Dentre as modalidades

¹⁰ Resolução nº 568, de 5/04/2012. Disponível em: <http://www.ifspcaragatatuba.edu.br/wp-content/uploads/2016/07/Resolu%C3%A7ao-568-Programa-de-Bolsas-discentes.pdf> >. Acesso em: 23 de out.2018.

estabelecidas no programa, destina-se a Bolsa de Ensino a apoiar a participação dos discentes em atividades de ensino e de projetos de estudos que contribuam para a formação integrada e para o aprimoramento acadêmico e profissional do aluno na sua área de formação¹¹.

O IFSP, por meio da Assessoria de Assuntos Estudantis (AEST), ligada à Pró-Reitoria de Ensino (PRE), tem como desafio não só acolher o estudante na instituição, mas, principalmente, fomentar e prover a sua permanência e o êxito. Por isso, entende como necessárias as políticas de atendimento desses estudantes, promovendo ações que atendam às suas especificidades no que se refere às suas necessidades didáticas e pedagógicas, e que contribuam para a sua formação integrada. Vê nesse espaço a possibilidade de criar oportunidades para o seu desenvolvimento acadêmico. Assim, a direção-geral de cada câmpus implementa, por meio de edital, a cada ano letivo, determinado quantitativo de bolsas por área/curso, além dos projetos coletivos, selecionadas após aprovação.

Constata-se, a partir das demandas apresentadas pelos próprios câmpus, que há um déficit de bolsas, mas que é possível dimensionar de forma equivalente o quantitativo, a fim de definir uma meta de aumento nas ofertas de Bolsa de Ensino. Ressalta-se a importância do docente enquanto fomentador de boas práticas de ensino, que estimulem cada estudante a enxergar no programa Bolsa de Ensino uma via de aprendizagem.

Bolsa Discente – Modalidade Pesquisa

As informações referentes às bolsas de pesquisa estão descritas no item 2.3.2.

Bolsa Discente – Modalidade Extensão

As informações referentes às bolsas de extensão estão descritas no inciso I do item 2.4.

Bolsa Discente – Modalidade de Estímulo à Inovação

A Agência de Inovação e Transferência de Tecnologia do IFSP trabalha na elaboração de regulamentação que contemple a modalidade de bolsa de estímulo à inovação e ao empreendedorismo prevista na lei 10.973/2004. Dentre outros benefícios, esta regulamentação irá contribuir com a ação institucional “Programa: IFSP para os Arranjos Produtivos e Sociais”, criando mecanismos

¹¹ Portaria nº 1254, de 27/03/2013. Disponível em: <http://www2.ifsp.edu.br/index.php/processo-seletivo/bolsas.html>>. Acesso em: 23 de out. 2018.

para incentivo à participação de servidores e discentes em projetos colaborativos com o setor produtivo, permitindo ao IFSP cumprir o disposto em sua lei de criação e contribuir para o desenvolvimento regional.

2.8.3 Organização estudantil

A Organização Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo-IFSP é regida pelas Leis nº 7.395/85 e 7.398-/85 e pelo Regimento-Geral do IFSP, que assegura aos Discentes o direito a organização em Centros Acadêmicos, Diretório Acadêmicos, Grêmios Estudantis e Associações Atlética Acadêmicas no âmbito dos Câmpus e em um Diretório Central Estudantil em âmbito institucional.

I- Centros Acadêmicos – CA

Os Centros Acadêmicos são representações estudantis de um determinado curso superior, ou grupo de cursos, que tem como objetivo final o diálogo com a Administração do Câmpus e Municipal a fim de garantir uma melhora na qualidade de vida do discente durante toda a sua vida acadêmica.

II-Diretórios Acadêmicos – DA

Os DAs, assim como os Centros Acadêmicos, são representações estudantis todos os cursos superiores em andamento do câmpus. Semelhante aos CAs, os Diretórios devem dialogar com as Administrações do Câmpus e Municipal a fim de garantirem benefícios a toda a comunidade acadêmica, representam os estudantes de cada instituição de ensino nos fóruns gerais do movimento estudantil.

III-Grêmios Estudantis – GE

Os GEs são representações dos alunos do ensino técnico de nível médio que possibilitam as discussões sobre os problemas gerais ou específicos das instituições de ensino, desenvolvendo as lutas dos estudantes, assim como promovendo sua interação por meio de atividades culturais e acadêmicas. O grêmio estudantil representa os estudantes de cada câmpus nos fóruns gerais do movimento estudantil secundarista.

IV-Associações Atlética Acadêmicas –AAA

As AAAs, diferentemente dos outros órgãos, não são órgãos de

representação estudantil, mas sim entidades culturais e esportivas. As Atléticas são responsáveis pela organização de eventos culturais, como shows, mostras culturais, entre outras coisas e também pelos esportes nos câmpus, como por exemplo, torneios intercalasses, campeonatos esportivos.

V - Diretório Central Estudantil – DCE

O DCE (Diretório Central dos Estudantes) é a entidade representativa dos estudantes de uma Instituição de Ensino Superior. O DCE congrega vários Centros Acadêmicos (CA's) em diferentes espaços de discussão e decisão.

Sendo assim, vale ressaltar o entendimento institucional acerca de cada um dos órgãos de participação estudantil como espaço de discussão e disputa, no campo democrático, para a defesa e promoção dos direitos e anseios dos estudantes desta instituição. Como premissa do Movimento Estudantil (ME), as representações devem ser independentes da gestão da Instituição, para que possa ter autonomia para propor suas pautas diante da Gestão da Instituição.

Atualmente o IFSP possui 37 (trinta e sete) Câmpus, onde 32 (trinta e dois) possuem Grêmios Estudantis estruturados, 15 (quinze) possuem Centros Acadêmicos ou Diretórios Acadêmicos e 17 (dezessete) Associações Atléticas Acadêmicas.

2.8.4 Estágio

Os estágios fazem parte da Política de Atendimento ao Discente, dentro do Programa Mundo do Trabalho, desenvolvido pela PRX em parceria com a PRE. Seu objetivo é o atendimento às diretrizes nacionais que regulamentam a educação básica e superior no que se refere ao desenvolvimento de atividades profissionais supervisionadas, a serem desenvolvidas ao longo do curso, que possibilitem a vivência das práticas educativas em campo.

2.8.5 Programa de Acompanhamento de Egressos do IFSP

O compromisso de uma instituição de educação com o estudante não termina quando ele se forma. Se uma das funções do IFSP é inserir na sociedade diplomados aptos para o exercício profissional, deve ter ele retorno quanto à qualificação para o trabalho que tem oferecido (Louzada e Martins, 2005, p.74). Assim, manter o vínculo com os egressos é fundamental. Pensando nisso, a Pró-

reitoria de Extensão, junto com membros de outras Pró-reitorias e de servidores dos câmpus, continuará desenvolvendo uma sistemática de acompanhamento de egressos. Considera-se egresso aquele que efetivamente concluiu os estudos, recebeu o diploma e está apto a ingressar no mercado de trabalho (Louzada e Martins, 2005, p.74).

Isso não significa, contudo, que o egresso deve ser concebido de forma reducionista. Com efeito, cumpre sublinhar que o objetivo da formação profissional oferecida pelo IFSP não é formar um profissional para o “mercado” de trabalho, mas sim formar cidadãos para o mundo do trabalho, por meio de uma educação crítica e reflexiva. Isso significa que novas formas de inserção no mundo do trabalho, como a economia solidária e o empreendedorismo, devem ser consideradas (Pacheco, 2011, p.11).

Essas constantes mudanças no mundo do trabalho exigem que, cada vez mais, as instituições de educação ajustem continuamente os projetos pedagógicos dos cursos, especialmente quanto ao perfil do egresso. De fato, é o egresso, justamente, quem pode avaliar se a formação por ele recebida é ou não adequada às reais necessidades e exigências do mundo do trabalho. A criação de mecanismos para o acompanhamento do egresso permite ainda integrá-lo a programas de educação continuada, fazendo com que ele retorne ao IFSP em busca de um espaço de atualização do conhecimento, o que amplia e fortalece as suas relações com a instituição.

Diagnóstico

A fim de concretizar os compromissos firmados no Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018, a Pró-reitoria de Extensão do IFSP se empenhou em aprimorar e criar mecanismos para o acompanhamento dos egressos do IFSP. Para isso, entre 2014 e 2015, foi realizado um diagnóstico das ferramentas que o IFSP dispunha. Notou-se que, além do breve formulário disponibilizado no site do IFSP, algumas outras ações pontuais foram desenvolvidas, porém nenhuma se consolidou.

Em 2015, a Diretoria de Programas e Projetos apresentou, no VI Encontro de Coordenadores de Extensão, o projeto de acompanhamento de egressos que contava com três ações principais: (1) reformulação e

disponibilização de um novo instrumento de acompanhamento de egresso que contemplasse questões relacionadas à inserção no mundo do trabalho, à situação socioeconômica e à contribuição do IFSP; (2) adesão ao convênio de cooperação técnica celebrado entre o CONIF e a Universia Brasil S.A., que viabiliza o acesso às soluções e ao Portal Universia e o compartilhamento de informações educacionais ao público do portal e (3) inserção de um módulo de acompanhamento de egressos no SUAP. Ademais, delineou-se, junto com a Comunicação Social do IFSP, uma Campanha de Egressos que visa apresentar as ações desenvolvidas e impulsionar a participação.

A pesquisa de tipo Survey, novo instrumento para o acompanhamento de egressos no Portal do IFSP, já conta com aproximadamente 10.000 registros e mais de 850 respostas completas mesmo antes do lançamento da Campanha de Egressos prevista para o final de outubro de 2018, que também apresentará a plataforma trabalhando.com à comunidade acadêmica. Além disso, o módulo de acompanhamento de egressos atualmente em desenvolvimento no IFRN será analisado e adequado ao SUAP do IFSP.

Dentre as metas postas no PDI 2014-2018 em relação ao acompanhamento de egresso, observa-se que algumas escapam da alçada da PRX e, apesar de acontecerem de forma espontânea nos câmpus, não contaram com apoio institucional sistematizado. Exemplo disso são os encontros periódicos de egressos e a criação de grupos em redes sociais.

Assim, considerando as experiências anteriores, buscar-se-á, nos próximos anos, aproximar planejamento e execução por meio da elaboração e do desenvolvimento do Programa de Acompanhamento de Egressos, plano executivo para se atingir as metas a seguir elencadas, com ampla participação dos câmpus.

I-Ações Futuras

A fim de garantir a construção coletiva e a exequibilidade do Programa de Acompanhamento de Egressos do IFSP, apresentam-se as seguintes metas: Criar Comitê Permanente de Acompanhamento de Egressos vinculado à PRX; Criar Comitês Locais de Acompanhamento de Egressos.

Junto com a PRX e com as Coordenadorias de Extensão, o Comitê

Permanente será responsável pela elaboração, monitoramento e avaliação do Programa de Acompanhamento de Egressos do IFSP que deverá estar em consonância com as metas apresentadas neste documento. A execução do programa se dará em parceria entre a PRX, a PRD, a PRE, a PRP, as Coordenadorias e Extensão e os Comitês Locais de Acompanhamento de Egressos. Além disso, considerando a importância de sistemas informatizados na mediação do diálogo entre instituição e seu público, as metas relacionadas ao acompanhamento de egressos abrangem: Atualizar pesquisa de tipo Survey a cada dois anos; Implantar o acompanhamento de egressos no SUAP; Criar App que permita a interação imediata entre egressos, pesquisadores e empresas locais por meio da oferta de produtos e serviços sugeridos com base no cruzamento de informações do GPS e do SUAP; Criar perfil institucional em plataformas profissionais já consolidadas.

Assim, busca-se, por um lado, garantir ao egresso canais para continuar acompanhando e participando das ações promovidas pelo IFSP e, por outro, permitir à instituição constante atualização por meio de mecanismos que contribuam com a retroalimentação entre IFSP, egresso e mundo do trabalho.

Outra iniciativa, em parceria com a PRE, é a uniformização de formulários que permitam a integração entre o acompanhamento de egressos e as políticas de ingresso e permanência. Também, em parceria com a Comunicação Social, as Coordenadorias de Extensão dos campi e os Comitês Permanente e Locais de Acompanhamento de Egressos, será desenvolvido calendário unificado de eventos e ações, bem como realizar-se-á um grande evento intercâmpus, conforme apresentado nas metas a seguir:

Uniformizar formulários a fim de propiciar um acompanhamento integral do estudante que abarque ingresso, permanência e egresso; Criar calendário de eventos e ações relacionadas a egressos; Realizar Seminário do Mundo do Trabalho sobre o tema; Realizar encontro de egressos do IFSP.

3 PLANO DE OFERTAS DE CURSOS E VAGAS

O Plano de Oferta de Cursos e Vagas é o documento norteador da Instituição em suas decisões acerca da oferta de vagas, abertura de novos cursos, contratação de servidores e adequação de espaços físicos. Entretanto, cabe destacar que as solicitações de criação, alteração e extinção dos cursos do IFSP são encaminhadas pelos câmpus através dos projetos pedagógicos dos cursos e demais documentos exigidos pela Pró-reitoria de Ensino, analisadas pelo Conselho de Ensino e deliberadas pela aprovação ou reprovação pelo Conselho Superior do IFSP. A implantação do Plano de Oferta de Cursos e Vagas e a alocação de vagas de professores, portanto, está condicionada à legislação e aos procedimentos e regulamentações vigentes no IFSP à época da solicitação de criação, alteração e extinção dos cursos.

Para elaboração desse plano, a Comissão Central do PDI emitiu um documento com diretrizes para elaboração, assim como realizou capacitações e reuniões com as Comissões Locais que conduziram os trabalhos nos câmpus. As diretrizes tiveram como premissa a necessidade de atender as metas legais de oferta previstas no artigo 8º da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (Lei de Criação dos Institutos Federais), no artigo 2º do Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006 (Proeja) e no Plano Nacional de Educação 2014-2024. São elas:

- a. mínimo de 50% das vagas para a educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados;

- b. mínimo de 20% das vagas para cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;
- c. mínimo 10% das vagas da instituição sejam disponibilizadas para cursos do Proeja – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos;
- d. relação aluno-professor seja gradualmente elevada para, respectivamente, 20 nos cursos técnicos de nível médio e 18 nos cursos presenciais de graduação.

Os percentuais acima referidos foram calculados e estão apresentados neste documento observando o conceito de aluno-equivalente, de acordo com o parágrafo 1º do artigo 8º da Lei nº 11.892/2008, e suas regulamentações posteriores (Portaria MEC nº 1.162, de 09/11/2018 e Portaria SETEC nº 51, de 21/11/2018).

Considerando a gestão democrática e participativa como um valor institucional, o processo de discussão do Plano de Oferta de Vagas foi realizado nos câmpus através dos trabalhos das Comissões Locais, com ampla participação da comunidade interna e externa por meio de reuniões, formulários, enquetes e audiências públicas, além da aprovação da proposta pelos Conselhos de Câmpus. Dentre os itens discutidos na análise das propostas, além dos balizadores legais já citados, estão: impacto do curso no desenvolvimento socioeconômico e cultural da região de abrangência da unidade; sobreposição com outros cursos na região; otimização de recursos físicos e humanos, indicadores de demanda, entre outros.

Para apresentação do Plano, esse capítulo está dividido em:

- a. Oferta total do IFSP: apresentação dos indicadores gerais de oferta do Instituto;
- b. Oferta dos câmpus: apresenta a proposta de oferta de cada câmpus no período de vigência desse PDI.

3.1 OFERTA TOTAL DO IFSP

A evolução dos indicadores de oferta total do IFSP, ou seja, o somatório das ofertas de todos os câmpus, considerando todas as modalidades de ensino, são apresentados nos quadros abaixo.

Tabela 11- Ingressantes acumulados de 2018 a 2023.

Indicadores básicos	Siglas	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Ingressante Acumulado (Capacidade de Alunos Matric.)	IAC	40.326	44.621	48.581	51.958	54.172	55.374
Vagas de Ingresso	VIng	18.255	18.955	20.421	21.725	21.725	21.625
Ingress. Acumulado Equiv. (Capac. de Alunos Equiv. Matric.)	IAE	46.175	50.711	54.629	58.062	60.397	61.669
Vagas Equivalentes	VEq	19.169	19.643	20.908	21.786	22.257	22.150
Relação Matrícula Professor	RMP	18,9	20,4	21,7	22,9	23,6	24

Fonte: IFSP, 2019.

Os indicadores equalizados pela carga horária e peso do curso (IAE e VEq) atendem ao conceito de aluno-equivalente requerido pela legislação, permitem um melhor dimensionamento do esforço institucional para a oferta, e se aproximam da lógica atualmente utilizada na composição da matriz orçamentária da Rede Federal EPCT. Por sua vez, os indicadores não equalizados (IAC e VIng) representam a medida real do número de vagas oferecidas e alunos matriculados. A Relação Matrícula-Professor (RMP) projetada leva em consideração o total de vagas disponíveis acumuladas equalizadas pela carga horária e peso dos cursos (IAE), a carga horária dos docentes (pesos de 1,0 para 40h ou RDE e 0,5 para 20h) e o Fator de Correção da Graduação (FCG), de acordo com a Portaria SETEC nº 51/2018. Como apresentado na tabela 11, a RMP projetada evoluiu de 18,8 para 24,2, o que reflete o empenho da instituição para o alcance da RMP de 20 mensurada pelas matrículas-equivalentes. Importante destacar também a ampliação significativa de 18% na oferta anual de vagas e de 38% na quantidade total de vagas acumuladas.

Como forma de apresentação na Plataforma Nilo Peçanha e análise pelos

órgãos de administração e controle, a legislação atualmente prevê a utilização das matrículas equalizadas da instituição do ano corrente (matrículas-equivalentes) para atendimento aos balizadores da Lei nº 11.982/2008 (Portaria MEC nº 1.162, de 09/11/2018 e Portaria SETEC nº 51, de 21/11/2018), enquanto que os indicadores projetados apresentados nesse PDI se referem à capacidade máxima de vagas de alunos equivalentes para os anos futuros. Dessa forma, os indicadores calculados permitem a avaliação do esforço institucional para alcance das metas, mas, para atendimento aos índices legais no conceito de matrícula-equivalente, torna-se fundamental que a oferta esteja cada vez mais alinhada às demandas regionais e que o aluno ingresso tenha permanência e êxito na instituição.

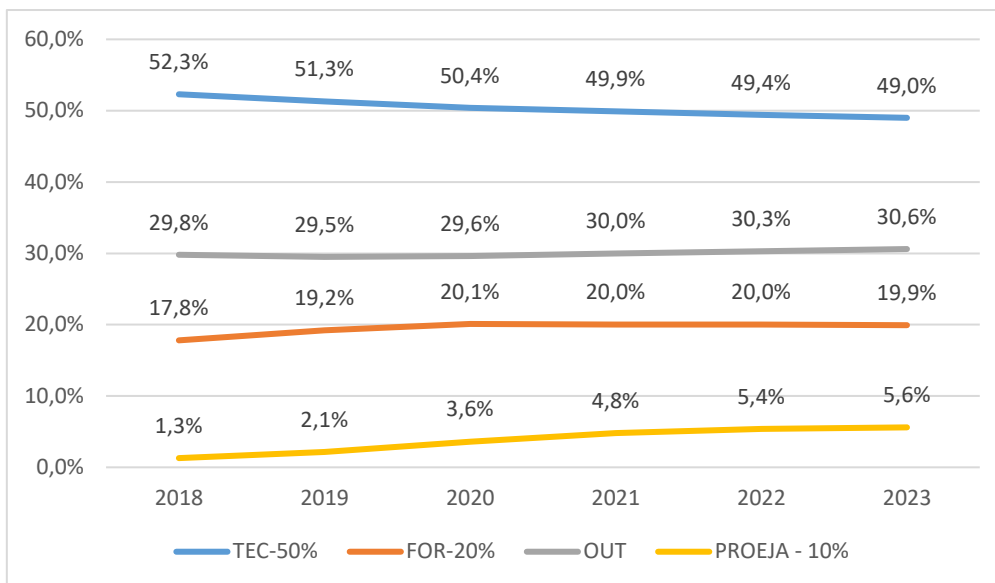
Em relação ao cumprimento dos balizadores legais, os percentuais por tipo de oferta estão apresentados na Tabela 12 e na figura 19.

Tabela 12-ingressantes acumulados equivalentes (IAE) e percentual por tipo de oferta do IFSP.

		2018		2019		2020		2021		2022		2023	
Tipo de Oferta	Balizador	IAE	(%) Oferta	IAE	(%) Oferta	IAE	(%) Oferta	IAE	(%) Oferta	IAE	(%) Oferta	IAE	(%) Oferta
Técnico	TEC-50%	24.159	52,3	26.018	51,3	27.573	50,4	28.984	49,9	29.853	49,4	30.222	49,0
Forma-ção de Profes-sores	FOR-20%	8.237	17,8	9.753	19,2	10.962	20,1	11.595	20,0	12.053	20,0	12.293	19,9%
Outros	OUT-30%	13.778	29,8	14.940	29,5	16.145	29,6	17.390	30,0	18.306	30,3	18.877	30,6
Proeja	PROEJA	595,2	1,3%	1.084,7	2,1%	1.992,9	3,7%	2.771,5	4,8%	3.246,4	5,4%	3.483,4	5,6%

Fonte: IFSP, 2019.

Figura 19: evolução dos balizadores globais do IFSP em relação à oferta de cursos.



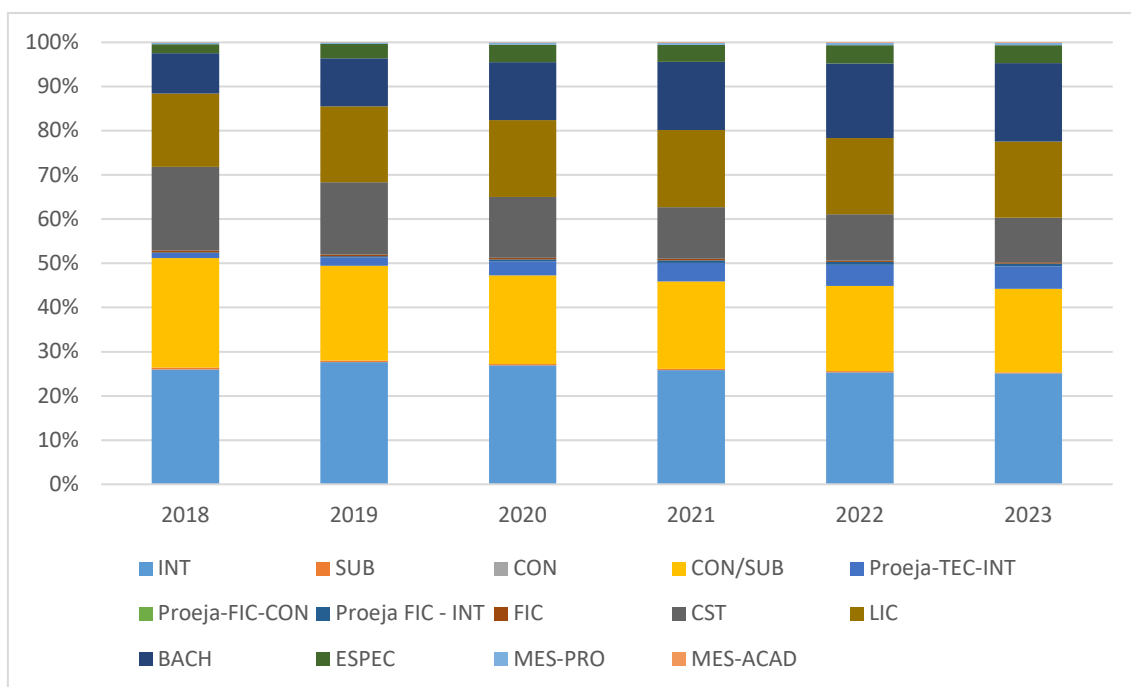
Fonte: IFSP, 2019.

Como mostrado pela Tabela 12 e a figura 19, com a total implementação desse plano, o IFSP terá aproximadamente 50% de sua capacidade em vagas de cursos técnicos de nível médio. Além disso, conforme apresentado na figura 20, as vagas de cursos técnicos de nível médio são majoritariamente na forma de cursos integrados (30%), atendendo ao inciso I do art. 7º da Lei 11.892/2008.

Observa-se também uma evolução gradual dos cursos de formação de professores, atingindo o mínimo de 20% previsto em lei. Importante destacar que, do total de 19,9% alcançados nesse balizador, 17,2% estão em cursos de Licenciatura e o restante em cursos de pós-graduação na área de formação de professores.

Em relação à oferta de Proeja, embora ela não atinja a meta de 10% prevista na legislação, houve um aumento expressivo nesse período, saltando de 1,3% para 5,6%, ou seja, ampliação de 4 vezes a capacidade de vagas atual. Como medida retificadora, a Comissão Central do PDI solicitou aos câmpus que não ofertam Proeja, um plano de ação para implementação dessa modalidade na revisão planejada desse PDI (ANEXO II). Portanto, haverá um esforço conjunto para o alcance dessa meta ainda durante o período de vigência do PDI.

Figura 20: evolução da distribuição da oferta por tipo de curso no IFSP.



Fonte: IFSP, 2019.

Em relação ao número de docentes, foi encaminhado aos câmpus a diretriz para que o planejamento fosse feito considerando o dimensionamento estabelecido pelo MEC (Portaria MEC nº 246, de 15 de abril de 2016). Porém, dado que vários parâmetros que afetam diretamente a carga horária docente estão em discussão no IFSP e em nível nacional, a Comissão Central considerou todas as propostas em sua avaliação. Entretanto, a avaliação e apresentação das propostas nesse Plano não implica na alocação automática de docentes, cabendo à unidade proponente, à época da solicitação, comprovar necessidade de acordo com a legislação e normas vigentes, via procedimentos instruídos pela Pró-reitoria de Ensino e Diretoria de Gestão de Pessoas, conforme já citado anteriormente nesse capítulo e comunicado aos câmpus pela Comissão Central (Memorando Circular nº 05, de 08 de junho de 2018).

Com o plano de ofertas de cursos e vagas apresentado em seu planejamento para os próximos cinco anos, o IFSP demonstra seu esforço em ampliar sua efetividade como instituição pública de educação profissional e tecnológica, gratuita e de qualidade, buscando ativamente o atendimento às demandas da sociedade.

A próxima etapa do capítulo apresenta a proposta de oferta de vagas de cada câmpus no período de vigência desse PDI.

3.5 OFERTA DOS CÂMPUS

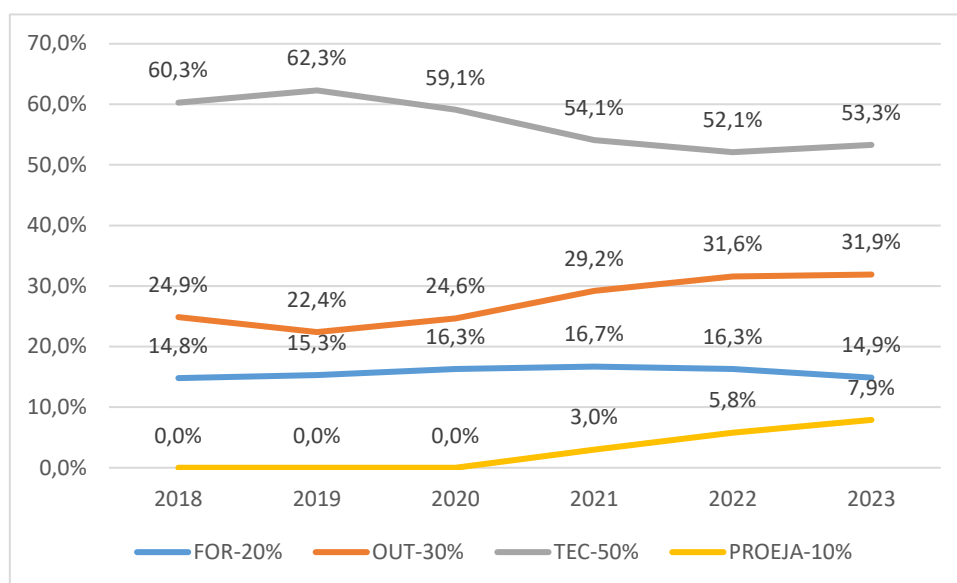
CÂMPUS ARARAQUARA

Quadro 22:: plano de oferta de vagas de ingresso do câmpus Araraquara

Tipo de Curso	Tipo de Ofert	Curso	Modalida	Tur	Distrib. Ofert	Situação da oferta	Duração (sen)	Period. Ingres	Ving-2018	Ving-2019	Ving-2020	Ving-2021	Ving-2022	Ving-2023
	(vazio)	(vazio)	(vazio)	(vazio)	(vazio)	(vazio)	(vazio)	(vazio)	0	0	0	0	0	0
CST	n.a.	CST ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	Presencial	Mat	OUT-30%	regime	6	anual	40	40	40	40	40	40
CST	n.a.	CST MECATRÔNICA INDUSTRIAL	Presencial	Mat	OUT-30%	extinção	6	anual	0	0	0	0	0	0
CST	n.a.	CST SISTEMAS PARA INTERNET	Presencial	Not	OUT-30%	nova	6	anual	0	0	0	40	40	40
ESPEC	n.a.	ESPEC ENSINO	Presencial	Not	FOR-20%	nova	3	anual	0	0	25	25	25	25
ESPEC	n.a.	ESPEC ENSINO INTERDISCIPLINAR E PRÁTICAS DOCENTES	Presencial	Not	FOR-20%	nova	3	anual	0	25	25	25	25	25
LIC	n.a.	LIC MATEMÁTICA	Presencial	Mat	FOR-20%	regime	8	anual	40	40	40	0	0	0
LIC	n.a.	LIC MATEMÁTICA	Presencial	Not	FOR-20%	regime	8	anual	0	0	0	40	40	40
TEC	INT	TEC INFORMÁTICA	Presencial	Ves	TEC-50%	implantação	8	anual	40	40	40	0	0	0
TEC	INT	TEC INFORMÁTICA	Presencial	Ves	TEC-50%	regime	8	anual	0	0	0	80	80	80
TEC	INT	TEC MECÂNICA	Presencial	Ves	TEC-50%	implantação	8	anual	40	40	40	0	0	0
TEC	INT	TEC MECÂNICA	Presencial	Ves	TEC-50%	regime	8	anual	0	0	0	40	40	40
TEC	CON/SUB	TEC INFORMÁTICA	Presencial	Not	TEC-50%	regime	4	semestral	80	80	80	0	0	0
TEC	CON/SUB	TEC MECATRÔNICA	Presencial	Not	TEC-50%	regime	4	semestral	80	80	80	80	80	80
TEC	Proeja-TEC-INT	TEC QUALIDADE	Presencial	Not	TEC-50%	nova	6	anual	0	0	0	40	40	40
BACH	n.a.	BACH ENGENHARIA MECÂNICA	Presencial	Int	OUT-30%	implantação	10	anual	40	40	40	40	40	40
Total Geral									360	385	410	450	450	450

Fonte: IFSP, 2019.

Figura 21:: evolução dos balizadores do câmpus Araraquara.



Fonte: PDI 2019-2023

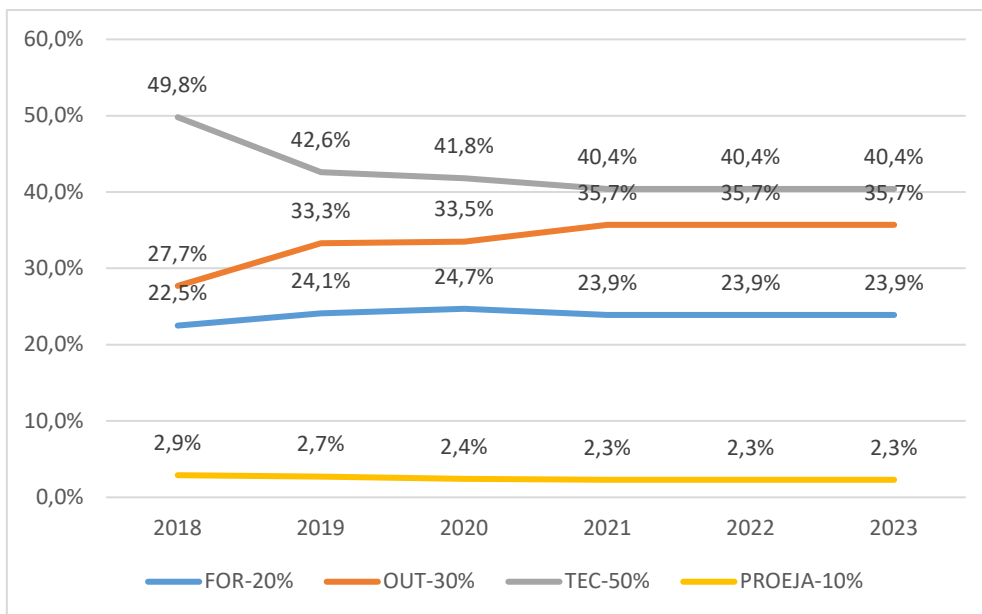
CÂMPUS AVARÉ

Quadro 23- plano de oferta de vagas de ingresso do câmpus Avaré.

Tipo de Curso	Tipo de Oferta	Curso	Modalidade	Turno	Distrib. Oferta	Situação da oferta	Duração (sem)	Period. Ingresso	Ving-2018	Ving-2019	Ving-2020	Ving-2021	Ving-2022	Ving-2023
CST	n.a.	CST GASTRONOMIA	Presencial	Mat	OUT-30%	nova	4	anual	40	40	40	40	40	40
CST	n.a.	CST GESTÃO EM AGRONEGÓCIO	Presencial	Not	OUT-30%	regime	7	anual	40	40	40	40	40	40
FIC	Proeja FIC - INT	AUXILIAR EM HOSPEDAGEM	Presencial	Not	OUT-30%	regime	4	semestral	60	60	60	60	60	60
LIC	n.a.	LIC CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	Presencial	Not	FOR-20%	implantação	8	anual	40	40	40	40	40	40
LIC	n.a.	LIC CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	Presencial	Not	FOR-20%	regime	8	anual	0	0	0	0	0	0
LIC	n.a.	LIC LETRAS – PORTUGUÊS E ESPANHOL	Presencial	Not	FOR-20%	regime	8	anual	40	40	40	40	40	40
TEC	INT	TEC MECATRÔNICA	Presencial	Int	TEC-50%	regime	6	anual	40	40	40	40	40	40
TEC	INT	TEC AGROINDÚSTRIA	Presencial	Int	TEC-50%	regime	6	anual	40	40	40	40	40	40
TEC	INT	TEC LAZER	Presencial	Int	TEC-50%	regime	6	anual	40	40	40	40	40	40
TEC	CON/SUB	TEC MECÂNICA	Presencial	Not	TEC-50%	regime	4	anual	40	40	40	40	40	40
TEC	CON/SUB	TEC EVENTOS	Presencial	Not	TEC-50%	regime	2	anual	0	0	40	40	40	40
TEC	CON/SUB	TEC EVENTOS	Presencial	Not	TEC-50%	regime	3	anual	40	0	0	0	0	0
BACH	n.a.	BACH ENGENHARIA DE BIOSISTEMAS	Presencial	Mat	OUT-30%	regime	10	anual	40	40	40	40	40	40
Total Geral									940	900	940	940	940	940

Fonte: IFSP, 2019.

Figura 22:evolução dos balizadores do câmpus Avaré



Fonte: IFSP, 2019.

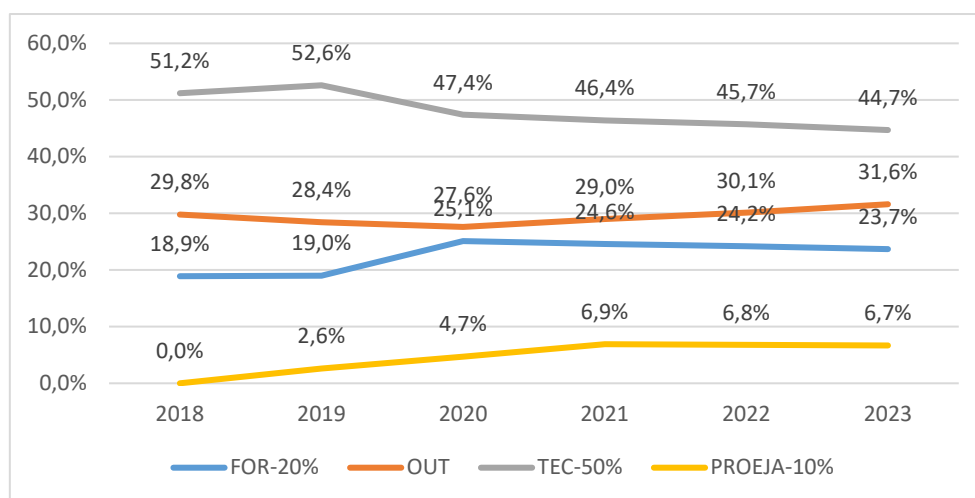
CÂMPUS BARRETOS

Quadro 24: plano de oferta de vagas de ingresso do câmpus Barretos.

Tipo de Curso	Tipo de Oferta	Curso	Modalidade	Turno	Distrib. Oferta	Situação da oferta	Duração (sem)	Period. Ingresso	Ving-2018	Ving-2019	Ving-2020	Ving-2021	Ving-2022	Ving-2023
CST	n.a.	CST ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	Presencial	Not	OUT-30%	extinção	6	anual	0	0	0	0	0	0
CST	n.a.	CST ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	Presencial	Not	OUT-30%	implantação	6	anual	40	40	0	0	0	0
CST	n.a.	CST GESTÃO DE TURISMO	Presencial	Not	OUT-30%	regime	6	anual	40	40	40	40	40	40
ESPEC	n.a.	ESPEC EDUCAÇÃO: CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE	EaD/oferta nte	Mat	FOR-20%	implantação	2	anual	0	0	100	100	100	100
ESPEC	n.a.	ESPEC DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE	Presencial	Mat	OUT-30%	implantação	3	anual	0	0	0	0	40	40
LIC	n.a.	LIC CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	Presencial	Mat	FOR-20%	extinção	8	anual	0	0	0	0	0	0
LIC	n.a.	LIC CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	Presencial	Mat	FOR-20%	implantação	8	anual	40	40	40	40	40	40
LIC	n.a.	LIC QUÍMICA	Presencial	Not	FOR-20%	implantação	8	anual	40	40	40	40	40	40
TEC	INT	TEC INFORMÁTICA	Presencial	Int	TEC-50%	regime	6	anual	40	40	40	40	40	40
TEC	INT	TEC AGROPECUÁRIA	Presencial	Int	TEC-50%	implantação	6	anual	40	40	40	40	40	40
TEC	INT	TEC AGROPECUÁRIA	Presencial	Int	TEC-50%	regime	6	anual	40	40	40	40	40	40
TEC	INT	TEC ALIMENTOS	Presencial	Int	TEC-50%	implantação	6	anual	40	40	40	40	40	40
TEC	INT	TEC ALIMENTOS	Presencial	Int	TEC-50%	regime	6	anual	40	40	40	40	40	40
TEC	CON/SUB	TEC AGRONEGÓCIO	Presencial	Not	TEC-50%	extinção	4	anual	40	40	0	0	0	0
TEC	CON/SUB	TEC EVENTOS	Presencial	Not	TEC-50%	extinção	3	anual	40	40	0	0	0	0
TEC	Proeja-TEC INT	TEC HOSPEDAGEM	Presencial	Not	TEC-50%	implantação	4	anual	0	40	40	40	40	40
BACH	n.a.	BACH AGRONOMIA	Presencial	Mat	OUT-30%	implantação	10	anual	40	40	40	40	40	40
BACH	n.a.	Engenharia da Computação	Presencial	Mat	OUT-30%	nova	8	anual	0	0	40	40	40	40
Total Geral									550	590	610	610	650	650

Fonte: IFSP, 2019.

Figura 23: evolução dos balizadores do câmpus Barretos



Fonte: IFSP, 2019.

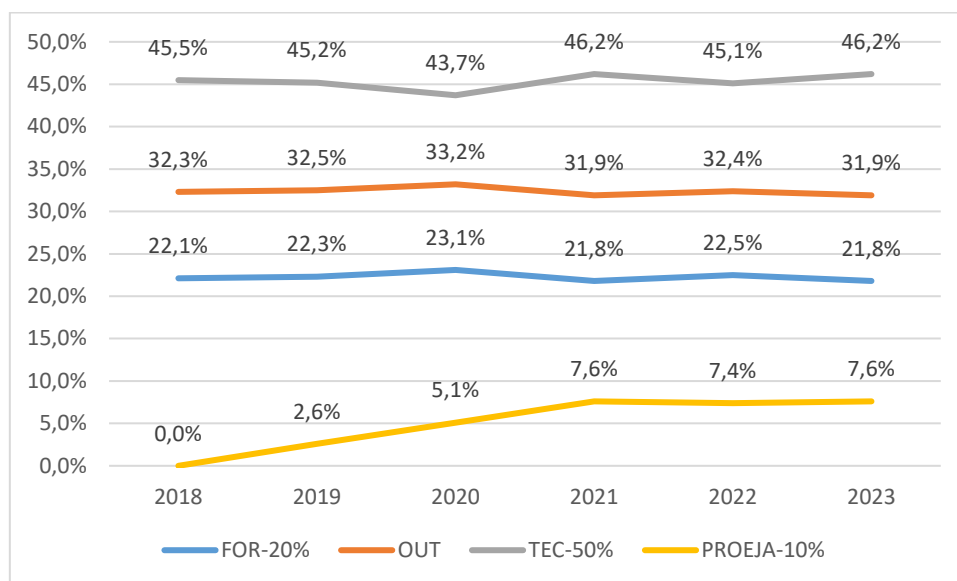
CÂMPUS BIRIGUI

Quadro 25: plano de oferta de vagas de ingresso do câmpus Birigui.

Tipo de Curso	Tipo de Oferta	Curso	Modalidade	Turno	Distrib. Oferta	Situação da oferta	Duração (sem)	Period. Ingresso	Ving-2018	Ving-2019	Ving-2020	Ving-2021	Ving-2022	Ving-2023
CST	n.a.	CST MECATRÔNICA INDUSTRIAL	Presencial	Not	OUT-30%	regime	6	anual	40	40	40	40	40	40
CST	n.a.	CST SISTEMAS PARA INTERNET	Presencial	Not	OUT-30%	regime	6	anual	40	40	40	40	40	40
ESPEC	n.a.	ESPEC ENSINO DE CIÊNCIAS	Presencial	Var	FOR-20%	nova	3	bianual	0	0	20	0	20	0
ESPEC	n.a.	ESPEC ÁREA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	Presencial	Var	OUT-30%	nova	3	bianual	0	0	20	0	20	0
LIC	n.a.	LIC MATEMÁTICA	Presencial	Not	FOR-20%	regime	8	anual	40	40	40	40	40	40
LIC	n.a.	LIC FÍSICA	Presencial	Not	FOR-20%	regime	8	anual	40	40	40	40	40	40
TEC	INT	TEC ADMINISTRAÇÃO	Presencial	Int	TEC-50%	implantação	6	anual	40	40	40	40	40	40
TEC	INT	TEC INFORMÁTICA	Presencial	Int	TEC-50%	implantação	6	anual	40	40	40	40	40	40
TEC	CON/SUB	TEC ADMINISTRAÇÃO	Presencial	Not	TEC-50%	regime	3	semestral	80	80	80	80	80	80
TEC	CON/SUB	TEC AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL	Presencial	Not	TEC-50%	regime	4	semestral	80	80	80	80	80	80
TEC	CON/SUB	TEC MANUTENÇÃO E SUPORTE EM INFORMÁTICA	Presencial	Ves	TEC-50%	extinção	4	semestral	40	0	0	0	0	0
TEC	Projeja-TEC-INT	TEC COMÉRCIO	Presencial	Not	TEC-50%	nova	6	anual	0	40	40	40	40	40
BACH	n.a.	BACH ENGENHARIA DA COMPUTAÇÃO	Presencial	Int	OUT-30%	implantação	10	anual	40	40	40	0	0	0
BACH	n.a.	BACH ENGENHARIA DA COMPUTAÇÃO	Presencial	Int	OUT-30%	nova	10	anual	0	0	0	40	40	40
Total Geral									480	480	520	480	520	480

Fonte: IFSP, 2019.

Figura 24 :evolução dos balizadores do câmpus Birigui.



Fonte: IFSP, 2019.

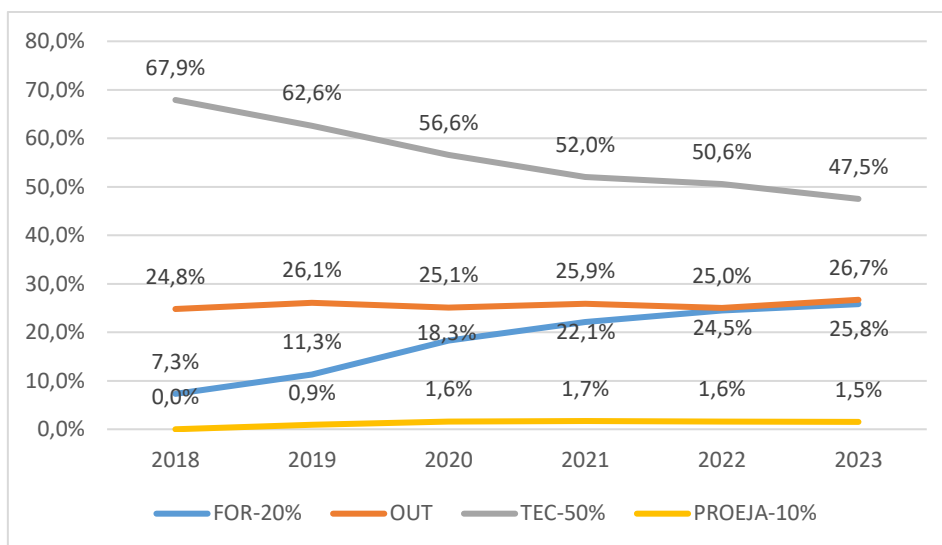
CÂMPUS BOITUVA

Quadro 26 :plano de oferta de vagas de ingresso do câmpus Boituva

Tipo de Curso	Tipo de Oferta	Curso	Modalidade	Turno	Distrib. Oferta	Situação da oferta	Duração (sem)	Period. Ingresso	VIng-2018	VIng-2019	VIng-2020	VIng-2021	VIng-2022	VIng-2023
CST	n.a.	CST ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	Presencial	Not	OUT-30%	regime	6	anual	40	40	40	40	40	40
CST	n.a.	CST GESTÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL	Presencial	Not	OUT-30%	implantação	7	anual	40	40	0	0	0	0
ESPEC	n.a.	ESPECIALIZAÇÃO EM FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM EDUCAÇÃO BILINGUE PARA SURDOS	Presencial	Not	FOR-20%	nova	4	bianual	0	25	25	25	25	25
ESPEC	n.a.	ESPEC GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	Presencial	Not	OUT-30%	regime	3	anual	25	25	25	25	25	25
FIC	Proeja FIC - INT	FIC ÁREA ADMINISTRAÇÃO	Presencial	Ves	OUT-30%	nova	2	semestral	0	40	80	80	80	80
LIC	n.a.	LIC PEDAGOGIA	Presencial	Mat	FOR-20%	implantação	8	anual	40	40	40	40	40	40
LIC	n.a.	LIC LETRAS – PORTUGUÊS E INGLÊS	Presencial	Ves	FOR-20%	nova	8	anual	0	0	40	40	40	40
TEC	INT	TEC AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL	Presencial	Int	TEC-50%	implantação	6	anual	40	40	40	40	40	40
TEC	INT	TEC REDES DE COMPUTADORES	Presencial	Int	TEC-50%	regime	6	anual	80	40	40	40	40	40
TEC	SUB	TEC SECRETARIA ESCOLAR	EaD/oferta nte	Var	TEC-50%	especial	3	semestral	100	100	100	100	100	100
TEC	CON/SUB	TEC ADMINISTRAÇÃO	Presencial	Ves	TEC-50%	nova	3	anual	0	0	40	40	40	40
TEC	CON/SUB	TEC LOGÍSTICA	Presencial	Not	TEC-50%	regime	3	semestral	80	80	0	0	0	0
TEC	CON/SUB	TEC LOGÍSTICA	Presencial	Ves	TEC-50%	regime	3	anual	80	80	40	40	40	40
TEC	CON/SUB	TEC AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL	Presencial	Not	TEC-50%	regime	4	semestral	80	40	40	40	40	40
TEC	CON/SUB	TEC SISTEMAS DE ENERGIA RENOVÁVEL	Presencial	Ves	TEC-50%	nova	4	anual	0	40	40	40	40	40
BACH	n.a.	BACH ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	Presencial	Not	OUT-30%	nova	10	semestral	0	0	40	40	40	40
Total Geral									605	630	630	630	630	630

Fonte: IFSP, 2019

Figura 25:evolução dos balizadores do câmpus Boituva



Fonte: IFSP, 2019.

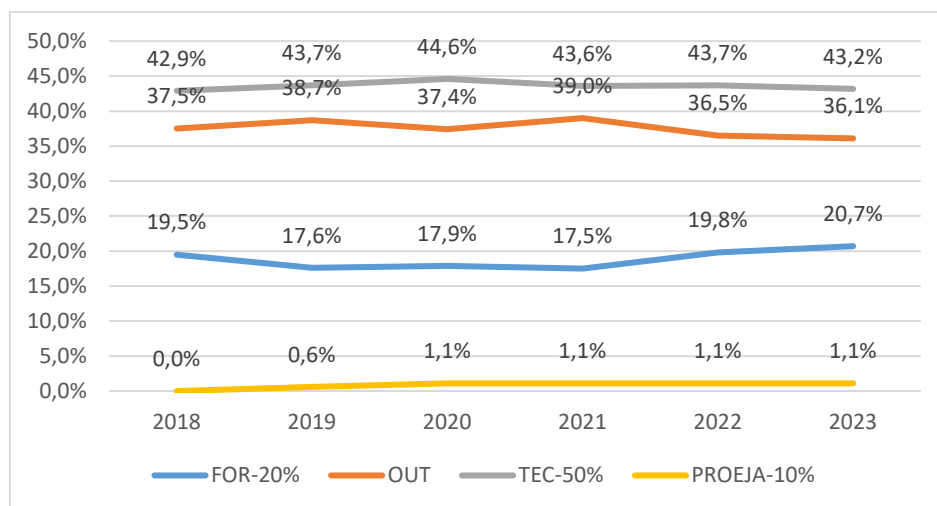
CÂMPUS BRAGANÇA PAULISTA

Quadro 27: plano de oferta de vagas de ingresso do câmpus Bragança Paulista

Tipo de Curso	Tipo de Oferta	Curso	Modalidade	Turno	Distrib. Oferta	Situação da oferta	Duração (sem)	Period. Ingresso	Ving-2018	Ving-2019	Ving-2020	Ving-2021	Ving-2022	Ving-2023
CST	n.a.	CST ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	Presencial	Not	OUT-30%	regime	6	semestral	80	80	80	80	80	80
CST	n.a.	CST MECATRÔNICA INDUSTRIAL	Presencial	Not	OUT-30%	extinção	6	semestral	0	0	0	0	0	0
ESPEC	n.a.	ESPECIALIZAÇÃO EM MATEMÁTICA PARA OS ANOS INICIAIS	Presencial	Var	FOR-20%	nova	3	semestral	0	0	0	0	44	44
ESPEC	n.a.	ESPEC GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	Presencial	Not	OUT-30%	implantação	4	semestral	40	40	40	40	40	40
FIC	n.a.	FIC ÁREA FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO ESCOLAR	Presencial	Ves	OUT-30%	implantação	1	semestral	140	140	140	140	140	140
FIC	n.a.	FIC ÁREA FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO ESCOLAR	Presencial	Ves	OUT-30%	implantação	2	anual	40	40	40	40	40	40
FIC	n.a.	FIC ÁREA ARTES	Presencial	Mat	OUT-30%	implantação	1	semestral	60	60	60	60	60	60
FIC	n.a.	FIC ÁREA MECATRÔNICA	Presencial	Ves	OUT-30%	regime	1	semestral	192	192	192	192	192	192
FIC	n.a.	FIC EIXO DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	Presencial	Ves	OUT-30%	regime	2	anual	55	55	55	55	55	55
FIC	Proeja FIC - INT	FIC EIXO DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	Presencial	Not	OUT-30%	implantação	4	anual	0	40	40	40	40	40
LIC	n.a.	LIC MATEMÁTICA	Presencial	Var	FOR-20%	regime	8	semestral	80	80	80	80	80	80
TEC	INT	TEC INFORMÁTICA	Presencial	Int	TEC-50%	regime	6	anual	40	40	40	40	40	40
TEC	INT	TEC MECÂNICA	Presencial	Int	TEC-50%	regime	6	anual	40	40	40	40	40	40
TEC	INT	TEC ELETROELETRÔNICA	Presencial	Int	TEC-50%	regime	6	anual	40	40	40	40	40	40
TEC	CON/SUB	TEC MECATRÔNICA	Presencial	Not	TEC-50%	regime	4	semestral	80	80	80	80	80	80
TEC	CON/SUB	TEC MECATRÔNICA	Presencial	Ves	TEC-50%	implantação	4	semestral	80	80	80	80	80	80
BACH	n.a.	BACH ENGENHARIA DE CONTROLE E AUTOMAÇÃO	Presencial	Not	OUT-30%	implantação	12	anual	40	40	40	40	40	40
Total Geral									1007	1047	1047	1047	1091	1091

Fonte: IFSP, 2019

Figura 26: evolução dos balizadores do câmpus Bragança Paulista.



Fonte: IFSP, 2019.

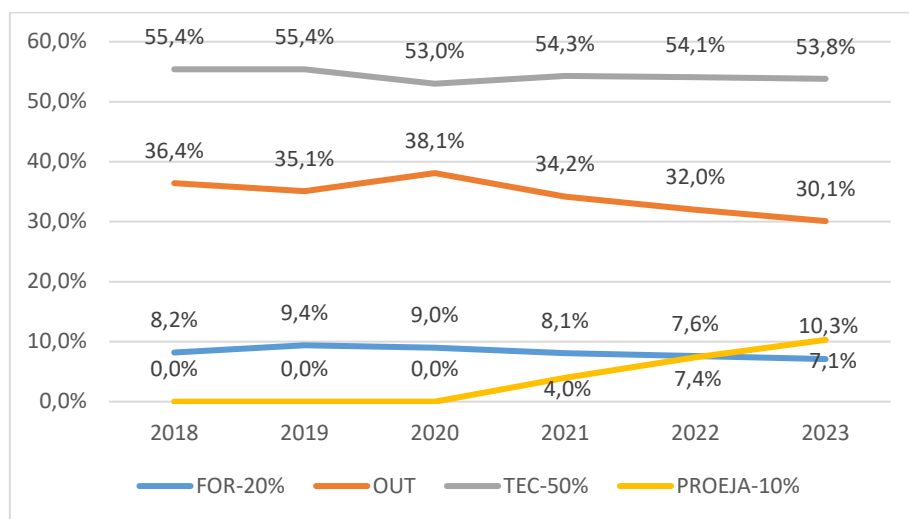
CÂMPUS CAMPINAS

Quadro 28: plano de oferta de vagas de ingresso do câmpus Campinas

Tipo de Curso	Tipo de Oferta	Curso	Modalidade	Turno	Distrib. Oferta	Situação da oferta	Duração (sem)	Period. Ingresso	Ving-2018	Ving-2019	Ving-2020	Ving-2021	Ving-2022	Ving-2023
CST	n.a.	CST ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	Presencial	Not	OUT-30%	regime	6	anual	40	40	40	40	40	40
CST	n.a.	CST ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	Presencial	Ves	OUT-30%	implantação	6	anual	40	40	40	40	40	40
CST	n.a.	CST ELETRÔNICA INDUSTRIAL	Presencial	Not	OUT-30%	extinção	6	anual	0	0	0	0	0	0
CST	n.a.	CST ELETRÔNICA INDUSTRIAL	Presencial	Ves	OUT-30%	implantação	6	anual	40	40	40	40	40	40
ESPEC	n.a.	TICS APLICADOS AO ENSINO DE CIÊNCIAS	Presencial	Not	FOR-20%	implantação	3	anual	30	30	30	30	30	30
ESPEC	n.a.	EDUCAÇÃO PARA INSERÇÃO SOCIAL	Presencial	Not	FOR-20%	regime	3	anual	30	30	30	30	30	30
ESPEC	n.a.	MICROELETRÔNICA	Presencial	Not	OUT-30%	nova	3	anual	0	0	30	30	30	30
ESPEC	n.a.	ESPEC EIXO INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	Presencial	Not	OUT-30%	nova	3	anual	0	0	30	30	30	30
LIC	n.a.	LIC PEDAGOGIA	EaD/polo	Not	FOR-20%	nova	8	anual	0	0	0	50	50	50
TEC	INT	TEC INFORMÁTICA	Presencial	Ves	TEC-50%	implantação	8	anual	40	40	40	40	40	40
TEC	INT	TEC ELETROELETRÔNICA	Presencial	Int	TEC-50%	extinção	6	anual	0	0	0	0	0	0
TEC	INT	TEC ELETRÔNICA	Presencial	Mat	TEC-50%	implantação	8	anual	40	40	40	40	40	40
TEC	CON/SUB	TEC INFORMÁTICA	Presencial	Mat	TEC-50%	implantação	3	semestral	80	80	80	80	80	80
TEC	CON/SUB	TEC ELETROELETRÔNICA	Presencial	Not	TEC-50%	implantação	4	semestral	80	80	80	80	80	80
TEC	CON/SUB	TEC DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	Presencial	Not	TEC-50%	extinção	4	anual	40	0	0	0	0	0
TEC	Proeja-TEC-INT	TEC TELECOMUNICAÇÕES	Presencial	Not	TEC-50%	nova	6	anual	0	0	0	40	40	40
Total Geral									460	420	480	570	570	570

Fonte: IFSP, 2019

Figura 27: evolução dos balizadores do câmpus Campinas.



Fonte: IFSP, 2019.

Em relação aos indicadores de oferta do câmpus Campinas, foi elaborado um plano de ação para melhoria do balizador de Formação de Professores, apresentado no ANEXO II.

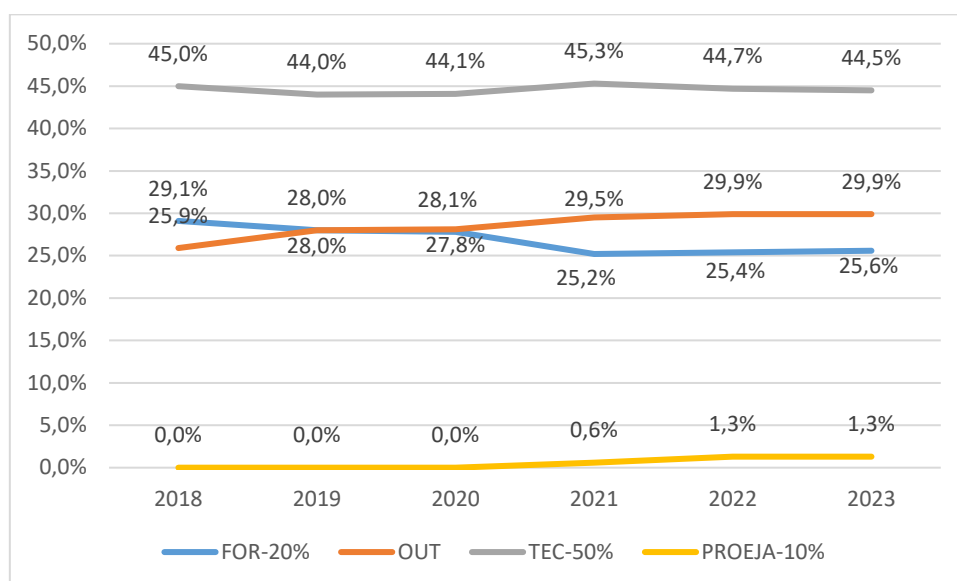
CÂMPUS CAMPOS DO JORDÃO

Quadro 29: plano de oferta de vagas de ingresso do câmpus Campos do Jordão

Tipo de Curso	Tipo de Oferta	Curso	Modalidade	Turno	Distrib. Oferta	Situação da oferta	Duração (sem)	Period. Ingresso	Ving-2018	Ving-2019	Ving-2020	Ving-2021	Ving-2022	Ving-2023
CST	n.a.	CST ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	Presencial	Not	OUT-30%	nova	6	semestral	0	0	0	0	40	40
CST	n.a.	CST ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	Presencial	Not	OUT-30%	extinção	6	semestral	80	80	80	80	0	0
CST	n.a.	CST GESTÃO DE TURISMO	Presencial	Not	OUT-30%	implantação	5	anual	40	40	40	40	40	40
FIC	Proeja FIC - INT	FIC ÁREA TURISMO, HOSPITALIDADE E LAZER	Presencial	Not	OUT-30%	nova	4	anual	0	0	0	30	30	30
LIC	n.a.	LIC MATEMÁTICA	Presencial	Mat	FOR-20%	extinção	8	semestral	0	0	0	0	0	0
LIC	n.a.	LIC MATEMÁTICA	Presencial	Mat	FOR-20%	implantação	8	anual	40	40	40	40	40	40
LIC	n.a.	LIC PEDAGOGIA	Presencial	Not	FOR-20%	implantação	8	anual	40	40	40	40	40	40
TEC	INT	TEC INFORMÁTICA	Presencial	Mat	TEC-50%	implantação	8	anual	40	40	40	40	40	40
TEC	INT	TEC EVENTOS	Presencial	Mat	TEC-50%	nova	8	anual	0	0	0	0	40	40
TEC	INT	TEC EDIFICAÇÕES	Presencial	Ves	TEC-50%	implantação	8	anual	40	40	40	40	40	40
TEC	CON/SUB	TEC INFORMÁTICA	Presencial	Mat	TEC-50%	extinção	4	semestral	0	0	0	0	0	0
TEC	CON/SUB	TEC EVENTOS	Presencial	Mat	TEC-50%	extinção	3	semestral	40	0	0	0	0	0
TEC	CON/SUB	TEC EVENTOS	Presencial	Mat	TEC-50%	implantação	3	anual	0	40	40	40	0	0
TEC	CON/SUB	TEC EVENTOS	Presencial	Ves	TEC-50%	extinção	3	semestral	0	0	0	0	0	0
TEC	CON/SUB	TEC EDIFICAÇÕES	Presencial	Not	TEC-50%	regime	4	semestral	80	40	40	40	0	0
TEC	CON/SUB	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO DE JOGOS DIGITAIS	EaD/oferta nte	Var	TEC-50%	nova	3	anual	0	0	0	0	40	40
TEC	CON/SUB	TEC HOSPEDAGEM	Presencial	Not	TEC-50%	regime	2	anual	40	40	40	40	40	40
BACH	n.a.	BACH ENGENHARIA CIVIL	Presencial	Not	OUT-30%	nova	10	anual	0	0	0	0	40	40
Total Geral									440	400	400	430	430	430

Fonte: IFSP, 2019

Figura 28- evolução dos balizadores do câmpus Campos do Jordão



Fonte: IFSP, 2019.

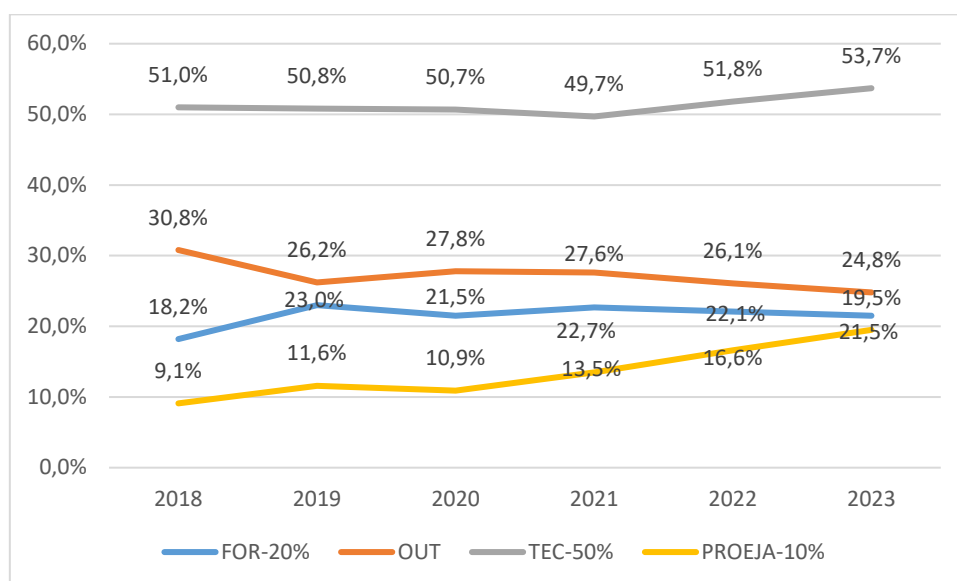
CÂMPUS CAPIVARI

Quadro 30- Plano de oferta de vagas de ingresso do câmpus Capivari

Tipo de Curso	Tipo de Oferta	Curso	Modalidade	Turno	Distrib. Oferta	Situação da oferta	Duração (sem)	Period. Ingresso	Ving-2018	Ving-2019	Ving-2020	Ving-2021	Ving-2022	Ving-2023
CST	n.a.	CST ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	Presencial	Not	OUT-30%	regime	6	anual	40	40	40	40	40	40
CST	n.a.	CST PROCESSOS GERENCIAIS	EaD/ofertante	Not	OUT-30%	nova	4	anual	0	0	40	40	40	40
CST	n.a.	CST PROCESSOS QUÍMICOS	Presencial	Not	OUT-30%	regime	7	anual	40	40	40	0	0	0
ESPEC	n.a.	ESPEC TIC APLICADA À EDUCAÇÃO	Presencial	Not	FOR-20%	implantação	3	anual	0	40	40	40	40	40
ESPEC	n.a.	ESPEC FORMAÇÃO PEDAGÓGICA PARA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	Presencial	Not	FOR-20%	implantação	3	anual	0	45	45	0	0	0
LIC	n.a.	LIC QUÍMICA	Presencial	Mat	FOR-20%	implantação	8	anual	40	40	40	40	40	40
LIC	n.a.	CIÊNCIAS DA NATUREZA (2ª LICENCIATURA)	EaD/ofertante	Not	FOR-20%	nova	2	anual	0	0	0	40	40	40
LIC	n.a.	LETRAS/PORTUGUÊS -INGLÊS (2ª LICENCIATURA)	EaD/ofertante	Not	FOR-20%	nova	3	anual	0	0	0	40	40	40
TEC	INT	TEC INFORMÁTICA	Presencial	Int	TEC-50%	regime	6	anual	40	40	40	40	40	40
TEC	INT	TEC QUÍMICA	Presencial	Int	TEC-50%	regime	6	anual	40	40	40	40	40	40
TEC	CON/SUB	TEC QUÍMICA	Presencial	Not	TEC-50%	regime	4	anual	40	40	40	40	40	40
TEC	CON/SUB	TEC RECURSOS HUMANOS	Presencial	Ves	TEC-50%	implantação	3	anual	0	40	40	40	40	40
TEC	Proeja-TEC-INT	TEC ADMINISTRAÇÃO	Presencial	Not	TEC-50%	implantação	6	anual	40	40	40	40	40	40
TEC	Proeja-TEC-INT	TEC ALIMENTOS	Presencial	Not	TEC-50%	nova	6	anual	0	0	0	40	40	40
BACH	n.a.	QUÍMICA INDUSTRIAL	Presencial	Not	OUT-30%	nova	8	anual	0	0	0	40	40	40
Total Geral									280	405	445	520	520	520

Fonte: IFSP, 2019

Figura 28:: evolução dos balizadores do câmpus Capivari



Fonte: IFSP, 2019.

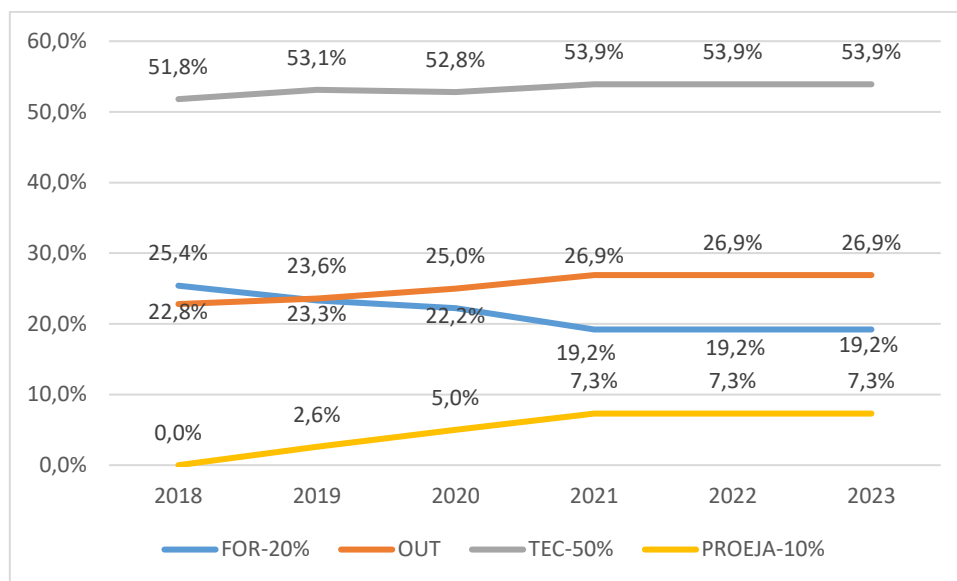
CÂMPUS CARAGUATATUBA

Quadro 31- Plano de oferta de vagas de ingresso do câmpus Caraguatatuba

Tipo de Curso	Tipo de Oferta	Curso	Modalidade	Turno	Distrib. Oferta	Situação da oferta	Duração (sem)	Period. Ingresso	Ving-2018	Ving-2019	Ving-2020	Ving-2021	Ving-2022	Ving-2023
CST	n.a.	CST ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	Presencial	Not	OUT-30%	regime	6	anual	40	40	40	40	40	40
CST	n.a.	CST PROCESSOS GERENCIAIS	Presencial	Not	OUT-30%	regime	5	anual	40	40	40	40	40	40
ESPEC	n.a.	ESPEC EIXO GESTÃO E NEGÓCIOS	Presencial	Not	OUT-30%	implantação	3	anual	30	30	30	30	30	30
LIC	n.a.	LIC MATEMÁTICA	Presencial	Mat	FOR-20%	regime	8	anual	40	40	40	40	40	40
LIC	n.a.	LIC FÍSICA	Presencial	Not	FOR-20%	implantação	8	anual	40	40	40	40	40	40
TEC	INT	TEC INFORMÁTICA	Presencial	Int	TEC-50%	implantação	6	anual	40	40	40	40	40	40
TEC	SUB	TEC AQUICULTURA	EaD/polo	Var	TEC-50%	regime	3	anual	50	50	50	50	50	50
TEC	CON/SUB	TEC ADMINISTRAÇÃO	Presencial	Ves	TEC-50%	regime	3	semestral	80	80	80	80	80	80
TEC	CON/SUB	TEC EDIFICAÇÕES	Presencial	Not	TEC-50%	regime	4	semestral	80	80	80	80	80	80
TEC	CON/SUB	TEC INFORMÁTICA PARA INTERNET	Presencial	Ves	TEC-50%	regime	3	semestral	80	80	80	80	80	80
TEC	CON/SUB	TEC MEIO AMBIENTE	Presencial	Ves	TEC-50%	regime	4	anual	40	40	40	40	40	40
TEC	Proeja-TEC-INT	TEC ADMINISTRAÇÃO	Presencial	Not	TEC-50%	nova	6	anual	0	40	40	40	40	40
BACH	n.a.	BACH ENGENHARIA CIVIL	Presencial	Int	OUT-30%	implantação	10	anual	40	40	40	40	40	40
Total Geral									600	640	640	640	640	640

Fonte: IFSP, 2019

Figura 29- Evolução dos balizadores do câmpus Caraguatatuba



Fonte: IFSP, 2019.

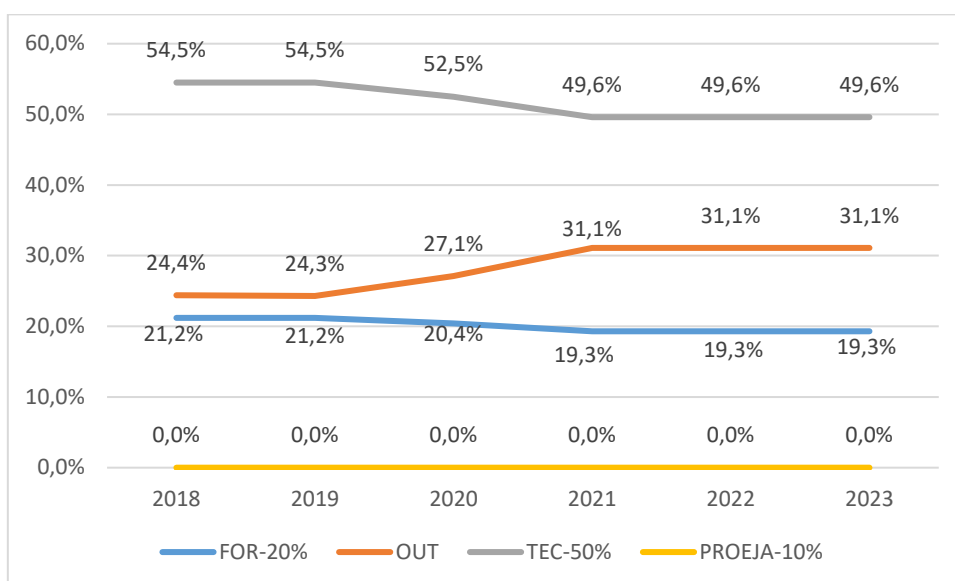
CÂMPUS CATANDUVA

Quadro 32- Plano de oferta de vagas de ingresso do câmpus Catanduva

Tipo de Curso	Tipo de Oferta	Curso	Modalidade	Turno	Distrib. Oferta	Situação da oferta	Duração (sem)	Period. Ingresso	Ving-2018	Ving-2019	Ving-2020	Ving-2021	Ving-2022	Ving-2023
CST	n.a.	CST ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	Presencial	Not	OUT-30%	regime	6	anual	40	40	40	40	40	40
CST	n.a.	CST MECATRÔNICA INDUSTRIAL	Presencial	Not	OUT-30%	extinção	6	anual	0	0	0	0	0	0
ESPEC	n.a.	ESPEC ENSINO DE CIÊNCIAS	Presencial	Var	FOR-20%	implantação	3	anual	40	40	40	40	40	40
ESPEC	n.a.	ESPEC INTERNET DAS COISAS	Presencial	Var	OUT-30%	nova	3	anual	0	0	0	25	25	25
ESPEC	n.a.	ESPEC SABERES E PRÁTICAS PARA A DOCÊNCIA NO ENSINO FUNDAMENTAL I	Presencial	Not	FOR-20%	implantação	2	anual	40	40	40	40	40	40
LIC	n.a.	LIC QUÍMICA	Presencial	Mat	FOR-20%	regime	8	anual	40	40	40	40	40	40
TEC	INT	TEC QUÍMICA	Presencial	Int	TEC-50%	regime	6	anual	40	40	40	40	40	40
TEC	INT	TEC MECATRÔNICA	Presencial	Int	TEC-50%	regime	6	anual	40	40	40	40	40	40
TEC	INT	TEC REDES DE COMPUTADORES	Presencial	Int	TEC-50%	regime	6	anual	40	40	40	40	40	40
TEC	CON/SUB	TEC FABRICAÇÃO MECÂNICA	Presencial	Not	TEC-50%	regime	4	semestral	80	80	80	80	80	80
BACH	n.a.	BACH ENGENHARIA DE CONTROLE E AUTOMAÇÃO	Presencial	Int	OUT-30%	implantação	10	anual	40	40	40	40	40	40
Total Geral									400	400	400	425	425	425

Fonte: IFSP, 2019

Figura 30: evolução dos balizadores o câmpus Catanduva.



Fonte: IFSP, 2019.

Em relação aos indicadores de oferta do câmpus Catanduva, foi elaborado um plano de ação para melhoria do balizador de PROEJA, apresentado no ANEXO II.

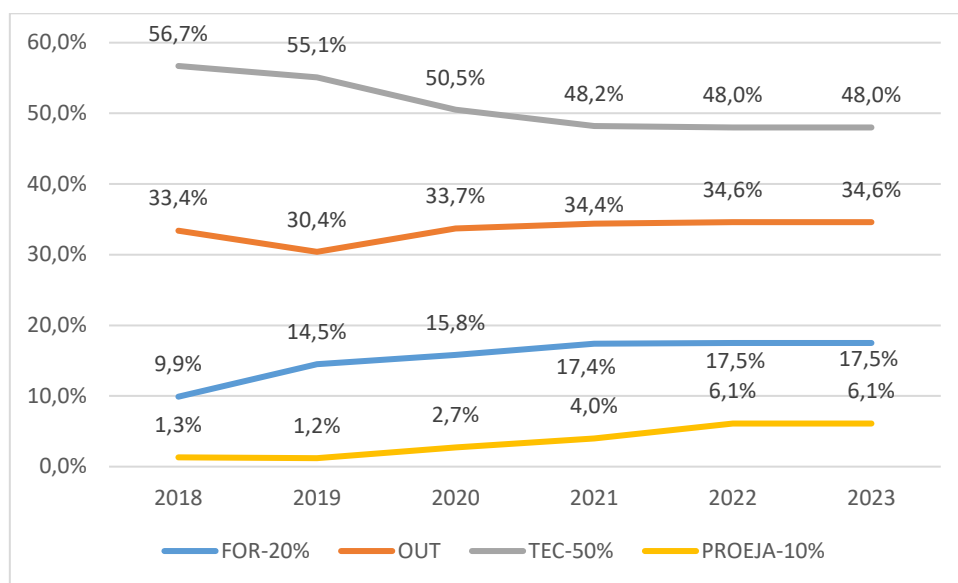
CÂMPUS CUBATÃO

Quadro 33- Plano de oferta de vagas de ingresso do câmpus Cubatão.

Tipo de Curso	Tipo de Oferta	Curso	Modalidade	Turno	Distrib. Oferta	Situação da oferta	Duração (sem)	Period. Ingresso	Ving-2018	Ving-2019	Ving-2020	Ving-2021	Ving-2022	Ving-2023
CST	n.a.	CST ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	Presencial	Not	OUT-30%	regime	6	anual	40	40	40	40	40	40
CST	n.a.	CST GESTÃO DE TURISMO	Presencial	Not	OUT-30%	extinção	5	anual	0	0	0	0	0	0
CST	n.a.	CST AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL	Presencial	Not	OUT-30%	extinção	6	anual	0	0	0	0	0	0
CST	n.a.	CST AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL	Presencial	Not	OUT-30%	implantação	7	anual	40	40	40	40	40	40
FIC	Proeja FIC - INT	FIC ÁREA INFORMÁTICA	Presencial	Not	OUT-30%	regime	4	anual	40	40	0	0	0	0
LIC	n.a.	LIC LETRAS	Presencial	Mat	FOR-20%	implantação	8	anual	40	40	40	40	40	40
LIC	n.a.	LIC MATEMÁTICA	Presencial	Mat	FOR-20%	implantação	8	anual	40	40	40	40	40	40
MES-PRO	n.a.	MES-PRO ENGENHARIA ELÉTRICA	Presencial	Var	OUT-30%	implantação	4	anual	0	0	14	14	14	14
TEC	INT	TEC INFORMÁTICA	Presencial	Mat	TEC-50%	regime	8	anual	80	40	40	40	40	40
TEC	INT	TEC INFORMÁTICA	Presencial	Yes	TEC-50%	regime	8	anual	80	80	80	80	80	80
TEC	INT	TEC EVENTOS	Presencial	Yes	TEC-50%	implantação	8	anual	40	40	40	40	40	40
TEC	CON/SUB	TEC AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL	Presencial	Not	TEC-50%	regime	4	semestral	80	80	80	80	80	80
TEC	Proeja-TEC-INT	TEC EM ORIENTAÇÃO COMUNITÁRIA	Presencial	Not	TEC-50%	nova	6	anual	0	0	40	40	40	40
BACH	n.a.	BACH ENGENHARIA DE CONTROLE E AUTOMAÇÃO	Presencial	Mat	OUT-30%	implantação	10	anual	40	40	40	40	40	40
BACH	n.a.	BACH TURISMO	Presencial	Not	OUT-30%	implantação	7	anual	40	40	40	40	40	40
Total Geral									560	520	534	534	534	534

Fonte: IFSP, 2019

Figura 31: evolução dos balizadores do câmpus Cubatão.



Fonte: IFSP, 2019.

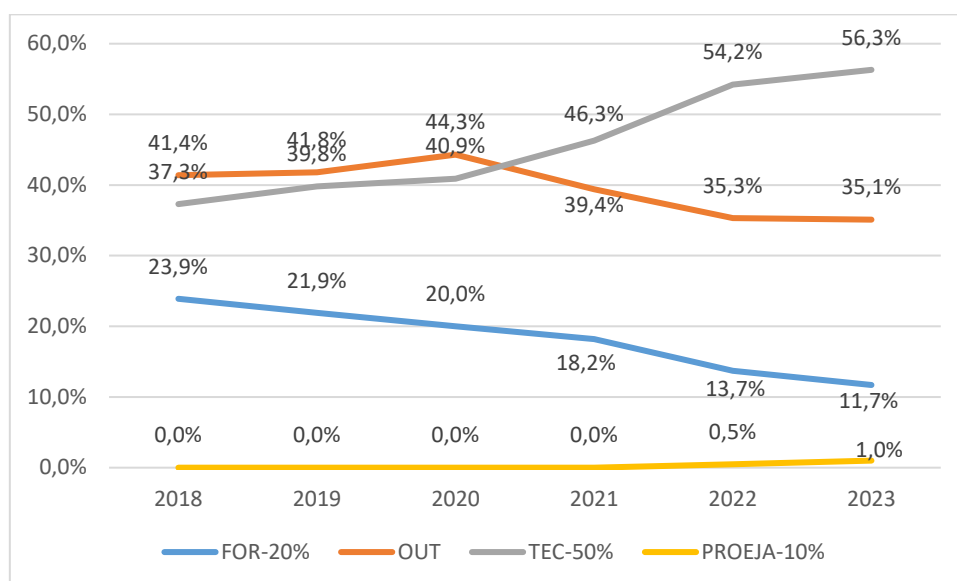
CÂMPUS GUARULHOS

Quadro 34- Plano de oferta de vagas de ingresso do câmpus Guarulhos

Tipo de Curso	Tipo de Oferta	Curso	Modalidade	Turno	Distrib. Oferta	Situação da oferta	Duração (sem)	Period. Ingresso	VIng-2018	VIng-2019	VIng-2020	VIng-2021	VIng-2022	VIng-2023
CST	n.a.	CST ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	Presencial	Not	OUT-30%	regime	6	semestral	80	80	80	40	40	40
CST	n.a.	CST AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL	Presencial	Mat	OUT-30%	extinção	7	anual	0	0	0	0	0	0
CST	n.a.	CST AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL	Presencial	Not	OUT-30%	regime	7	anual	40	40	0	0	0	0
ESPEC	n.a.	ESPEC EDUCAÇÃO: CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE	Presencial	Mat	FOR-20%	nova	3	anual	0	0	0	40	40	40
ESPEC	n.a.	ESPEC EIXO INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	Presencial	Not	OUT-30%	regime	3	anual	20	20	20	20	20	20
FIC	Proeja FIC - INT	FIC ÁREA INFORMÁTICA	Presencial	Not	OUT-30%	nova	4	anual	0	0	0	0	40	40
LIC	n.a.	LIC MATEMÁTICA	Presencial	Mat	FOR-20%	extinção	8	semestral	40	0	0	0	0	0
LIC	n.a.	LIC MATEMÁTICA	Presencial	Mat	FOR-20%	implantação	8	semestral	80	80	40	40	40	40
MES-PRO	n.a.	MES-PRO ENSINO DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA	Presencial	Mat	FOR-20%	nova	4	anual	0	0	0	25	25	25
TEC	INT	TEC MECATRÔNICA	Presencial	Int	TEC-50%	implantação	6	anual	40	0	0	0	0	0
TEC	INT	TEC MECATRÔNICA	Presencial	Int	TEC-50%	nova	8	anual	0	40	40	40	40	40
TEC	INT	TEC INFORMÁTICA PARA INTERNET	Presencial	Int	TEC-50%	nova	8	anual	0	40	40	40	40	40
TEC	INT	TEC INFORMÁTICA PARA INTERNET	Presencial	Int	TEC-50%	extinção	6	anual	40	0	0	0	0	0
TEC	CON/SUB	TEC MECÂNICA	Presencial	Not	TEC-50%	nova	4	semestral	0	0	0	80	80	80
TEC	CON/SUB	TEC AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL	Presencial	Not	TEC-50%	regime	4	semestral	80	80	80	80	80	80
TEC	CON/SUB	TEC AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL	Presencial	Ves	TEC-50%	extinção	4	semestral	40	0	0	0	0	0
TEC	CON/SUB	TEC MANUTENÇÃO E SUPORTE EM INFORMÁTICA	EaD/ofertante	Var	TEC-50%	nova	3	anual	0	0	0	50	50	50
TEC	CON/SUB	TEC INFORMÁTICA PARA INTERNET	EaD/ofertante	Var	TEC-50%	nova	3	semestral	0	0	0	50	50	50
TEC	CON/SUB	TEC INFORMÁTICA PARA INTERNET	Presencial	Ves	TEC-50%	extinção	4	anual	0	0	0	0	0	0
TEC	CON/SUB	TEC INFORMÁTICA PARA INTERNET	Presencial	Ves	TEC-50%	extinção	4	semestral	0	0	0	0	0	0
BACH	n.a.	BACH ENGENHARIA DE CONTROLE E AUTOMAÇÃO	Presencial	Int	OUT-30%	implantação	10	anual	40	40	40	40	40	40
BACH	n.a.	BACH ENGENHARIA MECÂNICA	Presencial	Int	OUT-30%	nova	10	anual	0	0	0	40	40	40
BACH	n.a.	BACH ENGENHARIA DA COMPUTAÇÃO	Presencial	Int	OUT-30%	nova	10	anual	0	0	0	40	40	40
Total Geral									500	420	340	625	665	665

Fonte: IFSP, 2019

Figura 32: evolução dos balizadores do câmpus Guarulhos.



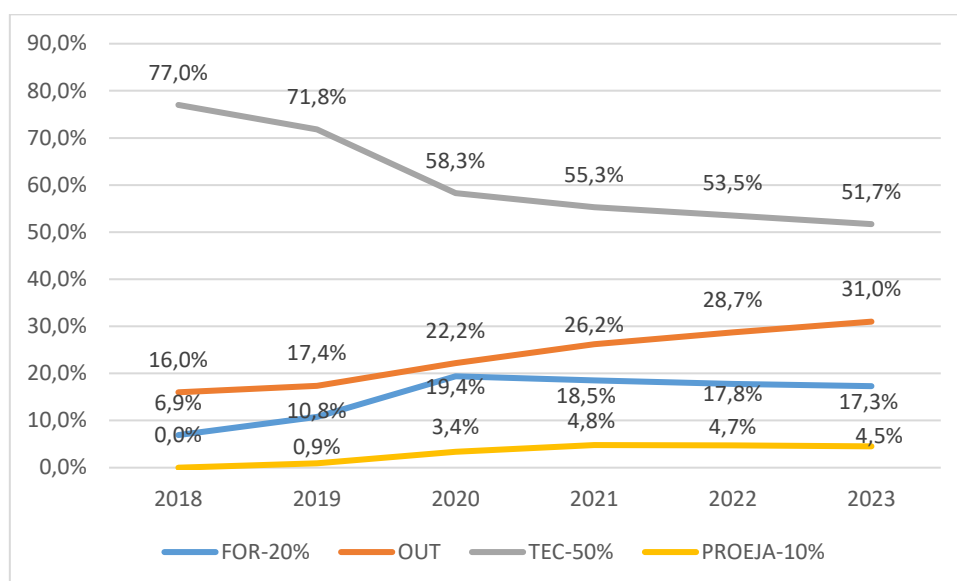
Fonte: IFSP, 2019.

CÂMPUS HORTOLÂNDIA

Quadro 35- Plano de oferta de vagas de ingresso do câmpus Hortolândia.

Tipo de Curso	Tipo de Oferta	Curso	Modalidade	Turno	Distrib. Oferta	Situação da oferta	Duração (sem)	Period. Ingresso	Ving-2019	Ving-2020	Ving-2021	Ving-2022	Ving-2023
CST	n.a.	CST ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	Presencial	Mat	OUT-30%	extinção	6	anual	0	0	0	0	0
CST	n.a.	CST ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	Presencial	Not	OUT-30%	regime	6	anual	40	40	40	40	40
ESPEC	n.a.	ESPEC EM ESTUDOS DA LINGUAGEM (LETRAS)	Presencial	Not	FOR-20%	nova	4	outro	0	40	0	40	0
ESPEC	n.a.	ESPEC EM LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS	Presencial	Not	FOR-20%	nova	4	outro	0	40	0	40	0
FIC	Proeja FIC - INT	FIC MANUTENÇÃO ELÉTRICA	Presencial	Not	OUT-30%	nova	4	anual	0	40	40	40	40
FIC	Proeja FIC - INT	FIC SOLDAGEM INDUSTRIAL/FERROVIÁRIA	Presencial	Not	OUT-30%	nova	4	anual	0	40	40	40	40
FIC	Proeja FIC - INT	FIC USINAGEM INDUSTRIAL	Presencial	Not	OUT-30%	nova	4	anual	40	40	40	40	40
LIC	n.a.	LIC MATEMÁTICA	Presencial	Not	FOR-20%	implantação	8	anual	40	40	40	40	40
TEC	INT	TEC INFORMÁTICA	Presencial	Int	TEC-50%	nova	6	anual	40	40	40	40	40
TEC	INT	TEC INFORMÁTICA	Presencial	Int	TEC-50%	extinção	6	anual	0	0	0	0	0
TEC	INT	TEC MECÂNICA	Presencial	Int	TEC-50%	nova	6	anual	40	40	40	40	40
TEC	INT	TEC MECÂNICA	Presencial	Int	TEC-50%	extinção	6	anual	0	0	0	0	0
TEC	INT	TEC AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL	Presencial	Int	TEC-50%	nova	6	anual	40	40	40	40	40
TEC	INT	TEC AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL	Presencial	Int	TEC-50%	extinção	6	anual	0	0	0	0	0
TEC	CON/SUB	TEC FABRICAÇÃO MECÂNICA	Presencial	Not	TEC-50%	regime	4	anual	0	40	40	40	40
TEC	CON/SUB	TEC FABRICAÇÃO MECÂNICA	Presencial	Not	TEC-50%	extinção	4	semestral	40	0	0	0	0
TEC	CON/SUB	TEC ELETROELETRÔNICA	Presencial	Not	TEC-50%	nova	4	anual	40	40	40	40	40
TEC	CON/SUB	TEC ELETROELETRÔNICA	Presencial	Not	TEC-50%	extinção	4	semestral	0	0	0	0	0
TEC	CON/SUB	TEC MANUTENÇÃO E SUPORTE EM INFORMÁTICA	Presencial	Not	TEC-50%	implantação	3	anual	40	40	40	40	40
BACH	n.a.	BACH ENGENHARIA DE CONTROLE E AUTOMAÇÃO	Presencial	Int	OUT-30%	nova	10	anual	40	40	40	40	40
Total Geral									400	560	480	560	480

Figura 33: Evolução dos balizadores do câmpus Hortolândia.



Fonte: IFSP, 2019.

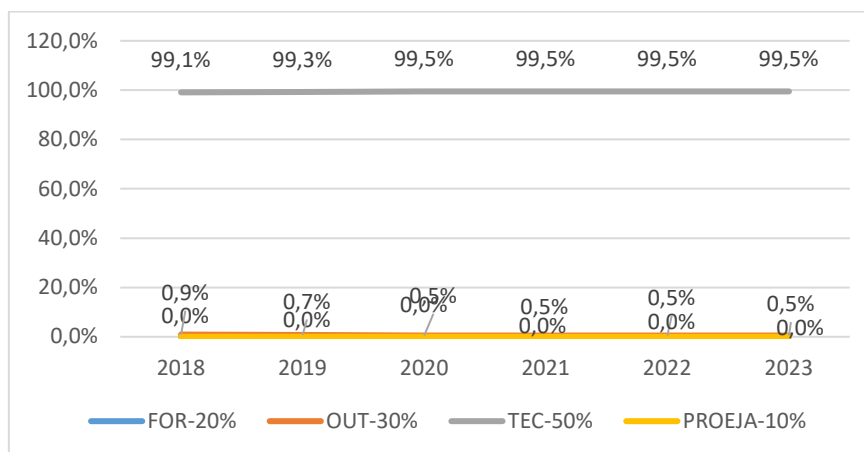
CÂMPUS AVANÇADO ILHA SOLTEIRA

Quadro 36: plano de oferta de vagas de ingresso do câmpus avançado Ilha Solteira

Tipo de Curso	Tipo de Oferta	Curso	Modalidade	Turno	Distrib. Oferta	Situação da oferta	Duração (sem)	Period. Ingresso	Ving-2018	Ving-2019	Ving-2020	Ving-2021	Ving-2022	Ving-2023
FIC	n.a.	FIC ÁREA DESENHO DE CONSTRUÇÃO CIVIL	Presencial	Var	OUT-30%	regime	1	semestral	40	40	40	40	40	40
TEC	INT	TEC EDIFICAÇÕES	Presencial	Int	TEC-50%	implantação	6	anual	40	40	40	40	40	40
TEC	INT	TEC DESENHO DE CONSTRUÇÃO CIVIL	Presencial	Int	TEC-50%	implantação	6	anual	40	40	40	40	40	40
TEC	CON/SUB	TEC EDIFICAÇÕES	Presencial	Not	TEC-50%	regime	4	semestral	40	40	40	40	40	40
Total Geral									160	160	160	160	160	160

Fonte: IFSP, 2019

Figura 34: evolução dos balizadores do câmpus avançado Ilha Solteira



Fonte: IFSP, 2019.

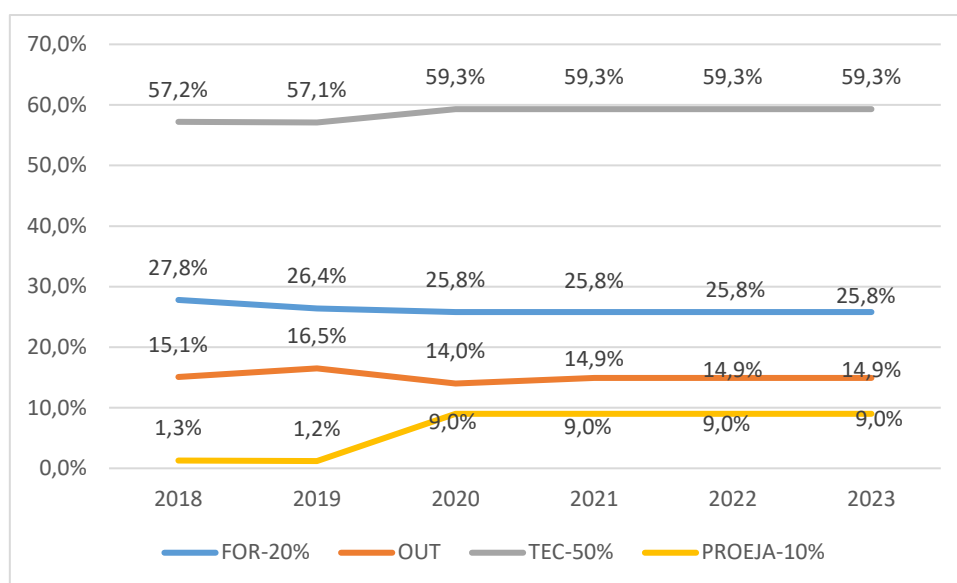
CÂMPUS ITAPETININGA

Quadro 37: plano de oferta de vagas de ingresso do câmpus Itapetininga.

Tipo de Curso	Tipo de Oferta	Curso	Modalidade	Turno	Distrib. Oferta	Situação da oferta	Duração (sem)	Period. Ingresso	Ving-2018	Ving-2019	Ving-2020	Ving-2021	Ving-2022	Ving-2023
ESPEC	n.a.	ESPECIALIZAÇÃO NO ENSINO DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA	Presencial	Var	FOR-20%	nova	3	anual	0	40	40	40	40	40
ESPEC	n.a.	ESPEC TIC APLICADA À EDUCAÇÃO	Presencial	Not	FOR-20%	regime	3	bianual	40	0	40	0	40	0
ESPEC	n.a.	ESPEC DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS PARA INTERNET E DISPOSITIVOS MÓVEIS	Presencial	Var	OUT-30%	nova	3	bianual	0	40	0	40	0	40
FIC	Proeja FIC - INT	FIC ÁREA ADMINISTRAÇÃO	Presencial	Not	OUT-30%	regime	4	anual	40	40	40	40	40	40
LIC	n.a.	LIC MATEMÁTICA	Presencial	Not	FOR-20%	regime	8	anual	40	40	40	40	40	40
LIC	n.a.	LIC FÍSICA	Presencial	Mat	FOR-20%	regime	8	anual	40	40	40	40	40	40
LIC	n.a.	LIC PROGRAMA ESPECIAL DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA DE DOCENTES	Presencial	Var	FOR-20%	regime	3	anual	40	40	40	40	40	40
TEC	INT	TEC INFORMÁTICA	Presencial	Mat	TEC-50%	regime	8	anual	40	40	40	40	40	40
TEC	INT	TEC ELETROME CÂNICA	Presencial	Mat	TEC-50%	regime	8	anual	40	40	40	40	40	40
TEC	CON/SUB	TEC INFORMÁTICA	Presencial	Var	TEC-50%	implantação	4	semestral	0	80	80	80	80	80
TEC	CON/SUB	TEC MECÂNICA	Presencial	Not	TEC-50%	regime	4	anual	80	80	40	40	40	40
TEC	CON/SUB	TEC EDIFICAÇÕES	Presencial	Var	TEC-50%	regime	4	semestral	80	80	80	80	80	80
TEC	CON/SUB	TEC MANUTENÇÃO E SUPORTE EM INFORMÁTICA	Presencial	Ves	TEC-50%	extinção	4	semestral	80	0	0	0	0	0
TEC	CON/SUB	TEC ELETROME CÂNICA	Presencial	Var	TEC-50%	nova	4	anual	0	0	40	40	40	40
TEC	Proeja-TEC-INT	TEC EDIFICAÇÕES	Presencial	Not	TEC-50%	nova	6	anual	0	0	40	40	40	40
BACH	n.a.	BACH ENGENHARIA MECÂNICA	Presencial	Not	OUT-30%	regime	10	anual	40	40	40	40	40	40
Total Geral									560	600	640	640	640	640

Fonte: IFSP, 2019.

Figura 35: plano de oferta de vagas de ingresso do câmpus Itapetininga.



Fonte: IFSP, 2019.

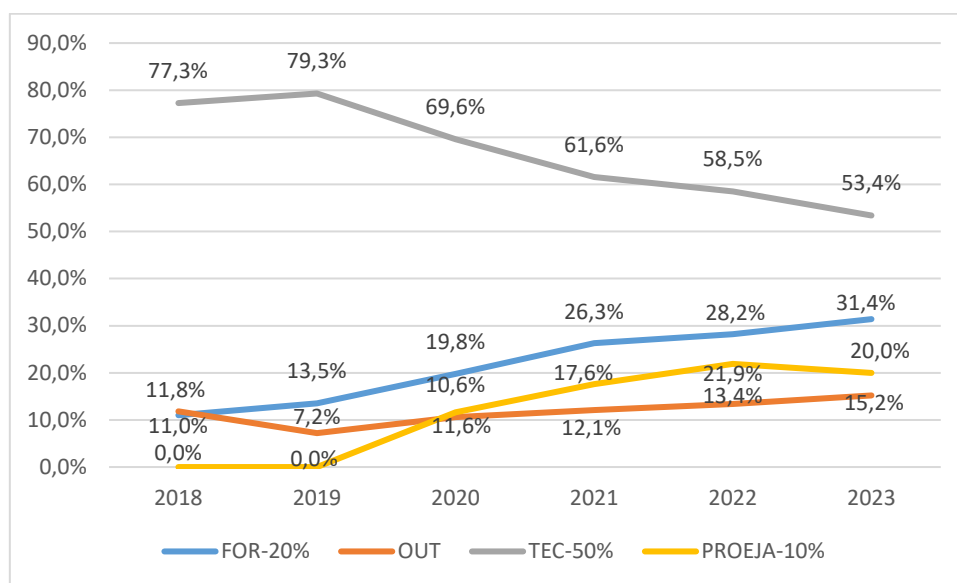
CÂMPUS ITAQUAQUECETUBA

Quadro 38: plano de oferta de vagas de ingresso do câmpus Itaquaquetuba

Tipo de Curso	Tipo de Oferta	Curso	Modalidade	Turno	Distrib. Oferta	Situação da oferta	Duração (sem)	Period. Ingresso	Ving-2018	Ving-2019	Ving-2020	Ving-2021	Ving-2022	Ving-2023
FIC	n.a.	FILOSOFIA E CIÊNCIA	Presencial	Not	OUT-30%	regime	1	semestral	30	30	30	30	30	30
FIC	n.a.	INFORMÁTICA 3ª IDADE	Presencial	Ves	OUT-30%	implantação	1	semestral	40	40	40	40	40	40
FIC	n.a.	DESENHO ASSISTIDO POR COMPUTADOR	Presencial	Ves	OUT-30%	implantação	1	anual	20	20	20	20	20	20
FIC	n.a.	FUNDAMENTOS DE ASTRONOMIA	Presencial	Ves	OUT-30%	regime	1	semestral	20	20	20	20	20	20
FIC	n.a.	O SABOR DO SABER	Presencial	Ves	OUT-30%	regime	1	semestral	30	30	30	30	30	30
FIC	n.a.	HISTÓRIA E CULTURA DA POPULAÇÃO NEGRA NO BRASIL	Presencial	Ves	OUT-30%	regime	1	semestral	30	30	30	30	30	30
FIC	n.a.	INFORMÁTICA BÁSICA II	Presencial	Ves	OUT-30%	regime	1	semestral	100	100	100	100	100	100
FIC	n.a.	PREPARATÓRIO PARA O ENEM E EXAMES VESTIBULARES	Presencial	Ves	OUT-30%	regime	2	anual	40	40	40	40	40	40
FIC	n.a.	FIC ÁREA SOLDAGEM	Presencial	Not	OUT-30%	regime	1	semestral	40	40	40	40	40	40
LIC	n.a.	LIC LETRAS	Presencial	Not	FOR-20%	nova	8	anual	0	0	0	40	40	40
LIC	n.a.	LIC MATEMÁTICA	Presencial	Not	FOR-20%	implantação	8	anual	40	40	40	40	40	40
LIC	n.a.	LIC FÍSICA	Presencial	Not	FOR-20%	nova	8	anual	0	0	40	40	40	40
TEC	INT	TEC MECÂNICA	Presencial	Int	TEC-50%	implantação	6	anual	80	80	80	80	80	80
TEC	CON/SUB	TEC MECÂNICA	Presencial	Not	TEC-50%	implantação	4	semestral	80	80	80	80	80	80
TEC	Proeja-TEC-INT	TEC MECÂNICA	Presencial	Int	TEC-50%	nova	8	anual	0	0	80	80	80	80
BACH	n.a.	BACH ENGENHARIA MECÂNICA	Presencial	Not	OUT-30%	nova	10	anual	0	0	40	40	40	40
Total Geral									550	550	710	750	750	750

Fonte: IFSP, 2019.

Figura 36: evolução dos balizadores do câmpus Itaquaquetuba



Fonte: IFSP, 2019.

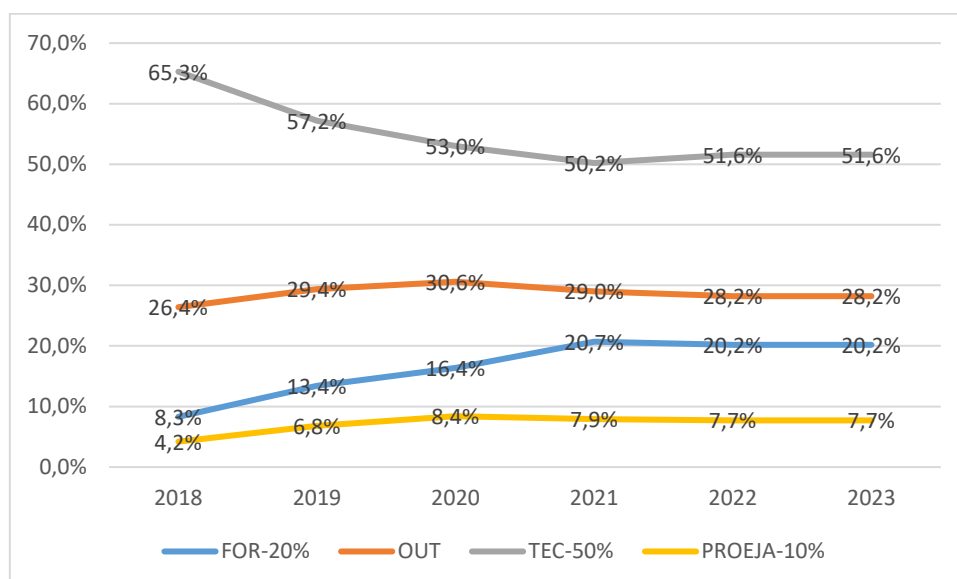
CÂMPUS JACAREÍ

Figura 37: plano de oferta de vagas de ingresso do câmpus Jacareí.

Tipo de Curso	Tipo de Oferta	Curso	Modalidade	Turno	Distrib. Oferta	Situação da oferta	Duração (sem)	Period. Ingresso	Ving-2018	Ving-2019	Ving-2020	Ving-2021	Ving-2022	Ving-2023
CST	n.a.	CST ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	Presencial	Mat	OUT-30%	regime	6	anual	40	40	40	40	40	40
CST	n.a.	CST DESIGN DE INTERIORES	Presencial	Mat	OUT-30%	regime	6	anual	40	40	40	40	40	40
LIC	n.a.	LIC PEDAGOGIA	Presencial	Mat	FOR-20%	implantação	8	anual	40	40	40	40	40	40
LIC	n.a.	LIC PEDAGOGIA	Presencial	Not	FOR-20%	implantação	8	anual	40	40	40	40	40	40
TEC	INT	TEC ADMINISTRAÇÃO	Presencial	Int	TEC-50%	extinção	6	anual	40	0	0	0	0	0
TEC	INT	TEC ADMINISTRAÇÃO	Presencial	Ves	TEC-50%	implantação	8	anual	0	40	40	40	40	40
TEC	INT	TEC INFORMÁTICA	Presencial	Ves	TEC-50%	implantação	8	anual	40	40	40	40	40	40
TEC	CON/SUB	TEC ADMINISTRAÇÃO	Presencial	Not	TEC-50%	regime	4	semestral	40	40	40	40	40	40
TEC	CON/SUB	TEC ADMINISTRAÇÃO	Presencial	Ves	TEC-50%	implantação	4	anual	40	40	40	40	40	40
TEC	CON/SUB	TEC LOGÍSTICA	Presencial	Not	TEC-50%	extinção	3	semestral	0	0	0	0	0	0
TEC	CON/SUB	TEC DESIGN DE INTERIORES	Presencial	Ves	TEC-50%	regime	3	semestral	80	80	80	80	80	80
TEC	Proeja-TEC-INT	TEC LOGÍSTICA	Presencial	Not	TEC-50%	implantação	6	anual	40	40	40	40	40	40
BACH	n.a.	BACH ADMINISTRAÇÃO	Presencial	Not	OUT-30%	regime	8	anual	40	40	40	40	40	40
Total Geral									480	480	480	480	480	480

Fonte: IFSP, 2019

Figura 38: evolução dos balizadores do câmpus Jacareí.



Fonte: IFSP, 2019.

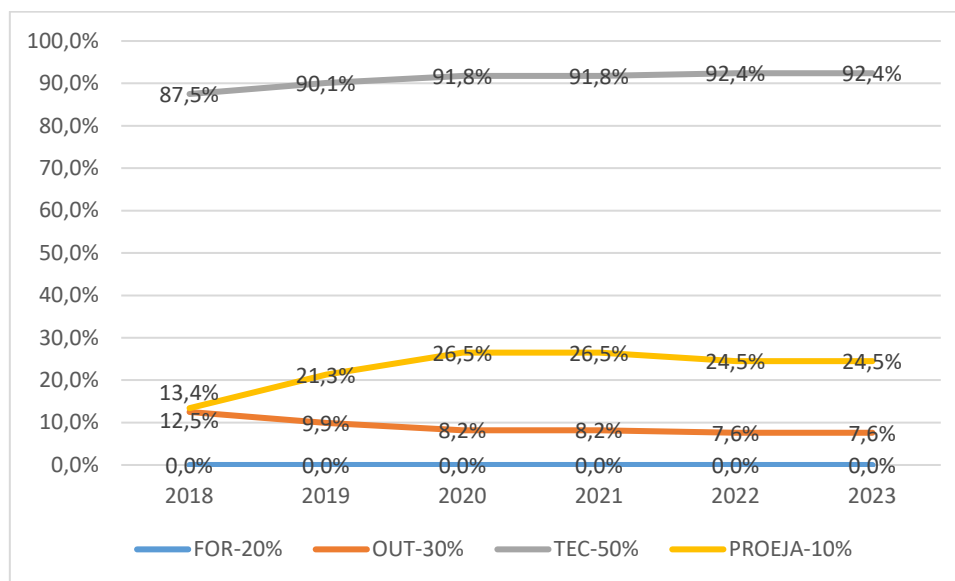
CÂMPUS AVANÇADO JUNDIAÍ

Quadro 39: evolução dos balizadores do câmpus avançado Jundiaí.

Tipo de Curso	Tipo de Oferta	Curso	Modalidade	Turno	Distrib. Oferta	Situação da oferta	Duração (sem)	Period. Ingresso	Ving-2018	Ving-2019	Ving-2020	Ving-2021	Ving-2022	Ving-2023
FIC	n.a.	PREPARATÓRIO PARA O ENEM	Presencial	Ves	OUT-30%	implantação	2	anual	40	40	40	40	40	40
FIC	n.a.	FIC ÁREA FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO ESCOLAR	Presencial	Mat	OUT-30%	implantação	1	semestral	172	172	172	172	172	172
FIC	n.a.	FIC ÁREA FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO ESCOLAR	Presencial	Ves	OUT-30%	implantação	1	semestral	174	174	174	174	174	174
TEC	INT	TEC LOGÍSTICA	Presencial	Int	TEC-50%	implantação	6	anual	80	40	80	80	80	80
TEC	CON/SUB	TEC COMÉRCIO	Presencial	Not	TEC-50%	regime	3	semestral	80	80	80	80	80	80
TEC	Proeja-TEC-INT	TEC ADMINISTRAÇÃO	Presencial	Not	TEC-50%	implantação	6	anual	40	40	40	40	40	40
Total Geral									586	546	586	586	586	586

Fonte: IFSP, 2019

Figura 39: evolução dos balizadores do câmpus avançado Jundiaí



Fonte: IFSP, 2019.

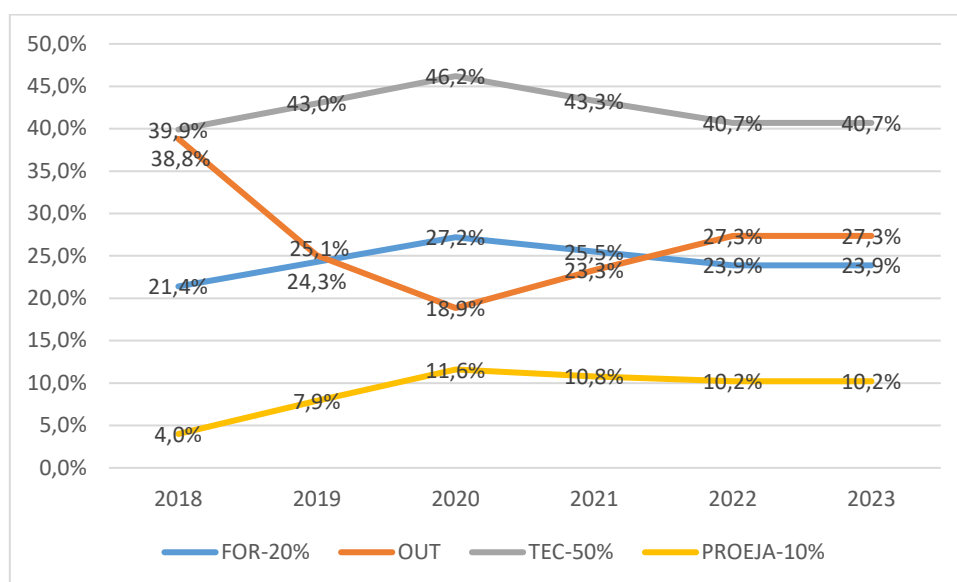
CÂMPUS MATÃO

Quadro 40-Plano de oferta de vagas de ingresso do câmpus Matão.

Tipo de Curso	Tipo de Oferta	Curso	Modalidade	Turno	Distrib. Oferta	Situação da oferta	Duração (sem)	Period. Ingresso	Ving-2019	Ving-2020	Ving-2021	Ving-2022	Ving-2023
CST	n.a.	CST BIOCMBUSTÍVEIS	Presencial	Mat	OUT-30%	extinção	6	anual	0	0	0	0	0
CST	n.a.	CST BIOCMBUSTÍVEIS	Presencial	Not	OUT-30%	extinção	6	anual	0	0	0	0	0
CST	n.a.	CST ALIMENTOS	Presencial	Ves	OUT-30%	extinção	6	anual	0	0	0	0	0
ESPEC	n.a.	AÇUCAR E ÁLCOOL	Presencial	Not	OUT-30%	regime	4	anual	40	40	40	40	40
LIC	n.a.	LIC QUÍMICA	Presencial	Mat	FOR-20%	regime	8	anual	40	40	40	40	40
LIC	n.a.	LIC QUÍMICA	Presencial	Not	FOR-20%	regime	8	anual	40	40	40	40	40
TEC	INT	TEC QUÍMICA	Presencial	Mat	TEC-50%	regime	6	anual	40	40	40	40	40
TEC	INT	TEC AÇUCAR E ÁLCOOL	Presencial	Mat	TEC-50%	regime	6	anual	40	40	40	40	40
TEC	INT	TEC ALIMENTOS	Presencial	Mat	TEC-50%	regime	6	anual	40	40	40	40	40
TEC	Proeja-TEC INT	TEC SEGURANÇA DO TRABALHO	Presencial	Not	TEC-50%	regime	6	anual	45	45	45	45	45
BACH	n.a.	BACH ENGENHARIA DE ALIMENTOS	Presencial	Not	OUT-30%	implantação	10	anual	40	40	40	40	40
BACH	n.a.	BACH ENGENHARIA DE ENERGIAS RENOVAVEIS	Presencial	Not	OUT-30%	implantação	10	anual	40	40	40	40	40
Total Geral									365	365	365	365	365

Fonte: IFSP, 2019.

Figura 40: evolução dos balizadores do câmpus Matão



Fonte: IFSP, 2019.

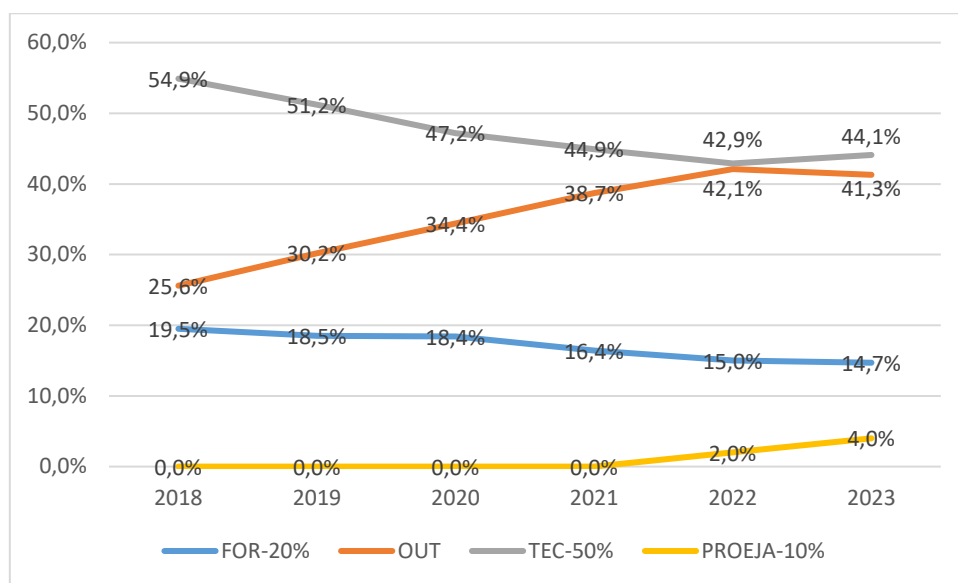
CÂMPUS PIRACICABA

Quadro 41: Plano de oferta de vagas de ingresso do câmpus Piracicaba

Tipo de Curso	Tipo de Oferta	Curso	Modalidade	Turno	Distrib. Oferta	Situação da oferta	Duração (sem)	Period. Ingresso	Ving-2019	Ving-2020	Ving-2021	Ving-2022	Ving-2023
CST	n.a.	CST AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL	Presencial	Not	OUT-30%	extinção	7	semestral	0	0	0	0	0
CST	n.a.	CST AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL	Presencial	Not	OUT-30%	implantação	6	anual	40	40	40	40	40
ESPEC	n.a.	ESPEC EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	Presencial	Not	FOR-20%	implantação	3	anual	40	40	40	40	40
ESPEC	n.a.	ESPEC ENSINO MATEMÁTICA	Presencial	Not	FOR-20%	implantação	3	anual	40	40	40	40	40
ESPEC	n.a.	ESPEC ENSINO DE CIÊNCIAS	Presencial	Not	FOR-20%	nova	6	anual	0	40	40	40	40
LIC	n.a.	LIC FÍSICA	Presencial	Not	FOR-20%	extinção	8	anual	0	0	0	0	0
LIC	n.a.	LIC FÍSICA	Presencial	Not	FOR-20%	implantação	8	anual	40	40	40	40	40
TEC	INT	TEC INFORMÁTICA	Presencial	Ves	TEC-50%	implantação	8	anual	40	40	40	40	40
TEC	INT	TEC MANUTENÇÃO AUTOMOTIVA	Presencial	Ves	TEC-50%	implantação	8	anual	40	40	40	40	40
TEC	CON/SUB	TEC MECÂNICA	Presencial	Not	TEC-50%	regime	4	semestral	160	160	160	160	160
TEC	Proeja-TEC-INT	PROEJA TÉCNICO	Presencial	Not	TEC-50%	nova	6	anual	0	0	0	40	40
MES-PRO	n.a.	MES-PRO COMPUTAÇÃO CIENTÍFICA	Presencial	Int	OUT-30%	nova	4	anual	0	5	5	5	5
BACH	n.a.	BACH ENGENHARIA MECÂNICA	Presencial	Int	OUT-30%	implantação	10	anual	40	40	40	40	40
BACH	n.a.	BACH ENGENHARIA ELÉTRICA	Presencial	Int	OUT-30%	implantação	10	anual	40	40	40	40	40
BACH	n.a.	BACH ENGENHARIA DA COMPUTAÇÃO	Presencial	Int	OUT-30%	implantação	10	anual	40	40	40	40	40
Total Geral									520	565	565	605	605

Fonte: IFSP, 2019.

Figura 41: evolução dos balizadores do câmpus Piracicaba



Fonte: IFSP, 2019.

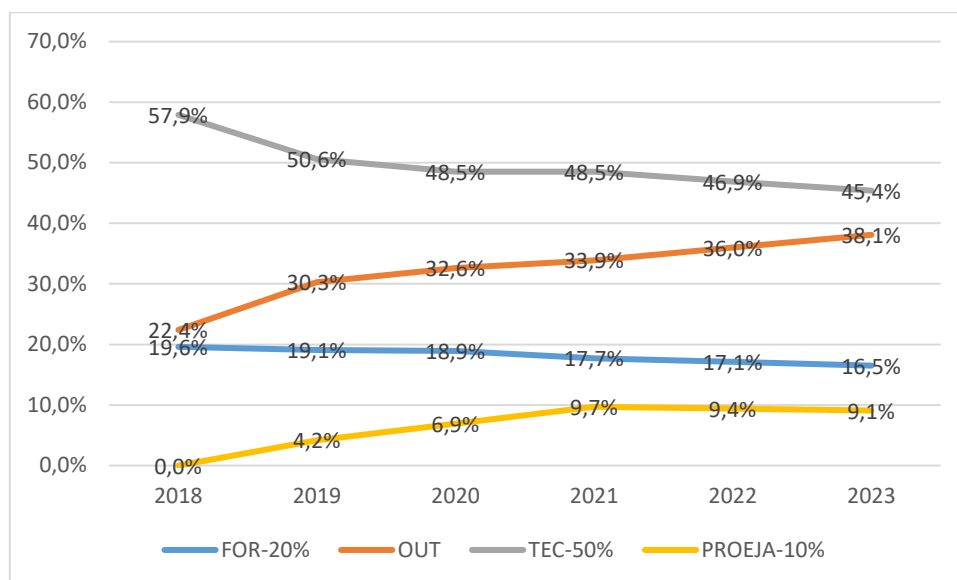
CÂMPUS PIRITUBA

Quadro 42: Plano de oferta de vagas de ingresso do câmpus Pirituba

Tipo de Curso	Tipo de Oferta	Curso	Modalidade	Turno	Distrib. Oferta	Situação da oferta	Duração (sem)	Period. Ingresso	Ving-2019	Ving-2020	Ving-2021	Ving-2022	Ving-2023
CST	n.a.	CST ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	Presencial	Not	OUT-30%	regime	6	anual	40	40	40	40	40
CST	n.a.	CST GESTÃO PÚBLICA	Presencial	Ves	OUT-30%	regime	6	anual	40	40	40	40	40
ESPEC	n.a.	ESPEC HUMANIDADES	Presencial	Not	FOR-20%	regime	3	anual	40	40	40	40	40
ESPEC	n.a.	ESPEC GESTÃO DE PROJETOS	Presencial	Not	OUT-30%	nova	3	anual	40	40	40	40	40
LIC	n.a.	LIC LETRAS – PORTUGUÊS E INGLÊS	Presencial	Not	FOR-20%	regime	8	anual	40	40	40	40	40
TEC	INT	TEC LOGÍSTICA	Presencial	Int	TEC-50%	regime	6	anual	80	80	80	80	80
TEC	INT	TEC REDES DE COMPUTADORES	Presencial	Int	TEC-50%	regime	6	anual	40	40	40	40	40
TEC	CON/SUB	TEC ADMINISTRAÇÃO	Presencial	Not	TEC-50%	regime	3	semestral	80	80	80	80	80
TEC	Proeja-TEC-INT	TEC ADMINISTRAÇÃO	Presencial	Mat	TEC-50%	nova	6	anual	40	40	40	40	40
BACH	n.a.	BACH ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	Presencial	Int	OUT-30%	nova	10	anual	40	40	40	40	40
Total Geral									480	480	480	480	480

Fonte: IFSP, 2019

Figura 42: evolução dos balizadores do câmpus Pirituba.



Fonte: IFSP, 2019.

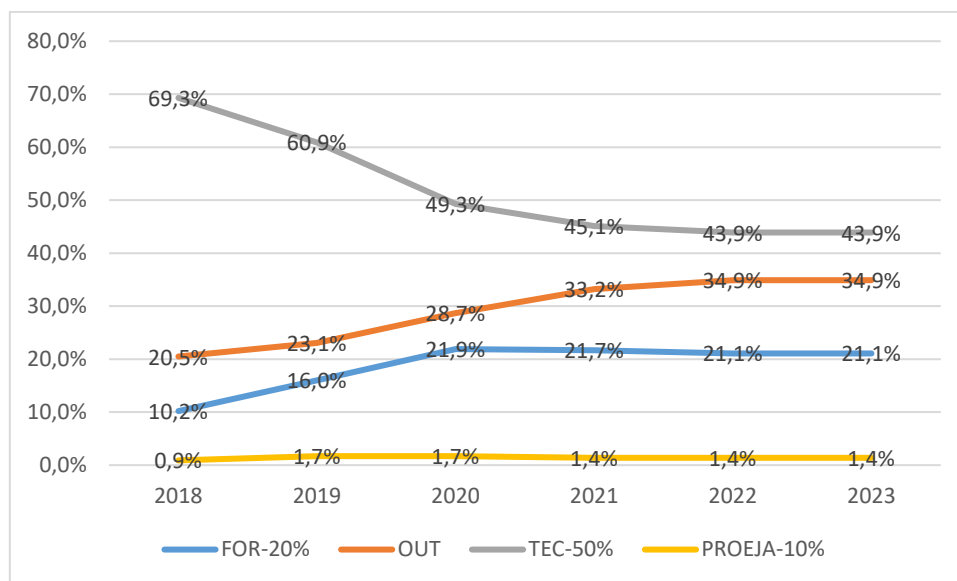
CÂMPUS PRESIDENTE EPITÁCIO

Quadro 43: Plano de oferta de vagas de ingresso do câmpus Presidente Epitácio

Tipo de Curso	Tipo de Oferta	Curso	Modalidade	Turno	Distrib. Oferta	Situação da oferta	Duração (sem)	Period. Ingresso	Ving-2019	Ving-2020	Ving-2021	Ving-2022	Ving-2023
CST	n.a.	CST ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	Presencial	Mat	OUT-30%	extinção	6	anual	0	0	0	0	0
CST	n.a.	CST PROCESSOS GERENCIAIS	Presencial	Not	OUT-30%	nova	6	anual	0	40	40	40	40
FIC	Proeja FIC-INT	OPERADOR DE COMPUTADOR	Presencial	Not	OUT-30%	implantação	4	anual	40	40	40	40	40
LIC	n.a.	LIC LETRAS	Presencial	Not	FOR-20%	implantação	8	anual	40	40	40	40	40
LIC	n.a.	LIC PEDAGOGIA	Presencial	Not	FOR-20%	implantação	8	anual	40	40	40	40	40
TEC	INT	TEC INFORMÁTICA	Presencial	Int	TEC-50%	regime	6	anual	40	40	40	40	40
TEC	INT	TEC MECATRÔNICA	Presencial	Int	TEC-50%	regime	6	anual	40	40	40	40	40
TEC	CON/SUB	TEC ADMINISTRAÇÃO	Presencial	Not	TEC-50%	regime	4	semestral	80	40	40	40	40
TEC	CON/SUB	TEC EDIFICAÇÕES	Presencial	Not	TEC-50%	regime	4	semestral	80	40	40	40	40
TEC	CON/SUB	TEC ELETROTÉCNICA	Presencial	Not	TEC-50%	regime	4	anual	40	40	40	40	40
TEC	CON/SUB	TEC AGRIMENSURA	Presencial	Not	TEC-50%	nova	4	anual	0	40	40	40	40
BACH	n.a.	BACH ENGENHARIA ELÉTRICA	Presencial	Int	OUT-30%	implantação	10	anual	40	40	40	40	40
BACH	n.a.	BACH CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	Presencial	Int	OUT-30%	implantação	8	anual	40	40	40	40	40
Total Geral									480	480	480	480	480

Fonte: IFSP, 2019

Figura 43: evolução dos balizadores do câmpus Presidente Epitácio



Fonte: IFSP, 2019.

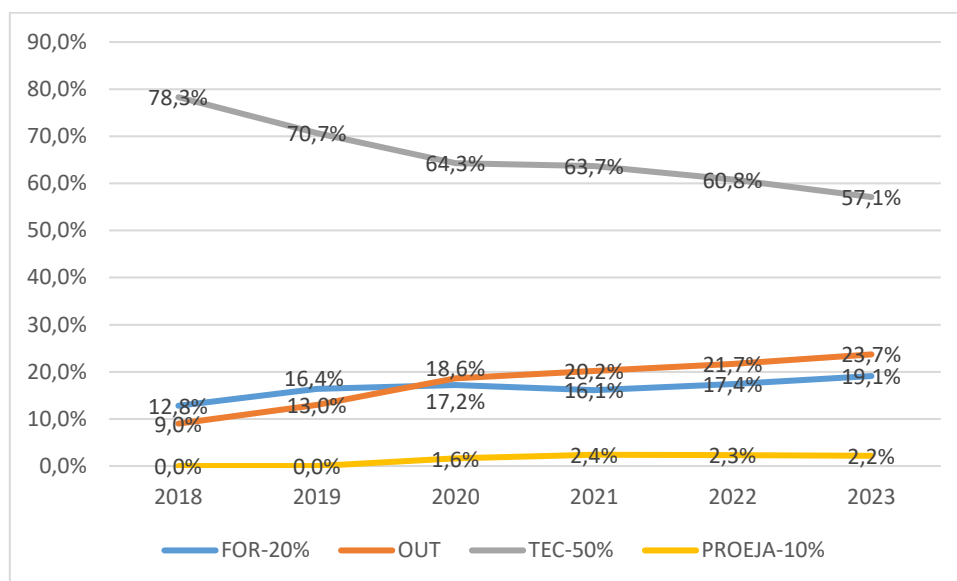
CÂMPUS REGISTRO

Quadro 44: Plano de oferta de vagas de ingresso do câmpus Registro

Tipo de Curso	Tipo de Oferta	Curso	Modalidade	Turno	Distrib. Oferta	Situação da oferta	Duração (sem)	Period. Ingresso	Ving-2019	Ving-2020	Ving-2021	Ving-2022	Ving-2023
FIC	Proeja FIC - INT	FIC ÁREA ADMINISTRAÇÃO	Presencial	Not	OUT-30%	nova	4	anual	0	0	0	0	0
FIC	Proeja FIC - INT	FIC ÁREA ARTES	Presencial	Not	OUT-30%	nova	4	anual	0	20	20	20	20
FIC	Proeja FIC - INT	FIC EIXO AMBIENTE E SAÚDE	Presencial	Not	OUT-30%	nova	4	anual	0	20	20	20	20
FIC	Proeja FIC - INT	FIC ÁREA EDIFICAÇÕES	Presencial	Not	OUT-30%	nova	4	anual	0	20	20	20	20
FIC	Proeja FIC - INT	FIC EIXO RECURSOS NATURAIS	Presencial	Not	OUT-30%	nova	4	anual	0	20	20	20	20
LIC	n.a.	LIC PEDAGOGIA	Presencial	Not	FOR-20%	implantação	8	anual	0	40	40	40	40
LIC	n.a.	LIC FÍSICA	Presencial	Not	FOR-20%	implantação	8	anual	40	40	40	40	40
MES-PRO	n.a.	MES-PRO ENSINO	Presencial	Var	FOR-20%	implantação	4	anual	0	20	20	20	20
TEC	INT	TEC EDIFICAÇÕES	Presencial	Int	TEC-50%	regime	6	anual	40	40	40	40	40
TEC	INT	TEC LOGÍSTICA	Presencial	Int	TEC-50%	implantação	6	anual	40	40	40	40	40
TEC	INT	TEC MECATRÔNICA	Presencial	Int	TEC-50%	regime	6	anual	40	40	40	40	40
TEC	CON/SUB	TEC ADMINISTRAÇÃO	EaD/ofertante	Var	TEC-50%	nova	6	semestral	0	150	300	300	300
TEC	CON/SUB	TEC EDIFICAÇÕES	Presencial	Not	TEC-50%	regime	4	anual	40	40	40	40	40
TEC	CON/SUB	TEC LOGÍSTICA	Presencial	Not	TEC-50%	regime	3	semestral	80	40	40	40	40
TEC	CON/SUB	TEC MECATRÔNICA	Presencial	Not	TEC-50%	regime	4	anual	40	40	40	40	0
BACH	n.a.	BACH ENGENHARIA DE CONTROLE E AUTOMAÇÃO	Presencial	Not	OUT-30%	nova	10	anual	0	40	40	40	40
BACH	n.a.	BACH ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	Presencial	Not	OUT-30%	implantação	10	anual	40	40	40	40	40
Total Geral									360	650	800	800	760

Fonte: IFSP, 2019

Figura 44: evolução dos balizadores do câmpus Registro



Fonte: IFSP, 2019.

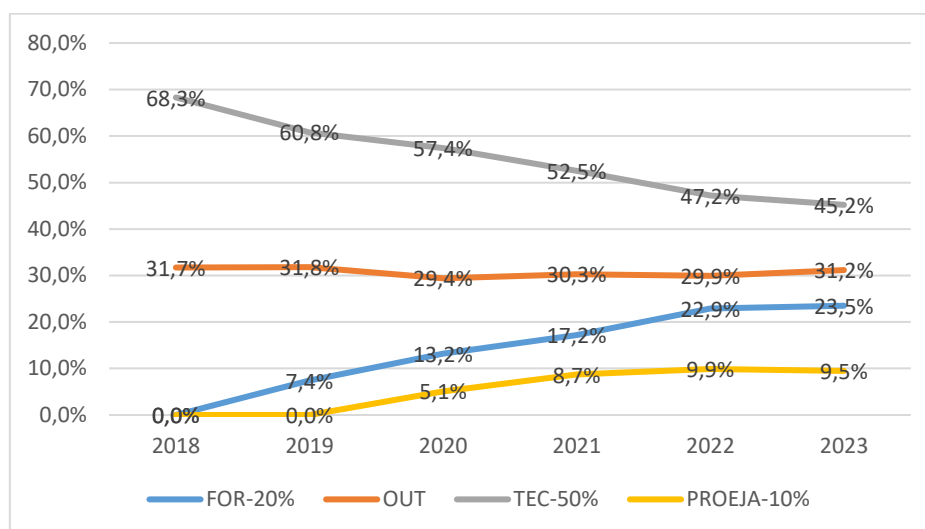
CÂMPUS SALTO

Quadro 45: Plano de oferta de vagas de ingresso do câmpus Salto

Tipo de Curso	Tipo de Oferta	Curso	Modalidade	Turno	Distrib. Oferta	Situação da oferta	Duração (sem)	Period. Ingresso	Ving-2019	Ving-2020	Ving-2021	Ving-2022	Ving-2023
CST	n.a.	CST ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	Presencial	Mat	OUT-30%	extinção	6	anual	0	0	0	0	0
CST	n.a.	CST GESTÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL	Presencial	Not	OUT-30%	extinção	7	anual	40	0	0	0	0
ESPEC	n.a.	ESPEC ENSINO	Presencial	Not	FOR-20%	nova	3	anual	0	0	0	30	30
ESPEC	n.a.	ESPEC TEMAS TRANSVERSAIS	Presencial	Not	OUT-30%	implantação	3	anual	30	30	30	30	30
ESPEC	n.a.	ESPEC EDUCAÇÃO: CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE	Presencial	Not	FOR-20%	nova	3	anual	0	0	0	30	30
ESPEC	n.a.	ESPEC INFORMÁTICA	EaD/oferta nte	Var	OUT-30%	nova	3	semestral	0	0	60	60	60
FIC	Proeja FIC - INT	FIC ÁREA ADMINISTRAÇÃO	Presencial	Not	OUT-30%	nova	4	anual	0	80	80	80	80
LIC	n.a.	LIC LETRAS	Presencial	Not	FOR-20%	nova	8	anual	40	40	40	40	40
LIC	n.a.	LIC MATEMÁTICA	Presencial	Not	FOR-20%	nova	8	anual	40	40	40	40	40
TEC	INT	TEC INFORMÁTICA	Presencial	Int	TEC-50%	regime	6	anual	40	40	40	40	40
TEC	INT	TEC MECATRÔNICA	Presencial	Int	TEC-50%	regime	6	anual	0	0	40	40	40
TEC	INT	TEC AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL	Presencial	Int	TEC-50%	regime	6	anual	40	40	0	0	0
TEC	CON/SUB	TEC ADMINISTRAÇÃO	EaD/polo	Var	TEC-50%	nova	4	semestral	0	40	40	40	40
TEC	CON/SUB	TEC INFORMÁTICA	Presencial	Not	TEC-50%	regime	4	semestral	80	80	80	80	80
TEC	CON/SUB	TEC AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL	Presencial	Not	TEC-50%	regime	4	semestral	80	80	80	80	80
TEC	Proeja-TEC-INT	TEC QUALIDADE	Presencial	Not	TEC-50%	nova	6	anual	0	40	40	40	40
BACH	n.a.	BACH ENGENHARIA DE CONTROLE E AUTOMAÇÃO	Presencial	Int	OUT-30%	nova	10	anual	40	40	40	40	40
BACH	n.a.	BACH CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	Presencial	Int	OUT-30%	nova	8	anual	40	40	40	40	40
Total Geral									470	590	650	710	710

Fonte: IFSP, 2019

Figura 45: evolução dos balizadores do câmpus Salto.



Fonte: IFSP, 2019.

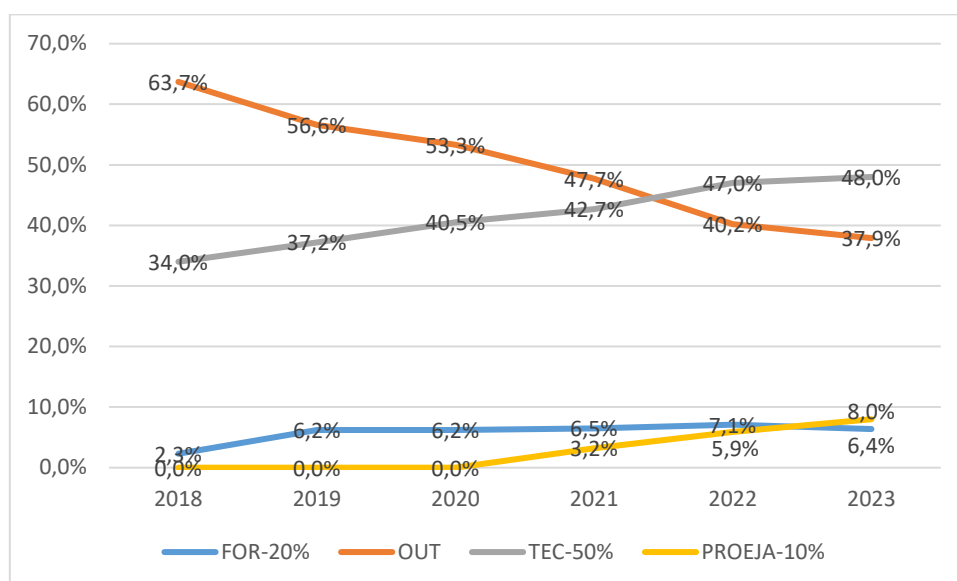
CÂMPUS SÃO CARLOS

Quadro 46- Plano de oferta de vagas de ingresso do câmpus São Carlos.

Tipo de Curso	Tipo de Oferta	Curso	Modalidade	Turno	Distrib. Oferta	Situação da oferta	Duração (sem)	Period. Ingresso	VIng-2019	VIng-2020	VIng-2021	VIng-2022	VIng-2023
CST	n.a.	CST ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	Presencial	Not	OUT-30%	extinção	6	semestral	0	0	0	0	0
CST	n.a.	CST ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	Presencial	Var	OUT-30%	implantação	6	semestral	40	40	40	40	40
CST	n.a.	CST PROCESSOS GERENCIAIS	Presencial	Not	OUT-30%	regime	4	semestral	80	40	40	40	40
CST	n.a.	CST MANUTENÇÃO DE AERONAVES	Presencial	Not	OUT-30%	extinção	6	semestral	0	0	0	0	0
CST	n.a.	CST MANUTENÇÃO DE AERONAVES	Presencial	Var	OUT-30%	extinção	6	semestral	80	0	0	0	0
ESPEC	n.a.	ESPEC DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS PARA INTERNET E DISPOSITIVOS MÓVEIS	Presencial	Var	OUT-30%	regime	3	anual	30	30	30	30	30
ESPEC	n.a.	ESPEC EDUCAÇÃO: CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE	Presencial	Var	FOR-20%	implantação	3	semestral	60	60	60	30	60
MES-PRO	n.a.	MES-PRO ENSINO	Presencial	Int	FOR-20%	nova	2	anual	0	0	0	15	15
MES-PRO	n.a.	MESTRADO PROFISSIONAL EM COMPUTAÇÃO	Presencial	Int	OUT-30%	nova	2	anual	0	15	15	15	15
TEC	INT	TEC INFORMÁTICA PARA INTERNET	Presencial	Int	TEC-50%	implantação	6	anual	40	40	40	40	40
TEC	INT	TEC MANUTENÇÃO DE AERONAVES EM AVIÔNICOS	Presencial	Int	TEC-50%	implantação	8	anual	40	40	40	40	40
TEC	CON/SUB	TEC QUALIDADE	Presencial	Not	TEC-50%	extinção	3	semestral	80	80	0	0	0
TEC	CON/SUB	TEC MANUTENÇÃO DE AERONAVES EM CÉLULA	Presencial	Not	TEC-50%	nova	3	semestral	40	80	80	80	80
TEC	Proeja-TEC-INT	TEC QUALIDADE	Presencial	Not	TEC-50%	nova	6	anual	0	0	40	40	40
TEC	CON/SUB	TEC MANUTENÇÃO DE AERONAVES EM GRUPO MOTOPROPULSOR	Presencial	Not	TEC-50%	nova	3	semestral	0	0	0	80	80
TEC	CON/SUB	TEC MANUTENÇÃO DE AERONAVES EM CÉLULA	Presencial	Ves	TEC-50%	extinção	3	semestral	40	0	0	0	0
BACH	n.a.	ENGENHARIA AERONÁUTICA	Presencial	Int	OUT-30%	nova	10	semestral	0	40	40	40	40
BACH	n.a.	BACH ADMINISTRAÇÃO	Presencial	Int	OUT-30%	nova	8	anual	0	40	40	40	40
BACH	n.a.	BACH ENGENHARIA DE SOFTWARE	Presencial	Mat	OUT-30%	nova	8	anual	0	0	40	40	40
Total Geral									530	505	505	570	600

Fonte: IFSP, 2019.

Figura 46: evolução dos balizadores do câmpus São Carlos.



Fonte: IFSP, 2019.

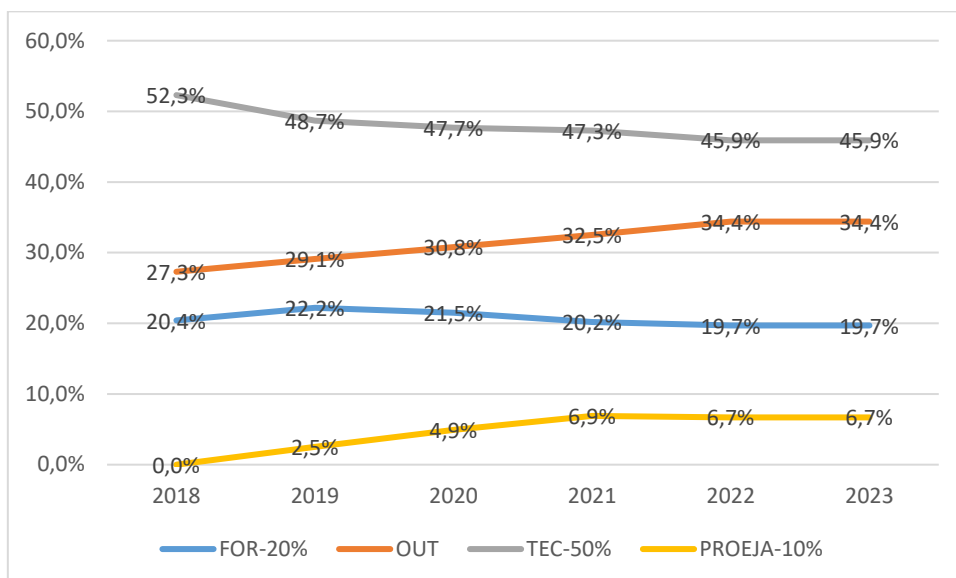
CÂMPUS SÃO JOÃO DA BOA VISTA

Quadro 47-Plano de oferta de vagas de ingresso do câmpus São João da Boa Vista.

Tipo de Curso	Tipo de Oferta	Curso	Modalidade	Turno	Distrib. Oferta	Situação da oferta	Duração (sem)	Period. Ingresso	Ving-2019	Ving-2020	Ving-2021	Ving-2022	Ving-2023
CST	n.a.	CST PROCESSOS GERENCIAIS	Presencial	Not	OUT-30%	implantação	4	anual	40	40	40	40	40
CST	n.a.	CST SISTEMAS PARA INTERNET	Presencial	Not	OUT-30%	regime	6	anual	40	40	40	40	40
ESPEC	n.a.	ESPEC HUMANIDADES	Presencial	Not	FOR-20%	implantação	3	anual	30	30	30	30	30
ESPEC	n.a.	ESPEC DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS PARA INTERNET E DISPOSITIVOS MÓVEIS	Presencial	Not	OUT-30%	regime	3	anual	25	25	25	25	25
ESPEC	n.a.	ESPEC ÁREA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	Presencial	Int	FOR-20%	regime	3	anual	30	30	30	30	30
ESPEC	n.a.	ESPEC EIXO CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	Presencial	Mat	OUT-30%	nova	4	anual	0	0	20	20	20
LIC	n.a.	LIC CIÊNCIAS DA NATUREZA - HABILITAÇÃO EM QUÍMICA	Presencial	Not	FOR-20%	implantação	8	anual	40	40	40	40	40
LIC	n.a.	LIC CIÊNCIAS DA NATUREZA - HABILITAÇÃO EM FÍSICA	Presencial	Not	FOR-20%	implantação	8	anual	40	40	40	40	40
TEC	INT	TEC INFORMÁTICA	Presencial	Yes	TEC-50%	regime	8	anual	40	40	40	40	40
TEC	INT	TEC ELETRÔNICA	Presencial	Mat	TEC-50%	regime	8	anual	40	40	40	40	40
TEC	CON/SUB	TEC ADMINISTRAÇÃO	Presencial	Not	TEC-50%	regime	3	anual	40	40	40	40	40
TEC	CON/SUB	TEC QUÍMICA	Presencial	Not	TEC-50%	extinção	4	anual	0	0	0	0	0
TEC	CON/SUB	TEC AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL	Presencial	Not	TEC-50%	regime	4	anual	40	40	40	40	40
TEC	CON/SUB	TEC MANUTENÇÃO E SUPORTE DE COMPUTADORES	Presencial	Not	TEC-50%	regime	3	anual	40	40	40	40	40
TEC	CON/SUB	TEC SEGURANÇA DO TRABALHO	EaD/ofertante	Mat	TEC-50%	nova	3	anual	60	60	60	60	60
TEC	Proeja-TEC-INT	TEC INFORMÁTICA	Presencial	Not	TEC-50%	nova	6	anual	40	40	40	40	40
BACH	n.a.	BACH ENGENHARIA DE CONTROLE E AUTOMAÇÃO	Presencial	Int	OUT-30%	regime	10	anual	40	40	40	40	40
BACH	n.a.	BACH CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	Presencial	Int	OUT-30%	nova	8	anual	40	40	40	40	40
MES-ACAD	n.a.	MES-ACAD ENGENHARIA MECÂNICA	Presencial	Int	OUT-30%	nova	4	anual	0	12	12	12	12
Total Geral									805	817	837	837	837

Fonte: IFSP, 2019

Figura 47: evolução dos balizadores do câmpus São João da Boa Vista.



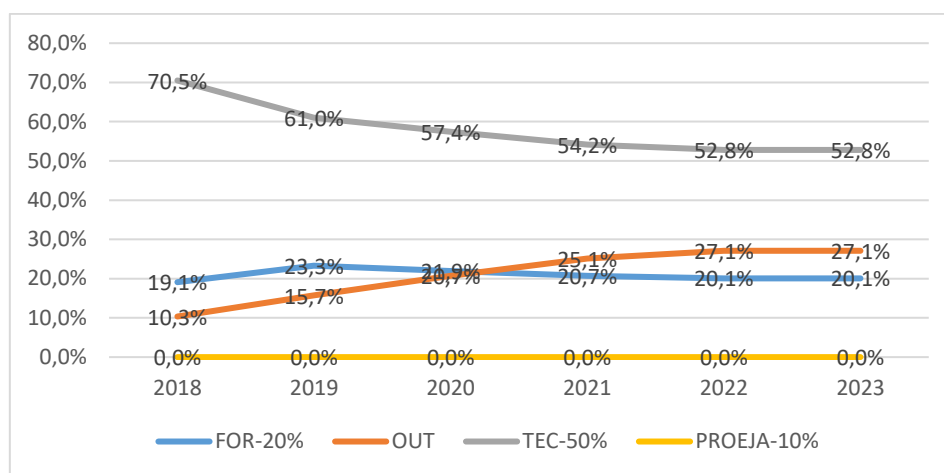
Fonte: IFSP, 2019.

CÂMPUS SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Quadro 48-Plano de oferta de vagas de ingresso do câmpus São José dos Campos.

Tipo de Curso	Tipo de Oferta	Curso	Modalidade	Turno	Distrib. Oferta	Situação da oferta	Duração (sem)	Period. Ingresso	Ving-2019	Ving-2020	Ving-2021	Ving-2022	Ving-2023
LIC	n.a.	LIC MATEMÁTICA	Presencial	Mat	FOR-20%	implantação	8	anual	40	40	40	40	40
LIC	n.a.	LIC QUÍMICA	Presencial	Mat	FOR-20%	implantação	8	anual	40	40	40	40	40
TEC	INT	TEC MECÂNICA	Presencial	Int	TEC-50%	implantação	6	anual	40	40	40	40	40
TEC	INT	TEC AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL	Presencial	Int	TEC-50%	implantação	6	anual	40	40	40	40	40
TEC	CON/SUB	TEC MECÂNICA	Presencial	Not	TEC-50%	implantação	4	semestral	80	80	80	80	80
TEC	CON/SUB	TEC MECÂNICA	Presencial	Not	TEC-50%	extinção	4	semestral	0	0	0	0	0
TEC	CON/SUB	TEC MECÂNICA	Presencial	Ves	TEC-50%	extinção	4	semestral	0	0	0	0	0
TEC	CON/SUB	TEC ELETROTÉCNICA	Presencial	Not	TEC-50%	regime	4	semestral	80	80	80	80	80
TEC	CON/SUB	TEC ELETROTÉCNICA	Presencial	Ves	TEC-50%	extinção	4	semestral	0	0	0	0	0
TEC	CON/SUB	TEC AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL	Presencial	Not	TEC-50%	regime	4	semestral	80	80	80	80	80
TEC	CON/SUB	TEC AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL	Presencial	Ves	TEC-50%	extinção	4	semestral	0	0	0	0	0
BACH	n.a.	BACH ENGENHARIA DE CONTROLE E AUTOMAÇÃO	Presencial	Not	OUT-30%	implantação	10	anual	40	40	40	40	40
BACH	n.a.	BACH ENGENHARIA MECÂNICA	Presencial	Int	OUT-30%	implantação	10	anual	40	40	40	40	40
Total Geral									480	480	480	480	480

Figura 48: Evolução dos balizadores do câmpus São José dos Campos



Fonte: IFSP, 2019.

Em relação aos indicadores de oferta do câmpus São José dos Campos, foi elaborado um plano de ação para melhoria do balizador de PROEJA, apresentado no ANEXO II.

CÂMPUS SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

Atualmente as futuras instalações do câmpus na cidade de São José do Rio Preto passam por obras de reforma e melhoria, que devem ser concluídas até outubro de 2019. O IFSP tem trabalhado para a implantação da unidade através de ações para adequação de recursos físicos e humanos necessários às ofertas dos cursos definidos nas audiências públicas, são eles:

- Técnico em Artes Visuais, concomitante/subsequente, noturno, 40 vagas semestrais;
- Técnico em Produção de Áudio e Vídeo, integrado ao ensino médio, diurno, 40 vagas anuais.

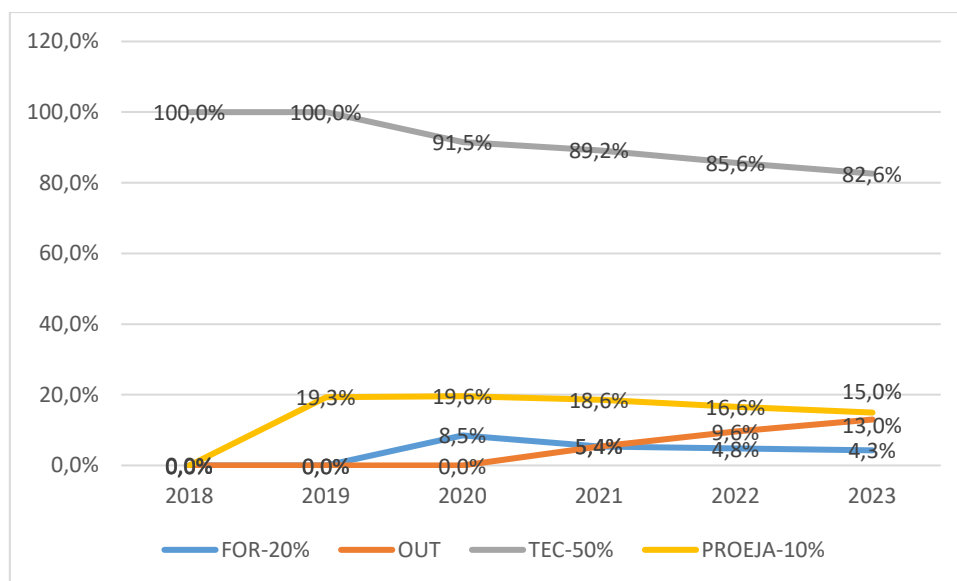
Considerando o prazo para obras e outras adequações, a oferta de vagas tem previsão de ser iniciada em 2020, com a elaboração dos projetos de curso e outras atividades relacionadas à implementação do câmpus ocorrendo em 2019. Conforme descrito no histórico do câmpus, o objetivo das audiências públicas realizadas foi apontar o primeiro eixo e os primeiros cursos que serão ofertados, sendo que os outros eixos serão discutidos em novas audiências, a partir da implantação do câmpus São José do Rio Preto, que deverão ocorrer no período de revisão do PDI.

CÂMPUS AVANÇADO DE SÃO MIGUEL PAULISTA

Quadro 49-Plano de oferta de vagas de ingresso do câmpus avançado São Miguel Paulista

Tipo de Curso	Tipo de Oferta	Curso	Modalidade	Turno	Distrib. Oferta	Situação da oferta	Duração (sem)	Period. Ingresso	Ving-2019	Ving-2020	Ving-2021	Ving-2022	Ving-2023
CST	n.a.	CST PRODUÇÃO MULTIMÍDIA	Presencial	Not	OUT-30%	nova	6	anual	0	0	40	40	40
ESPEC	n.a.	ESPEC MÍDIAS NA EDUCAÇÃO	Presencial	Not	FOR-20%	nova	3	anual	0	40	40	40	40
TEC	INT	TEC INFORMÁTICA PARA INTERNET	Presencial	Int	TEC-50%	implantação	8	anual	40	40	40	40	40
TEC	INT	TEC INFORMÁTICA PARA INTERNET	Presencial	Int	TEC-50%	expansão	8	anual	0	40	40	40	40
TEC	INT	TEC PRODUÇÃO DE ÁUDIO E VÍDEO	Presencial	Int	TEC-50%	implantação	8	anual	40	40	40	40	40
TEC	CON/SUB	TEC PROGRAMAÇÃO DE JOGOS DIGITAIS	Presencial	Not	TEC-50%	nova	3	sequencial	0	0	40	40	40
TEC	Proeja-TEC-INT	TEC COMUNICAÇÃO VISUAL	Presencial	Not	TEC-50%	nova	6	anual	40	40	40	40	40
Total Geral									120	200	280	280	240

Figura 49: Evolução dos balizadores do câmpus avançado São Miguel Paulista



Fonte: IFSP, 2019.

CÂMPUS SÃO PAULO

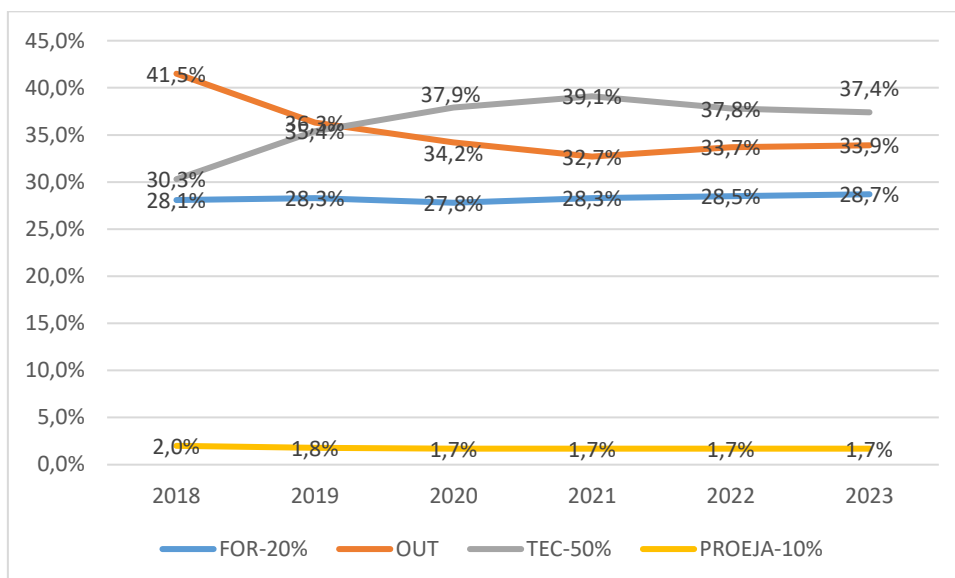
Quadro 50-Plano de oferta de vagas de ingresso do câmpus São Paulo.

Tipo de Curso	Tipo de Oferta	Curso	Modalidade	Turno	Distrib. Oferta	Situação da oferta	Duração (sem)	Period. Ingresso	Ving-2019	Ving-2020	Ving-2021	Ving-2022	Ving-2023
CST	n.a.	CST ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	Presencial	Mat	OUT-30%	regime	6	semestral	80	80	80	80	80
CST	n.a.	CST ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	Presencial	Not	OUT-30%	regime	6	semestral	80	80	80	80	80
CST	n.a.	CST GESTÃO DE TURISMO	Presencial	Mat	OUT-30%	regime	6	semestral	80	0	0	0	0
CST	n.a.	CST GESTÃO DE TURISMO	Presencial	Mat	OUT-30%	nova	6	anual	0	40	40	40	40
CST	n.a.	CST GESTÃO DE TURISMO	Presencial	Not	OUT-30%	regime	6	semestral	80	80	80	80	80
CST	n.a.	CST GESTÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL	Presencial	Not	OUT-30%	implantação	6	anual	40	40	40	40	40
CST	n.a.	CST AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL	Presencial	Not	OUT-30%	regime	6	semestral	80	0	0	0	0
CST	n.a.	CST AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL	Presencial	Not	OUT-30%	nova	6	anual	0	40	40	40	40
CST	n.a.	CST SISTEMAS ELÉTRICOS	Presencial	Not	OUT-30%	regime	6	semestral	80	0	0	0	0
CST	n.a.	CST SISTEMAS ELÉTRICOS	Presencial	Not	OUT-30%	nova	6	anual	0	40	40	40	40
ESPEC	n.a.	ESPEC CONTROLE E AUTOMAÇÃO	Presencial	Not	OUT-30%	implantação	4	anual	25	25	25	25	0
ESPEC	n.a.	ESPEC ENSINO DE FILOSOFIA	Presencial	Not	FOR-20%	implantação	3	anual	25	25	25	25	25
ESPEC	n.a.	ESPEC ENSINO DE GEOGRAFIA	Presencial	Not	FOR-20%	implantação	3	anual	25	25	25	25	25
ESPEC	n.a.	ESPEC GESTÃO DE SERVIÇOS TURÍSTICOS	Presencial	Not	OUT-30%	implantação	3	anual	25	25	25	25	25
ESPEC	n.a.	ESPEC FORMAÇÃO DE PROFESSORES - ENFASE ENSINO SUPERIOR	Presencial	Mat	OUT-30%	regime	3	anual	25	25	25	25	25
ESPEC	n.a.	ESPEC EDUCAÇÃO PROFISSIONAL INTEGRADA À EDUCAÇÃO BÁSICA NA MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	Presencial	Var	OUT-30%	regime	4	anual	25	25	25	25	25
ESPEC	n.a.	ESPEC GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	Presencial	Not	OUT-30%	regime	3	anual	25	25	25	25	25
ESPEC	n.a.	ESPEC AEROPORTOS - PROJETO E CONSTRUÇÃO	Presencial	Not	OUT-30%	regime	3	anual	25	25	25	25	25
LIC	n.a.	LIC LETRAS	Presencial	Not	FOR-20%	implantação	8	anual	40	40	40	40	40
LIC	n.a.	LIC LETRAS	Presencial	Mat	FOR-20%	implantação	8	anual	40	40	40	40	40
LIC	n.a.	LIC MATEMÁTICA	Presencial	Mat	FOR-20%	extinção	8	semestral	0	0	0	0	0
LIC	n.a.	LIC MATEMÁTICA	Presencial	Mat	FOR-20%	implantação	8	semestral	80	80	80	80	80
LIC	n.a.	LIC CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	Presencial	Var	FOR-20%	implantação	8	anual	40	40	40	40	40
LIC	n.a.	LIC QUÍMICA	Presencial	Mat	FOR-20%	implantação	8	anual	40	40	40	40	40
LIC	n.a.	LIC FÍSICA	Presencial	Mat	FOR-20%	extinção	8	anual	0	0	0	0	0
LIC	n.a.	LIC FÍSICA	Presencial	Not	FOR-20%	extinção	8	anual	0	0	0	0	0
LIC	n.a.	LIC FÍSICA	Presencial	Mat	FOR-20%	implantação	10	anual	40	40	40	40	40
LIC	n.a.	LIC FÍSICA	Presencial	Not	FOR-20%	implantação	10	anual	40	40	40	40	40
LIC	n.a.	LIC GEOGRAFIA	Presencial	Mat	FOR-20%	implantação	8	anual	40	40	40	40	40
LIC	n.a.	LIC GEOGRAFIA	Presencial	Not	FOR-20%	implantação	8	anual	40	40	40	40	40
LIC	n.a.	LIC FORMAÇÃO PEDAGÓGICA DE DOCENTES PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL MÉDIO	EaD/ofertante	Var	FOR-20%	implantação	3	anual	120	120	120	120	120

MES-PRO	n.a.	MES-PRO ENSINO DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA	Presencial	Int	OUT-30%	regime	4	anual	20	20	20	20	20
MES-PRO	n.a.	MES-PRO MATEMÁTICA - PROFMAT	Presencial	Int	OUT-30%	implantação	4	anual	20	20	20	20	20
MES-PRO	n.a.	MES-PRO AUTOMAÇÃO E CONTROLE DE PROCESSOS	Presencial	Not	OUT-30%	extinção	4	anual	0	0	0	0	0
MES-PRO	n.a.	MES-PRO AUTOMAÇÃO E CONTROLE DE PROCESSOS	Presencial	Not	OUT-30%	nova	4	anual	0	0	0	0	20
MES-PRO	n.a.	MES-PRO INFORMÁTICA	Presencial	Not	OUT-30%	nova	4	anual	20	20	20	20	20
MES-ACAD	n.a.	MES-ACAD ENGENHARIA MECÂNICA	Presencial	Int	OUT-30%	regime	4	anual	20	20	20	20	20
MES-ACAD	n.a.	MES-ACAD ARQUITETURA E URBANISMO	Presencial	Int	OUT-30%	nova	4	anual	20	20	20	20	20
DOC-ACAD	n.a.	DOC-ACAD ENGENHARIA MECÂNICA	Presencial	Int	OUT-30%	nova	8	anual	0	0	0	20	20
TEC	INT	TEC INFORMÁTICA	Presencial	Mat	TEC-50%	implantação	8	anual	40	40	40	40	40
TEC	INT	TEC INFORMÁTICA	Presencial	Ves	TEC-50%	implantação	8	anual	40	40	40	40	40
TEC	INT	TEC MECÂNICA	Presencial	Mat	TEC-50%	implantação	8	anual	40	40	40	40	40
TEC	INT	TEC MECÂNICA	Presencial	Ves	TEC-50%	implantação	8	anual	40	40	40	40	40
TEC	INT	TEC ELETROTÉCNICA	Presencial	Ves	TEC-50%	implantação	8	anual	40	0	0	0	0
TEC	INT	TEC SISTEMAS DE ENERGIA RENOVÁVEL	Presencial	Int	TEC-50%	nova	8	anual	0	40	40	40	40
TEC	INT	TEC ELETRÔNICA	Presencial	Mat	TEC-50%	implantação	8	anual	40	40	40	40	40
TEC	INT	TEC ELETRÔNICA	Presencial	Ves	TEC-50%	implantação	8	anual	40	0	0	0	0
TEC	INT	TEC TELECOMUNICAÇÕES	Presencial	Ves	TEC-50%	nova	8	anual	0	40	40	40	40
TEC	CON/SUB	TEC ORIENTAÇÃO COMUNITÁRIA	Presencial	Not	TEC-50%	nova	4	anual	0	40	40	40	40
TEC	CON/SUB	TEC MECÂNICA	Presencial	Not	TEC-50%	nova	4	anual	0	40	40	40	40
TEC	CON/SUB	TEC EDIFICAÇÕES	Presencial	Ves	TEC-50%	regime	4	semestral	80	80	80	80	80
TEC	CON/SUB	TEC EDIFICAÇÕES	Presencial	Not	TEC-50%	regime	4	semestral	80	80	80	80	80
TEC	CON/SUB	TEC TELECOMUNICAÇÕES	Presencial	Not	TEC-50%	regime	4	semestral	80	0	0	0	0
TEC	CON/SUB	TEC ELETROELETRÔNICA	Presencial	Not	TEC-50%	nova	4	anual	0	40	40	40	40
TEC	CON/SUB	TEC AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL	Presencial	Not	TEC-50%	nova	4	anual	0	40	40	40	40
TEC	CON/SUB	TEC ELETROTÉCNICA	Presencial	Not	TEC-50%	regime	4	semestral	80	80	80	80	80
TEC	CON/SUB	TEC RESTAURANTE E BAR	Presencial	Not	TEC-50%	nova	3	semestral	0	80	80	80	80
TEC	CON/SUB	TEC REDES DE COMPUTADORES	Presencial	Not	TEC-50%	nova	4	semestral	0	80	80	80	80
TEC	PROEJA-INT	TEC QUALIDADE	Presencial	Not	TEC-50%	regime	6	anual	40	0	0	0	0
TEC	PROEJA-INT	TEC ADMINISTRAÇÃO	Presencial	Not	TEC-50%	nova	6	anual	0	40	40	40	40
BACH	n.a.	BACH ENGENHARIA DE CONTROLE E AUTOMAÇÃO	Presencial	Int	OUT-30%	regime	10	anual	40	40	40	40	40
BACH	n.a.	BACH ENGENHARIA ELETRÔNICA	Presencial	Int	OUT-30%	regime	10	anual	40	40	40	40	40
BACH	n.a.	BACH ENGENHARIA ELÉTRICA	Presencial	Int	OUT-30%	nova	10	anual	0	40	40	40	40
BACH	n.a.	BACH ENGENHARIA CIVIL	Presencial	Int	OUT-30%	regime	10	anual	40	40	40	40	40
BACH	n.a.	BACH ARQUITETURA E URBANISMO	Presencial	Int	OUT-30%	regime	10	anual	40	40	40	40	40
BACH	n.a.	BACH ENGENHARIA PRODUÇÃO	Presencial	Int	OUT-30%	regime	10	anual	40	40	40	40	40
BACH	n.a.	BACH ENGENHARIA MECÂNICA	Presencial	Int	OUT-30%	implantação	10	anual	40	40	40	40	40
TOTAL GERAL									2220	2380	2380	2400	2395

Fonte: IFSP, 2019.

Figura 50-Evolução dos balizadores do câmpus São Paulo.



Fonte: IFSP, 2019.

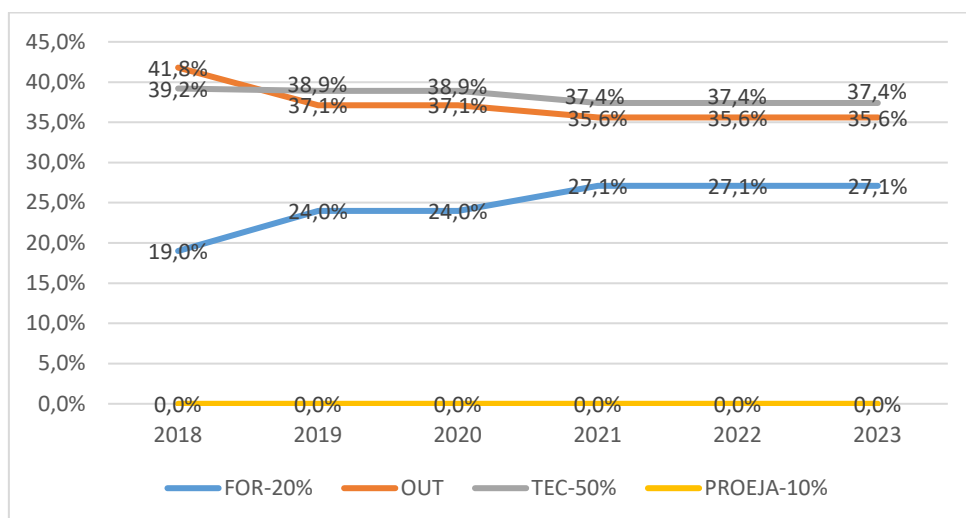
CÂMPUS SÃO ROQUE

Quadro 51-Plano de oferta de vagas de ingresso do câmpus São Roque.

Tipo de Curso	Tipo de Oferta	Curso	Modalidade	Turno	Distrib. Oferta	Situação da oferta	Duração (sem)	Period. Ingresso	Ving-2019	Ving-2020	Ving-2021	Ving-2022	Ving-2023
CST	n.a.	CST VITICULTURA E ENOLOGIA	Presencial	Mat	OUT-30%	extinção	6	anual	0	0	0	0	0
CST	n.a.	CST VITICULTURA E ENOLOGIA	Presencial	Mat	OUT-30%	implantação	6	anual	40	40	40	40	40
CST	n.a.	CST GESTÃO AMBIENTAL	Presencial	Mat	OUT-30%	regime	5	anual	40	40	40	40	40
ESPEC	n.a.	ESPEC ENSINO DE CIÊNCIAS	Presencial	Not	FOR-20%	implantação	3	anual	30	30	0	30	30
LIC	n.a.	LIC CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	Presencial	Mat	FOR-20%	implantação	8	bianual	40	0	40	0	40
LIC	n.a.	LIC CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	Presencial	Not	FOR-20%	extinção	8	anual	0	0	0	0	0
LIC	n.a.	LIC CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	Presencial	Not	FOR-20%	implantação	8	anual	40	40	40	40	40
TEC	INT	TEC ADMINISTRAÇÃO	Presencial	Int	TEC-50%	extinção	6	anual	0	0	0	0	0
TEC	INT	TEC ADMINISTRAÇÃO	Presencial	Int	TEC-50%	implantação	6	anual	40	40	40	40	40
TEC	INT	TEC ALIMENTOS	Presencial	Int	TEC-50%	extinção	6	anual	0	0	0	0	0
TEC	INT	TEC ALIMENTOS	Presencial	Int	TEC-50%	implantação	6	anual	40	40	40	40	40
TEC	INT	TEC MEIO AMBIENTE	Presencial	Int	TEC-50%	extinção	6	anual	0	0	0	0	0
TEC	INT	TEC MEIO AMBIENTE	Presencial	Int	TEC-50%	implantação	6	anual	40	40	40	40	40
BACH	n.a.	BACH ADMINISTRAÇÃO	Presencial	Not	OUT-30%	regime	8	anual	40	40	40	40	40
Total Geral									350	310	320	310	350

Fonte: IFSP, 2019.

Figura 51:evolução dos balizadores do câmpus São Roque



Fonte: IFSP, 2019.

Em relação aos indicadores de oferta do câmpus São Roque, foi elaborado um plano de ação para melhoria do balizador de PROEJA, apresentado no ANEXO II.

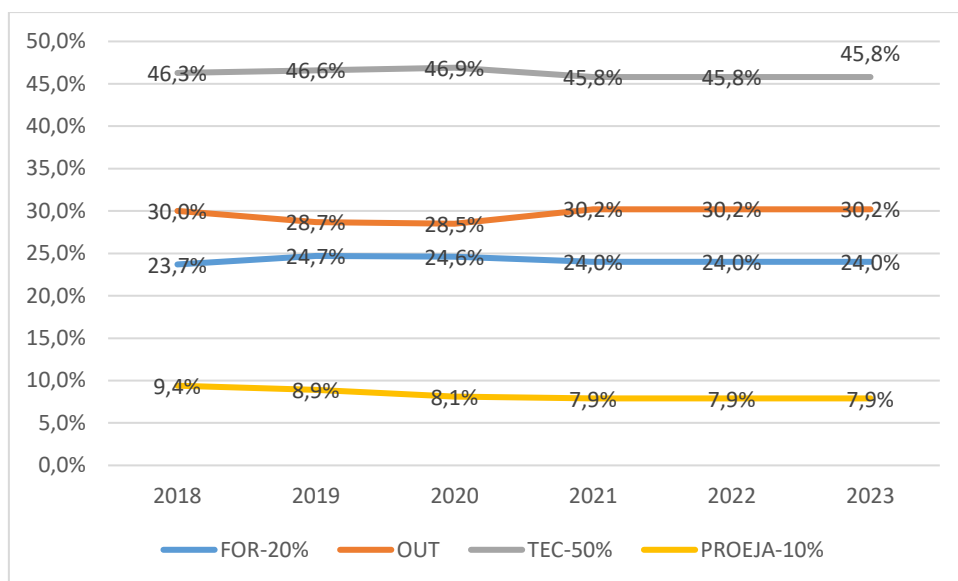
CÂMPUS SERTÃOZINHO

Quadro 52-Plano de oferta de vagas de ingresso do câmpus Sertãozinho.

Tipo de Curso	Tipo de Oferta	Curso	Modalidade	Turno	Distrib. Oferta	Situação da oferta	Duração (sem)	Period. Ingresso	Ving-2019	Ving-2020	Ving-2021	Ving-2022	Ving-2023
CST	n.a.	CST GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	Presencial	Not	OUT-30%	extinção	6	anual	0	0	0	0	0
CST	n.a.	CST GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	Presencial	Not	OUT-30%	implantação	6	anual	40	40	40	40	40
LIC	n.a.	LIC QUÍMICA	Presencial	Mat	FOR-20%	extinção	8	anual	0	0	0	0	0
LIC	n.a.	LIC QUÍMICA	Presencial	Mat	FOR-20%	implantação	8	anual	40	40	40	40	40
LIC	n.a.	LIC LETRAS – INGLÊS	Presencial	Mat	FOR-20%	implantação	8	anual	40	40	40	40	40
LIC	n.a.	LIC FORMAÇÃO PEDAGÓGICA DE DOCENTES PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL MÉDIO	Presencial	Int	FOR-20%	implantação	3	anual	40	40	40	40	40
MES-PRO	n.a.	MES-PRO ENSINO	Presencial	Int	FOR-20%	implantação	4	anual	24	24	24	24	24
TEC	INT	TEC QUÍMICA	Presencial	Var	TEC-50%	regime	8	anual	40	40	40	40	40
TEC	INT	TEC AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL	Presencial	Var	TEC-50%	regime	8	anual	40	40	40	40	40
TEC	CON/SUB	TEC ADMINISTRAÇÃO	Presencial	Not	TEC-50%	regime	3	semestral	40	40	40	40	40
TEC	CON/SUB	TEC CERVEJARIA	Presencial	Not	TEC-50%	nova	3	semestral	0	40	40	40	40
TEC	CON/SUB	TEC MARKETING	Presencial	Not	TEC-50%	nova	3	semestral	0	40	40	40	40
TEC	CON/SUB	TEC ELETROTÉCNICA	Presencial	Not	TEC-50%	nova	3	semestral	0	40	40	40	40
TEC	CON/SUB	TEC ELETRÔNICA	Presencial	Not	TEC-50%	implantação	3	semestral	0	40	40	40	40
TEC	CON/SUB	TEC ELETRÔNICA	Presencial	Not	TEC-50%	extinção	3	semestral	40	0	0	0	0
TEC	Proeja-TEC-INT	TEC MECÂNICA	Presencial	Not	TEC-50%	regime	6	anual	40	40	40	40	40
BACH	n.a.	BACH ENGENHARIA MECÂNICA	Presencial	Not	OUT-30%	regime	10	anual	40	40	40	40	40
BACH	n.a.	BACH ENGENHARIA ELÉTRICA	Presencial	Int	OUT-30%	implantação	10	anual	40	40	40	40	40
Total Geral									464	584	584	584	584

Fonte: IFSP, 2019

Figura 52:evolução dos balizadores do câmpus Sertãozinho.



Fonte: PDI 2019-2023.

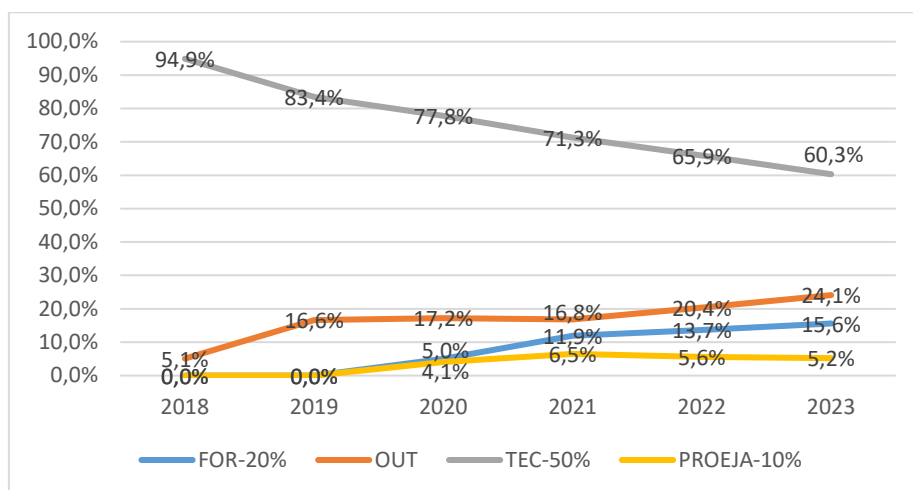
CÂMPUS SOROCABA

Quadro 53-Plano de oferta de vagas de ingresso do câmpus Sorocaba.

Tipo de Curso	Tipo de Oferta	Curso	Modalidade	Turno	Distrib. Oferta	Situação da oferta	Duração (sem)	Period. Ingresso	Ving-2019	Ving-2020	Ving-2021	Ving-2022	Ving-2023
CST	n.a.	CST SISTEMAS ELÉTRICOS	Presencial	Not	OUT-30%	nova	6	anual	0	0	0	40	40
CST	n.a.	CST GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	Presencial	Not	OUT-30%	implantação	5	anual	40	40	40	40	40
ESPEC	n.a.	ESPEC EIXO GESTÃO E NEGÓCIOS	Presencial	Not	OUT-30%	nova	3	anual	0	20	20	20	20
ESPEC	n.a.	ESPEC EIXO PRODUÇÃO INDUSTRIAL	Presencial	Not	OUT-30%	nova	3	anual	0	0	0	0	20
ESPEC	n.a.	ESPEC EDUCAÇÃO BÁSICA	Presencial	Int	OUT-30%	nova	3	anual	0	0	0	20	20
FIC	Proeja FIC - INT	FIC ÁREA ADMINISTRAÇÃO	Presencial	Not	OUT-30%	nova	4	anual	0	40	40	40	40
FIC	Proeja FIC - INT	FIC ÁREA VENDAS	Presencial	Not	OUT-30%	nova	4	anual	0	40	40	40	40
FIC	Proeja FIC - INT	FIC EIXO PRODUÇÃO INDUSTRIAL	Presencial	Not	OUT-30%	nova	4	anual	0	40	40	40	40
LIC	n.a.	LIC PEDAGOGIA	Presencial	Mat	FOR-20%	nova	8	anual	0	40	40	40	40
LIC	n.a.	LIC PROGRAMA ESPECIAL DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA DE DOCENTES	Presencial	Not	FOR-20%	nova	3	anual	0	0	40	40	40
TEC	INT	TEC ADMINISTRAÇÃO	Presencial	Int	TEC-50%	implantação	6	anual	40	40	40	40	40
TEC	INT	TEC ELETROELETRÔNICA	Presencial	Int	TEC-50%	implantação	8	anual	40	40	40	40	40
TEC	CON/SUB	TEC ADMINISTRAÇÃO	Presencial	Not	TEC-50%	regime	3	semestral	80	80	80	80	80
TEC	CON/SUB	TEC ADMINISTRAÇÃO	Presencial	Ves	TEC-50%	extinção	3	semestral	0	0	0	0	0
TEC	CON/SUB	TEC MECÂNICA	Presencial	Not	TEC-50%	implantação	4	anual	0	40	40	40	40
TEC	CON/SUB	TEC ELETROELETRÔNICA	Presencial	Mat	TEC-50%	extinção	4	semestral	0	0	0	0	0
TEC	CON/SUB	TEC ELETROELETRÔNICA	Presencial	Not	TEC-50%	regime	4	semestral	40	40	40	40	40
TEC	CON/SUB	TEC ELETROELETRÔNICA	Presencial	Ves	TEC-50%	extinção	4	semestral	0	0	0	0	0
TEC	CON/SUB	TEC MECATRÔNICA	Presencial	Ves	TEC-50%	implantação	4	anual	80	40	40	40	40
Total Geral									320	500	540	600	620

Fonte: IFSP, 2019.

Figura 53-Evolução dos balizadores do câmpus Sorocaba.



Fonte: IFSP, 2019.

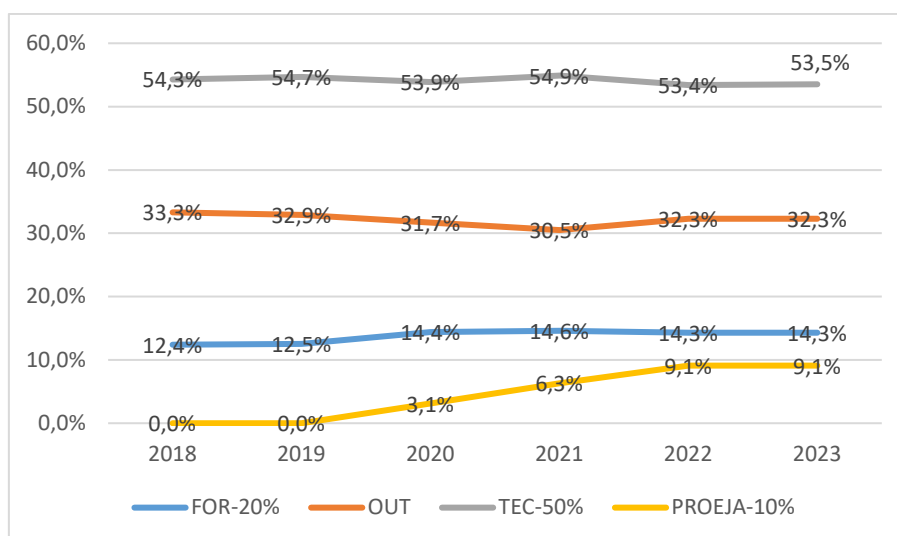
CÂMPUS SUZANO

Quadro 54- Plano de oferta de vagas de ingresso do câmpus Suzano.

Tipo de Curso	Tipo de Oferta	Curso	Modalidade	Turno	Distrib. Oferta	Situação da oferta	Duração (sem)	Period. Ingresso	Ving-2019	Ving-2020	Ving-2021	Ving-2022	Ving-2023
CST	n.a.	CST MECATRÔNICA INDUSTRIAL	Presencial	Not	OUT-30%	extinção	6	anual	40	40	0	0	0
CST	n.a.	CST PROCESSOS QUÍMICOS	Presencial	Not	OUT-30%	extinção	7	anual	0	0	0	0	0
CST	n.a.	CST LOGÍSTICA	Presencial	Not	OUT-30%	regime	5	anual	40	40	40	40	40
ESPEC	n.a.	ESPEC FORM DE PROF NA EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA SURDOS	Presencial	Not	FOR-20%	implantação	3	anual	0	30	30	30	30
ESPEC	n.a.	ESPEC LOGÍSTICA E OPERAÇÕES	Presencial	Not	OUT-30%	regime	3	semestral	60	60	30	30	30
LIC	n.a.	LIC QUÍMICA	Presencial	Not	FOR-20%	regime	8	anual	40	40	40	40	40
MES-PRO	n.a.	MES-PRO ADMINISTRAÇÃO	Presencial	Mat	OUT-30%	nova	3	anual	0	0	15	15	15
TEC	INT	TEC ADMINISTRAÇÃO	Presencial	Int	TEC-50%	extinção	6	anual	40	0	0	0	0
TEC	INT	TEC QUÍMICA	Presencial	Int	TEC-50%	regime	6	anual	40	40	40	40	40
TEC	INT	TEC AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL	Presencial	Int	TEC-50%	regime	6	anual	40	40	40	40	40
TEC	CON/SUB	TEC ADMINISTRAÇÃO	Presencial	Ves	TEC-50%	regime	3	semestral	80	80	80	80	80
TEC	CON/SUB	TEC AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL	Presencial	Ves	TEC-50%	regime	4	semestral	80	80	80	80	80
TEC	Proeja-TEC-INT	TEC ADMINISTRAÇÃO	Presencial	Int	TEC-50%	nova	6	anual	0	40	40	40	40
BACH	n.a.	BACH ENGENHARIA DE CONTROLE E AUTOMAÇÃO	Presencial	Int	OUT-30%	implantação	10	anual	0	0	40	40	40
BACH	n.a.	BACH QUÍMICA INDUSTRIAL	Presencial	Not	OUT-30%	implantação	8	anual	40	40	40	40	40
Total Geral									500	530	515	515	515

Fonte: IFSP, 2019

Figura 54: evolução dos balizadores do câmpus Suzano.



Fonte: IFSP, 2019.

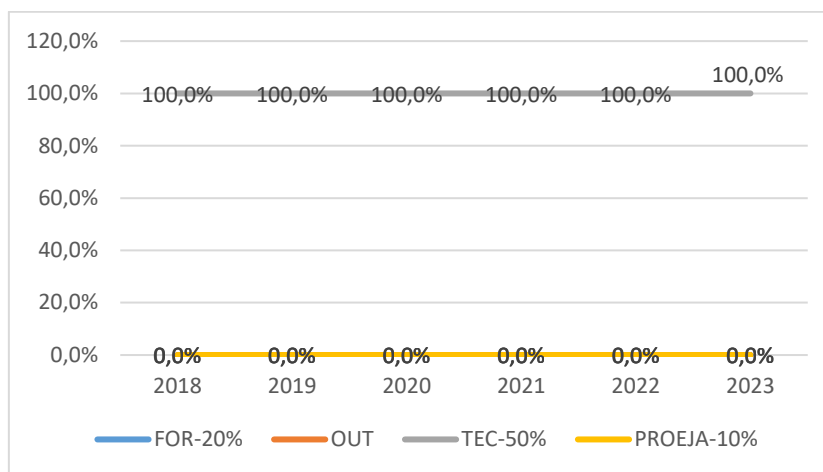
CÂMPUS AVANÇADO TUPÃ

Quadro 55: plano de oferta de vagas de ingresso do câmpus avançado Tupã

Tipo de Curso	Tipo de Oferta	Curso	Modalidade	Turno	Distrib. Oferta	Situação da oferta	Duração (sem)	Period. Ingresso	VIng-2019	VIng-2020	VIng-2021	VIng-2022	VIng-2023
TEC	INT	TEC ELETROTÉCNICA	Presencial	Int	TEC-50%	implantação	6	anual	40	40	40	40	40
TEC	INT	TEC ELETRÔNICA	Presencial	Int	TEC-50%	implantação	6	anual	40	40	40	40	40
TEC	SUB	TEC ELETRÔNICA	Presencial	Not	TEC-50%	extinção	3	anual	0	0	0	0	0
Total Geral									80	80	80	80	80

Fonte: IFSP, 2019

Figura 55: evolução dos balizadores do câmpus Avançado Tupã.



Fonte: IFSP, 2019.

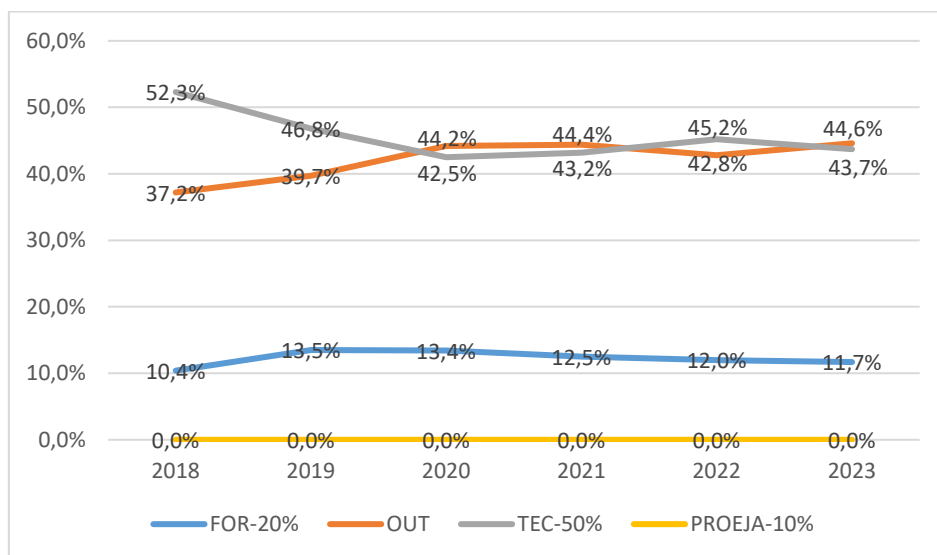
CÂMPUS VOTUPORANGA

Quadro 56: plano de oferta de vagas de ingresso do câmpus Votuporanga

Tipo de Curso	Tipo de Oferta	Curso	Modalidade	Turno	Distrib. Oferta	Situação da oferta	Duração (sem)	Period. Ingresso	Ving-2019	Ving-2020	Ving-2021	Ving-2022	Ving-2023
CST	n.a.	CST ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	Presencial	Not	OUT-30%	regime	6	anual	40	0	0	0	0
ESPEC	n.a.	ESPEC DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE	Presencial	Not	OUT-30%	nova	3	anual	0	20	20	20	20
LIC	n.a.	LIC FÍSICA	Presencial	Not	FOR-20%	implantação	6	anual	40	40	40	40	40
TEC	INT	TEC INFORMÁTICA	Presencial	Int	TEC-50%	regime	6	anual	40	40	40	40	40
TEC	INT	TEC EDIFICAÇÕES	Presencial	Int	TEC-50%	regime	6	anual	40	40	40	40	40
TEC	INT	TEC MECATRÔNICA	Presencial	Int	TEC-50%	regime	6	anual	40	40	40	40	40
TEC	CON/SUB	TEC INFORMÁTICA	Presencial	Not	TEC-50%	nova	4	anual	0	0	40	40	40
TEC	CON/SUB	TEC MECÂNICA	Presencial	Not	TEC-50%	implantação	4	anual	0	40	40	40	40
TEC	CON/SUB	TEC MECÂNICA	Presencial	Not	TEC-50%	regime	4	anual	40	0	0	0	0
TEC	CON/SUB	TEC ELETROTÉCNICA	Presencial	Not	TEC-50%	extinção	4	anual	0	0	0	0	0
BACH	n.a.	BACH ENGENHARIA CIVIL	Presencial	Int	OUT-30%	regime	10	anual	40	40	40	40	40
BACH	n.a.	BACH ENGENHARIA ELÉTRICA	Presencial	Int	OUT-30%	implantação	10	anual	40	40	40	40	40
BACH	n.a.	BACH SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	Presencial	Ves	OUT-30%	implantação	8	anual	0	40	40	40	40
Total Geral									320	340	380	380	380

Fonte: IFSP, 2019.

Figura 56: evolução dos balizadores do câmpus Votuporanga



Fonte: IFSP, 2019.

Em relação aos indicadores de oferta do câmpus Votuporanga, foi elaborado um plano de ação para melhoria do balizador de PROEJA, apresentado no ANEXO II.

4. POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

Esta Política, elaborado pela Assessoria de Comunicação (ASC) com a colaboração dos servidores responsáveis pela comunicação dos câmpus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), reúne princípios e orientações para a atuação de profissionais da comunicação, de acordo com a missão, a visão e os valores do IFSP. Sua finalidade é nortear ações inerentes ao relacionamento com os públicos de interesse, para o alcance dos objetivos e resultados das ações de comunicação, de forma coordenada, regulamentada e integrada.

Estas diretrizes utilizarão como base a Política de Comunicação do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif), para a definição de alguns princípios e conceitos.

4.1 Princípios

- **Ética e responsabilidade socioambiental.** O compromisso ético e o pleno exercício da responsabilidade socioambiental devem pautar as ações de comunicação e seus esforços para atender às demandas da sociedade, à divulgação das ações e dos resultados das instituições, à defesa da diversidade, ao respeito aos direitos dos cidadãos e ao cumprimento dos deveres institucionais. Pressupõe a prevalência dos interesses coletivos sobre os interesses individuais.
- **Transparência.** A comunicação tem o compromisso de prestar contas das suas ações, das suas atividades e de seu orçamento, e de tornar públicas as informações.
- **Impessoalidade.** A comunicação atua na promoção das ações institucionais, conforme o princípio da impessoalidade. Não é admissível o uso dos recursos públicos para a promoção pessoal e de entidades privadas.
- **Atuação em rede.** Valorização da inteligência em comunicação, do

trabalho cooperativo e formação de redes institucionais, nacionais e internacionais, para a troca de experiências, o compartilhamento de saberes e o desenvolvimento de projetos conjuntos.

- **Credibilidade.** A informação pública, distribuída e disponibilizada pelo IFSP, deve ser pertinente e credível para sustentar a relação de confiabilidade entre as instituições e seus diversos públicos.
- **Inclusão.** A comunicação se orienta pelo respeito às diversidades e pela inclusão social, buscando a acessibilidade que elimina barreiras na produção e no fluxo de informação, e facilita o acesso de todos ao conhecimento.

4.2 Públicos do Instituto Federal de São Paulo

- **Estudantes:** os estudantes da Rede Federal possuem diferentes perfis, que variam conforme as modalidades dos cursos aos quais estão vinculados, presenciais ou a distância.
- **Estudantes em potencial:** são aqueles que ainda não pertencem aos quadros das instituições, mas que, potencialmente, podem ingressar no IFSP.
- **Estagiários:** estudantes de quaisquer instituições de ensino que colaboram para as atividades do IFSP.
- **Egressos:** ex-alunos do IFSP.
- **Servidores:** docentes e técnicos administrativos que atuam em condição permanente ou temporária, como substitutos ou mediante cessão ou cooperação técnica.
- **Servidores aposentados.**
- **Terceirizados.**
- **Familiares dos estudantes e dos servidores.**
- **Mídia:** imprensa (televisão, rádio, impresso), produtores de conteúdo de mídia digital e profissionais que atuam em veículos de

comunicação.

- Fornecedores.
- Órgãos colegiados: instâncias consultivas e deliberativas da instituição.
- Poder Executivo: contempla as esferas federal, estaduais e municipais por meio de suas estruturas de governo, secretarias e ministérios.
- Entidades representativas de categorias estudantis e profissionais.
- Entidades representativas dos setores produtivos.
- Órgãos de fomento: entidades financiadoras de projetos em âmbito nacional e internacional.
- Órgãos de orientação, fiscalização e controle dos atos e ações do IFSP.
- Organizações que representam grupos de interesse da sociedade civil.
- Poder Legislativo: bancadas estaduais, federais e municipais.
- Outras instituições de educação que atuam desde a qualificação profissional à pós-graduação.

4.3 Comunicação Institucional

É um processo que tem como objetivo estabelecer as estratégias, orientar os relacionamentos com os públicos de interesse e coordenar a elaboração de produtos de comunicação com vistas a fortalecer a imagem e a reputação institucional, articulando diferentes meios e mecanismos para promover o exercício da cidadania, o acesso aos serviços e às informações de interesse público, o cumprimento dos objetivos organizacionais do Instituto Federal de São Paulo e as premissas da transparência pública.

I-Assessoria de Comunicação do IFSP

Assessoria de Comunicação (ASC) é o setor responsável pela criação e gestão das ferramentas, canais e conteúdos inerentes à comunicação institucional do IFSP.

Na reitoria, a ASC reúne profissionais das áreas de jornalismo, relações públicas, design (programação visual), audiovisual e revisão textual.

Como não existem profissionais da comunicação em todas as unidades do IFSP, a Assessoria de Comunicação, nos câmpus, é, geralmente, atribuída ao CDI do câmpus, um servidor indicado pela direção e que neste documento será denominado comunicador. Basicamente, o comunicador é responsável pelas informações divulgadas no site do câmpus, pelo contato com a imprensa local, pelos cerimoniais, pela divulgação de campanhas de divulgação para seleção de novos alunos e, se possível, pelo registro audiovisual. Para não sobrecarregar um único profissional, os câmpus devem criar comissões de comunicação. (Ver tópico Ações Futuras> Comissão de Comunicação nos câmpus deste documento)

II-Atribuições da ASC

Comunicação interna: processo de comunicação que ocorre entre uma organização e as pessoas que nela trabalham e os demais públicos classificados como internos pela instituição. A comunicação interna deve estimular a circulação de informações qualificadas, incentivar o comprometimento dos públicos com os objetivos institucionais, consolidar a cultura organizacional e favorecer a criação de um clima organizacional saudável e produtivo.

Assessoria de imprensa: atividade de gerenciamento das relações da organização com os veículos de comunicação. Fornece informações, elabora e distribui pautas, atende os jornalistas em suas demandas por informações novas ou esclarecimentos relacionados à organização. É responsável pela redação de textos jornalísticos para envio à imprensa, pela criação e atualização do cadastro de jornalistas e veículos, pela organização de entrevistas e pelo acompanhamento do assessorado nos eventos em que haja presença da mídia.

Organização e realização de eventos: eventos são acontecimentos estrategicamente planejados para informar e mobilizar públicos de interesse da

organização. O objetivo central é aproximar o IFSP e seus públicos, estreitando vínculos e qualificando o relacionamento. A organização e realização de eventos pressupõe: dar apoio ao trabalho das comissões organizadoras, quando instituídas; coordenar os processos de divulgação, programação visual; organizar o cerimonial, expedir convites e confirmar presenças; mensurar os resultados. Uma obra de referência da área é o Guia de Eventos, Cerimonial e Protocolo da Rede Federal.

Divulgação científica: processo de circulação de informações especializadas, resultado dos projetos de investigação desenvolvidos pelos pesquisadores; destina-se ao público leigo. A divulgação científica deve ter como premissa a democratização do conhecimento científico para os públicos interno e externo, por meio dos canais de comunicação, imprensa e produtores de conteúdo. Para tanto, criará um banco de fontes institucionais, capacitadas para a função, com o objetivo de favorecer a divulgação das pesquisas desenvolvidas no âmbito do IFSP.

Campanhas de ingresso: ações de divulgação de cursos e vagas para captação de novos estudantes. Cabe à comunicação a concepção e gestão dessas campanhas, em parceria com outros setores, e a sensibilização da comunidade acadêmica e da sociedade a respeito dos cursos ofertados, das áreas de atuação e das características da instituição.

Comunicação digital: comunicação operacionalizada por meio das plataformas digitais. Abrange um complexo de mídias convergentes, interativas e organizadas em redes a partir de diferentes dispositivos conectados à internet.

Gestão da marca e da identidade visual: uso e aplicação adequados da marca e da identidade visual do IFSP e seus câmpus observando seus respectivos manuais de aplicação, bem como as normas vigentes das instituições e do Governo Federal.

III- Sites Institucionais

Os sites institucionais do IFSP são os principais canais de comunicação com a comunidade externa e interna. São considerados sites institucionais oficiais o site geral do IFSP <www.ifsp.edu.br>, gerido pelos profissionais da

ASC na Reitoria com suporte técnico do setor de Tecnologia da Informação, e os sites locais de cada câmpus geridos pelos comunicadores e coordenações locais de TI. Por padrão, o endereço do site do câmpus adota a estrutura sigla do câmpus.ifsp.edu.br, havendo também o redirecionamento a partir de www.ifsp.edu.br/nomedocâmpus (sem espaços).

Desde 2017, todos os sites institucionais adotaram o padrão visual do governo federal; porém, cabe a cada um estruturar suas informações da melhor maneira possível, visando ao acesso de seu público local.

I- **Linha Editorial**

Os sites do IFSP devem refletir a imagem do Instituto, divulgando à sociedade suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. De acordo com os critérios de noticiabilidade, estabelecidos pela ASC, quaisquer temas relevantes à comunidade podem ser trabalhados jornalisticamente, desde que respeitem o padrão da Administração Pública. Nos portais, também são disponibilizados editais, documentos, portarias, manuais e informações sobre a gestão, tudo para garantir a transparência das ações institucionais.

As notícias são escritas em estilo jornalístico, com linguagem clara, simples e objetiva, evitando o uso de palavras rebuscadas e o excesso de adjetivos. Os responsáveis pela produção de textos, no entanto, devem privilegiar a visão humanizada, buscando, sempre que possível, além da exposição sucinta dos fatos, ouvir os membros da comunidade do IFSP, sendo sensíveis às demandas, anseios e opiniões de seus membros.

As publicações de cunho noticioso não são assinadas, seguindo o princípio da impessoalidade na Administração Pública.

O e-mail institucional deve ser utilizado apenas para a troca de informações relacionadas ao ambiente de trabalho.

II- **Jornalismo**

A ASC é responsável por apurar as informações e redigir a notícia, que será publicada no site institucional <www.ifsp.edu.br>, depois de passar pela

revisão.

Para publicação e divulgação de informações no âmbito dos câmpus, devem ser procurados o comunicador local ou a comissão de comunicação, por meio de canal próprio. Os comunicadores, ou Comissão de Comunicação, são os responsáveis pela seleção e divulgação da notícia nos câmpus, que deve ser enviada como sugestão para publicação na forma de texto seguindo os preceitos estabelecidos neste documento.

Salvo em exceções motivadas por eventos extraordinários, as notícias devem ser elaboradas de acordo com os preceitos consagrados do jornalismo contemporâneo.

O que é notícia?

Notícias são relatos de fatos ou acontecimentos atuais, de interesse e importância para a comunidade, transmitidos de maneira que todos os públicos (interno e externo) entendam facilmente.

No setor público, as notícias também são uma forma de estabelecer e fortalecer relações entre a instituição e o público interno e externo. Em última instância, são uma forma de prestação de contas à sociedade. Para um fato se tornar notícia é preciso respeitar alguns critérios de noticiabilidade, tais como: interesse social do tema, relevância, abrangência e atualidade. Também é de extrema importância a exatidão da informação, assim como uma noção de equidistância, consagrada pelo conceito de objetividade.

Da pauta à notícia

A produção jornalística é de responsabilidade dos profissionais de comunicação, lotados na ASC, e do comunicador ou comissão de comunicação dos câmpus, e devem se basear nos procedimentos expostos a seguir:

Sugestão de pauta

O comunicador/comissão de comunicação é o canal de contato entre o câmpus e a ASC. Servidores e estudantes podem apresentar suas sugestões de pauta aos comunicadores/comissão de comunicação dos câmpus, que as enviarão ao e-mail institucional da comunicação, por meio de formulário específico. As sugestões de pauta que partirem das Pró-Reitorias devem ser enviadas diretamente ao e-mail institucional da ASC (comunica@ifsp.edu.br). Os profissionais responsáveis pela comunicação irão analisar as pautas e decidir se elas serão ou não publicadas no site. Se a pauta não for aceita pela ASC, o proponente receberá retorno por e-mail, informando o motivo pelo qual a pauta não será publicada.

Análise de pauta

As sugestões de pauta são analisadas pela ASC ou comissão de comunicação do câmpus, que decide pelo descarte ou encaminhamento da pauta para a produção de notícia. Serão analisadas pautas que versem sobre:

- editais, serviços, acordos interinstitucionais de interesse do servidor e do aluno do IFSP;
- oportunidades para pós-graduação em instituições públicas parceiras do Instituto;
- eventos (workshops, palestras, seminários, minicursos, fóruns, entre outros) que abranjam todo o IFSP;
- prêmios, concursos e editais que estejam vinculados às áreas de conhecimento do Instituto, ou que se configurem como oportunidade para a comunidade universitária;
- resultados de premiações, concursos e editais que estejam vinculados às áreas de conhecimento do IFSP e que não se configurem como promoção pessoal do premiado;
- eventos culturais que tenham parceria, realização ou apoio do IFSP, ou nos quais a comunidade universitária tenha condições especiais (descontos integrais ou parciais);
- cursos, eventos e demais atividades que não sejam restritas a um público específico de um curso ou câmpus, e que sejam abertos

a todos os interessados; artigos publicados em revistas, desde que digam respeito à pesquisa ou atividade desenvolvida no IFSP;

- lançamento de livros, desde que o assunto tenha relação direta com o IFSP. Quando as atividades citadas se derem em âmbito local, as notícias devem ser divulgadas no site do câmpus que realizar as ações, recebê-las ou participar delas.

Não serão analisadas pautas que versem sobre:

- cursos e oportunidades que não estejam relacionados ao IFSP ou a instituições parceiras e que não tenham vínculo com o ensino, a pesquisa ou a extensão;
- oportunidades para pós-graduação em empresas privadas que não tenham parceria com o IFSP;
- eventos (workshops, palestras, seminários, minicursos, fóruns, entre outros) que não estejam relacionados ao IFSP ou às instituições parceiras e que não tenham seu conteúdo relacionado com atividades acadêmicas e estudantis;
- prêmios, concursos e editais que não estejam vinculados às áreas de conhecimento do Instituto ou que não se configurem como oportunidade para a comunidade universitária;
- promoção pessoal, campanhas políticas externas e internas da instituição, de entidades de representação profissional e estudantil, além de propagandas de empresas privadas;
- resultados de premiações, concursos e editais que não estejam vinculados às áreas de conhecimento do IFSP ou que se configurem como promoção pessoal do premiado;
- eventos culturais que não tenham parceria, realização ou apoio do IFSP, ou nos quais a comunidade universitária não tenha condições especiais (descontos integrais ou parciais);
- cursos, eventos e demais atividades que sejam restritos ao público específico de

um câmpus ou curso e que não sejam abertos aos demais interessados;

- artigos publicados em revistas que não estejam relacionados a pesquisa ou atividade desenvolvida no IFSP;
- lançamento de livros cujo tema não esteja diretamente ligado ao IFSP.

É importante lembrar que o site da Reitoria do IFSP deve abrigar notícias que abranjam toda a Instituição, ou a maior parte dela. Dessa forma, é inviável a divulgação de informações de interesse local dos câmpus da Instituição. A notícia ganha mais impacto quando é publicada no meio correto para o público interessado.

As notícias relacionadas a assuntos de interesse da comunidade de um câmpus específico não serão publicadas no site institucional da Reitoria do IFSP. Essas notícias devem ser publicadas no site institucional do próprio câmpus.

Produção e publicação de notícia

A redação de notícias deve contemplar:

- linguagem impessoal, com escrita na 3ª pessoa;
- estrutura de texto baseada no lead, designação americana para a abertura de texto que evita alongamentos desnecessários, respondendo o quanto antes às perguntas essenciais (“o quê?”, “quem?”, “como?”, “quando?”, “onde?”, “por quê?”);
- títulos escritos preferencialmente com verbo afirmativo, na voz ativa e no tempo presente;
- número máximo de 2.500 caracteres por texto — quando o tema requisitar mais espaço, devem ser abertos intertítulos;
- busca constante pela imparcialidade;
- uso de citações deve ser feito com parcimônia (máximo de duas linhas como padrão), apenas para registrar opiniões pessoais de fontes ouvidas pela reportagem, na ocasião em que essas opiniões chamarem a atenção pelo próprio teor. Quando a reportagem recebe de fontes o relato de algum fato, não deve reproduzi-lo entre aspas, mas sim confirmar sua veracidade e

reproduzi-lo em discurso indireto.

Em ocasiões que a ASC ou comissão de comunicação do câmpus julgar convenientes, além de notícias, serão divulgados no portal do IFSP outros gêneros de textos jornalísticos, como artigos, entrevistas, comentários assinados e colunas opinativas em geral, desde que respeitem os princípios da Administração Pública.

O prazo para a publicação de notícias no site será definido exclusivamente pela ASC ou comissão de comunicação do câmpus, com base nas datas encaminhadas na solicitação e no caráter e urgência das publicações.

A Assessoria de Comunicação analisará a necessidade de cobertura jornalística in loco, utilizando como critério a relevância institucional da pauta.

Os textos não são enviados às fontes para aprovação e/ou edição, exceto em casos em que o profissional julgar necessária a avaliação do solicitante.

Nos câmpus, na ausência de profissionais responsáveis pela produção jornalística, os textos devem ser elaborados seguindo os mesmos preceitos editoriais acima descritos, cabendo ao comunicador ou à comissão de comunicação selecionar e divulgar os artigos recebidos. Para tanto, deve ser definido um e-mail próprio para o envio e devem ser considerados os elementos de análise de pauta estabelecidos neste documento.

Além do site, há outras ferramentas institucionais de divulgação de informações, entre elas as redes sociais e o disparo de e-mails para todos os servidores. A Assessoria de Comunicação definirá quais as ferramentas e os meios mais apropriados para a exposição de cada informação junto ao seu público-alvo. Da mesma forma, nos câmpus, esta definição é do comunicador ou da comissão de comunicação (para mais informações ver tópico sobre “Redes Sociais” neste documento).

A ASC, ou o comunicador/comissão de comunicação nos câmpus julgará, de acordo com critérios de relevância e abrangência, quais fatos ou eventos requerem divulgação para além de texto noticioso, providenciando então a confecção de banner para o site, dentro do limite estipulado para estes destaques.

VI-Publicações Institucionais

O conteúdo de atos oficiais (como portarias da reitoria e dos câmpus), regulamentos, instruções de serviços, editais, relatórios de gestão e auditorias é de inteira responsabilidade de quem os assina.

A ASC, ou o comunicador/comissão de comunicação nos câmpus, é responsável pela publicação, no site, de grande parte dos documentos acima citados.

VII-Obituários

No âmbito dos câmpus, os avisos de falecimento de servidores, trabalhadores terceirizados e estudantes poderão ser encaminhados à comunidade interna por meio de mensagem eletrônica, bem como publicados pela comissão de comunicação, via nota de pesar, na página do respectivo câmpus.

O mesmo procedimento será adotado quando do falecimento de servidores ou trabalhadores terceirizados lotados na reitoria.

Em caso excepcional, tal como catástrofes que envolvam servidores e estudantes, a ASC publicará uma nota de pesar no site institucional.

VIII- Divulgação do Processo Seletivo

O IFSP ganha visibilidade sobretudo no período de processo seletivo para seus cursos. Assim, é de extrema importância que a Instituição aproveite esse momento para se aproximar da imprensa e da comunidade, que tem grande interesse na divulgação de serviços públicos.

Dessa forma, a ASC orientará quanto a realização de um encontro com jornalistas. A ação deverá ter, no máximo, 1h30 de duração, respeitando o tempo escasso dos profissionais de comunicação. Obrigatoriamente, o evento deve: apresentar o IFSP (histórico, mapa com as unidades, a missão, os objetivos, a diversidade), os câmpus presentes na região, os cursos oferecidos

(técnicos, superiores, pós-graduação, FIC, extensão, etc), o processo seletivo (dando destaque para diferenciais, como avaliação por meio de análise escolar e possibilidade de ingresso de estrangeiros), a estrutura do câmpus (visita guiada). Oferecer um press kit (pasta com material impresso de divulgação da Instituição — como release, revistas científicas, panfletos sobre processo seletivo —, bloco de notas, caneta etc.) para facilitar o trabalho do jornalista.

A ASC disponibilizará releases para divulgação dos processos seletivos que são realizados no âmbito do IFSP como um todo, orientando quanto a adaptações de textos e imagens que podem ser feitas para divulgação nos sites dos câmpus e para envio aos veículos de comunicação locais e regional.

É interessante que também sejam apresentados, de maneira bem sucinta, alguns projetos de interesse público realizados no câmpus, de modo a atrair a atenção dos jornalistas para que eles saiam do encontro com mais pautas, além do processo seletivo. A apresentação pode ser feita pelos próprios alunos.

A divulgação espontânea é fundamental para que o IFSP “apareça”. O jornalista deve sentir que é bem-vindo na Instituição, que pode contar com o apoio e a agilidade do câmpus para a divulgação dos trabalhos acadêmicos e com os servidores especializados como fontes de informação. O comunicador e a direção do câmpus devem mostrar-se sempre disponíveis para atender à imprensa.

A ASC e os comunicadores deverão elaborar estratégias de divulgação do processo seletivo de acordo com as particularidades e características dos câmpus. A divulgação pode ser realizada por uma comissão criada especificamente para esta finalidade podendo ser composta por docentes e técnicos administrativos sob a coordenação do comunicador. A comissão divulgará os cursos ofertados pelo seu câmpus do IFSP em escolas, igrejas, sindicatos, praças, eventos etc., (nas turmas concluintes do ensino fundamental e médio). Deverão ser elaborados projetos que visem trazer a comunidade, sobretudo as escolas, para conhecer os câmpus (o que deve ser pensado em conjunto com a gestão).

4.4 POLÍTICA DE REVISÃO TEXTUAL

Dentro do funcionalismo público, a revisão textual busca atender aos princípios de publicidade e eficiência, zelando para que os documentos produzidos por um órgão do governo possam ser divulgados com a segurança de que contêm uma mensagem clara e eficaz para o entendimento da intenção comunicativa. Quando pertencente a uma escola pública, redobra-se a importância do setor de revisão, pelo caráter educativo da instituição e pela credibilidade que a escola deve transmitir quanto ao zelo com o uso da língua oficial do país.

É comum referir-se ao setor de revisão de textos como aquele em que se faz a “revisão ortográfica”. A ortografia diz respeito à maneira correta de escrever palavras. Cabe lembrar que o setor oferece bem mais do que essa revisão ortográfica, atuando integralmente na esfera de construção do texto. As modificações sugeridas pelo setor podem abarcar todo o aspecto gramatical— incluindo questões sutis como paralelismo sintático e semântico —, além de coerência interna e externa, coesão, concisão, adequação da linguagem à forma do documento etc. O setor também oferece, na página principal do IFSP, modelos padronizados para os tipos de documento mais veiculados na instituição — ofício, memorando, portaria, entre outros.

Prioritariamente, o setor de revisão de textos atende à Assessoria de Comunicação (ASC), na qual se localiza, e às demandas do Gabinete da Reitoria; na ordem de prioridade, depois vêm os textos produzidos pelas Pró-reitorias e por quaisquer outros funcionários da reitoria do IFSP. Dentro dessa divisão, ainda têm prioridade os textos considerados de maior interesse público e com caráter de divulgação externa.

Os revisores de texto lotados na reitoria deverão ser encarregados de trabalhar apenas nos documentos elaborados por outros servidores da reitoria, por impossibilidade de atender às demandas de todos os câmpus. Atender a apenas algumas demandas dos câmpus, em caráter arbitrário, feriria o princípio da impessoalidade.

O setor de revisão de textos da reitoria do IFSP se baseia na

padronização prescrita pelo Manual de Redação da Presidência. No que diz respeito a questões não previstas nesse manual, por falta de um manual de redação próprio da escola, será usado, em caráter temporário, como guia, livros recomendados pelo MEC. Está prevista a elaboração de um Manual de Redação próprio para o Instituto, com a instituição de uma comissão para tratar do assunto.

Como previsão de trabalho, espera-se que os revisores estejam aptos a revisar aproximadamente 5.000 palavras por dia, com esse número podendo aumentar ou diminuir ligeiramente de acordo com a complexidade dos textos e com o número de adequações a ser feitas nos originais. Assim que os revisores receberem uma demanda, espera-se que eles estimem o tempo que o texto levará para ser revisado e exponham essa estimativa ao demandante da revisão.

4.5 RELAÇÕES PÚBLICAS

Redes sociais

As redes sociais fazem parte da estratégia de comunicação do IFSP, ampliando as formas de comunicação com seus públicos. As redes sociais oficiais institucionais do IFSP deverão ser gerenciadas pela Assessoria de Comunicação da reitoria, e as redes oficiais dos câmpus, pelo próprio câmpus, por meio do comunicador ou da comissão de comunicação. A imagem e a identidade do Instituto serão representadas nas redes sociais; por isso, a gestão desses canais deverá observar as diretrizes de Comunicação.

Cada câmpus do IFSP pode ter um perfil oficial nas redes sociais, desde que seja gerenciado por servidor da instituição e devidamente identificado com a nomenclatura do câmpus. O perfil deve ser gerenciado preferencialmente pelo comunicador, pela comissão de comunicação do câmpus ou por um servidor de sua indicação e supervisão.

- Não é recomendado o desdobramento de contas em Redes Sociais para diferentes setores ou cursos no âmbito do câmpus ou reitoria do IFSP.

- Antes de tudo, defina objetivos do canal, e que estes estejam alinhados à missão da instituição. Nessa definição, reveja a real necessidade de se ter um perfil nas redes sociais.
- Estabeleça frequência de postagens e monitoramento. O conteúdo deve ser coerente com as normas institucionais e os princípios da Administração Pública, e as informações devem ser pautadas em documentos oficiais e de utilidade pública. Não são justificáveis publicações que atendam a interesses e manifestações pessoais.
- Obedeça a um padrão visual que identifique o perfil como parte do IFSP, seguindo o manual de aplicação da marca.
- Alunos, candidatos e a comunidade externa em geral devem ser os públicos desse tipo de ação de comunicação, pois os sites e documentos institucionais já são voltados aos servidores.
- O site da Instituição é o agregador de conteúdo central e oficial: faça links dele para as redes sociais. Não compartilhe algo ou informação que não esteja previamente publicada em um site oficial (Site institucional, sites do governo federal, sites oficiais da imprensa com conteúdo útil ao público do Instituto).
- Tenha a interação como forma de aproximação com o usuário, esse é o diferencial das redes sociais. Seja claro, objetivo, utilize a linguagem institucional, mas sem expressões técnicas e burocráticas. Paute sempre a interação em documentos e decisões oficiais e gerencie as crises consultando as áreas envolvidas e procurando sempre abrandar o conflito. Não se precipite em responder, pense coletivamente. Em casos extremos, entre em contato com a ASC.

II-Eventos

Evento é o acontecimento ou fato extraordinário que tem como principal característica proporcionar o encontro de pessoas com uma finalidade

específica, que se constitui no seu principal objetivo, justificando sua realização.

Pode desempenhar, em suas mais diferentes manifestações, funções muito importantes, tais como a disseminação do conhecimento, a oferta de lazer e entretenimento, o estímulo aos negócios e a conscientização das comunidades; ainda pode contribuir para o entendimento entre os povos.

Devido a características do Instituto, e considerando a especificidade de cada evento, a organização dos eventos pode ser descentralizada. Eventos locais poderão ser coordenados pelos câmpus, por meio de comissões organizadoras previamente designadas para esse fim específico. Por outro lado, eventos de caráter institucionais que envolvam a reitoria e Pró-reitorias deverão estar sob a reponsabilidade da ASC, com a participação, em cada caso, dos setores diretamente envolvidos.

Os eventos poderão ser divulgados nas redes sociais da Reitoria do IFSP por meio de ação institucional da ASC específica para a divulgação de eventos, publicada semanalmente. A sugestão de publicação deve ser enviada para o e-mail: comunica@ifsp.edu.br.

Para divulgação no portal e redes sociais dos câmpus, as informações sobre os eventos devem ser encaminhadas na forma de texto para o comunicador ou comissão de comunicação do câmpus. É importante enviar para publicação tanto a divulgação do evento que será realizado como também um artigo sobre como foi a atividade, com imagens e relato do que foi desenvolvido. As notícias sobre como foi um evento devem ser enviadas no prazo máximo de uma semana após sua realização, para que mantenham sua relevância para publicação.

III-Cerimonial, Protocolo e ordem de precedência

Protocolo é o conjunto de normas estabelecidas que conferem solenidade ao evento. Cerimonial é a sucessão de atos que compõem o evento, desde a abertura até o encerramento. Precedência define a importância de cada elemento em um evento. A ordem de entrada, posição da mesa de honra e ordem de falas das autoridades presentes, além de posições de destaque das bandeiras.

No cerimonial, a ordem de precedência é definida pelo decreto nº 70.274, de 9 de março de 1972. Esse item é abordado detalhadamente no Manual de eventos disponibilizado no site: [ifsp.edu.br> comunicação> Manuais> Manual de eventos](http://ifsp.edu.br/comunicação/Manuais/Manual-de-eventos).

Seguem demais orientações:

- Eventos promovidos pelo câmpus: os comunicadores ou comissão do evento devem consultar o manual de eventos do IFSP, ou buscar orientações com a ASC, por meio do e-mail comunica@ifsp.edu.br. Para eventos solenes que exijam a orientação de cerimonial, protocolo e ordem de precedência para a elaboração de roteiro, é necessário o envio da solicitação, por e-mail, dez dias antes do evento, com a informação dos nomes e cargos das autoridades confirmadas que comporão a mesa de honra.
- Eventos promovidos pelo câmpus com a presença do Reitor (ou representante): os comunicadores/comissão do evento devem passar a programação, obrigatoriamente, à ASC. As informações principais do evento como: objetivo, tipo, local, data, horário e outras devem ser enviadas até 20 dias antes da data do evento.
- A cobertura de eventos promovidos pela reitoria e Pró-reitorias deve ser solicitada à Assessoria de Comunicação com prazo mínimo de 60 dias, para a definição de identidade visual, elaboração de material de divulgação, cobertura jornalística, produção audiovisual e cerimonial. Nos câmpus, na ausência de equipe especializada, essas atividades são de responsabilidade da comissão organizadora do evento.
- A definição dos objetivos, assim como o tipo do evento (palestra, fórum, simpósio, mesa-redonda, entre outros) devem ser consultados no Manual de Eventos do IFSP, ou devem ser buscadas orientações com a ASC por meio do e-mail.

IV-Relacionamento com a imprensa

A atribuição da Assessoria de Imprensa é estabelecer uma relação de proximidade e parceria com os veículos e profissionais de comunicação, atuando de forma estratégica, prezando pela transparência, ética, cordialidade e eficiência.

O objetivo maior deverá ser a publicização de ações de interesse público, principalmente daquelas sobre oportunidade de ingresso de alunos nos diversos cursos oferecidos pelo IFSP. A ASC disponibilizará releases para divulgação dos processos seletivos que são realizados no âmbito do IFSP como um todo, orientando quanto a adaptações de textos e imagens que podem ser feitas para divulgação nos sites dos câmpus e para envio aos veículos de comunicação locais.

O IFSP estará, também, disponível para atender às demandas da imprensa, estabelecendo uma relação de mão dupla, em função da qualidade e da necessidade de esclarecimento ao público, mesmo quando isso não implica necessariamente a divulgação imediata da instituição.

A Assessoria de Comunicação, comunicadores ou comissão de comunicação dos câmpus devem estar preparados para reconhecer as oportunidades. Não apenas os processos seletivos, mas projetos e iniciativas de destaque desenvolvidas nos câmpus (notadamente aquelas que envolvam o ensino, pesquisa e extensão) devem ser enviados para a imprensa em forma de release ou sugestão de pauta. Em caso de dúvidas ou necessidade de suporte, os comunicadores podem entrar em contato com a ASC para a elaboração do material a ser divulgado.

É necessário também atender às demandas de imprensa com deadline alinhado; receber sugestões de produção de conteúdo e avaliar os canais e a linguagem adequados para a sua divulgação. O relacionamento da ASC e dos comunicadores com a imprensa pressupõe, ainda, as atividades de monitoramento, mensuração e análise da mídia. Para subsidiar esse relacionamento, é imprescindível manter bancos de imagens e de dados institucionais atualizados.

Todos os servidores e alunos são fontes em potencial e podem, em

deter- minado momento, fornecer entrevistas, atuando como fonte de informação, conforme suas especialidades e o assunto em pauta. A mediação e/ ou orientação, no entanto, deve ser feita pela Assessoria de Comunicação do IFSP. Uma das funções da Assessoria de Imprensa é orientar e treinar o assessorado sobre como proceder quando procurado pela imprensa, principalmente em situações de crise.

V-Situações de crise

Em situações que podem desencadear uma crise, a Assessoria de Comunicação deve ser rapidamente informada dos motivos e participar ativamente do processo de gerenciamento antes que sejam tomadas decisões que envolvam ações específicas de comunicação, como o contato com os públicos do IFSP.

Nessas situações, não é recomendado fugir da imprensa. A sonegação e o falseamento de informações, além de posturas conflitantes com a cultura e pressupostos de uma instituição pública, aumentam os riscos e vulnerabilidade em situação de crise. Deve-se, também, evitar embates com os públicos do IFSP, favorecendo o clima de diálogo que permita a solução da crise.

A postura a ser adotada nesses momentos é manter-se aberto à comunicação. Deve ser feito um completo levantamento da situação, com dados, números e informações atualizadas.

Cabe à Assessoria de Comunicação indicar à imprensa as fontes que irão se pronunciar durante o período de crise, evitando que pessoas não autoriza- das deem declarações que não estejam em sintonia com o posicionamento da Instituição.

Os canais de comunicação do IFSP (sites, redes sociais, outros) devem ser utilizados para apresentar a posição do Instituto e, quando for necessário, tornar explícitas as medidas a serem tomadas para a crise.

4.5 AUDIOVISUAL

O Audiovisual, vinculado à Assessoria de Comunicação Social (ASC), é responsável pela aprovação de todas as produções audiovisuais relativas à

reitoria do IFSP. É uma seção de apoio à reitoria que conta com equipamentos e corpo técnico para a pesquisa, planejamento, criação, captação e edição de materiais institucionais em formato audiovisual, cujos objetivos são:

- Coordenar a produção audiovisual de ações da reitoria de acordo com determinação da ASC;
- Gerenciar as gravações e transmissões das reuniões públicas da reitoria (Conen, Consup, CTP etc.);
- Assessorar a produção de vídeos institucionais e transmissões de reuniões públicas das diretorias de câmpus, coordenações de cursos, comissões e núcleos do IFSP;
- Assessorar o registro e/ou transmissão de atividades científicas e culturais realizados pelo IFSP;

Os pedidos deverão ser realizados com dez dias de antecedência. A cobertura de eventos promovidos pela reitoria e Pró-Reitorias deve ser solicitada junto à ASC com prazo mínimo de 60 dias.

Os prazos de entrega dos serviços podem variar de acordo com o formato de cada um, e todas as solicitações estão sujeitas a aprovação prévia pela ASC.

Havendo disponibilidade, os câmpus que possuírem equipamentos de audiovisual poderão autorizar empréstimos a servidores (ou estudantes sob responsabilidade de um servidor), mediante solicitação prévia e assinatura de um termo de responsabilidade. Quando não há um setor específico para o Audiovisual ou profissionais qualificados para o desenvolvimento dos trabalhos, a montagem e utilização desses equipamentos deve ser feita pelo solicitante, assim como a cópia dos arquivos gerados, e a comunicação imediata de qualquer problema técnico verificado no aparelho.

Crédito nos registros fotográficos

Quando as imagens forem registradas por nossos servidores, o IFSP não creditará o nome dos fotógrafos nos materiais publicitários produzidos

interna- mente, no caso de imagens que captem ações, programas, eventos e outras realizações do Instituto, em suas diversas áreas de atuação.

No caso de imagens cedidas para publicação jornalística externa, o crédito das fotos e ilustrações será sempre informado ao órgão solicitante.

Para o uso em nossos impressos de imagens captadas por fotógrafos in- dependentes, pessoas sem vínculo com o IFSP e estudantes do Instituto, o crédito é obrigatório.

Lembramos que todo o conteúdo de divulgação produzido pelo Instituto Federal de São Paulo pode ser livremente replicado, desde que resguardado o material original e citada a fonte.

4.6 PROGRAMAÇÃO VISUAL

Setor da ASC que se dedica à promoção e manutenção da imagem institucional através da gestão do uso da Marca e da Identidade Visual, criação de peças institucionais e imagens de apoio.

Cabe à Programação Visual:

- Acompanhar a elaboração dos contratos relacionados a serviços gráficos, comunicação visual, sinalização e outras produções visuais produzidas por terceiros, a fim de identificar soluções sócio e ecologicamente adequadas aos objetivos comunicacionais, mensurar tiragens e evitar falhas na comunicação com os potenciais fornecedores.
- Prestar apoio a eventos em todas as suas etapas:
- Planejamento — etapa em que é possível auxiliar na elaboração das especificações das peças;
- Execução — auxiliando na produção dos materiais visuais ou audiovisuais;
- Análise — sugerindo formas de organizar e apresentar as

informações obtidas (visualização de dados).

- Atuar junto aos demais profissionais da Assessoria de Comunicação em campanhas de ingressos e demandas de comunicação digital (site institucional, redes sociais etc.).

- Além disso, pode prestar apoio às produções fotográficas e filmagens que visem à promoção da instituição, atuando com Direção de Arte ou contribuindo com storyboards.

Diretrizes

- A Programação Visual da Assessoria de Comunicação será responsável pelo desenvolvimento de todos os materiais gráficos relativos à Reitoria do Instituto Federal de São Paulo.

- Todo material gráfico produzido pelas Pró-reitorias deverá seguir as instruções de utilização da marca do IFSP, especificadas no Manual de Uso da Marca, disponível no site da Instituição, e mesmo quando não desenvolvidos pela Assessoria de Comunicação, esses materiais deverão passar pela validação do setor.

- A Assessoria de Comunicação estará disponível para orientar na produção de material gráfico pelos câmpus, prezando sempre pela aplicação correta da marca do instituto e manutenção da imagem institucional.

- A Programação Visual poderá desenvolver material gráfico para uso dos câmpus desde que seja para atender demandas comuns a todos os câmpus, como material para campanha de divulgação do processo seletivo ou imagens para redes sociais para eventos e datas específicas.

- Recomenda-se que ao realizar eventos institucionais – em parceria com a reitoria ou Pró-Reitorias e que envolvam todos os câmpus do instituto –, os câmpus não realizem concursos para escolha das marcas para estes eventos, ficando a Assessoria de

Comunicação à disposição dos câmpus para a elaboração do material. Ainda assim, caso opte pelo concurso, a Assessoria de Comunicação deve ser convidada a participar da banca julgadora do concurso e deve ser consultada pelo câmpus desde o processo de elaboração de seu edital. Para eventos locais, o câmpus fica responsável pelo desenvolvimento, criação e produção do material, devendo sempre seguir as especificações do manual da marca do Instituto Federal. Em caso de dúvidas, entrar em contato com a Assessoria de Comunicação para orientações.

Recursos para a programação visual

- Para que qualquer projeto da Programação Visual seja bem-sucedido (seja uma marca, uma identidade visual para um evento ou uma campanha para mídias digitais) é essencial que haja diálogo claro e preciso entre o setor que identificou a demanda e a Assessoria de Comunicação. Por isso, uma reunião inicial com a ASC se faz necessária com objetivo de elaborar um documento que defina as motivações, o público, os objetivos pretendidos, os prazos e o orçamento disponível para o projeto — a este documento damos o nome de briefing. Todo o desenvolvimento do projeto será pauta- do pelas informações deste documento e não serão executadas alterações que fujam do que foi registrado nele, por isso, é essencial que este seja o mais completo possível, evitando assim a ocorrência de soluções que não atendam as demandas do projeto.

- A organização de um banco de imagens institucional, devidamente organizado e constantemente atualizado, é de extrema importância para a promoção da imagem institucional. Imagens históricas, que retratem a infraestrutura dos câmpus, fachadas, salas de aula, áreas de convivência dos alunos (pátio, corredores, áreas verdes), salas de aula, laboratórios, oficinas, estúdios, bibliotecas, ginásios e outros ambientes de práticas esportivas, competições (esportivas ou acadêmicas), ações das pró--reitorias como congressos ou que ilustrem programas fomentados, de programas

internacionais etc., podem ser empregadas em materiais institucionais para retratar o IFSP como instituição de excelência de ensino e pesquisa. Principalmente junto ao público externo, como estudantes em potencial e seus familiares, órgãos de fomento e outras instituições de educação. Parte desse acervo pode ser produzido pelos profissionais do audiovisual da própria Assessoria de Comunicação, porém, devido ao tamanho da rede de câmpus do IFSP, faz-se necessário que os servidores dos câmpus também sejam estimulados a produzir essas imagens. Para tanto, deverão ser orientados por manuais desenvolvidos pela Assessoria de Comunicação ou por ela indicados. Vale lembrar que é extremamente importante que todas as imagens em que figuras humanas forem identificáveis estejam amparadas pelos respectivos “Termos de autorização de uso de imagem”, assinados pela pessoa ou por seu responsável legal (caso o aluno seja menor de idade).

- A fim de viabilizar a realização de eventos, congressos, recepções de delegações de outras instituições de ensino, campanhas de captação de alunos e outras atividades do Instituto, um processo de aquisição de recursos gráficos com validade pré estabelecida deverá ser elaborado pela Assessoria de Comunicação em parceria com demais setores. Esse processo deverá conter os principais itens de produção gráfica, e se possível prever flexibilidade de tiragens e escalas dos itens. Ao término de sua validade, deverá ser feito um levantamento da utilização de seus itens e, se necessário, deverão ser feitas alterações para melhor adequar seu conteúdo às demandas comunicacionais do Instituto.

4.7 AÇÕES FUTURAS

Encontros

Realizar reuniões semestrais (ou de acordo com a demanda) com os comunicadores e os diretores-gerais dos câmpus, os pró-reitores, o reitor e outros dirigentes indicados para informar as atividades realizadas pela

Assessoria de Comunicação, promover cursos de media training, realizar um plano de gestão de crise e avaliar outras demandas. As reuniões devem acontecer, preferencialmente, durante o período de realização de encontros como do Colégio de Dirigentes, de modo a facilitar o deslocamento dos servidores.

Comissão de comunicação nos câmpus

Sugere-se a constituição de uma Comissão Permanente de Comunicação em cada um dos câmpus do IFSP composta por servidores que se identifiquem com atividades relacionadas à comunicação (produção de textos, revisão, produção de imagens, postagem de conteúdo, promoção de eventos, assessoria de imprensa etc.), os quais serão treinados pelos profissionais da ASC da reitoria.

Os servidores dos câmpus podem ser identificados de acordo com sua formação, aptidão, interesse etc. Sugere-se, ainda, verificar a possibilidade de contratação de estagiários e/ou bolsistas (observando a regularidade da contratação).

É importante que o diretor-geral do câmpus, assim como os demais servidores, estejam cientes do trabalho dos servidores indicados para a comissão e se solidarizem no sentido de minimizar a demanda atribuída ao cargo dos servidores membros da comissão de modo que possam dedicar, o máximo possível do seu tempo, às atividades de comunicação.

Destaca-se que, salvo eventos pontuais, o servidor não precisará dedicar-se exclusivamente à Comissão de Comunicação.

Adequação de sites e perfis de redes sociais

Atualmente, o site institucional do IFSP e suas páginas oficiais nas redes sociais concorrem com outros sites e perfis “extraoficiais” cujo conteúdo (que em grande maioria replica conteúdo publicado no site institucional) é gerenciado pelo setor que criou o site ou o perfil.

A POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DO Conif define que:

Comunicação para resultados. A comunicação, como área estratégica, deve atuar para a obtenção de resultados, conforme os objetivos institucionais, e seu desempenho deve ser mensurado e avaliado periodicamente. Para isso, deverão ser apontados indicadores e metodologias para analisar a eficácia das estratégias, as metas projetadas e os instrumentos usados para alcançar os resultados pretendidos no planejamento das ações.

Política de Comunicação do Conif, 2018, p20.

Monitoramento e análise de mídias digitais. É necessário o crescimento planejado dos espaços institucionais nas mídias digitais sob a responsabilidade dos setores de comunicação.

A manutenção e a interatividade devem contribuir para o fortalecimento dos perfis e páginas oficiais da instituição. É imprescindível o trabalho de monitoramento para medir a presença, avaliar impactos e resultados. Para isso, a capacitação é elemento essencial como garantia de que profissionais de comunicação desempenhem adequadamente os processos de mensuração e avaliação. É preciso avaliar riscos e oportunidades dessas ações e como elas podem repercutir também na instituição. As ações de mídia digital precisam estar alinhadas em um discurso plural, voltado à diversidade e à inclusão.

Destaca-se que as ferramentas de mídias digitais apresentam características específicas e, portanto, a linguagem, o conteúdo e as imagens devem receber tratamentos adequados. Recomenda-se a adoção de um manual para as mídias digitais.

Política de Comunicação do Conif, 2018, p21.

Fica evidente, então, que a existência desse conteúdo “extraoficial” é prejudicial ao Instituto, uma vez que suas publicações podem não estar alinhadas aos objetivos institucionais; impedem o monitoramento e análise do impacto das ações e campanhas realizados nos perfis oficiais.

Dessa forma, faz-se necessária migração do conteúdo desses sites e perfis para os canais oficiais do Instituto, de maneira que, em vez de gerenciar todo um site, o setor ficaria responsável pelo conteúdo da sua página no site institucional. Assim, todo o acesso a informação ficaria concentrado no site institucional, possibilitando o monitoramento do fluxo do site.

Importante pontuar que isso não impede a existência de hotspots — sites de relevância temporária, geralmente destinados a captação de recursos, divulgação de conteúdos específicos — que deverão estar obrigatoriamente vinculados ao site institucional.

Adequação das marcas institucionais

Atualmente, diversos setores administrativos possuem marcas próprias, o que não chega a ser um problema considerando apenas a comunicação interna da instituição, porém, isso deixa de ser verdade quando se lida com a comunidade externa ao Instituto. Visando evitar que marcas de Pró-reitorias, Coordenadorias, Assessorias, Secretarias e outros setores administrativos possam ser empregadas isoladamente, ou seja, sem a presença da marca do IFSP, todas essas marcas devem ser substituídas por uma marca derivada da marca do Instituto, construída tal qual orienta o Manual de aplicação da Marca de 2015, ou seja, de maneira similar a uma marca de câmpus.

Com isso, fica garantida a presença da marca do IFSP em eventos externos, o que reforçará sua identidade e contribuirá para construção de sua reputação, conforme orienta o documento de Política De Comunicação do Conif, 2018.

Equipes regionais de comunicação

Além da composição de uma comissão de comunicação em cada câmpus, mostra-se relevante a troca de informações sobre as atividades por estas desenvolvidas em seu contexto local. Desta forma, será implementado um canal central online para comunicadores, que poderia propiciar de forma organizada este intercâmbio das soluções adotadas, registrar dúvidas e consultas à ASC e mesmo disponibilizar materiais que podem ser comuns aos outros câmpus.

Da mesma maneira, sugere-se um estudo para implementação de equipes regionais de comunicação, aproveitando os potenciais de cada comissão de comunicação estabelecida ou de profissionais da área de comunicação nos câmpus, promovendo a interação entre estes e facilitando a

comunicação por meio da complementação de suas atividades, de forma a melhor atender o contexto regional.

Aquisição de equipamentos de audiovisual

Visando possibilitar o registro de reuniões, palestras e outros eventos que ocorram nos câmpus, além de viabilizar a captação de imagens que irão compor o banco de imagens da rede, um processo de aquisição de equipamentos de audiovisual será elaborado pela Assessoria de Comunicação em parceria com de- mais setores. Para auxiliar na capacitação dos servidores que irão operar esses equipamentos, manuais de boas práticas, videoaulas e treinamentos deverão ser elaborados pela ASC. Além disso, faz-se necessária a aquisição de programas de computador, com recursos adequados para edição e exportação dessa produção, que sejam compatíveis aos utilizados pela ASC e demais câmpus da rede.

4.8 ORIENTAÇÕES GERAIS AOS COMUNICADORES DOS CÂMPUS

Os comunicadores ou comissões de comunicação dos câmpus do IFSP devem estar atentos às mudanças de endereço, de telefone e de cursos ofertados para que sejam atualizados no menu “câmpus” do site institucional. Todos os câmpus devem, obrigatoriamente, seguir o modelo do site institucional, definido pelo Governo Federal.

No site dos câmpus devem ser divulgadas as informações sobre os cursos ofertados, sendo o modelo para cursos superiores previsto na Lei nº 9.394, de 20.12.1996 (Art. 47, § 1º) extensível aos demais cursos.

É importante que os câmpus divulguem entre sua comunidade, interna e externa, o nome e a pronúncia correta do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP). Quando informada a sigla da Instituição, cada uma das letras deve ser pronunciada individualmente. Como o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia está presente em todos os estados brasileiros, também podemos reforçar a marca IF e complementar

utilizando o nome do seu estado. Dessa forma, outra maneira de dizer o nome correto da Instituição é “IF São Paulo”; “IF Santa Catarina” e assim por diante. A unidade do IFSP deve levar sua nomenclatura. Ex: Câmpus Araraquara do IF São Paulo ou IF São Paulo — Câmpus Araraquara. Evitar falar, por exemplo, IF Araraquara. Devemos lembrar que o IFSP não é “ifesp”, “ifisp” e há muito deixou de ser “Escola Técnica” ou “CEFET”.

Material de divulgação e brindes: pastas, blocos de anotação, canetas, canecas, sacolas, entre outros materiais usados para divulgação dos câmpus devem constar na programação orçamentária dos câmpus e ser licitados pelos próprios câmpus. A arte dos produtos, mesmo quando produzidos por terceiros, deve seguir o manual de identidade visual do IFSP, disponível no portal institucional.

5. ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS

A Gestão de Pessoas ocupa uma posição estratégica no IFSP e é responsável pelas atividades de planejamento, organização, supervisão, execução e a avaliação da política de gestão de pessoas envolvendo os seguintes processos:

- **Seleção e Admissão de Pessoal:** Considerando as necessidades setoriais, a seleção de pessoal avaliará as necessidades futuras de postos de trabalho, com objetivo de suprir o quadro de servidores com cargos adequados, de acordo com as políticas de gestão de pessoas e o planejamento institucional. A admissão será realizada com base na legislação específica de cada Plano de Carreira, nas competências (conhecimentos, habilidades e atitudes) de cada candidato e na demanda do IFSP. Promoveremos um programa de dimensionamento das necessidades institucionais de pessoal no âmbito do IFSP.

- **Administração de Pessoal, Cadastro e Pagamento:** Serão realizados de acordo com as normas, legislações e diretrizes vigentes.

- **Capacitação/Qualificação:** Propor através de ações de capacitação e qualificação, o desenvolvimento de um quadro de servidores com as competências necessárias para atender as necessidades institucionais e organizacionais, de modo a garantir o alcance dos objetivos e metas estabelecidos no planejamento estratégico.

- **Benefícios, Pensão e Aposentadoria:** Estas ações serão baseadas nas legislações, normas e diretrizes vigentes. Há o propósito de promover um programa de preparação para a aposentadoria aos servidores.

- **Atenção e Promoção à Saúde do Servidor e Qualidade de Vida:** Promover planos e ações voltados a promoção da saúde e da melhoria da qualidade de vida dos servidores.

- **Movimentação:** Traçar diretrizes para movimentação de servidores através de editais, buscando a padronização dos processos existentes.

A política de pessoal das Carreiras Docente e Técnico-Administrativa em Educação do IFSP segue as normatizações do Serviço Público Federal,

estabelecidas por Atos Normativos e Atos Autorizativos, expedidos pelo Governo e seus Ministérios: da Educação (MEC) e do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG).

O quadro de pessoal é composto por 4.413 servidores efetivos das Carreiras de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) e de Técnico-Administrativo em Educação (TAE), distribuídos nos Câmpus e Reitoria.

5.1 Critérios de Seleção e Contratação

5.1.1 – Contratação de Professores:

O IFSP possui duas formas de ingresso em seu quadro docente. Para professores efetivos se dá por intermédio da realização de Concurso Público de Provas e Títulos e para os professores substitutos há o processo seletivo simplificado.

A seleção de candidatos para o cargo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico ocorre mediante concurso público de provas e títulos, que compreende as provas escritas, de desempenho didático e de títulos. A primeira compõe-se de um conjunto de questões elaboradas de acordo com a área de atuação do docente; a segunda avalia a atuação didático-pedagógica em sala de aula; e a terceira visa pontuar a experiência profissional e a formação acadêmica.

Quanto a contratação de professores substitutos do IFSP, está regida pela Lei nº 8.745 de 09/12/1993, Decreto nº 7.312 de 22/09/2010, e suas alterações. De acordo com a legislação, tal modalidade de contratação é utilizada em caráter excepcional e temporário, para suprir a falta de docentes do quadro de pessoal efetivo podendo ser empregada apenas nos seguintes casos:

- I. Vacância.
- II. Licença por motivo de afastamento do cônjuge.
- III. Licença para o serviço militar.
- IV. Licença para o desempenho de mandato classista.
- V. Afastamento para estudo ou missão no exterior.

- VI. Afastamento para servir em organismo internacional.
- VII. Afastamento para participação em programa de pós-graduação stricto sensu no país.
- VIII. Licença à servidora gestante.
- IX. Licença para tratar de interesses particulares.
- X. Afastamento para servir a outro órgão ou entidade.
- XI. Afastamento para exercício em mandato eletivo.
- XII. Licença para tratamento de saúde.
- XIII. Nomeação para ocupar cargo de direção de reitor, pró-reitor e diretor geral de Câmpus.

De acordo com a legislação vigente, o número de professores substitutos não pode ultrapassar o percentual de 20% do número de efetivos do quadro.

O ingresso dos professores substitutos ocorre mediante aprovação em Processo Seletivo Simplificado, a seleção inclui prova de desempenho didático, que é elaborado conforme necessidade específica de cada Câmpus. O contrato do professor substituto não pode ultrapassar a vigência de 24 meses, e seu regime de trabalho limita-se a 20 ou 40 horas semanais.

5.1.2 – Contratação de Técnicos Administrativos:

A seleção para ingresso na Carreira dos Técnicos Administrativos em Educação do IFSP ocorre por Concurso Público de prova objetiva, composta por questões elaboradas em conformidade com o conhecimento necessário ao desempenho das funções que o cargo demanda.

A prova objetiva avalia os conhecimentos específicos relacionados à área de atuação profissional e são cobrados conhecimentos gerais, de legislação e de Língua Portuguesa.

As escolaridades exigidas para investidura nos cargos da Carreira de Técnico Administrativo em Educação são diferenciadas e especificado conforme os níveis de classificação estabelecido para os cargos pela Lei nº 11.233 de

22/12/2005:

- Nível C – exigência do nível fundamental ou médio.
- Nível D – exigência de nível médio.
- Nível E – exigência equivalente ao nível superior.

A divisão dos códigos de vagas para os Câmpus e Reitoria, utiliza-se os critérios estabelecidos pela Portaria n° 246 de 15/04/2016 que dispõe sobre a criação do modelo de dimensionamento de cargos efetivos no âmbito dos Institutos Federais e do Colégio Pedro II e as Portarias Interministeriais n° 60 e 61 de 29/03/2018 onde trata dos fatores do banco de professor-equivalente (BPEq) do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e o quantitativo de cargos efetivos do Quadro de Lotação dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, níveis de classificação “C”, “D” e “E” dos Institutos Federais, CEFETs e Colégio Pedro II.

5.2. Vagas destinadas a candidatos com deficiência

Aos candidatos que se declararem pessoas com deficiência é prevista a reserva de 5% das vagas existentes e a serem criadas durante o prazo de validade do concurso público.

Às pessoas com deficiência que participam do Concurso Público são asseguradas as condições especiais previstas no Decreto n° 3.295/1999, em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos requisitos para o cargo, ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para a aprovação.

É reservado 20% das vagas existentes e das que vierem a vagar ou forem criadas no prazo de validade do concurso a pessoas com deficiência. Para todos os cargos a ocupação dar-se-á de forma alternada com a lista de classificados.

5.3 Vagas destinadas aos candidatos autodeclarados negros

Aos candidatos negros são reservados 20% das vagas ofertadas em concursos públicos . Para concorrer, o interessado se autodeclara preto ou pardo, conforme quesito cor ou raça utilizado pelo Instituto Brasileiro de

Geografia e Estatística – IBGE, assinalando esta opção no ato da inscrição. Ressaltamos que os candidatos concorrem concomitantemente às vagas reservadas e às de ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no concurso.

Caso sejam aprovados nas vagas reservadas, os candidatos autodeclarados negros participam de Processo de Aferição da Veracidade da Autodeclaração prestada na inscrição . Tal procedimento é realizado por uma comissão designada pelo reitor. Na aferição são considerados, tão somente, os aspectos fenotípicos do candidato. Esse procedimento visa a ocupação das vagas a quem é de direito e está de acordo com a Portaria Normativa SGP Nº 4 DE 06/04/2018.

A admissão dos servidores efetivos ocorre por meio de nomeação publicada no Diário Oficial da União (DOU) conforme a disponibilidade das vagas, por ordem de classificação, obedecendo a alternância entre as vagas destinadas aos candidatos negros e aos deficientes.

5.4 PERFIL DOS DOCENTES

5.4.1 COMPOSIÇÃO

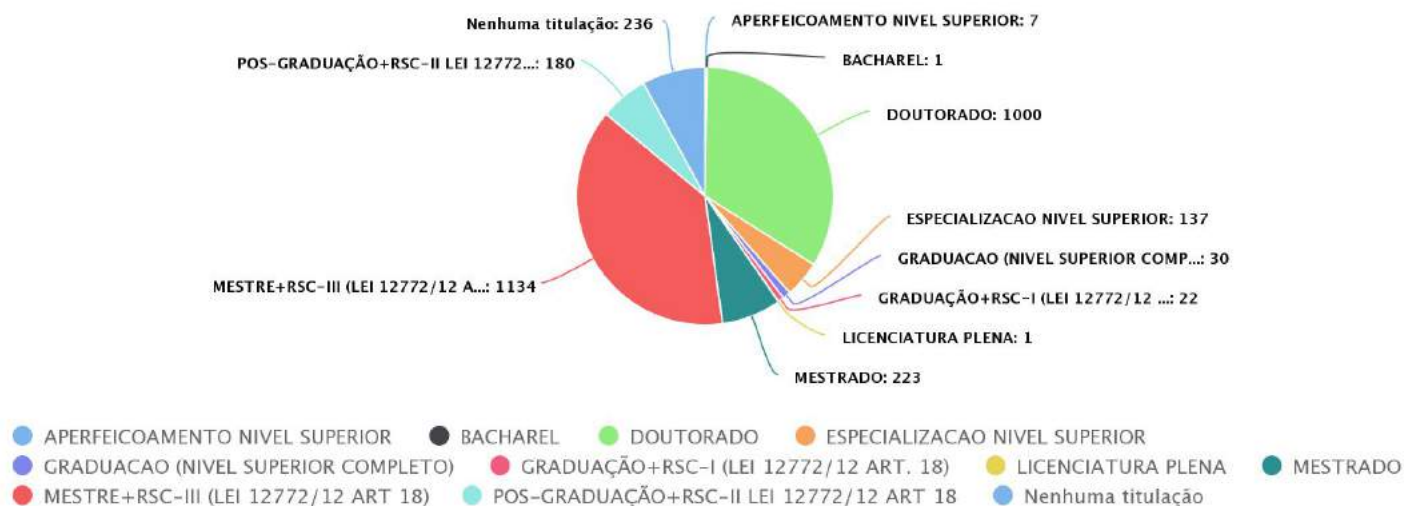
O modelo de dimensionamento de cargos efetivos dos Institutos Federais está definido pela Portaria Ministerial nº 60 de 29/03/2018, sendo previsto 3.180 Professores do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico para o IFSP.

O Corpo Docente do IFSP, de acordo com os dados coletados no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE), em novembro de 2018, é composto de 2.572 Professores de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.

Figura 57: titulação dos servidores docentes do IFSP.

Titulação de Servidores

Contabilizando ativos permanentes, cedidos e temporários



Fonte: Sistema Unificado de Administração Pública - SUAP

Conforme representação do quadro acima, a maioria dos docentes efetivos possuem título de mestre.

Quanto a titulação o quadro de docentes do IFSP dispõe de 1000 professores doutores, 1357 mestres e 317 especialistas.

Com relação ao regime de trabalho, a maioria dos docentes são dedicação exclusiva, conforme tabela abaixo.

Quadro 57: regime de trabalho dos docentes do IFSP.

Ano	Dedicação Exclusiva	40 horas	20 horas	TOTAL
2018	2.459	64	19	2.542

Fonte: Sistema Unificado de Administração Pública - SUAP

5.4.2 PLANO DE CARREIRA

O desenvolvimento na Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico ocorre mediante progressão funcional e promoção, em

conformidade no disposto na Lei nº 12.772, de 28/12/12. O plano estabelece cinco classes de promoção: D I; D II; D III; D IV; e Titular, cada uma composta por níveis de progressão.

Quadro 58: classes e níveis da carreira do magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.

Classes e níveis da carreira de magistério do Ensino, Básico, Técnico e Tecnológico		
CARGO	CLASSE	NÍVEL
PROFESSOR DO ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO	Titular	1
	D IV	4
		3
		2
		1
	D III	4
		3
		2
		1
	D II	2
		1
	D I	2
		1

Fonte: Anexo I da Lei nº 12.772, de 28/12/2012.

A progressão é a passagem do servidor para o nível de vencimento imediatamente superior dentro de uma mesma classe.

Para a progressão, os critérios a serem observados cumulativamente são:

- a) O cumprimento do interstício de 24 meses de efetivo exercício em cada nível e;
- b) A aprovação em avaliação de desempenho individual.

Já a promoção é a passagem do servidor de uma classe para a outra subsequente. A promoção ocorrerá observados o interstício mínimo de 24 meses

no último nível de cada classe antecedente aquela para a qual se dará a promoção e, ainda, as seguintes condições:

Para as Classes D II, D III e D IV: ser aprovado em processo de avaliação de desempenho individual;

Para a Classe Titular:

- a) Possuir o título de doutor;
- b) Ser aprovado em processo de avaliação de desempenho; e
- c) Lograr aprovação de memorial que deverá considerar as atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica e produção profissional relevante, ou de defesa de tese acadêmica específica.

Há ainda a possibilidade de aceleração da promoção aos docentes aprovados em estágio probatório do respectivo cargo, independentemente do cumprimento de interstício, e que atendam aos requisitos de titulação estabelecidos na legislação:

- a) De qualquer nível da Classe D I para o nível 1 da Classe D II, mediante apresentação de título de especialista; e
- b) De qualquer nível das Classes D I e D II para o nível I da classe D III, mediante apresentação de título de mestre ou doutor.

A carreira docente prevê a concessão da Retribuição por Titulação (RT), que se trata de uma gratificação devida aos professores em conformidade com a jornada de trabalho, classe, nível e titulação comprovada, independentemente de cumprimento de interstício.

O requisito básico para concessão do benefício é a obtenção da titulação exigida em cada fase da progressão (aperfeiçoamento, especialização, mestrado ou doutorado), sendo o valor da RT considerado no cálculo dos proventos de aposentadoria e das pensões do servidor.

Há também o Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC), que se trata de um processo de avaliação no qual são reconhecidos os conhecimentos e habilidades dos docentes desenvolvidos a partir da experiência individual e profissional, bem como no exercício das atividades realizadas.

Refere-se a uma gratificação financeira adicional, definida como base na equivalência do título acadêmico apresentado como parâmetro para a avaliação. A equivalência do RSC com a titulação ocorre em três níveis:

- a) Diploma de graduação somado ao RSC-I equivale à titulação de especialização;
- b) Diploma de pós-graduação lato sensu somado ao RSC-II equivale à mestrado e;
- c) Diploma de mestre somado ao RSC-III equivale à doutorado.

O docente do IFSP, ocupante de cargo efetivo do Plano de Carreiras e Cargos do Magistério Federal, será submetido a um dos seguintes regimes de trabalho:

- I. 40 horas semanais de trabalho, em tempo integral, com dedicação exclusiva, às atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional; ou
- II. Tempo parcial de 20 horas semanais de trabalho.

Excepcionalmente, o IFSP poderá, mediante aprovação de órgão colegiado superior competente, admitir a adoção de 40 horas semanais de trabalho, em tempo integral, observando dois turnos diários completos, sem dedicação exclusiva, para áreas com características específicas.

O regime de 40 horas com dedicação exclusiva implica o impedimento do exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada, com as exceções previstas em lei.

Os docentes em regime de 20 horas poderão ser temporariamente vinculados ao regime de 40 horas sem dedicação exclusiva após a verificação de inexistência de acúmulo de cargos e da existência de recursos orçamentários e financeiros para as despesas decorrentes da alteração do regime, considerando-se o caráter especial da atribuição do regime de 40 horas sem dedicação exclusiva, nas seguintes hipóteses:

- I. Ocupação de cargo de direção, função gratificada ou função de coordenação de cursos; ou
- II. Participação em outras ações de interesse institucional definidas

pelo conselho superior da Instituição Federal de Ensino.

5.4.3 PROCEDIMENTOS PARA SUBSTITUIÇÃO DOS PROFESSORES DO QUADRO

A substituição eventual dos professores do quadro acontece pela contratação de docentes substitutos para atender necessidade temporária. Essa contratação ocorre em razão de vacância do cargo, afastamento, licença ou nomeação do docente efetivo para os cargos de reitor, pró-reitor e diretor-geral de câmpus.

Em consonância com a legislação, o número de professores substitutos não pode ultrapassar 20% do número de professores efetivos em exercício do quadro.

A seleção de professores substitutos é realizada mediante processo seletivo simplificado, de acordo com a demanda dos Câmpus.

5.4.4 PLANO DE EXPANSÃO

A expansão do corpo docente depende das políticas e diretrizes do Governo Federal. Para atender nos próximos cinco anos o crescimento do IFSP, é necessário ampliar o quadro de pessoal docente, com base no dimensionamento estabelecido pelo Ministério da Educação (MEC), o que dependerá da liberação de códigos de vagas para contratação.

Priorizaremos à admissão de professores pelo regime de 40 horas semanais com dedicação exclusiva, pretendemos elevar o número de professores doutores adotando políticas de qualificação para que obtenham está titulação. E iremos elaborar um Programa de Recepção de Docentes em consonância com o Inciso V do Art. 24 da Lei nº 12.772/2012.

Com o objetivo de incorporar docentes com comprovada experiência em áreas estratégicas vinculadas ao desenvolvimento nacional, à inovação e à competitividade, de modo a promover a articulação com o mercado de trabalho normatizaremos a contratação de professores visitantes e professores visitantes estrangeiro.

5.5 PERFIL DOS SERVIDORES TÉCNICO- ADMINISTRATIVOS

5.5.1 COMPOSIÇÃO

O dimensionamento dos cargos efetivos da Carreira dos Técnico-Administrativos no IFSP está definido em Portaria Ministerial nº 61 de 29/03/18 do Ministério da Educação, sendo previsto 2.062 Técnico-Administrativos em Educação para o IFSP, dos quais 694 são de cargo de nível superior (classe E), 963 cargos de nível intermediário (classe D) e 92 cargos de nível auxiliar (classe C).

De acordo com os dados coletados no Sistema Unificado de Administração Pública – SUAP, em novembro de 2018, o corpo Técnico-Administrativo em Educação do IFSP é composto por 1.841 servidores, distribuídos pelos Câmpus e Reitoria.

Quadro 59: distribuição dos servidores técnicos-administrativos quanto ao nível.

Ano	Nível A	Nível B	Nível C	Nível D	Nível E	TOTAL
2018	3	6	333	862	637	1.841

Fonte: Sistema Unificado de Administração Pública - SUAP

Quanto a titulação o quadro de Técnico-Administrativos em Educação do IFSP dispõe de 39 doutores, 247 mestres e 773 especialistas. Conforme representação do quadro a maioria dos servidores técnico-administrativos são especialistas.

Figura 58: titulação dos servidores técnico-administrativos do IFSP.



Fonte: Sistema Unificado de Administração Pública – SUAP.

5.5.2 PLANO DE CARREIRA

O plano de Carreira dos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE) está disciplinado pela Lei nº 11.091/2005, atualizado pela Lei nº 12.772/2012, a carreira está organizada em cinco níveis de classificação (A, B, C, D e E), sendo que cada classes está dividida em quatro níveis de capacitação (I, II, III e IV) e estes contendo 16 padrões de vencimento básico cada.

O desenvolvimento na carreira dar-se-á, exclusivamente, pela mudança de nível de capacitação e de padrão de vencimento mediante Progressão por Capacitação Profissional ou Progressão por Mérito Profissional, respectivamente.

A Progressão por Mérito Profissional é a mudança para o padrão de vencimento imediatamente subsequente, a cada 18 meses de efetivo exercício, desde que o servidor apresente resultado positivo fixado em programa de avaliação de desempenho.

A Progressão por Capacitação Profissional é a mudança de nível de capacitação, no mesmo cargo e nível de classificação, decorrente da obtenção, pelo servidor, de certificação em programa de capacitação profissional

compatível com o cargo ocupado, com o ambiente organizacional e com a carga horária mínima exigida, respeitado o interstício de 18 meses, de acordo com o Anexo XVI da Lei nº 12.772/2012.

O servidor que fizer jus à Progressão por Capacitação Profissional será posicionado no nível de capacitação subsequente, no mesmo nível de classificação, em padrão de vencimento na mesma posição relativa a que ocupava anteriormente.

No cumprimento dos critérios estabelecidos no Anexo XVI da Lei nº 12.772/2012, é permitido o somatório de cargas horárias de cursos realizados pelo servidor durante a permanência no nível de capacitação em que se encontra e da carga horária que excedeu à exigência para progressão no interstício do nível anterior, vedado o aproveitamento de cursos com carga horária inferior a vinte horas-aula.

A mudança de nível de capacitação e de padrão de vencimento não acarretará mudança de nível de classificação. Aos servidores titulares de cargos de Nível de Classificação “E”, a conclusão, com aproveitamento, na condição de aluno regular, de disciplinas isoladas, que tenham relação direta com as atividades inerente ao cargo do servidor, em cursos de mestrado e doutorado reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC), desde que devidamente comprovada, poderá ser considerada como certificação em Programa de Capacitação para fins de Progressão por Capacitação Profissional, conforme disciplinados em ato do Ministro da Educação.

É devido o Incentivo à Qualificação aos servidor que possuir educação formal superior ao exigido para o cargo de que é titular. O Incentivo à Qualificação terá por base o percentual calculado sobre o padrão de vencimento percebido pelo servidor, na forma do item b do Anexo XVII da Lei nº 12.772/2012, observado os seguintes critérios:

I. Aquisição de título em área de conhecimento com relação direta ao ambiente organizacional de atuação do servidor ensejará maior percentual na fixação do Incentivo à Qualificação do que em área de conhecimento com relação indireta; e

II. Obtenção dos certificados relativos ao ensino fundamental e ao

ensino médio, quando excederem a exigência de escolaridade mínima para o cargo do qual o servidor é titular, será considerada, para efeito de pagamento do Incentivo à Qualificação, como conhecimento relacionado diretamente ao ambiente organizacional.

Os percentuais de Incentivo à Qualificação não são acumuláveis e serão incorporados aos respectivos proventos de aposentadoria e pensão. Ainda, o Incentivo à Qualificação somente integrará os proventos de aposentadoria e as pensões quando os certificados considerados para a sua concessão tiverem sido obtidos até a data em que se deu a aposentadoria ou a instituição da pensão.

Para fins de concessão do Incentivo à Qualificação, deverão ser respeitadas as áreas de conhecimento relacionadas direta e indiretamente ao ambiente organizacional, cujos critérios e processos de validação dos certificados e títulos estão dispostos no Decreto nº 5824/2006.

5.5.3 Plano de Expansão

A expansão, nos próximos cinco anos, do quadro de técnico-administrativos em educação no IFSP dependerá das políticas e diretrizes do Governo Federal, com base no dimensionamento estabelecido pelo Ministério da Educação (MEC), o que dependerá da liberação de códigos de vagas para contratação.

5.5.4. CISTA (Comissão Interna de Supervisão do PCCTAE)

A Comissão Interna de Supervisão do PCCTAE – CISTA – foi criada para atender ao disposto no Artigo 22, § 3º, da Lei nº. 11.091, de 12 de janeiro de 2005, alterada pela Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005, e pela Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, tendo sido instituída pela Portaria nº. 2.519, de 15 de julho de 2005, e pela Portaria nº 2.562, de 21 de julho de 2005. A CISTA é autônoma e vinculada à Comissão Nacional de Supervisão (CNS) do Ministério de Estado da Educação. A Comissão é composta por representantes dos servidores integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE, eleitos entre seus pares, ativos, no âmbito do IFSP.

Eleitos de forma direta pelos técnicos administrativos, os seis representantes da Instituição possuem mandato de três anos, e é composta pelo colegiado, coordenador, coordenador adjunto e secretário. Atualmente a comissão é composta de 6 (seis) servidores técnico-administrativos, 3 (três) titulares e 3 (três) suplentes. A Comissão se reúne periodicamente e sua regularidade depende das necessidades, para tratar de temas relacionados à Carreira dos servidores, além de ter representação e participação em diferentes comissões e grupos instituídos no âmbito do IFSP, particularmente aqueles ligados à Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional - PRD. A CISTA pode auxiliar os servidores em diferentes aspectos da carreira, tais como: concurso público, estágio probatório, capacitação e qualificação (incluindo afastamentos no e do país), correlação de áreas do conhecimento para fins de concessão de incentivo à qualificação ou progressão por capacitação profissional, avaliação de desempenho, progressão por mérito profissional, dados e informações sobre a carreira e o PCCTAE, dentre outros. A Comissão tem também um caráter que é eminentemente propositivo, considerando que o exame continuado dos diferentes aspectos e das inter-relações do PCCTAE com as políticas e ações institucionais de recursos humanos tem, como consequência necessária, a apresentação de análises, propostas, sugestões, projetos, etc., com objetivo de aprimorar/qualificar tanto o próprio PCCTAE como as próprias políticas/ações na área de recursos humanos, no âmbito do IFSP.

Atribuições da CISTA:

I – Assessorar, acompanhar, supervisionar, opinar e emitir parecer nos assuntos concernentes a: a) Redimensionamento da força de trabalho e distribuição de vagas de servidores técnico-administrativos do IFSP; b) Concursos públicos para admissão de servidores técnico-administrativos; c) Avaliações de estágio probatório de servidores técnico-administrativos nomeados e efetivações nos cargos; d) Dispensas, exceto as voluntárias, afastamentos, readaptações, movimentações, remoções e redistribuições de servidores técnico-administrativos; e) Licenças e afastamentos de servidores técnico-administrativos para o desenvolvimento de cursos e programas de capacitação e aperfeiçoamento; f) Avaliações de desempenho e progressões funcionais dos servidores técnico-administrativos; g) Participação nas políticas

de capacitação; h) Emissão de pareceres sobre recursos interpostos por servidores técnico-administrativos, quando a decisão couber ao Reitor do IFSP e ao Conselho Superior. i) assessorar e acompanhar a elaboração de propostas de política de pessoal técnico-administrativo do IFSP, sua modificação e aperfeiçoamento; j). Assessorar e acompanhar o planejamento de programas de capacitação e aperfeiçoamento e sua execução; l) Desenvolver estudos e apresentar propostas para subsidiar a elaboração, o aperfeiçoamento ou a modificação da política de pessoal técnico-administrativo do IFSP ou dos programas de capacitação e aperfeiçoamento; m) Definir e propor critérios de caráter geral, necessários à elaboração das normas específicas de realização dos concursos públicos para admissão de servidores técnico-administrativos; n) Propor a alteração deste Regimento, mediante o voto de 2/3 (dois terços) dos membros do Colegiado, para aprovação do Conselho Superior.

Cabe ainda à CISTA, cumprir o estabelecido nas Portarias nº 2.519, de 15 de julho de 2005, e nº 2.562, de 21 de julho de 2005, do MEC, de acordo com o disposto no artigo 19 da Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, conforme segue:

I - acompanhar a implantação do plano de carreira em todas as suas etapas, bem como o trabalho da Comissão de Enquadramento;

II - auxiliar a área de pessoal, bem como os servidores, quanto ao Plano de Carreira dos Cargos TécnicoAdministrativos em Educação – PCCTAE;

III - fiscalizar e avaliar a implementação do plano de carreira no âmbito do IFSP;

IV - propor à Comissão Nacional de Supervisão as alterações necessárias para o aprimoramento do plano;

V - apresentar propostas e fiscalizar a elaboração e a execução do Plano de Desenvolvimento de Pessoal do IFSP e de seus programas de capacitação, de avaliação e de dimensionamento das necessidades de pessoal e do modelo de alocação de vagas;

VI - avaliar, anualmente, as propostas de lotação da instituição federal de ensino, conforme o inciso I do § 1º do art. 24 da Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005;

VII - acompanhar o processo de identificação dos ambientes organizacionais do IFSP proposto pela área de pessoal, bem como os cargos que integram esses ambientes;

VIII - examinar os casos omissos referentes ao plano de carreira e encaminhá-los à Comissão Nacional de Supervisão – CNS.

Propostas – Ações futuras:

- Levantamento dos ambientes Organizacionais dentro do IFSP, iremos detalhar os ambientes mais adequados para cada cargo de acordo com as suas atribuições;

- Melhoria da comunicação entre CISTA e demais servidores, através de canais de comunicação como site, redes sociais e encontros de TAES;

- Levantamento dos servidores que possuem mais de 3 anos de serviço público no IFSP e ainda não tiveram nenhuma Progressão por Capacitação Profissional no PCCTAE o objetivo desse trabalho é orientar os servidores sobre a importância da Progressão e auxiliar as CGP's nesse trabalho;

- Realização de oficinas mensais em cada Campus do IFSP, objetivo é tratar de temas como: a carreira PCCTAE, cursos para progressões, satisfação e melhorias no ambiente organizacional entre outros assuntos;

- Realização de levantamentos com a comunidade, sobre temas de cursos que poderemos ofertar para capacitação, este levantamento será feito através de enquetes e iremos abrir um período para recebermos as sugestões por e-mail.

5.6 Dimensionamento das Necessidade Institucionais de Pessoal

O quadro de servidores Técnico-Administrativos do IFSP tem um aumento significativo devido a expansão da instituição. Verificou-se que o IFSP, não elaborou formalmente uma proposta de implementação do dimensionamento de pessoal.

Nota-se a necessidade de criar ferramentas com critérios claros e objetivos para a construção de uma matriz de alocação de cargos e para a

criação de critérios para a distribuição de vagas no IFSP.

Conforme disposto no Art 6º do Decreto nº 5.825 de 29/06/2006 está normativa deverá ser organizada mediante a análise do quadro de pessoal do IFSP, composição etária e à saúde ocupacional, análise da estrutura organizacional e suas competências, análise de processos e condições de trabalho e das condições tecnológicas. Estas etapas estão previstas no caput do artigo:

Art. 6º O dimensionamento das necessidades institucionais de pessoal, objetivando estabelecer a matriz de alocação de cargos e definir os critérios de distribuição de vagas, dar-se-á mediante:

I - a análise do quadro de pessoal, inclusive no que se refere à composição etária e à saúde ocupacional;

II - a análise da estrutura organizacional da IFE e suas competências;

III - a análise dos processos e condições de trabalho; e

IV - as condições tecnológicas da IFE.

Parágrafo único. Para o cumprimento do estabelecido no caput, deverão ser adotadas as seguintes ações:

I - identificação da força de trabalho da IFE e sua composição, conforme estabelecido neste Decreto;

II - descrição das atividades dos setores em relação aos ambientes organizacionais e à força de trabalho;

III - descrição das condições tecnológicas e de trabalho;

IV - identificação da forma de planejamento, avaliação e do nível de capacitação da força de trabalho da IFE;

V - análise dos processos de trabalho com indicação das necessidades de racionalização, democratização e adaptação às inovações tecnológicas;

VI - identificação da necessidade de redefinição da estrutura organizacional e das competências das unidades da IFE;

VII - aplicação da matriz de alocação de cargos e demais critérios para o estabelecimento da real necessidade de força de trabalho;

VIII - comparação entre a força de trabalho existente e a necessidade identificada, de forma a propor ajustes;

IX - remanejamento interno de pessoal com vistas ao ajuste da força de trabalho à matriz de alocação de cargos; e

X - identificação da necessidade de realização de concurso público, a fim de atender às demandas institucionais.

6 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA INSTITUIÇÃO

6.1 Política de Gestão

ADMINISTRAÇÃO DO IFSP

A Administração do IFSP, sob a coordenação, supervisão e controle da Reitoria, far-se-á pela articulação entre esta, os *câmpus* e demais órgãos de apoio do Instituto.

O IFSP rege-se pela Lei nº. 11.892, de 29/12/2008, pela legislação federal e pelos seguintes instrumentos normativos:

- I. Estatuto;
- II. Regimento Geral;
- III. Regimento dos câmpus;
- IV. Atos Administrativos do IFSP.

Os Atos Administrativos do IFSP obedecerão à forma de:

- I. Resolução;
- II. Parecer;
- III. Portaria;
- IV. Instrução Normativa;
- V. Comunicado.

Onde:

- A Resolução é instrumento expedido pelo Reitor, em razão de sua atribuição, na qualidade de presidente do Conselho Superior, e decorre de parecer emitido por instância subordinada ou da necessidade de normatização acadêmica e administrativa.
- O Parecer é o instrumento expedido pelos órgãos colegiados, Reitor, Pró-Reitores ou Diretores-Gerais, sobre matéria de sua competência.

- A Portaria é instrumento pelo qual o Reitor e os Diretores-Gerais dos *câmpus*, mediante delegação de competência, em razão de suas respectivas atribuições, dispõem sobre a gestão acadêmica e administrativa.
- A Instrução Normativa é instrumento expedido pelos Pró-Reitores ou pelos Diretores-Gerais e tem como finalidade regulamentar ou implantar o estabelecido em resoluções, portarias ou normas externas, não podendo transpor, inovar ou modificar seu texto.
- O Comunicado é o instrumento pelo qual a Administração avisa ou informa oficialmente as comunidades interna ou externa acerca de fatos ou decisões relevantes.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL COM AS INSTÂNCIAS DE DECISÃO

São órgãos da Administração do IFSP:

- I. Órgãos Superiores:
 - a) Conselho Superior:
 - 1) Órgão de Controle: Unidade de Auditoria Interna;
 - 2) Comitê Técnico-Profissional.
 - b) Colégio de Dirigentes.
- II. Órgãos Colegiados:
 - a) Conselho de Ensino;
 - b) Conselho de Pesquisa e Inovação;
 - c) Conselho de Extensão.
- III. Órgãos Executivos:
 - a) Reitoria:
 - 1) Gabinete;
 - 2) Assessorias;
 - 3) Procuradoria Jurídica.
 - b) Órgãos de Apoio;
 - c) Pró-Reitorias;
 - d) Ouvidoria;
 - e) Comissão de Ética.

IV. Órgãos Descentralizados:

- a) Câmpus, para fins da legislação educacional, são considerados sedes:
 - 1) Órgão Superior do Câmpus: Conselho de *Câmpus*;
 - 2) Órgão Executivo: Diretoria-Geral.
- b) *Câmpus* Avançados;
- c) Polos de Educação a Distância;
- d) Núcleos Avançados;

6.2 Ações de participação, transparência e divulgação das informações

O Instituto Federal de São Paulo (IFSP) se relaciona com seus usuários por meio de instâncias como o Conselho Superior (Consup) e Conselhos de Câmpus (Concam), além de utilizar canais de comunicação físicos como atendimento presencial nos setores da Reitoria por meio do Gabinete da Reitoria e Pró-reitorias, bem como pela Ouvidoria-Geral e pelo Serviço de Informação ao Cidadão e câmpus do IFSP, por meio das Direções-Gerais e demais setores; e também os digitais, como site institucional, telefones e e-mails institucionais, bem como os Sistemas de Ouvidorias do Poder Executivo Federal (e-OUV) e do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC).

A Ouvidoria-Geral do IFSP é membro integrante do Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal (e-Ouv), sistema que prioritariamente congrega os atendimentos em ouvidoria referentes a solicitações, elogios, sugestões, reclamações, denúncias e agora também do Simplifique, mecanismo que tem a finalidade de promover a participação dos usuários de serviços públicos nos processos de simplificação e desburocratização de serviços, nos termos do art. 13 do Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017.

As demandas do Simplifique são gerenciadas pela Ouvidoria do IFSP, que analisa e delibera sobre os pedidos junto ao Comitê de Desburocratização (Coped). Devido ao fato desse serviço ter sido implantado em 2018, ainda não há dados que colaborem na construção desse relatório referente ao exercício de 2017.

Junto à Ouvidoria-Geral funciona simbioticamente o Serviço de

Informação ao Cidadão (SIC), responsável pelo acesso às informações públicas do IFSP em acordo com a Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação). O SIC/IFSP recebe os pedidos de acesso à informação, prioritariamente, através do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC). A utilização de canais digitais garante ao usuário maior praticidade, agilidade, acessibilidade e sustentabilidade no tratamento de suas demandas legítimas perante ao IFSP ou qualquer outro órgão público das diversas esferas. Isso tem colaborado para o aumento gradativo da participação dos usuários que o IFSP atende ano após ano, garantindo um aprimoramento constante da instituição.

6.2.1 Canais de acesso do cidadão

O Instituto Federal de São Paulo (IFSP) dispõe de canais físicos e digitais para a comunicação entre usuários e instituição, seja em relação aos serviços prestados ou para comunicação de modo geral. Quanto à comunicação, o IFSP dispõe de atendimento presencial na Reitoria e Câmpus, bem como disponibiliza canais digitais como e-mails institucionais, ramais telefônicos, site institucional e canais oficiais do Governo Federal, como o e-OUV (acesso à Ouvidoria do IFSP) e o e-SIC (acesso ao Serviço de Informação ao Cidadão no IFSP).

Na Reitoria do IFSP há a Sala da Cidadania, onde estão alocados os serviços de Ouvidoria Geral e Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), além de ser espaço para as discussões da Política de Participação Social (PPSI), Inovação na Gestão Pública (Inova).

A Sala da Cidadania agrega:

<http://www.ifsp.edu.br/cidadania/>

Telefones: [\(11\) 3775-4600](tel:(11)3775-4600) e 3775-4597

I-Ouvidoria –OUV;

<http://www.ifsp.edu.br/ouvidoria/>

ouvidoria@ifsp.edu.br

II-Serviço de informação ao Cidadão –SIC;

<http://www.ifsp.edu.br/acessoainformacao/>

sic@ifsp.edu.br

III-Política de Participação Social do IFSP – PPSI;

<http://www.ifsp.edu.br/participa>

IV-Inovação na Gestão Pública

www.ifsp.edu.br/inova/

Em atenção ao disposto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei de Acesso à Informação e em consonância com Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016, que instituiu a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal, dentre outros textos normativos que abordam o tema da transparência pública, foi designada a Comissão de Dados Abertos do Instituto Federal de São Paulo (CDA/IFSP).

O objetivo desse mecanismo é expandir a disseminação de informações para a sociedade e melhorar a qualidade dos dados disponibilizados, permitindo maior amparo à tomada de decisão pelos gestores públicos e garantindo melhores ferramentas ao controle social.

VII-Carta de Serviços ao Cidadão

A Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto nº 6932, de 11 de agosto de 2009) foi substituída pela Carta de Serviços ao usuário. Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017 dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País e institui a Carta de Serviços ao Usuário. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9094.htm que tem por objetivo informar ao cidadão sobre os serviços prestados pelo IFSP, as formas de acesso a esses serviços e os respectivos compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público.

A Carta de Serviços ao Usuário está disponibilizada no sítio web do IFSP: Endereço do sítio web:
www.ifsp.edu.br/acessoainformacao//cartaServicos.php

VIII-Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

A avaliação da satisfação dos cidadãos-usuários é um dos pilares no desenvolvimento do ensino superior democrático, diante dos desafios da modernidade. A avaliação institucional é um processo que deve ser articulado

com todos os demais processos de gestão estratégica e de construção do Plano de Desenvolvimento Institucional do IFSP, de modo a fornecer subsídios para a tomada de decisões e a correção de desvios e eventuais problemas na instituição. Sob essa perspectiva, a avaliação institucional significa um processo permanente de elaboração, de conhecimento e de intervenção prática, que permite direcionar as demais atividades da instituição.

IX-Mecanismos de transferência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

Para permitir o acesso às informações e atender à Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) disponibilizamos o sítio web, “Acesso à Informação” que contém as informações referentes à transparência da gestão. Endereço do sítio web: <http://www.ifsp.edu.br/acessoainformacao>

X-Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

O IFSP cumpre as normas relativas à acessibilidade, em especial a Lei nº 10.098/2000, o Decreto nº 5.296/2004 e as normas técnicas da ABNT aplicáveis. Como estamos em processo de expansão, estamos sempre em busca da melhoria contínua e do atendimento aos padrões técnicos em vigor.

7 BIBLIOTECAS INSTITUCIONAIS

As bibliotecas do IFSP estão distribuídas em 35 câmpus, a saber: Araraquara, Avaré, Barretos, Birigui, Boituva, Bragança Paulista, Campinas, Campos do Jordão, Capivari, Caraguatatuba, Catanduva, Cubatão, Guarulhos, Hortolândia, Ilha Solteira, Itapetininga, Itaquaquecetuba, Jacareí, Jundiaí, Matão, Piracicaba, Pirituba, Presidente Epitácio, Registro, Salto, São Carlos, São João da Boa Vista, São José dos Campos, São Paulo, São Roque, Sertãozinho, Sorocaba, Suzano, Tupã e Votuporanga.

As atividades em prol do provimento e manutenção dos serviços e produtos oferecidos por essas bibliotecas são atualmente conduzidas pela Assessoria de Assuntos Estudantis da Pró-Reitoria de Ensino do IFSP, sendo desenvolvidas pela bibliotecária-documentalista do setor.

As ações das bibliotecas no IFSP são norteadas pelos seguintes documentos:

- Regulamento de Uso das Bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), aprovado pela Portaria Nº 1.279, de 20 de abril de 2016.
- Política de Desenvolvimento de Coleções das Bibliotecas do IFSP, aprovada pela Portaria Nº 967, de 09 de março de 2015.
- Política de Processamento Técnico das Bibliotecas do IFSP, aprovada pela Portaria Nº 2.964, de 24 de agosto de 2015.
- Manual de Catalogação para as Bibliotecas do IFSP, aprovado pela Portaria Nº 1.246, de 5 de abril de 2017.
- Procedimentos de entrega dos trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses às bibliotecas do IFSP, aprovados pela Portaria Nº 264, de 24 de janeiro de 2017.
- Política de empréstimo inter-bibliotecas entre os câmpus do IFSP, aprovada pela Portaria Nº4.337, de 01 de dezembro de 2017.

Todas as bibliotecas são automatizadas, integradas e geridas a partir da utilização do software Pergamum, o qual permite que a comunidade do IFSP consulte o acervo disponível, bem como possibilita a realizações de renovações, reservas, e solicitações de serviços às bibliotecas por meio de acesso on-line.

O acervo das bibliotecas é composto por materiais como: livros, folhetos, catálogos, artigos, apostilas, dissertações, trabalhos de conclusão de curso, livros digitais, teses, softwares, manuais, dvd, capítulos de livros, mapas, cd-rom, cd, obras de referência, relatórios, anais de eventos, legislações, normas, documentos, fotografias, materiais audiovisuais, equipamentos eletrônicos, tablets e periódicos, distribuídos nas unidades de informação conforme o quadro 71 a seguir.

Quadro 60: Acervo das bibliotecas do IFSP.

Câmpus	Títulos	Exemplares
Araraquara	2181	9439
Avaré	1948	6751
Barretos	1443	7432
Birigui	3218	9790
Boituva	1280	5292
Bragança Paulista	2926	10437
Campinas	915	3468
Campos do Jordão	1231	4271
Capivari	2504	7474
Caraguatatuba	3671	11945
Catanduva	1628	6524
Cubatão	4366	10061
Guarulhos	2292	9010
Hortolândia	1326	4369
Ilha Solteira	232	712
Itapetininga	1702	7240
Itaquaquecetuba	67	439
Jacaré	1879	6151
Jundiaí	841	2435
Matão	1269	8197
Piracicaba	1440	5117
Pirituba	958	3375
Presidente Epitácio	2251	9233
Registro	1574	6136
Salto	1569	5231
São Carlos	1658	8767
São João da Boa Vista	3317	10291
São José dos Campos	673	4791
São Paulo	6093	28247
São Roque	6393	13706
Sertãozinho	3483	13836
Sorocaba	1218	4124
Suzano	1883	6035
Tupã	590	1472
Votuporanga	3325	11108
Total	73344	262906

Fonte: Relatório - Estatística de acervos/ exemplares por área auxiliar do Pergamum (2018), até 30 de setembro de 2018.

De janeiro a setembro de 2018, juntas, as bibliotecas do IFSP realizaram 40.721 empréstimos, 39.788 devoluções e 22.292 renovações.

O acervo digital das bibliotecas do IFSP é composto pelas obras da Biblioteca Virtual da Pearson. Em setembro de 2018 essa biblioteca oferecia 7.007 títulos, distribuídos em áreas como Administração, Física, Matemática, Letras e Linguística, Engenharias dentre outras.

Ademais, toda a comunidade do IFSP possui acesso ao Portal de Periódicos da CAPES. Os acessos podem ser realizados de qualquer local por meio da Rede da Comunidade Acadêmica Federada (CAFe). Até setembro de 2018, a coleção disponível para o IFSP dispunha de 154 bases, conforme o Quadro 66 a seguir.

Quadro 61: Bases de dados disponíveis no Portal de Periódicos da CAPES para o IFSP.

1	SENAC. Biblioteca Digital	53	Canadian Medical Association	105	Massachusetts Medical Society
2	Abstracts in New Technology & Engineering (ANTE)	54	Catalysts & Catalysed Reactions	106	Masson Collection
3	Academic Search Premier (ASP)	55	Ceramic Abstracts	107	Materials Business File
4	Advanced Technologies Database with Aerospace	56	Chemical Hazards in Industry	108	Materials Research Database
5	Aerospace Database	57	Chemoreception Abstracts	109	MathSci
6	Alexander Street Press	58	Civil Engineering Abstracts	110	Mechanical and Transportation Engineering Abstracts
7	Aluminium Industry Abstracts	59	Classical Review	111	Medline Complete (EBSCO)
8	American Academy of Audiology	60	Cochrane Library	112	METADEX
9	American Academy of Periodontology (AAP)	61	Compendex Engineering Index (Ei)	113	Methods in Organic Synthesis (MOS)
10	American Association for the Advancement of Science (AAAS)	62	Computer & Information Systems Abstracts	114	Micromedex
11	American Chemical Society (ACS)	63	Computers & Applied Sciences Complete (CASC)	115	MultiScience Publishing (MSc)
12	American Diabetes Association (ADA)	64	Copper Technical Reference Library	116	National Criminal Justice Reference Service Abstracts (NCJRS)
13	AMERICAN GEOPHYSICAL UNION (AGU BOOKS)	65	Corrosion Abstracts	117	National Research Council Canada (NRC)
14	AMERICAN GEOPHYSICAL UNION (AGU JOURNALS)	66	CrystMet (BDEC)	118	Natural Product Updates
15	American Institute of Physics (AIP)	67	Derwent Innovations Index (DII)	119	Nature
16	American Journal of Health-System Pharmacy (AJHP)	68	Doyma Collection	120	Now Publishers
17	American Physical Society (APS)	69	Duke University Press	121	Ocean Technology, Policy & Non-Living Resources (ASFA 2)
18	American Physiological Society (APS)	70	Earthquake Engineering Abstracts	122	Oceanic Abstracts
19	American Psychiatric Publishing	71	Ecological Society of America (ESA)	123	Organization for Economic Co-operation and Development (OECD)
20	American Psychological Association (APA)	72	Education Resources Information Center (ERIC)	124	Philosophical Books
21	American Society for Biochemistry and Molecular Biology (ASBMB)	73	Eighteenth Century Collections Online (Gale/ECCO)	125	Physical Education Index
22	American Society of Civil Engineers (ASCE)	74	Electronics & Communications Abstracts	126	PILOTS Database
23	American Society of Hematology (ASH)	75	Emerald	127	Polymer Contents
24	American Society of Mechanical Engineers (ASME)	76	Engineered Materials Abstracts	128	Primal Pictures
25	Analytical Abstracts	77	Engineering Research Database	129	Proceedings of the National Academy of Sciences (PNAS)
26	Annual Bulletin of Historical Literature	78	Environmental Engineering Abstracts	130	Project Euclid
27	Annual Reviews	79	European Mathematical Society	131	Project MUSE
28	Applied Social Sciences Index and Abstracts (ASSIA)	80	FDI World Dental Federation	132	Royal Society Journals
29	Aquaculture Abstracts	81	Food Science and Technology Abstracts (FSTA)	133	Royal Society of Chemistry (RSC)
30	Aquatic Pollution & Environmental Quality (ASFA 3)	82	Fuel and Energy Abstracts	134	SAGE Journals
31	Aquatic Sciences and Fisheries Abstracts (ASFA)	83	Gale Virtual Reference Library	135	Science Direct Freedom Collection
32	Asian Pacific Economic Literature (APEL)	84	Genetics Society of America (GSA)	136	Science of Synthesis (Thieme)
33	ASM Materials Information (BDEC)	85	GeoScience World (GSW)	137	SciFinder - A CAS solution
34	Association for the Computing Machinery (ACM)	86	High Technology Research Database with Aerospace	138	Scopus
35	Association of Clinical Scientists	87	HighWire Press	139	Slack Incorporated
36	ASTM Standards and Engineering Digital Library	88	Human Genome Abstracts	140	Social Services Abstracts
37	Begell House Digital Library	89	Industrial and Applied Microbiology Abstracts (Microbiology A)	141	Society for Leukocyte Biology
38	Bentham Science	90	Informa	142	Sociological Abstracts
39	Bentham Science High Impact Collection	91	Institute of Electrical and Electronic Engineers (IEEE)	143	Solid State and Superconductivity Abstracts
40	Biochemical Society – periódicos	92	Institute of Physics (IOP)	144	SPIE Digital Library
41	Biochemistry Abstracts 1	93	Institution of Civil Engineers (ICE)	145	Springer - Journals Archive
42	Biochemistry Abstracts 3	94	Issues in Environmental Science and Technology	146	SpringerLink
43	Biological Sciences & Living Resources (ASFA 1)	95	JAMA Evidence	147	Taylor & Francis
44	BioOne	96	Journal Citation Reports (JCR)	148	Technology Research Database
45	Biotechnology and BioEngineering Abstracts	97	JSTOR	149	The New England Journal of Medicine (NEJM)
46	Biotechnology Research Abstracts	98	Karger	150	Thieme
47	Booklist	99	Kirkus Reviews	151	Walter de Gruyter (WDG)
48	Britannica Academic Edition	100	Laboratory Hazards Bulletin	152	Web of Science - Coleção Principal
49	British Medical Journal Publishing Group (BMJ)	101	Library and Information Science Abstracts (LISA)	153	Wiley Online Library
50	CABI	102	Maney Publishing	154	World Scientific Publishing (WSP)
51	Cambridge Core	103	Marine Biotechnology Abstracts		
52	Cambridge Structural Database - CSD (BDEC)	104	Mary Ann Liebert		

Fonte: Portal de Periódicos da Capes, AdminIP (2018).

Os dados da Plataforma Sucupira mostram que em 2017 o IFSP realizou 69.600 acessos às bases de dados referenciais, 85.057 acessos às bases de textos completos, totalizando 154.657 acessos de docentes, discentes e técnicos administrativos ao conteúdo disponível no Portal de Periódicos da CAPES.

Além disso, a comunidade do IFSP tem acesso às normas técnicas da ABNT (NBR) e MERCOSUL (AMN), as quais compõem uma coleção de 17.149 itens disponível em formato digital. De janeiro a setembro de 2018 a comunidade do IFSP realizou 1.931 acessos às normas e 7.236 visualizações às normas.

Conforme previsto no capítulo III do Regulamento de Uso das Bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), aprovado pela Portaria Nº 1.279, de 20 de abril de 2016, Art. 6º, os serviços oferecidos pelas bibliotecas são:

- Consulta local ao acervo;
- Empréstimo domiciliar;
- Levantamento bibliográfico;
- Acesso às bases de dados das diversas áreas do conhecimento, por meio do Portal de Periódicos da CAPES;
- Acesso à coleção de normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e da Associação Mercosul de Normalização (AMN);
- Orientação para normalização bibliográfica, de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e outras normas que venham a ser solicitadas por áreas específicas;
- Elaboração de ficha catalográfica;
- Acesso aos computadores e Internet.

O espaço físico para estudos das bibliotecas, bem como os horários de funcionamento e pessoal técnico-administrativo que compõem o setor podem ser observados no quadro 67 a seguir.

Quadro 62: Espaço físico, horário de funcionamento e pessoal técnico-administrativo das bibliotecas do IFSP.

Câmpus	Quantidade de mesas para estudo em grupo	Lugares por mesa de estudo em grupo	Quantidade de cabines para estudo individual	Dias de funcionamento	Horário de funcionamento	Servidores atuantes na biblioteca
Araraquara	2	6	5	segunda-feira a sexta-feira	8h às 21h	3
Avaré	8	4	–	segunda-feira a sexta-feira	9h às 22h	3
Barretos	4	4	10	segunda-feira a sexta-feira	8h às 21h30min 8h às 17h30min	6
Birigui	10	4	–	segunda-feira a sexta-feira	8h às 21h30min	3
Boituva	4	4	2	segunda-feira a sexta-feira	9h às 22h	2
Bragança Paulista	12	4	10	segunda-feira a sexta-feira	9h às 21h	3
Campinas	3	3	6	segunda-feira a sexta-feira	9h às 21h	3
Campos do Jordão	6	4	–	segunda-feira a sexta-feira	9h às 23h	4
Capivari	7	6	20	segunda-feira a sexta-feira	9h às 21h	3
Caraguatatuba	–	–	12	segunda-feira a sexta-feira	8h às 21h30min	5
Catanduva	11	4	10	segunda-feira a sexta-feira	8h às 21h15min	5
Cubatão	6	4	8	segunda-feira a sábado	9h às 21h30min	4
Guarulhos	1	4	11	segunda-feira a sexta-feira	9h às 21h	4
Hortolândia	8	32	–	segunda-feira a sexta-feira	8h às 21h	4
Ilha Solteira	5	5	10	segunda-feira a sexta-feira	segunda-feira e quarta-feira - 9h30min às	2
Itapetininga	6	4	6	segunda-feira a sexta-feira	8h às 22h	4
Itaquaquecetuba	4	4	2	segunda-feira a sexta-feira	9h às 21h	3

Jacareí	6	3	4	segunda-feira a sexta-feira	9h30min às 21h30min	4
Jundiaí	1	6	3	segunda-feira a sexta-feira	9h15min às 21h15min	2
Matão	6	4	–	segunda-feira a sexta-feira	9h30min às 21h30min	4
Piracicaba	6	4	–	segunda-feira a sexta-feira	8h às 21h	7
Pirituba	3	4	4	segunda-feira a sexta-feira	9h às 21h	3
Presidente Epitácio	10	4	14	segunda-feira a sexta-feira	7h às 21h	4
Registro	7	4	18	segunda-feira a sexta-feira	8h às 22h	4
Salto	6	5	–	segunda-feira a sexta-feira	7h30min às 22h. 8h às 20h	3
São Carlos	11	2	–	segunda-feira a sexta-feira	9h30min às 21h30min	4
São João da Boa Vista	5	4	4	segunda-feira a sexta-feira	9h15min às 21h15min	4
São José dos Campos	6	2	3	segunda-feira a sexta-feira	9h às 21h	4
São Paulo	3	4	24	segunda-feira a sábado	8h às 20h	9
São Roque	7	28	0	segunda-feira a sexta-feira	8h30min às 22h	3
Sertãozinho	9	4	10	segunda-feira a sexta-feira	8h às 22h	6
Sorocaba	–	–	–	segunda-feira a sexta-feira	9h às 21h	2
Suzano	10	42	4	segunda-feira a sexta-feira	8h às 21h10min	5
Tupã	3	4	0	segunda-feira a sexta-feira	9h às 21h	2
Votuporanga	18	4	10	segunda-feira a sexta-feira	8h às 21h15min	4

Fonte: Questionário Bibliotecas – IFSP, 2018.

Em relação as formas de atualização e expansão, identificada sua correlação pedagógica com os cursos e programas previstos, os câmpus atendem o ensino básico, superior e pós-graduação, sendo assim, as bibliotecas do IFSP precisam disponibilizar em seus acervos as bibliografias básicas e complementares previstas nos projetos pedagógicos de cada um desses cursos, atendendo assim as exigências previstas nos instrumentos do Ministério da Educação.

8 INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS

Este capítulo tem relação direta com o objetivo estratégico: garantir infraestrutura física e tecnológica adequada às ofertas.

Uma das prioridades do IFSP para os próximos cinco anos é gerenciar recursos de modo a garantir que a infraestrutura física e tecnológica necessária ao Plano de Oferta de Cursos e Vagas e a todos os processos de apoio ou finalísticos relacionados esteja constantemente disponível e atualizada. São tratadas neste Plano questões relativas: às quadras poliesportivas, aos espaços físicos, à acessibilidade e sustentabilidade.

Em primeiro lugar é apresentada a situação atual do IFSP em relação a estes cinco pontos:

- quadras poliesportivas: A grande expansão tecnológica que ocorreu nos Institutos e Universidades Federais nos últimos anos influenciou diretamente na trajetória do IFSP, com a inauguração de 26 câmpus desde 2005, em sua grande maioria sem a construção de quadras poliesportivas. Há a defasagem estimada em 25 (vinte e cinco) unidades;
- espaços físicos: levantamento realizado pelo Grupo de Trabalho Espaço Físico e relação de laboratórios de cada um dos câmpus, especificando o número de postos de trabalho de cada um deles, priorizando assim as necessidades de cada câmpus;
- Regularização documental das edificações, como AVCB Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros, levantamento para garantir um nível elevado de proteção à integridade do imóvel e daqueles que nele estão, habits, entre outros;
- Acessibilidade: averiguar a situação atual do Instituto em relação à acessibilidade espacial;
- Sustentabilidade: criar planos de ação para melhorar coleta seletiva de lixo e implantação de projetos de eficiência energética e reuso de água.

A segunda parte do plano apresenta diretrizes para a ampliação e a adequação da infraestrutura física, bem como diretrizes relacionadas às quadras poliesportivas, de forma à comunidade escolar. Neste item são apresentadas ainda as diretrizes de acessibilidade que devem ser consideradas quando da

ampliação e adequação da infraestrutura física. Por fim, é apresentado um cronograma de implantação da infraestrutura física, com a relação de obras que estão previstas para os próximos cinco anos, em consonância com a prospecção de ofertas do Instituto.

Por fim, é apresentado um cronograma de implantação da infraestrutura física, com a relação de obras que estão previstas para os próximos cinco anos, em consonância com a prospecção de ofertas do Instituto.

O IFSP buscará junto à SETEC/MEC a disponibilidade orçamentária e financeira para esse plano diretor de infraestrutura. Ressaltamos que a execução do plano dependerá da programação e liberação orçamentária e financeira do país.

8.1. Situação Atual

Este item apresenta os espaços físicos dos câmpus do IFSP. Ele está subdividido em duas partes: espaços físicos de forma geral e laboratórios.

Os dados relativos aos espaços físicos de forma geral foram coletados no mês de julho de 2018 com a diretoria geral de cada câmpus. Essa pesquisa foi realizada pela Pro- Reitoria Administrativa para atendimento do MEC, entretanto à este levantamento de dados foi agregado o objetivo de elaborar uma proposta de modelo de referência de espaço físico para os câmpus, realizar um diagnóstico da estrutura física atual dos câmpus e elencar prioridades de infraestrutura.

Tabela 13 - Levantamento dos espaços físicos dos câmpus IFSP

Campus	Salas de aula		Laboratório		Biblioteca	Auditório	Refeitório/ Cantina/ restaurante	Quadra	Ginásio	Área construída	Alunos presencial
	Unidades de Estruturas atuais	Metrage m Total (m2)	Unidades de Estruturas atuais	Metrage m Total (m2)	Metrage m Total (m2)	Metrage m Total (m2)	Metragem Total (m2)	Metragem Total (m2)	Metragem Total (m2)	Metragem Total (m2)	
ARQ	11	976	15	1436,8	825,38	1074,03	564	0	0	8127	767
AVR	14	857,6	20	1154,04	122,4	0	534	0	1753,06	7248,56	999
BRA	8	462,53	24	1510	346,17	111,41	478	0	0	9764,57	1052
BRI	14	845,91	17	1213,05	135,42	0	949	0	0	14258,63	1117
BRT	26	1445,93	24	1636,57	156,9	293,79	894,64	0	1700	10735,7	1072
BTV	9	508,95	15	774,57	122,4	300	43	0	0	3736,9345	1160
CAR	7	519,06	13	878,64	301,16	140,14	201	0	0	2794,14	1256
CBT	19	996,12	19	1.031,03	112,06	112,06	250	698	1.590,00	5999,82	1430
CJO	12	531	11	794	102	0	270	0	0		731
CMP	8	384	10	434	144	150	150	0	0	1760	1001
	10	640	17	1120	128	128	155	0	0	2171	
	10	510,81	11	600,45	273,62	169,6	902	0	0	4103,84	
CPV	10	510,81	11	600,45	273,62	169,6	902	0	0	4103,84	902
CTD	13	728	21	1891	256	0	578	0	0	7503	770
GRU	16	1402,39	22	1254,53	206,66	139,12	147,07	0	0	4663,13	1267
HTO	11	502,5	18	948,9	112,72	243,2	572	0	773	8561,03	1027
IST	11	720,44	4	355,6	116,033	0	256	0	0	1,972,411	158
ITP	14	784	10	1425	949	0	95	0	0	8541,02	950
ITQ	12	672	0	0	116	0	285	0	0	2706,5	602
JCR	10	592,6	4	296,3	119,74	0	211	0	0	2797,55	716
JND	6	420	2	140	90	0	240	0	0	1200	659
MTO	17	976,65	8	492,52	165,3	114,9	101	0	0	2763,34	741
PEP	13	968	16	998	203	0	529	0	0	10343,3	867
PRC	12	762,16	18	1329,44	117,11	0	62	0	0	3793	1477
PTB	12	688,8	4	229,6	116,2	0	309	0	1783,94	8137,92	618
RGT	10	574	17	1219,2	165,2	0	464,26	0	0	5786,28	787
SBV	11	704	28	1750	500	378	12	0	0	6443	1006
SCL	7	577,1	21	1551,39	96,36	0	0	0	0	5423,39	1040
SJC	16	2530	24	720	170	0	150	0	0	6550	1213
SLT	8	414,4	12	736,93	100,67	133,4	60		0	2508	721
	em construção										
SMP	12	600	4	200	50	0	0	0	648	4493	601
SOR	8	400	6	300	30	130	0	0	0	1287	720
SRQ	14	700	10	600	100	200	0	0	1500	3602	1200
SRT	20	1260	28	1680	180	230	250	0	0	9175	2096
SZN	12	768	18	904	320	128	1025	0	0	6192	880
TUP	40	1411,3	5	339,81	69	160,8	258,71	0	1344,6	5020,81	854
VTP	12	689,73	27	2229,39	293,99	747,43	180	0	1190	7862	918
SPO	61	3172	74	4144	868,82	359,04	318	173	1500	18390	6862

8.2 Diretrizes para Ampliação e Adequação da Infraestrutura Física

O IFSP, com base nas suas características, finalidades e objetivos previstos na lei de criação dos Institutos Federais, propõe diretrizes para ampliação e adequação de sua infraestrutura física. Essas diretrizes são estabelecidas com base em diversos documentos de referência, dentre eles:

- a Lei nº 10.861/2004 que criou o Sistema Nacional de Avaliação do

Ensino Superior (Sinaes) e estabelece, entre outros, os requisitos de infraestrutura física para a oferta de cursos de graduação; • o Decreto nº 5.773/2006 que estabelece em seu artigo 16, item VII, a infraestrutura física para as instalações acadêmicas;

- o Decreto nº 5.296/2004, que regulamenta a Lei nº 10.048/2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e a Lei nº 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Dessa forma, o IFSP apresenta a seguir algumas diretrizes gerais para ampliação e adequação da infraestrutura física e, nas seções seguintes, especifica as diretrizes para as quadras poliesportivas, os espaços físicos e a acessibilidade:

- atender às normas municipais referentes à taxa de ocupação do terreno, áreas de circulação e o plano diretor municipal;

- atender com qualidade aos indicadores estabelecidos nos instrumentos de avaliação institucional e de curso possibilitando entre outros a infraestrutura para pessoas com dificuldade de locomoção, audição e/ou visão;

- apresentar correlação pedagógica entre as instalações dos laboratórios, seus equipamentos e os cursos e programas previstos, bem como os recursos de informática disponibilizados, para atender ao avanço das tecnologias existentes;

- atender a toda a comunidade, incluindo o atendimento prioritário, imediato e diferenciado às pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais ou com mobilidade reduzida, para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte; dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, serviços de tradutor e intérprete de Libras;

- priorizar as obras de acordo com os critérios estabelecidos no Plano Diretor de Obras e Engenharia.

8.2.1. Quadras Poliesportivas

A necessidade de ampliação e diversificação de espaços destinados ao uso. As práticas esportivas demonstram ser importantes ferramentas de apoio didático e pedagógico na formação acadêmica dos estudantes em geral, além de proporcionarem maior qualidade de vida e saúde aos praticantes.

Consolidar a prática de atividades físicas e esportivas nos câmpus como um dos pilares para a formação do aluno, trazendo-lhe os seguintes benefícios, dentre outros:

- 1 Maior desenvolvimento motor;
- 2 Melhora na integração e vivência social do aluno;
- 3 Fortalecimento de autoconfiança;
- 4 Melhora da autoestima;
- 5 Evolução da expressão pessoal e social;
- 6 Reconhecimento de questões sobre o mundo que convivem;
- 7 Ajuda no conhecimento e compreensão das mudanças e dos limites do próprio corpo;
- 8 Redução significativa do estresse e das pressões da rotina escolar;
- 9 Estilo de vida saudável.

Além disto, constitui-se em mais um espaço de lazer e recreação que promoverá a prática esportiva, assim como, contribuirá para a melhoria da qualidade de vida e saúde para todos os usuários, sejam eles servidores ou alunos.

A DAIE- Diretoria Ajunta de Infraestrutura e Expansão, realizou em 2018, o Sistema de Registro de Preços, para eventual contratação de Pessoa Jurídica especializada em obras de engenharia para construção de Quadras Poliesportivas em concreto armado, não coberta, sem arquibancada, cercada com alambrado, com iluminação, incluindo todos os materiais, equipamentos e mão-de-obra, necessários para a execução do mesmo, a fim de atender às necessidades do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP.

Todos os câmpus que não possuem quadra poliesportiva ou ginásio foram contemplados, são eles:

- Araraquara - Rua Doutor Aldo Benedito Pierri, 250 Bairro: Jardim dos Manacás - Araraquara - SP CEP: 14801-600
- Bragança paulista - Rua Major Fernando Valle, s/n, Vila Mota – Bragança Paulista - SP CEP 1203-000
- Birigui - Rua Pedro Cavalo, 709 Bairro: Residencial Portal da Pérola II - Birigui - SP CEP: 16201-407
- Boituva- R. Zélia de Lima Rosa, 100 - Portal dos Pássaros, Boituva - SP, CEP:18550-000
- Campinas- Rua Heitor Lacerda Guedes, 1000, Bairro Satélite Íris – Campinas – SP, 13059-581
- Caraguatatuba - Avenida Bahia, 1739 Bairro: Indaiá - Caraguatatuba - SP CEP: 11665-071
- Catanduva - Av. Pastor José Dutra de Moraes, 239 Bairro: Distrito Ind. Antônio Zácara - Catanduva - SP CEP: 15808-305
- Piracicaba - Rua Diácono Jair de Oliveira, 1005 Bairro: Santa Rosa - Piracicaba - SP CEP: 13414-15
- São carlos - Estrada Municipal Paulo Eduardo de Almeida Prado - São Carlos - SP - CEP: 13.565-820
- Suzano - Avenida Mogi da Cruzes, 1501 Bairro: Parque Suzano - Suzano - SP CEP: 08673-010
- Guarulhos - Avenida Salgado Filho, 3501 Bairro: Vila Rio de Janeiro CEP: 07115-000 - Guarulhos – SP
- Itapetininga - Avenida João Olímpio de Oliveira, 1561 Bairro: Vila Asem - Itapetininga - SP CEP:18202-000
- Itaquaquecetuba - Rua Primeiro de Maio, 500 Bairro Estação – Itaquaquecetuba – SP CEP:08571-050
- Jacareí - Rua Antônio Fogaça de Almeida s/n, Bairro Jardim América – Jacareí - SP CEP:12322-030
- Matão - R. Stéfano D'Avassi, 625 Bairro: Nova Cidade - Matão - SP CEP: 15991-502

- Registro - Estrada Municipal do Bairro Agrochá - RGT 265, nº 5180 Bairro: Agrochá - Registro - SP CEP: 11900-000
- Sertãozinho - Rua Américo Ambrósio, 269 Bairro: Jardim Canaã - Sertãozinho - SP CEP: 14169-263
- São José dos campos- Rod. Pres. Dutra, km 145 - Jardim Diamante, São José dos Campos - SP, CEP: 12223-201
- São João da Boa Vista- Av Marginal, 585 - Fazenda Nossa Senhora Aparecida do Jaguari, São João da Boa Vista - SP, CEP: 13871-298

8.2.2 Diretrizes para organização de ambientes dos câmpus

Conforme trabalho desenvolvido pela PRA- Pro-Reitoria Administrativa, o IFSP estabeleceu uma relação de ambientes que são referência para a implantação da infraestrutura física de cada um de seus câmpus, baseada nos padrões de referência de espaços pedagógicos e apoio educacional do SETEC/MEC:

Gráfico 1- Padrões de referência de espaços pedagógicos e apoio educacional (área em m²)



Fonte: SETEC/ MEC

Comparando os padrões recomendados com o levantamento apresentado no item 1, foi organizada a ordem de prioridade de obras. Para atender os padrões recomendados, foi realizado um estudo referente as salas de aula. Também foram realizadas, baseadas nas necessidades individuais de cada câmpus as um estudo sobre Restaurante, Cantina/Refeitório e Espaço de Convivência. Ainda está prevista um estudo de laboratórios e demais espaços pedagógicos e de apoio educacional.

Salas de aula

O cálculo dos parâmetros adotados para salas de aula foi:

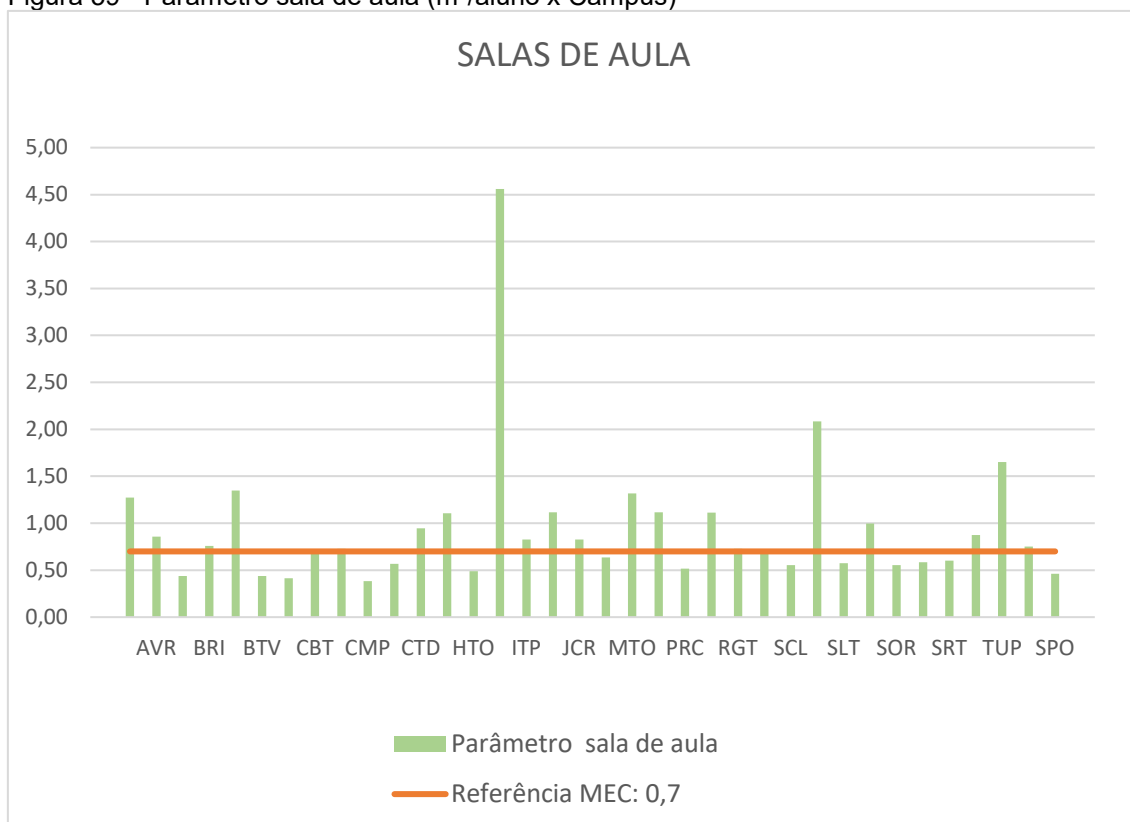
- ▶ Valor médio da Área de Referência: 60 m² (8 m x 7,5 m)*
- ▶ Número de Salas de Aula: 14 salas*
- ▶ Meta de Alunos por Câmpus: 1200 Alunos*

$$\text{▶ } P_{SA} = (14 \times 60) / 1200 = 0,7 \text{ m}^2 / \text{aluno}$$

* Valores extraídos da Planilha SETEC/MEC

A partir deste parâmetro foi gerada a seguinte o gráfico, onde apresentamos o parâmetro P de salas de aula por câmpus em relação ao número de alunos:

Figura 59 - Parâmetro sala de aula (m²/aluno x Câmpus)



Baseadas nas necessidades individuais de cada câmpus, será realizado um plano de ação pela Diretoria Ajunta de Infraestrutura e Expansão, para que nos próximos 5 anos, todos os câmpus atinjam o parâmetro mínimo estabelecido de 0,7 m²/aluno.

Foram licitadas em 2018 para conclusão em 2019 as obras de ampliação de salas de aula para os câmpus:

- Caraguatatuba (4 salas de aula)
- São Carlos (4 salas de aula)
- Campos do Jordão (6 salas de aula)
- Ilha Solteira (painéis de drywall para divisão de espaços aumentado o número de salas de aula)
- Salto (novo câmpus)
- Campinas (novo câmpus)

Restaurante, Cantina/ Refeitório e Espaço de Convivência

Com base no levantamento realizado pela PRA, apresentado no item 1, foi gerada a seguinte planilha, onde apresentamos os câmpus que possuem Restaurante, Cantina/ Refeitório e Espaço de Convivência:

Tabela 14 - Restaurante, Cantina/ Refeitório e Espaço de Convivência

Campus	Área de Convivência	Cantina	Cozinha	Refeitório	Restaurante
Araraquara	1	1			
Avaré	1	1	1	1	
Barretos	2	1		1	
Birigui	1	1	1	1	
Boituva	1	1	1		
Bragança	1	1	1		
Campinas	2	2		3	
Campos do Jordão	2	1			
Capivari	1	1			
Caraguatuba	1	1	1		
Catanduva	1	1	2	1	
Cubatão		1	1	1	
Guarulhos				1	
Hortolândia	1	1	1	1	
Ilha Solteira	2				
Itapetininga	1	1	2	1	
Itaquaquecetuba	1	1			
Jacarei	1	1	1		
Jundiaí	1				
Matão	1	1	1		
Piracicaba		1			
Pirituba	1	1			
Presidente Epitácio	1	1	1		
Registro	1	1	2	1	
Salto	1	1	1		
São Carlos	1	1	1		
São João Boa Vista	1	1	1	1	
São José dos Campos	2	1	1	1	
São Miguel	2		1		
São Paulo	1	2		3	
São Roque	1	1	1		
Sertãozinho	2	1	2	1	
Sorocaba					
Suzano	1	1		1	1
Tupã	1		2	1	
Votuporanga	1	1	4	1	
Total Geral	39	32	30	21	1

Baseadas nas necessidades individuais de cada câmpus, será realizado um plano de ação pela Diretoria Ajunta de Infraestrutura e Expansão, para que nos próximos 5 anos.

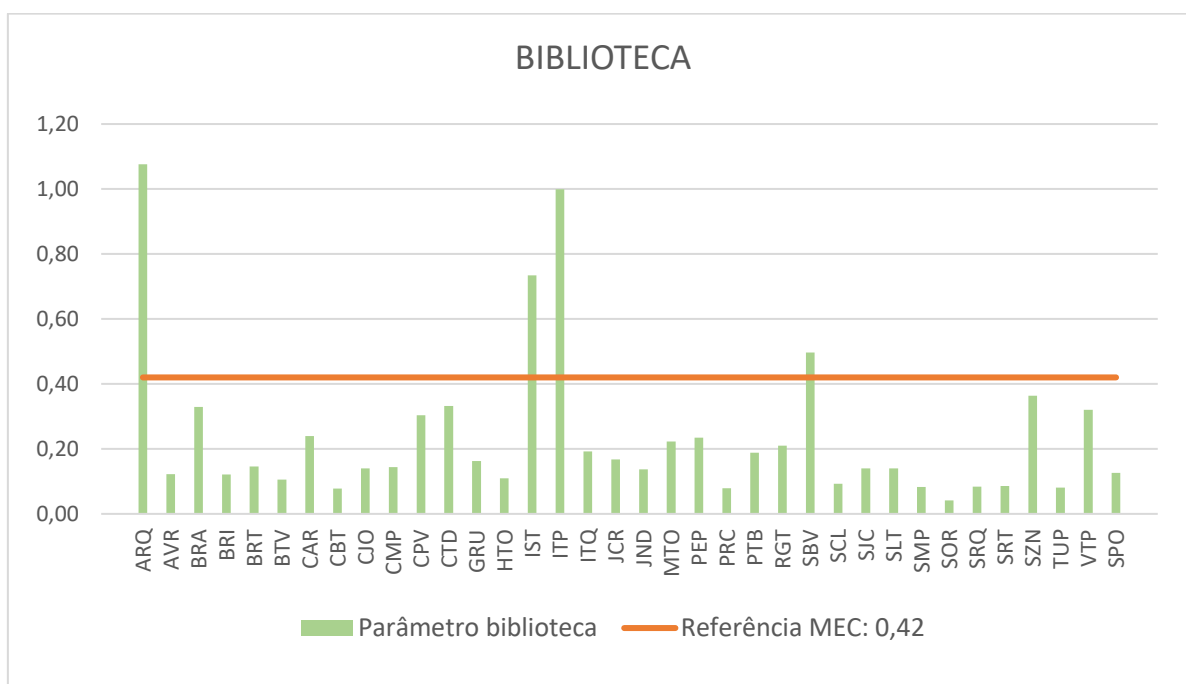
Bibliotecas

O cálculo dos parâmetros adotados para bibliotecas foi:

- ▶ Valor médio da Área de Referência: 500m²
- ▶ Número de Biblioteca: 1
- ▶ Meta de Alunos por Câmpus: 1200 Alunos

$$\text{▶ } (1 \times 500) / 1200 = 0,43 \text{ m}^2 / \text{aluno}$$

Figura 60 - Parâmetro sala de biblioteca (m²/aluno x Câmpus)



Será criado um grupo de trabalho, com membros das Pró-Reitorias de Administração e Ensino para estudar as necessidades de cada câmpus e adequar os espaços para as bibliotecas.

Projetos em andamento

AS obras que estão em andamento atualmente com início previsto para 2019 atendimento às necessidades para os câmpus são:

- Guarulhos (Refeitório)
- Avaré (Biblioteca)

- Piracicaba (Reforma Barracão e Telhado para área de convivência)
- Salto (novo câmpus com cantina)
- Campinas (novo câmpus com refeitório)
- São Paulo (Auditório)
- Presidente Epitácio (reforma do Refeitório)

Também, para melhor atendimento do aluno e dos servidores estão sendo realizadas melhorias que em:

- Câmpus São Miguel Paulista (Avançado) - Reforma e Manutenção
- Câmpus Salto - Reforma Telhado
- Câmpus Capivari – Cercamento
- Câmpus São Roque – Portaria
- Jacareí- Reforma e AVCB

8.3 Regularização documental das edificações

8.3.1 AVCB

O laudo AVCB-Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros, é um documento elaborado pelo Corpo de Bombeiros, o qual atesta que uma vistoria foi feita e que determinada edificação atende a todos os critérios de segurança e prevenção contra incêndio. Para obtenção do laudo AVCB é necessário que o imóvel atenda a um conjunto de medidas (estruturais, técnicas e organizacionais) criadas para garantir um nível elevado de proteção à integridade do imóvel e daqueles que nele estão.

De acordo com a legislação os objetivos desta regulamentação são:

I - proteger a vida dos ocupantes das edificações e áreas de risco, em caso de incêndio;

II - dificultar a propagação do incêndio, reduzindo danos ao meio ambiente e ao patrimônio;

III - proporcionar meios de controle e extinção do incêndio;

IV - dar condições de acesso para as operações do Corpo de Bombeiros,
V - proporcionar a continuidade dos serviços nas edificações e áreas de risco.

8.4 Acessibilidade

A Constituição Federal de 1988 garante o direito a igualdade para todos os cidadãos brasileiros, sem discriminação. É fato notório que um grande número de brasileiros enfrenta algum tipo de dificuldade (obstáculo, barreira) para obter informações, se deslocar e ter acesso aos serviços públicos. Dentre esses cidadãos, de acordo com o Censo 2000, há um grupo de pessoas com algum tipo de necessidade específica. Esse grupo representa 14,5% da população brasileira, percentual superior aos 10% diagnosticados pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para os países em desenvolvimento. Diante desse panorama, o IFSC, por meio do Departamento de Obras e Engenharia, tem licitado os projetos de novas edificações e de adaptação dos espaços físicos e reformas das edificações existentes sempre procurando promover a acessibilidade.

O IFSP atua nas quatro frentes básicas de acessibilidade que compõem a acessibilidade espacial: orientação espacial, comunicação, deslocamento e uso. Dentre as atividades relacionadas a fim de promover a acessibilidade, está a exigência de que os projetos sejam produzidos conforme a ABNT NBR 9050:2004 em todas as licitações de obras e serviços de engenharia. Ressalta-se também, dentro da concepção do projeto arquitetônico, que se procura embutir o conceito de Desenho Universal, o qual visa à criação de ambientes, espaços e objetos que minimizem as dificuldades de realização de atividades e melhorem a eficiência dos meios e mecanismos disponibilizados às pessoas com necessidades específicas. Assim, o foco é não precisar de projetos especiais e ou de adaptação para as pessoas com necessidades não usuais.

8.5 Sustentabilidade

Baseada nas normas gerais de sustentabilidade:

- Lei N° 8.666, de 1993, alterada pela Lei N° 12.349, de 2010, que modificou o art. 3º, caput, da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, com vistas à promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

- Decreto N° 7.746, de 2012, que regulamentou o art. 3° da Lei N° 8.666 de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes gerais para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável por meio das contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP.

- Decreto N° 5.450, de 2005, que regulamentou o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns.

- Instrução Normativa N° 1, de 2010, que estabeleceu critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras na Administração Pública Federal.

A PRA juntamente com os câmpus pretende criar um plano de ação para melhorar coleta seletiva de lixo em todos os câmpus. Atendendo o Decreto N° 5.940, de 2006, que instituiu a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências.

Também está previsto a implantação de projetos de eficiência energética, como por exemplo os estacionamentos cobertos com placas fotovoltaicas. E projetos de reuso de água já aplicados nos novos câmpus de Campinas e Salto.

Além da implantação dos projetos de eficiência de energética e reuso de água, será realizado um programa de conscientização no uso de destes recursos.

9 DEMONSTRATIVO DE CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRAS

O Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo – IFSP, na sua condição de Autarquia Federal, faz parte da administração pública indireta e está vinculado, diretamente, à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação – SETEC/MEC.

A principal fonte de recursos do IFSP é proveniente da União, por isso, o IFSP deve seguir os preceitos do direito administrativo para sua operacionalização.

Dentro do contexto de administração indireta, o IFSP recebe orçamento da União para executar os programas que estão presentes no Plano Plurianual – PPA, direcionados para educação profissional e tecnológica.

O orçamento direcionado ao IFSP é disposto na Lei Orçamentária Anual – LOA, a qual, autoriza anualmente os valores para execução das despesas durante determinado exercício.

Na própria LOA, são previstas algumas receitas de arrecadação própria, provenientes de taxa de inscrição em processos seletivos simplificados, arrendamentos, vestibular e concurso público. Esses valores ficam em média a 0,2% do orçamento da união destinado ao IFSP.

Além das receitas próprias, o IFSP pode receber mais orçamento por meio de Termo de Execução Descentralizada – TED e Emendas Parlamentares. No TED, bem como nas Emendas Parlamentares, o orçamento é carimbado para uma finalidade específica.

Na LOA, a programação do orçamento está dividida em Grupos de Naturezas de Despesas - GND, com os seguintes códigos:

- 1. Pessoal;
- 3. Custeio; e
- 4. Capital

As despesas de pessoal envolvem todos os gastos referentes a folha de pagamento do IFSP. Essas despesas são compostas por vencimentos básicos,

férias, 13º salário, pagamento de aposentados e pensionistas, ações judiciais e contribuições previdenciárias.

As despesas de custeio são compostas de todos os gastos ligados ao funcionamento da instituição, como por exemplo, serviço de limpeza, vigilância, manutenção predial e serviços em geral. Também são consideradas despesas com materiais de expediente, materiais de consumo de laboratórios e etc.

As despesas de investimentos envolvem os gastos com aquisição de máquinas e equipamentos de maneira geral e também está incluso os gastos com reformas e obras de engenharia.

9.1 A MATRIZ CONIF

O IFSP possui autonomia para gerir seu orçamento, no entanto, a definição dos valores que serão disponibilizados por meio da LOA, dependem das articulações e valores disponibilizados para o Ministério da Educação – MEC. O MEC, por sua vez, dentro de sua programação e de políticas de prioridades, orienta a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento - SPO a coordenar a distribuição do orçamento entre as Secretarias, dentre as quais, uma delas é a SETEC.

A divisão do orçamento do MEC destinado as operações da Rede Federal dos Institutos tem sido deliberada pelo Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif), junto a SETEC. A ferramenta utilizada como critério para definir os valores é conhecido como “Matriz Conif”.

A Matriz Conif é um modelo matemático que usa como critério variáveis como por exemplo, o número de alunos matriculados e peso do curso. Também é considerado, IDH das regiões, catálogos de cursos, carga horária de cursos e dias letivos do curso. Esses critérios servem para as ponderações que serão utilizadas na divisão do valor que será destinado de orçamento a cada instituto.

A Matriz Conif usa como entrada o valor estipulado pela SETEC para Rede Federal, aplica as ponderações que gera a proporcionalidade e a partir dela apresenta o valor que cada Instituto terá direito na LOA do próximo

exercício.

Os valores da Matriz Conif contemplam as ações orçamentárias do programa de Educação Profissional e Tecnológica - 2031 (até 2015) e o programa Educação de Qualidade Para Todos – 2080 (a partir de 2016). As ações desses programas são discricionárias. As principais ações são:

- Assistência ao Estudante (2994);
- Funcionamento das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica (20RL);
- Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica (6380);
- Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica (20RG);

As despesas obrigatórias, as quais, se referem a folha de pagamento, não estão contempladas pela Matriz Conif. Essas despesas são estimadas pela Secretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério da Educação – SPO/MEC. O Instituto Federal de São Paulo é responsável pela execução das despesas e periodicamente indicar necessidade de reestimativa para ajuste no cálculo. Isto significa que qualquer aumento na despesa de pessoal depende de autorização do Ministério do Planejamento e aprovação do MEC.

9.2 A DIVISÃO DO ORÇAMENTO NO IFSP

Cada Instituto Federal possui sua autonomia para efetuar a divisão do orçamento entre suas unidades. Por isso, os critérios podem variar no decorrer do tempo e conforme deliberação interna.

No período inicial, a partir de 2009, no qual, a fase de expansão estava mais intensa e não havia equipe suficiente nas unidades, por isso, foi decidido descentralizar a gestão e divisão do orçamento, porém, de forma gradativa. No entanto, muitas das atividades operacionais permaneceram centralizadas na reitoria.

A partir de 2013, ainda na fase de expansão, optou-se por promover a

descentralização operacional e do orçamento para as unidades e também por delegar competência para que cada unidade pudesse exercer sua autonomia na execução do orçamento.

Apesar de a Matriz Conif não considerar critérios importantes, como por exemplo, a estrutura de um câmpus ou o custo da região, a reitoria optou por adotar o modelo para dividir o orçamento internamente. Porém, para equilibrar um pouco as diferenças entre as unidades da rede, adotou-se a estratégia de utilizar como base o valor da matriz Conif para cada unidade e deduzir 20% de cada uma, desta forma, garantindo um mínimo de recurso para compor uma reserva técnica e promover ações sistêmicas com por exemplo:

- Publicações no diário oficial;
- Manutenção de veículos;
- Combustível;
- Pedágios,
- Seguro de alunos;
- Biblioteca Virtual;
- Data Center;
- Compra de Passagens Aéreas;
- Licença de software.

Além dos serviços compartilhados para todas as unidades, outra parte do orçamento é direcionada a ações de ensino, pesquisa e extensão, por meio de seus editais para execução de projetos.

Existem críticas aos critérios da Matriz Conif, mas, até o momento é a ferramenta, com critérios objetivos, capaz de atender a questão de como dividir o orçamento do IFSP.

O Colégio de Dirigentes – Coldir, foi formado para discutir sobre os assuntos administrativos e operacionais que cada câmpus enfrenta. Por isso, a discussão com o Coldir é constante para promover a transparência e o mínimo de consenso nas definições sobre como dividir o orçamento entre as unidades.

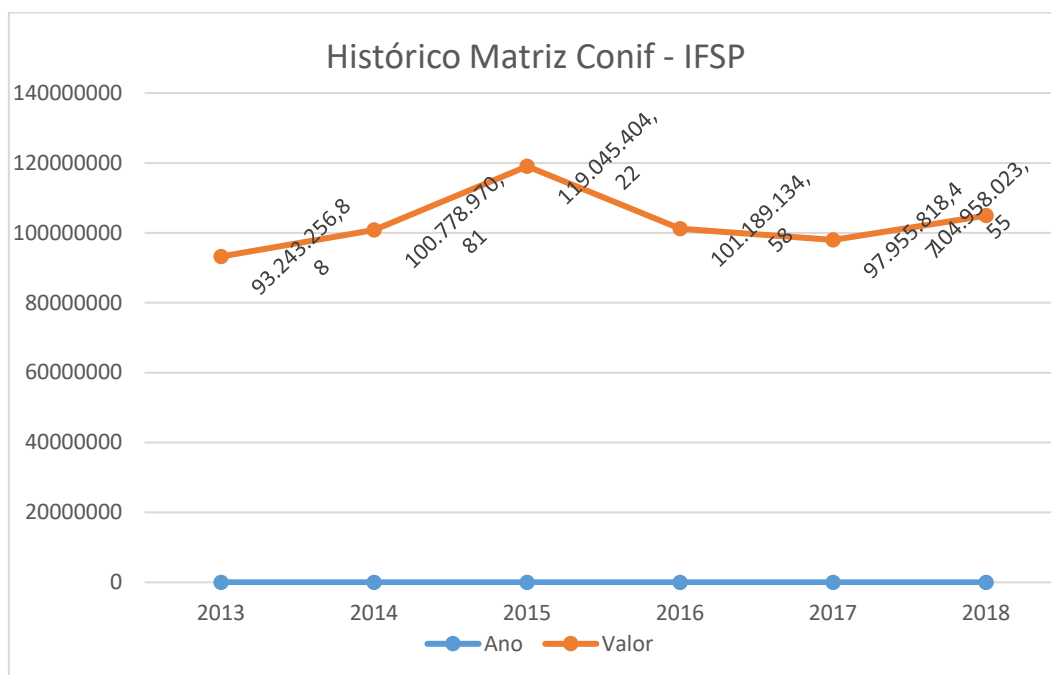
Durante as discussões no colégio de dirigentes se chegou a definição de diminuir o percentual retido na reitoria para as ações sistêmicas e a partir de 2016 o percentual de dedução passou para 12,7%.

Apesar das críticas, o Coldir compreende que a Matriz Conif é uma ferramenta que atende um mínimo de critérios para a divisão do orçamento internamente no Instituto Federal de São Paulo.

9.3 EVOLUÇÃO DA MATRIZ CONIF - IFSP

Conforme pode ser observado no histórico do orçamento do IFSP, até 2015, o orçamento apresentou aumento. Neste período, o IFSP estava com 31 unidades em funcionamento. Apesar de ainda estar em fase de expansão, a partir de 2015 o orçamento começou a apresentar queda e em 2018 permaneceu abaixo do nível que era em 2015 e, neste momento, o IFSP se encontra com 36 unidades e 1 centro de referência em funcionamento.

Figura 61 – histórico Matriz Conif - IFSP



Fonte: PRA/IFSP, 2018.

Além da dificuldade orçamentária enfrentada após 2015, período, no qual, se iniciou a queda constante do orçamento, alguns câmpus do IFSP ainda precisam enfrentar o desafio de voltar a ter o nível orçamentário de 2013. Como pode ser observado na tabela de evolução da Matriz Conif dos câmpus, Bragança Paulista, Guarulhos e Salto, estão com grandes desafios para manter a sustentabilidade financeira.

Tabela 15 - Evolução da matriz Conif – IFSP

Unidade	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Reitoria	17.531.262,95	9.672.768,85	11.225.565,24	10.538.068,11	7.866.724,83	8.622.742,79
Araraquara	2.007.445,35	2.414.287,81	2.564.198,35	2.412.955,94	2.131.299,33	2.469.406,20
Avaré	1.957.522,35	2.454.067,25	2.609.647,05	2.265.582,70	2.515.154,39	3.151.905,12
Barretos	2.337.547,63	2.820.169,57	3.115.236,26	2.770.539,77	3.149.516,56	3.194.374,33
Birigui	2.149.699,51	2.549.415,26	2.561.972,81	2.141.689,42	2.287.505,06	2.380.281,18
Boituva	2.030.460,98	2.337.418,15	3.056.720,42	2.456.379,51	2.221.489,10	2.431.850,07
Bragança Paulista	3.933.232,13	4.940.523,45	5.686.328,53	4.255.173,01	3.129.474,17	3.079.142,95
Campinas	833.730,99	889.340,86	1.978.174,01	1.789.431,10	1.378.951,60	1.440.027,25
Campos do Jordão	2.067.059,53	2.337.725,94	2.821.154,83	2.456.379,51	2.124.867,95	2.337.028,57
Capivari	1.910.699,14	2.384.265,33	2.467.848,80	2.134.857,19	1.999.797,03	2.208.770,78
Caraguatatuba	2.580.915,80	2.821.154,83	3.076.803,01	2.456.379,51	2.605.998,49	2.612.276,90
Catanduva	1.970.676,47	2.384.260,73	2.713.628,74	2.476.409,56	2.122.134,60	2.061.805,40
Cubatão	3.575.524,58	4.458.757,88	4.705.789,29	3.616.250,55	3.696.260,05	3.800.744,88
Guarulhos	3.613.114,85	3.652.247,72	3.779.957,40	2.875.135,93	3.269.817,27	3.509.849,74
Hortolândia	1.792.057,84	2.068.799,53	2.254.616,01	2.073.791,23	2.136.066,86	2.285.603,24
Itapetininga	2.232.174,93	2.730.290,26	2.847.122,84	2.558.742,91	2.248.934,60	2.317.439,97
Jacareí	833.730,99	889.340,86	628.469,97	1.690.747,25	1.358.264,14	1.481.039,36
Matão	1.875.205,98	2.112.715,21	2.178.889,60	1.950.674,37	1.995.879,91	2.571.877,66
Piracicaba	1.949.693,26	2.319.672,88	2.648.680,84	2.295.150,80	2.129.607,38	2.441.941,11
Presidente Epitácio	2.118.030,38	2.616.034,50	2.738.785,09	2.299.446,43	2.429.524,62	2.677.999,04
Registro	833.730,99	1.917.249,39	2.405.833,94	2.145.061,42	1.653.241,55	1.775.894,72
Salto	2.644.750,00	2.880.060,52	3.391.632,58	2.608.026,75	2.311.867,68	2.183.427,86
São Carlos	2.269.089,02	2.821.154,83	2.563.191,03	2.456.379,51	2.503.888,76	2.473.999,82
São João da Boa Vista	2.747.199,71	2.821.154,83	2.949.100,38	2.456.379,51	2.858.965,18	2.637.883,98
São José dos Campos	833.730,99	2.023.349,34	2.353.001,94	2.019.708,37	1.766.800,10	2.080.393,20
São Paulo	14.976.626,46	18.664.930,09	22.629.398,30	18.426.111,91	17.050.989,15	16.727.482,08
São Roque	2.619.906,03	2.847.792,35	3.601.348,93	2.930.352,45	2.253.634,89	2.740.010,26
Sertãozinho	2.998.915,38	3.220.033,29	3.217.817,75	2.702.482,14	2.861.627,73	3.702.019,30
Suzano	1.965.864,69	2.197.228,81	2.490.868,75	2.127.406,98	2.408.486,86	2.934.011,44
Votuporanga	2.053.657,97	2.532.760,53	2.755.861,80	2.476.466,82	2.983.172,68	2.958.933,42
Bauru	0,00	0,00	628.469,97	0,00	0,00	0,00
Carapicuíba	0,00	0,00	628.469,97	0,00	0,00	0,00
Francisco Morato	0,00	0,00	628.469,97	0,00	0,00	0,00
Itapeçerica da Serra	0,00	0,00	628.469,97	0,00	0,00	0,00
Itapeva	0,00	0,00	628.469,97	0,00	0,00	0,00
Itaguaçetuba	0,00	0,00	628.469,97	0,00	1.014.624,43	1.208.935,03
Marília	0,00	0,00	628.469,97	0,00	0,00	0,00
Avançado Ilha Solteira	0,00	0,00	0,00	414.523,21	602.214,87	638.651,68
Avançado Limeira	0,00	0,00	0,00	411.191,95	499.965,74	454.804,45
Avançado Mococa	0,00	0,00	0,00	411.191,99	499.965,74	454.804,45

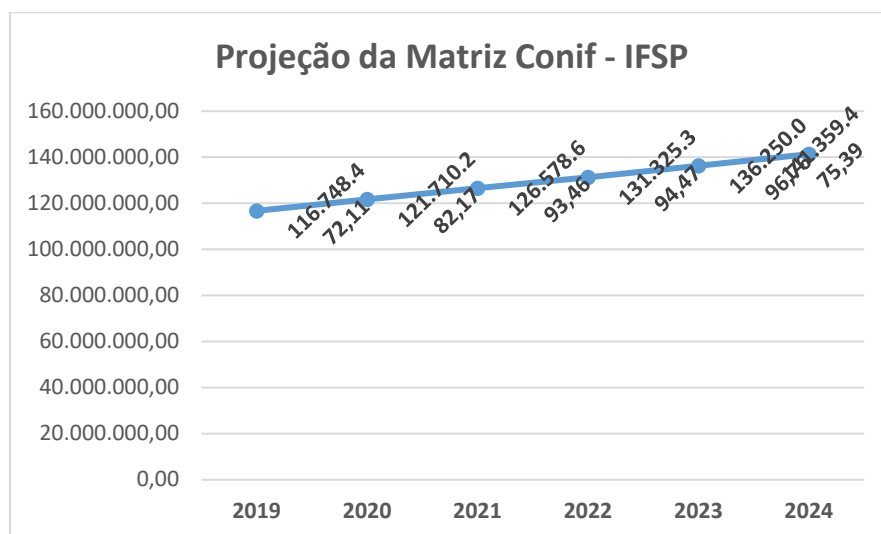
Avançado Pirassununga	0,00	0,00	0,00	410.528,05	506.629,54	454.804,45
Sorocaba	0,00	0,00	0,00	837.565,00	1.169.682,82	1.343.411,15
Avançado Jundiaí	0,00	0,00	0,00	841.973,76	625.066,97	756.640,32
Avançado Tupã	0,00	0,00	0,00	0,00	575.965,55	836.060,03
São Paulo Pirituba	0,00	0,00	628.469,97	0,00	1.011.760,33	1.519.749,39
Total	93.243.256,88	100.778.970,81	119.045.404,22	101.189.134,58	97.955.818,47	104.958.023,55

9.4 PROJEÇÕES DA MATRIZ CONIF

Dada a perspectiva de austeridade fiscal para os próximos exercícios, as restrições de aumento orçamentário, materializada pela Emenda Constitucional nº 95 de 15 de dezembro de 2016 e a iminência da troca de Governo, a projeção do orçamento do IFSP utilizará como base o valor já aprovado para a Matriz Conif de 2019, mais as correções das metas de inflação, disponibilizada pelo Banco Central do Brasil, conforme resoluções nº 4.582 de 09 de Junho de 2017 e resolução nº 4.671 de 26 de junho de 2018.

A meta de inflação está projetada até 2021, portanto, nos exercícios de 2019 a 2021 a meta de inflação é correspondente ao período. Nos exercícios subsequentes, é utilizada como constante a meta para o ano de 2021. Essa abordagem na projeção foi utilizada com a intenção de manter um ponto de vista pouco otimista, conforme pode ser observado no gráfico de projeção do orçamento do IFSP. Em 2019 está programado em 4,25%, 2020 em 4,00% e 2012 em 3,75%.

Figura 62 – Projeção Matriz Conif do IFSP



Fonte: PRA/IFSP, 2018.

Tabela 16 – Projeções da Matriz Conif do IFSP.

Unidade	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Reitoria	16.666.008,51	17.374.313,87	18.069.286,42	18.746.884,66	19.449.892,84	20.179.263,82
Araraquara	2.366.722,62	2.467.308,33	2.566.000,66	2.662.225,69	2.762.059,15	2.865.636,37
Avaré	3.013.477,89	3.141.550,70	3.267.212,72	3.389.733,20	3.516.848,20	3.648.730,00
Barretos	3.046.944,31	3.176.439,45	3.303.497,02	3.427.378,16	3.555.904,84	3.689.251,27
Birigui	2.740.771,67	2.857.254,47	2.971.544,64	3.082.977,57	3.198.589,23	3.318.536,32
Boituva	2.314.550,62	2.412.919,03	2.509.435,79	2.603.539,63	2.701.172,37	2.802.466,33
Bragança Paulista	3.333.788,40	3.475.474,41	3.614.493,39	3.750.036,89	3.890.663,27	4.036.563,15
Campinas	1.535.726,61	1.600.994,99	1.665.034,79	1.727.473,60	1.792.253,86	1.859.463,38
Campos do Jordão	2.203.521,57	2.297.171,24	2.389.058,09	2.478.647,77	2.571.597,06	2.668.031,95
Capivari	2.041.972,55	2.128.756,39	2.213.906,64	2.296.928,14	2.383.062,95	2.472.427,81
Caraguatatuba	2.867.744,93	2.989.624,09	3.109.209,05	3.225.804,39	3.346.772,05	3.472.276,00
Catanduva	2.347.796,71	2.447.578,07	2.545.481,20	2.640.936,74	2.739.971,87	2.842.720,81
Cubatão	4.192.562,31	4.370.746,20	4.545.576,05	4.716.035,15	4.892.886,47	5.076.369,72
Guarulhos	3.611.931,79	3.765.438,90	3.916.056,45	4.062.908,57	4.215.267,64	4.373.340,18
Hortolândia	2.604.487,70	2.715.178,43	2.823.785,56	2.929.677,52	3.039.540,43	3.153.523,20
Itapetininga	2.544.213,42	2.652.342,49	2.758.436,19	2.861.877,55	2.969.197,96	3.080.542,88
Jacareí	1.660.804,42	1.731.388,61	1.800.644,16	1.868.168,31	1.938.224,62	2.010.908,05
Matão	3.034.535,13	3.163.502,87	3.290.042,98	3.413.419,60	3.541.422,83	3.674.226,19
Piracicaba	3.159.707,53	3.293.995,10	3.425.754,90	3.554.220,71	3.687.503,99	3.825.785,39
Presidente Epitácio	2.761.454,38	2.878.816,19	2.993.968,84	3.106.242,67	3.222.726,77	3.343.579,02
Registro	2.196.725,42	2.290.086,25	2.381.689,70	2.471.003,06	2.563.665,68	2.659.803,14
Salto	2.202.987,47	2.296.614,43	2.388.479,01	2.478.046,97	2.570.973,73	2.667.385,25
São Carlos	2.660.138,59	2.773.194,48	2.884.122,26	2.992.276,85	3.104.487,23	3.220.905,50
São João da Boa Vista	2.964.136,68	3.090.112,49	3.213.716,99	3.334.231,37	3.459.265,05	3.588.987,49
São José do Rio Preto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
São José dos Campos	3.133.157,78	3.266.316,99	3.396.969,66	3.524.356,03	3.656.519,38	3.793.638,85
São Paulo	15.137.498,55	15.780.842,24	16.412.075,93	17.027.528,77	17.666.061,10	18.328.538,40
São Roque	2.940.260,35	3.065.221,42	3.187.830,28	3.307.373,91	3.431.400,43	3.560.077,95
Sertãozinho	4.048.756,81	4.220.828,97	4.389.662,13	4.554.274,46	4.725.059,75	4.902.249,49
Suzano	2.911.404,10	3.035.138,77	3.156.544,32	3.274.914,73	3.397.724,04	3.525.138,69
Votuporanga	2.936.407,92	3.061.205,25	3.183.653,46	3.303.040,47	3.426.904,49	3.555.413,40
Bauru	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Carapicuíba	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Francisco Morato	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Itapecerica da Serra	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Itapeva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Itaguaquecetuba	1.378.382,77	1.436.964,04	1.494.442,60	1.550.484,19	1.608.627,35	1.668.950,88
Marília	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Avançado Ilha Solteira	603.458,83	629.105,83	654.270,06	678.805,19	704.260,38	730.670,15
Avançado Limeira	498.365,75	519.546,29	540.328,14	560.590,45	581.612,59	603.423,06

Avançado Mococa	498.365,75	519.546,29	540.328,14	560.590,45	581.612,59	603.423,06
Avançado Pirassununga	15.841,75	16.515,03	17.175,63	17.819,71	18.487,95	19.181,25
Sorocaba	1.456.004,45	1.517.884,64	1.578.600,02	1.637.797,52	1.699.214,93	1.762.935,49
Avançado Jundiá	668.514,83	696.926,71	724.803,78	751.983,92	780.183,32	809.440,19
Avançado Tupã	741.205,10	772.706,32	803.614,57	833.750,11	865.015,74	897.453,83
São Paulo Pirituba	1.209.770,41	1.261.185,65	1.311.633,08	1.360.819,32	1.411.850,04	1.464.794,42
Avançado S. Miguel Pta.	498.365,75	519.546,29	540.328,14	560.590,45	581.612,59	603.423,06
Total	116.748.472,11	121.710.282,17	126.578.693,46	131.325.394,47	136.250.096,76	141.359.475,39

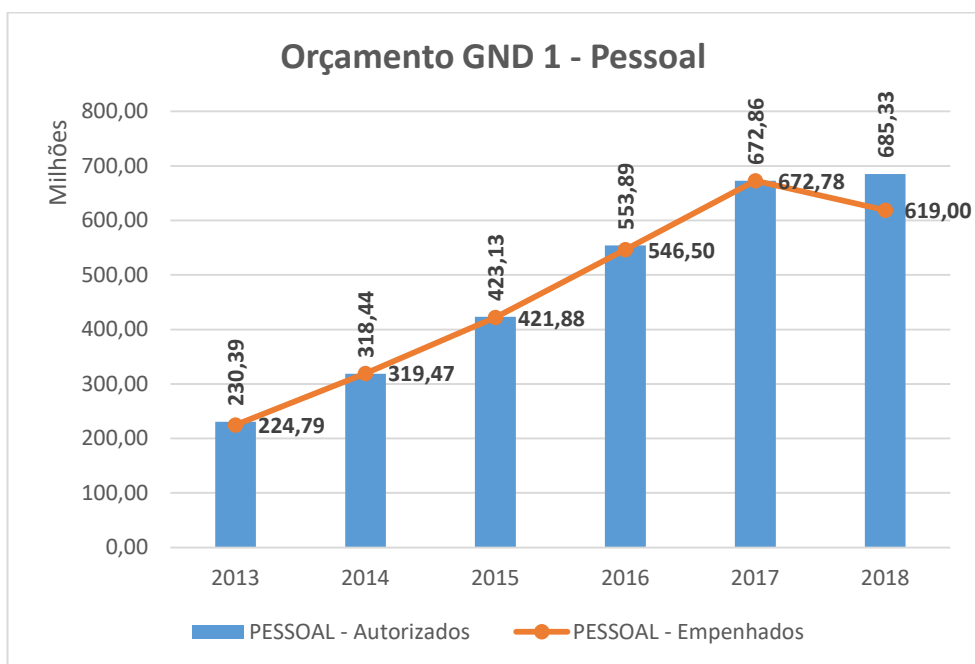
A tabela de projeções da Matriz Conif dos câmpus está considerando apenas o indicador da meta de inflação, porém, a projeção real dependerá do valor que for destinado ao Ministério da Educação para os exercícios vindouros, das políticas de priorização da SETEC e dos critérios que estiverem vigentes na Matriz Conif. Portanto, essa projeção é simples e precisa ser revisada no momento de reavaliação do PDI.

9.5 CAPACIDADE FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

A capacidade financeira e orçamentária do Instituto Federal de São Paulo, tem como alicerce a Lei Orçamentária Anual - LOA. Isso quer dizer que a geração de despesas não deve ultrapassar o limite estabelecido por lei para cada exercício. Considerando essa condição, o IFSP sempre teve como prática respeitar os limites orçamentário estabelecidos para o exercício, bem como qualquer contingenciamento determinado no decorrer dos exercícios que se passaram.

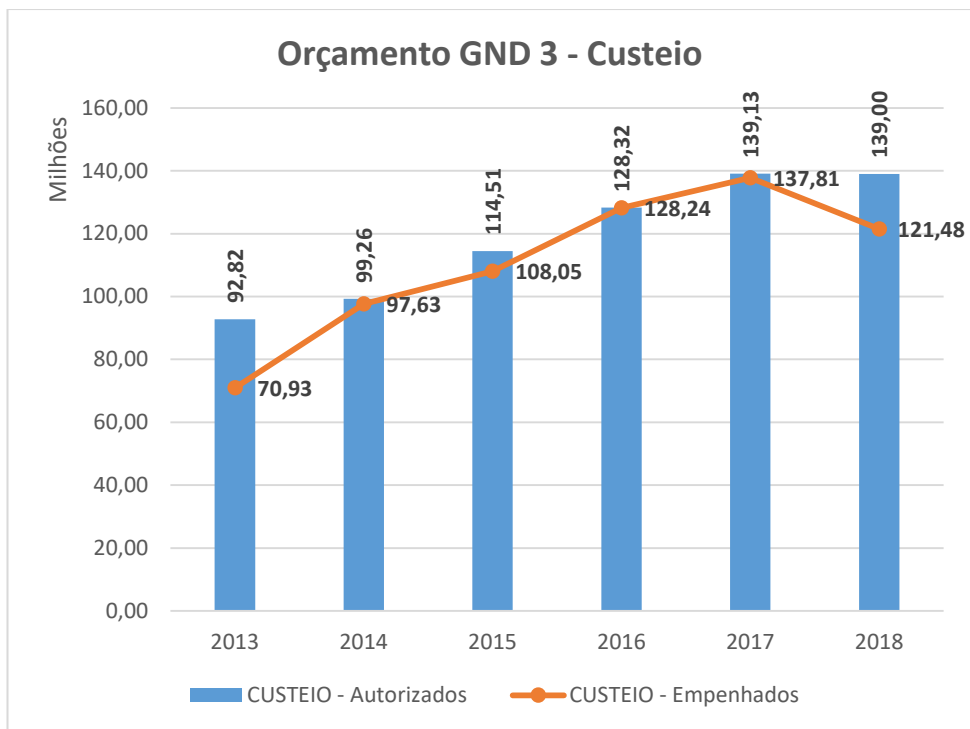
No início de cada exercício, a LOA apresenta o orçamento autorizado, porém, no decorrer do ano, ocorrem remanejamentos e suplementações que são ajustados posteriormente. Os ajustes costumam acontecer até o final do segundo ano subsequente ao do orçamento. Nos gráficos a seguir são apresentados o comparativo do orçamento atualizado em cada exercício contra o que foi executado (empenhado).

Figura 63 – Orçamento: Pessoal



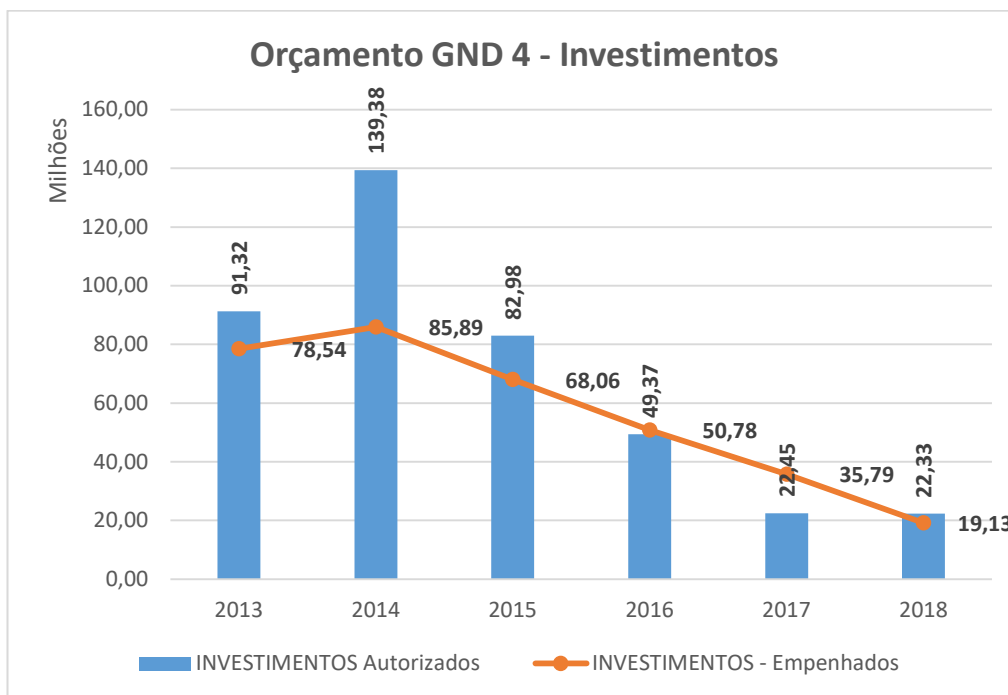
Fonte: PRA/IFSP, 2018.

Figura 64 – Orçamento: Custeio



Fonte: PRA/IFSP, 2018.

Figura 65 – Orçamento: Investimentos



Fonte: PRA/IFSP, 2018.

Tabela 17 – Evolução do orçamento do IFSP.

Ano	Item Informação		9	13	29
			DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS (CONTROLE EMPENHO)
	Grupo Despesa		Movimento R\$ (Item Informação)	Movimento R\$ (Item Informação)	Movimento R\$ (Item Informação)
2018	4	INVESTIMENTOS	7.541.050,00	22.333.000,00	19.132.390,88
	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	154.243.883,00	139.003.344,00	121.477.082,15
	1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	635.351.487,00	685.332.047,00	618.998.088,96
	Total		797.136.420,00	846.668.391,00	759.607.561,99
2017	4	INVESTIMENTOS	7.596.367,00	22.450.538,00	35.787.255,56
	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	146.755.750,00	139.125.497,00	137.811.564,57
	1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	528.190.705,00	672.861.648,00	672.776.099,48
	Total		682.542.822,00	834.437.683,00	846.374.919,61
2016	4	INVESTIMENTOS	47.465.994,00	49.369.127,00	50.779.260,46
	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	110.776.788,00	128.322.508,00	128.241.272,67
	1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	401.463.282,00	553.892.812,00	546.501.070,61
	Total		559.706.064,00	731.584.447,00	725.521.603,74
2015	4	INVESTIMENTOS	74.777.979,00	82.977.231,00	68.059.280,64
	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	122.014.590,00	114.507.149,00	108.054.817,39
	1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	275.279.608,00	423.127.755,00	421.880.522,25
	Total		472.072.177,00	620.612.135,00	597.994.620,28
2014	4	INVESTIMENTOS	106.364.881,00	139.375.830,00	85.887.772,34
	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	107.525.918,00	99.261.105,00	97.627.496,30
	1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	214.987.675,00	318.435.381,00	319.472.008,98
	Total		428.878.474,00	557.072.316,00	502.987.277,62
2013	4	INVESTIMENTOS	77.452.999,00	91.318.959,00	78.542.743,63
	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	81.041.036,00	92.823.224,00	70.933.724,47
	1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	143.957.986,00	230.392.278,00	224.790.550,28
	Total		302.452.021,00	414.534.461,00	374.267.018,38
Total			3.242.787.978,00	4.004.909.433,00	3.806.753.001,62

Fonte: Tesouro Gerencial – 18/10/2018.

Em 2016 e 2017, o valor empenhado nas despesas de investimentos aparece maior do que a dotação autorizada devido ao momento de final de exercício, no qual, ocorre remanejamentos e suplementações entre as unidades da SETEC. Os ajustes são efetuados nos exercícios seguintes. De toda forma, esses remanejamentos e suplementações são autorizados pela SETEC.

As despesas de folha de pagamento são estimadas e coordenada pela própria SETEC. O papel do IFSP é o de executar e informar necessidades de

reestimativas no decorrer do exercício. As contratações do IFSP são autorizadas pelo Ministério do Planejamento e aprovadas pela SETEC. Para os próximos exercício, o IFSP ainda possui cerca de 40 códigos de vagas para contratação de docentes. Essas vagas serão preenchidas no próximo concurso que está programado para novembro de 2018. Ou seja, a despesa com pessoal aumentará, entretanto, esse aumento já foi programado pelos órgãos superiores.

As despesas de custeio apresentam aumento no decorrer do tempo, contudo, o número de câmpus do IFSP também aumentou, por isso, a demanda de serviços e aquisições de materiais para o funcionamento das unidades é uma constante e uma preocupação para os próximos exercícios.

As despesas de capital apresentam queda no passar do tempo, um dos motivos é a diminuição do ritmo de expansão da Rede, porém, no IFSP, praticamente todas as unidades possuem demandas de adequação de sua estrutura. Isso sem considerar as novas unidades que precisam ser construídas e outras que ainda não foram inauguradas devido a necessidades de ajustes da estrutura disponível. O plano de expansão para o IFSP, cadastrado no Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação – SIMEC, é de 55 unidades. Atualmente, o IFSP se encontra com 37 unidades ativas. Isso significa que a conclusão do plano de expansão dependerá de apoio da SETEC e outros meios para finalização e adequação das unidades.

As perspectivas para os orçamentos seguintes não são as melhores, principalmente, devido a implantação da Emenda Constitucional nº 95, sobre o teto dos gastos públicos. No entanto, apesar das dificuldades a equipe de gestão trabalha para garantir que o funcionamento das unidades não seja comprometido pela restrição nos orçamentos.

As alternativas para suprir as necessidades com despesas de investimentos são por meio de articulação com a SETEC e Parlamentares, no intuito de angariar Termo de Execução Descentralizada – TED e Emendas Parlamentares. Mais recentemente, em 2017/2018, outra alternativa é trabalhar com as Fundações de Apoio para captação de recursos e promover a execução de projetos que ajudem no desenvolvimento do IFSP.

9.6 SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

A sustentabilidade financeira, em linhas gerais, pode ser entendida como a capacidade de não gastar mais do que se recebe. Dentro do contexto do orçamento público, o IFSP, na sua condição de Autarquia Federal, atende a esse requisito. No entanto, quando se fala em sustentabilidade, a ideia do termo se refere a algo além do equilíbrio das contas, nele é considerada a maneira como os recursos são aproveitados para que não sejam extintos no decorrer do tempo. Por isso, a sustentabilidade financeira na área pública pode ser considerada como o uso consciente do recurso público, de maneira a garantir a existência da instituição no decorrer do tempo.

Dentro do escopo da sustentabilidade financeira, o IFSP se esforça para promover o melhor aproveitamento dos recursos disponibilizados pela LOA. A tarefa é a de se preocupar em não comprometer a qualidade do ensino ao revisar e readequar as despesas.

O trabalho de revisar e redimensionar todos os serviços contratados e materiais adquiridos pelo IFSP, dentro do limite orçamentário definido, se preocupa, antes de tudo, manter as atividades de funcionamento das unidades. Mesmo com os recursos escassos, nenhuma unidade do IFSP foi fechada, mesmo no momento de uma expansão desenfreada, promovida nos últimos 10 anos pelos órgãos superiores.

Ações como a troca de lâmpadas comuns por lâmpadas de led foram exemplos de ações para diminuição do custo de energia elétrica, além de contribuir com a sustentabilidade financeira, atua também na sustentabilidade ambiental. Além dessa ação, o IFSP mantém a busca por melhores formas de utilizar seus recursos. Outro exemplo é a ideia de implantação de usinas fotovoltaicas, essa é mais uma forma de contribuir com o meio ambiente e favorecer a sustentabilidade financeira da Instituição.

Antes de abrir uma nova unidade, o IFSP costuma ponderar os impactos orçamentários de maneira a perceber se o funcionamento desta possa ser comprometido por períodos de austeridades fiscal. Esse tipo de cautela também é mais uma ação voltada a sustentabilidade financeira para que os recursos financeiros possam atender as unidades que estejam em funcionamento e para que permaneçam no decorrer do tempo.

As unidades do IFSP estão operando de forma bastante otimizada devido as limitações orçamentárias. Algumas vezes, comprometendo o nível de qualidade esperado de uma Instituição Federal de Ensino. Por isso, a orientação para revisão dos serviços e aquisições de materiais e equipamentos é uma necessidade constante, diante de um cenário não otimista para os recursos orçamentários no futuro.

9.7 DIRECIONAMENTO ESTRATÉGICO

O direcionamento estratégico para o próximo PDI (2019 a 2023) envolve o seguinte:

- Implantação do Sistema (Módulo Planejamento e Orçamento);
- Promoção da Transparência;
- Promoção do Orçamento Participativo;
- Análise da Despesas;
- Reavaliar o percentual de dedução para ações sistêmicas na divisão do orçamento.

A implantação do Sistema (módulo de planejamento e orçamento), visa a contribuir com a disponibilidade de informações de forma mais prática para auxiliar a tomada de decisão dos gestores. No momento, o sistema adotado foi o SUAP. O SUAP é um sistema desenvolvido, inicialmente, pelo Instituto Federal do Rio Grande Do Norte – IFRN e eles abriram para que outros Institutos Federais usassem para integrar suas atividades administrativas. O módulo de planejamento e orçamento ainda estão em fase de teste e a estimativa é a de que em 2019 esteja em produção.

A promoção da transparência, com o auxílio do sistema, visa proporcionar tanto para comunidade interna como para sociedade, não somente para os órgãos de controle, uma espécie de prestação de contas sobre o uso dos recursos públicos. Esse direcionamento vai de encontro à lei 12.527 de 18 de novembro de 2011, Decreto 7.724, de 16 de maio de 2012 e da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2.000. No IFSP, existe informações disponíveis no site referente ao orçamento, porém, estima-se que no próximo PDI sejam elaboradas formas mais intuitivas de acesso as informações.

A promoção do orçamento participativo é um instrumento que promove a democracia e está em consonância com os anseios contemporâneos da sociedade, no qual, o cidadão tem o desejo de participar na priorização dos gastos que serão executados com os recursos públicos. Por meio dessa ferramenta é estimulado o exercício da cidadania e o compromisso da população com o bem público. O IFSP possui algumas iniciativas nesse sentido e pretende consolidá-las no próximo PDI.

A análise das despesas consiste em avaliar o dimensionamento determinada despesa e ratificar a pertinência de tal gasto em determinado período. Essa avaliação deve ser constante para proporcionar a sustentabilidade financeira do IFSP e promover o melhor aproveitamento do recurso público.

A revisão na dedução do percentual do orçamento é uma demanda levantada pelo Coldir e tem a finalidade proporcionar maior autonomia as unidades ao terem mais recursos orçamentários disponíveis para suas atividades. Entretanto, a revisão dos percentuais envolvem o compromisso das unidades em assumirem responsabilidades que tendem a deixar de serem sistêmicas.

9.8 ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

O IFSP, desde 2013, vem promovendo a prática do orçamento participativo no decorrer do tempo. O início da democratização do orçamento começou com a atitude de descentralizar o orçamento e convidar os diretores das unidades a participarem do detalhamento das despesas de suas unidades.

Mais um passo em direção ao orçamento participativo é o apoio aos gestores das unidades por meio do que é chamado no IFSP de atendimento "*persona*". Esse atendimento consiste em convidar o gestor e, em conjunto, elencar as despesas com contratações de serviços e aquisições de materiais programados para a unidade naquele período. Esse detalhamento tem sido elaborado com base nos limites orçamentários.

A forma participativa na descentralização do orçamento também se reflete no Colégio de Dirigentes – Coldir. O Coldir é composto pelos gestores das unidades e tem a função de debater assuntos pertinentes ao IFSP e sobre a educação em geral, no intuito de encontrarem soluções para as dificuldades encontradas nas

suas unidades. Em relação ao orçamento, o Coldir tem a função de entrar em consenso a respeito da metodologia de divisão do orçamento adotada pela reitoria. Uma das deliberações acertadas no Coldir foi alteração do percentual de dedução que fica na reitoria para ações sistêmicas de 20% para 12,7%.

Além do Coldir, o IFSP conta com a atuação do Conselho do Câmpus – Concam. Cada câmpus possui o seu Concam que é composto por membros da comunidade. A participação do Concam aproxima mais o cidadão da participação na priorização do uso do orçamento público. No próximo PDI (2019 a 2013), o IFSP se direciona a consolidar e aprimorar a participação do Concam nas atividades e acompanhamento da execução do orçamento nas suas respectivas unidades.

REFERÊNCIAS

ALVES, R. O sorteio é mais justo. **Folha de São Paulo**, [São Paulo], 25 de nov. 2003. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/sinapse/ult1063u645.shtml>. Acesso em: 09 de nov. 2017.

BORGES NETTO, M.; SANTOS, S. M. Grupo Escolar Dr. Duarte Pimentel de Ulhôa: memória, história, linguagem e cidadania (1930-1960). **Horizonte Científico**, Uberlândia, v.1, n.9, p.1-20, jan./dez. 2008. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/horizontecientifico/article/download/4034/3007>. Acesso em: 18 fev. 2019.

BRASIL. [Constituição Federal de (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 23 out. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017**. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2015-2018/2017/Decreto/D9235.htm. Acesso em: 19 fev. 2019.

BRASIL. **Lei nº 7.395, de 31 de outubro de 1985**. Dispõe sobre os órgãos de representação dos estudantes de nível superior e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1985. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/cCivil_03/LEIS/L7395.htm. Acesso em: 15 out. 2018.

BRASIL. **Lei nº 7.398, de 04 de novembro de 1985**. Dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes de 1º e 2º graus e dá outras providências. Lei Nº 7.398, de 4 de novembro de 1985. Brasília, DF: Presidência da República, 1985. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/cCivil_03/LEIS/L7398.htm. Acesso em: 15 out. 2018.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm. Acesso em: 22 out. 2018.

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 23 de out. 2018.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm. Acesso em: 22 out. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria interministerial nº 1.010, de 08 de maio de 2006**. Institui as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm. Acesso em: 22 out. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Resolução FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Brasília, DF: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, 2013. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/legislacao/item/4620-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-26,-de-17-de-junho-de-2013>. Acesso em: 18 fev. 2019.

CHAUÍ, M. A reforma do ensino. **Discurso**, n. 8, p. 148-159, 1978.

DAGNINO, R. P. **Planejamento estratégico governamental**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009.

DUBET, F. O que é uma escola justa? **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 123, p. 539-555, set./dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v34n123/a02v34123.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2019.

FDI. **O PDI como ferramenta de gestão**: orientações para elaboração. Fórum de Pró-Reitores de Desenvolvimento Institucional da RFEPT. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <https://portal.ifpe.edu.br/o-ifpe/desenvolvimento-institucional/documentos-norteadores/texto-o-pdi-como-ferramenta-de-gestao-orientacoes-para-elaboracao-1-1.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2019.

FERNANDES, F. A luta pela escola pública: perspectivas históricas. **Revista da Educação - Apeoesp**, [São Paulo], n. 5, out. 1990, p. 18-23.

GARCIA, N. J. **O que é propaganda ideológica?** São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1985.

GRAMSCI, A. Caderno 12 (1932). Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais. In: GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 15-53. v.2.

IFSP. **Anuário IFSP nº 01**. São Paulo: IFSP, 2016. Disponível em: https://pre.ifsp.edu.br/index.php?option=com_weblinks&view=category&id=142&Itemid=503. Acesso em: 18 fev. 2019.

IFSP. **PDI 2009-2013**. São Paulo: IFSP, 2009.

IFSP. **PDI 2014-2018**. São Paulo: IFSP, 2014. Disponível em: <http://www2.ifsp.edu.br/index.php/instituicao/comissoes/pdi-2013.html>. Acesso em: 18 fev. 2019.

IFSP. **Regimento Geral do IFSP**. São Paulo: IFSP, 2013. Disponível em: <http://www2.ifsp.edu.br/index.php/documentos-institucionais/regimentogeralifsp.html>. Acesso em: 18 fev. 2019.

INTEGRAÊ. **5 passos para construir uma Atlética**. [S.l.]: Integraê, 2017. Disponível em: <http://integrae.com.br/5-passos-para-fazer-a-sua-atletica/>. Acesso em: 15 out. 2018.

LIMA, L. C. A avaliação institucional como instrumento de racionalização e o retorno à escola como organização formal. **Educação & Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. especial, p. 1339-1352, dez. 2015.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MORAES, C. S. V. Educação de jovens e adultos trabalhadores de qualidade: regime de colaboração e Sistema Nacional de Educação. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 34, n. 124, p. 979-1001, jul./set. 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302013000300017>. Acesso em: 18 fev. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. [Paris]: Organização das Nações Unidas, 1948. Disponível em: https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf. Acesso em: 23 out. 2018.

PIERUCCI, F. Ciladas da diferença. **Tempo Social**, São Paulo, v.2, n. 2, p.7-33, 2. Sem. 1990. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/84798>. Acesso em: 18 fev. 2019.

PINTO, J. M. R.; AMARAL, N. C.; CASTRO, J. A. O financiamento do Ensino Médio no Brasil: de uma escola boa para poucos à massificação barata da rede pública. **Educ. Soc.**, Campinas, v.32, n. 116, p. 639-665, jul./set. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v32n116/a03v32n116.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2019.

QUIRINO, C. Liberdade e Igualdade. **Discurso**, [São Paulo], n.15, p. 107-204. 1983.

ROMANELLI, O. O. **História da Educação no Brasil (1930-1973)**. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

SALMI, J. **The Challenge of Establishing World-Class Universities**. Washington: The World Bank, 2009. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/EDUCATION/Resources/278200-1099079877269/547664-1099079956815/547670-1237305262556/WCU.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2019.

UNIÃO BRASILEIRA DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS. **Monte seu grêmio em 5 passos**. [S.l.]: União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, [2016?]. Disponível em: <http://ubes.org.br/gremios/#cartilha>. Acesso em: 15 out. 2018.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. **Construa um Centro Acadêmico e fortaleça a rede do movimento estudantil**. São Paulo: União Nacional dos Estudantes, 2014. Disponível em: http://une.org.br/site/wp-content/uploads/2014/12/CARTILHA_ca_ultimo2.pdf. Acesso em: 15 out. 2018.

XAVIER, M. E. S. P. **Capitalismo e escola no Brasil: a constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino (1931-1961)**. Campinas: Papyrus, 1990.

ANEXO I

MODELO DE PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE (PDU)

PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE:
NOME DA UNIDADE



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO
PAULO
PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL-PDI

PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE:
NOME DA UNIDADE 2019 -2023

São Paulo-SP

2018



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO
PAULO

NOME DA UNIDADE

COORDENAÇÃO E ELABORAÇÃO

NOME DOS SERVIDORES

NOME DOS SERVIDORES

NOME DOS SERVIDORES

APRESENTAÇÃO

O Plano de Desenvolvimento Institucional-PDI 2019-2023 é o documento que apresenta as propostas do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de São Paulo, onde desafios institucionais são demonstrados alinhando assim o pensar institucional.

Trata-se, portanto, do planejamento estratégico em âmbito institucional que deve dialogar com os planejamentos estratégicos locais de cada unidade. Assim, dentro de suas peculiaridades e responsabilidades, cada unidade estabelece suas ações de forma a contribuir para o alcance das metas e superação dos desafios do IFSP.

Trata-se de um Plano que rompe a visão fragmentada dos desafios institucionais, com a intenção de alinhar as unidades por meio de uma gestão participativa e pautada numa cultura de planejamento e avaliação contínua das ações.

Este Plano de Desenvolvimento da Unidade da **NOME DA UNIDADE** apresenta o plano de ação para o enfrentamento dos principais desafios para o período de 2019-2023 bem como todo o desdobramento das ações de superação dos desafios institucionais elencados no Plano de Desenvolvimento Institucional no que se refere a esta unidade.

Sumário

1.PERFIL INTITUCIONAL.....	7
1.1 APRESENTAÇÃO DA UNIDADE.....	7
1.2 ORGANOGRAMA DA UNIDADE	7
1.3 ALINHAMENTO DO PDU COM O PDI	7
1.3.2 Ação da unidade vinculada ao PDI.....	16
A Unidade poderá elaborar e inserir um Mapa de direcionamento setorial	16
7.PROGRAMAÇÃO DE EVENTOS E CAMPANHAS.....	7
8.PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO.....	7
9.ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE.....	8
9.3 MONITORAMENTO DO PDU.....	9
9.4 CONTROLE E AVALIAÇÃO	9

1.PERFIL INTITUCIONAL

1.1 APRESENTAÇÃO DA UNIDADE

1.2 ORGANOGRAMA DA UNIDADE

1.3 ALINHAMENTO DO PDU COM O PDI

O PDU é o vinculado ao PDI 2019-2023., Nele as ações da unidade devem ser atribuídas a uma subunidade (departamento) que será responsável por sua execução dando origem ao plano operacional que possibilitará a realização das ações e permitirá o acompanhamento e a avaliação de todas as ações..

O PDU permite observar também as peculiaridades da unidade, neste caso **NOME DA UNIDADE**, podendo estabelecer outros desafios específicos e metas desde que estejam coerentes aos do PDI.

Abaixo apresenta-se o Diagrama Referencial Institucional 2019-2023.

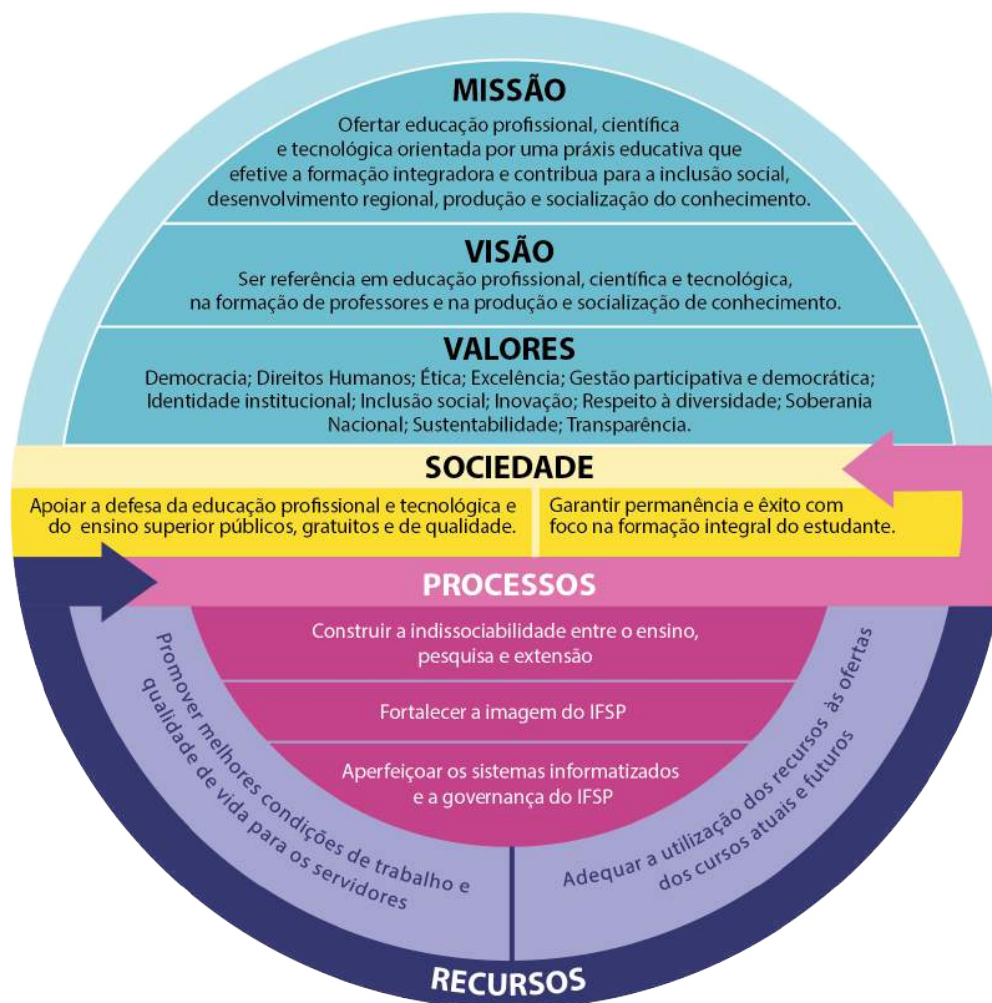


Figura 1: Diagrama Referencial Institucional 2019-2023

Fonte: PDI 2019-2023

Quadro 1: Plano de ação Defesa da educação

Desafio Institucional	Objetivo Específico	Indicador de Desempenho	Ação institucional	Unidade Responsável	Ação da unidade	Indicadores da unidade
1. Apoiar a Defesa da educação profissional e tecnológica e do ensino superior públicos, gratuitos e de qualidade	1.1. Aprimorar a formação cidadã do estudante e papel social do IFSP	1.1. Índice de alunos envolvidos em instâncias de participação e representação estudantil no IFSP;	1.1. Programa Protagonismo Estudantil: Fortalecimento das instâncias de participação e representação dos estudantes	PRE		
	1.2. Ampliar a proximidade com o Arranjo Produtivo Local – APL e Sociais	1.2. Evolução da quantidade de parcerias com o Arranjo Produtivo e Social;	Programa Cultura Extensionista	PRX		
			Programa Mundo do Trabalho	PRX		
			Programa Formação Profissional	PRX		
			Programa Mulheres do IFSP	PRX		
			Programa Extensão na Educação Básica	PRX		
			Programa de Arte, Cultura, Esporte e Lazer	PRX		
			1.3. Programa: Articulação com os 3 poderes	GAB		
	1.3. Aprimorar a Gestão democrática e participativa	1.3. Índice de transparência, gestão democrática e participativa	1.4. Projeto: Ferramentas informatizadas para transparência das ações administrativas e participação	PRD		

Fonte: PDI 2019-2023

Quadro 2: Plano de Ação Permanência e Êxito

Desafio Institucional	Objetivo Especifico	Indicador de Desempenho	Ação institucional	Unidade Responsável	Ação da unidade	Indicadores da unidade
2.Garantir Permanência e Êxito com foco na formação integral do estudante	2.1.Manter e ampliar os programas de bolsas discente (ensino, pesquisa e extensão) e programas de auxílios ao estudante	2.1.Índice de permanência	2.1.PAE	PRE		
			2.2.Programa de Permanência e Êxito	PRE		
			2.3.Programa de Qualidade de vida dos discentes	PRE		
			Programa Cultura Extensionista (Programa de Apoio a Ações de Extensão)	PRX		
			Programa de Arte, Cultura, Esporte e Lazer	PRX		
	2.2.Promover a atualização didática e metodologia de ensino e adaptação às necessidades e peculiaridades do aluno do instituto federal	2.2.Índice de êxito	2.4.Programa FormAção Colabore	DEAD		
	2.3.Aumentar o nº de alunos envolvidos em projetos cooperativos com APL e em Estágio	2.3. Índice de participação dos alunos no mundo do trabalho	2.5.Programa Mundo do Trabalho	PRX		
2.4.Aprimorar o acompanhamento dos egressos	2.4.Índice de participação dos egressos no mundo do trabalho	2.6.Programa de acompanhamento dos egressos	PRX			

Fonte: PDI 2019-2023

Quadro 3: Plano de Ação Fortalecer a imagem

Desafio Institucional	Objetivo Específico	Indicador de Desempenho	Ação institucional	Unidade Responsável	Ação da unidade	Indicadores da unidade
3.Fortalecer a imagem do IFSP	3.1.Elevar a satisfação dos públicos de interesse em relação a comunicação institucional	3.1.Índice de satisfação dos públicos de interesse em relação a comunicação institucional;	3.1.Pesquisa de satisfação (0 a 10) dos públicos de interesse	ASCOM		
			3.2.Plano Estratégico de Comunicação	ASCOM		
			3.3.Período IFSP Acontece	ASCOM		
	3.2.Apliar a aproximação do IFSP com as comunidades em torno dos câmpus	3.2. Evolução da quantidade de parcerias com o Setor Produtivo e Arranjos Sociais;	3.4.Programa Cultura Extensionista	PRX		
			3.5.Projeto de Proteção Intelectual e transferência tecnológica	INOVA		
			3.6.Programa de Empreendedorismo do IFSP	INOVA		
			Programa Mundo do Trabalho (Programa Educação Empreendedora)	PRX		
	3.3.Aprimorar a Internacionalização do IFSP	3.3.Índice de internacionalização do IFSP	3.7.Programa de Internacionalização do IFSP	ARINT		

Fonte: PDI 2019-2023

Quadro 4: Plano de Ação Indissociabilidade

Desafio Institucional	Objetivo Específico	Indicador de Desempenho	Ação institucional	Unidade Responsável	Ação da unidade	Indicadores da unidade
4. Construir a indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão	4.1. Construir uma política de indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e a extensão	4.1. Evolução da quantidade de PPCs com curricularização da Pesquisa e da Extensão;	4.1. Projeto de elaboração da Política de indissociabilidade	PRE; PRX E PRP		
			4.2. Projeto: Curricularização da Extensão	PRP		
			4.3 Programa de Curricularização da Extensão	PRX		
		4.2. Índice de iniciativas para construção da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão;	4.4. Programa de fortalecimento da Pesquisa e Inovação	PRX		
			Programa Cultura Extensionista	PRX		
			4.5. Projeto- Matriz Curricular de Referência	PRE		

Fonte: PDI 2019-2023

Quadro 5: Plano de Ação Sistemas informatizados e Governança

Desafio Institucional	Objetivo Específico	Indicador de Desempenho	Ação institucional	Unidade Responsável	Ação da unidade	Indicadores da unidade
5.Aperfeiçoar os sistemas informatizados e a governança do IFSP	5.1.Aperfeiçoar os sistemas informatizados de gestão integrada e transparente	5.1.Percentual de processos atendidos por sistema integrado;	5.1.Programa: Consolidação da ferramenta informatizada integrada de gestão nas áreas de ensino, pesquisa, extensão e administração	PRD		
			5.2.Projeto IFSP Digital	PRD		
	5.2.Aprimorar a governança institucional	5.2.Índice geral de governança;	5.3.Projeto: Elaboração/Implantação da Política de Gestão de Riscos	Comissão de Gestão de Riscos		

Fonte: PDI 2019-2023

Quadro 6: Plano de Ação Condições de trabalho e Qualidade de vida

Desafio Institucional	Objetivo Específico	Indicador de Desempenho	Ação institucional	Unidade Responsável	Ação da unidade	Indicadores da unidade
6.Promover melhores condições de trabalho e qualidade de vida para os servidores	6.1.Promover a qualidade de vida no trabalho dos servidores	6.1.Índice de qualidade de vida dos servidores;	6.1.Programa de Qualidade de vida	PRD		
			6.2.Programa de Promoção à Saúde	PRD		
			6.3.Programa de combate a assédio moral e sexual e de respeito às questões de Gênero	PRD		
	6.2.Propiciar a satisfação no trabalho	6.2.Índice de satisfação dos servidores no trabalho;	6.4.Programa de melhoria do Clima Organizacional	PRD		
	6.3.Fomentar o desenvolvimento de pessoal do IFSP	6.3.Índice de desenvolvimento de pessoal;	6.5.Projeto: Centro de Referência em formação de Servidores	PRD		
	6.4.Favorecer a integração entre servidores intra e intercâmpus		6.6Projeto:Integração dos servidores intra e inter unidades	PRD		

Fonte: PDI 2019-2023.

Quadro 7: Plano de Ação Recursos

Desafio Institucional	Objetivo Específico	Indicador de Desempenho	Ação institucional	Unidade Responsável	Ação da unidade	Indicadores da unidade
7. Adequar a utilização dos recursos às ofertas dos cursos atuais e futuros	7.1. Adequar a infraestrutura física às ofertas educacionais	7.1. Percentual de Implantação do Plano Diretor de Infraestrutura;	7.1. Projeto: Plano Diretor de Infraestrutura-Consolidação e Implementação	PRA		
	7.2. Adequar o orçamento às ofertas educacionais	7.2. Percentual da execução orçamentária destinada às ofertas educacionais;	7.2. Política de Manutenção de infraestrutura-elaboração e Implementação	PRA		
			7.3. Projeto: Orçamentário participativo	PRA		
	7.3. Firmar parceria com agentes locais e/ou fornecedores para viabilizar a otimização de espaços/ acessos e orçamento	7.3. Percentual de parceria em prol do acesso aos câmpus;	7.4. Projeto-Acesso aos câmpus	PRA		
	7.4. Adequar a infraestrutura física para o atendimento à pessoas com necessidades específicas	7.4. Quantidade de câmpus com infraestrutura adequada às normas de acessibilidade;	7.5. Projeto- Acessibilidade nos câmpus	PRA		
	7.5 Adequar a força trabalho às demandas educacionais	7.5. Relação Aluno Professor;	7.6. Projeto: Adequação da Força de trabalho do IFSP	PRD		
7.6. Relação Aluno Técnico Administrativo;						

Fonte: PDI 2019-2023

1.3.2 Ação da unidade vinculada ao PDI

VINCULAÇÃO AO PDI 2019-2023					
Nº do Desafio	Nº da Ação Institucional	Ação proposta pela Unidade	Responsável (subunidade)	Indicador da ação da unidade	Meta da unidade

A Unidade poderá elaborar e inserir um Mapa de direcionamento setorial

7.PROGRAMAÇÃO DE EVENTOS E CAMPANHAS

O **quadro XX** apresenta a Matriz de Divulgação:

ATIVIDADES	PERÍODO	PÚBLICO	PERFIL DA AÇÃO
EVENTOS			
CONGRESSO ENSINO			
CONGRESSO PESQUISA			
CONGRESSO EXTENSÃO			
CAMPANHAS			
	01/02 a 15/04	Interno	
Seletivo IFSP		Externo	Plano de divulgação específico
Sou mais IF			
Setembro Amarelo			
Outubro Rosa			
Novembro Azul			
O que tem no meu campus			
Semana Nacional da Ciência e Tecnologia		Interno	
Semana Nacional da Ciência e Tecnologia		Externo	

8.PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

O planejamento orçamentário partirá de um estudo feito pela Pró reitoria de Administração e as direções das unidades.

Programa/Ação	2019*	2020*	2021*	2022	2023
TOTAIS					

9.3 MONITORAMENTO DO PDU

O Monitoramento do PDU se dará em reuniões trimestrais com os responsáveis por cada dimensão de acompanhamento definido no item 9.2. Nessas reuniões serão apresentados dados relativos às metas estabelecidas, as dificuldades encontradas e as estratégias sugeridas para superar cada dificuldade. Em anexo segue modelo de ata destas reuniões.

9.4 CONTROLE E AVALIAÇÃO

Enquanto o **módulo de planejamento do SUAP** não estiver pronto, a unidade fará controle interno em planilhas, onde os dados coletados, pelos responsáveis das ações, alimentarão os indicadores que deverão ser avaliados, quanto a realização das metas e quais as linhas se deve priorizar ou adicionar aos anos subsequentes.

Todos os pontos deverão ser discutidos na reunião de avaliação do plano que ocorrerá semestralmente.

Um relatório de avaliação (que subsidiará o Relatório de Gestão) deverá ser apresentado ao órgão designado pela Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional semestralmente.

Segue abaixo o cronograma de monitoramento e avaliação das atividades do PDU.

Setor	2019											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Setor	2020											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Setor	2021											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Setor	2022											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Setor	2023											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez

	Reunião de Monitoramento
	Reunião de Avaliação

ANEXO I

ATA DE REUNIÃO DE ANÁLISE SETORIAL Nº ____/2020

Local: _____ Data: ____/____/____/ Hora: _____

Pauta: _____

1º ITEM	OBJETIVOS DA REUNIÃO
INFORMAÇÃO	Reunião de avaliação da execução das metas sob responsabilidade da... Metas:
2º ITEM	CONTEXTUALIZAÇÃO
EXPOSIÇÃO	A reunião aconteceu na sala da ..., o principal objetivo é orientar a área, nas ações e metas de suas responsabilidades, no que há maior dificuldade propondo soluções viáveis.
3º ITEM	META 33
EXPOSIÇÃO, DISCUSSÃO E DECISÃO	
4º ITEM	CALENDÁRIO DE REUNIÕES
DECISÃO	
8º ITEM	ABRANGÊNCIA GERAL
DECISÃO	

Agradecemos a presença de todos, a (o) Senhora (o), assessora de relações institucionais, deu por encerrada a reunião, da qual para fins de direito foi lavrada a presente Ata, assinada por todos os presentes.

RELAÇÃO DE PARTICIPANTES

ANEXO II

PLANOS DE AÇÃO DOS CÂMPUS VISANDO A MELHORIA DOS BALIZADORES



Com você, planejando o futuro.

Revisão dos atuais capítulos

RESUMO

Este documento apresenta uma análise dos indicadores de gestão do IFSP-Campus Campinas e um plano de metas e ações para que o campus atinja o indicador de 20% de licenciaturas e formação de professores.

COMISSÃO LOCAL-
IFSP-CÂMPUS
CAMPINAS –
ANDREIWID SHEFFER
CORREA,
CRIGIONALDO
BREDARIOL, MARCELO
GARCIA BONFIM

Sumário

1 MOTIVAÇÃO	2
2 DO NÃO ATENDIMENTO DO BALIZADOR PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES	2
3 ANÁLISE DA PLANILHA DE IMPACTO DO CAMPUS	4
4 PLANO DE METAS E AÇÕES	11
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	14

1 MOTIVAÇÃO

Este documento tem por objetivo atender ao pedido da Comissão Central do PDI que, por meio do Memorando Circular 12/2018, solicitou à Comissão Local reanálise do balizador para formação de professores (20%), considerando a proposta do Plano de Oferta de Vagas para o PDI 2019-2023.

Para isto, este documento contém análises mais aprofundadas dos indicadores de gestão do IFSP Câmpus Campinas, mencionando os pormenores que levaram a Comissão Local a não propor cursos presenciais de formação de professores e, conseqüentemente, ao não atendimento do balizador em questão. Este documento também sugere, conforme solicitado pela Comissão Central do PDI, um plano de metas e ações que poderá ser operacionalizado no decorrer da execução do PDI 2019-2023.

2 DO NÃO ATENDIMENTO DO BALIZADOR PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES (20%)

O Plano de Oferta de Vagas para o PDI 2019-2023, elaborado pela Comissão Local do PDI e aprovado pelo Conselho de Câmpus, previu os percentuais de oferta contidos na Tabela 1 a seguir:

Tabela 1 - Percentuais de oferta

Balizador	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025*
Técnico	60,0%	60,1%	59,2%	62,6%	64,1%	65,5%	65,5%	65,5%
Formação de professores	2,9%	3,3%	3,3%	3,0%	2,9%	2,8%	2,8%	2,8%
Outros	37,1%	36,6%	37,5%	34,4%	33,1%	31,8%	31,8%	31,8%
PROEJA	0,0%	0,0%	0,0%	4,1%	8,0%	11,5%	11,5%	11,5%

Fonte: Plano de Oferta de Vagas para o PDI 2019-2023 de 29 de setembro de 2018.

Note-se que o balizador referente à formação de professores constou com percentual de 2,8%. Este percentual, inferior aos 20% requeridos pela

legislação, se deu pela impossibilidade de oferta de cursos presenciais adicionais para a formação de professores, sobretudo devido ao limitador imposto ao câmpus de 70 docentes. Tal situação foi oportunamente justificada pela Comissão Local no Plano de Ofertas ao propor uma solução a curto prazo com a previsão de oferta de Curso de Licenciatura em Pedagogia como polo EaD, conforme passagem a seguir extraída do Memorial Descritivo do Plano de Oferta de Vagas para o PDI 2019-2023 de 29 de setembro de 2018.

A oferta deste curso no formato de polo EaD, apesar de não contribuir diretamente para o atendimento dos balizadores pelo câmpus, segundo simulações na planilha de impacto, contribuirá para melhoria dos balizadores do IFSP. A previsão do curso no formato polo EaD se deu como alternativa viável no curto prazo para oferta de licenciatura, tendo em vista a inviabilidade momentânea de oferta no modelo presencial devido ao limitador de 70 docentes imposto ao câmpus.

Desta forma, seguindo as diretrizes contidas no Memorando Circular nº 05, de 08 de junho de 2018, a Comissão Local priorizou a utilização do quantitativo restante de seis professores a serem contratados para a proposta de oferta de curso Proeja presencial. Assim, com a previsão do Proeja, não era prudente prever adicionalmente um curso presencial para formação de professores pois o limitador de 70 docentes não permitiria a contratação de eventuais novos professores para atender à formação específica, o que resultaria na inviabilidade técnica de cumprir com o planejamento institucional.

Neste bojo, a Comissão Local, por meio de análises pormenorizadas nos PPCs, detectou distorções e excedentes nas cargas horárias dos cursos ora previstos e em execução no câmpus, as quais poderiam ser revertidas para a propositura de novos cursos ou ampliação o plano de ofertas. A este respeito, reproduz-se passagem contida no Memorial Descritivo do Plano de Oferta de Vagas para o PDI 2019-2023 de 29 de setembro de 2018.

As possíveis reformulações detectadas levariam à necessidade de rediscussão dos PPCs junto ao corpo docente, discente e demais partes interessadas. O processo de reformulação de

PPCs segue procedimento regulamentado pela Pró-reitoria de Ensino, o que demanda planejamento, estudos e tempo específicos e compatíveis com a relevância do trabalho. Com isso, devido ao exíguo cronograma estabelecido para conclusão desta etapa do PDI, a Comissão Local adotou uma abordagem conservadora não indicando especificamente os perfis de docentes a serem adequados, sobretudo devido à imprevisibilidade de quantitativo de aproveitamento de carga horária docente eventualmente excedente nos cursos ora em execução/previstos no câmpus.

Convém colocar que o aproveitamento de carga horária docente, eventualmente excedente, abre a possibilidade de ampliação do Plano de Oferta, viabilizando novas entradas ou novos cursos a serem discutidos futuramente, ou então pode ser revertido para redistribuição de carga horária docente atuante nos cursos regulares e de formação inicial e continuada..

Desta forma, entende-se que a ampliação do Plano de Oferta, aventada a partir do possível aproveitamento de carga horária excedente/distorcida, inclui a possibilidade de novos cursos presenciais para formação de professores para atender ao balizador de 20%. Para isto, conforme exposto, se faz necessário levar a cabo a rediscussão dos PPCs e respectivos processos de reformulação.

Cabe-nos aqui lembrar e enfatizar, conforme também contido no Memorial Descritivo do Plano de Oferta, que a cidade de Campinas conta com muitas ofertas de cursos de licenciatura ofertados por universidades públicas e privadas. Esta sobreposição de ofertas faz com que a demanda seja menor do que a oferta, o que poderia resultar em dificuldade de preencher as vagas ofertadas, agravado por elevadas taxas de evasão que são históricas para cursos do tipo. Sobre este cenário, a Comissão Local ateve-se estritamente ao cumprimento dos balizadores legais, o que está sendo determinado pela Comissão Central do PDI ao solicitar a elaboração deste documento para prever um plano de metas e ações para oferta mínima de 20% das vagas previstas no câmpus Campinas a serem destinadas à formação de professores.

3 ANÁLISE DA PLANILHA DE IMPACTO DO CAMPUS

O Plano de Oferta de Vagas proposto para o PDI 2019-2023 e aprovado pelo conselho de câmpus conta com os cursos contidos nas Tabelas 2 a 5, conforme a seguir:

Tabela 2 - Oferta de cursos técnicos e de qualificação profissional presenciais

Curso	Tipo de Oferta	Duração (semestres)	Ingresso	Vagas	Turno	Situação	Previsão
Informática	Concomitante/ Subsequente	3	Semestral	40	M	Regime	01/02/2018
Eletroeletrônica	Concomitante/ Subsequente	4	Semestral	40	N	Regime	01/08/2016
Eletrônica	Integrado	8	Anual	40	M	Implantação	01/02/2017
Informática	Integrado	8	Anual	40	V	Implantação	01/02/2018
Telecomunicações	Proeja-Técnico	6	Anual	40	N	Novo	01/02/2021
Desenvolvimento de Sistemas	Concomitante/ Subsequente	4	Anual	40	N	Extinção	31/12/2017
Eletroeletrônica	Integrado	6	Anual	40	I	Extinção	31/12/2016

Fonte: Plano de Oferta de Vagas para o PDI 2019-2023 de 29 de setembro de 2018.

Tabela 3 - Oferta de cursos de graduação presenciais

Curso	Tipo de Oferta	Duração (semestres)	Ingresso	Vagas	Turno	Situação	Previsão
Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Tecnólogo	6	Anual	40	N	Regime	01/08/2013
Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Tecnólogo	6	Anual	40	V	Regime	01/08/2016
Eletrônica Industrial	Tecnólogo	6	Anual	40	V	Implantação	01/08/2017

Fonte: Plano de Oferta de Vagas para o PDI 2019-2023 de 29 de setembro de 2018.

Tabela 4 - Oferta de cursos de Pós-graduação presenciais

Curso	Tipo de Oferta	Duração (semestres)	Ingresso	Vagas	Turno	Situação	Previsão
Educação para a inserção social	Especialização	4	Anual	30	N	Em regime	01/08/2016
TICs aplicadas ao ensino de ciências	Especialização	4	Anual	30	N	Implantação	01/02/2018
Área de informática	Especialização	4	Anual	30	N	Novo	01/02/2020
Microeletrônica	Especialização	4	Anual	30	N	Novo	01/02/2020

Fonte: Plano de Oferta de Vagas para o PDI 2019-2023 de 29 de setembro de 2018.

Tabela 5 - Oferta de cursos EaD

Curso	Tipo de Oferta	Duração (semestres)	Ingresso	Vagas	Ofertante ou Polo	Fomento	Situação	Previsão
Pedagogia	Licenciatura	8	Anual	50	Polo	UAB	Novo	01/02/2021

Fonte: Plano de Oferta de Vagas para o PDI 2019-2023 de 29 de setembro de 2018.

A composição dos cursos previstos com a situação de nova oferta nas Tabelas 2 a 5 buscou atender aos balizadores legais, ao arranjo produtivo local, ao convênio existente entre IFSP/CTI Renato Archer e à compatibilização do quadro atual de docentes e de infraestrutura existentes, sobretudo direcionados aos eixos tecnológicos já consolidados no Câmpus Campinas a partir dos cursos com a situação em regime e em implantação.

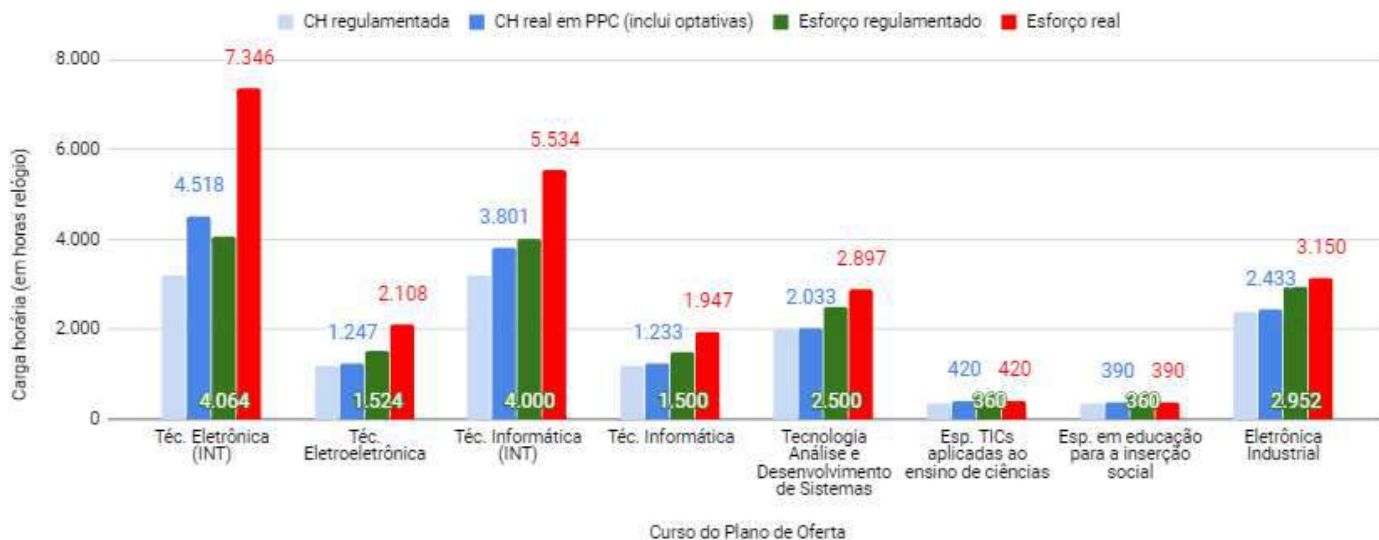
Ao analisar os dados da planilha de impacto (Anexo I), conjuntamente com o PPCs, percebeu-se que os cursos do câmpus estão sendo ofertados com carga horária real¹ e carga horária atribuída (esforço real)² acima da carga

¹ Carga horária real é a carga horária presente no PPC, computadas as disciplinas optativas.

² Carga horária atribuída ou esforço real considera, além da carga horária em cada componente curricular, a quantidade de horas adicionais necessárias para a subdivisão de turmas para as disciplinas que possuem aulas práticas.

horária regulamentada³. O Gráfico 1 a seguir mostra esta situação considerando somente os cursos em regime e em implantação.

Gráfico 1 - Carga horária real X carga horária atribuída (esforço real) para os cursos em regime e em implantação



Fonte: Planilha de impacto versão 1.2⁴.

Conforme exposto no Gráfico 1, o curso Técnico em Eletrônica integrado deveria estar próximo da carga horária mínima de 3.200 horas, contudo é ofertado com uma carga horária total de 4.506 horas em componentes curriculares. Além disso, considerando o Fator de Esforço de Curso (FEC) para este curso, deveria ter uma carga horária adicional de até 27% da regulamentada, ou 4.064 horas, devido às aulas práticas. No entanto, o curso consome 7.346 horas atribuídas ou 129% da carga horária regulamentada, que representa 3.282 horas acima do previsto.

Ao analisar o PPC do Técnico em Eletrônica integrado, percebeu-se que a fonte desses excessos/distorções estava localizada na carga horária atribuída dobrada para boa parte dos componentes curriculares da formação

³ Carga horária regulamentada é a carga horária mínima do curso estabelecida pela SETEC/MEC. O esforço regulamentado poderá ser obtido pela multiplicação da carga horária mínima pela Fator de Esforço do Curso (FEC), definido para cada curso.

⁴ Percebeu-se diferença para maior em todas as cargas horárias em comparação com a versão 1.0 da planilha anexada no Plano de Oferta de Vagas para o PDI 2019-2023 de 29 de setembro de 2018. Supõe-se que esta diferença tenha origem na correção de erros de cálculo da versão anterior.

comum e todos os componentes da formação profissionalizante, além de um total de 13 disciplinas optativas previstas no curso. As Figuras 1 a 3 apresentam o recorte destes pontos que foram extraídos do PPC.

Figura 1 - Carga horária atribuída dobrada para componentes da formação geral

Componente Curricular	Cód.	Trat. Met.	Núm. Prof.	Aulas semanais				Total de Ch por área	Total de ch/com componente	Total aulas	Total horas
				1º	2º	3º	4º				
Língua Portuguesa e Literatura	LPT	T	1	2	2	2	2	18	8	320	267
Arte	ART	T/P	1	2	0	0	0		2	80	67
Educação Física	EFI	T/P	1	2	0	2	0		4	160	133
Linguagens I	LG1	T/P	2	0	2	0	0	8	2	80	67
Linguagens II	LG2	T/P	2	0	0	2	0		2	80	67
Matemática	MAT	T	1	2	2	2	2	16	8	320	267
Biologia	BIO	T/P	2	0	2	0	2		4	160	133
Física	FIS	T/P	2	2	2	0	0		4	160	133
Química	QUI	T/P	2	2	0	2	0		4	160	133
Ciências da Natureza I	CN1	T/P	2	0	2	0	0		2	80	67
Ciências da Natureza II	CN2	T/P	2	0	0	2	0		2	80	67
História	HIS	T	1	2	0	2	0	20	4	160	133
Geografia	GEO	T	1	0	2	2	0		4	160	133
Filosofia	FIL	T/P	2	1	1	1	1		4	160	133
Sociologia	SOC	T/P	2	1	1	1	1	4	4	160	133
Humanidades I	AH1	T/P	2	0	0	0	2		2	80	67
Humanidades II	AH2	T/P	2	0	0	0	2		2	80	67
Língua Inglesa	ING	T	1	2	2	0	0	4	4	160	133
= Sub Total I				18	18	18	12			2.640	2.200

Fonte: PPC do Técnico em Eletrônica integrado ao ensino médio

Figura 2 - Carga horária atribuída dobrada para componentes da formação profissional

Desenho Técnico	DET	T/P	2	2	0	0	0	31	2	80	67
Circuitos Elétricos	CEC	T/P	2	4	0	0	0		4	160	133
Eletrônica Analógica I	EA1	T/P	2	0	4	0	0		4	160	133
Eletrônica Digital	EDI	T/P	2	0	4	0	0		4	160	133
Eletrônica Analógica II	EA2	T/P	2	0	0	2	0		2	80	67
Comandos e Máquinas Elétricas	CME	T/P	2	0	0	4	0		4	160	133
Instalações Elétricas	IEL	T/P	2	0	0	0	2		2	80	67
Automação Industrial	AUI	T/P	2	0	0	0	4		4	160	133
Microprocessadores	MPC	T/P	2	0	0	0	3		3	120	100
Eletrônica de Potência	EP1	T/P	2	0	0	0	2		2	80	67
Fundamentos de Eletricidade e Magnetismo	FEM	T/P	2	2	0	0	0	12	2	80	67
Projeto Integrador I	PI1	T/P	2	2	0	0	0		2	80	67
Projeto Integrador II	PI2	T/P	2	0	2	0	0		2	80	67
Projeto Integrador III	PI3	T/P	2	0	0	2	0		2	80	67
Projeto Integrador IV	PI4	T/P	2	0	0	0	2		2	80	67
Inglês Técnico Instrumental	ITI	T/P	2	0	0	0	2	2	80	67	
ZANTE = Sub Total II				10	10	8	15			1.640	1.435

Fonte: PPC do Técnico em Eletrônica integrado ao ensino médio

Figura 3 - Disciplinas optativas previstas no curso

Componente Curricular	Cód.	Téc. Mat.	Núm. Prof.	Aulas semanais		Carga Horária	Total Aulas	Total horas
Espanhol	ESP	T	1	2		2	80	67
Libras	LUB	T	1	2		2	80	67
Tópicos em Língua Portuguesa	TLP	T	1	2		2	80	67
Tópicos em Matemática	TLM	T	1	2		2	80	67
Tópicos de Estatística	EST	T	1	2		2	80	67
Desenho Assistido por Computador	CAD	T/P	2	2		2	80	67
Projetos eletrônicos assistidos por computador	PEC	T/P	2	2		2	80	67
Tópicos em Telecomunicações	TEL	T	1	2		2	80	67
Educação Financeira	FIN	T	1	2		2	80	67
Empreendedorismo, Cooperativismo e Inovação	EO	T	1	2		2	80	67
Gerenciamento de Projetos	GPR	T/P	1	2		2	80	67
Responsabilidade Social e Sustentabilidade	RSS	T	1	2		2	80	67
Técnicas de Apoio e Tomada de Decisão	TAD	T	1	2		2	80	67

Fonte: PPC do Técnico em Eletrônica integrado ao ensino médio

Situação semelhante, porém com menor intensidade, ocorre com o curso Técnico em Informática integrado, que também possui uma carga horária regulamentada de 3.200 horas. O curso é ofertado em 3.801 horas total em componentes curriculares e consome uma carga horária atribuída de 5.534 horas. Se considerar o FEC para este curso, deveria ser ofertado com adicional de até 25% da carga horária regulamentada, ou 4.000 horas, devido às aulas práticas, o que representa 1.534 horas acima do previsto.

No PPC do Técnico em Informática também se verifica carga horária atribuída dobrada para boa parte dos componentes curriculares da formação comum, de forma muito semelhante ao Técnico em Eletrônica integrado. Já a formação profissionalizante, possui carga horária atribuída dobrada para nove das 13 componentes curriculares existentes. Ademais, neste curso, são previstas somente três disciplinas optativas. As Figuras 4 a 6 apresentam o recorte destes pontos que foram extraídos do PPC.

Figura 4 - Carga horária atribuída dobrada para componentes da formação geral

Componente Curricular	Cód.	Trat. Met.	Núm. Prof.	Aulas semanais				Carga horária				Total aulas	Total horas
				1º	2º	3º	4º	1º	2º	3º	4º		
Língua Portuguesa e Literatura	CLP	T	1	2	2	2	2	67	67	67	67	320	267
Arte	CAR	T/P	1	2	0	0	0	67	0	0	0	80	67
Educação Física	CEF	T/P	1	2	0	2	0	67	0	67	0	160	133
Linguagens I	CL1	T/P	2	0	2	0	0	0	67	0	0	80	67
Linguagens II	CL2	T/P	2	0	0	2	0	0	0	67	0	80	67
Matemática	CMT	T	1	2	2	2	2	67	67	67	67	320	267
Biologia	CBL	T/P	2	0	2	0	2	0	67	0	67	160	133
Física	CFI	T/P	2	2	2	0	2	67	67	0	67	240	200
Química	CQM	T/P	2	2	0	2	0	67	0	67	0	160	133
Ciências da Natureza I	CC1	T/P	2	0	2	0	0	0	67	0	0	80	67
Ciências da Natureza II	CC2	T/P	2	0	0	2	0	0	0	67	0	80	67
História	CHT	T	1	2	2	0	0	67	67	0	0	160	133
Geografia	CGE	T	1	0	2	2	0	0	67	67	0	160	133
Filosofia	CFL	T/P	1	2	0	2	0	67	0	67	0	160	133
Sociologia	CSC	T/P	1	0	2	2	0	0	67	67	0	160	133
Humanidades I: Sociedade e Meio Ambiente	CH1	T/P	2	0	0	0	2	0	0	0	67	80	67
Humanidades II: Ética e Política contemporânea	CH2	T/P	2	0	0	0	2	0	0	0	67	80	67
Língua Inglesa	CLI	T	1	2	2	0	2	67	67	0	67	240	200
FORMAÇÃO GERAL = Sub Total I				18	20	18	14	600	667	600	467	2800	2333

Fonte: PPC do Técnico em Informática integrado ao ensino médio

Figura 5 - Carga horária atribuída dobrada para componentes da formação profissional

Desenvolvimento Web Estático		IDW	T/P	2	2	0	0	0	67	0	0	0	80	67
Lógica e Técnicas de Programação		ILG	T/P	2	4	0	0	0	133	0	0	0	160	133
Organização de Computadores e Sistemas Operacionais		ISO	T	1	2	0	0	0	67	0	0	0	80	67
Fundamentos de Banco de Dados		IBD	T/P	1	0	2	0	0	0	67	0	0	80	67
Linguagem de Programação		ILP	T/P	2	0	4	0	0	0	133	0	0	160	133
Desenvolvimento Web Dinâmico		IWD	T/P	2	0	2	0	0	0	67	0	0	80	67
Sistemas de Gerenciamento de Banco de Dados		ISB	T/P	2	0	0	2	0	0	0	67	0	80	67
Análise e Projeto de Sistemas		IAP	T/P	1	0	0	2	0	0	0	67	0	80	67
Redes de Computadores e Infraestrutura		IRC	T/P	1	0	0	4	0	0	0	133	0	160	133
Tópicos Avançados		IAV	T/P	1	0	0	0	2	0	0	0	67	80	67
Gestão de Projetos e Empreendedorismo		IGE	T/P	1	0	0	2	0	0	0	0	67	80	67
Articulada	Projeto Integrador I	IP1	T/P	2	2	0	0	0	67	0	0	0	80	67
	Projeto Integrador II	IP2	T/P	2	0	2	0	0	0	67	0	0	80	67
	Projeto Integrador III	IP3	T/P	2	0	0	2	0	0	0	67	0	80	67
	Projeto Integrador IV	IP4	T/P	2	0	0	0	4	0	0	0	133	160	133
FORMAÇÃO PROFISSIONALIZANTE = Sub Total II				10	10	10	8	333	333	333	267	1520	1267	

Fonte: PPC do Técnico em Informática integrado ao ensino médio

Figura 6 - Disciplinas optativas previstas no curso

Espanhol	OES	T	1	2	67	80	67
Inglês Instrumental	OIN	T	1	2	67	80	67
Libras	OLB	T	1	2	67	80	67

Fonte: PPC do Técnico em Informática integrado ao ensino médio

Após análise dos cursos integrados, pode-se concluir que o fato dos cursos conterem excessos/distorções nas cargas horárias restringe a ampliação do Plano de Oferta do câmpus. Cabe-nos destacar que se verifica acentuado excesso/distorção na formação geral, em especial nas ciências da natureza, pois são atribuídos dois professores em todos os componentes curriculares. Aliado a isso, conforme consta na planilha de impacto, a área de química possui a menor carga horária atribuída do câmpus, que é de 8,9 horas/semana/professor para o semestre de pico 2022/1.

No curso Técnico em Eletrônica integrado, ainda na formação geral, há uma distorção de carga horária atribuída nos componentes filosofia e sociologia, por considerar dois professores. Ao longo do curso, a carga horária semanal total atribuída nessas disciplinas é de 8 aulas. Se considerar as disciplinas articuladas de Humanidades I e Humanidades II, a carga horária atribuída chega a 10 aulas semanais.

Na formação profissional do curso Técnico em Eletrônica integrado, percebe-se dobra de professores em todos os componentes curriculares. No curso Técnico em Informática integrado, a dobra ocorre em 60% dos componentes.

Os demais cursos do campus possuem excessos/distorções menores, porém ainda demandam discussões e ajustes para chegar mais próximo possível dos indicadores de gestão da SETEC/MEC.

4 PLANO DE METAS E AÇÕES

Considerando a solicitação presente no Memorando Circular nº 12/2018 da Comissão Central do PDI, o qual solicita ao câmpus uma reanálise do PDI para atingir o balizador de 20% referente à oferta de cursos de formação pedagógica ou formação de professores, segue a abaixo um plano de metas e ações a serem realizadas:

Meta 01:

Reformular os cursos em regime e em implantação no Câmpus Campinas de modo que suas cargas horárias fiquem o mais próximo possível da regulamentada e dentro do esforço total definido pela SETEC/MEC. A Tabela 6 a seguir mostra o esforço da meta a ser atingida para cada curso em regime e em implantação no câmpus:

Tabela 6 - Esforço da meta para os cursos em regime e em implantação

Curso	Esforço atual (CH + FEC)	Esforço da meta (CH + FEC)	Diferença
Téc. em eletrônica integrado	7.346	4.064	3.282
Téc. em eletroeletrônica com/sub	2.108	1.524	584
Téc. em Informática Integrado	5.533	4.000	1.533
Téc. em informática com/sub	1.947	1.500	447
CST Análise e desenvolvimento de sistema	2.897	2.500	397
CST Eletrônica industrial	3.150	2.952	198
Pós-Graduação TICs aplicadas ao ensino de ciências	420	360	60
Pós-Graduação para Inserção Social	390	360	30

Ação 01:

O campus deverá, conforme as Resoluções 163/2017 e 37/2018, que tratam das diretrizes para os cursos Técnicos de Nível Médio na forma Integrada ao Ensino Médio, e do currículo de referência, reformular todos os cursos do câmpus para que atinjam a carga horária regulamentada e demais diretrizes da SETEC/MEC. O prazo para implementação dos currículos novos é de 2021.

Meta 02:

Reduzir as aulas atribuídas para as disciplinas de Física, Química e Biologia para apenas um docente por disciplina. Para as aulas práticas, criar disciplina específica compreendendo as ciências da natureza. Para que seja discutido a viabilidade e demanda para a abertura de uma licenciatura na área de ciência da natureza.

Ação 02:

Orientar as CEICs nas reformulações dos cursos para que a área de ciências da natureza possa atingir os balizadores de gestão, levando em consideração os aspectos pedagógicos para a realização de tais componentes curriculares e as boas práticas adotadas em outros PPCs do IFSP.

Meta 03:

Rever a necessidade de disciplinas articuladas com dupla docência.

Ação 03:

Orientar as CEICs sobre o impacto nas cargas horárias com a definição de disciplinas adicionais, sobretudo articuladas, para que possam atingir os balizadores de gestão, levando em consideração os aspectos pedagógicos para a realização de tais componentes curriculares e as boas práticas adotadas em outros PPCs do IFSP.

Meta 04:

Estudar a viabilidade e demanda de cursos de licenciaturas na área de ciências da natureza a serem ofertados.

Ação 04:

Ao longo do processo de revisão do PDI 2019-2023, realizar audiências públicas com as comunidades interna e externa para apresentar e construir qual licenciatura na área de ciências da natureza deverá ser prevista no Plano de Oferta do PDI 2019-2023.

Meta 05:

Evitar a dupla docência para os componentes curriculares de Sociologia e Filosofia.

Ação 05:

Orientar as CEICs nas reformulações dos cursos para que as disciplinas de sociologia e filosofia possam contribuir com os balizadores de gestão, levando em consideração os aspectos pedagógicos para a realização de tais componentes curriculares e as boas práticas adotadas em outros PPCs do IFSP.

Ação 06:

Revisar o PDI para que possa realizar um estudo de viabilidade e demanda para a oferta do curso de Formação de Professores para graduados (bacharéis).

Meta 06:

Na revisão do PDI 2019-2023, após as reformulações dos cursos, discutir com a comunidade a oferta do curso de Formação de Professores para início de implementação em 2022.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este documento teve como objetivo fazer uma análise mais aprofundada dos cursos técnicos integrados por conterem maiores excessos/distorções, os quais são determinantes, atualmente, para a não expansão do plano de oferta de vagas para os cursos de licenciatura no câmpus.

Considerando que este plano de ações e metas seja cumprido, há a possibilidade de se prever a abertura de uma licenciatura no médio prazo. Por mais que o campus não atinja o percentual de 20% com apenas uma licenciatura, sendo necessária a abertura de uma segunda, o campus Campinas estará mais próximo do atendimento de tal balizador, o que contribui com os indicadores do IFSP como um todo.

Cabe-nos lembrar que a discussão de uma licenciatura poderá ensejar na abertura de novo eixo no câmpus, certamente não sendo possível sua verticalização devido ao limitador do número de docentes, o que vai contra as diretrizes atuais do IFSP.

Outra ressalva que se faz necessária é a sobreposição de cursos de licenciatura existentes na região de Campinas. Conforme mencionado, a região sugere oferta além da demanda, o que dificulta o preenchimento de todas as vagas e a conseqüente a permanência e o êxito dos alunos no curso.

Em 04 de dezembro de 2018

À Comissão Central do PDI

Assunto: Memorando Circular 10/2018 – Comissão Central do PDI (responde)

Prezados:

Em atendimento às orientações constantes no Memorando Circular 10/2018 – Comissão Central do PDI, foi designada membros para constituírem Grupo de Trabalho Para Elaboração de Plano de Ação – PDI do IFSP Câmpus Catanduva, por meio da Portaria nº 141 de 23 de novembro de 2018. No dia 27 de novembro de 2018 a Comissão Local do PDI do Câmpus Catanduva reuniu-se com os membros desse Grupo de Trabalho, para discutir estratégias para oferta do PROEJA. Nessa reunião, foi atualizado a todos os presentes sobre a existência de três projetos PROEJA FIC Fundamental aprovados (Resolução nº62/2016, de 6 de setembro de 2016, Resolução nº63/2016, de 6 de setembro de 2016 e Resolução nº100/2016, de 4 de outubro de 2016.) Esses cursos PROEJAs foram ofertados, mas não houve procura pelos cursos. Ponderou-se que uma das ações a ser realizada seria procurar parcerias nos municípios vizinhos (verificar a demanda e possibilidades de transporte), tendo como objetivo utilizar os PPCs já aprovados. Foi esclarecido aos presentes que a parceria com a SEE já foi estudada, em reunião presencial com representante da dirigente de ensino, e concluiu-se que a modalidade PROEJA FIC Médio é inviável. Para uma segunda ação, propôs-se a oferta de PROEJA Médio próprio. Deve-se realizar um estudo do impacto da redução de carga horária dos outros cursos já existentes em período de reformulação ou ainda uma possível substituição de curso. A discussão gerou o cronograma de ações detalhadas a seguir:

- Fevereiro e março de 2019: visitas aos municípios vizinhos, concomitante ao estudo de projeção do impacto das diferentes modalidades de PROEJA na carga horária docente e infraestrutura;
- Até final de Abril: Divulgação à comunidade interna do trabalho realizado junto às prefeituras e dos estudos de impacto realizados de fevereiro a março;
- Maio e junho: Reuniões com os todos os segmentos do câmpus a fim de promover discussões e definir qual PROEJA será implantado;
- Agosto e setembro: Elaboração da proposta final e encaminhamento para a Comissão Central.

Sem mais para o momento,


Ricardo Rodrigues Jimenez

Presidente da Comissão Local – câmpus Catanduva



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO**

PORTARIA N.º 141 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2018

*Designa membros para constituírem Grupo de Trabalho
Para elaboração de Plano de Ação –
PDI do IFSP Câmpus Catanduva.*

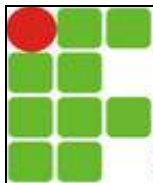
**O DIRETOR GERAL DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO, CÂMPUS CATANDUVA,** no uso de suas
atribuições legais, e considerando o que consta da Portaria nº 3.903 de 04.11.15, resolve:

Art. 1.º - DESIGNAR os membros abaixo relacionados para constituírem um
Grupo de Trabalho para elaboração de um Plano de Ação com relação aos balizadores PROEJA
de acordo com o Memorando Circular 10/2018 – Comissão Central do PDI:

Ricardo Rodrigues Jimenez (presidente)
Aldo Marcel Yoshida Rigatti
Ednéia Virgínia Pinheiro
Joanita Nakamura Granato
Matheus Manoel Teles de Menezes
Murilo Secchieri de Carvalho
Rafael da Costa Natera

A blue ink signature of Osvaldo Severino Junior, consisting of a stylized, overlapping circular and linear pattern.

OSVALDO SEVERINO JUNIOR



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
SÃO PAULO
Campus Piracicaba

DRG
DIREÇÃO GERAL – CÂMPUS PIRACICABA
Rua Diácono Jair de Oliveira, 1005 - Santa Rosa
13.414-155 - Piracicaba - SP
(19)3412-2700

Memorando 060/2018 – DRG/ PRC

Piracicaba, 04 de dezembro de 2018.

A Comissão Central do PDI

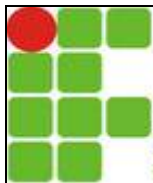
Jean Carlos Rodrigues da Silva
Secretário Executivo

Assunto: PDI – Campus Piracicaba

Prezado Jean,

Conforme solicitado, segue esclarecimentos acerca das indagações do PDI-2019-2023-
Piracicaba, encaminhado via e-mail em 02/12 e 03/12:

- 1- O curso de Especialização em Matemática irá iniciar em 2019-1;
- 2- Foram alterados os oferecimentos das especializações para 40 vagas anuais;
- 3- Para oferecimento do Proeja-Tec, deverá haver um aumento de professores do núcleo comum ou da carga de aulas dos professores. Outro ponto diz respeito ao aumento da quantidade de salas de aulas, pois no momento não dispomos de espaço físico no período noturno. Desta forma este curso foi indicado no PDI como um planejamento futuro, mas no momento não temos condições de oferecê-lo. Por conta destes impedimentos, não foi discutido em qual área este curso seria oferecido.
- 4- O curso Técnico Concomitante em Mecânica terá sua oferta de vagas acrescida em 40 a partir do 1S/2020, perfazendo assim 80 vagas/semestre.
- 5- As cargas horárias dos professores foram corrigidas, pois havia um erro nos dados iniciais. Assim as quantidades de aulas estão adequadas à legislação atual vigente.
- 6- O curso de ADS está em processo de extinção com o oferecimento suspenso desde 2S/2017.



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
SÃO PAULO
Campus Piracicaba

DRG

DIREÇÃO GERAL – CÂMPUS PIRACICABA

Rua Diácono Jair de Oliveira, 1005 - Santa Rosa

13.414-155 - Piracicaba - SP

(19)3412-2700

- 7- O Curso de Tecnologia em Automação Industrial teve seu PPC reformulado com a grade curricular mínima e continuará a ser oferecido. Tal oferecimento se justifica pela demanda regional, curso já reconhecido com nota 4.0 pelo MEC, além da sua tradição e projeção social, como colocado na audiência pública.
- 8- O PDI-Piracicaba será apreciado no Concam de dezembro.

Atenciosamente,



AGUINALDO LUIZ DE BARROS LORANDI
DIRETOR GERAL DO CÂMPUS PIRACICABA

PLANO DE AÇÃO

PROEJA

CÂMPUS SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

1) Considerando o inciso I, da alínea b, do Memorando Circular 10/2018, de 13 de novembro de 2018, o plano de ação do câmpus São José dos Campos consistirá - como indicado no relatório da etapa Plano de Oferta de Cursos e vagas para o PDI 2019-2023 - em análise, para que verifique-se a possibilidade de abertura de um curso PROEJA, dentro das condições atuais apresentadas no referido documento, ou seja, o quadro de professores e a definição do curso, considerando, além dos docentes com disponibilidade de carga horária, a área de interesse da comunidade a ser atendida.

2) Nomeou-se o Grupo de Trabalho, para a análise de abertura de curso para o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja, do câmpus São José dos Campos, por meio da Portaria n.º SJC.0127, de 23 de novembro de 2018, para apresentarem um cronograma de estudos para esta finalidade, com vistas à viabilidade de sua implantação, intensificando-se o contato com órgãos públicos da região, para a realização de parcerias e a identificação de demanda, recorrendo a prefeituras, escolas de EJA de nível fundamental, entre outros.

Um cronograma geral contemplará:

- a) Pesquisa de interesse de áreas que o câmpus conseguirá ofertar, com base no estudo de planilha de impacto, que traga informações sobre carga horária

disponível nas áreas de atuação dos docentes. Como exemplo, ainda que a comunidade indique um curso de *Design* de interiores, não poderá haver tal demanda, visto que o corpo docente do câmpus São José dos Campos está muito próximo do limite de docentes, sem espaço para manobras a curto prazo;

- b) Pesquisa de interesse da comunidade em cursos Proeja Integrado ao Ensino Médio que o câmpus consiga oferecer, haverá o diálogo com a prefeitura, associações de bairro, alunos de cursos de EJA fundamental, avaliando-se o interesse em curso Proeja, com 3 a 4 anos de duração, em período único de aulas (noturno, por exemplo);
 - c) Cruzando as informações das alíneas a e b concluir-se-á que haverá a possibilidade de ofertar-se alguns cursos. A partir daí, a comunidade local discutirá e organizar-se-á com vistas a viabilizar a oferta, desde que haja o interesse municipal e o local na oferta do curso; e
 - d) Definido o curso, iniciar-se-á o trabalho de elaboração do Projeto Pedagógico do Curso - PPC, com vias de implantá-lo no primeiro semestre de 2020.
- 3) O Plano de Ação deverá considerar o ano de 2019 para realização das atividades e envio de proposta.

Cada etapa citada do item 2, a saber, *a*, *b*, *c* e *d* terá um prazo de execução de 75 dias, com *a* e *b* sendo finalizadas no primeiro semestre de 2019, e *c* e *d* finalizadas no segundo semestre de 2019.

- 4) Portanto, o câmpus São José dos Campos não deverá propor cursos em eixos que comprometam a possibilidade de oferta nesta modalidade, até à conclusão dos trabalhos.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO**

PORTARIA N.º SJC.0127/2018 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2018

*Designa membros para Plano de Ação para
Proeja*

**O DIRETOR GERAL DO CÂMPUS SÃO JOSÉ DOS CAMPOS DO INSTITUTO
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO**, no uso de
suas atribuições legais, conforme Portaria n.º 2024, de 31 de julho de 2017, Portaria n.º 3.903,
de 4 de novembro de 2015, e Portaria n.º 652, de 15 de fevereiro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1.º **DESIGNAR** os servidores, abaixo, para comporem o Grupo de Trabalho, para a análise de abertura de curso para o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja, no câmpus São José dos Campos, conforme segue:

- Carlos Eduardo Oliveira da Silva;
- Cristina Sayuri Fukugauchi;
- Fernando Henrique Gomes de Souza - presidente;
- Flavia Ruchdeschel D'Ávila;
- José Roberto Colombo Junior;
- Leonardo Souza dos Santos;



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO**

Continuação da Portaria SJC.0127/2018

- Marcilene Cristina Gomes; e

- Michael Macedo Diniz

Art. 2.º Esta portaria tem validade até 31 de dezembro de 2019.

Art. 3.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Assinatura manuscrita em azul de Valdeci Donizete Gonçalves, com uma linha horizontal decorativa abaixo do nome.

VALDECI DONIZETE GONÇALVES

Publicado em

23/NOVEMBRO/2018



Com você, planejando o futuro.

RESUMO

Este documento apresenta o Plano de Ação em atendimento ao Memorando Circular 10/2018 da Comissão Central do PDI 2019-2023

Comissão Local-IFSP-
Câmpus São Roque
(Titulares) Frank Viana
Carvalho; Jean Louis
Rabelo; Leonardo
Duarte; Leonardo
Preto de Azevedo.

PLANO DE AÇÃO

Em atendimento ao Memorando Circular 10/2018 da Comissão Central do PDI 2019-2023

CÂMPUS: São Roque

DIRETOR GERAL: Ricardo dos Santos Coelho

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O Relatório Final do PDI 2019-2023 do Câmpus São Roque, após intensivos meses de trabalho que envolveu todos os servidores docentes e técnicos, discentes e comunidade, foi aprovado pelo COMCAM em 10 de outubro de 2018. No Relatório foi claramente delineado um plano para estudos visando a implementação de um Curso Proeja no câmpus.

A equipe do PDI, em consonância com as discussões e construções coletivas propôs no documento o estabelecimento de condições para a oferta de cursos e vagas na modalidade Proeja. Para tal, foi proposta a criação de uma Comissão com esta finalidade. Assim, em atendimento ao Memorando e nas sugestões advindas da Comissão central, foi criada uma Comissão com os membros da equipe local do PDI 2019-2023 e os coordenadores dos Cursos do Ensino Médio, pois é justamente este nível de ensino que se volta ao atendimento do PROEJA. Esta Comissão certamente contará com o apoio e colaboração de voluntários que se disponibilizarem a ajudar neste processo de pesquisas e construção.

Relembrando os esforços na direção do PROEJA

A equipe do PDI e a equipe do Sociopedagógico conduziram pesquisas e estudos preliminares que demonstraram potenciais alunos da modalidade e conseguiu 153 respostas a *Questionários de Interesse*, e 33 respostas de matriculados em Educação de Jovens e Adultos, em escolas públicas. Os estudos de viabilidade não apontaram condições para que pudéssemos ofertar, até esse momento, um curso pretendido pela comunidade que vá ao encontro do perfil dos docentes em exercício hoje e, considerando as limitações impostas pela legislação, seria necessária a contratação de novos servidores que poderia inviabilizar o processo.

É propósito do Câmpus São Roque do IFSP criar condições para a oferta do PROEJA. No que diz respeito ao PROEJA FIC, embora esforços estejam sendo

feitos pelo IFSP-SRQ na direção desta construção desde 2017, os servidores estão buscando respostas, ofícios, documentos de entendimento e compromisso, bem como ações e decisões efetivas das autarquias e órgãos públicos municipais no sentido de apresentarem reais condições estruturais para que a parceria possa avançar, e para que a oferta atenda aos alunos dessa modalidade, e assim finalmente os cursos possam de fato ocorrer.

PROEJA e a Demanda Regional. Em pesquisa realizada pela Comissão do PDI com o apoio da comunidade acadêmica em 2018, bem como por pesquisa realizada pela Coordenadoria Sócio pedagógica do câmpus em 2017, observa-se que há demanda pela educação nessa modalidade no município e região. As mesmas pesquisas mostram que há interesse em cursos da área de Administração/Gestão. Entretanto, a Comissão, após várias análises concluiu que o corpo técnico (docentes e técnicos) necessita de mais estudos e análises para realizar uma oferta que de fato atenda à comunidade em relação à demanda e suas especificidades na região.

PROEJA Integrado ao Ensino Médio. Os estudos e pesquisas realizadas se mostraram insuficientes para indicar um direcionamento que levasse o câmpus a projetar nesse momento na planilha de impacto do PDI 2019-2023 a oferta de vagas nesse modelo. Saliencia-se também, que nos últimos anos, o Câmpus São Roque passou a ofertar vagas em três cursos médio integrados, atendendo à uma grande demanda regional. Fato este, realizado exclusivamente em decorrência da contratação de novos docentes, deixando o Câmpus próximo do limite de 70 docentes.

PROEJA FIC. As experiências anteriores com parcerias vivenciadas pelo câmpus mostram que há necessidade de mais estudos e aprofundamentos, bem como a necessidade de documentos de entendimento (Memorandos, Decretos, ou mesmo Leis municipais) que fundamentem a almejada parceria, haja vista que o câmpus tem interesse de ofertar cursos nessa modalidade. Destaca-se ainda, que municipalidade de São Roque atravessa uma grande crise econômica e, que possíveis acordos de longa data, ficam difíceis de gerenciar. Tudo isso reforça a necessidade de análises acuradas e etapas e passos seguros.

Proposta do Câmpus para estudos de viabilidade técnica em 2019:

Tipo de Curso	Curso	Duração (semestres)	Turno	Ações
Técnico Integrado – Modalidade Proeja	Em Pesquisa e Estudo	6	Noturno	Estudos mais amplos sobre a demanda regional e adequação dessa demanda ao quadro atual de docentes e sua habilitação profissional

Projeção dos Percentuais de oferta com a possível criação de um Curso PROEJA (estudos em 2019*; criação do Projeto e ajustes em 2020; início da turma em 2021):

	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Técnico Integrado - (e PROEJA Técnico a partir de 2021)	42,85%	34,28%	42,85%	41,02%	45,71%	41,02%
Formação de Professores	14,28%	31,42%	14,28%	28,2%	20%	28,2%
Outros	42,65%	34,28%	42,85%	30,76%	34,28%	30,76%

* Obs. O PDI não pode ser alterado em 2019, primeiro ano da implementação do PDI 2019-2023

Cronograma e Ações

Diante do exposto, atendendo às sugestões do CONCAM, e agora, atendendo também ao Memorando Circular 10/2018 da Comissão Central do PDI 2019-2023, a Comissão (que envolve a Equipe do PDI 2019-2023 e os coordenadores de Cursos do Ensino Médio do câmpus) executará tais estudos e avaliações ao longo do ano de 2019, possibilitando assim que uma equipe multidisciplinar possa trabalhar em 2020 no desenvolvimento do PPC e demais etapas do processo de criação de um curso para início em 2021.

O câmpus São Roque do IFSP tem ciência da necessidade de atender na oferta aos balizadores 50/20/30, bem como atender a busca da meta de 10% de oferta do Proeja.

Assim, ao trabalhar na construção de caminhos e processos que possibilitem a criação de um curso PROEJA técnico, essa nova oferta levará a uma melhor adequação para atingir os parâmetros legais e institucionais.

O CONCAM em 10 de outubro de 2018 já havia deliberado sobre a necessidade da criação da Comissão que iria estabelecer e executar um plano de trabalho.

Cronograma de Ações da Comissão em 2018/2019

Novembro de 2018	Formação da Comissão e sugestão de Plano de Ação em atendimento ao Memorando Circular 10/2018 da Comissão Central do PDI 2019-2023
Novembro e Dezembro de 2018	Informações à Comunidade Acadêmica e Orientações Gerais
Dezembro 2018 a Fevereiro 2019	Levantamento Inicial de Dados em bases oficiais (IBGE, Secretarias de Educação, Diretorias de Ensino)
Março e Abril de 2019	Pesquisas de Alcance Regional (online e impressas)
Maio de 2019	Reuniões Gerais e Fóruns no Câmpus (todos)
Junho de 2019	Início do Processo de Escolha e Definição do Curso Proeja com base em Pesquisas, Dados Objetivos e Construções Coletivas

Agosto de 2019	Fórum Geral Técnico (Docentes, Técnicos)
Setembro de 2019	Audiência Pública
Setembro de 2019	Encaminhamento do Relatório Final ao CONCAM
Outubro de 2019	Encaminhamento do Relatório Final ao CONSUP

São Roque, 22 de novembro de 2018.

Comissão Local do PDI 2019-2023

Frank Viana Carvalho
Representante Docente

Jean Louis Rabelo de Moraes
Representante Técnico-Administrativo

Leonardo Duarte
Representante Discente

Leonardo Pretto de Azevedo
Representante Acadêmico (Gestão)



Com você, planejando o futuro.

RESUMO

Este documento apresenta Plano de Ação para viabilização de curso na modalidade PROEJA do PDI 2019-2023.

Comissão Local Câmpus Votuporanga

Leonan Augusto Massete
Pera (Discente)
Guilherme Rosati Mecelis
(Docente)
Leiny Cristina Flores Parreira
(Pedagoga)
Rodrigo Cleber da Silva (DAE)
Ricardo Teixeira Domingues
(DAA)

PLANO DE AÇÃO

Atualmente, o câmpus Votuporanga não oferta nenhum curso na modalidade PROEJA.

Hoje, o câmpus não apresenta carga horária de docente suficiente para ofertar cursos PROEJA e a área de formação propedêutica é que está com a carga horária mais elevada. Entretanto, é possível realizar estudos e verificar possíveis parcerias para ofertar na PROEJA em conjunto com as demais áreas técnicas.

O câmpus Votuporanga se compromete em constituir um Grupo de Trabalho em 2019 com o intuito de estudar e viabilizar cursos na modalidade PROEJA, esta comissão será composta durante o planejamento de 2019.

Este Grupo de Trabalho terá como atribuições:

- Acompanhar os trabalhos realizados pelas CEICs (Comissão de Elaboração e Implementação dos Cursos) do câmpus Votuporanga que atualmente estão realizando os trabalhos das matrizes de referência que poderão ocasionar em uma redução de carga horário dos cursos técnicos integrado e de bacharelado, gerando a possibilidade de criar um curso PROEJA próprio;

- Realizar estudos de identificação de demanda na região sobre a oferta de cursos EJA na região de Votuporanga;

- Verificar a possibilidade de parcerias com os municípios da região e a Secretária estadual de educação para a oferta de EJA;

O Plano de Ação deve considerar o ano de 2019 para realização das atividades e envio de proposta a comissão centro do PDI.

Mem. 01/2018 Comissão Local do PDI do Câmpus São Carlos

Em 23 de novembro de 2018.

À Comissão Central do PDI

**Assunto: Resposta ao Memorando Circular 11/2018 (13/11/18)
(Diretrizes para oferta de vagas após análise das propostas)**

Prezados (as),

A Comissão Local de Elaboração do PDI 2019/2023 do câmpus São Carlos, após reuniões realizadas nos dias 14 e 19 de novembro de 2018 (direção e coordenadores) e análise das informações e diretrizes enviadas pela Comissão Central em 13 de novembro de 2018, apresenta os seguintes encaminhamentos:

1. Em relação ao balizador técnico (50%):
 - a. Atendemos à solicitação da Comissão Central propondo o curso Técnico em Manutenção de Aeronaves em Grupo Motopropulsor e o curso PROEJA-TEC-INT em Qualidade, alcançando assim 54.9% em ensino técnico (2023);
2. Em relação ao balizador de formação de professores (20%):
 - a. Atendemos à solicitação da Comissão Central propondo a entrada semestral (ao invés de anual, como anteriormente proposto) no curso de Especialização em Educação: Ciência, Tecnologia e Sociedade a fim de ampliar a oferta de vagas; alcançando assim 2.2% em formação de professores (2023);

- b. A fim de viabilizar oferta de cursos para atendimento dos 20% de formação de professores, foi organizada e implantada, no 2º semestre de 2018, a Especialização em Educação: Ciência, Tecnologia e Sociedade, curso para o qual há disponibilidade de força de trabalho, sem a necessidade de contratação de novos docentes, uma vez que o perfil de formação dos docentes que atuam nesse curso não demanda docentes de um eixo em específicos;
- c. Considerando a força de trabalho atual do câmpus, para abrir um curso de Licenciatura, seriam necessários ao menos 6 novos docentes na área de formação específica do curso a ser ofertado. Assim, considerando a impossibilidade de novas contratações, já que o câmpus possui 73 docentes, é inviável a oferta de curso de licenciatura no momento;
- d. No ano de 2016, foi proposto pelo câmpus a abertura da Licenciatura em Informática, cujo Projeto Pedagógico de Curso foi elaborado e submetido às instâncias internas superiores. No entanto, a abertura de tal curso não foi autorizada;
- e. Para a proposta do PDI 2019-2023, identificamos a existência de muitos cursos de licenciaturas ofertados em instituições públicas e privadas na cidade de São Carlos, conforme tabelas a seguir:

Curso	Instituição
Licenciatura em Ciências Biológicas	UFSCar
Licenciatura em Educação Especial	UFSCar
Licenciatura em Educação Física	UFSCar
Licenciatura em Filosofia	UFSCar
Licenciatura em Física	UFSCar
Licenciatura em Letras – Português/Espanhol	UFSCar
Licenciatura em Letras – Português/Inglês	UFSCar
Licenciatura em Matemática	UFSCar
Licenciatura em Música	UFSCar
Licenciatura em Pedagogia	UFSCar
Licenciatura em Química	UFSCar

Licenciatura em Matemática	USP
Licenciatura em Ciências Exatas	USP

Curso	Instituição
Licenciatura em Pedagogia – Presencial	UNICEP
Licenciatura em Pedagogia – EaD	UNICEP
Licenciatura em Artes Visuais – EaD	UNIP
Licenciatura em Filosofia – EaD	UNIP
Licenciatura em Geografia – EaD	UNIP
Licenciatura em História – EaD	UNIP
Licenciatura em Letras - Português – EaD	UNIP
Licenciatura em Letras - Português/Espanhol – EaD	UNIP
Licenciatura em Letras - Português/Inglês – EaD	UNIP
Licenciatura em Matemática – EaD	UNIP
Licenciatura em Pedagogia – EaD	UNIP
Licenciatura em Sociologia – EaD	UNIP
Licenciatura em Artes Visuais – EaD	Claretiano
Licenciatura em Biologia – EaD	Claretiano
Licenciatura em Computação – EaD	Claretiano
Licenciatura em Educação Especial – EaD	Claretiano
Licenciatura em Educação Física – EaD	Claretiano
Licenciatura em Filosofia – EaD	Claretiano
Licenciatura em Geografia – EaD	Claretiano
Licenciatura em História – EaD	Claretiano
Licenciatura em Letras – Português/Inglês – EaD	Claretiano
Licenciatura em Matemática – EaD	Claretiano
Licenciatura em Música – EaD	Claretiano
Licenciatura em Pedagogia – EaD	Claretiano
Licenciatura em Artes Visuais – EaD	Cruzeiro do Sul
Licenciatura em Ciências Biológicas – EaD	Cruzeiro do Sul
Licenciatura em Ciências Sociais – EaD	Cruzeiro do Sul

Licenciatura em Educação Especial – EaD	Cruzeiro do Sul
Licenciatura em Educação Física – EaD	Cruzeiro do Sul
Licenciatura em Filosofia – EaD	Cruzeiro do Sul
Licenciatura em Física – EaD	Cruzeiro do Sul
Licenciatura em Geografia – EaD	Cruzeiro do Sul
Licenciatura em História – EaD	Cruzeiro do Sul
Licenciatura em Letras – Português/Espanhol – EaD	Cruzeiro do Sul
Licenciatura em Letras – Português/Inglês – EaD	Cruzeiro do Sul
Licenciatura em Letras – Português/Japonês – EaD	Cruzeiro do Sul
Licenciatura em Matemática – EaD	Cruzeiro do Sul
Licenciatura em Pedagogia – EaD	Cruzeiro do Sul
Licenciatura em Química – EaD	Cruzeiro do Sul

f. Tendo em vista a oferta de tais cursos e que 11 desses cursos são ofertados pela UFSCar (onde estamos localizados), consideramos que a abertura de um novo curso de licenciatura dentro das possibilidades do câmpus iria gerar redundância na oferta. Dessa forma, verificamos a possibilidade de contribuir com o requisito de 20% de programas especiais de formação pedagógica por meio da “Especialização em Educação: Ciência, Tecnologia e Sociedade” e do “Mestrado profissional em Ensino”. Assim, o câmpus contribui para consolidação do arranjo produtivo local que apresenta grande demanda por

formação continuada de professores em nível de pós-graduação e também se integra a essa rede de formação de educadores, permitindo a continuidade dos estudos e a ampliação da capacitação desses profissionais já formados;

3. Em relação aos balizadores PROEJA:

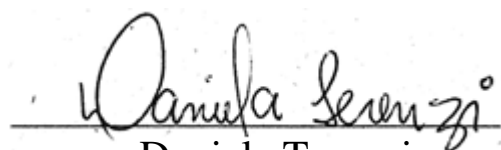
- a. Atendemos à solicitação da Comissão Central fazendo a proposição do curso PROEJA-TEC-INT em Qualidade a ser ofertado a partir de 2021.1, sendo viável a utilização de PPC já aprovado pelo câmpus;
- b. A fim de viabilizar a oferta do curso PROEJA-TEC-INT em Qualidade, propomos a extinção do curso Técnico em Qualidade a partir de 2021.1;

4. Em relação ao balizador “outros”:

- a. Atendemos à solicitação da Comissão Central retirando a proposta do Mestrado em Administração, sendo sua força de trabalho, somada à força de trabalho obtida com a extinção do curso Técnico em Qualidade, dedicada à criação e implantação do curso PROEJA-TEC-INT em Qualidade;

5. Considerando as alterações realizadas, em 2023 a distribuição da oferta de cursos no câmpus São Carlos será composta por 54,9% de Técnico, 8,7% de Proeja, 2,2% de Formação e 34,5% de Outros (Cursos Superiores e Pós-Graduação).

Atenciosamente,



Daniela Terenzi

Docente câmpus São Carlos
Comissão Local do PDI

ANEXO III

CONSIDERAÇÕES DO CONSELHO SUPERIOR

Na reunião do Conselho Superior do IFSP (CONSUP) do dia 12 de março de 2019, ocorreu a apreciação e aprovação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFSP para o período de 2019 a 2023. Para subsidiar a discussão do Conselho e o parecer do Relator, foi enviada a minuta final do documento, elaborada pela Comissão Central do PDI, a Planilha de Oferta de Cursos e Vagas e um Relatório de Elaboração do PDI, constando as principais ações, etapas, e um demonstrativo de participação da comunidade durante o processo elaboração. Além disso, a Comissão de Sistematização do PDI destaca que todos os documentos produzidos pelos câmpus durante a elaboração do PDI, tais como atas de reuniões e audiências públicas, fotos, relatórios, memoriais descritivos, resoluções, planilha de oferta de vagas e outros registros, estão disponíveis no site institucional do IFSP (menu Desenvolvimento Institucional > PDI).

A reunião do Conselho Superior pode ser acessada na íntegra através da gravação disponível no link <https://www.youtube.com/watch?v=-ccBdMfU7fc> e da ata publicada no site institucional do IFSP.

Entretanto, para maior clareza e entendimento das solicitações realizadas pelo Conselho Superior relativas ao PDI 2019-2023, foi solicitado o acréscimo das principais considerações na forma de anexo ao PDI. Dessa forma, seguem abaixo as principais solicitações e apontamentos manifestados pelo Conselho Superior.

1. Fórmulas dos Indicadores:

Conforme metodologia de elaboração do PDI, após a aprovação dos indicadores pelo Conselho Superior, ocorrida em junho de 2018, um Grupo de Trabalho foi formado por integrantes da Comissão Temática 6 para elaboração das fórmulas dos indicadores, definições das variáveis e suas respectivas fontes de dados. Parte dos indicadores foi demonstrado na reunião do CONSUP de 12/03/2019, o qual solicitou que os mesmos fossem também apresentados na forma de anexo ao PDI. Seguem abaixo, portanto, as fórmulas de cálculo dos Indicadores de Desempenho do PDI 2019-2023 propostas pelo Grupo de Trabalho. Após finalização da análise pelas áreas interessadas e pelo GT, os indicadores serão publicados através de Portaria do IFSP. Maiores informações acerca dos indicadores (regulatórios e do PDI), metas, monitoramento e avaliação, estão

apresentados no capítulo 1, a partir da página 145 (item 1.4 - Planejamento Institucional). O Painel de Monitoramento institucional que está sendo elaborado, citado no capítulo 1 e na reunião do CONSUP, já está disponível no site institucional do IFSP (menu Desenvolvimento Institucional > Desenvolvimento Institucional > Monitoramento).

1. Indicadores referentes ao Desafio 1: Defesa da Educação Profissional e Tecnológica e do Ensino Superior Públicos, Gratuitos e de Qualidade.

1.1. Índice de Transparência, Gestão Democrática e Participativa (ITGP)

Objetivo: Medir o nível de transparência pública do IFSP, contemplando a prestação de contas à sociedade e a divulgação de dados que suportem a avaliação e o planejamento institucional.

Algoritmo:

$$ITGP = \frac{\text{Unidades com Ferramenta Online e Aberta de Transparência Organizacional}}{\text{Total de Unidades Organizacionais do IFSP}} \times 100$$

Unidades com Ferramenta Online e Aberta de Transparência Organizacional

Definição: É a quantidade de unidades organizacionais do IFSP que no ano-base divulgaram dados e indicadores voltados a transparência pública, avaliação e planejamento, por meio de ferramenta online e aberta.

Fonte: CIMI-PRD.

Total de Unidades Organizacionais do IFSP

Definição: São as Pró-Reitorias e os câmpus do IFSP existentes no ano-base.

Fonte: CIMI-PRD.

1.2. Índice de Envolvimento Discente em Órgãos Colegiados (IED)

OBJETIVO: Medir o nível de envolvimento dos alunos nos órgãos colegiados do Instituto.

ALGORITMO:

$$IED = \frac{\text{Presenças discentes nas reuniões dos Órgãos Colegiados}}{\text{Presenças discentes previstas nas reuniões dos Órgãos Colegiados}} \times 100$$

Presenças discentes nas reuniões dos Órgãos Colegiados

Descrição: Soma das presenças de representantes discentes nas reuniões de órgãos colegiados do Instituto e dos campi ao longo do ano-base.

Fonte: Secretaria dos Colegiados e relatórios de gestão dos campi.

Presenças discentes previstas nas reuniões dos Órgãos Colegiados

Descrição: Soma do número de presenças discentes potenciais no conjunto dos Órgãos Colegiados, conforme o produto do número de vagas discentes multiplicado pelo número de reuniões realizadas por cada Órgão no ano-base.

Fonte: Secretaria dos Colegiados e relatórios de gestão de gestão dos campi.

1.3. Evolução da quantidade de Parcerias com os Arranjos Produtivos e Sociais (EPAPS)

Objetivo: Medir a evolução quantitativa de parcerias do IFSP com organizações e entidades dos setores produtivo e social.

Algoritmo:

$$EPAPS = \left(\frac{\text{Quantidade de Parcerias com os APS (a)}}{\text{Quantidade de Parcerias com os APS (a-1)}} - 1 \right) \times 100$$

Quantidade de Parcerias com o APS (a)

Definição: Número de parcerias com os APS iniciados no ano-base.

Fonte: Pró-Reitorias e relatórios de gestão dos campi.

Quantidade de Parcerias com o APS (a-1)

Definição: Número de parcerias com os APS iniciados no ano anterior ao do ano-base.

Fonte: Pró-Reitorias e relatórios de gestão dos campi.

2. Indicadores referentes ao Desafio 2: Garantir Permanência e Êxito com Foco na Formação Integral do Estudante.

2.1 Índice de Permanência (IP)

Objetivo: Medir a permanência discente nos cursos oferecidos pelo IFSP.

Algoritmo *:

$$IP = \left(1 - \frac{\text{Matrículas Finalizadas Evadidas}}{\text{Matrículas Atendidas}} \right) \times 100$$

Matrículas Finalizadas Evadidas

Definição: Todas as matrículas que tiveram alteração de status para *Evadido*, *Desligado* ou *Transferido Externo* no ano-base.

Fonte: Pesquisador Institucional.

Matrículas Atendidas

Definição: Todas as matrículas que estiveram *Em Curso* por pelo menos um dia no ano-base.

Fonte: Pesquisador Institucional.

* **Nota:** A divisão das "matrículas finalizadas evadidas" pelas "matrículas atendidas", multiplicada por 100, é o índice *Taxa de Evasão* dos Indicadores de Permanência e Êxito (Nota Informativa 138/2015/DPE/DDR/SETEC/MEC).

2.2 Índice de Êxito (IE) *

Objetivo: Medir o percentual de concluintes entre as matrículas finalizadas.

Algoritmo:

$$IE = \frac{\text{Concluintes}}{\text{Matrículas Finalizadas}} \times 100$$

Concluintes

Definição: Todas as matrículas que tiveram alteração de status para *Concluído* no ano-base.

Fonte: Pesquisador Institucional.

Matrículas Finalizadas

Definição: Todas as matrículas que tiveram alteração de status para *Concluído*, *Evadido*, *Desligado* ou *Transferido Externo* no ano-base.

Fonte: Pesquisador Institucional.

* **Nota:** Mesma fórmula do "Eficiência Acadêmica de Concluintes (EAC)" (Acórdão TCU 22672005) e da "Taxa de Saída com Êxito" dos Indicadores de Permanência e Êxito (Nota Informativa 138/2015/DPE/DDR/SETEC/MEC). O "Manual para cálculo dos indicadores de gestão das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - 2.0" esclarece que: "O cálculo proposto no acórdão previa calcular este indicador pela relação entre todos os alunos que concluíram seu curso no período, independentemente da época de seu ingresso; e, todos os que 'deveriam concluir' neste período [ano-base]. Para adequar à metodologia do SISTEC – baseada no conceito de ciclo de matrícula – este indicador passa a ser a relação entre todos os alunos que concluíram exitosamente seu curso no período (concluintes), independentemente da época de seu ingresso; e, todos os que, de alguma forma, finalizaram seu curso, independentemente do êxito ou não."

2.3 Índice de Participação dos Alunos no Mundo do Trabalho (PAMT)

Objetivo: Medir a participação de alunos em projetos com Arranjos Produtivos e Sociais (APSs) e/ou em estágios não curriculares.

Algoritmo:

$$IPAMT = \frac{\text{Alunos envolvidos em projeto com APS e/ou em estágio não obrigatório}}{\text{Alunos Matriculados em Cursos Regulares}} \times 100$$

Alunos envolvidos em projeto de convênio com APS e/ou em estágio não obrigatório

Alunos Matriculados em Cursos Regulares

Definição: Total dos alunos participantes, no ano-base, em parcerias com APSs e em estágios não exigidos para formação nos cursos regulares.

Fonte: Relatório de Gestão.

Definição: Todas as matrículas que estiveram *Em Curso* por pelo menos um dia no ano-base.

Fonte: Pesquisador Institucional.

2.4 Índice de Participação dos Egressos no Mundo do Trabalho (PEMT)

Objetivo: Medir a inserção dos egressos no mundo do trabalho.

Algoritmo:

$$PEMT = \frac{\text{Egressos do ano anterior ocupados em sua área de formação}}{\text{Egressos do ano anterior}} \times 100$$

Egressos do ano anterior ocupados em sua área de formação

Egressos do ano anterior

Definição: Número de egressos do ano anterior ao ano-base ocupados profissionalmente em sua área de formação.

Fonte: PRX.

Definição: Todas as matrículas que tiveram alteração de status para *Concluído* no ano anterior ao ano-base.

Fonte: Pesquisador Institucional.

3. Indicadores referentes ao Desafio 3: Fortalecer a Imagem do IFSP

3.1 Índice de Satisfação dos Públicos de Interesse com a Comunicação Institucional (ISPICI)

Objetivo: Medir a satisfação dos públicos de interesse com a comunicação institucional do IFSP.

Algoritmo:

$$ISPICI = \frac{\text{Respostas positivas sobre comunicação institucional na autoavaliação do IFSP}}{\text{Total de respostas ao item sobre comunicação institucional na autoavaliação}} \times 100$$

Respostas positivas sobre comunicação institucional na autoavaliação

Definição: Respostas "Bom" e "Ótimo" ao item sobre satisfação com a comunicação institucional no questionário anual de autoavaliação da Comissão Própria de Avaliação (CPA).

Fonte: CPA / Comunicação Social.

Total de respostas ao item sobre comunicação institucional na autoavaliação

Definição: Total de respostas ao item sobre comunicação institucional no questionário anual de autoavaliação da CPA.

Fonte: CPA / Comunicação Social.

3.2 Evolução da quantidade de Parcerias com os Arranjos Produtivos e Sociais (EPAPS)

Objetivo: Medir a evolução quantitativa de parcerias do IFSP com organizações e entidades dos setores produtivo e social.

Algoritmo:

$$EPAPS = \left(\frac{\text{Quantidade de Parcerias com os APS (a)}}{\text{Quantidade de Parcerias com os APS (a-1)}} - 1 \right) \times 100$$

Quantidade de Parcerias com o APS (a)

Definição: Número de parcerias com os APS iniciados no ano-base.

Fonte: Relatório de Gestão.

Quantidade de Parcerias com o APS (a-1)

Definição: Número de parcerias com os APS iniciados no ano anterior ao ano-base.

Fonte: Relatório de Gestão.

3.3 Índice de Internacionalização (IndI)

Objetivo: Medir a evolução do número de intercâmbios internacionais em que o IFSP participa como origem ou como destino.

Algoritmo:

$$IndI = \left(\frac{\text{Intercâmbios internacionais enviados e recebidos (a)}}{\text{Intercâmbios internacionais enviados e recebidos (a-1)}} - 1 \right) \times 100$$

Intercâmbios internacionais enviados e recebidos (a)

Intercâmbios internacionais enviados e recebidos (a-1)

Definição: A soma dos intercâmbios em que o IFSP participou como origem ou como destino do intercambista no ano-base.

Definição: A soma dos intercâmbios em que o IFSP participou como origem ou como destino do intercambista no ano anterior ao ano-base.

Fonte: Assessoria de Relações Internacionais.

Fonte: Assessoria de Relações Internacionais.

4. Indicadores referentes ao Desafio 4: Construir a Indissociabilidade entre o Ensino, Pesquisa e Extensão

4.1 Percentual de PPCs com Curricularização da Pesquisa e Extensão (CPE)

Objetivo: Medir a curricularização da Pesquisa e da Extensão nos Projetos Pedagógicos dos Cursos.

Algoritmo:

$$CPE = \frac{\text{Quantidade de PPCs com Curricularização da Pesquisa e Extensão}}{\text{Quantidade total de PPCs}} \times 100$$

Quantidade de PPCs com Curricularização da Pesquisa e Extensão

Quantidade Total de PPCs

Definição: É o número de Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) elaborados em integração curricular com a Pesquisa e a Extensão vigentes ao final do ano-base.

Definição: O total de PPCs vigentes ao final do ano-base.

Fonte: PRE.

Fonte: PRE.

5. Indicadores referentes ao Desafio 5: Aperfeiçoar os Sistemas Informatizados e a Governança do IFSP

5.1 Percentual de processos atendidos por sistema integrado (PASI)

Objetivo: Medir quanto dos processos do IFSP tem sido realizados eletronicamente.

Algoritmo:

$$PASI = \frac{\text{Quantidade de processos eletrônicos}}{\text{Total de processos a serem digitalizados}} \times 100$$

Quantidade de processos eletrônicos

Definição: Número de processos que eram realizados digitalmente ao final do ano-base.

Fonte: DSI-PRD.

Total de processos a serem digitalizados

Definição: É o total de processos previstos para serem digitalizados, incluindo os já digitalizados.

Fonte: Escritório de Processos.

5.2 Índice Geral de Governança (IGG) *

Objetivo: Medir a governança institucional.

Algoritmo:

$$IGG = \frac{iGovPub + iGestPessoas + iGestTI + iGestContrat}{4} \times 100$$

iGovPub (índice de governança pública)

Definição: Combina índices de capacidade em liderança, estratégia e accountability.

iGestPessoas (índice de capacidade em gestão de pessoas)

Definição: Combina índices relativos a planejamento da gestão de pessoas, definição da demanda por colaboradores e gestores, adequação do provimento de vagas existentes, garantia de sucessores qualificados, desenvolvimento de competências, e ambiente de trabalho ético e favorável.

iGestTI (índice de capacidade em gestão de TI)

Definição: Combina índices de capacidade em planejamento, gestão de pessoal e processos de Tecnologia da Informação.

iGestContrat (índice de capacidade em gestão de contratações)

Definição: Combina índices de capacidade de gestão de pessoas, processos e riscos em contratações e gestão de contratos.

Fonte dos índices: *Relatório individual da autoavaliação* - TCU.

* **Nota:** Modelo do Tribunal de Contas da União (TCU), disponível em:

<https://portal.tcu.gov.br/governanca/governancapublica/organizacional/>

6. Indicadores referentes ao Desafio 6: Promover Melhores Condições de Trabalho e Qualidade de Vida para os Servidores

6.1 Índice de qualidade de vida dos servidores (IQVS)

Objetivo: Verificar a quantidade de servidores afastados por motivos de saúde em relação ao total de servidores efetivos do IFSP.

Algoritmo:

$$IQVS = \frac{\text{Número de afastamentos por CID}}{\text{Número de servidores efetivos da Instituição}} \times 100$$

Número de afastamentos por CID

Número de servidores efetivos da Instituição

Definição: Quantidade de afastamentos por Código Internacional de Doenças iniciados no ano-base.

Definição: É o total de servidores efetivos do IFSP ao final do ano-base.

Fonte: DDGP-PRD.

Fonte: Gestão de Pessoas-PRD.

6.2 Índice de Satisfação dos Servidores no Trabalho (ISST)

Objetivo: Medir o grau de satisfação dos servidores do IFSP no trabalho.

Algoritmo:

$$ISST = \frac{\text{Respostas positivas dos servidores na autoavaliação sobre satisfação no trabalho}}{\text{Total de respostas ao item da autoavaliação sobre satisfação no trabalho}} \times 100$$

Respostas positivas dos servidores na autoavaliação sobre satisfação no trabalho

Total de respostas ao item da autoavaliação sobre satisfação no trabalho

Definição: Quantidade de respostas "muito boa" ou "excelente" ao item sobre satisfação no trabalho do questionário de autoavaliação institucional da CPA.

Definição: Total de respostas dos servidores ao item sobre satisfação no trabalho do questionário de autoavaliação institucional da CPA.

Fonte: CPA.

Fonte: CPA.

6.3 Índice de Desenvolvimento de Pessoal (IDP)

Objetivo: Medir a satisfação dos servidores com as ações institucionais de formação e capacitação profissional.

Algoritmo:

$$IDP = \frac{\text{Respostas positivas sobre formação e capacitação na autoavaliação institucional}}{\text{Total de respostas aos itens sobre formação e capacitação na autoavaliação}} \times 100$$

Respostas positivas sobre formação e capacitação na autoavaliação institucional

Definição: Quantidade de respostas "muito boa" ou "excelente" ao item sobre formação e capacitação dos servidores no questionário de autoavaliação institucional da CPA.

Fonte: CPA.

Total de respostas aos itens sobre formação e capacitação na autoavaliação

Definição: Total de respostas ao item sobre formação e capacitação dos servidores no questionário de autoavaliação institucional da CPA.

Fonte: CPA.

6.4 Índice de Integração de Servidores (IIS)

Objetivo: Medir a participação dos servidores em eventos de integração intra e interunidades.

Algoritmo:

$$IDP = \frac{\text{Participantes dos eventos de integração intra e interunidades}}{\text{Total de servidores ativos do IFSP}} \times 100$$

Participantes dos eventos de integração intra e interunidades

Definição: Número de participantes dos eventos de integração realizados pelas unidades do IFSP no ano-base.

Fonte: Relatório de Gestão.

Total de servidores ativos do IFSP

Definição: Número de servidores em efetivo exercício ao final do ano-base.

Fonte: Gestão de Pessoas.

7. Indicadores referentes ao Desafio 7: Adequar a Utilização dos Recursos às Ofertas dos Cursos Atuais e Futuros

7.1 Percentual de implantação do Plano Diretor de Infraestrutura (IPDI)

Objetivo: Medir a implantação do Plano Diretor de Infraestrutura do IFSP.

Algoritmo:

$$IPDI = \frac{\text{Obras executadas}}{\text{Obras previstas no Plano Diretor de Infraestrutura}} \times 100$$

Obras executadas

Obras previstas no Plano Diretor de Infraestrutura

Definição: Quantidade de obras finalizadas ao final do ano-base que estão previstas no capítulo 8 do PDI 2019-2023.

Fonte: DIE.

Definição: Número de obras previstas no capítulo 8 do PDI 2019-2023.

Fonte: DIE.

7.2 Percentual da Execução Orçamentária Destinada às Ofertas Educacionais (EODOE)

Objetivo: Medir a execução do orçamento previsto para as ofertas educacionais.

Algoritmo:

$$EODOE = \frac{\text{Orçamento executado destinado às ofertas educacionais}}{\text{Orçamento previsto para as ofertas educacionais}} \times 100$$

Orçamento executado destinado às ofertas educacionais

Orçamento previsto para as ofertas educacionais

Definição: Soma do orçamento executado para as ofertas educacionais no ano-base.

Fonte: PRA.

Definição: A dotação final do orçamento previsto para as ofertas educacionais no ano-base.

Fonte: PRA.

7.3 Índice de Satisfação com o Acesso aos Câmpus (ISAC)

Objetivo: Medir a qualidade das opções de acesso aos câmpus.

Algoritmo:

$$ISAC = \frac{\text{Quantidade de respostas positivas sobre acesso ao câmpus na autoavaliação}}{\text{Total de respostas ao item sobre acesso ao câmpus na autoavaliação}} \times 100$$

Quantidade de respostas positivas sobre acesso ao câmpus na autoavaliação

Total de respostas ao item sobre acesso ao câmpus na autoavaliação

Definição: Quantidade de respostas "Muito bom" ou "Excelente" ao item sobre satisfação com o acesso aos câmpus no questionário de autoavaliação da CPA.

Definição: Total de respostas ao item sobre a satisfação com o acesso aos câmpus no questionário de autoavaliação da CPA.

Fonte: CPA.

Fonte: CPA.

7.4 Índice de Adequação da Infraestrutura às Normas de Acessibilidade (AINA)

Objetivo: Medir o percentual de câmpus com infraestrutura adequada às normas de acessibilidade.

Algoritmo:

$$AINA = \frac{\text{Número de câmpus com infraestrutura adequada às normas de acessibilidade}}{\text{Número de câmpus do IFSP}} \times 100$$

Número de câmpus com infraestrutura adequada às normas de acessibilidade

Número de câmpus do IFSP

Definição: Número de câmpus que atendem as normas de acessibilidade ao final do ano-base.

Definição: É o número de câmpus do IFSP, considerando a Reitoria como um câmpus ao final do ano-base.

Fonte: DIE.

Fonte: DIE.

7.5 Relação Aluno Docente (RAD)

Objetivo: Averiguar o atendimento à relação de 20 alunos por professor estipulado pelo Termo de Acordo de Metas.

Algoritmo:

$$RAD = \frac{\text{Matrículas Atendidas}}{\text{Docentes}} \times 100$$

Matrículas atendidas

Definição: Todas as matrículas que estiveram *Em Curso* por pelo menos um dia no ano-base.

Fonte: SISTEC.

Docentes

Definição: Total de professores efetivos ou temporários ao final do ano-base; considerar como 1,0 (um) se for contratado em regime de 40 horas ou de Dedicção Exclusiva; e como 0,5 (meio) se for contratado em regime de 20 horas.

Fonte: SISTEC.

7.6 Relação Aluno Técnico-Administrativo (RATA)

Objetivo: Averiguar a capacidade de atendimento do corpo técnico-administrativo do IFSP, conforme parâmetros estipulados pelo Anexo I da Portaria 246 MEC, de 15 de abril de 2016.

Algoritmo:

$$RATA = \frac{\text{Matrículas atendidas}}{\text{Técnico – Administrativos}}$$

Matrículas atendidas

Definição: Todas as matrículas que estiveram *Em Curso* por pelo menos um dia no ano-base.

Fonte: SISTEC.

Técnico-Administrativos

Definição: Total de técnicos-administrativos do IFSP ao final do ano-base.

Fonte: SUAP.

2. Constar o Plano de Adequação dos câmpus na revisão do PDI

Foi determinado pelo Conselho Superior que no período de revisão do PDI os câmpus que não estão adequados aos balizadores deverão apresentar um Plano de Adequação que será apreciado pelo Conselho Superior. A 1ª revisão do PDI 2019-2023 deve iniciar-se em março de 2020 (cap. 1, pág. 173).

3. Mobilizar os mecanismos de controle para acompanhamento do PDI

Foi salientado que os mecanismos de controle interno, tais como Colégio de Dirigentes, Conselho de Ensino e o próprio Conselho Superior deverão atuar de forma a fiscalizar e apoiar a implantação do PDI 2019-2023, sobretudo àqueles câmpus que não estão adequados aos balizadores propostos.

4. Discussão para deliberação da forma de exigência em relação aos percentuais de oferta de vagas e outros balizadores para o próximo PDI

Foi encaminhado que o Conselho Superior deverá promover discussões a fim de deliberar se os indicadores de oferta de vagas e outros balizadores pertinentes serão exigidos de cada câmpus, ou do IFSP de forma global. A referida Resolução deverá ser emitida antes do início da elaboração do próximo PDI (2024-2028).